Ato de dispensa



Aquisição de capachos de polipropileno e borracha natural

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Estudos preliminares **3**
PAMS **7**
Despacho SAD **12**
Despacho DG **14**
SICAF **15**
Nota de empenho **16**

	ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.1 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Aquisição de capachos personalizados, **alto tráfego**, borda com rampa de borracha, para entradas principais do térreo, 1°subsolo e elevadores dos blocos E e F do Edifício Premium.

1.2 Partes interessadas/público-alvo:

A contratação dos serviços tem como público alvo todas as pessoas que utilizam os edifícios e as unidades funcionais do CNJ, já que promove higiene e uma infraestrutura adequada ao funcionamento do Conselho.

1.3 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

A contratação pretendida atende ao Objetivo Estratégico de "garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ" (Portaria Nº 104 de 30/06/2020 - art. 3º, XI);

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

Devido ao desgaste natural dos capachos atuais do Edifício Premium, torna-se necessária a sua substituição periódica. A contratação tem a intenção de auxiliar na higienização de calçados; na identificação da edificação, visto que exibe a logomarca da instituição, razão para manutenção de seu estado de conservação. Ademais contempla a adequação da acessibilidade aos edifícios - já que eles eliminam os desníveis por meio de rampas nas bordas.

Assim, a futura contratação resultará na manutenção das condições da infraestrutura física dos edifícios ocupados pelo CNJ, mantendo sua padronização visual, além de preservar o desempenho, acessibilidade, segurança e confiabilidade dos componentes, prolongando sua vida útil, para que este Conselho disponha de espaços adequados às suas atividades.

2.1 Especificações básicas previstas:

Item	Descrição/Especificação do Objeto	U.M.
01	Fornecimento de capacho com personalização em duas cores, **alto tráfego.** Um dos lados com borda emborrachada em formato de rampa. Dimensões: 1,55 m x 1,55 m. Obs.: A arte do capacho, em arquivo vetorial, será fornecida pelo CNJ.	Unidade
02	Fornecimento de capacho com personalização em duas cores, **alto tráfego.** O lado de 1,40 m com borda emborrachada em formato de rampa. Dimensões: 1,40m x 1,55m. Obs.: A arte do capacho, em arquivo vetorial, será fornecida pelo CNJ.	Unidade

03	Fornecimento de capacho com personalização em duas cores, **alto tráfego.** Todos os lados com borda emborrachada em formato de rampa. Dimensões: 2,20m x 1,20m. Obs.: A arte do capacho, em arquivo vetorial, será fornecida pelo CNJ.	Unidade

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

As contratações anteriores do CNJ foram realizadas por meio de dispensa de Licitação,

Os capachos podem possuir diversas espessuras e formas de confecção, de acordo com sua finalidade. Os mais difundidos no mercado são os vulcanizados com espessura de 10 mm e 14 mm . O CNJ já possui o material do tipo 10 mm nos elevadores e do tipo 14 mm nas entradas dos edifícios.

Os capachos de espessura 14 mm são mais resistentes, acarretando um menor desgaste de material, aumentando o seu tempo de uso e diminuindo a necessidade de reposição.

Histórico da aquisição no CNJ:

Contratado/Fornecedor: FSC Soluções Gráficas e Decoração de Ambientes ltda EPP;

- Período de Vigência: 12/11/2015 a 02/12/2015;

- **Ocorrências verificadas na execução:** nenhuma;

- Penalidades aplicadas ao contratado/fornecedor: nenhuma.

- Processo SEI: 07809/2015.

- Contratado/Fornecedor: REI DOS CAPACHOS;

- Período de Vigência: 22/04/2016 a 12/05/2016;

- **Ocorrências verificadas na execução:** nenhuma;

- Penalidades aplicadas ao contratado/fornecedor: nenhuma.

- Processo SEI: 02206/2016.

-Contratado/Fornecedor: ROCHA REPRESENTAÇÕES, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS;

- Período de Vigência: 26/07/2017 a 14/08/2017;

- **Ocorrências verificadas na execução:** nenhuma;

- Penalidades aplicadas ao contratado/fornecedor: nenhuma.

- Processo SEI: 04044/2017

- Contratado/Fornecedor: REI DOS CAPACHOS;

- Período de Vigência: 15/10/2018 a 26/10/2018;

- **Ocorrências verificadas na execução:** nenhuma;

- Penalidades aplicadas ao contratado/fornecedor: nenhuma.

- Processo SEI: 09266/2018

Contratado/Fornecedor: IWR COMERCIO E SERVICOS LTDA;

- Período de Vigência: 14/02/2020 a 24/02/2020;

- **Ocorrências verificadas na execução:** nenhuma;

- Penalidades aplicadas ao contratado/fornecedor: nenhuma.

- Processo SEI: 12460/2019

3.2 Identificação das opções disponíveis

Opções identificadas no mercado		**Especificação do produto/serviço**	**Quantificação do Produto ou Serviço**	**Órgão (s) públicos que adotaram a solução**
1ª	Capacho Safety Clean	100% polipropileno e borracha natural, aspecto da fibra grão de arroz.	Trata-se de quantitativo idêntico para qualquer uma das alternativas.	Não foi encontrado
2ª	Tapete personalizado com logomarca e texto, fio bouclê (fio torcido e sem pontas)	Tapete personalizado com logomarca e texto, fio bouclê (fio torcido e sem pontas) printado (tingido) composto por manta sintética de PA 6.6 com 400g, tufado em base primária de poliéster Recoberto por poliamida laminado em base de PVC antiderrapante de 2.500g/m², com 6mm de espessura total.	(vide observação acima)	Não foi encontrado
3ª	Capacho de vinil alto tráfego, vulcanizado, 14mm	14mm de espessura, desenvolvido para o grande fluxo de pessoas (4.000 por dia)	(vide observação acima)	Não foi encontrado

3.3 Adequação do ambiente

Não se aplica, já que se trata de solução consolidada, única e compatível com todas as unidades do CNJ (Blocos A, B da SEPN 514 e Ed. Premium do SAF Sul), sendo repetida anualmente.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

Opções Identificadas		**Benefícios da opção**	**Desvantagens da opção**	**Custo(s) da solução (R$)**
1ª	Capacho Safity Clean	• Maior resistência e durabilidade • Alto tráfego • Retira a sujeira e o excesso de umidade de	• Custo mais alto que demais alternativas	R$ 15.744,00 (1057395)

		maneira mais eficiente.		Fonte: Rei dos Capachos
2ª	Tapete personalizado com logomarca e texto, fio bouclê (fio torcido e sem pontas)	• Maior resistência e durabilidade • Indicado para Tráfego alto • Retira a sujeira e o excesso de umidade de maneira mais eficiente.	• Custo moderado	R$ 9.987,60 (1057391) Fonte: Rei dos Capachos
3ª	Capacho de vinil alto tráfego, vulcanizado, 14mm	• Alto Tráfego • Recomendado para áreas de alto trafego de até 4 mil pessoas por dia. • Retira até 70% das sujeiras sólidas e o excesso de umidade	• Custo moderado • Não é mais fabricada a cor azul, que é a cor institucional do CNJ.	R$ 10.379,00 (1057385) Fonte: Rei dos Capachos

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

Atualmente os capachos utilizados no CNJ são os feitos de vinil, espessura 14mm, com durabilidade em torno de 12 a 14 meses. Após consultas, nos foi informado pelo fornecedor que o vinil na cor azul, utilizada como padrão em todas as nossas unidades, não é mais facilmente encontrado, impossibilitando a aquisição do objeto com a mesma característica utilizada anteriormente. Além disso, a durabilidade dos capachos tem sido considerada apenas razoável, sendo necessárias aquisições periódicas.

Com o intuito de aumentar a durabilidade do produto, procuramos novas opções no mercado, como o **tapete com fio bouclê e o capacho Safity Clean**, ambos com maior durabilidade, eficiência e melhor higienização que o capacho de vinil. Após analisar as opções, verificamos que o Safity Clean se sobressai em todos os quesitos.

A opção indicada pela SEART é, portanto, o **capacho SAFITY CLEAN,** devido a sua maior durabilidade, maior retenção de sujeira e maior absorção de água, o que permite uma melhor limpeza do ambiente interno, característica importante durante a pandemia de COVID -19.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

Foram considerados como critério para o cálculo os locais descritos abaixo:

1 - Elevadores, blocos E e F - Edifício Premium (6 unidades);

2 - Entradas principais (térreo) blocos E e F - Edifício Premium (2 unidades).

TOTAL: 08 unidades.

Apresentar o detalhamento dos estudos realizados para a escolha da solução, abordando o método e a memória de cálculo definidos para quantificar a necessidade da Administração, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar a economia de escala.

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Os itens deste estudo preliminar farão parte de um único grupo em razão da natureza do objeto, cujos serviços e fornecimentos são interdependentes.

O agrupamento dos serviços e fornecimentos deste objeto em lote único, visa também:

1 - Facilitar a oferta pelos licitantes;

2 - Garantir a economia de escala;

3 - Proporcionar o gerenciamento centralizado dos diversos serviços e fornecimentos;

4 - Manter a padronização de cores.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

Economicidade: O investimento feito com a aquisição desse material será aproveitado com maior durabilidade, com menos mão de obra e sujeira no ambiente de trabalho.

Eficácia: Os capachos mantêm a padronização já existente em todos os edifícios do Conselho Nacional de Justiça.

Efetividade: A contratação pretendida atende ao Objetivo Estratégico de "garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ" (Portaria 167/2015 - art. 2º, §1º, VIII).

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

RISCO 1:	**Empresa contratada falha com a execução, implicando inexecução parcial ou total.**		
Probabilidade (Alta, média e Baixa)	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Média	1	Atrasar a entrega do material	Médio
Baixa	2	Inexecução parcial da entrega do material	Alto
Média	3	Recusar-se a repor o material não aceito pela Fiscalização	Médio
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Contato telefônico com a empresa para confirmar o recebimento da Ordem de Fornecimentp		Gestor responsável
1	Acompanhamento dos prazos de entrega		Gestor responsável
1,2,3	Composição de sanções contratuais adequadas		Equipe de planejamento da contratação
2	Cancelamento da ARP e convocação da empresa que apresentar a segunda melhor proposta		Gestor em conjunto com a Secretaria de Administração
3	Não atesto da entrega do material		Gestor responsável

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

O material a ser licitado deve manter a padronização já existente em todos os edifícios do Conselho Nacional de Justiça.

Apresentação de amostras como requisito de aceitação do produto.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

O prazo de vigência do contrato deve ser período suficiente para a execução, recebimento definitivo do objeto e seu pagamento, com prazo de garantia de 90 (noventa) dias para o material, em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). No caso de o prazo de garantia do fabricante ser maior que 90 dias, sobre esse prevalecerá.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não há outras informações a serem acrescentadas.

12. CONCLUSÃO DO GESTOR

A contratação dos serviços de fornecimento de capacho com personalização pode ser considerada como solução já consolidada e compatível com o padrão utilizado em todas as unidades do CNJ (Blocos A, B da SEPN 514 e Ed. Premium do SAF Sul), a periodicidade de contratação dos serviços está em torno de 12 a 14 meses.

A SEART conclui, portanto, ser necessária a realização de novo processo de aquisição a repetição do objeto, mas com os devidos ajustes técnicos apontados nesses Estudos Preliminares, a fim de aumentar a durabilidade do produto e melhorar a higienização interna dos Edifícios do CNJ.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Octavio Oliveira dos Anjos	octavio.anjos@cnj.jus.br	5070	SEART
Rodrigo Bonna Nogueira	rodrigo.nogueira@cnj.jus.br	5059	SEART



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO BONNA NOGUEIRA**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE ARQUITETURA**, em 20/05/2021, às 15:08, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1057401** e o código CRC **0FA2C776**.

CNJ	PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS MATERIAL

1. **Objeto:** Aquisição de capachos em polipropileno e borracha natural para ambientes do CNJ.

Item	Descrição/Especificação do Objeto	U.M.	Imagem Ilustrativa	Qtde. (unid.)
01	Fornecimento de capacho com as seguintes características: • fibras de alta densidade; • tecido em 100% polipropileno, com aspecto da fibra de "grão de arroz"; • base e bordas rampadas em borracha natural antiderrapante e colorida; • personalização em duas cores, de referências Azul Royal 44 e Branco 23; • Absorção de até 4 litros de água por m²; • espessura mínima de 9,5 mm; • indicado para áreas de alto tráfego e sujidade uso interno ou externo (protegido por área coberta); e • marca de referência KleenTex, modelo Max-Kleen, ou material equivalente ou superior. <u>Apenas o lado, abaixo da logomarca, deverá ter borda emborrachada em formato de rampa.</u> Dimensões: 1,55 m x 1,55 m (sem incluir a borda) Locais de instalação: piso de elevadores. Obs.: a. A arte do capacho, em arquivo vetorial, será fornecida pelo CNJ; e b. A fornecedora deverá conferir as medidas finas antes da execução do serviço.	Unidade		4

02	Fornecimento de capacho com as seguintes características: • fibras de alta densidade; • tecido em 100% polipropileno, com aspecto da fibra de "grão de arroz"; • base e bordas rampadas em borracha natural antiderrapante e colorida; • personalização em duas cores, de referências Azul Royal 44 e Branco 23; • Absorção de até 4 litros de água por m²; • espessura mínima de 9,5 mm; • indicado para áreas de alto tráfego e sujidade uso interno ou externo (protegido por área coberta); e • marca de referência KleenTex, modelo Max-Kleen, ou material equivalente ou superior. <u>Apenas o lado de 1,40 m, abaixo da logomarca, deverá ter borda emborrachada em formato de rampa.</u> Dimensões: 1,40m x 1,55m (sem incluir a borda). Local de instalação: Elevadores Obs.: a. A arte do capacho, em arquivo vetorial, será fornecida pelo CNJ; e b. A fornecedora deverá conferir as medidas finas antes da execução do serviço.	Unidade		2
03	Fornecimento de capacho com as seguintes características: • fibras de alta densidade; • tecido em 100% polipropileno, com aspecto da fibra de "grão de arroz"; • base e bordas rampadas em borracha natural antiderrapante e colorida; • personalização em duas cores, de referências Azul Royal 44 e Branco 23; • Absorção de até 4 litros de água por m²; • espessura mínima de 9,5 mm; • indicado para áreas de alto tráfego e sujidade uso interno ou externo (protegido por área coberta); e • marca de	Unidade		2

	referência KleenTex, modelo Max-Kleen, ou material equivalente ou superior. <u>Todos os lados com borda emborrachada em formato de rampa.</u> Dimensões: 2,20m x 1,20m (incluindo as bordas). Obs.: a. A arte do capacho, em arquivo vetorial, será fornecida pelo CNJ; e b. A fornecedora deverá conferir as medidas finas antes da execução do serviço.			

2. **Apresentação de amostras** :

A empresa que apresentar a melhor proposta deverá apresentar juntamente com sua proposta fotografias ou mídia de divulgação: folder, catálogo ou site do fabricante, desde que possuam imagens nítidas dos detalhes da composição (como trama, acabamento das bordas e verso dos capachos) e descrições técnicas (dimensões, materiais componentes e cores) para comprovação de equivalência ou superioridade em relação às especificações técnicas constantes deste Pedido de Aquisição de Material.

3. **Prazo de Entrega:**

30 (trinta) dias após o recebimento da nota de empenho.

4. **Garantia ou prazo de validade:**

Oferecer prazo de garantia de 90 (noventa) dias para o material, em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). No caso de o prazo de garantia do fabricante ser maior que 90 dias, sobre esse prevalecerá.

5. **Local de Entrega:**

Seção de Almoxarifado do CNJ

SAF Sul, quadra 2, Lotes 5 e 6, Bloco E

CEP: 70175-900

Telefones: (61) 2326-4996 e 4997

6. **Obrigações da Contratada:**

a) Entregar o material no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar do recebimento da nota de empenho;

b) Reentregar o material em desacordo com a proposta de preços e a nota de empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação;

c) Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento do material; e

d) Manter em dia as obrigações fiscais e trabalhistas durante o prazo de entrega até o pagamento.

7. **Obrigações do Contratante:**

a) Promover o pagamento dentro do prazo estipulado;

b) Fiscalizar o fornecimento do objeto.

8. **Fiscalização do Recebimento:**

A unidade demandante acompanhará a entrega do material até o recebimento definitivo.

9. **Condições de Recebimento:**

1. O material será recebido da seguinte forma:

a.1) provisoriamente, no ato da entrega do objeto;
a.2) definitivamente, mediante atesto pela área requisitante, em até 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da qualidade do material entregue, comprovando-se a adequação do objeto às especificações do pedido, da proposta e da nota de empenho.

2. No caso de material entregue com defeito ou em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a contratada deverá providenciar a substituição, sem ônus para o CNJ, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação.

10. **Forma de Pagamento:**

a) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:
a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);
a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.
b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item "a" será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.
c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.
d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11. **Penalidades:**

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a adjudicatária ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa, no valor de:

b.1) 3% (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea "b.1", com aceitação do objeto pela Administração;

b.3) no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea "b.5";

b.4) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da

obrigação assumida;

b.5) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) as sanções previstas nas alíneas "a" e “c” poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

e) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

12. **Contrato:**

a. A nota de empenho poderá substituir o contrato; e
b. Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO BONNA NOGUEIRA**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE ARQUITETURA**, em 26/05/2021, às 17:21, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1093428** e o código CRC **409B6A62**.

00727/2021 1093428v47

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo administrativo que tem por objeto a aquisição de capachos de polipropileno e borracha natural, para os ambientes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Aprovados os Estudos Preliminares (1097981) e o Pedido de Aquisição de Material (1097981), a Seção de Compras (SECOM) juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v.2 (1108684), o qual foi ratificado pela unidade demandante, conforme Despacho n. 1109752 da Seção de Arquitetura (SEART). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1110838, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa Sorocapax Tapetes Higiene Conservação e Segurança Ltda.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1110098) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1110347). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa Sorocapax Tapetes Higiene Conservação e Segurança Ltda, para contratar com a Administração, consta no arquivo 1111052.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1111054, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **Sorocapax Tapetes Higiene Conservação e Segurança Ltda**, inscrita no **CNPJ sob o n. 09.367.060/0001-11**, no valor de **R$ 7.595,82 (sete mil quinhentos e noventa e cinco reais e oitenta e dois centavos)**, com vistas à aquisição de capachos de polipropileno e borracha natural, para os ambientes do CNJ.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Respeitosamente,

Silvia Maria Guapindaia Peixoto
Secretária de Administração Substituta

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO**, **SECRETÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 22/06/2021, às 12:05, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1111542** e o código CRC **2DB5D9EE**.

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1111542, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de **R$ 7.595,82 (sete mil quinhentos e noventa e cinco reais e oitenta e dois centavos)**, e **autorizo** a contratação da empresa Sorocapax Tapetes Higiene Conservação e Segurança Ltda, CNPJ nº 09.367.060/0001-11, com vistas à aquisição de capachos de polipropileno e borracha natural, para os ambientes do CNJ.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 22/06/2021, às 19:35, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1111804** e o código CRC **D9361143**.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**09.367.060/0001-11**	DUNS®:	**899318474**
Razão Social:	**SOROCAPAX TAPETES HIGIENE CONSERVACAO E SEGURANCA LTDA**		
Nome Fantasia:	**SOROCAPAX TAPETES HIGIENE CONSERVACAO E SEGURANCA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**27/12/2021**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**25/10/2021**
FGTS		Validade:	**10/08/2021**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**12/11/2021**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**16/07/2021**
Receita Municipal	Validade:	**16/08/2021**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2022**

CPF: 775.823.221-34 Nome: ELIABE BEZERRA DE SENA
Ass: _____

SICAF (1112610) SEI 00727/2021 / pg. 15

Data e hora da consulta: 23/06/2021 11:45
Usuário: ***.823.221-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número
2021	NE	242

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339030	40114	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
23/06/2021	Ordinário	00727/2021	-	7.595,82

Favorecido

Código	Nome
09.367.060/0001-11	SOROCAPAX TAPETES HIGIENE CONSERVACAO E SEGUR

Endereço	CEP
JOSE MARCHI 465 JARDIM DOS ESTADOS	18046-070

Município	UF	Telefone
SOROCABA	SP	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição
00727/2021 - AQUISIÇÃO DE CAPACHOS EM POLIPROPILENO E BORRACHA NATURAL PARA AMBIENTES DO CNJ.
CONFORME DESPACHO DG 1111804.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
001	23/06/2021 11:44:58	Alteração

Data e hora da consulta: 23/06/2021 11:45
Usuário: ***.823.221-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	7.595,82

Subelemento 22 - MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	AQUISIÇÃO DE CAPACHOS EM POLIPROPILENO E BORRACHA NATURAL. DIMENSÕES 1,55M X 1,55M. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1093428.	3.795,92

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
23/06/2021	Inclusão	4,00000	948,9800	3.795,92

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	AQUISIÇÃO DE CAPACHOS EM POLIPROPILENO E BORRACHA NATURAL. DIMENSÕES 1,40M X 1,55M DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1093428.	1.714,30

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
23/06/2021	Inclusão	2,00000	857,1500	1.714,30

Seq.	Descrição	Valor do Item
003	AQUISIÇÃO DE CAPACHOS EM POLIPROPILENO E BORRACHA NATURAL. DIMENSÕES 2,20M X 1,20M DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1093428.	2.085,60

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
23/06/2021	Inclusão	2,00000	1.042,8000	2.085,60

Versão	Data/Hora	Operação
001	23/06/2021 11:44:58	Alteração

Ato de dispensa



Aquisição de bandeiras oficiais e acessórios para atender às necessidades do Conselho Nacional de Justiça

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Documento de oficialização da demanda **1**
Estudos preliminares **3**
PAMS **8**
Despacho SAD **12**
Despacho DG **14**
SICAF **15**
Nota de empenho **16**

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA (DOD) Nº 1027557 / SESIN

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

Unidade Requisitante:	Seção de Segurança Interna
Responsável pela Demanda:	David Costa Fernandes
***E-mail*:**	david.fernandes@cnj.jus.br
Telefone para contato:	61 2326-4829

1 – Indicar a necessidade da contratação, a vinculação da necessidade aos Objetivos Estratégicos constantes do Planejamento Estratégico e o alinhamento ao Plano ou Projeto a que a unidade orgânica deve observar.

Objeto: Aquisição de materiais de consumo:

1) Oito bandeiras oficiais, tipo 3, sendo quatro Nacionais e quatro do Mercosul, nos padrões preconizados pela Lei n° 5.700, de 1 de setembro de 1971.

2) 4 mosquetões para amarração da corda para hasteamento das bandeiras, capacidade para bandeira de até 1,80 x 2,60.

3) 150 m de Corda (Adriça) Trançada de Fibras de Polipropileno 100% virgem ou 100% Poliamida (Nylon) , com espessura de 6mm, de alta resistência, para hasteamento de bandeira de três pano.

Justificativa:

a) Cumprir a orientação da Lei n° 5.700, de 1 de setembro de 1971 em seu artigo 13 e 14:

"*Hasteia-se diariamente a Bandeira Nacional e a do Mercosul:*

IV - No Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores, nos Tribunais Federais de Recursos e nos Tribunais de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;".

b) A Bandeira Nacional, em todas as apresentações no território nacional, ocupa lugar de honra.

c) O Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021-2026, instituído pela Portaria nº 104, de 30/06/2020, estabelece em seu artigo 3°, inciso XI, que um dos objetivos estratégicos do órgão é justamente garantir infraestrutura adequada ao seu funcionamento, "*in verbis*":

2 – Explicitar a motivação e o demonstrativo dos resultados a serem alcançados com a contratação.

Aplicabilidade da Lei n° 5.700, de 1 de setembro de 1971.

A aquisição revela-se indispensável para o desenvolvimento das atividades de rotina do CNJ, considerando a necessidade de reposição em estoque previsto para dois anos, em função do desgaste natural do material a ser adquirido, que ficará exposto às condições climáticas externas adversas.

3 – Indicar previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou a

entrega do material, permanente ou consumo.
Aquisição até 30/06/2021.
4 – Indicar nome de servidor que atuará na qualidade de representante da Unidade Demandante para explicitar as necessidades a serem atendidas com a contratação.
Tiago Luiz Caldeira Pereira, matrícula 1935.
5 – Sugerir nome de servidor que poderá atuar na qualidade de gestor e/ou fiscal, técnicos e administrativo, do contrato.
Tiago Luiz Caldeira Pereira, gestor e David Costa Fernandes, gestor substituto.
6 – Local/Data/Nome/Assinatura: Brasília, 08 de fevereiro de 2021.

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO LUIZ CALDEIRA PEREIRA**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE SEGURANÇA INTERNA**, em 08/02/2021, às 14:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1027557** e o código CRC **B20A8856**.

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

O presente estudo técnico preliminar tem por objeto a aquisição de Bandeiras do Brasil Oficiais para uso externo deste Órgão, de acordo com as especificações, quantidades e demais condições constantes abaixo.

Justificativa:

a) Cumprir a orientação da Lei n° 5.700, de 1 de setembro de 1971 em seu artigo 13 e 14:

"*Hasteia-se diariamente a Bandeira Nacional e a do Mercosul:*

IV - No Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores, nos Tribunais Federais de Recursos e nos Tribunais de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;".

b) A Bandeira Nacional, em todas as apresentações no território nacional, ocupa lugar de honra.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

Todos os usuário do CNJ.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

A aquisição tem conexão com o planejamento estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021-2026, instituído pela Portaria nº 104, de 30/06/2020, estabelece em seu artigo 3°, inciso XI, que um dos objetivos estratégicos do órgão é justamente "garantir infraestrutura adequada ao seu funcionamento."

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

Observância do Guia de Contratações, conforme o Plano de Logística Sustentável do CNJ mencionado na resolução 201/2015, caso seja viável;

Observância das normas que regulamentam as medidas e a matéria prima utilizada na produção de bandeiras, conforme previsão expressa na lei 5.700/71.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

O Conselho Nacional de Justiça realizou contratação semelhante por meio do Processo: 02600/2019, Nota de Empenho 687/2019. Fornecedor contratado: Comércio de confecções Bandeira Eirelli.

O histórico de execução contratual consta nos autos do Processo SEI nº 02615/2020 e processos relacionados referentes aos pagamentos com as notas fiscais e demais documentos comprobatórios da prestação dos serviços. Ressalte-se que os serviços foram prestados de acordo com o solicitado e nos termos do Contrato em comento e não há registros de sanções aplicadas à empresa pelo Conselho.

3.2 Identificação das opções disponíveis

Os seguintes órgãos realizaram contratações cujos objetos são similares ao desse Estudo Preliminar:

Solução	Órgãos	Descrição da Solução
1º	TCU	Aquisição de Bandeiras - Pregão Eletrônico nº 31/2018
2º	Ministério das Relações Exteriores	Aquisição de Bandeiras - Pregão Eletrônico nº 09/2018
3º	MPF-Procuradoria da República da Bahia	Aquisição de Bandeiras - Pregão Eletrônico nº 02/2019

Cabe ressaltar que os referidos Pregões, suas especificações licitadas se diferem em número de itens, dimensões, componentes acessórios de acordo com as pretensões de cada Órgão, mas no geral assemelham-se em vários aspectos com a pretendida contração.

Vale acrescentar que tratam-se de materiais possuidores de caraterísticas bastante simples e de fácil especificação, possuindo inclusive uma série de critérios legais para sua confecção. Trata-se de um importante símbolo nacional para o qual inexiste opção de mercado ou alternativa tecnológica.

Desta forma, os itens a serem adquiridos podem ser fornecidos por empresas especializadas para prestação de serviços de confecções de bandeiras e mosquetões, haja vista se tratar de serviços e produtos cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa, além de serem encontrados facilmente no mercado.

Portanto, não foi encontrada outra solução disponível no mercado.

3.3 Adequação do ambiente

Não serão necessárias adaptações na infraestrutura, no espaço físico nem na estrutura organizacional. A contratação não provocará mudanças nos processos de trabalho adotados por esta Seção.

O recurso/material necessário, seria os mastros e suportes, no qual já faz parte do acervo patrimonial da Instituição, não sendo necessário adquirir material ou contratar qualquer espécie de serviço, sendo necessário apenas os acessórios já previstos nesta contratação.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

Caso não seja atendida a necessidade, haverá descumprimento da lei vigente, tendo em vista o disposto na Constituição Federal, no qual prevê no seu art. 13, parágrafo 1º, que a bandeira é símbolo nacional, bem como o contido no art. 4º da Lei nº 5.700/71, que rege a utilização de bandeira nas repartições públicas, conforme determina seu Art. 4º.

Desta forma, os benefícios diretos e indiretos pretendidos com a contratação serão substituir as bandeiras e materiais que porventura apresentem avarias ou danos que comprometam sua aparência, pois, como as bandeiras são hasteadas em áreas externas, estão sujeitas, portanto, a ação de sol, chuvas e ventos fortes, sofrendo intenso desgaste e necessitando de constante substituição.

Acrescento, ainda, pela natureza da aquisição, não se vislumbra a possibilidade de apresentação de indicadores para avaliação de critérios de economicidade, eficácia e efetividade.

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

1) Oito bandeiras oficiais, tipo 3, sendo quatro Nacionais e quatro do Mercosul, nos padrões preconizados pela Lei n° 5.700, de 1 de setembro de 1971.

2) 4 mosquetões para amarração da corda para hasteamento das bandeiras, capacidade para bandeira de até 1,80 x 2,60.

3) 150 m de Corda (Adriça) Trançada de Fibras de Polipropileno 100% virgem ou 100% Poliamida (Nylon) , com espessura de 6mm, de alta resistência, para hasteamento de bandeira de três pano.

A feitura das Bandeiras Nacionais obedecerá as regras estabelecidas pela Lei 5.700, de 01/09/1971, alterada pela Lei nº 8.421, de 11/05/1992, bem como as Normas ABNT NBR nº 16286/2014 e ABNT NBR nº 16287/2014, para confecção de bandeiras.

As duas faces devem ser exatamente iguais, com a faixa branca inclinada da esquerda para a direita (do observador que olha a faixa de frente, sendo vedado fazer uma face como avesso da outra).

Os Mosquetões devem ser de liga de alumínio, tipo pera, na cor branca, comprimento longitudinal entre 62 e 85 mm, resistência longitudinal de 20 kn (mosquetão fechado) e de 7kn (mosquetão aberto), resistência transversal de 7 kn (mosquetão fechado). Equivalência: 1 kn = 100 kgf.

O cordão para hasteamento da bandeira deverá ser na cor bege, trançado em nylon 100%, medindo 06mm de diâmetro.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

A demanda por bandeiras e demais acessórios, fora estimada com base na aquisição realizada no processo anterior e consumo verificado pelo Setor, no qual foi verificado que a cada seis meses em média as bandeiras devem ser substituídas.

Entretanto, outros fatores foram considerados quanto da elaboração do quantitativo de bandeiras que se pretende adquirir. Assim, considerou-se também os seguintes fatores:

a) Surgimento de avarias nas bandeiras atualmente utilizadas, pois são hasteadas em área externa, sujeitas a ação do sol, chuvas e ventos fortes, causando desgaste natural no material, tornando inadequado ao uso e exigindo imediata reposição.

b) A quantidade do material solicitado é correspondente demanda existente a ser utilizada no edifício sede e o quantitativo de reposição em estoque previsto para dois anos.

Portanto, as referidas quantidades justificam-se pela necessidade de manter um estoque de bandeiras oficiais, evitando que o órgão fique desprovido do referido material.

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Os materiais previstos neste documento serão licitados em lote único, uma vez que representam itens possuidores de grande similaridade (bandeiras) entre si, sendo produzidos pelas mesmas industrias e comercializados por empresas do mesmo segmento comercial.

Muitos dos materiais que pretendemos adquirir possuem valores unitários pequenos que, caso viessem a ser adjudicados por itens, poderiam não despertar o interesse de um número significativo de empresas.

Assim, em virtude do baixo custo dos materiais, a aquisição poderá se dar por dispensa de licitação, desde que aprovado pela autoridade competente, de modo que o agrupamento poderá ser dispensável.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

Entende-se que no ato do recebimento do material a ser adquirido, a fiscalização do contrato deverá analisar os resultados da pretensa aquisição, a fim de verificar a efetiva qualidade do material, verificando se atende a finalidade a que se destina.

A inexecução parcial ou total do objeto, ou sua execução total, servirão como parâmetro para aferir o perfeito cumprimento e atingimento da finalidade do contrato.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

A ausência da contratação implicará no descumprimento da da lei vigente, tendo em vista o disposto na Constituição Federal, no qual prevê no seu art. 13, parágrafo 1º, que a bandeira é símbolo nacional, bem como o contido no art. 4º da Lei nº 5.700/71, que rege a utilização de bandeira nas repartições públicas, conforme determina seu Art. 4º..

Assim sendo, torna-se imprescindível afirmar que a ausência da pretensa contratação poderá ocasionar graves prejuízos ao órgão.

Vale ressaltar também os riscos inerentes à execução contratual. Verifica-se a possibilidade de descumprimento de cláusulas ou má prestação na

entrega e qualidades do bem a ser adquirido, momento em que os Gestores do Contrato deverão intervir, adotando as medidas de mitigação e providências necessárias ao sucesso da contratação.

Desta forma, elaboramos os quadros que se seguem a fim de demonstrar os riscos que acompanham a pretensa contratação:

RISCO 1:	(Descrever o risco)		
Probabilidade (Alta, média e Baixa)	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Baixa	1	Material que não atender as especificações previstos na confecção das bandeiras	Baixo
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Troca de Material		SESIN/SAD
RISCO 2:			
Probabilidade (Alta, média e Baixa	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
2	Aplicação de penalidades previstas		SAD

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não há restrições internas de caráter técnico, operacional, regulamentar, financeiro e orçamentário, visto que os materiais solicitados são de fácil aquisição no mercado.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

O prazo de vigência do contrato deve ser período suficiente para a execução, recebimento definitivo do objeto e seu pagamento, com prazo de garantia de 90 (noventa) dias para o material, em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). No caso de o prazo de garantia do fabricante ser maior que 90 dias, sobre esse prevalecerá.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não há outras informações a serem acrescentadas.

12. CONCLUSÃO DO GESTOR

Conforme Orçamentos juntados aos autos do processo (Docs. SEI 1028578 e 1029266) chegou-se aos seguintes valores:

Empresa	BEL PONTO	PINTE E BORDE	**Média**
Valor	R$ 2.684,84	2.660,00	R$ 2.672,42

Estima-se para a pretensa contratação um custo médio em torno de R$ 2.672,42 (dois mil, seiscentos e setenta e dois reais e quarenta e dois centavos), com base na pesquisa de preços preliminar efetuada pela Seção de Segurança Interna, comprovado através dos documentos encaminhados pelas referidas empresas.

É importante esclarecer que o valor supracitado é apenas estimativo e sofrerá variações durante o andamento processual, com a devida pesquisa de preços por parte da unidade competente, a Seção de Compras.

Com a inclusão das informações referentes ao valor total estimado da

contratação, e levando em consideração as orientações da Diretoria-Geral no sentido de desburocratizar os processos administrativos do órgão, sugere-se que a referida contratação seja feita por meio de dispensa de licitação, visto que o valor total estimado é de R$ 2.672,42 (dois mil, seiscentos e setenta e dois reais e quarenta e dois centavos), caracterizando o objeto como serviço de pequeno valor, conforme art. 24, inciso II, da Lei de Licitações c/c o Decreto n. 9.412/2018, que atualizou os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei n. 8.666/93.

Desta forma, o presente estudo técnico preliminar, a partir da análise da legislação, dos contratos públicos e da legislação específica do CNJ, bem como da análise de mercado e da verificação do resultado do contrato ora vigente, possibilitou apontar como a solução mais viável a contratação de empresa para aquisição de Bandeiras do Brasil Oficiais para uso externo deste Órgão, de acordo com as especificações, quantidades e demais condições constantes neste Projeto Básico, para atender às necessidades do Conselho Nacional de Justiça.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Tiago Luiz Caldeira Pereira	tiago.pereira@cnj.jus.br	4823	Seção de Segurança Interna
David Costa Fernandes	david.fernandes@cnj.jus.br	4829	Seção de Segurança Interna

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO LUIZ CALDEIRA PEREIRA**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE SEGURANÇA INTERNA**, em 04/03/2021, às 15:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1032708** e o código CRC **FBF0BC23**.

CNJ	**PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS** **MATERIAL**

1. **Objeto:**

Aquisição de bandeiras oficiais e acessórios para atender às necessidades do Conselho Nacional de Justiça.

Item	Descrição/Especificação do Objeto	U.M.	Qtde
01	Bandeira nacional, 192,86 cm x 135,00 cm (3 panos) tecido tergal verão (76% poliéster e 24% algodão). Corte a laser. Letras e estrelas em aplicação com bordado cheio de 3 a 5 mm de largura. Costuras duplas, linha 100% poliéster de 0,18 mm. Reforço de 3 a 6 cm de largura para sustentação do tergal ao longo da largura da bandeira, de acordo com o tamanho e na mesma cor das bandeiras. Tecido triplo reforçado de acordo com o anexo da lei 8.421/92, para uso externo.	unidade	04
02	Bandeira do Mercosul, 192,86 cm x 135 cm (3 panos) tecido tergal verão (76% poliéster e 24% algodão). Corte a laser. Letras e estrelas em aplicação com bordado cheio de 3 a 5 mm de largura. Costuras duplas, linha 100% poliéster de 0,18 mm. Reforço de 3 a 6 cm de largura para sustentação do tergal ao longo da largura da bandeira, de acordo com o tamanho e na mesma cor das bandeiras. Alça de tecido triplo reforçado, costura reforçada nos cantos para fixação, para uso externo.	unidade	04
03	Mosquetões para amarração da corda para hasteamento das bandeiras, capacidade para bandeira de até 2,60m x 1,80m. Os Mosquetões devem ser de liga de alumínio, tipo pera, comprimento longitudinal entre 62 e 85 mm, resistência longitudinal de 20 kn (mosquetão fechado) e de 7kn (mosquetão aberto), resistência transversal de 7 kn (mosquetão fechado). Equivalência: 1 kn = 100 kgf.	unidade	04
04	Corda (Adriça) Trançada de Fibras de Polipropileno 100% virgem ou 100% Poliamida (Nylon) , com espessura de 6mm, de alta resistência, para hasteamento de bandeira de três pano.	metros	150

2. **Apresentação de amostras** (se for o caso):

Não se aplica.

3. **Prazo de Entrega:**

A entrega deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias úteis após a entrega da nota de empenho, acompanhada da Ordem de Fornecimento.

4. **Garantia ou prazo de validade:**

O prazo de garantia dos itens fornecidos será de 90 (noventa) dias, em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). No caso de o prazo de garantia do fabricante ser maior que 90 dias, esse prevalecerá.

5. **Local de Entrega:**

Seção de Almoxarifado do CNJ
SAF Sul, quadra 2, Lotes 5 e 6, Bloco E
CEP: 70175-900
Telefones: (61) 2326-4996 e 4997

6. **Obrigações da Contratada:**

a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: fabricante, procedência e prazo de validade;

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste instrumento, o objeto com avarias ou defeitos;

d)Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7. **Obrigações do Contratante:**

a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento, por meio de gestor especialmente designado, a quem compete registrar as ocorrências e eventuais deficiências relacionadas com o fornecimento, sob os aspectos quantitativo e qualitativo;

b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do PAMS e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo

c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido

d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado

e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no PAMS.

f) aplicar as sanções previstas neste instrumento, assegurando à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa

8. **Fiscalização do Recebimento:**

A Unidade Demandante acompanhará a entrega do material até o recebimento definitivo.

9. **Condições de Recebimento:**

1. O material será recebido da seguinte forma:

a.1) provisoriamente, no ato da entrega do objeto;

a.2) definitivamente, mediante atesto pela área requisitante, em até 10 (dez) dias úteis, após a verificação da qualidade do material entregue, comprovando-se a adequação do objeto às especificações do pedido, da proposta e da nota de empenho.

2. No caso de material entregue com defeito ou em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a contratada deverá providenciar a substituição, sem ônus para o CNJ, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da notificação.

10. **Forma de Pagamento:**

a) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo de até 30 dias, consoante disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, desde que mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item "a" será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11. **Penalidades:**

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a adjudicatária ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa, no valor de:

b.1) 3% (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea "b.1", com aceitação do objeto pela Administração;

b.3) no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea "b.5";

b.4) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.5) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução

total da obrigação.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) as sanções previstas nas alíneas "a" e “c” poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

e) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

12. **Contrato:**

a. A nota de empenho poderá substituir o contrato.

b. Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO LUIZ CALDEIRA PEREIRA**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE SEGURANÇA INTERNA**, em 19/03/2021, às 15:04, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1056262** e o código CRC **3EA1CDE0**.

00811/2021 1056262v2

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a aquisição de bandeiras oficiais e acessórios para atender às necessidades do Conselho Nacional de Justiça.

Aprovados os Estudos Preliminares (1046572) e o Pedido de Aquisição de Material (1056794), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v 2 (1069117), o qual foi ratificado pela unidade demandante (1070100). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1070965, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa CBF Comércio de Confecções Bandeiras Eireli - ME.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1070658) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1070807). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa CBF Comércio de Confecções Bandeiras Eireli - ME, para contratar com a Administração, consta no arquivo 1071589.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação SAD 1071594, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **CBF Comércio de Confecções Bandeiras Eireli - ME**, inscrita no **CNPJ sob o n. 17.365.274/0001-87** no valor de **R$ 1.097,80 (mil e noventa e sete reais e oitenta centavos)**, com vistas à aquisição de bandeiras oficiais e acessórios.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Getulio Vaz
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 15/04/2021, às 14:06, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1071614** e o código CRC **9548FACE**.

DESPACHO

1. Trata-se do processo administrativo para aquisição de bandeiras oficiais e acessórios para atender às necessidades do Conselho Nacional de Justiça (PAMS SESIN 1056262).

2. Considerando o teor do Despacho SAD 1071614, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de **R$ 1.097,80** (mil e noventa e sete reais e oitenta centavos) e **autorizo** a contratação da empresa CBF Comércio de Confecções Bandeiras Eireli - ME, CNPJ n. 17.365.274/0001-87, com vistas à aquisição de bandeiras oficiais e acessórios.

3. **Encaminhem-se** os autos à:

3.1 Secretaria de Administração - SAD e à Seção de Segurança Interna - SESIN, para ciência e demais providências;

3.2 Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa do procedimento licitatório, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93; e

3.3 Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 15/04/2021, às 19:48, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1071927** e o código CRC **360DEF69**.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**17.365.274/0001-87**	DUNS®:	**902549111**
Razão Social:	**CBF COMERCIO DE CONFECCOES BANDEIRAS EIRELI**		
Nome Fantasia:	**CIA DAS BANDEIRAS**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**28/06/2021**
Natureza Jurídica:	**EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**03/07/2021**
FGTS		Validade:	**26/04/2021**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**19/07/2021**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**04/06/2021**
Receita Municipal	Validade:	**06/05/2021**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2021**

Data e hora da consulta: 16/04/2021 11:55
Usuário: 77582322134

Nota de Empenho

UG Emitente	Nome da UG Emitente	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

Ano	Tipo	Número
2021	NE	192

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339030	40106	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
16/04/2021	Ordinário	00811/2021	-	1.097,80

Favorecido	Nome do Favorecido
17365274000187	CBF COMERCIO DE CONFECCOES BANDEIRAS EIRELI

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
11	DISPENSA DE LICITACAO	LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição

00811/2021 - AQUISIÇÃO DE BANDEIRA OFICIAIS E ACESSÓRIOS.
CONFORME DESPACHO DG 1071927.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
000	16/04/2021 11:54:44	Inclusão

Data e hora da consulta: 16/04/2021 11:55
Usuário: 77582322134

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	1.097,80

Subelemento 50 - BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Bandeira nacional, 192,86 cm x 135,00 cm (3 panos) tecido tergal verão (76% poliéster e 24% algodão). Corte a laser. Letras e estrelas em aplicação com bordado cheio de 3 a 5 mm de largura. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS - SESIN 1056262.	312,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
16/04/2021	Inclusão	4,00000	78,0000	312,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	Bandeira do Mercosul, 192,86 cm x 135 cm (3 panos) tecido tergal verão (76% poliéster e 24% algodão). DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS - SESIN 1056262.	315,80

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
16/04/2021	Inclusão	4,00000	78,9500	315,80

Subelemento 42 - FERRAMENTAS

Seq.	Descrição	Valor do Item
003	Mosquetões para amarração da corda para hasteamento das bandeiras, capacidade para bandeira de até 2,60m x 1,80m. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS - SESIN 1056262.	140,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
16/04/2021	Inclusão	4,00000	35,0000	140,00

Subelemento 19 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM

Versão	Data/Hora	Operação
000	16/04/2021 11:54:44	Inclusão

Data e hora da consulta: 16/04/2021 11:55
Usuário: 77582322134

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa

339030 - MATERIAL DE CONSUMO

Subelemento 19 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM

Seq.	Descrição	Valor do Item
004	Corda (Adriça) Trançada de Fibras de Polipropileno 100% virgem ou 100% Poliamida (Nylon) , com espessura de 6mm, de alta resistência, para hasteamento de bandeira de três pano. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS - SESIN 1056262.	330,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
16/04/2021	Inclusão	150,00000	2,2000	330,00

Versão	Data/Hora	Operação
000	16/04/2021 11:54:44	Inclusão

Dispensa de Licitação



Aquisição de Café

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

DOD..... 3

Estudos preliminares..... 5

PAMS 9

Mapa Comparativo de Preços..... 15

Declaração de Dispensa de Licitação..... 16

Ratificação da Declaração de Dispensa de Licitação..... 22

Nota de Empenho..... 25

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DOD - AQUISIÇÕES COMUNS Nº 1188064 / SESER

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - AQUISIÇÕES COMUNS

Unidade Requisitante: Seção de Serviços Gerais
Responsável pela Demanda: Karlla Silene Lima da Cunha
E-mail: karllac@cnj.jus.br
Telefone para contato:

1 – Indicar a necessidade da aquisição, a vinculação da necessidade aos Objetivos Estratégicos constantes do Planejamento Estratégico e o alinhamento ao Plano ou Projeto a que a unidade orgânica deve observar.
Objeto: Aquisição ao Conselho Nacional de Justiça de café torrado e moído. **Justificativa:** No processo 03820/2021, fizemos aquisição de café torrado e moído por meio da licitação do Pregão Eletrônico n. 24/2021, com órgãos participantes: Supremo Tribunal Federal e Tribunal Superior do Trabalho. Ocorre que no processo n. 06268/2021, a empresa Fino Sabor Industria e Comercio Ltda representou no Tribunal de Contas da União em desfavor da empresa vencedora do referido pregão, MFPARIS INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA. A Diretoria-Geral por meio do Ofício n. 192/2021, doc. SEI 1175090, encaminhou as manifestações da Comissão Permanente de Licitação e Secretaria de Administração e informou que, em que pese a Ata de Registro de Preços, CNJ n. 14/2021, esteja em pleno vigor, o Conselho Nacional de Justiça não demandará a execução da referida ata até deliberação definitiva do Tribunal de Contas da União. A Seção de Serviços Gerais solicitou empréstimo de 105 (cento e cinco) kg café de outros órgãos para evitar o desabastecimento nos eventos e reuniões do CNJ. Aquisição do produto, é para proporcionar melhor qualidade no ambiente de trabalho tendo em vista a necessidade dos serviços de café em reuniões e demais eventos no CNJ. Ocorre que a Ata de Registro de Preços n. 14/2021, foi assinada em 23/08/2021 e até o momento sem permissão para utilizar. E até o momento sem previsão de decisão do TCU sobre a representação da empresa Fino Sabor Ltda. Acrescento que os serviços de copeiragem não tem condições de prestação dos serviços com a falta dos insumos.

2 – Explicitar a motivação e o demonstrativo dos resultados a serem alcançados com a contratação.
A motivação da aquisição se dá em razão da necessidade de prestação dos serviços de café nos eventos e reuniões do CNJ. Ressalto que a prestação de serviços de copeiragem fica paralisada devido a falta dos insumos.

O resultado a ser alcançado é a prestação de serviços de café.

3 – Indicar o valor da aquisição pretendida que será estabelecido no Plano Anual de Aquisições como valor máximo para a demanda. Se necessário consultar o mercado antecipadamente para justificar o valor solicitado para a aquisição.

O valor da aquisição unitária é de R$ 38,73 (trinta e oito reais e setenta e três centavos) e o valor estimado do total de 400 kilos de café é de R$ 15.492,00 (quinze mil quatrocentos e noventa e dois reais).

4 – Indicar previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou a entrega do material, permanente ou consumo.

previsão de data em 25/10/2021 para entrega do material de consumo.

5– Indicar a complexidade da contratação:

(x) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Documento assinado eletronicamente por **KARLLA SILENE LIMA DA CUNHA**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS**, em 18/10/2021, às 13:47, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1188064** e o código CRC **27790A3D**.

ESTUDOS PRELIMINARES

Apresente a necessidade a ser atendida:

Aquisição de 400 (quatrocentos) kilos de café torrado e moído.

Indique o Público-Alvo (unidades orgânicas, autoridades, servidores, outros) da contratação:

Autoridades, Público Externo, Servidores e demais funcionários e estagiários do CNJ.

Indique a(s) consequência(s), caso não haja atendimento da necessidade:

A motivação da aquisição se dá em razão da necessidade de prestação dos serviços de café nos eventos e reuniões do CNJ. Ressalto que a prestação de serviços de copeiragem fica paralisada devido a falta dos insumos.

Indique o alinhamento da necessidade ao Planejamento Estratégico do CNJ:

Em seu plano estratégico, instituído pela Portaria nº 167/2015, o CNJ possui dentre seus valores a responsabilidade socioambiental, no qual prega sobre a observância aos princípios gerais de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental em sua atuação. Em conformidade, o Plano de Logística Sustentável - PLS do CNJ foi instituído pela Portaria nº 32/2017, conforme Resolução nº 201, de 3 de março de 2015, e prevê algumas ações, inclusive que já foram implementadas.

Indique o resultado da pesquisa de mercado feita para identificação das soluções que atendem às necessidades explicitadas:Produto:

Café torrado e moído

Existem no mercado três tipos de café para consumo: Café Extra-Forte ou tradicional; Café Superior e Café Gourmet.

Cafés Tradicionais ou Extraforte

Nota de QG >= 4,5 e < 5,9

Café para o consumo do dia-a-dia, com custo menor, tem qualidade regular, mas preço menor, para o consumo diário.

Esse tipo de café apresenta a qualidade mínima aceitável, e para conseguir esse selo é preciso atingir uma nota entre 4,5 e 6, sendo que notas inferiores não podem ganhar o certificado de qualidade tradicional. Os cafés tradicionais podem ter até 20% de defeitos no seu *blend.* Então, até 20% (ou um quinto) da sua composição pode ser formada por grãos com defeito, verdes, pretos, passados ou ardidos. Esses grãos verdes ou defeituosos acabam interferindo e prejudicando o sabor e o aroma do café.

Cafés Superiores

Nota de QG >= 6,0 e <7,2

Café de qualidade boa e sabor mais acentuado, estão na escala intermediária de qualidade, melhores que os Tradicionais e/ou Extrafortes e com valor agregado.

Para se classificar como esse tipo de café é preciso reduzir para até 10% a presença de grãos defeituosos na sua composição, além de atingir uma pontuação entre 6 e 7,3 na avaliação dos provadores. Esse é um café que já apresenta maior qualidade do que o café tradicional, mas ainda não é 100% puro, portanto seu sabor ainda é afetado. Podemos diferenciar o superior do tradicional pela redução considerável de defeitos em sua mistura e a pontuação mais elevada na escala de qualidade.

Cafés Gourmet

Nota de QG>= 7,3 até 10

Café excelente, exclusivo e de alta qualidade, com sabor e aroma mais suaves por causa da seleção dos grãos. Também é possível perceber notas frutais, achocolatadas, e de nozes.

É um café sem defeitos, completamente puro, o que o torna um café especial com sabores e aromas distintos, proporcionando uma experiência única ao consumidor. O café gourmet não pode apresentar nenhum grão com defeitos, ao contrário das outras duas categorias inferiores. Esse tipo de café recebe atenção especial desde o plantio (tipo de solo, altitude, temperatura, clima) até chegar na sua xícara.

Feito 100% com café de origem arábica, a seleção de grãos é rigorosa e o ponto da torra é mais preciso. Para obter esse selo de qualidade, a nota do café também precisa ser superior a 7,3, garantindo ao consumidor um produto de alta qualidade.

Pesquisa de preços realizada no mercado.

Item	Descrição	Unidade	Qts	Pão de açúcar	lojas Americanas	Valor Médio unitário	Valor Total

01	café torrado e moído	kilo	400	R$ 27,98	R$ 49,48	R$ 38,73	R$ 15.492,00

Indique a descrição completa da Solução que, por entendimento do signatário deste documento, melhor atenderá à necessidade especificada neste documento:

A solução mais indicada para atender a demanda do Conselho Nacional de Justiça é:

a) café superior torrado e moído, tendo em vista melhor qualidade nos grãos que o tradicional, bem como há economia em razão de contratação de quantidade maior do produto.

item	**opção identificada**	Descrição do Produto	**Quantificação do Produto (kg)**
1	Café torrado e moído Superior	Apresenta a qualidade mínima aceitável, e para conseguir esse selo é preciso atingir uma nota entre 4,5 e 6, sendo que notas inferiores não podem ganhar o certificado de qualidade tradicional. Os cafés tradicionais podem ter até 20% de defeitos no seu *blend.* Então, até 20% (ou um quinto) da sua composição pode ser formada por grãos com defeito, verdes, pretos, passados ou ardidos. Esses grãos verdes ou defeituosos acabam interferindo e prejudicando o sabor e o aroma do café. Empresas fabricantes e também distribuidoras de alimentos estão aptas para atender a demanda peloproduto	400

DESCRIÇÃO TÉCNICA:

Café torrado e moído do tipo Superior, de primeira qualidade, com as seguintes características:

Marcas de referência: Café Pelé Superior, Melitta Especial, Export, Fino Sabor ou equivalente.

Espécie: Café Superior Nota de QG >=6,0 e >7,2

Bebida (sabor): do tipo intenso, bebida dura para melhor;

Embalagem: tipo Alto Vácuo ou Vácuo Puro **em pacotes de 500 gramas,** material reciclável;

Aspecto: Grãos de café dos tipos igual ou superior a 6, da COB - Classificação;

Características físicas: grãos torrados e moídos, como ponto de torra variando entre 50 e 65 pontos de Disco Agtron, ou equivalente, correspondendo ao intervalo Médio Moderadamente Escuro e Médio Claro;

Características químicas (exigidas para cada g/100g):

1. Umidade em 5% no máximo;
2. Resíduo mineral fixo em 5% no máximo;
3. Resíduo mineral fixo, insolúvel em ácido clorídrico a 10% v/v em 1,0% no máximo;
4. Cafeína em 0,7% no mínimo;
5. Extrato Etéreo em 8,0%; no mínimo.

Características Organolépticas:

1. Aroma característico;
2. Acidez baixa a moderada;
3. Amargor moderado;
4. Sabor característico e equilibrado;
5. Livres de sabor fermentado, mofado e de terra;
6. Baixa adstringência;
7. Razoavelmente encorpado;
8. Qualidade Global maior que 6,00 pontos da escala sensorial, de bom a muito bom.

Blend: a composição do produto poderá apresentar o porcentual da quantidade de PVA e defeitos de até 10% por quilo de café, desde que não apresente gosto acentuado.

Deverá constar na embalagem a data de fabricação e prazo de validade, que deverá ser de, no mínimo, 10 (dez) meses;

Indique o(s) estudo(s) realizado(s) ou o(s) critério(s) adotado(s) para definir o cálculo e a quantidade da necessidade:Ano

2019

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	**Total kg**
100	200	200	200	200	93	200	200	300	200	100	150	**2.143**

Não existe estoque no almoxarifado, o quantitativo do formulário será para atender um período de 4 meses, visto que a Ata de Registro de Preços n. 14/2021,aguarda decisão do TCU doc. SEI. n. 1192133.

Indique se a Solução eleita é divisível ou não, levando em consideração o mercado que a fornece:

Não haverá necessidade de agrupamento em itens.

Indique, entre outras, as restrições internas de caráter técnico, operacional, regulamentar, financeiro e orçamentário, que possam dificultar a implementação da Solução eleita:

Não há restrições internas de caráter técnico, operacional, regulamentar, financeiro e orçamentário, visto que os materiais solicitados são de fácil aquisição no mercado.

Indique o valor estimado para a contratação:

O valor médio pesquisado, prevê um valor estimativo total de R$ 15.492,00 (quinze mil quatrocentos e noventa e dois reais)

Aquisição anterior no CNJ:

Processo: 03820/2021

Apresente os Indicadores para avaliar a economicidade, a eficácia e a efetividade:

A pesquisa de preços fornece dados para avaliar a economicidade na aquisição do produto. E o café com as especificidades descritas é um produto com eficácia e evita o desperdício, visto a quantidade utilizada para preparação do café.

Indicação Orçamentária:

A indicação orçamentária correrá por conta do Programa “Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativo”, cuja disponibilidade será informada posteriormente pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).

Análise de Risco:

Risco 1	**Morosidade no processo licitatório**		
Probabilidade (Alta, médiae baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	Atraso no processo de contratação	Médio
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Compromisso das unidades para tramitação célere do processo de contratação.		Unidade envolvidas no processo licitatório.
Risco 2	**Ausência de Licitantes**		
Probabilidade (Alta, médiae baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	Perda do processo licitatório	Médio
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Republicação do edital.		CPL
1	Revisão dos critérios contidos no edital		SESER/SEEDI
Risco 3	**Atraso no fornecimento do objeto**		
Probabilidade (Alta, médiae baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	Atrasos na entrega	Médio
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Comunicação com empresa para verificar possíveis causas de atrasos e providencias para evitar atrasos.		SESER
1	Aplicação de penalidades previstas em edital.		SESER/SAD
Risco 4	**Inexecução parcial ou total do fornecimento do objeto**		

Probabilidade (Alta, médiae baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	Falta do objeto	Alto
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Formação de cadastro reserva		CPL
1	Chamamento de 2º colocada		SAD

Documento assinado eletronicamente por **KARLLA SILENE LIMA DA CUNHA**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS**, em 03/11/2021,às 15:12, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1198489** e o código CRC **4284A39F**.

CNJ	**PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS** **MATERIAL**

1. **Objeto:** Café torrado e moído

Item	**Descrição/Especificação do Objeto**	**Unidade**	**Qtde**
01	café torrado e moído	kilos	400

2. **Apresentação de amostras** (se for o caso):Não se aplica

3. **Prazo de Entrega:**

10 (Dez) dias após o recebimento da nota de empenho.

4. Garantia ou prazo de validade:

a) Os produtos terão validade conforme estabelecido no Anexo A.

b) Os produtos fornecidos deverão ter o máximo de 20% do respectivo prazo de validade já transcorrido, a contar da data de fabricação.

c) Os meses constantes das embalagens serão convertidos, para o cálculo da porcentagem acima, em dias, tendo-se por base o mês de 30 (trinta) dias.

4.1 Sujeição às normas técnicas

4.1.1 DO LAUDO PARA CAFÉ TORRADO E MOÍDO

Momento da apresentação do laudo, quando a marca do café for divergente da marca de referência no Anexo A:

a) fase da entrega da proposta;

b) sempre que for solicitado.

1. Requisitos do laudo: a empresa deverá encaminhar, juntamente com a proposta de preços, laudo referente às análises abaixo listadas, conforme legislação vigente para cada matéria, emitido por órgãos habilitados, empresas idôneas ou provadores (estes, no caso da análise sensorial), devidamente credenciados e autorizados pelos Ministérios da Agricultura e/ou da Saúde, com validade de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da proposta.

2. Análises:

a) microbiológica;

b) físico-química;

c) microscópica;

) sensorial (fragrância, aroma, acidez, amargor, sabor, sabor residual, adstringência, corpo) com inclusão da nota para a qualidade global;

e) granulométrica (moagem);

f) de torração.

4.1.2 Métricas utilizadas

A métrica utilizada é o pacote de 500 gramas, conforme Anexo A. Portanto, serão 800 pacotes de 500 gramas de café, totalizando 400 kilos de café.

5. **Local de Entrega:**

Conselho Nacional de Justiça: das 08 horas até às 17 horas, no Setor de Administração Federal Sul - SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6, Brasília-DF, Telefones: (61) 2326-4996 e 4997

6. **Obrigações da Contratada:**

Comunicar à Administração até o dia útil que anteceda a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

A comprovação a que se refere o item anterior será posteriormente analisada pela Administração, para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidade, quando comprovada a culpa do Fornecedor;

Os produtos cujos prazos de validade estiverem em desacordo com o estabelecido ou apresentarem-se impróprios para o consumo deverão ser substituídos em até 3 (três) dias úteis;

6.4 Submeter-se às normas de segurança e disciplina enquanto permanecer nas dependências do CNJ;

Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CNJ ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

6.6 Comunicar ao CNJ qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

6.7 Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais;

Manter-se, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7. Obrigações do Contratante:

7.1 Permitir ao Fornecedor o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as normas de segurança;

7.2 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados;

Comunicar ao Fornecedor qualquer irregularidade constatada no fornecimento do produto constante do objeto deste **PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS MATERIAL** e solicitar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto contratado;

Devolver, no todo ou em parte, os produtos que não apresentarem condições de serem consumidos (prazo de validade fora do estipulado neste PAMS - Pedido de Aquisição de Material e Serviços Material, presença de corpos estranhos), bem como decidir sobre a conveniência de enviar amostra deste produto para análise em órgão oficialmente credenciado junto à ANVISA, cujo valor correrá à custa do Fornecedor.

Promover o pagamento dentro do prazo estipulado desde que atendidos os requisitos previstos neste PAMS - Pedido de Aquisição de Material e Serviços Material.

7.6 Prestar as informações e esclarecimentos solicitados pelo Fornecedor.

Aplicar as sanções previstas neste PAMS - Pedido de Aquisição de Material e Serviços Material assegurado ao Fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

8. **Fiscalização do Recebimento:**

A Administração acompanhará o fornecimento do objeto para o fiel cumprimento avençado, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93.

9. **Condições de Recebimento:**

1. O material será recebido da seguinte forma:

a.1) provisoriamente, no ato da entrega do objeto;
a.2) definitivamente, mediante atesto pela área requisitante, em até 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da qualidade do material entregue, comprovando-se a adequação do objeto às especificações do pedido, da proposta e da nota de empenho.

2. No caso de material entregue com defeito ou em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a contratada deveráprovidenciar a substituição, sem ônus para o CNJ, no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da notificação.

10. Forma de Pagamento:

a) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:
a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);
a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.
b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item "a" será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.
c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.
d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11. Penalidades:

1. No caso de atraso injustificado para a entrega do material a contratada estará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:
2. a.1) advertência;

a.2) multa, no valor de:
a.2.1) 1% (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;
a.2.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea "a.2.1", com aceitação do objeto pela Administração;
a.2.3) no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea "a.2.5";
a.2.4) 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
a.2.5) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

12. Contrato:

1. A nota de empenho substituirá o contrato, em conformidade com o artigo 62, da Lei 8.666/93

2. Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

ANEXO A

QUANTIDADE ESTIMADA DE CONSUMO DE CAFÉ E ESPECIFICAÇÕES

item	Descrição detalhada do produto	Un.	CNJ	valor Unitário	valor Total
1	**Café torrado e moído do tipo Superior, de primeira qualidade, com as seguintes características:** **Marcas de referência: Café Pelé Superior, Melitta Especial, Export, Café Pilão, Café Três Corações, Fino Sabor ou equivalente.** **Espécie**: Café Superior Nota de QG >=6,0 e >7,2 **Bebida (sabor):** do tipo intenso, bebida dura para melhor; **Embalagem:** tipo Alto Vácuo ou Vácuo Puro **em pacotes de 500 gramas,** material reciclável; **Aspecto:** Grãos de café dos tipos igual ou superior a 6, da COB - Classificação; **Características físicas:** grãos torrados e moídos, como ponto de torra variando entre 50 e 65 pontos de Disco Agtron, ou equivalente, correspondendo ao intervalo Médio Moderadamente Escuro e Médio Claro;	pacore	800		

Características químicas (exigidas para cada g/100g):

1. Umidade em 5% no máximo;
2. Resíduo mineral fixo em 5% no máximo;
3. Resíduo mineral fixo, insolúvel em ácido clorídrico a 10% v/v em 1,0% no máximo;
4. Cafeína em 0,7% no mínimo;
5. Extrato Etéreo em 8,0%; no mínimo.

Características Organolépticas:

1. Aroma característico;
2. Acidez baixa a moderada;
3. Amargor moderado;
4. Sabor característico e equilibrado;
5. Livres de sabor fermentado, mofado e de terra;
6. Baixa adstringência;
7. Razoavelmente encorpado;
8. Qualidade Global maior que 6,00 pontos da escala sensorial, de bom a muito bom.

Blend: a composição do produto poderá apresentar o porcentual da quantidade de PVA e defeitos de até 10% por quilo de café, desde que não apresente gosto acentuado.

Deverá constar na embalagem a data de fabricação e prazo de validade, que deverá ser de, no mínimo, 10 (dez) meses;

Documento assinado eletronicamente por **KARLLA SILENE LIMA DA CUNHA**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DESERVIÇOS GERAIS**, em 04/11/2021, às 15:59, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1200165** e o código CRC **DF4**.

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 08307/2021
Assunto: Aquisição de café torrado e moído
Servidor: Silvia Maria Guapindaia Peixoto
Data: 09/11/2021

				Empresa: JCA Comércio de Alimentos ME CNPJ: 14.387.382/0001-62			Empresa: MAM Ribeiro Comércio de Alimentos CNPJ: 11.020.389/0001-53			Empresa: Nativa Distribuição de Suprimentos Ltda. CNPJ: 09.482.201/0001-47			Empresa: NGM Comércio de Produtos Eireli EPP CNPJ: 40.396.637/0001-63			Cotação Banco de Preços - licitações realizadas nos último 30 dias.			VALOR MÍNIMO (B)	
				Valor			Valor			Valor			Valor			Valor				
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim		
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total
Café torrado e moído	1	pcte	800	16,30	13.040,00	13.040,00	16,00	12.800,00	12.800,00	17,50	14.000,00	14.000,00	18,15	14.520,00	14.520,00	16,38	13.104,00	13.104,00	16,00	12.800,00
VALOR TOTAL						**13.040,00**			**12.800,00**			**14.000,00**			**14.520,00**			**13.104,00**		**12.800,00**

Valor mínimo total : 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a aquisição de café torrado e moído.

Aprovados os Estudos Preliminares (1198489) e o PAMS - Aquisição de Material SESER (1200165), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços (1203754), o qual foi ratificado pela unidade demandante (Despacho SESER 1203789). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1204076, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa MAM Ribeiro Comércio de Alimentos ME.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (1203995) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1204024). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa MAM Ribeiro, para contratar com a Administração, consta no arquivo 1203752.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1204148, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizadade uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa MAM RIBEIRO COMERCIO DE ALIMENTOS, inscrita no CNPJ sob o n. 11.020.389/0001-53 no valor de R$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais), com vistas à aquisição de café torrado e moído.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

GETULIO VAZ
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE**

ADMINISTRAÇÃO, em 09/11/2021, às 18:36, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1204162** e o código CRC **211762F6**.

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1204162, **ratifico** a dispensa do procedimentolicitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24,da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de **R$ 12.800,00** (doze mil e oitocentos reais), e **autorizo** a contratação da empresa MAM RIBEIRO COMERCIO DE ALIMENTOS, CNPJ
n. 11.020.389/0001-53, com vistas à aquisição de café torrado e moído.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nostermos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal etrabalhista da empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIAGERAL**, em 10/11/2021, às 15:10, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1204585** e o código CRC **EF1D7F72**.

Data e hora da consulta: 11/11/2021 16:28
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número
2021	NE	350

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339030	40103	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
11/11/2021	Ordinário	08307/2021	-	12.800,00

Favorecido

Código	Nome
11.020.389/0001-53	MAM RIBEIRO COMERCIO DE ALIMENTOS

Endereço	CEP
AGRICOLA BERNARDO SAYAO 09A GUARA II	71080-090

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição
08307/2021. CAFÉ TORRADO E MOÍDO. CONFORME DESPACHOS 1204585 - DG E 12041622 - SAD.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
003	11/11/2021 16:22:50	Alteração

Data e hora da consulta: 11/11/2021 16:28
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	12.800,00

Subelemento 07 - GENEROS DE ALIMENTACAO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	AQUISIÇÃO DE CAFÉ TORRADO E MOÍDO DO TIPO SUPERIOR, DE PRIMEIRA QUALIDADE. ITEM 01 DO PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS 1200165. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1200165 - SESER.	0,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11/11/2021	Inclusão	400,00000	32,0000	12.800,00
11/11/2021	Anulação	400,00000	32,0000	12.800,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	AQUISIÇÃO DE CAFÉ TORRADO E MOÍDO DO TIPO SUPERIOR, DE PRIMEIRA QUALIDADE. ITEM 01 DO PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS 1200165. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1200165 - SESER E PROPOSTA 1203740.	12.800,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11/11/2021	Reforço	800,00000	16,0000	12.800,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
GETULIO VAZ
***.348.651-**
11/11/2021 16:22:50

Gestor Financeiro
EDUARDO CAMPOS GOMES
***.055.743-**
11/11/2021 16:18:46

Data e hora da consulta: 11/11/2021 16:28
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Versão	Data/Hora	Operação
003	11/11/2021 16:22:50	Alteração

Ato de dispensa



Aquisição de ferramentas e cabos a serem utilizadas na manutenção preventiva e corretiva

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Documento de oficialização da demanda **1**
Estudos preliminares **3**
PAMS **6**
SICAF **11**
Certidão negativa **12**
SICAF **13**
Certidão negativa **14**
Certidão positiva **15**
Despacho SAD **16**
Despacho DG **18**
Nota de empenho **19**
Ordem de fornecimento **28**
Despacho SECOM **32**
SICAF **34**
Despacho SAD **35**
Despacho DG **38**
SICAF **39**
Nota de empenho **40**

Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA (DOD) Nº 0837577 / SCS

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

Unidade Requisitante:

Secretaria de Comunicação Social

Responsável pela Demanda:

André Luiz Rodrigues da Mota

***E-mail*:**

andre.mota@cnj.jus.br

Telefone para contato:

2326 - 5485

1 – Indicar a necessidade da contratação, a vinculação da necessidade aos Objetivos Estratégicos constantes do Planejamento Estratégico e o alinhamento ao Plano ou Projeto a que a unidade orgânica deve observar.

Objeto: *Aquisição de ferramentas e cabos a serem utilizadas na manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de áudio e vídeo, bem como a aquisição de pedestais para microfones e suportes para caixas de som e teleprompter.*

Justificativa:

A presente aquisição decorre da necessidade de obtenção de ferramentas e cabos, pelo Conselho Nacional de Justiça, para que se realize a manutenção preventiva e corretiva de seus equipamentos de áudio e vídeo e aquisição de suportes e pedestais a serem usados em eventos e gravações.

2 – Explicitar a motivação e o demonstrativo dos resultados a serem alcançados com a contratação.

Anteriormente, as ferramentas utilizadas pelo Técnico em Manutenção Eletrônica que atua no Conselho Nacional de Justiça eram de responsabilidade da empresa contratada para prestar serviços de apoio administrativo nas áreas de operação, manutenção preventiva e corretiva e edição de áudio e vídeo, que recebia um valor anual em retribuição pelo uso das ferramentas nas atividades do Conselho. Após estudos preliminares, verificou-se que a compra das ferramentas, pelo CNJ, proporcionará maior controle na disponibilidade e melhor qualidade na prestação do serviço.

Além disso, o CNJ demanda constantemente da área audiovisual a disponibilidade de cabos HDMI a serem utilizados em recursos audiovisuais em eventos e reuniões, bem como cabos para o sistema de TV que está presente na nova sede. Soma-se a isto o fato da futura modernização dos equipamentos do parque audiovisual do conselho, que utilizaram a teconlogia HDMI.

Com o aumento do número de atividades realizadas nos últimos anos, verifica-se a ocorrência de eventos simultâneos, que podem acontecer dentro e fora do Conselho. O CNJ possui duas caixas de som portáteis pra evento, porém somente um pedestal. No caso dos pedestais para microfones sem fio, o Conselho possui 6 microfones sem fio e apenas um pedestal.

Para auxiliar apresentadores, narradores e entrevistados nas produções audiovisuais, a SCS utiliza de forma improvisada um suporte e a utilização de um Ipad como teleprompter para mostrar o texto a ser falado na gravação do vídeo. Um suporte adequado irá facilitar a execução destes serviços.

O resultado esperado é a manutenção plena dos equipamentos de áudio e vídeo do Conselho, evitando a descontinuidade na prestação do serviço, bem como o devido aparelhamento de eventos externos e internos que necessitem de sonorização portátil e a melhoria no auxílio de textos a serem falados nas produções audiovisuais.

3 – Indicar previsão de gastos.

R$ 8.050 (oito mil e cinquenta reais)
4 – Indicar nome de servidor que atuará na qualidade de representante da Unidade Demandante para explicitar as necessidades a serem atendidas com a contratação.
André Luiz Rodrigues da Mota
5 – Sugerir nome de servidor que poderá atuar na qualidade de gestor e/ou fiscal, técnicos e administrativo, do contrato.
André Luiz Rodrigues da Mota
6 – Indicação do servidor ou equipe de Planejamento da Contratação
André Luiz Rodrigues da Mota e Lucas Oliveira da Rocha Pinto
7 – Local/Data/Nome/Assinatura: Diante da indicação constante do “Campo 6” deste documento, designo o servidor responsável pelo “Planejamento da Contratação” a que se refere este documento.

Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIZ RODRIGUES DA MOTA**, **TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 02/03/2020, às 11:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **0837577** e o código CRC **A6255E7D**.

ESTUDOS PRELIMINARES

Apresente a necessidade a ser atendida:

Aquisição de ferramentas e cabos a serem utilizadas na manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de áudio e vídeo, bem como a aquisição de pedestais para microfones e suportes para caixas de som e teleprompter.

A presente aquisição decorre da necessidade de obtenção de ferramentas e cabos, pelo Conselho Nacional de Justiça, para que se realize a manutenção preventiva e corretiva de seus equipamentos de áudio e vídeo, e aquisição de pedestais para microfone e suportes de caixa de som a serem utilizados em eventos do Conselho, bem como da aquisição de um suporte para teleprompter utilizado nas produções audiovisuais da Secretaria de Comunicação Social.

A área de áudio e vídeo do Conselho Nacional de Justiça realiza diversas atividades de manutenção eletrônica, em seus equipamentos e na aparelhagem existente em toda estrutura do Conselho. Há necessidade de aquisição de novas ferrramentas e cabos, para que se mantenha um patamar de qualide técnica dos serviços executados, e o funcionamentos dos equipamentos audiovisuais.

Com o aumento do número de atividades realizadas nos últimos anos, verifica-se a ocorrência de eventos simultâneos, que podem acontecer dentro e fora do Conselho. O CNJ possui duas caixas de som portáteis pra evento, porém somente um pedestal. No caso dos pedestais para microfones sem fio, o Conselho possui 6 microfones sem fio e apenas um pedestal.

Para auxiliar apresentadores, narradores e entrevistados nas produções audiovisuais, a SCS utiliza de forma improvisada um suporte e a utilização de um Ipad como teleprompter para mostrar o texto a ser falado na gravação do vídeo. Um suporte adequado irá facilitar a execução destes serviços.

O resultado esperado é a manutenção plena dos equipamentos de áudio e vídeo do Conselho, evitando a descontinuidade na prestação do serviço, bem como o devido aparelhamento de eventos externos e internos que necessitem de sonorização portátil e a melhoria no auxílio de textos a serem falados nas produções audiovisuais.

Indique o Público-Alvo (unidades orgânicas, autoridades, servidores, outros) da contratação:

Entende-se, como público alvo, todos os setores do CNJ, como um todo, já que o principal resultado a ser atingido por meio da contratação é o pleno funcionamento do sistema audiovisual do Conselho.

Praticamente todas as unidades do CNJ dispõem de equipamentos de áudio e vídeo, como televisores, projetores, cabos, conectores, entre outros. Também o plenário, auditório, salas de reunião e treinamento contam com equipamentos importantes de áudio e vídeo, imprescindíveis para o bom funcionamento das atividades do órgão; além do próprio equipamento da Secretaria de Comunicação Social, como câmeras, gravadores, microfones, etc.

A sociedade, de forma geral, é um dos principais públicos-alvos desta contratação, pois está diretamente interessada nos produtos decorrentes da produção audiovisual do CNJ.

Indique a(s) consequência(s), caso não haja atendimento da necessidade:

A não aquisição dos objetos poderá acarretar:

- Paralisação parcial ou total dos equipamentos audiovisuais existentes no CNJ;
- Impedimento da gravação e até da própria realização de sessões plenárias, reuniões, transmissões, acompanhamento televisivo, entre outros;
- Falta, perda ou enfraquecimento de sinal nas TV´s espalhadas pelo Conselho.
- Perda de qualidade sonora em eventos que demandem caixas de som portáteis, devido ao posicionamento das mesmas.
- Dificuldade na fala e na narração por parte de entrevistados, apresentadores e narradores nas produções audiovisuais.

Indique o alinhamento da necessidade ao Planejamento Estratégico do CNJ:

- Este projeto integra a implementação do Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça (2015-2020), que tem como objetivo *Estimular a comunicação interna, a integração e a colaboração no CNJ e ampliar a divulgação externa das ações institucionais; e Garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ*, conforme Portaria CNJ 167/2015, art. 2º, incisos VI e VIII.

Indique o resultado da pesquisa de mercado feita para identificação das soluções que atendem às necessidades explicitadas:

	Solução Identificada	Detalhamento das Soluções
1ª	Aquisição de ferramentas, cabos, pedestais e suportes pelo Conselho Nacional de Justiça	Compra de ferramentas, cabos, suportes e pedestais a serem utlizados na manutenção do sistema audiovisual do CNJ e eventos a serem realizados.
2ª	Ferramentas fornecidas pelo contrato de terceirização de postos	Manutenção da terceirização da aquisição de ferramentas pela empresa contratada pelo Conselho para prestar serviços de apoio administrativo nas áreas de operação, manutenção preventiva e corretiva e edição de áudio e vídeo.
3ª	Aluguel de suportes	Aluguel de suportes e pedestais em empresas especializadas

A 1º solução é a mais adequada, garantindo a disponibilidade das ferramentas em uma eventual quebra ou descontinuidade contratual, evitando prejuízos na prestação do serviço. Além disso, a disponibilidade imediata de todos os itens se faz necessária tendo em vista a grande imprevisibilidade de eventos que ocorrem dentro do Conselho.

Indique as Soluções implantadas por órgãos públicos:

Solução	Órgão (indicar contrato)	Descrição da Solução
1ª	MINISTÉRIO DA DEFESA Pregão 48/2019	Aquisição de ferramentas de consumo – **Alicate Universal Valor R$: 29,09**
2ª	MINISTÉRIO DA DEFESA Pregão 42/2019	Aquisição de material para manutenção de bens e imóveis, em favor do 1º RC Mec(UASG: 160376), 4º RCB(UASG: 160431), 2º RC Mec(UASG: 160428) e Coudelaria do Rincão(UASG: 160514) – **Alicate de corte Valor R$: 12,00**
3ª	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS Pregão 72/2019	Registro de Preços para aquisição futura e eventual de materiais diversos, para manutenção e conservação das edificações e instalações da Prefeitura – **jogo de chave de fenda Philips Valor R$: 52,20**
4ª	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Universidade Federal de Santa Catarina Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina Pregão 143/2018	Aquisição de Materiais de Consumo Mecânica II para atender as necessidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC. **Jogo de chave Torx Valor: R$ 180,68**
5º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO MEC Dispensa de licitação nº 77/2019	Atendimento de necessidades do NUPEM – **Jogo de chave Allen Valor: R$ 38,15**
6ª	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército COMANDO MILITAR DO OESTE/9ª DIVISÃO DE EXÉRCITO Pregão 03/2019.	Registro de Preços para Aquisição de Material para Manutenção de Bens Imóveis e Ferramentas – **chave de teste elétrico Valor: R$ 417,67**
7ª	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA Pregão 46/2019	Eventual aquisição de materiais diversos como: material elétrico, hidráulico, eletrônico, ferramentas e material para manutenção predial – **Torno de bancada** nº5 - **Valor: R$ 353,16**
8ª	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Pregão 25/2019	Registro de Preços para futuras contratações de jurídica para o fornecimento de itens de consumo para o eixo de Controle e Processos Industriais, necessários a atender as demandas dos diversos Campi do Instituto Federal do Paraná – IFPR - **Ferro de Solda 60 W Valor: R$ 30,98**
9ª	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército	Aquisição de material de emprego operacional para o 1º Batalhão de forças especiais do Copesp - **Ferro de Solda 25 W Valor: R$ 24,22**

10ª	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Universidade Federal Rural de Pernambuco	Aquisição de material permanente e de consumo para atendimento às necessidades dos cursos de Bacharelado em Engenharia Eletrônica e Engenharia Elétrica da Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho (UACSA)- **Sugador de solda Valor: R$ 10,20**
11ª	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Universidade Federal do Rio de Janeiro Pregão 122/2019	Aquisição de produtos para atender o serviço de SCE/SOM/DEG (Barra chata, fechadura e outros).- **Solda estanho média 500gr Valor: R$ 52,80**
12ª	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Pregão 62/2019	Aquisição de materiais e equipamentos de manutenção predial – **Trena 5m Valor: R$ 9,43**
13ª	CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DO DF Pregão 18/2019	Aquisição de materiais, de forma parcelada, mediante requisição, destinados à manutenção preventiva, corretiva, preditiva, reforma e adaptações dos bens móveis e imóveis, do Conselho da Justiça Federal – **Parafusadeira/furadeira: R$ 653,00**
14ª	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Pregão 28/2018	Eventual aquisição de materiais de pintura, construção, solda e EPI para o 5º RCC e 11ª Bia AAAe AP– **Serra tip mini arco: R$ 8,94**
15ª	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO/RJ Pregão 19/2019	Aquisição de materiais de expediente – **Estilete: R$ 5,96**
16ª	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Pregão 32/2019	Aquisição de material elétrico – **Multímetro digital: R$ 159,67**
17ª	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando da Aeronáutica Pregão 64/2019	Registro de preços para a eventual aquisição de material de consumo (aditivo concentrado, elemento filtrante, filtro anticorrosivo, óleo lubrificante, dentre outros) para manutenção dos sistemas de energia e climatização do CINDACTA 3 – **Case para ferramentas: R$ 545,72**
18ª	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Pregão 42/2019	Aquisição de material permanente diversificado, com o objetivo de atender as necessidades das diversas seções do 8º Batalhão de Engenharia de Construção – **Escada alumínio: R$ 452,79**
19ª	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Pregão 12/2019	REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de diversos materiais de consumo e permanentes para o Campus Passo Fundo do Instituto Federal Sul-rio-grandense e órgãos participantes – **Lupa com suporte para ferro de solda: R$ 545,72**
20ª	Prefeitura Municipal de Ji-Paraná Pregão 140/2019	Aquisição de equipamentos de informática específicos manutenção de lousas digitais, para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Educação –**Cabo HDMI 3m: R$ 20,00**
21ª	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA EMBRAPA/UEP/RECIFE Dispensa de licitação nº 13/2018	Aquisição de Materiais e Suprimento de informática – **Cabo HDMI 5m: R$ 44,99**
22ª	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Pregão nº 13/2018	Material de Manobra e Patrulhamento, Esportivo e Proteção e Segurança – **Cabo HDMI 15m: R$ 56,00**
23ª	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO PROCURADORIA REGIONAL DA REPUBLICA 5ª REGIAO Pregão nº 12/2018	Aquisição de diversos materiais elétricos, por meio do Sistema de Registro de Preços – **Cabo RG6 300m: R$ 412,98**
24ª	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Pregão nº 12/2019	Aquisição de material e equipamentos de produção sonora para substituição de material desgastado que não atendem mais sua necessidade. Visa atender a vida vegetativa, administrativa e operacional, como incorporação de efetivo variável, instruções, cursos de formação, cerimônias militares e apoio logístico, entre outros – **Suporte caixa: R$ 167,63**
25ª	INST.FED.EDUC PIAUÍ CAMPUS CAMPO MAIOR Pregão 62/2019	REGISTRO DE PREÇOS para escolha da proposta mais vantajosa para eventual aquisição de material elétrico, hidráulico, eletrônico e outros – **Pedestal Microfone: R$ 110,00**

Indique a descrição completa da Solução que, por entendimento do signatário deste documento, melhor atenderá à necessidade especificada neste documento:

Aquisição dos seguintes materiais:

- Alicate universal: 1 unidade
- Alicate de corte grande: 1 unidade
- Alicate de corte pequeno: 1 unidade
- Alicate bico grande: 1 unidade
- Alicate de bico pequeno: 1 unidade
- Jogo de Chave de Fenda e Philips imantada (mínimo 9 peças): 1 unidade
- Jogo de chave torx (mínimo 9 peças): 1 unidade
- Jogo de chave Allen com Cabo Ergonômico (mínimo 9 peças): 1 unidade
- Chave multiteste digital: 1 unidade
- Torno (Morsa) de Bancada nº 5: 1 unidade
- Ferro de solda 60W 220V: 1 unidade
- Ferro de Solda 25 W 220V: 1 unidade
- Sugador de Solda: 1 unidade
- Solda estanho média 500gr: 2 unidades
- Trena 5M: 1 unidade
- Furadeira-Parafusadeira c/ bateria e Kit de Pontas: 1 unidade
- Mini Arco de Serra 6" 150mm: 1 unidade
- Estilete profissional 18 mm: 1 unidade
- Multímetro Digital: 1 unidade
- Maleta Case para ferramenta em alumínio : 1 unidade
- Escada de alumínio (mín 8 degraus) : 1 unidade
- Lupa com suporte para ferro de solda: 1 unidade
- Cabo HDMI 3 metros: 50 unidades
- Cabo HDMI 5 metros: 25 unidades
- Cabo HDMI 15 metros: 15 uidades
- Cabo RG6 tipo NET 300 metros: 1 unidade
- Suporte para caixa de som: 3 unidades
- Pedestal para microfones: 4 unidades
- Suporte paa teleprompter

Indique o(s) estudo(s) realizado(s) ou o(s) critério(s) adotado(s) para definir o cálculo e a quantidade da necessidade:

Os estudos, critérios e cálculos de quantidade são baseados em anos de experiência na utilização de tais ferramentas e na manutenção dos equipamentos audiovisuais do Conselho.

Indique se a Solução eleita é divisível ou não, levando em consideração o mercado que a fornece:

A aquisição é divisível pois um material não guarda relação com o outro, em termos de compatibilidade.

Indique, entre outras, as restrições internas de caráter técnico, operacional, regulamentar, financeiro e orçamentário, que possam dificultar a implementação da Solução eleita:

Entre as restrições internas de caráter técnico destacam-se:

- Obras em andamento que podem dificultar a instalação dos materiais.
- Imprevisibilidades na infraestrutura da nova sede.

Indique o valor estimado para a contratação:

R$ 7.710,60 (sete mil, setecentos e dez reais e sessenta centavos)

Nº do Processo: **ARP STF nº04/2014 (adesão)**

Fornecedor: Coperson Áudio e Vídeo EIRELLI.

Valor: 13.458,51 (treze mil quator centos e cinquenta e oito reais e cinquenta e um centavos)

Prazo de Vigência: Doze meses contados da assinatura da ata de registro de preços assinada em 28/03/2014.

Houve aditivos? Não houve aditivos no contrato.

Resultado da Análise: NE 526/2014 utilizada para a aquisição de cabos, conectores, adaptadores e outros materiais utilizados na mudança do plenário da sede do CNJ no Supremo Tribunal Federal para o bloco B da 514 norte.

Apresente os Indicadores para avaliar a economicidade, a eficácia e a efetividade:

Os indicadores se baseiam nos valores e na durabilidade dos objetos a serem adquiridos.

Indicação Orçamentária:

A indicação orçamentária correrá por conta do Programa "Comunicação e divulgação institucional", cuja disponibilidade será informada posteriormente pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).

Análise de Risco:

RISCO 1:	**Não aquisição do objeto – ferramentas e cabos**		
Probabilidade (Alta, média e Baixa)	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Baixa	**1**	**Inoperabilidade do sistema audiovisual**	**Alto**
Alta	**2**	**Funcionamento parcial ou mal funcionamento do sistema**	**Médio**
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Realizar o empréstimo de ferramentas necessárias com outro órgão.		Gestor do contrato
2	Realizar emendas em cabos		Técnico em Manutenção Eletrônica.

RISCO 2:	**Não aquisição do objeto – suportes e pedestais**		
Probabilidade (Alta, média e Baixa)	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Baixa	**1**	**Inoperabilidade de caixas de som e microfone**	**Alto**
Alta	**2**	**Dinâmica de eventos e gravações prejudicada**	**Médio**
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Utilizar caixas de som no chão		Equipe de Áudio e Vídeo
2	Utilização de microfones sem fio na mão do locutor		Equipe de Áudio e Vídeo.
3	Utilização de suporte improvisado para teleprompter		Equipe de Áudio e Vídeo.

Servidor responsável pelos Estudos Preliminares e pelo acompanhamento da entrega do material/execução do serviço:

André Luiz Rodrigues da Mota

Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIZ RODRIGUES DA MOTA, TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 04/03/2020, às 13:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **0839693** e o código CRC **AC129B99**.

CNJ	PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS MATERIAL

1. **Objeto:**

Aquisição de ferramentas e cabos a serem utilizadas na manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de áudio e vídeo, bem como a aquisição de pedestais para microfones e suportes para caixas de som e teleprompter.

Item	Descrição/Especificação do Objeto	U.M.	Qtde
1	Alicate Universal	Unid.	01
2	Alicate de corte grande	Unid.	01
3	Alicate de corte pequeno	Unid.	01
4	Alicate bico grande	Unid.	01
5	Alicate de bico pequeno	Unid.	01
6	Jogo de Chave de Fenda e Philips imantada (mínimo 9 peças)	Unid.	01
7	Jogo de chave torx (mínimo 9 peças)	Unid.	01
8	Jogo de chave Allen com Cabo Ergonômico (mínimo 9 peças)	Unid.	01
9	Chave Multi teste digital: Não necessita de pilhas ou baterias para funcionar; Medição de voltagem: Permite medições de 12V, 36V, 55V, 110V e220V em voltagem alternada "CA" e voltagem contínua "CC"; Medição de indução: Permite indicar a polaridade (fase ou neutro) de um fio/cabo paralelo sem a necessidade de desencapa-lo, permitindo também a indentificação de possível rompimento do fio/cabo; Teste de polaridade: Permite identificar a polaridade (fase ou neutro) de uma tomada , fio/cabo (no caso de fios/cabos é necessário desencapar os mesmos).	Unid.	01
10	Torno Morsa De Bancada Profissional Base Fixa 5”, em aço, com medidas: Abertura Máxima - 140mm, tamanho Mordente - 120mm, dimensões: 13cmx15cmx31cm (AxLxC);	Unid.	01
11	Ferro de solda ponta fina 60 watts 220 volts: confeccionado em ponteira e haste metálicas, com cabo elétrico de plástico de, pelo menos, 1 m e suporte de metal para descanso, seu uso destinar-se-á a pequenos reparos por meio de solda de estanho. Deverá ter 220 v e potência de 60 w.	Unid.	01
12	Ferro de solda ponta fina 25 watts 220 volts: confeccionado em ponteira e haste metálicas, com cabo elétrico de plástico de, pelo menos, 1 m e suporte de metal para descanso, seu uso destinar-se-á a pequenos reparos por meio de solda de estanho. Deverá ter 220 v e potência de 25 w.	Unid.	01
13	Sugador de solda para aplicação em atividades práticas de laboratório de eletrônica. Composição: Alumínio e Plástico	Unid.	01

14	Solda estanho média 500gr: solda estanho, aspecto físico fio sólido, aplicação soldagem de componentes eletroeletrônico Diâmetro 1,00mm Liga 60,0% Sn Liga 40,0% Pb Fluxo da Solda 2,4%.	Unid.	02
15	Trena standard 5m/19mm	Unid.	01
16	Parafusadeira e Furadeira à Bateria 12V Impacto Bivolt 2 velocidades potência mínima 180w, equipada com luz de Led. + acessórios - 2 Baterias (1,5Ah); Carregador 1,25A 70 minutos Bivolt; Manual; 01 Chave catraca; 01 Bit adaptador; 01 Soquete adaptador; 01 Bitola; 01 Bit de duas extremidades; 05 Guias para bits/pontas 3”; 05 Soquetes de tamanhos diversos; 10 Soquetes; 10 Parafusos; 14 Guias para bits/ pontas de 2”; 20 Bits para brocas; 32 Guias para bits/pontas de 1”; Caixa plástica para armazenamento dos acessório.	Unid.	01
17	Mini arco de serra 6 polegadas 150mm	Unid.	01
18	Estilete profissional, emborrachado com empunhadura ergonômica. Com lâmina medindo 18 mm de largura, guia em aço inox que se estende além do corpo do estilete para apoio da lamina e auxilio ao corte, sistema de trava Screw Locking (trava giratória) que evita a retração da lâmina em projetos onde é necessária alta resistência do estilete, cortes precisos ou para perfuração.	Unid.	01
19	Multímetro digital, visor lcd, tensão ac/dc, corrente, resistência, teste de transistor, diodos e de continuidade com sinal sonoro, alimentação bateria 9v	Unid.	01
20	Mala - case para ferramentas em fibra e alumínio, com travas de fechamento em aço inox medindo 40x60x28 cm (c x l x a)	Unid.	01
21	Escada de alumínio extensiva do tipo profissional, com 10 de- graus e dois lados(mínimo). Degraus de alumínio com sistema antiderrapante. Indicada para uso profissional	Unid.	01
22	Lupa com suporte para ferro de solda Peças trabalhadas em aço e uma base de ferro pesada garantindo estabilidade e durabilidade Dois prendedores tipo jacaré útil para segurar uma variedade de objetos no lugar com firmeza. Suporte espiral para colocar ferro de solda ou outra ferramenta pequena Ideal para serviços de precisão ou detalhados Diâmetro da lupa: 60 mm	Unid.	01
23	Cabo HDMI, 2.0, 19 pinos, suporta resolução 4K, cabo com 3M	Unid.	50
24	Cabo HDMI, 2.0, 19 pinos, suporta resolução 4K, cabo com 5M	Unid.	25
25	Cabo HDMI, 2.0, 19 pinos, suporta resolução 4K, cabo com 15M	Unid.	15
26	Cabo coaxial, impedância 75 ohms, tipo rg6 tipo net 95% malha	Metros	300
27	Pedestal Tripé Para Caixa Acústica Com Altura mínima 1,20 M e altura máxima 1,50	Unid.	3
28	Pedestal para microfone modelo girafa; em aço preto; regulável: desmontável; com 2 estágios; com cachimbo para microfones com fio e sem fio; altura mínima: 0,50m a 0,70m; altura máxima 1,7m a 2,0m; peso máximo: 2,0kg.	Unid.	4
29	Suporte de teleprompter com vidro, para uso com câmeras profissionais, com ou sem lentes e tablets de até 10 polegadas.	Unid.	2

2. **Apresentação de amostras** (se for o caso):

N/A

3. **Prazo de Entrega:**

7 (sete) dias após o recebimento da nota de empenho.

4. **Garantia ou prazo de validade:**

Oferecer prazo de garantia de 90 (noventa) dias para o material, em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). No caso de o prazo de garantia do fabricante ser maior que 90 dias, sobre esse prevalecerá.

5. **Local de Entrega:**

Seção de Almoxarifado do CNJ

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6

CEP: 70070-600

Telefones: (61) 2326-5003

6. **Obrigações da Contratada:**

a. Entregar o material no prazo máximo de 07 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota de empenho;
b. Substituir o material entregue em desacordo com a proposta de preços e a nota de empenho, no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar da notificação;
c. Oferecer garantia com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;
d. Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento;

7. **Obrigações do Contratante:**

a. Promover o pagamento dentro do prazo estipulado;
b. Fiscalizar o fornecimento do objeto;

8. **Fiscalização do Recebimento:**

A Unidade Demandante acompanhará a entrega do material até o recebimento definitivo.

9. **Condições de Recebimento:**

1. O material será recebido da seguinte forma:

a.1) provisoriamente, no ato da entrega do objeto;

a.2) definitivamente, mediante atesto pela área requisitante, em até 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da qualidade do material entregue, comprovando-se a adequação do objeto às especificações do pedido, da proposta e da nota de empenho.

2. No caso de material entregue com defeito ou em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a contratada deverá providenciar a substituição, sem ônus para o CNJ, no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar da notificação.

10. **Forma de Pagamento:**

a) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item "a" será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11. **Penalidades:**

1. No caso de atraso injustificado para a entrega do material a contratada estará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:
2.

a.2) multa, no valor de:

a.2.1) 1% (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

a.2.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea "a.2.1", com aceitação do objeto pela Administração;

a.2.3) no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea "a.2.5";

a.2.4) 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

a.2.5) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

12. **Contrato:**

a. A nota de empenho poderá substituir o contrato.

b. Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIZ RODRIGUES DA MOTA**, **TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 11/03/2020, às 09:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **0844593** e o código CRC **3356F9B9**.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: **24.907.602/0001-95**
Razão Social: **PRIMEIRA LINHA COMERCIAL DE ROLAMENTOS LTDA**
Nome Fantasia: **PRIMEIRA LINHA**
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **08/10/2021**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento (Possui Pendência)

II - Habilitação Juridica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**17/03/2021**
FGTS		Validade:	**28/11/2020**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**12/12/2020**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital		Validade:	**21/06/2017** (*)
Receita Municipal	(Isento)		

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Sem Informação

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 354080687212020
NOME: PRIMEIRA LINHA COMERCIAL DE ROLAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: SIA QUADRA 04C LOTE 40/41
CIDADE: SIA
CNPJ: 24.907.602/0001-95
CF/DF: 0731320300182 - ATIVA

FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

HA DEBITOS VINCENDOS. LANCAMENTO: 0000415084 / 2020 / 7237
PARCELAMENTO ADMINISTRATIVO COM PARCELAS VINCENDAS.

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5172/66 – CTN.
Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.
Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04 / 07 / 2003, gratuitamente. Válida até 17 de fevereiro de 2021. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 19/11/2020 às 16:42:30 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

Certidão Negativa Distrital - Primeira Linha (0990919) SEI 02129/2020 / pg. 12

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: **05.428.208/0001-20**
Razão Social: **RGN - SOM ELETRONICA E INFORMATICA LTDA**
Nome Fantasia: **CONTATO ELETRONICA**
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **05/05/2021**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**26/04/2021**
FGTS		Validade:	**21/11/2020**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**08/05/2021**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital		Validade:	**15/11/2019** (*)
Receita Municipal	(Isento)		

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade: **31/05/2020** (*)

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº: 354080687752020
NOME: RGN SOM ELETRONICA E INFORMATICA LTDA.
ENDEREÇO: SHC/SUL CL QD 310 BL D LOJAS 02, 06, 08, 12 , 16 E 20
CIDADE: ASA SUL
CNPJ: 05.428.208/0001-20
CF/DF: 0744073600110 - ATIVA

FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o CNPJ acima.

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Divida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04 / 07 / 2003, gratuitamente. Válida até 17 de fevereiro de 2021. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública,
em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 19/11/2020 às 16:44:49 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

Certidão Negativa Distrital - RGN (0990921) SEI 02129/2020 / pg. 14

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo de aquisição de ferramentas e cabos a serem utilizadas na manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de áudio e vídeo, bem como a aquisição de pedestais para microfones e suportes para caixas de som e teleprompter, conforme PAMS - Pedido de Aquisição de Material e Serviços (0844593).

Aprovados os Estudos Preliminares (0840388) e o Pedido de Aquisição de Material (0845114), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v4 (0976089), o qual foi ratificado pela unidade demandante, mediante Despacho n. 0976466 da Secretaria de Comunicação Social (SCS). Cabe registrar a dificuldade enfrentada pela SECOM na obtenção de orçamentos junto às empresas prestadoras dos serviços, conforme relatado no Despacho SECOM n. 0988049. A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho n. 0988049, constatou-se que as propostas mais vantajosas foram apresentadas pelas empresas Primeira Linha Comercial e Rolamentos Ltda., RGN Som Eletrônico e Informática Ltda. e União Comercial Rezende Ltda.

Ocorre que, ao consultar a regularidade fiscal das empresas, verificou-se que a empresa União Comercial Rezende Ltda. encontra-se com pendência fiscal, perante à receita distrital, conforme documento 0990925, fato que impede o andamento da dispensa de licitação para os itens que a mencionada empresa foi vencedora (itens 1,2,5,10,12 e 21), no valor de R$ 1.028,96 (um mil vinte e oito reais e noventa e seis centavos).

Não obstante, no intuito de tornar mais célere o procedimento de contratação, será dado andamento à aquisição dos demais itens do PAMS (0844593), com as suas respectivas empresas vencedoras. Concomitantemente, a empresa União Comercial Rezende Ltda. será alertada sobre a mencionada pendência fiscal, com prazo para regularização e, tão logo regularize, será declarada a dispensa de licitação para os itens restantes. Caso não ocorra a regularização, será adotada as devidas providências para a aquisição dos itens pendentes.

Superada essa questão, cabe registrar que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 0952716) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despachos SEPOR 0952992 e 0976598). As certidões que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista das empresas Primeira Linha Comercial e Rolamentos Ltda. e RGN Som Eletrônico e Informática Ltda., para contratar com a Administração, constam nos arquivos 0990914, 0990919, 0990920 e 0990921. Além disso, as empresas não são optantes pelo Simples Nacional (0985709, 0985710).

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 0990931, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **Primeira Linha Comercial e Rolamentos Ltda.**, inscrita no **CNPJ** sob o n. **24.907.602/0001-95**, no valor de **R$ 87,57 (oitenta e sete reais e cinquenta e sete centavos)**, com vistas à aquisição dos itens 11, 15 e 18 do PAMS 0844593, bem como para contratar a empresa **RGN Som Eletrônico e Informática Ltda.**, inscrita no **CNPJ** sob o n. **05.428.208/0001-20**, no valor de **R$ 8.294,51 (oito mil duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta e um centavos)**, com vistas à aquisição dos itens 3, 4, 6, 7, 8, 9, 13, 14, 16, 17, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28 do mencionado PAMS.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação das empresas supramencionadas.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Getulio Vaz
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 20/11/2020, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **0991048** e o código CRC **6C2317C7**.

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 0991048, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. XI, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **autorizo** a contratação das empresas **Primeira Linha Comercial e Rolamentos Ltda,** CNPJ nº 24.907.602/0001-95, e **RGN Som Eletrônico e Informática Ltda**, CNPJ nº 05.428.208/0001-20, bem como **aprovo** a realização da despesa, nos valores, respectivamente, de R$ 87,57 (oitenta e sete reais e cinquenta e sete centavos) e R$ 8.294,51 (oito mil duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta e um centavos), com vistas à aquisição dos itens 3, 4, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28 do Pedido de Aquisição de Material e Serviços (0844593).

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho em favor das mencionadas empresas.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 23/11/2020, às 18:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **0991976** e o código CRC **2EB6C705**.

SERVICO PUBLICO FEDERAL
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

EMISSAO : 24Nov20 NUMERO: 2020NE000993
ESPECIE : 07 - ORIGINAL DOC. REFEREN: 2020PE000676
EMITENTE : 040003/00001 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA
CNPJ : 07421906/0001-29 FONE: 2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136
ENDERECO : SEPN 514, LOTE 7, BLOCO "B" E "D"
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70760-542

CREDOR : 24907602/0001-95 - PRIMEIRA LINHA COMERCIAL DE ROLAMENTOS LTDA
ENDERECO : DE INDUSTRIA E ABASTECI S/N SIA
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 71200-045
TAXA CAMBIO:
OBSERVACAO / FINALIDADE
02129/2020. AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS PARA EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO.
CONFORME DESPACHOS 0991048/SAD E 0991976/DG.

CLASS : 1 17101 02131003325490001 167501 0100000000 339030 000000
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: DISPENSA DE LICITACAO
AMPARO: LEI8666 INCISO: 02 PROCESSO: 02129/2020.
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: DF / 9701
ORIGEM DO MATERIAL : NACIONAL
REFERENCIA: ART24/02 LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 87,57
OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS**********
****
****
****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339030 SUBITEM: 42 -FERRAMENTAS
SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 51,56
VALOR DO SEQ. : 51,56

FERRO DE SOLDA PONTA FINA 60 WATTS 220 VOLTS: CONFECCIONADO EM PONTEIRA E HASTE METÁLICAS, COM CABO ELÉTRICO DE PLÁSTICO DE, PELO MENOS, 1 M E SUPORTE DE METAL PARA DESCANSO, SEU USO DESTINAR-SE-Á A PEQUENOS REPAROS POR MEIO DE SOLDA DE ESTANHO. DEVERÁ TER 220 V E POTÊNCIA DE 60 W.
ITEM 11 DO PAMS 0844593/SCS.

SEQ.: 2 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 23,69
VALOR DO SEQ. : 23,69

TRENA STANDARD 5M/19MM.
ITEM 15 DO PAMS 0844593/SCS;

SUBTOTAL : 75,25

SERVICO PUBLICO FEDERAL
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

EMISSAO : 24Nov20 NUMERO: 2020NE000993 PROCESSO: 02129/2020.
EMITENTE : 040003/00001 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA
CREDOR : 24907602/0001-95 - PRIMEIRA LINHA COMERCIAL DE ROLAMENTOS LTDA
ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

SEQ.: 3 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 12,32
VALOR DO SEQ. : 12,32

ESTILETE PROFISSIONAL, EMBORRACHADO COM EMPUNHADURA ERGONÔMICA COM LÂMINA MEDINDO 18 MM DE LARGURA, GUIA EM AÇO INOX QUE SE ESTENDE ALÉM DO CORPO DO ESTILETE PARA APOIO DA LAMINA E AUXILIO AO CORTE, SISTEMA DE TRAVA SCREW LOCKING (TRAVA GIRATÓRIA) QUE EVITA A RETRAÇÃO DA LÂMINA EM PROJETOS ONDE É NECESSÁRIA ALTA RESISTÊNCIA DO ESTILETE, CORTES PRECISOS OU PARA PERFURAÇÃO. ITEM 18 DO PAMS 0844593/SCS.

T O T A L : 87,57

GETULIO VAZ	WERNNE PEREIRA E SILVA
ORDENADOR SUBSTITUTO	GESTOR FINANCEIRO

SERVICO PUBLICO FEDERAL
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

EMISSAO : 24Nov20 NUMERO: 2020NE000994
ESPECIE : 07 - ORIGINAL DOC. REFEREN: 2020PE000677
EMITENTE : 040003/00001 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA
CNPJ : 07421906/0001-29 FONE: 2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136
ENDERECO : SEPN 514, LOTE 7, BLOCO "B" E "D"
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70760-542

CREDOR : 05428208/0001-20 - RGN - SOM ELETRONICA E INFORMATICA LTDA
ENDERECO : SHC/SUL CL QUADRA 310 B SN ASA SUL
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70363-540
TAXA CAMBIO:
OBSERVACAO / FINALIDADE
02129/2020. AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS PARA EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO.
CONFORME DESPACHOS 0991048/SAD E 0991976/DG.

CLASS : 1 17101 02131003325490001 167501 0100000000 449052 000000
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: DISPENSA DE LICITACAO
AMPARO: LEI8666 INCISO: 02 PROCESSO: 02129/2020
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: DF / 9701
ORIGEM DO MATERIAL : NACIONAL
REFERENCIA: ART24/02 LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 1.353,19
UM MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E TRES REAIS E DEZENOVE CENTAVOS**********
****
****
****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 449052 SUBITEM: 34 -MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAM
SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 456,55
VALOR DO SEQ. : 456,55

PARAFUSADEIRA E FURADEIRA À BATERIA 12V IMPACTO BIVOLT 2 VELOCIDADES POTÊN-
CIA MÍNIMA 180W, EQUIPADA COM LUZ DE LED. + ACESSÓRIOS - 2 BATERIAS (1,5AH0;
CARREGADOR 1,25A 70 MINUTOS BIVOLT; MANUAL; 01 CHAVE CATRACA; 01 BIT ADAPTADOR
; 01 SOQUETE ADAPTADOR; 01 BITOLA; 01 BIT DE DUAS EXTREMIDADES; 05 GUIAS PARA
BITS/PONTAS 3"; 05 SOQUETES DE TAMANHOS DIVERSOS; 10 SOQUETES; 10 PARAFUSOS;
14 GUIAS PARA BITS/ PONTAS DE 2"; 20 BITS PARA BR0CAS; 32 GUIAS PARA BITS/
PONTAS DE 1"; CAIXA PLÁSTICA PARA ARMAZENAMENTO DOS ACESSORIOS.
ITEM 16 DO PAMS 0844593/SCS.

SUBTOTAL : 456,55

SERVICO PUBLICO FEDERAL
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

EMISSAO : 24Nov20 NUMERO: 2020NE000994 PROCESSO: 02129/2020
EMITENTE : 040003/00001 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA
CREDOR : 05428208/0001-20 - RGN - SOM ELETRONICA E INFORMATICA LTDA
ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 449052 SUBITEM: 33 -EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO
SEQ.: 2 QUANTIDADE: 3 VALOR UNITARIO: 237,30
VALOR DO SEQ. : 711,90

PEDESTAL TRIPÉ PARA CAIXA ACÚSTICA COM ALTURA MÍNIMA 1,20 M E ALTURA MÁXIMA 1,50
ITEM 27 DO PAMS 0844593/SCS

SEQ.: 3 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 184,74
VALOR DO SEQ. : 184,74

PEDESTAL PARA MICROFONE MODELO GIRAFA; EM AÇO PRETO; REGULÁVEL: DESMONTÁVEL; COM 2 ESTÁGIOS; COM CACHIMBO PARA MICROFONES COM FIO E SEM FIO; ALTURA MÍNIMA: 0,50M A 0,70M; ALTURA MÁXIMA 1,7M A 2,0M; PESO MÁXIMO: 2,0KG.
ITEM 28 DO PAMS 0844593/SCS.

T O T A L : 1.353,19

GETULIO VAZ	WERNNE PEREIRA E SILVA
ORDENADOR SUBSTITUTO	GESTOR FINANCEIRO

SERVICO PUBLICO FEDERAL
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

EMISSAO : 24Nov20 NUMERO: 2020NE000995
ESPECIE : 08 - REFORCO EMPENHO ORIGINAL: 2020NE000994
EMITENTE : 040003/00001 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA
CNPJ : 07421906/0001-29 FONE: 2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136
ENDERECO : SEPN 514, LOTE 7, BLOCO "B" E "D"
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70760-542

CREDOR : 05428208/0001-20 - RGN - SOM ELETRONICA E INFORMATICA LTDA
ENDERECO : SHC/SUL CL QUADRA 310 B SN ASA SUL
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70363-540
TAXA CAMBIO:
OBSERVACAO / FINALIDADE
02129/2020. AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS PARA EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO.
REFORÇO DA NE 994/2020.
CONFORME DESPACHOS 0991048/SAD E 0991976/DG.

CLASS : 1 17101 02131003325490001 167501 0100000000 449052 000000
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: DISPENSA DE LICITACAO
AMPARO: LEI8666 INCISO: 02 PROCESSO: 02129/2020.
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: DF / 9701
ORIGEM DO MATERIAL : NACIONAL
REFERENCIA: ART24/02 LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR REFORCO : 554,22
QUINHENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS**********
****
****
****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 449052 SUBITEM: 33 -EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO
SEQ.: 1 QUANTIDADE: 3 VALOR UNITARIO: 184,74
VALOR DO SEQ. : 554,22

PEDESTAL PARA MICROFONE MODELO GIRAFA; EM AÇO PRETO; REGULÁVEL:
DESMONTÁVEL; COM 2 ESTÁGIOS; COM CACHIMBO PARA MICROFONES COM
FIO E SEM FIO; ALTURA MÍNIMA: 0,50M A 0,70M; ALTURA MÁXIMA 1,7M A 2,0M;
PESO MÁXIMO: 2,0KG.
ITEM 28 DO PAMS 0844593/SCS

T O T A L : 554,22

GETULIO VAZ	WERNNE PEREIRA E SILVA
ORDENADOR SUBSTITUTO	GESTOR FINANCEIRO

SERVICO PUBLICO FEDERAL
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

EMISSAO : 24Nov20 NUMERO: 2020NE000996
ESPECIE : 07 - ORIGINAL DOC. REFEREN: 2020PE000676
EMITENTE : 040003/00001 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA
CNPJ : 07421906/0001-29 FONE: 2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136
ENDERECO : SEPN 514, LOTE 7, BLOCO "B" E "D"
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70760-542

CREDOR : 05428208/0001-20 - RGN - SOM ELETRONICA E INFORMATICA LTDA
ENDERECO : SHC/SUL CL QUADRA 310 B SN ASA SUL
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70363-540
TAXA CAMBIO:
OBSERVACAO / FINALIDADE
02129/2020. AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS PARA EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO.
CONFORME DESPACHOS 0991048/SAD E 0991976/DG.

CLASS : 1 17101 02131003325490001 167501 0100000000 339030 000000
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: DISPENSA DE LICITACAO
AMPARO: LEI8666 INCISO: 02 PROCESSO: 02129/2020
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: DF / 9701
ORIGEM DO MATERIAL : NACIONAL
REFERENCIA: ART24/02 LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 6.387,10
SEIS MIL, TREZENTOS E OITENTA E SETE REAIS E DEZ CENTAVOS**********
****
****
****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339030 SUBITEM: 42 -FERRAMENTAS
SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 135,31
VALOR DO SEQ. : 135,31

ALICATE DE CORTE PEQUENO
ITEM 3 DO PAMS 0844593/SCS

SEQ.: 2 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 27,00
VALOR DO SEQ. : 27,00

ALICATE BICO GRANDE
ITEM 4 DO PAMS 0844593/SCS

SUBTOTAL : 162,31

N O T A D E E M P E N H O

EMISSAO : 24Nov20 NUMERO: 2020NE000996 PROCESSO: 02129/2020
EMITENTE : 040003/00001 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA
CREDOR : 05428208/0001-20 - RGN - SOM ELETRONICA E INFORMATICA LTDA
ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

SEQ.: 3 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 48,86
VALOR DO SEQ. : 48,86

JOGO DE CHAVE DE FENDA E PHILIPS IMANTADA (MÍNIMO 9 PEÇAS)
ITEM 6 DO PAMS 0844593/SCS

SEQ.: 4 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 26,62
VALOR DO SEQ. : 26,62

JOGO DE CHAVE TORX (MÍNIMO 9 PEÇAS)
ITEM 7 DO PAMS 0844593/SCS

SEQ.: 5 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 85,00
VALOR DO SEQ. : 85,00

JOGO DE CHAVE ALLEN COM CABO ERGONÔMICO (MÍNIMO 9 PEÇAS)
ITEM 8 DO PAMS 0844593/SCS

SEQ.: 6 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 12,10
VALOR DO SEQ. : 12,10

CHAVE MULTI TESTE DIGITAL: NÃO NECESSITA DE PILHAS OU BATERIAS PARA FUNCIONAR; MEDIÇÃO DE VOLTAGEM: PERMITE MEDIÇÕES DE 12V, 36V, 55V, 110V E220V EM VOLTAGEM ALTERNADA "CA" E VOLTAGEM CONTÍNUA "CC"; MEDIÇÃO DE INDUÇÃO: PERMITE INDICAR A POLARIDADE (FASE OU NEUTRO) DE UM FIO/CABO PARALELO SEM A NECESSIDADE D DESENCAPA-LO, PERMITINDO TAMBÉM A INDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEL SEM A NECESSIDAD ROMPIMENTO DO FIO/CABO; TESTE DE POLARIDADE: PERMITE IDENTIFICAR A POLARIDADE (FASE OU NEUTRO) DE UMA TOMADA, FIO/CABO (NO CASO DE FIOS/CABOS SEM NECESSIDA DE DE DESENCAPÁ-LOS. ITEM 9 DO PAMS 0844593/SCS

SEQ.: 7 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 110,00
VALOR DO SEQ. : 110,00

SUGADOR DE SOLDA PARA APLICAÇÃO EM ATIVIDADES PRÁTICAS DE LABORATÓRIO DE ELETRÔNICA. COMPOSIÇÃO: ALUMÍNIO E PLÁSTICO
ITEM 13 DO PAMS 0844593/SCS

SEQ.: 8 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 75,00
VALOR DO SEQ. : 75,00

MINI ARCO DE SERRA 6 POLEGADAS 150MM
ITEM 17 DO PAMS 0844593/SCS

SUBTOTAL : 519,89

N O T A D E E M P E N H O

EMISSAO : 24Nov20 NUMERO: 2020NE000996 PROCESSO: 02129/2020
EMITENTE : 040003/00001 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA
CREDOR : 05428208/0001-20 - RGN - SOM ELETRONICA E INFORMATICA LTDA
ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

SEQ.: 9 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 52,81
VALOR DO SEQ. : 52,81

MULTÍMETRO DIGITAL, VISOR LCD, TENSÃO AC/DC, CORRENTE, RESISTÊNCIA,
TESTE DE TRANSISTOR, DIODOS E DE CONTINUIDADE COM SINAL SONORO,
ALIMENTAÇÃO BATERIA
ITEM 19 DO PAMS 0844593/SCS

SEQ.: 10 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 109,90
VALOR DO SEQ. : 109,90

LUPA COM SUPORTE PARA FERRO DE SOLDA PEÇAS TRABALHADAS EM AÇO E UMA BASE
DE FERRO PESADA GARANTINDO ESTABILIDADE E DURABILIDADE DOIS PRENDE-DORES
TIPO JACARÉ ÚTIL PARA SEGURAR UMA VARIEDADE DE OBJETOS NO LUGAR COM FIRMEZA.
SUPORTE ESPIRAL PARA COLOCAR FERRO DE SOLDA OU OUTRA FERRAMENTA PEQUENA
IDEAL PARA SERVIÇOS DE PRECISÃO OU DETALHADOS DIÂMETRO DA LUPA: 60 MM.
ITEM 22 DO PAMS 0844593/SCS

ND: 339030 SUBITEM: 26 -MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO
SEQ.: 11 QUANTIDADE: 2 VALOR UNITARIO: 88,50
VALOR DO SEQ. : 177,00

SOLDA ESTANHO MÉDIA 500GR: SOLDA ESTANHO, ASPECTO FÍSICO FIO SÓLIDO, APLICAÇÃO
SOLDAGEM DE COMPONENTES ELETROELETRÔNICO DIÂMETRO 1,00MM LIGA 60,0% SN LIGA
40,0% PB FLUXO DA SOLDA 2,4%.
ITEM 14 DO PAMS 0844593/SCS

ND: 339030 SUBITEM: 29 -MATERIAL P/ AUDIO, VIDEO E FOT
SEQ.: 12 QUANTIDADE: 50 VALOR UNITARIO: 28,60
VALOR DO SEQ. : 1.430,00

CABO HDMI, 2.0, 19 PINOS, SUPORTA RESOLUÇÃO 4K, CABO COM 3M
ITEM 23 DO PAMS 0844593/SCS

SEQ.: 13 QUANTIDADE: 25 VALOR UNITARIO: 38,50
VALOR DO SEQ. : 962,50

CABO HDMI, 2.0, 19 PINOS, SUPORTA RESOLUÇÃO 4K, CABO COM 5M
ITEM 24 DO PAMS 0844593/SCS

SUBTOTAL : 3.252,10

SERVICO PUBLICO FEDERAL
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

EMISSAO : 24Nov20 NUMERO: 2020NE000996 PROCESSO: 02129/2020
EMITENTE : 040003/00001 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA
CREDOR : 05428208/0001-20 - RGN - SOM ELETRONICA E INFORMATICA LTDA
ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

SEQ.: 14 QUANTIDADE: 15 VALOR UNITARIO: 165,00
VALOR DO SEQ. : 2.475,00

CABO HDMI, 2.0, 19 PINOS, SUPORTA RESOLUÇÃO 4K, CABO COM 15M
ITEM 25 DO PAMS 0844593/SCS

SEQ.: 15 QUANTIDADE: 300 VALOR UNITARIO: 2,20
VALOR DO SEQ. : 660,00

CABO COAXIAL, IMPEDÂNCIA 75 OHMS, TIPO RG6 TIPO NET 95% MALHA
ITEM 26 DO PAMS 0844593/SCS

T O T A L : 6.387,10

GETULIO VAZ	WERNNE PEREIRA E SILVA
ORDENADOR SUBSTITUTO	GESTOR FINANCEIRO

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	**ORDEM DE FORNECIMENTO - O.F.** CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	OF: Nº **006/2020**	PROC.: 02129/2020	DATA: 27/11/2020

RAZÃO SOCIAL:	TELEFONE:	E-MAIL:
RGN - SOM ELETRONICO E INFORMATICA LTDA	(61) 3244-6669	contato@contatopro.com.br

ENDEREÇO:	INSCRIÇÃO NO CNPJ:	PESSOA/SEÇÃO RESPONSÁVEL PELO ATESTO:
SHC/SUL CL QD. 310 BLOCO D LOJAS 02, 06, 08, 12 E 16- BRASÍLIA DF	05.428.208/0001-20	**SEÇÃO DE AUDIO E VIDEO - SCS**

NOTA FISCAL

EMITIR EM NOME DO:	INSCRIÇÃO NO CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL	TELEFONE: **(Seção de Almoxarifado)**
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	**07.421.906/0001-29**	**ISENTO**	(61) 2326-4998/4997/4996/5003

ENDEREÇO DE ENTREGA:
SAF Sul Quadra 02, Lote 05/06, Torre F, Sala 2S08, 2º Subsolo - Brasília/DF CEP: 70.070-600 ***ENTREGAS DAS 10H ÀS 18H***

PRAZO PARA A ENTREGA	Nº DA NE	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:	VALOR TOTAL DA OF:
07/12/2020	2020000994		**R$ 1.353,19**

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR R$ UNITÁRIO	VALOR R$ TOTAL
16	Parafusadeira e furadeira à bateria 12V impacto bivolt 2 velocodades potência mínima 180w, equipada com luz de led + acessórios: 2 bateriais (1,5 AH), carregador 1,25 A 70 minutos bivolt, manual, 1 chave catraca, 1 bit adaptador, 1 soquete adapatador, 1 bitola, 1 bit de duas extremidades, 5 guias para bits/pontas 3", 5 soquetes de tamanhos diversos, 10 soquetes, 14 guias para bits/pontas de 2", 20 bits para brocas, 32 guias para bits/pontas de 1", caixa plástica para armazenamento dos acessórios. Marca: Borch	UNI.	1	R$ 456,55	R$ 456,55
27	Pedestal tripé para caixa acústica, com altura mínima de 1,20m e máxima de 1,50m (reforçado)	UNI.	3	R$ 237,30	R$ 711,90
28	Pedestal para microfone modelo girafa, em aço preto, regulável, desmotável, com 2 estágios, com cachimbo para microfone com fio e sem fio; altura mínima de 0,50m a 0,70m e altura máxima 1,7m a 2,0m e peso máximo de 2,0kg.	UNI.	1	R$ 184,74	R$ 184,74

OBS.: **Conforme PAMS n. 0844593, item 3.: "o prazo para entrega é de 7 dias".**

LOCAL DE APRESENTAÇÃO DA FATURA:	Nº DA ARP:	Nº DO PREGÃO ELETRONICO:	PRAZO DE ENTREGA (DIAS CORRIDOS):
Seção de Almoxarifado	PAMS n. 0844593	PAMS n. 0844593	10

Ordem de Fornecimento n. 006/2020 (0995728) SEI 02129/2020 / pg. 28

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	**ORDEM DE FORNECIMENTO - O.F.** CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	OF: Nº **007/2020**	PROC.: 02129/2020	DATA: 27/11/2020

RAZÃO SOCIAL:	TELEFONE:	E-MAIL:
RGN - SOM ELETRONICO E INFORMATICA LTDA	(61) 3244-6669	contato@contatopro.com.br

ENDEREÇO:	INSCRIÇÃO NO CNPJ:	PESSOA/SEÇÃO RESPONSÁVEL PELO ATESTO:
SHC/SUL CL QD. 310 BLOCO D LOJAS 02, 06, 08, 12 E 16- BRASÍLIA DF	05.428.208/0001-20	**SEÇÃO DE AUDIO E VIDEO - SCS**

NOTA FISCAL

EMITIR EM NOME DO:	INSCRIÇÃO NO CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL	TELEFONE: **(Seção de Almoxarifado)**
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	**07.421.906/0001-29**	**ISENTO**	(61) 2326-4998/4997/4996/5003

ENDEREÇO DE ENTREGA:
SAF Sul Quadra 02, Lote 05/06, Torre F, Sala 2S08, 2º Subsolo - Brasília/DF CEP: 70.070-600 ***ENTREGAS DAS 10H ÀS 18H***

PRAZO PARA A ENTREGA	Nº DA NE	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:	VALOR TOTAL DA OF:
07/12/2020	2020000995		**R$ 554,22**

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR R$ UNITÁRIO	VALOR R$ TOTAL
28	Pedestal para microfone modelo girafa, em aço preto, regulável, desmotável, com 2 estágios, com cachimbo para microfone com fio e sem fio; altura mínima de 0,50m a 0,70m e altura máxima 1,7m a 2,0m e peso máximo de 2,0kg.	UNI.	3	R$ 184,74	R$ 554,22

OBS.: **Conforme PAMS n. 0844593, item 3.: "o prazo para entrega é de 7 dias".**

LOCAL DE APRESENTAÇÃO DA FATURA:	Nº DA ARP:	Nº DO PREGÃO ELETRONICO:	PRAZO DE ENTREGA (DIAS CORRIDOS):
Seção de Almoxarifado	PAMS n. 0844593	PAMS n. 0844593	10

Ordem de Fornecimento n. 007/2020 (0995733)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	**ORDEM DE FORNECIMENTO - O.F.** CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	OF: Nº **008/2020**	PROC.: 02129/2020	DATA: 27/11/2020

RAZÃO SOCIAL:	TELEFONE:	E-MAIL:
RGN - SOM ELETRONICO E INFORMATICA LTDA	(61) 3244-6669	contato@contatopro.com.br

ENDEREÇO:	INSCRIÇÃO NO CNPJ:	PESSOA/SEÇÃO RESPONSÁVEL PELO ATESTO:
SHC/SUL CL QD. 310 BLOCO D LOJAS 02, 06, 08, 12 E 16- BRASÍLIA DF	05.428.208/0001-20	**SEÇÃO DE AUDIO E VIDEO - SCS**

NOTA FISCAL

EMITIR EM NOME DO:	INSCRIÇÃO NO CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL	TELEFONE: **(Seção de Almoxarifado)**
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	**07.421.906/0001-29**	**ISENTO**	(61) 2326-4998/4997/4996/5003

ENDEREÇO DE ENTREGA:
SAF Sul Quadra 02, Lote 05/06, Torre F, Sala 2S08, 2º Subsolo - Brasília/DF CEP: 70.070-600 ***ENTREGAS DAS 10H ÀS 18H***

PRAZO PARA A ENTREGA	Nº DA NE	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:	VALOR TOTAL DA OF:
07/12/2020	2020000996		**R$ 6.387,10**

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR R$ UNITÁRIO	VALOR R$ TOTAL
3	Alicate de corte pequeno	UNI.	1	R$ 135,31	R$ 135,31
4	Alicate de bico grande	UNI.	1	R$ 27,00	R$ 27,00
6	Jogo de chave de Fenda e Fhilips imantada (mínimo 9 peças)	UNI.	1	R$ 48,86	R$ 48,86
7	Jogo de chave tork (mínimo 9 peças)	UNI.	1	R$ 26,62	R$ 26,62
8	Jogo de chave allen com cabo ergônomico (mínimo 9 peças)	UNI.	1	R$ 85,00	R$ 85,00
9	Chave multi teste digital: não necessita de pilhas ou baterias para funcionar; Medição de voltagem: permite medições de 12v, 36v, 55v, 110v e 220v em voltagem alternada "CA" e voltagem continua "CC"; Medição de indução: permite indicar a polaridade (fase ou neutro) de um fio/cabo parelelo sem necessidade de desencapa-lo, permitindo também a identificação de possível rompidade do fio/cabo; Teste de polaridade: permite identificar a polaridade (fase ou neutro) de uma tomada, fio/cabo (no caso de fios/cabos é necessário desencapar).	UNI.	1	R$ 12,10	R$ 12,10
13	Sugador de solda para aplicação em atividades práticas de laboratorio de eletronica. Composição: Aluminio e plástico.	UNI.	1	R$ 110,00	R$ 110,00
17	Mini arco de serra 6 polegadas 150mm.	UNI.	1	R$ 75,00	R$ 75,00
19	Multimetro digital, visor lcd, tensão ac/dv, corrente, resistencia, teste de transitor, diodos e de continuidade com sinal sonoro, alimentação bateria 9v.	UNI.	1	R$ 52,81	R$ 52,81

Ordem de Fornecimento n. 008/2020 (0995735) SEI 02129/2020 / pg. 30

22	Lupa com susporte para ferro de solda, peças trabalhadas em aço e uma base de ferro pesada garantindo estabilidade e durabilidade, dois prendedores tipo jacaré (util para segurar uma variedade de objetos no lugar com firmeza). Suporte espiral para colocar ferro de solda ou outras ferramentas pequenas, ideal para serviços de precisão ou detalhados; diametro da lupa: 60mm.	UNI.	1	R$	109,90	R$	109,90
14	Solda estanho médio 500gr: solda estanho, aspecto físico fio solido, aplicação soldagem de componentes eletroeletronico diametro 1,00mm. Liga 60,0% Sn, liga 40,0% Pb, fluxo de solda 2,4%.	UNI.	2	R$	88,50	R$	177,00
23	Cabo HDMI 2.0, 19 pinos, suporte resolução 4K, cabo com 3m.	UNI.	50	R$	28,60	R$	1.430,00
24	Cabo HDMI 2.0, 19 pinos, suporte resolução 4K, cabo com 5m.	UNI.	25	R$	38,50	R$	962,50
25	Cabo HDMI 2.0, 19 pinos, suporte resolução 4K, cabo com 15m.	UNI.	15	R$	165,00	R$	2.475,00
26	Cabo coaxial, impedancia 75 ohms, tipo rg6, tipo net 95% malha.	MTS.	300	R$	2,20	R$	660,00

OBS.: **Conforme PAMS n. 0844593, item 3.: "o prazo para entrega é de 7 dias".**

LOCAL DE APRESENTAÇÃO DA FATURA:	Nº DA ARP:	Nº DO PREGÃO ELETRONICO:	PRAZO DE ENTREGA (DIAS CORRIDOS):
Seção de Almoxarifado	PAMS n. 0844593	PAMS n. 0844593	10

Ordem de Fornecimento n. 008/2020 (0995735) SEI 02129/2020 / pg. 31

DESPACHO

À Chefe da Seção de Compras;

1. Trata-se de processo de aquisição de ferramentas e cabos a serem utilizadas na manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de áudio e vídeo, conforme PAMS de n. 0844593.

2. Tendo em vista que a empresa vencedora Primeira Linha apresentou preços superiores (documento n. 1049289) aos constantes do último mapa de preço a Seção de Compras procedeu à pesquisa de preços junto às empresas fornecedoras / prestadoras de serviços, conforme e-mails de solicitação de propostas de preços 1049814. Entretanto, apesar do número de empresas contatadas, somente as empresas abaixo relacionadas aceitaram encaminhar propostas de preços:

- Comercial JSM (1054351)
- Shigemoto e Cia Ltda (1054355);
- A.S da Silva Administradora e incorporadora de imóveis (1054359).

3. Concomitantemente, visando comprovar os preços praticados no mercado, efetuamos pesquisa junto aos órgãos da administração pública, por meio de ferramentas de busca na Internet e do Banco de Preços, contratos e/ou atas de registro de preços com objeto similar, em atendimento à Instrução Normativa nº 73/202020/Ministério da Economia e Manual de Aquisições do CNJ, instituído por meio da Portaria DG nº 168, de 26/08/2020, e obtivemos os seguintes documentos. Entretanto, não obtivemos êxito, pois a busca resultou infrutífera.

4. Após análise da pesquisa e dos preços ofertados foi verificado que as empresas Comercial JSM e A.S da Silva Administradora e incorporadora de imóveis ofertaram os menores preços para os itens. Assim, foi retirado a certidão das empresas para que pudéssemos seguir com o procedimento. A fornecedora A.S está irregular na Receita Federal, então entramos em contato, por e-mail (1056416), se teriam interesse em regularizar e obtivemos a resposta positiva, porém após o período de 48 horas não havia sido regularizado. Com isso, solicitamos a Comercial JSM se teria interesse em cobrir as menores propostas (1056410) e esta encaminhou nova proposta conforme documento SEI (1056419).

5. Em prosseguimento os autos foram encaminhados a SCS para análise criteriosa das propostas de preços utilizadas na elaboração do mapa comparativo de preços v 4 (1056431) e das especificações dos materiais ofertados e condições de entrega. Em resposta a SCS ratificou o mapa pelo Despacho 1056757.

6. Foi aberto o processo de disputa entre os licitantes 1 linha e Shigemoto e Cia Ltda. A 1 linha respondeu por e-mail 1057877 que não teria condições de cobrir os preços. A outra empresa se manifestou depois fechamento do prazo.

7. Após, o processo foi encaminhado para a SOF a fim de classificar e realizar a disponibilidade, os quais constam nos documentos SEI 1058984 e 1059137. Cabe ressaltar que a despesa do item 21 - Escada, não foi realizada a disponibilidade ainda, uma vez que o orçamento não foi aprovado. A SEPOR solicitou retorno dos autos após aprovação/sanção da Lei Orçamentária Anual de 2021.

8. As certidões das empresas Comercial JSM e Shigemoto e Cia Ltda constam nos documentos 1058557 e 1058559. Foi adicionado também a declaração do simples da empresa Comercial JSM (1060048) e da Shigemoto e Cia Ltda (1060150)

9. Considerando que o valor mínimo total apurado na pesquisa de preços encontra-se abaixo do limite estabelecido na Lei nº 8.666/93, a presente despesa poderá ser realizada mediante dispensa de licitação com fulcro no art. 24, II, da Lei 8.666/93, conforme os detalhamentos contábeis (1060054 e 1060060).

10. Diante do exposto, encaminhamos os autos a Vossa Senhoria para deliberação.

Respeitosamente,

Érika Teixeira Guimarães

À Secretaria de Administração

Senhor Secretário,

Estando de acordo com as informações supracitadas, encaminho os autos para deliberação.

Respeitosamente,

Silvia Maria Guapindaia Peixoto

Chefe da Seção de Compras

Documento assinado eletronicamente por **ERIKA TEIXEIRA GUIMARÃES**, **TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 25/03/2021, às 19:32, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1060151** e o código CRC **3BE7B3CD**.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**24.938.227/0001-40**	DUNS®:	**913023131**
Razão Social:	**COMERCIAL JSM PRODUTOS AGROPECUARIOS EIRELI**		
Nome Fantasia:	**COMERCIAL JSM**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**09/07/2021**
Natureza Jurídica:	**EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**23/08/2021**
FGTS		Validade:	**10/04/2021**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**23/08/2021**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital		Validade:	**26/05/2021**
Receita Municipal	(Isento)		

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2021**

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo de aquisição de ferramentas e cabos a serem utilizadas na manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de áudio e vídeo, conforme PAMS - Pedido de Aquisição de Material e Serviços (0844593), itens 1, 2,5,10 e 12.

Aprovados os Estudos Preliminares (0840388) e o Pedido de Aquisição de Material (0845114), conforme os procedimentos delineados nos autos, ainda no exercício de 2020, foi realizada a dispensa de licitação, para os itens 3, 4, 6, 7, 8, 9, 13, 14, 16, 17, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28, conforme Despachos SAD 0991048 e DG 0991976. À época, a empresa Primeira Linha Comercial de Rolamentos Ltda., fornecedora dos itens 1, 2, 5, 10, 12 e 21, estava com problemas em sua regularidade fiscal, o que acarretou na impossibilidade de aquisição desses itens.

Contudo, por meio do Despacho n. 1043086, a Secretaria de Comunicação Social (SCS) reiterou a necessidade desses itens, para a manutenção dos equipamentos para o Conselho Nacional de Justiça. Então, posteriormente, foi realizada uma nova consulta, em relação à situação fiscal da empresa Primeira Linha Comercial de Rolamentos Ltda., e constatou-se a sua regularidade fiscal, conforme documentos 1034682 e 1036109. Além disso, foi identificado que, dos itens que restaram pendentes (1,2,5,10,12 e 21), o item 21 (escada) refere-se a um bem de investimento (despesa de capital) e, por determinação legal, não poderá ser adquirido nenhum bem de investimento até a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2021. Por essa razão, os autos foram restituídos à SECOM, para solicitar a empresa Primeira Linha Comercial de Rolamentos Ltda. nova proposta de preços, considerando apenas dos itens 1,2,5,10,12, com vistas à declaração de dispensa de licitação.

Em reposta, a SECOM restituiu os autos com a nova proposta da empresa Primeira Linha Comercial de Rolamentos Ltda., para os itens 1,2,5,10,11 e 12, conforme documento SEI 1049289, mas os preços apresentados na nova proposta estavam superiores aos constantes do último mapa de preço. Além disso, houve a mudança de exercício orçamentário e, por esses motivos, os autos foram, novamente, restituídos à SECOM, para nova pesquisa de preços dos itens 1, 2, 5, 10, 12 e 21, nova declaração de disponibilidade orçamentária e nova planilha de detalhamento contábil da despesa.

Em vista disso, a SECOM juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v6 (1056480), o qual foi ratificado pela unidade demandante, mediante Despacho n.1056757 da Secretaria de Comunicação Social (SCS). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho n. 1060151,

constatou-se que as propostas mais vantajosas foram apresentadas pela empresa Comercial JSM Produtos Agropecuários Eireli, para os itens 1, 2, 5, 10 e 12, e pela empresa Shigmeto & Cia Ltda., para o item 21.

Ocorre que, ao consultarmos sobre a disponibilidade orçamentária para aquisição dos itens, a SEPOR informou que não há para o item 21 (44.90.52), por se tratar de uma despesas de capital, tendo em vista que até a presente data não foi sancionada/publicada a Lei Orçamentária de 2021, devendo os autos retornarem à SEPOR, para informação somente após sanção/publicação da referida LOA.

Não obstante, no intuito de tornar mais célere o procedimento de contratação, será dado andamento à aquisição dos itens 1, 2,5,10 e 12 e, tão logo seja sancionada/publicada a Lei Orçamentária de 2021, será realizada a dispensa de licitação para o item 21, que restou pendente.

Dado os devidos esclarecimentos, cabe registrar que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1058984 e 0952716) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despachos SEPOR 1059134 e 1059137). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa Comercial JSM Produtos Agropecuários Eireli, para contratar com a Administração, consta no arquivo 1060054. Além disso, a empresa é optante pelo Simples Nacional, conforme declaração 1060048.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1062747, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **Comercial JSM Produtos Agropecuários Eireli.**, inscrita no **CNPJ** sob o n. **24.938.227/0001-40**, no valor de **R$ 303,80 (trezentos e três reais e oitenta centavos)**, com vistas à aquisição dos itens 1, 2, 5, 10 e 12 do mencionado PAMS (0844593).

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação das empresas supramencionadas.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Getulio Vaz
Secretário de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, em 05/04/2021, às 12:05, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1062784** e o código CRC **728B451E**.

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1062784, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. XI, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de **R$ 303,80** (trezentos e três reais e oitenta centavos), e **autorizo** a contratação da empresa Comercial JSM Produtos Agropecuários Eireli., CNPJ nº 24.938.227/0001-40, com vistas à à aquisição dos itens 1, 2, 5, 10 e 12 do PAMS (0844593).

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 05/04/2021, às 16:40, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1063233** e o código CRC **6076C5CC**.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**24.938.227/0001-40**	DUNS®:	**913023131**
Razão Social:	**COMERCIAL JSM PRODUTOS AGROPECUARIOS EIRELI**		
Nome Fantasia:	**COMERCIAL JSM**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**09/07/2021**
Natureza Jurídica:	**EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**23/08/2021**
FGTS		Validade:	**10/04/2021**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**23/08/2021**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital		Validade:	**26/05/2021**
Receita Municipal	(Isento)		

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2021**

CPF: 733.765.901-68 Nome: LILIANA CRISTINA SANTOS
Ass: _____

SICAF (1063854) SEI 02129/2020 / pg. 39

Data e hora da consulta: 05/04/2021 18:25
Usuário: 73376590168

Nota de Empenho

UG Emitente	Nome da UG Emitente	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

Ano	Tipo	Número
2021	NE	186

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339030	40101	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
05/04/2021	Ordinário	02129/2020	-	303,80

Favorecido	Nome do Favorecido
24938227000140	COMERCIAL JSM PRODUTOS AGROPECUARIOS EIRELI

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
11	DISPENSA DE LICITACAO	LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição

02129/2020. AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E CABOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO: PAMS 0844593/SCS. CONFORME DESPACHO 1063233/DG.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
000	05/04/2021 18:24:47	Inclusão

Data e hora da consulta: 05/04/2021 18:25
Usuário: 73376590168

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	303,80

Subelemento 42 - FERRAMENTAS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	FERRAMENTAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO. ALICATE UNIVERSAL. ITEM 1 DO PAMS 0844593/SCS.	30,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/04/2021	Inclusão	1,00000	30,0000	30,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	ALICATE DE CORTE GRANDE ITEM 2 DO PAMS 0844593/SCS	25,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/04/2021	Inclusão	1,00000	25,0000	25,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
003	ALICATE DE BICO PEQUENO ITEM 5 DO PAMS 0844593/SCS	25,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/04/2021	Inclusão	1,00000	25,0000	25,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
004	TORNO MORSA DE BANCADA PROFISSIONAL BASE FIXA 5¿, EM AÇO, COM MEDIDAS: ABERTURA MÁXIMA - 140MM, TAMANHO MORDENTE ¿ 120MM, DIMENSÕES: 13CMX15CMX31CM (AXLXC); ITEM 10 DO PAMS 0844593/SCS	194,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/04/2021	Inclusão	1,00000	194,0000	194,00

Versão	Data/Hora	Operação
000	05/04/2021 18:24:47	Inclusão

Data e hora da consulta: 05/04/2021 18:25
Usuário: 73376590168

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa

339030 - MATERIAL DE CONSUMO

Subelemento 42 - FERRAMENTAS

Seq.	Descrição	Valor do Item
005	FERRO DE SOLDA PONTA FINA 25 WATTS 220 VOLTS CONFECCIONADO EM PONTEIRA E HASTE METÁLICAS, COM CABO ELÉTRICO DE PLÁSTICO DE, PELO MENOS, 1 M E SUPORTE DE METAL PARA DESCANSO, SEU USO DESTINAR-SE-Á A PEQUENOS REPAROS POR MEIO DE SOLDA DE ESTANHO. DEVERÁ TER 220 V E POTÊNCIA DE 25 W. ITEM 12 DO PAMS 0844593/SCS	29,80

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/04/2021	Inclusão	1,00000	29,8000	29,80

Versão	Data/Hora	Operação
000	05/04/2021 18:24:47	Inclusão

Dispensa de Licitação



Aquisição de Plaquetas Metálicas

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

1

Sumário

DOD 03

Estudo Preliminares 05

PAMS 07

Mapa Comparativo de Preços 10

Declaração de Dispensa de Licitação 11

Ratificação da Declaração de Dispensa de Licitação 13

Nota de Empenho 14

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DOD - AQUISIÇÕES COMUNS Nº 1194689 / SEMAP

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - AQUISIÇÕES COMUNS

Unidade Requisitante: Seção de Material e Patrimônio
Responsável pela Demanda: Leonardo Zanotelli dos Santos (mat. 1241)
E-mail: leonardo.zanotelli@cnj.jus.br
Telefone para contato: 2326-4959

1 – Indicar a necessidade da aquisição, a vinculação da necessidade aos Objetivos Estratégicos constantes do Planejamento Estratégico e o alinhamento ao Plano ou Projeto a que a unidade orgânica deve observar.
Objeto: Plaquetas patrimoniais **Justificativa:** Provimento de plaquetas patrimoniais, visando atender as necessidades das unidades do CNJ, afim de cumprir o Objetivo Estratégico de "garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ" (Portaria 167/2015 - art. 2º, §1º, VIII).
2 – Explicitar a motivação e o demonstrativo dos resultados a serem alcançados com a contratação.
A necessidade de instalação de plaquetas patrimoniais para a realização da gestão e controle desses bens do Conselho. Dessa forma, o resultado é a possibilidade de controle patrimonial dos bens móveis do órgão através da instalação das plaquetas.
3 – Indicar o valor da aquisição pretendida que será estabelecido no Plano Anual de Aquisições como valor máximo para a demanda. Se necessário consultar o mercado antecipadamente para justificar o valor solicitado para a aquisição.
Na contratação anterior (processo nº 04822/2019) cada plaqueta custou R$ 0,70, aquisição feita em 2019. A SEMAP calcula, em virtude dos índices inflacionários de 2020 e 2021, acréscimo de 20% no valor anterior, ou seja, o custo unitário é de R$ 0,84 Sugere-se a aquisição de cinco mil plaquetas, o custo total previsto é de R$ 4.200,00.
4 – Indicar previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou a entrega do material, permanente ou consumo.

A entrega deve ocorrer 20 (vinte) dias após a ciência do fornecedor da emissão da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

5– Indicar a complexidade da contratação:

(x) Baixa ( ) Média ( ) Alta



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO ZANOTELLI DOS SANTOS**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA**, em 26/10/2021, às 15:40, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1194689** e o código CRC **153FFEFD**.

CNJ	**ESTUDOS PRELIMINARES**

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Provimento de plaquetas metálica de liga de alumínio, auto-adesiva, fosca, com código de barras e algarismo arábico correspondente, conforme modelo utilizado no CNJ (modelo SEI 0652297), numeradas sequencialmente da numeração 026504 a 036504, impressão permanente, selada e de alta resolução, Layout e impressão personalizada.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

Todas as unidades do CNJ, e especialmente a SEMAP, pois é a responsável pelo controle patrimonial dos bens móveis do órgão.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

Objetivo Estratégico de "garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ" (Portaria 167/2015 - art. 2º, §1º, VIII).

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

Aquisição de dez mil plaquetas (47 mm x 13 mm) de liga de alumínio, auto-adesiva, bordas arredondas, cinza fosco, com código de barras e algarismo arábico correspondente, 47mm x 7mm, numeradas, impressão permanente, selada, alta resolução, Layout e impressão personalizada, com inscrição "Conselho Nacional de Justiça", "Patrimônio" e a "numeração correspondente".

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

O modelo atual atende a demanda existente, tanto quanto a forma de aquisição, quantidade e modelo da plaqueta patrimonial.

A última contratação deu-se no processo SEI nº 04822/2019, não sendo constatada qualquer inconsistência.

3.2 Identificação das opções disponíveis

Não vislumbra-se outra solução, que não seja aquisição das plaquetas patrimoniais, para o provimento da demanda.

3.3 Adequação do ambiente

Não há qualquer adequação do ambiente do CNJ necessária.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

Não vislumbra-se outra solução para o atendimento da demanda.

Na última aquisição pagou-se setenta centavos a unidade da plaqueta, conforme se nota na Nota Fiscal 0771489, sendo a compra realizada em 2019.

Em virtude de índices inflacionários supõe que o valor de cada plaqueta seja aproximadamente um real, dessa forma o dispêndio para a aquisição de 10 mil unidade, é em torno de dez mil reais.

O benefício direto é o controle patrimonial que é realizado através das plaquetas.

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

Não vislumbra-se outra solução mais vantajosa para o atendimento da demanda do que a aquisição das plaquetas metálicas de liga de alumínio

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

Primeiramente, importante dizer que há pequena quantidade em estoque de plaquetas para atendimento das necessidades vindoura, nesse sentido podemos citar as aquisições que ocorreram decorrentes do processo SEI nº 02917/2020, por exemplo. Dessa forma, haverá necessidade de ter em estoque plaquetas patrimoniais.

O material é de baixo custo e para economizar recursos em futuro procedimento de compra, solicita-se aquisição de dez mil plaquetas, quantitativo que suprirá a necessidade do CNJ por longo período.

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Como se trata de objeto único a solução é indivisível.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

Não elaborou-se indicador diretamente relacionado com as plaquetas patrimoniais.

O benefício direto é a possibilidade de controle patrimonial, notadamente das cargas dos bens móveis aos seus detentores.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

A contratação aqui pretendida é de baixo impacto financeiro (aproximadamente dez mil reais), sendo que o objeto somente será pago após o recebimento, conferência (em relação ao modelo, quantidade e qualidade) e atesto da SEMAP, o que elimina praticamente qualquer possibilidade de prejuízo ao Conselho. Reputa-se que o maior risco relacionado a questão, é a sua não aquisição, pois a falta de plaquetas patrimoniais trará impossibilidade de controle patrimonial e a possibilidade de desaparecimento de bens patrimoniais móveis do órgão.

Elaborou-se o quadro abaixo para melhor explicitar os riscos relacionados a aquisição pretendida:

Risco 1:	**Não contratação do objeto**		
Probabilidade (alto, médio, baixo)	**Id**	**Dano**	**Impacto (alto, médio, baixo)**
alta	1	Necessidade de novo procedimento de aquisição.	médio
alta	2	Dificuldade de controle patrimonial e/ou desaparecimento de bens patrimoniais.	alto
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
A SEMAP não vislumbra qualquer ação que possa mitigar os riscos, caso a contratação não seja realizada.			
Risco 2 :	**Empresa contratada falha com a execução, implicando inexecução parcial ou total.**		
Probabilidade (alto, médio, baixo)	**Id**	**Dano**	**Impacto (alto, médio, baixo)**
baixa	1	Perdas financeiras.	baixo
ID		**Ação de Mitigação e Contingência**	
	Controle afetivo das obrigações pelo gestor da Ata. Apuração da Responsabilidade da contratada, com possível aplicação de multa.		

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não se aplica.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

O prazo de vigência do contrato deve ser de cento e vinte dias, pois após o recebimento da Nota de Empenho a contratada terá trinta dias para entregar o material e o prazo de garantia é de noventa dias, o que totaliza 120 dias.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não se aplica.

12. CONCLUSÃO DO GESTOR

A aquisição das plaquetas se faz necessário para colaborar no controle patrimonial, sendo a única opção disponível.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Leonardo Zanotelli dos Santos	leonardo.zanotelli@cnj.jus.br	4959	SEMAP/SAD

Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO ZANOTELLI DOS SANTOS**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA**, em 03/11/2021, às 09:29, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1197579** e o código CRC **51D3621F**.

CNJ	PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS MATERIAL

1. **Objeto:** Aquisição de plaquetas metálica de liga de alumínio, conforme descrição abaixo.

Item	Descrição/Especificação do Objeto	U.M.	Qtde
1	laquetas (47 mm x 13 mm) de liga de alumínio, auto-adesiva, fosca, bordas arredondas, com código de barras e algarismo arábico correspondente, 47mm x 7mm, numeradas (numeração 026504 a 036504), impressão permanente, selada, alta resolução, Layout e impressão personalizada, com inscrição "Conselho Nacional de Justiça", "Patrimônio" e a "numeração correspondente", conforme modelo doc SEI nº 0652297.	Unidade	10.000

2. **Apresentação de amostras** (se for o caso):

Não se aplica

3. **Prazo de Entrega:**

30 (trinta) dias após o recebimento da nota de empenho.

4. **Garantia ou prazo de validade:**

Oferecer prazo de garantia de 90 (noventa) dias para o material, em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). No caso de o prazo de garantia do fabricante ser maior que 90 dias, sobre esse prevalecerá.

5. **Local de Entrega:**

Seção de Almoxarifado do CNJ

SAF Sul, quadra 2, Lotes 5 e 6, Bloco E

CEP: 70175-900

Telefones: (61) 2326-4996 e 4997

6. **Obrigações da Contratada:**

a) Entregar o material no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota de empenho;
b) Substituir o material entregue em desacordo com a proposta de preços e a nota de empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação;
c) Oferecer garantia com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo;
d) Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento;
e) Manter em dia as obrigações fiscais e trabalhistas durante o prazo de entrega até o pagamento.

7. **Obrigações do Contratante:**

a) Promover o pagamento dentro do prazo estipulado;

b) Fiscalizar o fornecimento do objeto.

8. **Fiscalização do Recebimento:**

A Unidade Demandante acompanhará a entrega do material até o recebimento definitivo.

9. **Condições de Recebimento:**

1. O material será recebido da seguinte forma:

a.1) provisoriamente, no ato da entrega do objeto;
a.2) definitivamente, mediante atesto pela área requisitante, em até 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da qualidade do material entregue, comprovando-se a adequação do objeto às especificações do pedido, da proposta e da nota de empenho.

2. No caso de material entregue com defeito ou em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a contratada deverá providenciar a substituição, sem ônus para o CNJ, no prazo máximo de 30 dias, a contar da notificação.

10. **Forma de Pagamento:**

a) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:
a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);
a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.
b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item "a" será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.
c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.
d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11. **Penalidades:**

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a adjudicatária ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa, no valor de:

b.1) 3% (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea "b.1", com aceitação do objeto pela Administração;

b.3) no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea "b.5";

b.4) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.5) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) as sanções previstas nas alíneas "a" e “c” poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

e) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

12. **Contrato:**

a. A nota de empenho poderá substituir o contrato.

b. Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

Documento assinado eletronicamente por **STANLEI CARVALHO SILVA**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**, em 16/11/2021, às 18:31, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1208735** e o código CRC **3EE00DBE**.

08669/2021 1208735v2

Mapa Comparativo

Unidade: Seção de Compras
Processo: 08669/2021
Assunto: Aquisição de plaquetas metálicas de liga de alumínio, para identificação patrimonial.
Servidor: Silvia Maria Guapindaia Peixoto
Data: 24/11/2021

				Empresa: 3Tec Ltda. CNPJ: 00.329.754/0001-90			Empresa: Afixgraf Comércio de Produtos Gráficos Ltda. CNPJ: 21.997.212/0001-65			Empresa: HBL Carimbos e Placas Indústria e Comércio Ltda. CNPJ: 72.649.361/0001-74			Empresa: Placas Express Comunicação Visual Eirelli CNPJ: 15.494.741/0001-43			Estudos Preliminares			VALOR MÍNIMO (B)	
				Valor			Valor			Valor			Valor			Valor				
				Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim	Considerar?		Sim		
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total
Plaquetas de liga de alumínio auto-adesiva	1	UN	10.000	0,51	5.100,00	5.100,00	0,72	7.200,00	7.200,00	0,60	6.000,00	6.000,00	0,40	4.000,00	4.000,00	0,70	7.000,00	7.000,00	0,40	4.000,00
VALOR TOTAL						**5.100,00**			**7.200,00**			**6.000,00**			**4.000,00**			**7.000,00**		**4.000,00**

Valor mínimo total : **4.000,00** **(quatro mil reais)**

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 07.421.906/0001-29

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo de aquisição de plaquetas metálicas de liga de alumínio, para identificação patrimonial.

Aprovados os Estudos Preliminares (1199216) e o PAMS - Aquisição de Material SEMAP (1206509), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços (1215112), o qual foi ratificado pela unidade demandante, conforme Despacho SEMAP n. 1217597. A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1226587, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa Placas Express Comunicação Visual Eireli.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1223760) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Doc. 1224078 e Despacho SEPOR 1224079). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa Placas Express Comunicação Visual Eireli, para contratar com a Administração, constam nos arquivos 1227075 e 1229457.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1229458, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, **declaro a dispensa de licitação** para contratar a empresa Placas Express Comunicação Visual Eireli, inscrita no CNPJ sob o n. 15.494.741/0001-43, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), com vistas à contratação de aquisição de plaquetas metálicas de liga de alumínio, para identificação patrimonial.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

GETULIO VAZ
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 15/12/2021, às 10:35, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1229464** e o código CRC **EBA2598B**.

08669/2021 1229464v5

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1229464, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), e **autorizo** a contratação da empresa Placas Express Comunicação Visual Eireli, CNPJ nº 15.494.741/0001-43, com vistas à contratação de aquisição de plaquetas metálicas de liga de alumínio, para identificação patrimonial.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 15/12/2021, às 15:51, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1229702** e o código CRC **7E1000E3**.

08669/2021 1229702v3

Data e hora da consulta: 16/12/2021 16:25
Usuário: ***.418.291-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número
2021	NE	387

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339030	40101	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
16/12/2021	Ordinário	08669/2021	-	4.000,00

Favorecido

Código	Nome
15.494.741/0001-43	PLACAS EXPRESS - COMUNICACAO VISUAL EIRELI

Endereço	CEP
CELSO GARCIA 6063 TATUAPE	03063-000

Município	UF	Telefone
SAO PAULO	SP	(11) 2915-11

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição
08669/2021. AQUISIÇÃO DE PLAQUETAS METÁLICA DE LIGA DE ALUMÍNIO.
CONFORME DESPACHOS SAD 1229464 E DG 1229702.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	16/12/2021 15:23:13	Alteração

Data e hora da consulta: 16/12/2021 16:25
Usuário: ***.418.291-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00

Subelemento 44 - MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	AQUISIÇÃO DE PLAQUETAS (47 MM X 13 MM) DE LIGA DE ALUMÍNIO, AUTO-ADESIVA, FOSCA, BORDAS ARREDONDAS, COM CÓDIGO DE BARRAS E ALGARISMO ARÁBICO CORRESPONDENTE, 47MM X 7MM, NUMERADAS (NUMERAÇÃO 026504 A 036504), IMPRESSÃO PERMANENTE, SELADA, ALTA RESOLUÇÃO, LAYOUT E IMPRESSÃO PERSONALIZADA. DEMAIS CONDIÇÕES, CONFORME PAMS 1208735.	4.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
16/12/2021	Inclusão	10.000,0000	0,4000	4.000,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa	Gestor Financeiro
GETULIO VAZ	WERNNE PEREIRA E SILVA
***.348.651-**	***.924.564-**
16/12/2021 15:23:13	16/12/2021 12:17:26

Versão	Data/Hora	Operação
002	16/12/2021 15:23:13	Alteração

Ato de dispensa



Contratação de servio licenciamento-subscrição de software de solução de videoconferência em nuvem

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Documento de oficialização da demanda **1**
Estudos preliminares **4**
Termo de referência **126**
PAMS **176**
Certidão negativa **182**
Despacho SAD **183**
SICAF **185**
Nota de empenho **186**
Publicação portaria SAD **188**

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DOCUMENTO de OFICIALIZAÇÃO da DEMANDA (DOD)

1 IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

1.1 Título:

Contratação de Solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — *Platform as a Service*, num total de 25 (vinte e cinco) licenças, com vistas a realização virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ.

1.2 Unidade Demandante:

Departamento de Tecnologia da Informação - DTI

1.3 Responsável pela Unidade Demandante:

Nome: Thiago de Andrade Vieira
Matrícula: 1246
Telefone: (61) 2326-5318
E-mail:thiago.vieira@cnj.jus.br

1.4 Integrante Demandante:

Nome: Emerson Vendruscolo
Matrícula: 1783
Telefone: 61. 2326-5443
E-mail: emerson.vendruscolo@cnj.jus.br

1.5 Integrante Técnico:

Nome: Carlos Eduardo Velloso de Campos
Matrícula: **1743**
Telefone: 61. 2326.5345.
E-mail: carlos.campos@cnj.jus.br

2 CONTEXTO DE NEGÓCIO

2.1 Situação Atual:

Em função da situação emergencial motivada pelos impactos da pandemia, no intuito de resgatar e sustentar a continuidade das sessões, audiências e eventos a cargo deste Conselho e extensivamente as demais cortes de justiça, instalou-se condição de excepcionalidade da qual atualmente o CNJ mantém com a empresa Cisco Brasil Ltda, o Termo de Cooperação Técnica nº 007/2020 que tem por objeto a conjugação de esforços com o propósito de fornecer aos magistrados brasileiros uma solução de videoconferência para a prática de atos processuais, via *internet*, especialmente audiências e sessões de julgamento, dentre outros. Este Termo de Cooperação Técnica tem sua vigência válida até 03/12/2020.

2.2 Descrição da Oportunidade ou do Problema:

Submetidos ao período de enfrentamento da pandemia ocasionada pelo vírus SARS-CoV-2, que ocasiona síndrome respiratória COVID-19, como medida de prevenção a proliferação desta síndrome impera-se pela ampliação de medidas de isolamento social e conseguinte regime de trabalho remoto. Neste panorama persiste a necessidade da

DOD - DTI (0990847) SEI 10114/2020 / pg. 1

realização de eventos que direta ou indiretamente se vinculam às práticas de atos processuais que implicam interação entre autoridades, conselheiros, magistrados e demais atores do Sistema de Justiça.

Observa-se assim, como situação-problema a diferença entre a capacidade de atender tempestiva e efetivamente às demandas de sessões, audiências e afins e o significativo volume existente, registrando-se a severa tendência de acúmulo e o impedimento parcial ou total na tomada de decisões e encaminhamentos institucionais.

2.3 Motivação da Demanda

Manter os padrões de atendimento às demandas ao longo do ciclo pandêmico e proporcionar as bases para o retorno a um futuro modelo híbrido (presencial e remoto), bem como reduzir os impactos derivados da incerteza quanto ao manutenção das medidas de isolamento social e fim da vigência do Termo de Cooperação Técnica nº 007/2020 firmado entre o CNJ e a CISCO.

2.4 Resultados a serem alcançados:

Criação de sustentação para a nova cultura de trabalho baseada em reuniões, sessões audiências e eventos à distância e presenciais, bem como assegurar a continuidade da prestação dos serviços e entregas sociais do Conselho, em contextos e cenários adversos.

Busca-se ainda padronizar métodos, práticas e ferramentas para a prática de atos processuais a cargo do Conselho, possibilitar o melhor gerenciamento dos recursos e dos resultados associados ao uso de tecnologias da informação e de comunicação, reduzir custos básicos com luz, energia, espaço físico, bem como reduzir o número de servidores necessários para gerenciamento de infraestrutura própria, além de garantir a manutenção das medidas de isolamento social, com o objetivo de prevenir o contágio pelo novo Corona vírus – Covid-19. Neste panorama, urge a manutenção de solução tecnológica para a realização das videoconferências corporativas, disponibilizada com elevado padrão de desempenho, qualidade e confiabilidade.

2.5 Alinhamento Estratégico:

A Solução está alinhada ao Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ para o período compreendido entre 2016/2020, instituído por meio da Portaria nº 85, de 8/7/2016, objetivos 2, 4 e 7:

- Objetivo 2: promover o aperfeiçoamento da Governança e da Gestão;
- Objetivo 4: estimula a integração, a interoperabilidade e o desenvolvimento colaborativo dos Sistemas de Informação;
- Objetivo 7: prover a infraestrutura tecnológica apropriada às atividades judiciais e administrativas

A contratação encontra consonância com à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) instituída por meio da Resolução CNJ nº 211/2015, objetivos:

- Objetivo 6: promover a adoção de padrões tecnológicos;
- Objetivo 7: aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação;

No que tange ao Planejamento Estratégico do CNJ, Portaria nª 167, de 15/12/2015, vislumbra-se o alinhamento ao objetivo estratégico I – aperfeiçoar a gestão das políticas judiciárias e demais instrumentos de governança do CNJ e do Poder Judiciário; objetivo estratégico III – favorecer a melhoria e a integração dos processos organizacionais do CNJ; objetivo estratégico V – incentivar a disseminação de conhecimento e boas práticas no âmbito do Poder Judiciário e objetivo estratégico XI – estimular a integração, a interoperabilidade e o desenvolvimento colaborativo dos sistemas de informação.

2.6 Preço Estimado:

Previamente a elaboração dos estudos técnicos, adotou-se como preço referencial inicial para a demanda de 25 subscrições por 12 (doze) meses de prestação de serviços de licenciamento, mediante o direito de uso (subscrição) de *softwares de videoconferência no padrão SaaS (software como serviço)*, o valor total de **R$ 48.500,00 (Quarente e oito mil e quinhentos reais)**. Registra-se que a base de precificação foi colhida de preços de tabela, sujeito à variação do dólar, descontos por volume, promoções e eventos similares que poderão afetar o valor a ser efetivamente contratado.

3 CONTEXTO DA DEMANDA

3.1 Ciclo de Vida da Demanda:

3.1.1 Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade da solução objeto da demanda?

[ ] Menos de 1 ano - **[] De 1 a 3 anos -** [x] Mais de 3 anos

3.1.2 Trata-se de uma demanda com caráter definitivo ou temporário? Há algum fato já conhecido que poderá implicar a descontinuidade da demanda ou a sua substituição?

No momento, não há informações que indicam a descontinuidade ou substituição da demanda.

3.2 Clientes que farão uso da solução (objeto da demanda) ou serão beneficiados.

3.2.1 Demanda de âmbito Interno ao CNJ:

[ ] Até 1 Unidade - [ ] 2 ou 3 Unidades - **[X] 4 ou mais Unidades do CNJ** - [ ] Todas as áreas do CNJ.

3.2.2 Demanda de âmbito Externo ao CNJ:

[ ] Até 1 Tribunal [ ] 2 ou 3 Tribunais **[X] 4 ou mais Tribunais**

3.3 Expectativa de entrega da solução.

Em meados do mês de dezembro de 2020.

4 ANEXOS

Não se aplica

5 ENCAMINHAMENTO

De acordo.

10/11/2020

_____

Thiago de Andrade Vieira
Diretor do DTI

Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça
Departamento de Tecnologia da Informação

Estudos Preliminares

Contratação de Solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — Platform as a Service

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Departamento de Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

1 CAPÍTULO 1: ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 14) 4

1.1 Contextualização 4

1.2 Caracterização da demanda 7

1.2.1 Definição e Especificação de Requisitos (Art. 14, I) 7

1.2.2 Aderência a padrões e modelos (Art. 14, II, d, e, f) 11

1.3 Atendimento da demanda 12

1.3.1 Soluções de TIC (Art. 14, I, a) 12

1.3.2 Contratações Públicas Similares (Art. 14, I, b) 17

1.3.3 Soluções similares em outros órgãos (Art. 14, II, a) 33

1.3.4 Portal do *Software* Público Brasileiro (Art. 14, II, b) 33

1.3.5 Capacidade e alternativas do mercado de TIC (Art. 14, II, c) 33

1.4 Análise dos Custos Totais da Demanda (Art. 14, III) 33

1.4.1 Análise dos Custos - Solução 1: Contratação de Solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — *Platform as a Service* 34

1.4.2 Análise dos Custos - Solução 2: Aquisição de Equipamentos Dedicados de Videoconferência 38

1.4.3 Valores de Referência – Tabela Comparativa de Custos 40

1.5 Escolha e Justificativa da Solução (Art. 14, IV) 42

1.5.1 Motivação da Escolha 42

2 CAPÍTULO 2: SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO (Art. 15) 52

2.1 Adequação do Ambiente (Art. 14, V, a, b, c, d, e, f) 52

2.2 Recursos Materiais e Humanos (Art. 15, I) 52

2.3 Descontinuidade do Fornecimento (Art. 15, II) 53

2.4 Transição Contratual e encerramento do contrato (Art. 15, III, a, b, c, d, e) 54

2.5 Estratégia de Independência Tecnológica (Art. 15, IV, a, b) 54

3 CAPÍTULO 3: ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO (Art. 16) 55

3.1 Natureza do Objeto (Art. 16, I) 55
3.2 Parcelamento do Objeto (Art. 16, II) 57
3.3 Adjudicação do Objeto (Art. 16, III) 57
3.4 Modalidade e Tipo de Licitação (Art. 16, IV) 58
3.5 Classificação e Indicação orçamentária (Art. 16, V) 61
3.6 Orçamento Estimado (Art. 14, II, g) 61
3.7 Vigência da garantia dos bens/serviços (Art. 16, VI) 63
3.8 Equipe de Apoio à Contratação (Art. 16, VII) 63
3.9 Equipe de Gestão da Contratação (Art. 16, VIII) 63
4 CAPÍTULO 4: ANÁLISE DE RISCOS 64
4.1 RISCOS DE NEGÓCIO 65
4.2 RISCOS TÉCNICOS 65
4.3 RISCOS ADMINISTRATIVOS 66
Anexo A – Lista de Potenciais Fornecedores 67
Anexo B – Contratações Públicas Similares 68
Anexo C – Propostas Comerciais 97

1 CAPÍTULO 1: ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 14)

1.1 Contextualização

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ, conta com recursos de videoconferência instalados em suas dependências, e seu uso datam desde sua criação, entretanto limitados a área técnica, e ofertando poucos recursos tecnológicos e infraestruturais.

A partir dos investimentos em infraestrutura para melhoria nos *links* deste Conselho, e otimização do tráfego de dados entre o CNJ e os tribunais iniciados no ano de 2009, tornou-se viável a realização de videoconferências de espectro mais amplo, ainda que mais arraigada na área técnica do que nas áreas de negócio. Neste cenário, encontram-se referências crescentes ao uso de videoconferência, mais especificamente sob a utilização das ferramentas e soluções da *Polycom* e *Cisco Webex* desde 2012.

Assim, ao longo do tempo verifica-se a realização de contatos de equipes deste Conselho para tratar de assuntos técnicos, comerciais e mesmo de treinamentos, com de equipes de outros órgãos públicos e privados, mediante o uso dos recursos de videoconferência.

O crescimento do mercado de TIC, a popularização de tecnologias e soluções de comunicação disseminaram de forma mais ampla o uso de soluções de videoconferência. Podemos ainda relacionar mudanças nos cenários econômico e sociocomportamental de nossa sociedade, conexas com diversos fatores externos que refletiram e levaram, cidadãos, empresas privadas e órgãos governamentais, até diferentes situações de adaptabilidade, onde muitas das nossas atividades rotineiras pudessem ser realizadas em um ambiente virtual, elevando as soluções de videoconferência ao patamar de ferramenta essencial para realização de diversas atividades profissionais. Estas transformações certamente refletiram e interferiram no dia a dia deste Conselho, notadamente em rotinas e processos essenciais ao seu perfeito funcionamento, e que na vanguarda deste cenário

sempre teve a videoconferência como um recurso disponível, porém de forma não tão abrangente.

Dentre as alternativas no mercado de TIC identificam-se dois grupos distintos: solução composta por um conjunto de *softwares* e de *hardwares* desenvolvidos nomeadamente para este fim, que operam dedicados a comunicação por meio de videoconferência. Outra possibilidade, mais recente, são as soluções de videoconferência em nuvem, na modalidade de serviço PaaS — *Platform as a Service,* direito de uso (subscrição) de *softwares*.

As soluções de videoconferência em nuvem, na modalidade de serviço PaaS — *Platform as a Service* estão intimamente relacionadas aos avanços e novidades concernentes à infraestrutura da computação móvel como *hardwares*, *softwares*, redes de computadores e de celulares, notoriamente adjunta ao aumento de capacidade de transmissão de dados dos modernos *links* de comunicação, a evolução da tecnologias móveis de comunicação mobile, como as tecnologias 4G e 5G, ao avanço de qualidade e processamento de dispositivos móveis com *notebooks*, *tablets*, *smartphones* celulares, dentre outros, e em conjunto com a disponibilização de inúmeros aplicativos de comunicação. E foi este conjunto de tecnologias que facilitou o envio de mensagens, imagens, arquivos, e ainda, a realização de vídeo chamadas entre seus usuários, ensejando mudanças comportamentais, novos hábitos, padrões e riscos entre os atores envolvidos.

Neste contexto de evolução tecnológica, alavancada pelas mudanças nos panoramas econômico e sociocomportamental, em função da situação emergencial motivada pelos impactos da pandemia, ocasionada pelo vírus SARS-CoV-2, que acarreta a síndrome respiratória COVID-19, que resultou na atual situação de isolamento social e conseguinte regime de trabalho remoto e futuro regime provavelmente híbrido.

Como medida de prevenção à proliferação desta síndrome, no intuito de resgatar e sustentar a continuidade de rotinas e processos essenciais ao funcionamento do CNJ, como a realização de sessões plenárias, audiências e eventos institucionais a cargo deste Conselho e extensivamente as demais cortes de justiça, instalou-se condição de excepcionalidade da qual atualmente o CNJ mantém com a empresa *Cisco* Brasil Ltda., o Termo de Cooperação Técnica nº 007/2020[1] - TCOT nº 007/2020 que tem por objeto a conjugação de esforços com o propósito de fornecer ao CNJ uma solução de videoconferência para a prática de forma virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do Conselho, dentre outros. Este TCOT tem sua vigência válida até 02/01/2021.

Diante das demandas institucionais de sessões, audiências e eventos internos e externos em geral, coube a esta DTI prover as condições de infraestrutura e sustentação da plataforma de videoconferência com o objetivo de manter padrões de atendimento às demandas ao longo do ciclo pandêmico.

E, diante de incerta data para o fim efetivo deste cenário, proporcionar as futuras bases para o retorno a um futuro modelo de trabalho híbrido (presencial e remoto), principalmente em função do fim da vigência do TCOT nº 007/2020 firmado entre o CNJ e a *CISCO*, esta DTI apresenta as motivações e justificativas para proporcionar a manutenção dos padrões de qualidade e de atendimento atualmente em curso por meio desta contratação aqui pretendida.

[1] Disponível em < https://www.cnj.jus.br/transparencia-cnj/acordos-termos-e-convenios/termo-de-cooperacao-tecnica-n-007-2020/>. Acessado em 30 de outubro de 2020.

1.2 Caracterização da demanda

1.2.1 Definição e Especificação de Requisitos (Art. 14, I)

A necessidade primordial a ser atendida pelos estudos em tela, por meio da manutenção desta solução de TIC, seja ela com a aquisição solução de vídeo conferência, *hardware* de videoconferência, ou com a compra de uma Plataforma de Videoconferência em Nuvem - PaaS — *Platform as a Service*, utilizando recursos tecnológicos, com vistas à realização de forma virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ.

1.2.1.1 Necessidade 1: a solução provida deverá permitir a realização, de maneira virtual, as sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ, com os seguintes requisitos:

1.2.1.1.1 Requisito 1.1: possibilitar interações virtuais por meio de sistemas de audiovisual sem necessidade de presença física em determinado local geográfico para qualquer integrante:

1.2.1.1.1.1 Entendem-se por interações virtuais a realização reuniões, sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ praticados por meio software ou sistema de vídeo conferência ou hardware de videoconferência.;

1.2.1.1.1.2 Considera-se que para uma Interação Virtual é necessária uma licença, para serviço na modalidade PaaS, ou um terminal dedicado de videoconferência;

1.2.1.1.2 Requisito 1.2: possibilitar o agendamento de interações virtuais;

1.2.1.1.3 Requisito 1.3: possuir o conceito salas virtuais, que possibilite compartilhar o vídeo e áudio entre somente os integrantes daquela reunião/ interação virtual;

1.2.1.1.4 Requisito 1.4: permitir o envio de convites para participantes das interações virtuais.;

1.2.1.1.5 Requisito 1.5: permitir o ingresso às interações virtuais, de participantes convidados, mesmo que este não esteja cadastrado no sistema como usuário, possibilitando inclusive a sua interação com demais integrantes;

1.2.1.1.6 Requisito 1.6: permitir a participação/conexão de convidados através do uso de aplicativo ou programa próprio do fabricante da solução, com segurança de controle de acesso por meio de senha e/ou *link* gerado pelo Moderador (Organizador), conexão através de *browser* (*Google Chrome, Mozilla Firefox, Microsoft Edge*, *Microsoft Internet Explorer, Safari Apple Inc.*), conexão em *end-points* com protocolo H.323 ou endereçamento SIP;

1.2.1.1.7 Requisito 1.7: possuir a figura de Moderador (Organizador) por interação virtual, com a funcionalidade deste moderador delegar a "função de organização do evento", para outro participante da reunião/interação virtual, que devem possuir minimamente os seguintes privilégios:

1.2.1.1.7.1 *Requisito 1.7.1:* remover qualquer integrante da interação virtual;

1.2.1.1.7.2 Requisito 1.7.2: silenciar e reativar o microfone de qualquer integrante da interação virtual, por tempo indeterminado ou por um período de tempo definido, individualmente ou em lote;

1.2.1.1.7.3 Requisito 1.7.3: bloquear a interação virtual para o ingresso de integrantes mediante somente aprovação do Moderador;

1.2.1.1.7.4 *Requisito 1.7.4*: iniciar e interromper gravações das interações virtuais. em execução;

1.2.1.1.7.5 *Requisito 1.7.5*: permitir que o moderador possa definir outro participante como Moderador, durante a execução da interação virtual;

1.2.1.1.7.6 *Requisito 1.7.6*: alterar o nome de exibição e outros dados de exibição de quaisquer integrantes da interação virtual;

1.2.1.1.8 Requisito 1.8: permitir a realização de gravações das interações virtuais, em formato MP4 e outros formatos abertos de arquivos de áudio/vídeo, no dispositivo (computador) de origem do Moderador da interação virtual e/ou em local centralizado disponibilizado pela solução;

1.2.1.1.9 Requisito 1.9: possibilitar a transmissão ao vivo (*Live*) das interações virtuais, por meio de *streaming*, nas plataformas de redes sociais mais difundidas (*Facebook*, *Youtube*, etc.), proporcionando ampla divulgação do evento;

1.2.1.1.10 Requisito 1.10: possuir uma ferramenta de troca de mensagens instantâneas (*chat*), integrada à interação virtual virtuais de interações virtuais, que permita a interação entre todos, ou individualmente, com somente um integrante, para que as partes possam se comunicar, sem que necessariamente precisem falar;

1.2.1.1.11 Requisito 1.11: a realização de cada interação virtual, não poderão possuir restrição de tempo;

1.2.1.1.12 Requisito 1.12: na realização das interações virtuais, devem permitir a participação de até 1.000 (um mil) integrantes/participantes simultâneos;

1.2.1.1.13 Requisito 1.13: permitir que cada participante de uma interação virtual, possa configurar seu aplicativo cliente ou navegador para visualização dos outros integrantes de modo individualizado, com troca automática de visualização para o orador ativo, ou em grade, onde os participantes serão vistos de forma concomitante em uma mesma visão;

1.2.1.1.14 Requisito 1.14: Possuir o conceito de antessala, para todas as interações virtuais, onde parte dos integrantes de uma sala principal, interação virtual principal, possam ser apartados por um período determinado. Uma antessala deve possuir as mesmas características de uma sala normal e sua gerência será realizada pelo Moderador (Organizador);

1.2.1.1.15 Requisito 1.15: A interface do aplicativo, disposta ao usuário comum, aquela por onde se opera a webconferência, o *webinar* e o *streaming*, deve ser disposta, ao menos, no idioma português/BR e inglês/US;

1.2.1.1.16 Requisito 1.16: possibilitar a divisão dos integrantes de uma interação virtual ou interações virtuais em grupos distintos, com segregação de áudio, vídeo e *chat* para cada grupo definido. Possibilitar ainda que os participantes possam transitar entre os grupos, por iniciativa própria ou deslocamento do Moderador;

1.2.1.1.17 Requisito 1.17: possuir funcionalidade de realização de *webinars*, com geração de *links* distintos para painelistas, que terão disponíveis áudio (microfone) e vídeo (câmera) e *chat*, e para convidados, que apenas poderão interagir na interação virtual por meio de *chat*, ou por áudio, desde que autorizado pelo Moderador. Permitir ainda que, neste tipo de interação virtual, o moderador possa converter convidados em painelistas e vice-versa.;

1.2.1.1.18 Requisito 1.18: possuir total compatibilidade com os sistemas operacionais: *Windows*, *macOS*, *Android* e iOS em suas versões lançadas e disponibilizadas a partir da data de 01/01/2018.

1.2.1.2 Necessidade 2: a solução provida deverá possuir uma ferramenta administrativa, que atenda aos seguintes requisitos:

1.2.1.2.1 Requisito 2.1: deve fornecer relatórios do histórico das interações virtuais, que contenha informações a respeito da participação dos integrantes, quanto tempo participou e em qual período, qual o endereço de origem, *e-mail* e navegador utilizado;

1.2.1.2.2 Requisito 2.2: deve fornecer relatórios estatísticos a respeito de realização de cada interação virtual que contenham a quantidade interações virtuais realizadas em um período, média de participantes, quantidade de interações virtuais por unidade organizacional do CNJ;

1.2.1.2.3 Requisito 2.3: possibilitar integração com ferramentas de autenticação de usuários comuns de mercado (*Microsoft Active Directory*, LDAP, etc.);

1.2.1.2.4 Requisito 2.4: possuir recurso para cadastro de usuários em lote, onde a ferramenta envie *e-mail* para ativação para cada usuário;

1.2.1.3 Necessidade 3: a solução provida deverá possuir recursos tecnológicos que atendam a demanda levantada a partir da plataforma e permitir integração a outros produtos ligados as interações virtuais:

1.2.1.3.1 Requisito 3.1: possibilitar acesso às funcionalidades administração e operação da solução por meio de Interfaces Programáveis (*Application Programming Interface* – API), possibilitando a operação da ferramenta de dentro do Processo

Judicial Eletrônico, ou de outras ferramentas ligados a realização virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ;

1.2.1.3.2 Requisito 3.2: possibilitar a realização de até 05 (cinco) interações virtuais simultâneas sem que haja a perda de performance;

1.2.1.3.3 Requisito 3.3: possuir recurso de configuração de tempo máximo de interação virtual, sendo possível a configuração de tempo ilimitado;

1.2.1.3.4 Requisito 3.4: possibilitar a realização de interações virtuais de até 1.000 (um mil) integrantes/pessoas, possibilitando sua interação com áudio e vídeo;

1.2.1.3.5 Requisito 3.5: possuir integrações nativas com *Facebook*, *YouTube*(e outras redes sociais) para publicação de vídeos gravados e transmissão de *Lives*;

1.2.1.3.6 Requisito 3.6: possibilitar o cadastro de até 05 (cinco) anfitriões/organizadores, que tenham privilégio para criar e gerenciar interações virtuais como moderadores.

1.2.1.4 Necessidades sócio ambientais (art. 3° VII) – Desde que guardem pertinência e relevância para atendimento da demanda.

1.2.1.4.1 Requisito 4.1: otimizar os recursos materiais;

1.2.1.4.2 Requisito 4.2: fazer uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

1.2.1.4.3 Requisito 4.3: adotar medidas para racionalização no consumo de energia.

1.2.2 Aderência a padrões e modelos (Art. 14, II, d, e, f)

1.2.2.1 Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI (Art. 14, II, d)

Não se aplica ao contexto deste estudos em tela, por não se tratar de desenvolvimento de sistemas.

1.2.2.2 Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil (Art. 14, II, e)

A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) é uma cadeia hierárquica e de confiança que viabiliza a emissão de certificados digitais para identificação virtual do cidadão. Observa-se que o modelo adotado pelo Brasil foi o de certificação com raiz única, sendo que o ITI, além de desempenhar o papel de Autoridade Certificadora Raiz (AC-Raiz), também tem o papel de credenciar e descredenciar os demais participantes da cadeia, supervisionar e fazer auditoria dos processos.

A fim de garantir a compatibilidade com a ICP-Brasil, é fundamental que toda contratação que necessite de trabalhar com certificados digitais esteja a ela alinhada.

Entende-se, então, que o processo de contratação pretendido deva garantir os recursos e meios necessários para que as chaves e certificados emitidos segundo o padrão supracitado possam ser adequadamente utilizados na plataforma de videoconferência de maneira que a solução esteja disponível por meio de conexões seguras em atendimento à legislação vigente.

1.2.2.3 Modelo de Requisitos Moreq-Jus (Art. 14, II, f)

Não se aplica por tratar de uma solução que não possui o requisito de gestão de processos e documentos, nos termos tratados pela Resolução CNJ nº 91/2009[2].

1.3 Atendimento da demanda

1.3.1 Soluções de TIC (Art. 14, I, a)

As estimativas de quantitativos e custos das soluções apresentadas abaixo foram calculadas levando-se em consideração as necessidades e requisitos listados no 1.2.1.

[2] Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/78>. Acessado em 30 de outubro de 2020.

1.3.1.1 Solução 1: Contratação de Solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — *Platform as a Service*

Essa solução consiste em contratação do direito de uso de licenças (subscrição de *software*) de Solução de Videoconferência em nuvem. Atualmente, várias soluções de mercado oferecem esse tipo de serviço em nuvem na modalidade PaaS — *Platform as a Service*.

Para esta solução, na análise do custos totais da demanda, item 1.4.1, deve levar em consideração os custos anuais a serem dispendidos com a contratação de licenças de ferramentas que viessem a suportar a solução de videoconferência para realização de forma virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ. Neste caso não há qualquer tipo de investimento com infraestrutura, equipamentos, serviços de suporte e manutenção, uma vez todas as ferramentas são providas em nuvem como serviço na modalidade PaaS — *Platform as a Service*.

Consideramos como alternativas de aquisição para este Conselho as 03 (três) das ferramentas líderes de mercado, *Microsoft Teams, Zoom Meetings, Cisco Webex*, conforme indicação do Quadrante Mágico *Gartner*, apresentadas a seguir na **Figura 1** – *Quadrante Mágico Gartner para Soluções de* , por serem as mais difundidas no Brasil e atenderem, em sua maioria, os requisitos mínimos listados no item 1.2.1.

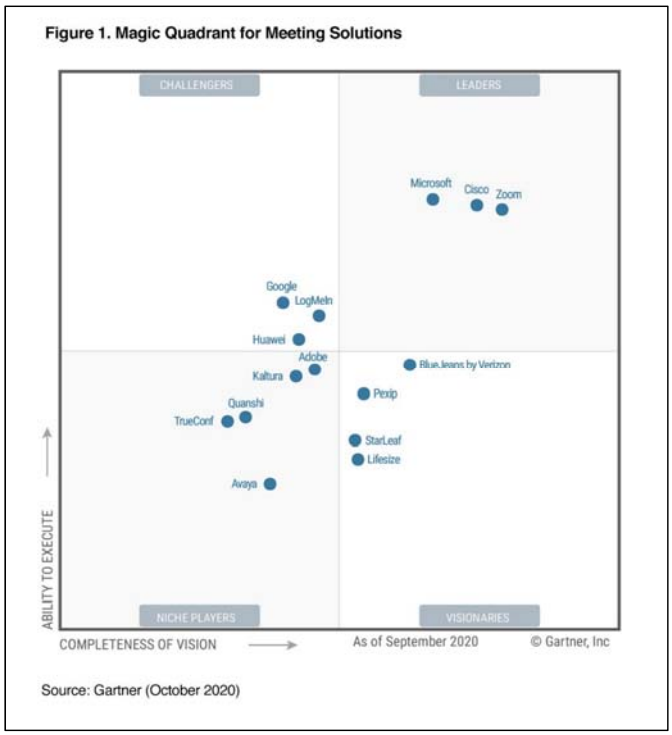


Figura 1 – *Quadrante Mágico Gartner para Soluções de Videoconferência*

1.3.1.2 Solução 2: Aquisição de Equipamentos Dedicados de Videoconferência

Esta solução consiste em equipamentos dedicados para utilização de videoconferências, com *softwares* embarcados.

Esse tipo de solução de comunicação é utilizado em sala dedicadas à serviços de videoconferência e é ideal para situações em que um grupo estará periodicamente se reunido em um ambiente para se comunicar com alguém, ou um outro grupo, remotamente.

Na análise do custos totais da demanda baseada nesta solução há de se considerar, apresentada a seguir no item 1.4.1, a incidência de custos para a criação de um ambiente apropriado para a instalação de ativos de TI, componentes de segurança, equipamentos necessários à rotinas de guarda de rede do ambiente (*switch, firewall* etc.), custos com serviços de suporte, manutenção e sustentação de todo o parque de equipamentos necessários.

Por se tratar de uma solução dedicada, com no mínimo, dois participantes remotos, em *sites* ou pontas dedicadas para este fim, conexão ponto-a-ponto, com a existência de sistemas complexos e onerosos quando comparado a solução em nuvem apresentada no item anterior. Ainda temos que dissertar que há a necessidade de se efetuar o uso destes serviços de videoconferência com duas ou mais pontas, nesse caso chamadas então de ponto-multipontos.

Dessa forma, quando três ou mais localidades querem comunicar-se entre si usando uma solução de videoconferência, além dos equipamentos desta solução, há necessidade de um recurso extra para gerenciar os diversos fluxos de áudio, vídeo e dados, garantindo, desta forma, a entrega correta dos fluxos a cada cliente (localidade conectada a sessão de videoconferência).

O equipamento que permite realizar as tarefas de gerenciamento dos fluxos de áudio, vídeo e dados é denominado de *Multipoint Control Unit (MCU)*, podendo ser uma *appliance* apartada ou embutida em um equipamento de videoconferência. Sua capacidade é medida em número de portas (conexões simultâneas) e a velocidade possível para cada porta.

A maioria dos equipamentos de videoconferência disponíveis é implementada com base na recomendação H.323 da ITU-T. Esta recomendação, na verdade, especifica uma série de outras recomendações que juntas definem como implementar “Sistemas de comunicação multimídia baseados em pacotes”, seu foco principal é telefonia IP, mas inclui

também recomendações para implementação de compartilhamento, conferências, vídeo e etc.

Na recomendação H.323 são definidos quatro componentes:

- **Terminal:** corresponde ao computador pessoal utilizado na rede, a qual provê comunicação em tempo real;
- ***Gateway***: é um elemento opcional em conferências H.323, que têm como função prover a comunicação de terminais H.323 com outros terminais de padrões diferentes (H.310, H.321, H.322);
- ***Gatekeeper***: é o componente mais importante. Atua como ponto central para todas as chamadas dentro de sua zona e provê serviços de controle de chamada para registrar participantes. Dentre outras coisas, são também responsáveis pelo gerenciamento da largura de banda em conferências H.323;
- ***Multipoint Control Unit* (MCU)**: é o componente que possibilita conferências entre três ou mais participantes. Sob H.323, um MCU consiste em um *Multipoint Controller* (MC) e zero ou mais *Multipoint Processors* (MP). O MC manipula as negociações entre todos os terminais para determinar capacidades comuns para processamento de áudio e vídeo. Já o MP é o responsável por mesclar, chavear e processar os bits de áudio, vídeo e/ou dados.
- ***Firewall* Traversal:** é um equipamento dedicado utilizado para facilitar a utilização de sistemas de Videoconferência quando necessitam "atravessar" redes TCP/IP protegidas por sistemas de *Firewall*.

Para se montar uma infraestrutura utilizando esse tipo de tecnologia, e visando atender aos requisitos descritos no item 1.2.1, montar-se-ia uma infraestrutura centralizada, nas dependências do CNJ, com recursos suficientes para suportar todos os números de conexões simultâneas necessárias. Porém para a efetividade total de operação desta solução, vê-se necessário a aquisição de 05 (cinco) terminais dedicados, onde alguns seriam

instalados nas dependências do Conselho, respeitando regras de distanciamento social atualmente impostas, e devido ao regime de trabalho remoto sem data certa para findar, na residência do Presidente deste Conselho; nas respectivas residências dos Conselheiros, Mestres de Cerimoniais e demais agentes envolvidos nas sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ.

1.3.2 Contratações Públicas Similares (Art. 14, I, b)

Com base no levantamento das soluções indicadas para atender os requisitos técnicos, pode-se identificar e relacionar contratações similares em outros órgãos e empresas públicas, ressalvado a particularidade do objeto que difere para cada contratação em razão dos serviços oferecidos. Essas contratações públicas similares estão listadas no **Quadro 1** a seguir.

	Item	Órgão	UASG	Pregão Eletrônico e/ou Contrato	Grupo/Item
Solução 1	1.3.1.1	JP-PR	90018	PE nº11/2020 Contrato nº 12/2020	Grupo 1 - Item 1
		STM	060001	Dispensa - TR SEI/STM 008482/20-00.07	Grupo único
		STM	060001	TR SEI 009565/20-00.07	Grupo único
		CONFERE	90026	PE nº 05/2020	Item 1
		CFC	926307	PE nº 11/2020	Item 2
		ELETRONUCLEAR	910847	PE.DAN.A-139/2020	Item 1
		IBGE	114601	PE nº 30/2020	Grupo único
Solução 2	1.3.1.2	MP-MA	925129	PE nº 10/2017 Contrato nº 42/2017	Grupo 01 - Itens 02, de 07 a 20
		JF-PE	90009	PE nº 46/2016	Grupo 01 - Itens 01 a 09
		CNMP	590001	PE nº 18/2016	Grupo 01 - Itens 01 e 02
		STM	060001	PE nº 11/2018 Contrato nº 70/2018	Grupo 01 - Itens 07 a 09

Quadro 01 – *Pesquisa Contratações Públicas Similares*

1.3.2.1 Contratações Públicas Similares – Solução 01

1.3.2.1.1 Justiça Federal de 1º Grau no Paraná – JP-PR

Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico nº 11/2020[3]

Processo: nº 0003051-53.2019.4.04.8003

Contrato: nº 012/2020[4] – **Vigência:** 12 meses de 16/07/2020 - 17/07/2021

Objeto.: Registro de Preços de serviços de *webconferência*, *webinar* e *streaming* de áudio/vídeo, suporte técnico e treinamento para o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, suas Seções Judiciárias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

A JF-PR (UASG 90018), realizou licitação para registro de preço para Serviços de *webconferência*, *webinar* e *streaming* de áudio/vídeo, Grupo 1 – Itens 01 e 02. Este item da contratação diz respeito a alternativa de solução levantada no subitem 1.3.1.1.

1.3.2.1.2 Superior Tribunal Militar - STM

Procedimento Licitatório: Termo de Referência SEI 008482--20-00.07[5]

Processo SEI: nº 008482/20-00.07[6]

Contrato: nº 2020NE000616 **Vigência:** 18/05/2020 - 17/05/2021

[3] Disponível em <http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=90018&modprp=5&numprp=112020>. Acessado em 30 de outubro de 2020.
[4] Disponível em <https://sei.trf4.jus.br/sei/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=92189&id_documento=10000004268177&infra_hash=941e788023c08de51e3f2a7bc9d86447>. Acessado em 30 de outubro de 2020.
[5] Disponível em <https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/ctrl_busca/visualizar/8294_TERMO%20DE%20REFERENCIA_PROCESSO_SEI_008482--20-00.07.pdf>. Acessado em 30 de outubro de 2020.
[6] Disponível em <https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/ctrl_busca/detalhar/2277>. Acessado em 30 de outubro de 2020.

Objeto: Aquisição de licenças de Videoconferência, com vistas a realização virtual das sessões de julgamento do STM.

A STM (UASG 060001), realizou aquisição Licença *ZOOM Meetings Plano Business* (Corporativo) por 12 meses. Este item da contratação diz respeito a alternativa de solução levantada no subitem 1.3.1.1.

1.3.2.1.3 Superior Tribunal Militar - STM

Procedimento Licitatório: Termo de Referência SEI 009565/20-00.07[7]

Processo SEI: 009565/20-00.07[8]

Contrato: nº2020NE000754 **Vigência:** 23/06/2020 - 22/06/2021

Objeto: Aquisição de licenças de Videoconferência, *Zoom meeting*, com vistas a realização de audiências em ações penais com pluralidade de réus.

A STM (UASG 060001), realizou aquisição de *Licença ZOOM Meetings Plano Business* (Corporativo) por 11 meses. Este item da contratação diz respeito a alternativa de solução levantada no subitem 1.3.1.1.

1.3.2.1.4 Conselho Federal dos Representantes Comerciais – CONFERE

Procedimento Licitatório: PE nº 05/2020[9]

Processo Administrativo: nº 004/2020

Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de subscrição de licenças de uso dos *softwares Microsoft Office*

[7] Disponível em <https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/ctrl_busca/visualizar/8318_TERMO%20DE%20REFERENCIA_PROCESSO_SEI_009565--20-00.07.pdf>. Acessado em 30 de outubro de 2020.
[8] Disponível em <https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/ctrl_busca/detalhar/2277>. Acessado em 01 de novembro de 2020.
[9] Disponível em < https://www.confere.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/09/EDITAL-TIMBRADO.pdf>. Acessado em 01 de novembro de 2020.

365 que se constitui numa solução de comunicação, colaboração e produtividade, integrando-se as ferramentas de e-mail existente, incluindo recursos de rede social corporativa, mensagem instantânea e videoconferência, chat persistente para dispositivos móveis, proteção da informação e direito de atualização, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos.

A CONFERE (UASG 389047), efetuou aquisição de solução *Microsoft 365 Business Standard*, que contempla solução de videoconferência. Este item da contratação diz respeito a alternativa de solução levantada no subitem 1.3.1.1.

1.3.2.1.5 Conselho Federal de Contabilidade – CFC

Procedimento Licitatório: PE nº 11/2020[10]

Processo: 90796110000007.000012/2020-17

Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de subscrição de licenças do *software Microsoft Office* 365 *Enterprise* 3 (E3), incluindo serviços técnicos, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, na modalidade *Enterprise Agreement Subscription*, para atender às necessidades do Conselho Federal de Contabilidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

O CFC (UASG 383500), realizou a aquisição de *Microsoft Office* 365 *Enterprise* 3 que contemplam os serviços de videoconferência por meio doe aplicativo *Microsoft TEAMS.* Este item da contratação diz respeito a alternativa de solução levantada no subitem 1.3.1.1.

[10] Disponível em <http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=383500&modprp=5&numprp=112020>. Acessado em 28 de dezembro de 2020.

1.3.2.1.6 Eletrobrás Termonuclear S/A - Eletronuclear

Procedimento Licitatório: PE.DAN.A-139/2020[11]

Contrato: DAN.A/CT – 4500033270[12] - **Vigência:** 20/08/2020 – 19/08/2021

Objeto: Prestação de serviços, através do *software CISCO WEBEX*, para solução de reuniões virtuais para áudio, vídeo e *WEB* conferência baseada em computação em nuvem (*cloud computing*), na modalidade de *software* como serviço (saas - *software as service*), incluindo serviços de implantação, manutenção, suporte técnico e transferência de conhecimento, para utilização na ELETROBRAS ELETRONUCLEAR.

A Eletronuclear (UASG 910847), efetuou aquisição de solução *Cisco Webex*. Este item da contratação diz respeito a alternativa de solução levantada no subitem 1.3.1.1.

1.3.2.1.7 Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Procedimento Licitatório: PE nº 30/2020[13]

Processo Administrativo: n° 0000006.00000145/2020-87

Contrato: nº 36/2020 - **Vigência:** 12 meses

Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação de empresa especializada em prestação de serviço de videoconferência em nuvem, pelo prazo de 12 meses.

[11] Disponível em <http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=910847&modprp=5&numprp=1392020>. Acessado em 01 de novembro de 2020.
[12] Disponível em <https://www.eletronuclear.gov.br/Canais-de-Negocios/Licitacoes/Paginas/Licitacoes.aspx?LicitacaoID=5486>. Acessado em 01 de novembro de 2020.
[13] Disponível em <http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=910847&modprp=5&numprp=1392020>. Acessado em 01 de novembro de 2020.

A IBGE (UASG 114601), efetuou aquisição de solução *Cisco Webex Meetings*. Este item da contratação diz respeito a alternativa de solução levantada no subitem 1.3.1.1.

1.3.2.2 Contratações Públicas Similares – Solução 02

1.3.2.2.1 Ministério Público do Maranhão – MPMA - Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão

Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/2017[14]

Processo Administrativo: nº 8697AD/2016

Contrato: nº 42/2017[15] – **Vigência:** 22/08/17 à 19/02/18

Objeto: registro de preços para a contratação eventual e futura de empresa especializada no fornecimento de soluções contendo Equipamentos e Serviços de Videoconferência, conforme especificações, detalhamentos e quantitativos fixados no Anexo I - Termo de Referência, parte integrante do Edital.

O MP-MA (UASG 925129), efetuou a aquisição equipamentos solução dedicada de vídeo conferência, composta por: item 02 – terminal de videoconferência para salas de médio e grande porte (*Group* 500 EEIV 12x ou similar); item 07 – plataforma de gerência de rede de videoconferência (*Resource Manager* ou similar); item 08 - plataforma de travessia de *firewall* para chamadas de videoconferência (*Access Director* ou similar); item 09 – unidade controladora de multiponto (*Collaboration Server* ou similar); item 10 – Plataforma De Controle De Chamadas De Videoconferência (DMA *APPLIANCE* ou similar);

[14] Disponível em <http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=925129&modprp=5&numprp=102017>. Acessado em 30 de outubro de 2020.
[15] Disponível em < https://www.cnj.jus.br/transparencia-cnj/licitacoes-e-contratos/contratos/contrato-n-32-2018/>. Acessado em 30 de outubro de 2020.

itens DE 11 até 20 (treinamentos e instalações/implantação). Estes itens da contratação dizem respeito a alternativa de solução levantada no subitem 1.3.1.2.

1.3.2.2.2 Justiça Federal de Primeiro Grau em Pernambuco – JF-PE

Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico 41/2016[16]

Processo Administrativo: nº 516/2016

Ata de Registro de Preços: nº 65 e 66/2016

Objeto: Registro de Preços de equipamentos de videoconferência, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital.

A JF-PE (UASG 90009), efetuou a aquisição equipamentos de videoconferência compostos por: Item 01 - terminal de videoconferência para salas de conferência de porte médio; Item 02 - unidade controladora de multiponto; Item 03 - plataforma de controle de chamadas de videoconferência; Item 04 - plataforma de gerenciamento de rede de videoconferência; Item 05 - plataforma de travessia de *firewall* para chamadas de videoconferência; Item 06 - plataforma de gravação digital de chamadas de videoconferência; Item 07 - sistema de som para videoconferência de sala de porte médio e grande; Item 08 - instalação e treinamento para terminal de videoconferência; Item 09 - instalação e treinamento para infraestrutura de videoconferência. Estes itens da contratação dizem respeito a alternativa de solução levantada no subitem 1.3.1.2.

[16] Disponível em <http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=90009&modprp=5&numprp=412016>. Acessado em 30 de outubro de 2020.

1.3.2.2.3 Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP

Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico 018/2016[17]

Processo Administrativo: nº 0.00.002.000309/2015-74

Objeto: contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução de videoconferência corporativa compreendendo os equipamentos necessários, serviço de instalação, e garantia on-site por 12 (doze) meses.

O CNMP (UASG 590001), efetuou a aquisição equipamentos de videoconferência compostos por: Item 1 - Terminal de videoconferência – com instalação e garantia on-site por 12 meses; Item 2 - Solução de gravação e streaming de videoconferência – com instalação e garantia on-site por 12 meses. Estes itens da contratação dizem respeito a alternativa de solução levantada no subitem 1.3.1.2.

1.3.2.2.4 Superior Tribunal Militar - STM

Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico 11/2018[18]

Processo Administrativo: 001617/18-00.07

Contrato: nº 70/2018[19] – **Vigência**: 27/12/2018 à 09/02/2019

Ata de Registro de Preço: nº 66/2018[20]

[17] Disponível em <http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=590001&modprp=5&numprp=182016>. Acessado em 30 de outubro de 2020.
[18] Disponível em <http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=60001&modprp=5&numprp=112018>. Acessado em 30 de outubro de 2020.
[19] Disponível em <https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/ctrl_busca/detalhar/1771>. Acessado em 30 de outubro de 2020.
[20] Disponível em <https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/ctrl_busca/detalhar/1600>. Acessado em 30 de outubro de 2020.

Objeto: Contratação de sociedade empresária para a prestação de serviços de manutenção, suporte e expansão da rede de videoconferência da JMU, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP).

O STM (UASG 060001), efetuou a aquisição equipamentos de videoconferência composto: Item 7 - Fornecimento e instalação de Plataforma de Travessia de *Firewall*; Item 8 - Fornecimento e instalação de Terminal de Videoconferência para Salas de Pequeno e Médio Porte; Item 9 -Fornecimento e instalação de Sistema de Controle e Posicionamento de Câmera. Estes itens da contratação dizem respeito a alternativa de solução levantada no subitem 1.3.1.2.

Estudos Preliminares (1019915) SEI 10114/2020 / pg. 29

1.3.2.3 Valores de Referência - Solução 1

Na tabela a seguir,

Fornecedor/Solução	Valor Unitário Mensal da Licença (R$)	Quantidade de Licenças	Custo Total (R$)
Cisco *Webex Business*	1.681,36	5	8.406,78
Zoom Meeting Empresarial	1.039,75		5.198,74
Microsoft TEAMS 365 E3	1.813,20		9.066,00
Custo médio da Aquisição			**7.557,17**

Tabela apresentamos os valores praticados nas contrações públicas similares considerando as soluções técnicas levantadas neste estudo, apresentadas no item 1.3.1.

Órgão	Pregão Eletrônico e/ou Contrato	Especificação	Marca/Modelo	Quant. Licenças	Valor Unitário da Licença (R$)	Valor Total Contratação para 12 meses (R$)
JP-PR	PE nº11/2020 Contrato nº 12/2020	**Grupo 1 - Item 1** - serviços de *webconference*, *webinar* e *streaming* de áudio/vídeo, conforme especificações técnicas contidas em edital	*Zoom Meeting*	1.620	827,00	**1.339.740,00**

Órgão	Pregão Eletrônico e/ou Contrato	Especificação	Marca/Modelo	Quant. Licenças	Valor Unitário da Licença (R$)	Valor Total Contratação para 12 meses (R$)
STM	Dispensa - TR SEI/STM 008482/20-00.07	Licença *ZOOM Meetings* Plano *Business* (Corporativo) por 12 meses	*Zoom Meetings Plano Business (Corporativo)*	10	1.595,00	**15.950,00**
STM	TR SEI 009565/20-00.07	Licença *ZOOM Meetings* Plano *Business* (Corporativo) por 11 meses	*Zoom Meetings Plano Business (Corporativo)*	16	1.463,00	**23.408,00**
		Licença ZOOM CRC - Conector de Sala de Conferência - por 11 meses	*Licença ZOOM CRC*	2	3.635,00	**7.270,00**
		Valor total da Contratação				**30.678,00**
CONFERE	PE nº 05/2020	LICENÇA MICROSOFT BUSINESS STANDARD	*Microsoft BUSINESS STANDARD*	150	690,48	**103.572,00**
CFC	PE nº 11/2020	Subscrição de licenças de uso do *software Microsoft Office 365Enterprise* 3 (E3), na modalidade *Enterprise Agreement Subscription* por 36 (trinta e seis) meses	*Microsoft Office 365Enterprise 3 (E3)*	315	3.777,69	**1.189.972,35**

Estudos Preliminares (1019915) SEI 10114/2020 / pg. 30

Órgão	Pregão Eletrônico e/ou Contrato	Especificação	Marca/Modelo	Quant. Licenças	Valor Unitário da Licença (R$)	Valor Total Contratação para 12 meses (R$)
ELETRONUCLEAR	PE.DAN.A-139/2020	Collaboration Flex Plan / Itens Inclusos: 6000 x AFLEX- FILESTG-ENT; 300 x AFLEX- DEVREG-ENT; 300 x AFLEX- MSG-ENT; 1 x SVS-SPKSUPT- BAS; 250 x A-FLEXEACM1; 1 x A-SPK-VOIP; 300 x A-FLEX-MEET-ENT – CISCO WEBEX	*CISCO WEBEX*	300	532,00	**159.600,00**
IBGE	PE nº 30/2020	SERVIÇO DE VIDEOCONFERÊNCIA / SERVIÇO DE WEBINAR / SERVIÇO DE GRAVAÇÃO EM NUVEM	*Cisco Webex Meetings*	504	595,22	**299.990,98**
Valor médio por licença					**1.639,42**	
Valor médio para 05 (cinco) licença					**8.197,12**	

Tabela 1 – *Contratações Públicas Similares – Solução 1*

Estudos Preliminares (1019915) SEI 10114/2020 / pg. 31

Estudos Preliminares (1019915) SEI 10114/2020 / pg. 32

1.3.2.4 Valores de Referência - Solução 2

Na tabela a seguir,

Fornecedor/Solução	Valor Unitário Mensal da Licença (R$)	Quantidade de Licenças	Custo Total (R$)
Cisco *Webex Business*	1.681,36	5	8.406,78
Zoom Meeting Empresarial	1.039,75		5.198,74
Microsoft TEAMS 365 E3	1.813,20		9.066,00
Custo médio da Aquisição			**7.557,17**

Tabela **2** apresentamos os valores praticados nos contrações públicas similares considerando as soluções técnicas levantadas neste estudo, apresentadas no item 1.3.2.

Órgão/Pregão Eletrônico	Pregão Eletrônico e/ou Contrato	Especificação	Marca/Modelo	Quant.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
MP-MA	PE nº 10/2017 Contrato nº 42/2017	**Item 02 –** Terminal de Videoconferência para Salas de Médio e Grande Porte (*Group* 500 EEIV 12x ou similar)	Polycom - RP *Group* 500 EE IV 4x	10	36.000,00	**360.000,00**
		Item 07 – Plataforma de Gerência de Rede de Videoconferência *(Resource Manager* ou similar)	Polycom - *Resource Manager*	1	86.000,00	**86.000,00**

Órgão/Pregão Eletrônico	Pregão Eletrônico e/ou Contrato	Especificação	Marca/Modelo	Quant.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
		Item 08 - Plataforma de Travessia de *Firewall* para Chamadas de Videoconferência (*Access Director* ou similar)	Polycom - *Access Director*	1	54.780,00	**54.780,00**
		Item 09 – Unidade Controladora de Multiponto (*Collaboration Server* ou similar)	Polycom - RP *Collaboration Server* 1800	1	380.000,00	**380.000,00**
		Item 10 – Plataforma de Controle de Chamadas de Videoconferência (DMA *Appliance* ou similar)	Polycom - RP DMA 7000	1	100.800,00	**100.800,00**
		Itens de 11 a 20 (Treinamentos e Instalações/Implantação)	-	1	45.320,00	**45.320,00**
		Valor total da Contratação				**1.026.900,00**
		Valor Unitário por Terminal de Videoconferência			**70.290,00**	
JF-PE	PE nº 46/2016	**Item 01 -** Terminal de Videoconferência para Salas de Conferência de Porte Médio	Polycom *Real Presence Group* 310	15	33.000,00	**495.000,00**
		Item 02 - Unidade Controladora de Multiponto	Polycom RMX 1500	3	64.500,00	**193.500,00**
		Item 03 - Plataforma de Controle de Chamadas de Videoconferência	Polycom DMA	1	99.000,00	**99.000,00**
		Item 04 - Plataforma de Gerenciamento de Rede de Videoconferência	Polycom *Resource Mananger*	1	84.900,00	**84.900,00**
		Item 05 - Plataforma de Travessia de *Firewall* Para Chamadas de Videoconferência	Polycom - *Access Director*	3	85.000,00	**255.000,00**

Estudos Preliminares (1019915) SEI 10114/2020 / pg. 33

Órgão/Pregão Eletrônico	Pregão Eletrônico e/ou Contrato	Especificação	Marca/Modelo	Quant.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
		Item 06 - Plataforma de Gravação Digital de Chamadas de Videoconferência	Polycom *Media Suite*	3	170.000,00	**510.000,00**
		Item 07 - Sistema de Som para Videoconferência de Sala de Porte Médio e Grande	Oneal/Behringer/BSA/TSI	2	13.000,00	**26.000,00**
		Item 08 - Instalação e Treinamento para Terminal de Videoconferência	-	3	3.300,00	**9.900,00**
		Item 09 - Instalação e Treinamento para Infraestrutura de Videoconferência	-	3	8.900,00	**26.700,00**
		Valor total da Contratação				**1.700.000,00**
		Valor Unitário por Terminal de Videoconferência			**37.440,00**	
CNMP	PE nº 18/2016	**Item 1 -** Terminal de videoconferência – com instalação e garantia *on-site* por 12 meses.	*Huawei -TE40*	1	34.295,00	**34.295,00**
		Item 2 - Solução de gravação e *streaming* de videoconferência – com instalação e garantia *on-site* por 12 meses.	*Huawei - RSE6500*	1	60.000,00	**60.000,00**
		Valor total da Contratação				**94.295,00**
		Valor Unitário por Terminal de Videoconferência			**94.295,00**	

Estudos Preliminares (1019915) SEI 10114/2020 / pg. 34

Órgão/Pregão Eletrônico	Pregão Eletrônico e/ou Contrato	Especificação	Marca/Modelo	Quant.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
STM	PE nº 11/2018 Contrato nº 70/2018	**Item 7** - Fornecimento e instalação de Plataforma de *Travessia de Firewall*	*Polycom Accesse Director* e Lenovo *Thinksystem SR Series*	1	102.400,00	**102.400,00**
		Item 8 - Fornecimento e instalação de Terminal de Videoconferência para Salas de Pequeno e Médio Porte.	Polycom RP *Group*	15	19.097,91	**286.468,65**
		Item 9 -Fornecimento e instalação de Sistema de Controle e Posicionamento de Câmera	Polycom *Eagle Director*	1	130.725,00	**130.725,00**
		Valor total da Contratação				**2.444.783,65**
		Valor Unitário por Terminal de Videoconferência			**16.814,86**	
Valor Médio das Contratações					**1.316.494,66**	
Valor Médio por Sala de Interação Virtual					**54.709,97**	

Tabela 2 – *Contratações Públicas Similares – Solução 2*

Estudos Preliminares (1019915) SEI 10114/2020 / pg. 35

1.3.3 Soluções similares em outros órgãos (Art. 14, II, a)

Em virtude da natureza da demanda, não se vislumbra outras soluções disponíveis no mercado além das apresentadas no item 1.3.1 deste documento. Ademais, conforme indicado no item 1.3.2, vários órgãos ou entidades da administração pública, visando atender a sua demanda realização de interações virtuais, contrataram uma das alternativas de solução apresentadas neste documento.

1.3.4 Portal do *Software* Público Brasileiro (Art. 14, II, b)

Não foi encontrado no catálogo do Portal do *Software* Público Brasileiro[21] solução que atenda às necessidades e requisitos apontados no item 1.2.1.

1.3.5 Capacidade e alternativas do mercado de TIC (Art. 14, II, c)

No item inaugural 1.3.1.1 neste Estudos Preliminares, por meio da **Figura 1** – *Quadrante Mágico Gartner para Soluções de* indicamos as principais ferramentas que atenderiam os anseios do CNJ quanto a essa solução. Como já publicado naquele item, e que foram consideradas as três soluções de fornecedores líderes de mercado e mais difundidas no Brasil e que, em sua maioria, atendem os requisitos mínimos listados no item 1.2.1, a seguir: *Microsoft Teams; Zoom Meetings; Cisco Webex.* Outra alternativa abordada foi pela possível solução citada, constante no item 1.3.1.2, que consiste na aquisição de equipamentos especializados para videoconferência, alternativa trata-se de solução bem comum de mercado, também muito difundida na Administração Pública.

1.4 Análise dos Custos Totais da Demanda (Art. 14, III)

Visando elucidar os cálculos utilizados para obtenção dos valores de investimento das 02 (duas) soluções vislumbradas, a seguir temos as memórias de cálculo de cada

[21] Disponível em <https://softwarepublico.gov.br/social/search/software_infos>. Acessado em 30 de outubro de 2020.

uma destas. A análise comparativa de custos foi elaborada considerando as 02 (duas) soluções técnicas levantadas nestes Estudos Preliminares, apresentadas no subitem 1.3.1 e processos de compras públicas realizados, os quais apresentamos no item 1.3.2.

1.4.1 Análise dos Custos - Solução 1: Contratação de Solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — *Platform as a Service*

A presente apreciação de custos, considera como recurso tecnológico para atender à necessidade deste Conselho a **Solução 1** apresentando no item 1.3.1.1.

Para fins comparativos, 02 (dois) cenários serão considerados e as respectivas memórias de cálculo a serem apresentadas no item 1.4.1. O primeiro cenário considera o preço das licenças dos produtos listados nos *sites* oficiais dos seus fabricantes. O segundo contabiliza as estimativas a partir de preços praticados em contratos públicos apresentados no item 1.3.2.

1.4.1.1 Solução 1 - Cenário 1

A memória de cálculo[22] constante na

Fornecedor/Solução	Valor Unitário Mensal da Licença (R$)	Quantidade de Licenças	Custo Total (R$)
Cisco *Webex Business*	1.681,36	5	8.406,78

[22] Todas as conversões de moedas apresentadas nestes estudos em tela consideraram as informações de série histórica do dólar comercial disponível no *web site* do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA, disponível em <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/serie-de-preco/dolar.aspx>. Acessado em 01 de novembro de 2020.
Os valores unitários das licenças, coletados nos *web sites* dos fornecedores, consideraram a cotação do dólar comercial em 23 de dezembro de 2020 – R$5,199.
- Cisco *Webex Business* <https://www.webex.com/pt/pricing/index.html>. Acessado em 28 de dezembro de 2020;
- *Zoom Meeting* Empresarial <https://www.zoom.us/pricing>. Acessado em 28 de dezembro de 2020;
- *Microsoft Business Standard* <https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/compare-microsoft-365-enterprise-plans>. Acessado em 28 de dezembro de 2020;

Fornecedor/Solução	Valor Unitário Mensal da Licença (R$)	Quantidade de Licenças	Custo Total (R$)
***Zoom Meeting* Empresarial**	1.039,75		5.198,74
Microsoft TEAMS 365 E3	1.813,20		9.066,00
Custo médio da Aquisição			**7.557,17**

Tabela **3** apresenta uma estimativa de custo médio levando-se em consideração o preço praticado por 03 (três) ferramentas em destaque na Figura 1 – *Quadrante Mágico Gartner para Soluções de* , que são elas *Meeting Zoom*, *Cisco Webex*, *Microsoft Teams*. Os valores unitários de licenças são apresentados na tabela a seguir:

Fornecedor/Solução	Valor Unitário Mensal da Licença (R$)	Quantidade de Licenças	Custo Total (R$)
Cisco *Webex Business*	1.681,36	5	8.406,78
***Zoom Meeting* Empresarial**	1.039,75		5.198,74
Microsoft TEAMS 365 E3	1.813,20		9.066,00
Custo médio da Aquisição			**7.557,17**

Tabela 3 – *Custo médio Cenário 1*

Os valores acima, obtidos por meio de consulta aos *sites* dos fabricantes, considera o fornecimento da versão básica da licenças das soluções, não havendo a total aderência aos requisitos listados no item 1.2.1. Para tanto é necessária a aquisição das soluções *Cisco Webex Meeting* e *Cisco Webex Events*, seguindo justificativa a ser apresentada e dissertada a seguir, no item 1.5.1. Os referencias de preço das licenças que atendem em plenitude aos requisitos exigidos, só são fornecidos pelos fabricantes por meio de contato comercial direto, onde devemos assim considerar que os valores da tabela poderão sofre variações.

1.4.1.2 Solução 1 - Cenário 2

A memória de cálculo da Erro! Fonte de referência não encontrada.**4**, traz o valores constantes no item 1.3.2.3, valores das contrações constantes na **Tabela 1**, com as três ferramentas em destaque na **Figura 1** – *Quadrante Mágico Gartner para Soluções de* Há de se considerar, que os valores das licenças objeto destes Estudos Preliminares em tela, são cotadas pelos respectivos fornecedores/fabricantes em dólares, já mencionado no item 1.4.1.1.

Órgão	Pregão Eletrônico e/ou Contrato	Data Apresentação Proposta Comercial	Quant. Licenças	Valor Unitário da Licença (R$)	Valor Total Contratação para 12 meses (R$)
JP-PR	PE nº11/2020	19/06/2020	1.620	827,00	**1.339.740,00**
STM	TR SEI/STM 008482/20-00.07	13/05/2020	10	1.595,00	**15.950,00**
STM	TR SEI 009565/20-00.07	15/06/2020	16	1.463,00	**23.408,00**
			2	3.635,00	**7.270,00**
CONFERE	PE nº 05/2020	20/10/2020	150	690,48	**103.572,00**
CFC	PE nº 11/2020	09/11/2020	315	1.259,23	**396.657,45**
ELETRONUCLEAR	PE.DAN.A-139/2020	23/07/2020	300	532,00	**159.600,00**
IBGE	PE nº 30/2020	21/10/2020	504	595,22	**299.990,98**
Valor médio por licença				**1.324,62**	-
Valor médio para 05 (cinco) licença					**6.623,08**

Comentado [HGG1]: Corrigido o valor unitário, observamos inconsistência

Erro! Fonte de referência não encontrada.**4** - *Contratações Públicas Similares – Solução 1*

Vale a ressalva que os valores apresentados na Erro! Fonte de referência não encontrada.**4,** tratam-se de estimas referenciais de contratações públicas e produtos tabelados, sem análise aprofundada das particularidades funcionais e técnicas, sem a checagem detalhada se os requisitos exigidos no item 1.2.1 deste no estudo em tela seriam plenamente atendidos. Para tanto considera-se que é necessária a aquisição da solução *Cisco Webex Meeting* e *Cisco Webex Event*, seguindo justificativa a ser apresentada e dissertada a seguir, no item 1.5.1e entendeu-se pela : **(i)** verificação da compra unificada (para baixar custo) e **(ii)** provocar o contato comercial com uma revenda para solicitar cotação de preço visando maior assertividade na definição do orçamento estimado da contratação pretendida.

1.4.2 Análise dos Custos - Solução 2: Aquisição de Equipamentos Dedicados de Videoconferência

Esta memória de cálculo descreve o investimento e custeio anual a serem realizados na eventual escolha da **Solução 2**, apresentada no item 1.3.1.2, com vistas a prover um ambiente com recursos necessários para realização de forma virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ.

A **Solução 2** prevê a aquisição de equipamentos especializados para utilização de videoconferências, com *softwares* especializados embarcados.

Os valores constantes a seguir **não computam** os custos de equipamentos ligados à segurança e rede do ambiente (*switch*, *firewall*, etc.), além dos custos de serviços de manutenção e sustentação do ambiente e desses equipamentos.

Outro item a ser avaliado diz respeito a estrutura física. É necessário para a total operacionalização desta solução espaço dedicado e customizado nas dependências do CNJ, como: mobiliário, infraestrutura de rede e energia elétrica, com infraestrutura centralizada, onde parte destes equipamentos seriam instalados na sede deste Conselho. Ainda, há de levantar a necessidade de instalação dos terminais na residência do Presidente deste Conselho; nas respectivas residências dos Conselheiros, Mestres de Cerimoniais e demais agentes envolvidos nas sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ, visando aderência as regras de distanciamento social, concernente com o regime de trabalho remoto. Este cenário há de considerar um custo adicional com uma equipe técnica que deverá efetuar deslocamento a diversos localidades, para efetuar suporte em eventuais panes nos equipamentos de Videoconferência. Estes outros custos com a adequação do ambiente também **não estão contemplados nesta memória de cálculo**.

Os valores a serem apresentados a seguir, **Tabela 5**, são baseados nas contratações públicas similares, onde chegou a um valor unitário médio por terminal de videoconferência, e na sequencia um projeção de valor, levando em consideração os volumes de conexões desejadas e registrados nos requisitos listados nos itens 1.2.1.3.3 e 1.2.1.3.5, para os momentos de pico da utilização da ferramenta.

Órgão/Pregão Eletrônico	Pregão Eletrônico e/ou Contrato	Valor Unitário por Terminal de Videoconferência (R$)	Valor da Contratação (R$)
MP-MA	PE nº 10/2017 Contrato nº 42/2017	70.290,00	1.026.900,00
JF-PE	PE nº 46/2016	37.440,00	1.700.000,00
CNMP	PE nº 18/2016	94.295,00	94.295,00
STM	PE nº 11/2018 Contrato nº 70/2018	16.814,86	2.444.783,65
Valor médio por Sala de Reunião		**54.709,97**	
Valor médio das Contratações		**1.316.494,66**	
Valor para 05 (cinco) Salas de Interação Virtual		**273.549,83**	

Tabela 5 - *Valores para arquitetura de Vídeo Conferência- Solução 2*

Apesar dessa solução, potencialmente, garantir uma melhor qualidade em vários requisitos necessários para atender as necessidades apontadas, em ambos os cenários apresentados, o custo de sua implementação é **financeiramente inviável**.

Além dos aspecto financeiro, ainda há outro fator que torna a **Solução 2** inviável, pois, requer longo tempo de implantação, esforço com o gerenciamento para instalação de equipamentos, custo com instalação dos terminais nas residência de cada um dos evolvidos na prática das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do Conselho, contratação adicional de serviço de suporte *on-site* aos equipamentos, o que

reflete ainda mais nos custos, e ainda vê-se necessário a contratação de serviços especializados para sustentação do ambiente que suportará esta solução apresentada.

1.4.3 Valores de Referência – Tabela Comparativa de Custos

Nesta análise de custos totais foram consideradas as premissas descritas em cada uma das soluções apresentadas no item 1.3.1. A **Tabela 6** apresenta-se resumo de comparando os custos de cada uma das soluções.

Solução	Referência	Unidade	Quant.	Valor Médio Unitário (R$)	Custo Médio da Aquisição (R$)
Solução 1 -Solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS	Cenário 1 - Valore site fornecedores	Licenças / Interações Virtuais	5	1.511,43	7.557,17
	Cenário 2 - Contratações Públicas			1.324,62	6.623,08
	Valor Médio Cenário 1 x Cenário 2			**1.418,03**	**7.090,13**
Solução 2 - Equipamentos Dedicados	Contratações Públicas Similares	Terminal de Vídeo Conferência	5	54.709,97	273.549,83

Tabela 6 – *Comparativo de Custos Soluções 1 e 2*

Comentado [HGG2]: Encontrado erro na referência da tabela, onde o valor unitário da contratação do CFC PE 11/2020 estava incorreto.

Consideramos que para a operacionalização da **Solução 1** não há incidência de despesas com aquisição de ativos de infraestrutura, custos relacionados com a instalação de equipamentos, suporte e ainda adequação de ambiente físico (salas, mobiliários), uma vez que a modalidade de serviços se dá por meio de licenciamento (subscrição de *software*) da solução na modalidade de *Platform as a Service*.

Efetuando uma análise dos valores, temos um custo médio de **R$ 1.422,15 (um mil quatrocentos e vinte e dois reais e quinze centavos)** e para o volume de 05 (cinco) licenças/interações virtuais o valor de **R$ 7.090,13 (sete mil, noventa reais e treze centavos)**, que se trata da média entre os valores pesquisados nos sites dos respectivos fabricantes e dos valores praticados nas contratações públicas similares analisadas, multiplicado pela quantidade almejada.

Referente a **Solução 2**, obtivemos o resultado médio unitário por Terminal de Vídeo Conferência/interações virtuais, em **R$ 54.709,97 (cinquenta e quatro mil, setecentos e nove reais e noventa e sete centavos).** Para a disponibilização dos 05 (cinco) terminais necessários, este conselho teria que investir o vulto de **R$ 273.549,83 (duzentos e setenta e três mil, quinhentos e quarenta e nove reais e oitenta e três centavos)**.

Temos que relatar ainda, que até então, não foram considerados algum itens e serviços que são essenciais para instalação e operacionalização desta configuração da plataforma, tais como custo com equipamentos de segurança de rede (*firewall*, *switch,* etc.*)*, custos com instalações dos equipamentos e adequação de ambiente físicos, suporte *on-site* aos terminais. Até então, com o custo dos equipamentos e ativos de infraestrutura obtidos por meio da análise das contratações públicas similares pesquisadas, temos que os custos de aquisição destes itens da **Solução 2** são **38 (trinta e oito) vezes superior** aos valores quando comparados aos valores da **Solução 1**. Ainda há fatores logísticos e operacionais que dificultam sua instalação e operacionalização desta plataforma, apresentados no último parágrafo do item 1.4.2, que quando relacionados com esta análise de custo corrobora sua inviabilidade.

1.5 Escolha e Justificativa da Solução (Art. 14, IV)

1.5.1 Motivação da Escolha

Dentre as alternativas de solução de Videoconferência disponíveis no mercado de TIC, a solução apresentada no item 1.3.1.1, **Solução 1** - Contratação de Solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — *Platform as a Service*, tende a representar um investimento financeiro menor em relação outra configuração de plataforma de videoconferência, **Solução 2** estuada no item 1.3.1.2 seguindo o que fora aprestando conforme **Tabela 6**, item 1.4.4.

Para a **Solução 1** não há necessidade de contração de itens adicionais para o seu pleno funcionamento, dada a modalidade de licenciamento (subscrição de *software*) da solução em nuvem, não existindo investimento com a implementação de *hardware* e *software*, custos mensais com manutenção e suporte *on*-site, e consequentemente não incidindo investimento com infraestrutura tecnológica, infraestrutura elétrica, logística de implantação, custo com espaço físico, mobiliário, e ainda sem impacto ambiental. Esta permite que se vislumbre a contratação com menor esforço de governança.

Dentre as opções analisadas na **Solução 1**, item 1.3.1.1, a plataforma *Cisco Webex*, composta pelas licenças *Webex Meeting*, *Webex Events*, foi a única que atendeu totalmente aos requisitos técnicos, mostrando-se plenamente aderente ao atendimento dos requisitos listados no item 1.2.1.

Também é relevante e apropriado dar luz nestes estudos em tela sobre a aceitabilidade e benefícios até então proporcionados ao CNJ e ao sistema judiciário brasileiro por meio da solução em operação, *Webex Cisco* objeto do TCOT nº 007/2020. Nestes meses de utilização, desde 1º de abril de 2020, a plataforma vem sendo altamente demandada, tanto por este Conselho, bem com pelos demais órgão sob sua a jurisdição. Além de proporcionar a realização virtual das práticas das sessões plenárias,

audiências e eventos institucionais do CNJ, em abrangência nacional vêm proporcionando a exercício de atos processuais que implicam interação entre magistrados e demais atores do Sistema de Justiça. As estatísticas publicadas no portal da plataforma[23], evidenciam a extrema necessidade das funcionalidades e dos requisitos de negócio serem efetivamente atendidos pela ferramenta para que haja sucesso ao longo da realização dos atos processuais e afins.

Desde a sua disponibilização, que ocorreu em 1º de abril de 2020, até o dia 1º de setembro, mais de 20.400 (vinte mil quatrocentos) usuários das diversas esferas do Poder Judiciário foram cadastrados e realizadas mais de 530.000 (quintos e trinta mil) reuniões/audiências. A seguir apresentamos algumas estatísticas de uso da ferramenta:

- Entre os meses de abril e setembro, cerca de 1.600.000 (um milhão e seiscentas mil) pessoas se relacionaram com o Poder Judiciário por meio de videoconferências;
- No dia 28 de julho, às 14:15, ocorriam simultaneamente na plataforma 1.126 (uma mil cento e vinte e seis) audiências, sessões de julgamento e reuniões de trabalho;
- No dia 01 de setembro, ocorreram 10.583 (dez mil quinhentas e oitenta e três) reuniões/audiências por meio da solução, maior pico em toda a série histórica;
- Alguns usuários mais recorrentes já tiveram mais de 500 (quinhentas) horas de uso do sistema.

Visando obter maiores informações acerca da utilização e efetividade da solução, foi realizada durante o mês de julho de 2020 pesquisa de opinião junto aos usuários da Plataforma. Das cerca de 3.000 (três mil) respostas obtidas, 90% (noventa por cento)

[23] Disponível em <https://bit.ly/2YYJJ2 I>. Acessado em 04 de novembro de 2020.

indicaram como fundamental ou muito importante a utilização da Plataforma Emergencial de Videoconferência para Atos Processuais no dia a dia.

Cabe ressaltar também o caráter social e humanista advindo dessa nova realidade. Alguns relatos de experiência obtidas nesta mesma pesquisa ilustram bem essa dimensão:

> *"Muitos policiais estão pedindo a manutenção da ferramenta depois da pandemia. As vítimas preferem ser ouvidas por vídeo para evitar o contato com o acusado e não desperdiçar o tempo de deslocamento até o fórum."* (Relato de usuário do TJDFT)
>
> *"Já tive uma boa experiência com outra vítima, motoboy e morador de comunidade na qual os oficiais de justiça não possuem acesso fácil. Foram várias tentativas de intimação anteriores sem sucesso. Através da audiência por videoconferência, consegui contato telefônico e ele fez questão de participar".* (Relato de usuário do TJRJ)
>
> *"A audiência foi realizada para instrução processual de réu preso, a mãe e a esposa do réu desejaram participar e entraram na reunião utilizando o link publicado na certidão que constava no processo. Após o interrogatório, o réu pediu para ver o filho recém-nascido e conhecer a criança, e isso só foi possível porque a audiência era por vídeo. Um bebê tão pequeno não poderia sair de casa."* (Relato de usuário do TJDFT).

É proeminente apresentar os benefícios trazidos com a permanência da solução da *Cisco* nesta fase de transição gerada com o fim da vigência do TCOT nº 007/2020. Sua continuação irá proporcionar uso imediato, já no primeiro dia de vigência do futuro

contrato usufruir de imediato todo o seu todo o potencial, recursos e funcionalidades, sem haver incidência de tempo dispendido com sua implantação.

Otimização de tempo, sem haver e necessidade de treinamento, com curva de aprendizado inexistente, visto que os usuários já estão familiarizados com sua operação, a ferramenta de comunicação de TIC já está disseminada e difundida entre os agentes que fazem seu uso durante as práticas deste Conselho, garantindo a perenidade de realização das interações virtuais essenciais ao CNJ.

Também há aspectos técnicos relevantes de funcionalidade/usabilidade e de segurança das aplicações que devem ser considerados, corroborando a assim considerado com a sua permanência. Em relação a funcionalidade temos que proporcionar atenção ao Requisito 1.7.2, listado no item 1.2.1 destes Estudos em tela. Das 03 (três) ferramentas líderes em destaque na **Figura 1** – Quadrante Mágico Gartner para Soluções de , que são elas *Zoom Vídeo Communications*, *Cisco Webex*, *Microsoft Teams*, esta funcionalidade não está disponível nas plataformas da *Zoom Vídeo Communications* e da *Microsoft*.

Referente usabilidade da solução da *Microsoft,* ao contrário das outras plataformas comparadas nestes Estudos Preliminares, o *Microsoft Teams* é uma ferramenta de colaboração sempre ativa, centrada em mensagens de grupo e espaços de trabalho compartilhados, com videoconferências como um componente adicional. Observamos que seu *core* principal não é a realização de chamadas de videoconferência, mas sim uma plataforma de troca de mensagens, arquivos e compartilhamento de informações em grupos de trabalho. Averiguou-se que o *Microsoft Teams* também não é suportado

por versões recentes do navegador Safari da *Apple*[24], o que nos leva a considerar que não há pleno atendimento do Requisito 1.6 listado no item 1.2.1 destes Estudos.

Sobre aspectos de segurança, com o *boom* de usuários que a solução *Zoom* recebeu desde o início do ciclo pandêmico, sua popularidade suscitou o interesse de *hackers* e foram observados pontos de vulnerabilidade na segurança desta aplicação. Ainda foram identificados que milhares de gravações de videoconferências do Zoom são expostas[25] online e que seu conteúdo é facilmente encontrado devido à nomenclatura padrão dos arquivos de vídeo daquela plataforma. Estes episódios recentes de vulnerabilidade da plataforma colocaram em risco dados sensíveis de diversas instituições, e em xeque a confidencialidade das reuniões realizada pelo *Zoom*, o que motivou a recomendações expressas do Senado dos EUA[26], da NASA e do Ministério da Defesa britânico[27], do Governo de Taiwan[28], diversas empresas privadas como a *SpaceX*[29], *Elon Musk*, Google,

[24] Conforme tópico do fabricante disponível em <https://docs.microsoft.com/pt-br/microsoftteams/get-clients> . Acessado em 13 de janeiro de 2021.
[25] Disponível em <https://olhardigital.com.br/noticia/milhares-de-gravacoes-de-videoconferencias-do-zoom-sao-expostas-online/99024>. Acessado em 11 de novembro de 2020.
[26] Senado dos EUA pede que membros evitem Zoom por questões de segurança de dados. Disponível em <https://forbes.com.br/last/2020/04/senado-dos-eua-pede-que-membros-evitem-zoom-por-questoes-de-seguranca-de-dados/>. Acessado em 11 de novembro de 2020.
[27] Disponível em <https://observador.pt/2020/04/02/usa-o-zoom-para-videochamadas-ha-preocupacoes-em-relacao-a-privacidade/>. Acessado em 11 de novembro de 2020.
[28]Disponível em >https://conexaopolitica.com.br/ultimas/governo-do-taiwan-proibe-app-zoom-por-usar-servidores-e-desenvolvedores-chineses/>. Acessado em 11 de novembro de 2020.
[29] SpaceX proíbe uso do Zoom por preocupações de privacidade e segurança. Disponível em <https://forbes.com.br/last/2020/04/spacex-proibe-uso-do-zoom-por-preocupacoes-de-privacidade-e-seguranca/> . Acessado em 11 de novembro de 2020.

Tesla[30], para não utilização da plataforma. No Brasil a Anvisa também proibiu o uso da ferramenta[31].

Referente a **Solução 2**, o principal fator que a torna inviável é seu custo final, chegando ao investimento superior a R$270 (duzentos e setenta) mil, valor 37 (trinta e sete) vezes maior quando comparado aos custos de aquisição da **Solução 1**. As desvantagens já apresentadas na **Solução 02** em relação custo adicionais com contratação de serviços de suporte *on*-site e manutenção dos equipamentos, e ambiente físico para os terminais de vídeo conferência. Há também a questão de impossibilidade de utilização de forma totalmente remota, onde parte dos equipamentos seriam instalados em salas destinadas para este fim na sede deste Conselho, ferindo a necessidade atual de isolamento social imposta pela pandemia do COVID-19.

Portanto, dentre as alternativas de ferramentas avaliadas na **Solução 1, a plataforma *Cisco Webex*** reúne, diante das informações ora existentes, indícios suficientes para indica-la como opção mais vantajosa para a administração pública, considerando:

- A cultura pré-existente da realização de videoconferências, ampliada pela pandemia em curso;
- A existência efetivamente comprovada de fatores técnicos e de pleno atendimento aos requisitos de negócio deste Conselho;

[30] Google proíbe funcionários de utilizarem o aplicativo Zoom. Disponível em <https://olhardigital.com.br/coronavirus/noticia/google-proibe-funcionarios-de-utilizarem-o-aplicativo-zoom/99237> . Acessado em 11 de novembro de 2020.
[31] Disponível em <https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2020/04/anvisa-proibe-uso-do-app-zoom-por-problemas-de-seguranca.html#:~:text=Medida%20se%20deve%20a%20falhas%20de%20seguran%C3%A7a%20identificadas%20no%20aplicativo&text=A%20Ag%C3%AAncia%20Nacional%20de%20Vigil%C3%A2ncia,de%20seguran%C3%A7a%20identificadas%20no%20aplicativo>. Acessado em 11 de novembro de 2020.

Estudos Preliminares (1019915) SEI 10114/2020 / pg. 50

- A proximidade do encerramento do Termo de Cooperação Técnica nº 007/2020 - TCOT nº 007/2020.
- A necessidade de continuidade das atividades relativas às audiências, sessões, eventos e afins desenvolvidas pelo CNJ;
- A priorização das atividades no CNJ em função da publicação no DJE Edição 361/2020, páginas 4 e 5, em 16/11/2020[32], da:

> *"PORTARIA Nº 248, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020.*
>
> *Dispõe sobre o recesso forense e prazos processuais, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, no período de 20 de dezembro de 2020 a 31 de janeiro de 2021"*

- Observação do princípio da Economicidade, fazendo-se necessário para o momento o atendimento restrito às demandas específicas do CNJ que estejam sob risco do perecimento do direito, áreas plantonistas e atendimento ao público externo em horário reduzido, demandando número reduzido de licenças de videoconferência para o momento;

Vale também dar luz nestes Estudos Preliminares às vantagens da **Solução 1** sobre a solução adquirida pelo CNJ por meio do Pregão Eletrônico CNJ nº 34/2020[33], Processo SEI (01599/2020). Por se tratar de uma solução baseada em Equipamentos de TIC, do tipo "*ALL-IN-ONE*" sendo um dispositivo de *hardware*, como já apresentado na **Solução 2**, há também a questão de impossibilidade de utilização de forma totalmente remota, visto que parte dos dispositivos seriam instalados em ambientes destinados para este fim na sede do CNJ, ferindo a necessidade atual de isolamento social imposta pela pandemia do COVID-19, e o restante dos equipamentos, devido ao regime de trabalho remoto sem data prevista para o seu fim, na residência do Presidente deste Conselho;

[32] Disponível em <http://www.cnj.jus.br/dje/jsp/dje/DownloadDeDiario.jsp?dj=DJ361_2020-ASSINADO.PDF.P7S&statusDoDiario=ASSINADO>. Acessado em 19 de novembro de 2020.
[33] Disponível em <https://www.cnj.jus.br/transparencia-cnj/licitacoes-e-contratos/editais/>. Acessado em 07 de dezembro de 2020.

nas respectivas residências dos Conselheiros, Mestres de Cerimoniais e demais agentes envolvidos nas sessões plenárias, audiências e eventos institucionais deste Conselho.

Por fim, dado o forte preceito de economicidade, conforme **Tabela 6** – *Comparativo de* Custos *Soluções 1 e 2*, apresentada no item 1.4.4, bem como a materialidade e vantajosidade ora demonstradas, a equipe de planejamento da contratação a indica a contratação da *Suite Webex* (*Meeting* e *Events*), mediante a avaliação de seu enquadramento pelos setores responsáveis na Lei nº 14.065/2020, artigo 1º, inciso I, alínea "b", como a melhor alternativa para atender às necessidades apresentadas nestes estudos.

1.5.1.1 Descrição da Solução (Art. 14, IV, a)

A Solução indicada consiste no direito de uso (subscrição) de *softwares* de Solução de Videoconferência em nuvem. Atualmente, várias soluções de mercado oferecem esse tipo de serviço em nuvem na modalidade PaaS — *Platform as a Service*. Esta solução encontra-se detalhada no item 1.3.3.1.

1.5.1.2 Alinhamento da Solução (Art. 14, IV, b)

A solução está alinhada ao Planejamento Estratégico 2021/2026, instituído por meio da Portaria nº 104/2020[34], objetivos X, XI, XV do art. 3º:

- **Objetivo X**: promover o aperfeiçoamento da Governança e da Gestão;
- **Objetivo XV**: estimula a integração, a interoperabilidade e o desenvolvimento colaborativo dos Sistemas de Informação;
- **Objetivo XI** – garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ;

Comentado [HGG3]: Ajustado, conforme item 06 do despacho.

[34] Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3368> . Acesso em 15 de janeiro de 2020.

A contratação encontra consonância com à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) instituída por meio da Resolução CNJ nº 211/2015[35], objetivos:

- **Objetivo 6**: promover a adoção de padrões tecnológicos;
- **Objetivo 7**: aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação;

No que tange ao Planejamento Estratégico do CNJ, Portaria CNJ nº 167/2015[36], vislumbra-se o alinhamento:

- **Objetivo Estratégico I** – aperfeiçoar a gestão das políticas judiciárias e demais instrumentos de governança do CNJ e do Poder Judiciário;
- **Objetivo Estratégico III** – favorecer a melhoria e a integração dos processos organizacionais do CNJ;
- **Objetivo Estratégico V** – incentivar a disseminação de conhecimento e boas práticas no âmbito do Poder Judiciário;
- **Objetivo Estratégico XI** – estimular a integração, a interoperabilidade e o desenvolvimento colaborativo dos sistemas de informação.

1.5.1.3 Benefícios Esperados (Art. 14, IV, c)

A solução escolhida, de acordo com o **item 1.5.1** dos Estudos Preliminares, visa manter o CNJ com os recursos tecnológicos necessários de forma a garantir a evolução e o aprimoramento das boas práticas de segurança. Com isso, os benefícios esperados deverão ser analisados à luz do art. 14, inciso IV, alínea "c" da Resolução CNJ n° 182/2013[37] e são:

[35] Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2227> .Acessado em 28 de dezembro de 2020.
[36] Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2223>. Acessado em 28 de dezembro de 2020.
[37] Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/compilado022819202007095f0680c330e50.pdf>, com compilação a partir da Resolução nº 326/2020 <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3366>. Acessado em 04 de novembro de 2020.

a. **Eficiência**: A solução escolhida atende a todas as necessidades/requisitos que definem a demanda, sendo necessário um investimento menor, ao mesmo tempo que não são necessários novos treinamentos ou adequações nos processos de trabalho ou na estrutura do CNJ. Vale registrar que durante a durante a vigência do Termo de Cooperação Técnica nº 007/2020, o CNJ e a CISCO realizaram ações de promoção, divulgação, e treinamentos *on-line* para o grupo de usuários identificados pelo CNJ como "Replicadores de Conhecimento" do sistema *Cisco Webex*. Esta solução proporciona a ampliação do espectro do acesso às informações e publicidade dos atos deste Conselho, uma vez que permite que qualquer pessoa, guardadas as restrições de cunho confidencial respaldadas em normativos e ordenamento jurídico, possibilitando o com acesso, por meio da internet, a participação das práticas do CNJ, tais como sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do Conselho participe de audiência por videoconferência;

b. **Eficácia:** Mostra-se eficaz por acolher todos os requisitos listados, efetivamente atendendo às necessidades identificadas pela área demandante. Torna ainda mais efetivo o princípio da desterritorialização, pois não há necessidade de presença física em determinado local geográfico para qualquer pessoa (Presidente do Conselho, Conselheiros, Mestre de Cerimonial, Servidores, etc.) participar das atividades que serão realizadas de forma virtual pelo CNJ, guardadas as restrições de cunho confidencial respaldadas em normativos e ordenamento jurídico;

c. **Economicidade:** A solução mostra-se mais econômica por atender todos os requisitos, sem perda de qualidade, de forma mais barata do que as alternativas e preservando os investimentos realizados anteriormente pelo CNJ. Ainda há outros aspectos econômicos que podem ser considerados, redução de custos de deslocamento, afastando a necessidade de deslocamento até o local de realização das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais, evitando assim gastos relacionados a este deslocamento (sejam ele, combustível, passagens aéreas, hospedagem), otimizando o tempo e gastos com deslocamento, sem que estes tenham a necessidade de se locomover até a sede da organização;

d. **Padronização:** Não foram identificados benefícios relativos à padronização, uma vez que não se aplica à solução escolhida.

Por fim, consideramos que colabora para a manutenção do isolamento social necessário para evitar a propagação do Corona vírus.

1.5.1.4 Relação entre a Demanda Prevista e a quantidade de bens/serviços Contratados (Art. 14, IV, d)

O item 1.4.1 é apresentada a relação entre a Demanda Prevista e a quantidade de serviços contratados. Todas a informações utilizadas para montar-se essa memórias foram extraídas considerando a quantidade de atores envolvidos nas práticas de sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ, considerando o quantitativo de pessoas envolvida na presidência deste conselho, mestre do cerimônia e conselheiros.

2 CAPÍTULO 2: SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO (ART. 15)

2.1 Adequação do Ambiente (Art. 14, V, a, b, c, d, e, f)

A partir da escolha de alternativa de solução definida no item 1.5.2, "Descrição da Solução", do artefato de "Análise de Viabilidade da Contratação", constante no item 1 deste Estudos Preliminares, não será realizada nenhuma adequação do ambiente do CNJ.

Como a solução almejada será contratada na modalidade *PaaS — Platform as a Service*, onde esta modalidade de serviços consiste em uma plataforma em que a solução de vídeo conferência estará hospedada via *cloud*, provendo a solução (*software* como serviço) por meio da *Internet,* não requerendo investimento deste Conselho em e implementação de *hardware* e *software*, consequentemente não incidindo investimento com infraestrutura tecnológica, infraestrutura elétrica, logística de implantação, custo com espaço físico, mobiliário; e ainda impacto ambiental.

2.2 Recursos Materiais e Humanos (Art. 15, I)

Não haverá nenhuma necessidade de material a ser despendida pelo CNJ, uma vez trata de modalidade de prestação de serviços por *PaaS — Platform as a Service*. Esta modalidade de serviços hospeda a solução em nuvem.

Já com relação aos recursos humanos, o serviço de suporte técnico *on-site* não impõe necessidades especiais de pessoal. Ademais, o CNJ e a CISCO promoveram durante a vigência do Termo de Cooperação Técnica nº 007/2020, ações de promoção, divulgação, e treinamentos *on-line* para o grupo de usuários identificados pelo CNJ como "Replicadores de Conhecimento" do sistema *Cisco Webex*.

2.3 Descontinuidade do Fornecimento (Art. 15, II)

Tratando o presente processo da aquisição de serviços em nuvem a serem prestados exclusivamente pelo fornecedor/fabricante, não há expectativa razoável de descontinuidade do fornecimento, a não ser a inexecução das condições contratadas, em cujos casos deverão ser iniciadas as ações legais cabíveis. Efetuado o fornecimento, a responsabilidade pela continuidade dos serviços passará a ser do fornecedor/fabricante, na sua qualidade de prestador do serviço em nuvem, sem prejuízo da responsabilidade da contratada, caso que se constate qualquer irregularidade na aquisição e comercialização do objeto contratado. A equipe técnica deste Conselho deverá acompanhar todos os serviços realizados pela contratada e solicitar o repasse do conhecimento necessário à manutenção e atualização que forem necessárias para o pleno funcionamento da solução na versão instalada. Nos casos de falência ou de descontinuidade dos *softwares* e serviços pelo fornecedor/fabricante, caberá a contratante adotar imediata análise para substituição da solução por outra disponível no mercado.

Como a solução será adquirida pela modalidade de licenciamento de direito de uso *software* da solução de vídeo conferência, uma eventual interrupção contratual suspenderá apenas a prestação dos serviços da solução. Compete ao DTI apoiar a continuidade da prestação desse serviço enquanto a contratação é providenciada.

O CNJ deverá proceder à contratação imediata nos moldes permitidos na Lei nº 8.666/93[38].

2.4 Transição Contratual e encerramento do contrato (Art. 15, III, a, b, c, d, e)

Havendo transição ou encerramento do contrata, seguindo a égide da Lei nº 8.666/93 a contratada deve, e com o parágrafo único do artigo 111 daquela legislação, promover transição contratual e repassar para o CNJ e/ou para a nova contratada todos os dados, documentos e elementos de informação utilizados na execução dos serviços.

2.5 Estratégia de Independência Tecnológica (Art. 15, IV, a, b)

A contratada deverá entregar ao CNJ toda e qualquer documentação gerada em função da prestação de serviços, objeto da contratação. Entende-se por documentação quaisquer estudos, relatórios, especificações, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, fontes dos códigos dos programas em qualquer mídia, páginas na *Intranet* e *Internet* e documentação didática em papel ou em mídia eletrônica.

A contratada não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, deste Conselho.

Os direitos autorais dos serviços técnicos serão de exclusividade do CNJ, que poderá publicar e/ou divulgar seus resultados, quando considerados pertinentes.

É senso comum que o fabricante de solução que opera estruturas baseadas em licenciamento de *software*, é a única entidade capaz de prover atualizações de versões ou solucionar defeitos de código, uma vez que é detentor exclusivo dos meios de

[38] Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acessado em 02 de novembro de 2020.

produção do programa, tendo os direitos de propriedade intelectual protegido por 50 (cinquenta) anos, nos termos do art. 2°, § 2° da Lei n° 9609/98[39]. Ainda sob a égide desta legislação, a contratada fica proibida de comercializar os produtos relativos ao objeto da prestação dos serviços, ficando sujeita às penalidades previstas.

3 CAPÍTULO 3: ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO (ART. 16)

3.1 Natureza do Objeto (Art. 16, I)

O objeto a ser contratado possui características comuns e usuais encontradas atualmente no mercado de TIC, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos no Projeto Básico.

O objeto contempla o direito de uso (subscrição) de *softwares*, na modalidade de *Platform as a Service* – PaaS, custeada com desembolso mensal nos exercícios financeiros 2020/2021, na forma estabelecida no Projeto Básico, limitado a vigência de 12 (doze) meses, em consonância com a Orientação Normativa AGU nº10/2009[40].

Comentado [HGG4]: Ajustado em resposta ao item 7 do despacho.

~~Trata-se de objeto de "natureza continuada", seguindo previsão legal constante do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, pois se destina ao atendimento de uma imperativa necessidade de prestação ininterrupta, imediata e pontual. Portanto, percebe-se a natureza do objeto envolve "despesa correntes" para se ser prestação serviços de licenciamento de *software*.~~

[39] Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9609.htm>. Acessado em 02 de novembro de 2020.
[40] Disponível em < https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/25448808/do1-2017-04-20-orientacao-normativa-n-10-de-1-de-abril-de-2009> Acessado em 15 de janeiro de 2021.

Podemos ainda considerar dentro dessa perspectiva, normas infra legais e entendimentos doutrinário e jurisprudencial, consenso de que a caracterização de um serviço como contínuo dada a sua essencialidade e habitualidade para este Conselho.

A essencialidade atrela-se à necessidade de existência e manutenção contínua da prestação dos serviços e consequentemente do contrato que a rege, pelo fato de eventual paralisação da atividade contratada implica em prejuízo ao sistema jurisdicional Brasileiro, com a não realização das de audiências e sessões de julgamento nos colegiados dos tribunais.

Devido à natureza essencial do serviço no estudo em tela, convêm este DTI registrar seu anseio na extensão do prazo deste pretensa contratação, por meio de um futuro processo de compra nos moldes tradicionais, licitação por meio de um Pregão Eletrônico, para substituir este processo por dispensa de licitação, conforme fundamentação arguida no item 3.4 deste ETP.

Em relação da a norma infra legal existe definição apresentada no art. 15 da Instrução Normativa nº 5/2017[41] da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

> *"Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade,* ***visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua****, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional."* *(grifo nosso).*

[41] Disponível em <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20239255/do1-2017-05-26-instrucao-normativa-n-5-de-26-de-maio-de-2017-20237783>. Acessado em 04 de novembro de 2020.

3.2 Parcelamento do Objeto (Art. 16, II)

Ao se analisar o disposto no item 3.1, "Natureza do Objeto" e nas informações descritas no tópico "Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada", item 1.5.5, do artefato de "Análise de Viabilidade da Contratação", Capítulo 1, sugere-se que o objeto não seja parcelado, da forma da **Tabela 7** abaixo, sem prejuízo aparente dos objetivos a serem alcançados com a contratação.

Item	Produto	Unidade	Quantidade
1	Direito de uso (subscrição) de *softwares*, para Solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — *Platform as a Service*, com vistas a realização de forma virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ, para até 1.000 (um mil) integrantes/participantes, por licença subscrição	licença	05 (cinco)

Tabela 7 – *Parcelamento do objeto*

3.3 Adjudicação do Objeto (Art. 16, III)

A solução de vídeo conferência, deverá ter seu funcionamento operacionalizado e disponibilizado na modalidade de licenciamento *PaaS — Platform as a Service* conforme descrição do itens, vide **Tabela 7,** item 3.2. Devido as características da contratação e ao quantitativo necessário para atender à necessidade deste Conselho, não há de se realizar a fragmentação do objeto em mais de um contrato a ser celebrado.

É importante que se avalie os riscos de impossibilidade de execução satisfatória. Assim, no artefato de "Análise de Riscos", foram elencados os possíveis danos decorrentes do **Risco 4**, que trata da impossibilidade de execução satisfatória do objeto, aonde as ações de mitigação/contingência estão relacionadas aos cenários acima levantados.

Considerando a norma do *caput* do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, em que previstas a ratificação por autoridade superior e a publicação em impressa oficial como

condições de eficácia dos atos administrativos relacionados à dispensa de licitação, não há que se falar em "adjudicação" para esta pretensa contração.

3.4 Modalidade e Tipo de Licitação (Art. 16, IV)

O CNJ, exercendo atividade de gestor público, ou seja, como Administração Pública, deve sempre zelar e cuidar para que obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações, quando contratadas com terceiros, sejam, necessariamente, precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas na geral de licitações e contratos, Lei nº 8.666/93.

Cumpre destacar que os esforços empreendidos na elaboração destes Estudos Preliminares convertem para a aplicabilidade de uma das hipóteses de ressalva ao processo licitatório.

A regência máxima de normas para licitações, a Lei nº 8.666/93, dispõe nos incisos II e IV do seu artigo 24, sobre os limites orçamentários para cada uma das modalidades de compra e, na sequência, os possíveis cenários que conduzem a singularidades.

É oportuno destacar que contratações, quando realizadas por meio da dispensa de licitação, devem limitar-se à aquisição de bens e serviços indispensáveis ao atendimento das situações previstas no rol do retro mencionado artigo.

Some-se a isso a enfermidade epidêmica, COVID-19, que vem se espalhando por diferentes continentes e nações, levando as sociedades a invocarem o isolamento social e, por conseguinte, provocando, cada vez mais, a necessidade do desenvolvimentos de diversas atividades remotas, em regime de trabalho remoto, com o uso recorrente de tecnologias e soluções TIC como as de videoconferências, com a disponibilidade de salas de reunião virtuais, seminários *on-line (webnarios)*, tratativas de demandas profissionais

por meio do envio de mensagens via *chats*, dentre outras atividades de forma virtual que outrora seriam realizados de maneira presencial.

O CNJ, com o fito de garantir a proteção da vida e da saúde coletiva, conforme determina a Constituição, vem, desde março 2020, conduzindo suas atividades meio e finalísticas com o uso intenso de soluções de videoconferência e, deste abril deste ano, utiliza tais soluções especialmente para a prática, de forma virtual, das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do Conselho, objeto do Termo de Cooperação Técnica nº 007/2020 - TCOT nº 007/2020, cuja vigência expirará em 02/01/2021.

Frente às necessidades de: **(i)** manutenção da continuidade de rotinas internas essenciais ao funcionamento do CNJ, ainda que realizadas à distância, por meio de interações virtuais suportadas com o uso de soluções de comunicação de TIC; **(ii)** manutenção dos processos externos, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual, como a realização de diversos processos que estão sob a tutela deste Conselho, o que é extensível às demais Cortes de Justiça; **(iii)** manutenção dos serviços especificados nos itens I e II, em face da exiguidade do prazo de vigência do TCOT nº 007/2020; bem como em razão de a contratação pretendida ser indispensável ao enfrentamento da situação de emergência, agregando-se, por fim, que o orçamento estimado nestes Estudos Preliminares apontam para a utilização de uma das hipóteses da dispensa de licitação, conclui-se pela legalidade da contratação do objeto ora avaliado sob o regramento do artigo 24, inc. II da Lei nº 8.666/93.

Ainda legitimam a dispensa de licitação: o inciso II do artigo 12 da Resolução nº 182/2017[42], que traz a previsibilidade da dispensa de licitação mediante a apresentação de Estudos Preliminares.

Entendemos, assim, que está justificada a dispensa de licitação face à urgência de manutenir os padrões de atendimento às demandas institucionais e externas do CNJ ao longo do ciclo pandêmico, os quais atualmente vem sendo realizados virtualmente por meio da solução de TIC, e como já exposto anteriormente, com o encerramento do TCOT nº 007/2020, o CNJ não poderá mais contar com o uso desta solução de videoconferência.

No tocante aos limites estimados das contratações, inclusive para as hipóteses de dispensa de licitação, o inciso II do artigo 23 e o inciso II do artigo 24 da norma maior de licitações temos:

> *"Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas* ***em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação****:*
> *II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:*
> ***a) convite - até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)***
> *b) tomada de preços - até R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);*
> *c)* concorrência - acima de R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)." *(nosso grifo)*
>
> *"Art. 24. É* **dispensável a licitação***:*
> *...*
> *II -* ***para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações****, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou*

[42] Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1874>. Acessado em 02 de novembro de 2020.

alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)" (nosso grifo)

Levando-se em consideração o orçamento estimado para a contratação, exposto no item 3.6 deste ETP, há o seu correto enquadramento no limite de valor especificado para a dispensa de licitação.

3.5 Classificação e Indicação orçamentária (Art. 16, V)

Em consulta ao Manual do SIAFI[43] para classificação orçamentária e levando-se em consideração a natureza e o critério adotada para não parcelamento do objeto, temos que o item poderá ser classificados de acordo com o informado abaixo, sem prejuízo de alteração da classificação orçamentária pela Administração: NATUREZA DE DESPESA: 339040XX ou 339140XX – LOCAÇÃO DE SOFTWARES

3.6 Orçamento Estimado (Art. 14, II, g)

Para levantamento do orçamento estimado, foram consideradas os valores constantes nos *web sites* dos fornecedores/fabricantes, item 1.4.1.1, com as amostras de contratações recolhidas no anexo "Contratações Públicas Similares", item 1.3.2, considerando a **Solução 1**: Contratação de Solução de Videoconferência em Nuvem, e os respectivos valores destas contratações aplicando atualização cambial, conforme os valores apresentados no item 1.4.1.2 destes Estudos Preliminares.

O resultado encontrado para o orçamento médio estimado, incidindo inclusive foi de **R$ 7.223,63 (sete mil, duzentos e vinte e três reais e sessenta e três centavos)**, sendo a média dos valores dos cenários 1 e 2 da **Solução 1**, e reforça o que está disposto no item "Analise de Custos Totais da Solução" do artefato de "Análise de Viabilidade da

[43] Disponível em: <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/index.php?option=com_content&view=article&id=1567:020332-classificacoes-orcamentarias&catid=749&Itemid=376>. Acessado em 02 de novembro de 2020.

Contratação", item 1.4, na medida em que confirma qualitativamente que a **Solução 1** representa um custo total menor em comparação com a alternativa da **Soluções 2**.

Convém lembrar que o orçamento estimado não pode ser confundido com a determinação do preço de referência. O primeiro visa subsidiar o ordenador de despesas quanto a capacidade e previsibilidade de ações orçamentárias aptas a concretizar a contratação. Já o segundo, tem por objetivo estabelecer o teto que a Administração está disposta a pagar pelo bem ou serviço, sendo sua aferição feita durante a fase interna da contratação denominada "Seleção do Fornecedor" e após a entrega do Projeto Básico pela "Equipe de Planejamento da Contração".

3.6.1.1 Das implicações da forma de pagamento

Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da nota fiscal, devidamente atestada pelo Gestor do contrato, sem ressalvas, através de ordem bancária em nome da contratada, conforme dados bancários indicados pela contratada, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste instrumento. De acordo com as normas do Tesouro Nacional a Ordem Bancária terá sua compensação em até 02 (dois) dias úteis.

Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias;

O gestor do contrato atestará a nota fiscal, com ou sem ressalvas, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da mesma;

No caso de a nota fiscal ser atestada com ressalva, o CNJ terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis, após a ciência do fato, para decidir sobre o pagamento.

No ato do pagamento serão retidos na fonte os tributos federais e municipais de acordo com a legislação vigente. Os documentos comprobatórios das retenções ficarão à disposição do interessado na Secretaria de Orçamento e Finanças do CONTRATANTE.

Caso a contratada seja optante do SIMPLES, deverá apresentar, junto com a Nota Fiscal, quando do pagamento, cópia autenticada ou original para que seja conferido pelo servidor, do Termo de Opção ou Ficha Cadastral de pessoa jurídica, onde constará a opção;

3.7 Vigência da garantia dos bens/serviços (Art. 16, VI)

A vigência da contratação será de 12 (doze meses) conforme os termos constantes no Incisos IV, Art. 24 da Lei nº 8.666/93, e se inicia a partir disponibilização das licenças 05 (cinco), após a assinatura do contrato.

3.8 Equipe de Apoio à Contratação (Art. 16, VII)

Para a composição da Equipe de Apoio a Contratação, o DTI indica os seguintes servidores para prestar suporte à Comissão Permanente de Licitação:

Nome:	Emerson Vendruscolo
E-mail:	emerson.vendruscolo@cnj.jus.br
Telefone:	(61) 2326-5443
Nome:	Carlos Eduardo Vellozo de Campos
E-mail:	carlos.campos@cnj.jus.br
Telefone:	(61) 2326-5345

Tabela 8 – *Equipe de Apoio à Contratação*

3.9 Equipe de Gestão da Contratação (Art. 16, VIII)

Para a composição da Equipe de Gestão da Contratação, o DTI faz as seguintes indicações, sem prejuízo de possíveis alterações até a finalização da etapa de "Seleção do Fornecedor":

Nome:	Emerson Vendruscolo
E-mail:	emerson.vendruscolo@cnj.jus.br
Telefone:	(61) 2326-5443
Nome:	Carlos Eduardo Vellozo de Campos
E-mail:	carlos.campos@cnj.jus.br
Telefone:	(61) 2326-5345

Tabela 9 – *Equipe de Gestão da Contratação*

4 CAPÍTULO 4: ANÁLISE DE RISCOS

Para a análise de risco, foram usados os conceitos e estruturas definidas na norma ABNT ISO 31000:2009.

4.1 RISCOS DE NEGÓCIO

Segue abaixo o risco de negócio inerente ao não atendimento da demanda:

Risco 1	**Risco:**	**Disponibilidade de serviços de Vídeo Conferência**		
	Probabilidade:	**Id**	**Dano**	**Impacto**
	Baixa	1	Grandes prejuízos para a imagem institucional do CNJ	Alto
	Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
	1	Avaliar possíveis alternativas para manutenção das aplicações no ambiente legado ou migração de serviços para ambiente de nuvem computacional externo ao CNJ.		DTI/SEGSA
	Risco:	**Má qualidade na prestação do serviço**		
	Probabilidade:	**Id**	**Dano**	**Impacto**
	Baixa	1	Empresa não atende chamados de acordo com os níveis de serviços.	Médio
	Baixa	2	Empresa não presta serviço a contento da Administração	Médio
	Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
	1	Composição de sanções contatuais adequadas		Fiscal do Contrato
	2	Acompanhamento contratual por Gestor e equipe técnica especializada		Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato

Tabela 17 – *Análise de Risco de Negócio*

4.2 RISCOS TÉCNICOS

Segue abaixo o risco técnico relacionado ao fornecedor:

Risco 2	**Risco:**	**Atraso na entrega na disponibilização das licenças**		
	Probabilidade:	**Id**	**Dano**	**Impacto**
	Baixa	1	Impossibilidade do uso da solução	Alto
	Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
	1	Solicitar ao fornecedor a imediata disponibilização das licenças		Fiscal Técnico
	2	Solicitar que Administração aplique sanções, dentro dos mecanismos legais possíveis		Gestor do Contrato/SAD
	Risco:	**Indisponibilidade da solução de videoconferência em nuvem**		

	Probabilidade:	**Id**	**Dano**	**Impacto**
	Baixa	Impossibilidade do uso da solução		Alto
	Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
	1	Registrar todas as ocorrências abertas no sistema de demandas do fornecedor em meios próprios do CNJ		Fiscal Técnico
	2	Solicitar ao fornecedor o imediato reestabelecimento dos serviços		Fiscal Técnico
	3	Solicitar que Administração aplique sanções, dentro dos mecanismos legais possíveis		Gestor do Contrato/SAD
	Risco:	**Falha na Migração da Plataforma por eventual troca de fornecedor**		
	Probabilidade:	**Id**	**Dano**	**Impacto**
	Baixa	1	Grandes prejuízos para a NORMALIDADE DO ANDAMENTO DAS ATIVIDADES do CNJ	Alto
	Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
	1	Avaliar possíveis alternativas para migração das aplicações no ambiente legado ou *rollback* da solução		DTI/SEGSA

Tabela 18 – *Análise de Risco Técnicos*

4.3 RISCOS ADMINISTRATIVOS

Risco 4	**Risco:**	**Dependência do fornecedor**		
	Probabilidade:	**Id**	**Dano**	**Impacto**
	Alta	1	Empresa se nega a renovar contrato	Alto
	Média	2	Empresa cobra preço abusivo para renovação do serviço	Alto
	Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
	1	Construção de plano de migração para outra solução de Vídeo Conferência		Fiscal do Contrato
	2	Pesquisa de mercado para formação de preço máximo admitido Negociação com empresa		Gestor do Contrato/SAD

Tabela 23 – *Análise de Riscos Administrativos – Dependência Fornecedor*

ANEXO A – LISTA DE POTENCIAIS FORNECEDORES

Contratação de Solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — Platform as a Service

	Fornecedores para Soluções 1 e 2
1	**Lanlink Informática** Fone: (61) 4007-2559 E-mail:
2	**Brasoftware Informática** Fone: (11) 3179-6900 E-mail: brasoftware@brasoftware.com.br
3	**Logicalis Group Limited** Fone: (61) 3342-1042 E-mail:

ANEXO B – CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SIMILARES

Contratação de Solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — Platform as a Service

Contratações Públicas Similares – Solução 01

Justiça Federal de 1º Grau no Paraná PE nº 11/2020 - Contrato: nº 012/2020

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

Processo nº. 0003051-53.2019.4.04.8003

PREGÃO ELETRÔNICO 011/20

PREÂMBULO

A JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO PARANÁ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ (Código UASG 90018), torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar o **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 011/20**, sob regime de empreitada por preço unitário, do tipo menor preço, modo de disputa aberto/fechado, adjudicação global, cujo objeto é o **Registro de Preços de serviços de webconferência, webinar e streaming de áudio/vídeo, suporte técnico e treinamento para o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, suas Seções Judiciárias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.**

No dia **13 de maio de 2020, às 11 horas**, em sua sede localizada na Avenida Anita Garibaldi, 888, Cabral, Curitiba/PR, será realizada sessão pública *on-line* por meio do site www.comprasgovernamentais.gov.br.

Esta licitação será regida pela Lei n.º 10.520/2002, Decreto n.º 3.555/2000, com alterações introduzidas pelo Decreto n.º 3.693/2000, Decreto n.º 10.024/2019, e subsidiariamente, pelas Leis nº 8.666/1993 e nº 8.078/1990 com suas respectivas alterações, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto nº 8.538/2015 e, ainda, pelo Decreto n.º 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços. Além dessa legislação específica, aplicam-se quaisquer outras vigentes e pertinentes à matéria, bem como as regras e condições estabelecidas neste Edital.

I - OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços de serviços de webconferência, webinar e streaming de áudio/vídeo, suporte técnico e treinamento para o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, suas Seções Judiciárias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.**

1.2. As especificações técnicas referentes ao objeto constam do Anexo I – Termo de Referência – deste Edital.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão estas.

1.4. Mesmo em caso de expressa contradição entre as especificações acima citadas, não se alegará indução ao erro, devendo o licitante se atentar unicamente às descrições do objeto contidas neste Edital.

1.5. As partes integrantes deste Edital, que contêm as informações que fundamentam a necessidade da aquisição pela Justiça Federal, detalham a operacionalização da contratação e que dispõem sobre as obrigações originárias desta licitação, são as seguintes:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO III - Minuta do Contrato

ANEXO IV - Modelo de Proposta Comercial

ANEXO V - Motivação para não aplicação das Cotas Exclusivas para ME/EPP

1

PREGÃO ELETRÔNICO

PODER JUDICIÁRIO
Justiça Federal
Seção Judiciária do Paraná

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico
Nº 00011/2020 (SRP)

Às 15:51 horas do dia 06 de julho de 2020, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. RODRIGO KRAVETZ, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 0003051-53.2019, Pregão nº 00011/2020.

Resultado da Homologação

GRUPO 1
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Critério de Valor: R$ 3.642.745,6000
Situação: Homologado

Adjudicado para: XP ON CONSULTORIA LTDA , **pelo melhor lance de** R$ 1.496.080,0000 , **com valor negociado a** R$ 1.445.482,0000 .

Itens do grupo:

* 1 - Teleconferência / Videoconferência
* 2 - Serviços de Garantia de Equipamentos de TIC
* 3 - Treinamento Informática - Sistema / Software

Item: 1 - GRUPO 1
Descrição: Teleconferência / Videoconferência
Descrição Complementar: Serviços de webconferência, webinar e streaming de áudio/vídeo, conforme especificações técnicas contidas em edital
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.620
Unidade de fornecimento: Unidade
Valor Máximo Aceitável: R$ 1.497,8000
Intervalo Mínimo entre Lances: -
Situação: Homologado

Adjudicado para: XP ON CONSULTORIA LTDA , **pelo melhor lance de** R$ 828,0000 , **com valor negociado a** R$ 827,0000 **e a quantidade de** 1.620 **Unidade** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Volta de Fase	08/06/2020 17:52:40	-	Volta de Fase para Julgamento
Adjudicado	06/07/2020 15:48:42	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:XP ON CONSULTORIA LTDA, CNPJ/CPF:23.518.065/0001-29, Melhor lance : R$ 828,0000, Valor Negociado : R$ 827,0000. Motivo: Negociação firmada pelo pregoeiro em homenagem ao interesse público
Homologado	06/07/2020 15:51:38	RODRIGO KRAVETZ	

Item: 2 - GRUPO 1
Descrição: Serviços de Garantia de Equipamentos de TIC
Descrição Complementar: Banco de horas de serviço de suporte técnico especializado, conforme especificações técnicas contidas em edital.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.080
Unidade de fornecimento: Unidade
Valor Máximo Aceitável: R$ 328,6700
Intervalo Mínimo entre Lances: -
Situação: Homologado

Adjudicado para: XP ON CONSULTORIA LTDA , **pelo melhor lance de** R$ 94,0000 , **com valor negociado a** R$ 48,6500 **e a quantidade de** 1.080 **Unidade** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Volta de Fase	08/06/2020 17:52:40	-	Volta de Fase para Julgamento
Adjudicado	06/07/2020 15:48:42	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:XP ON CONSULTORIA LTDA, CNPJ/CPF:23.518.065/0001-29, Melhor lance : R$ 94,0000, Valor Negociado : R$ 48,6500. Motivo: Negociação firmada pelo pregoeiro em homenagem ao interesse público
Homologado	06/07/2020 15:51:40	RODRIGO KRAVETZ	

Item: 3 - GRUPO 1
Descrição: Treinamento Informática - Sistema / Software
Descrição Complementar: Banco de horas de serviço de treinamento, conforme especificações técnicas contidas em edital.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 3.800
Unidade de fornecimento: Hora
Valor Máximo Aceitável: R$ 226,6700
Intervalo Mínimo entre Lances: -
Situação: Homologado

Adjudicado para: XP ON CONSULTORIA LTDA , **pelo melhor lance de** R$ 14,0000 **e a quantidade de** 3.800 **Hora** .

Eventos do Item

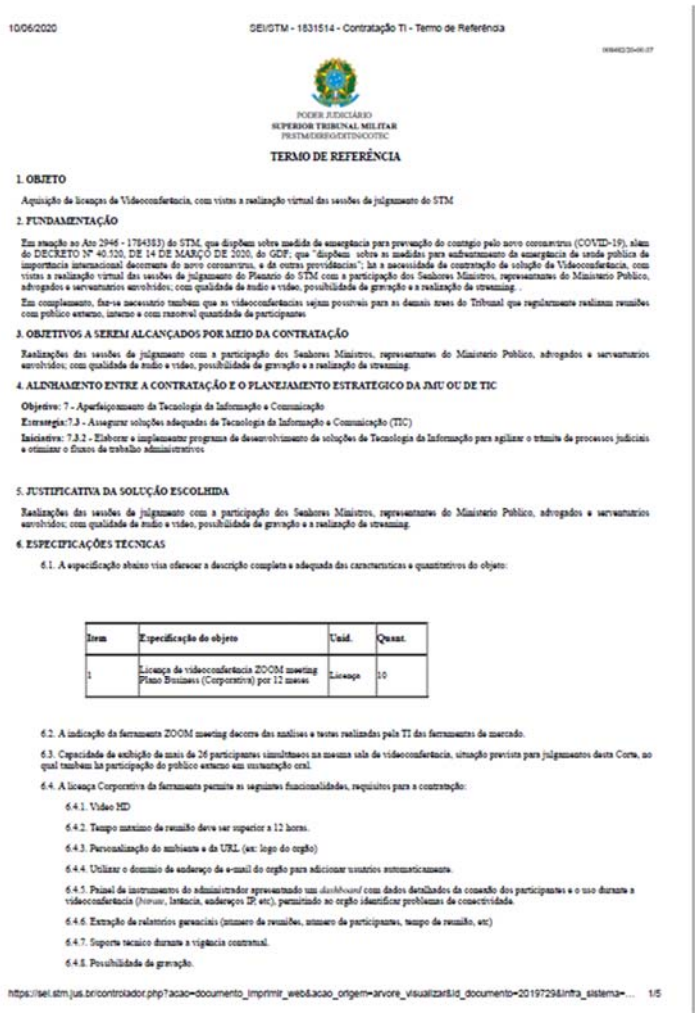
Evento	Data	Nome	Observações
Volta de Fase	08/06/2020 17:52:40	-	Volta de Fase para Julgamento
Adjudicado	06/07/2020 15:48:42	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:XP ON CONSULTORIA LTDA, CNPJ/CPF:23.518.065/0001-29, Melhor lance : R$ 14,0000
Homologado	06/07/2020 15:51:43	RODRIGO KRAVETZ	

Atenção: Clique em "Imprimir o Relatório" para visualizar a versão deste Termo para impressão.

Imprimir o Relatório

Voltar

Superior Tribunal Militar – STM - Termo de Referência SEI 008482--20-00.07



10/06/2020 SEI/STM - 1831514 - Contratação TI - Termo de Referência

PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRESTMARESOSTINCOSTIC

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de licenças de Videoconferência, com vistas a realização virtual das sessões de julgamento do STM

2. FUNDAMENTAÇÃO

Em atenção ao Ato 2946 - 1784383) do STM, que dispõem sobre medida de emergência para prevenção do contágio pelo novo coronavirus (COVID-19), além do DECRETO Nº 40.520, DE 14 DE MARÇO DE 2020, do GDF, que "dispõem sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavirus, e dá outras providências"; há a necessidade da contratação de solução de Videoconferência, com vistas a realização virtual das sessões de julgamento do Plenário do STM com a participação dos Senhores Ministros, representantes do Ministerio Publico, advogados e servaturarios envolvidos; com qualidade de audio e video, possibilidade da gravação e a realização de streaming .

Em complemento, faz-se necessario tambem que as videoconferências sejam possiveis para as demais teses do Tribunal que regularmente realizam reuniões com publico externo, interno e com razoavel quantidade de participantes

3. OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS POR MEIO DA CONTRATAÇÃO

Realizações das sessões de julgamento com a participação dos Senhores Ministros, representantes do Ministerio Publico, advogados e servaturarios envolvidos; com qualidade de audio e video, possibilidade da gravação e a realização de streaming.

4. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATEGICO DA JMU OU DE TIC

Objetivo: 7 - Aperfeiçoamento da Tecnologia da Informação e Comunicação

Estrategia:7.3 - Assegurar soluções adequadas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Iniciativa: 7.3.2 - Elaborar e implementar programa de desenvolvimento de soluções de Tecnologia da Informação para agilizar o trâmite de processos judiciais e otimizar o fluxos de trabalho administrativos

5. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Realizações das sessões de julgamento com a participação dos Senhores Ministros, representantes do Ministerio Publico, advogados e servaturarios envolvidos; com qualidade de audio e video, possibilidade da gravação e a realização de streaming.

6. ESPECIFICAÇÕES TECNICAS

6.1. A especificação abaixo visa oferecer a descrição completa e adequada das caracteristicas e quantitativos do objeto:

Item	Especificação do objeto	Unid.	Quant.
1	Licença de videoconferencia ZOOM meeting Plano Business (Corporativo) por 12 meses	Licença	10

6.2. A indicação da ferramenta ZOOM meeting decorre das analises e testes realizadas pela TI das ferramentas de mercado.

6.3. Capacidade de exibição de mais de 26 participantes simultâneos na mesma tela de videoconferencia, situação prevista para julgamentos desta Corte, no qual tambem ha participação do publico externo em sustentação oral.

6.4. A licença Corporativa da ferramenta permite as seguintes funcionalidades, requisitos para a contratação:

6.4.1. Video HD

6.4.2. Tempo maximo de reunião deve ser superior a 12 horas.

6.4.3. Personalização do ambiente e da URL (ex: logo do orgão)

6.4.4. Utilizar o dominio de endereço de e-mail do orgão para adicionar usuarios automaticamente.

6.4.5. Painel de instrumentos do administrador apresentando um *dashboard* com dados detalhados da conexão dos participantes e o uso durante a videoconferencia (*hiruar*, latência, endereços IP, etc), permitindo ao orgão identificar problemas de conectividade.

6.4.6. Extração de relatórios gerenciais (numero de reuniões, numero de participantes, tempo de reunião, etc)

6.4.7. Suporte tecnico durante a vigência contratual.

6.4.8. Possibilidade de gravação.

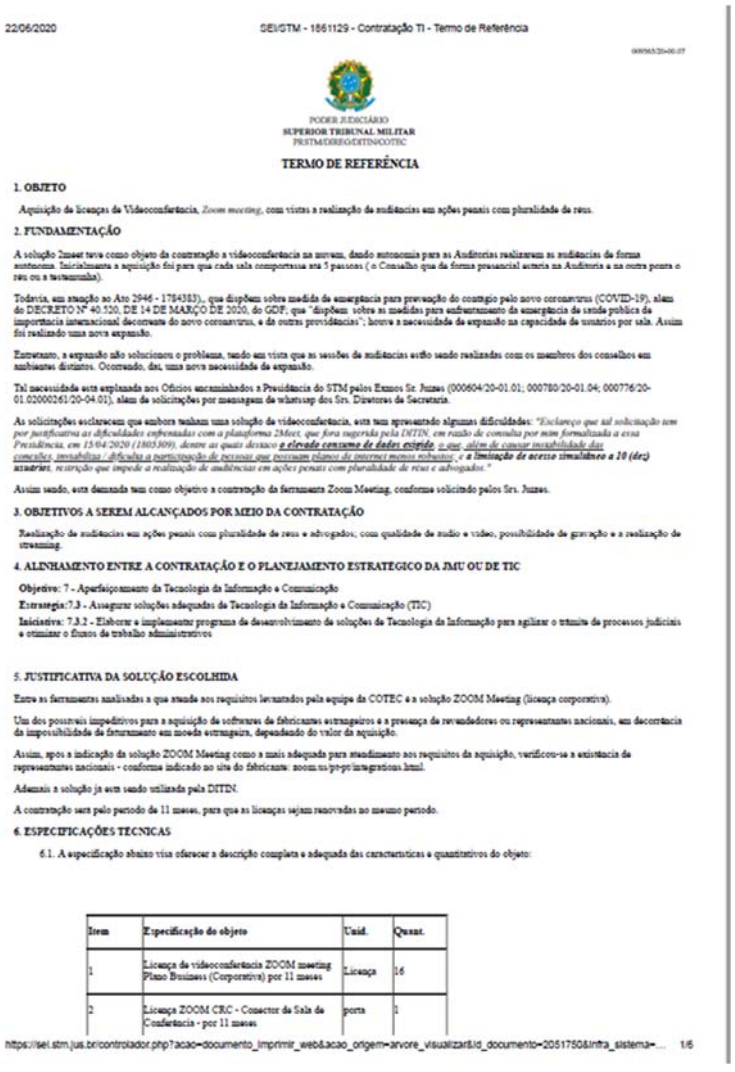
https://sei.stm.jus.br/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2019729&infra_sistema=... 1/5

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Departamento de Tecnologia da Informação

Superior Tribunal Militar – STM - Termo de Referência SEI 009565/20-00.07



22/06/2020 SEI/STM - 1861129 - Contratação TI - Termo de Referência

009565/20-00.07

PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/DIREG/DITIN/COTEC

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de licenças de Videoconferencia, *Zoom meeting*, com vistas a realização de audiências em ações penais com pluralidade de reus.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A solução 2meet teve como objeto da contratação a videoconferencia na nuvem, dando autonomia para as Auditorias realizarem as audiências de forma autonoma. Inicialmente a aquisição foi para que cada sala comportasse até 5 pessoas (1 o Conselho que da forma presencial estaria na Auditoria e na outra ponta o reu ou a testemunha).

Todavia, em atenção ao Ato 2946 - 1784383)., que dispõem sobre medida de emergência para prevenção do contagio pelo novo coronavirus (COVID-19), alem do DECRETO Nº 40.520, DE 14 DE MARÇO DE 2020, do GDF; que "dispõem sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavirus, e dá outras providências"; houve a necessidade de expansão na capacidade de usuarios por sala. Assim foi realizado uma nova expansão.

Entretanto, a expansão não solucionou o problema, tendo em vista que as sessões de audiências estão sendo realizadas com os membros dos conselhos em ambientes distintos. Ocorrendo, daí, uma nova necessidade de expansão.

Tal necessidade esta explanada nos Ofícios encaminhados a Presidência do STM pelos Exmos Sr. Juizes (000604/20-01.01; 000780/20-01.04; 000776/20-01.02000261/20-04.01), alem de solicitações por mensagem de whatsup dos Srs. Diretores de Secretaria.

As solicitações esclarecem que embora tenham uma solução de videoconferencia, esta tem apresentado algumas dificuldades: *"Esclareço que tal solicitação tem por justificativa as dificuldades enfrentadas com a plataforma 2Meet, que fora sugerida pela DITIN, em razão de consulta por mim formalizada a essa Presidência, em 15/04/2020 (1803309), dentre as quais destaco* ***a elevada consumo de dados exigido*** *o que, além de causar instabilidade das conexões, inviabiliza / dificulta a participação de pessoas que possuam planos de internet menos robustos , e* ***a limitação de acesso simultâneo a 10 (dez) usuários****, restrição que impede a realização de audiências em ações penais com pluralidade de réus e advogados."*

Assim sendo, esta demanda tem como objetivo a contratação da ferramenta Zoom Meeting, conforme solicitado pelos Srs. Juizes.

3. OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS POR MEIO DA CONTRATAÇÃO

Realização de audiências em ações penais com pluralidade de reus e advogados, com qualidade de audio e video, possibilidade de gravação e a realização de streaming.

4. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATEGICO DA JMU OU DE TIC

Objetivo: 7 - Aperfeiçoamento da Tecnologia da Informação e Comunicação

Estrategia:7.3 - Assegurar soluções adequadas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Iniciativa: 7.3.2 - Elaborar e implementar programa de desenvolvimento de soluções de Tecnologia da Informação para agilizar o trâmite de processos judiciais e otimizar o fluxos de trabalho administrativos

5. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Entre as ferramentas analisadas a que atende aos requisitos levantados pela equipe da COTEC é a solução ZOOM Meeting (licença corporativa).

Um dos possiveis impeditivos para a aquisição de softwares de fabricantes estrangeiros é a presença de revendedores ou representantes nacionais, em decorrencia da impossibilidade de faturamento em moeda estrangeira, dependendo do valor da aquisição.

Assim, apos a indicação da solução ZOOM Meeting como a mais adequada para atendimento aos requisitos da aquisição, verificou-se a existencia de representantes nacionais - conforme indicado no site do fabricante: zoom.us/pt/pt/integrations.html.

Ademais a solução ja esta sendo utilizada pela DITIN.

A contratação sera pelo periodo de 11 meses, para que as licenças sejam renovadas no mesmo periodo.

6. ESPECIFICAÇÕES TECNICAS

6.1. A especificação abaixo visa oferecer a descrição completa e adequada das caracteristicas e quantitativos do objeto:

Item	Especificação do objeto	Unid.	Quant.
1	Licença de videoconferencia ZOOM meeting Plano Business (Corporativa) por 11 meses	Licença	16
2	Licença ZOOM CRC - Conector da Sala de Conferencia - por 11 meses	porta	1

https://sei.stm.jus.br/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2051750&infra_sistema=... 1/6

CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS

CONFERE

PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2020
(Processo de licitação n.º 004/2020)

Torna-se público que o Conselho Federal dos Representantes Comerciais, autarquia federal, por meio do Setor de Licitações, sediado à Avenida Graça Aranha, nº 416, 4º andar, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço do item, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2020, 2010, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão:20/10/2020
Horário: 10:00 h (horário de Brasília)
Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br
Código UASG: 389047

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de subscrição de licenças de uso dos softwares Microsoft Office 365 que se constitui numa solução de comunicação, colaboração e produtividade, integrando-se as ferramentas de e-mail existente, incluindo recursos de rede social corporativa, mensagem instantânea e videoconferência, chat persistente para dispositivos móveis, proteção da informação e direito de

Sede: Av. Graça Aranha, nº 416 – 4º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20030-001
Tels.: (21) 2533-8130/2533-8131/2532-0847/2532-0955/2533-5675 – Fax: (21) 2533-8467
Escritório de Relações Institucionais em Brasília: SBS, Qd 02, Bloco Q, Edifício João Carlos Saad – 14º andar, sls. 1401 a 1406
CEP: 70070-120, Tel.: (61) 3225-3663 – Fax: (61) 3223-2442
E-mail: confere@confere.org.br – Web-page: www.confere.org.br

PREGÃO ELETRÔNICO

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico
Nº 00005/2020 (SRP)

Às 09:32 horas do dia 29 de outubro de 2020, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. MANOEL AFFONSO MENDES DE FARIAS MELLO, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 04, Pregão nº 00005/2020.

Resultado da Homologação

Item: 1
Descrição: Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software
Descrição Complementar: Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Sim
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 150 **Unidade de fornecimento:** Unidade
Valor Estimado: R$ 986,7300 **Intervalo Mínimo entre Lances:** R$ 10,00
Situação: Homologado

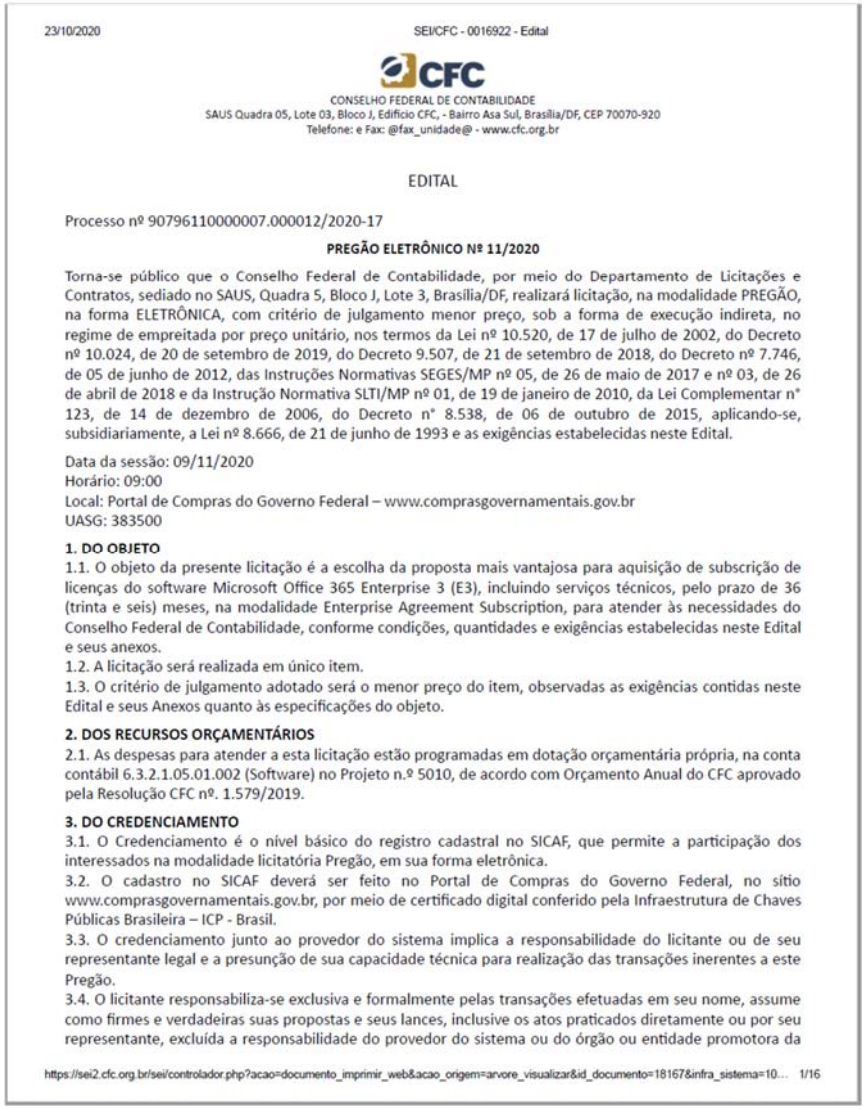
Adjudicado para: TELEFONICA BRASIL S.A. , **pelo melhor lance de** R$ 690,4800 **e a quantidade de** 150 **Unidade .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	22/10/2020 10:56:01	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: TELEFONICA BRASIL S.A., CNPJ/CPF: 02.558.157/0001-62, Melhor lance: R$ 690,4800
Homologado	29/10/2020 09:32:35	MANOEL AFFONSO MENDES DE FARIAS MELLO	

Fim do documento

Conselho Federal de Contabilidade - CFC – PE nº 11/2020



23/10/2020 SEI/CFC - 0016922 - Edital

CFC

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
SAUS Quadra 05, Lote 03, Bloco J, Edifício CFC, - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-920
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - www.cfc.org.br

EDITAL

Processo nº 90796110000007.000012/2020-17

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020

Torna-se público que o Conselho Federal de Contabilidade, por meio do Departamento de Licitações e Contratos, sediado no SAUS, Quadra 5, Bloco J, Lote 3, Brasília/DF, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 09/11/2020
Horário: 09:00
Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br
UASG: 383500

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de subscrição de licenças do software Microsoft Office 365 Enterprise 3 (E3), incluindo serviços técnicos, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, na modalidade Enterprise Agreement Subscription, para atender às necessidades do Conselho Federal de Contabilidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
1.2. A licitação será realizada em único item.
1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, na conta contábil 6.3.2.1.05.01.002 (Software) no Projeto n.º 5010, de acordo com Orçamento Anual do CFC aprovado pela Resolução CFC nº. 1.579/2019.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da

https://sei2.cfc.org.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=18167&infra_sistema=10... 1/16

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
SAUS Quadra 05, Lote 03, Bloco J, Edifício CFC, - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-920
Telefone: +55 61-3314-9600 - E-mail: cfc@cfc.org.br - www.cfc.org.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 90796110000007.000012/2020-17

1. **OBJETO**

1.1. Subscrição de licenças do software Microsoft Office 365 Enterprise 3 (E3), incluindo serviços técnicos, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, na modalidade Enterprise Agreement Subscription, para atender às necessidades do Conselho Federal de Contabilidade.

2. **CATMAT/CATSER**

2.1. 27502.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC**

Item	CATMAT/CATSER	Descrição	Qtde.
01	27502	- Subscrição de licenças de uso do software Microsoft Office 365 Enterprise 3 (E3), na modalidade *Enterprise Agreement Subscription*, por 36 (trinta e seis) meses, incluindo suporte técnico e atualizações; - Versão: última versão disponível; - Idioma: Português/Brasil - Fornecimento de todos os manuais e documentos técnicos necessários para as suas instalações e para o seu uso e operação.	315

3.1. As licenças do software Microsoft Office 365 Enterprise 3 (E3) serão instaladas em todas as estações de trabalho na sede do CFC e nos notebooks utilizados pelos empregados, conselheiros e disponibilizados para salas de reuniões.

3.2. A Contratada deverá fornecer as licenças em sua versão mais atual.

4. **JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO**

4.1. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), continuamente, busca manter seus softwares atualizados, visando aprimorar e agilizar o trabalho do seu corpo funcional e dos que dependem de utilizar os equipamentos e sistemas da instituição.

4.2. É nítida a importância e necessidade de adequações continuadas de uma infraestrutura e de segurança da rede local. Essa preocupação visa comportar a crescente demanda de suporte em novas tecnologias e resguardar o atual ambiente de rede de dados do Conselho Federal de Contabilidade de ataques cibernéticos. Para isso, é necessário o aporte de investimentos estratégicos para se alcançar os objetivos e níveis de satisfação e de segurança de serviço projetados.

4.3. No ano de 2007, o CFC adquiriu licenças do pacote Office, às quais já estão obsoletas, considerando novas funcionalidades oferecidas pelo Microsoft Office 365 Enterprise.

4.4. Além da subscrição das licenças, faz-se necessário o suporte técnico.

4.5. A subscrição das licenças de solução de TI completa um conjunto de medidas essenciais para a modernização da área de Tecnologia da Informação do CFC, na busca de sustentação e continuidade dos sistemas de informação implantados, redução de custos, redução de ociosidade de recursos, agilidade na implantação de novas soluções de TI e foco nas atividades finalísticas do Conselho Federal de Contabilidade.

4.6. Vale resaltar que o emprego do Office 365 E3 vem trazendo inúmeros benefícios a todos os órgãos que o utilizam, pela sua alta disponibilidade, segurança, confiabilidade, eficiência e facilidade de uso dos serviços oferecidos pela solução

4.7. Registre-se que o manual de boas práticas, orientações e vedações para contratação de serviços de computação em nuvem, publicado pelo Ministério da Economia, por meio da Secretaria de Governo Digital – órgão central de Tecnologia da Informação do Governo Federal -, que determina que órgãos sem infraestrutura própria ou que ainda necessitem de renovar ou ampliar soluções, devem optar por serviços em nuvem.

4.8. A aquisição da nova solução de TI completa um conjunto de medidas essenciais para modernização da Rede de Dados do Conselho. Com intuito de entregar aos usuários finais, maior confiabilidade, credibilidade e robustez, essa aquisição almeja ser capaz de abranger as necessidades atuais do CFC.

4.9. O alinhamento ao planejamento estratégico do Sistema CFC/CRCs, Objetivo Estratégico 8 - Garantir a qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos e, ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do CFC 2020/2021, Diretriz 4 - Garantir que o acesso, o tratamento e o armazenamento de informações do Conselho Federal de Contabilidade ocorram em conformidade com políticas e normas que assegurem a confidencialidade e a integridade das informações.

4.10. No cenário atual do CFC, é crescente a demanda pela disponibilização de serviços com alta disponibilidade, confiabilidade e tolerância a falhas. Nesse ambiente de missão crítica são necessários mecanismos que melhorem a eficiência dessa infraestrutura, reduzindo custos e simplificando

PREGÃO ELETRÔNICO

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico
Nº 00011/2020

Às 17:13 horas do dia 12 de novembro de 2020, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. FRANCIELE CARINI, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 07.000012/2020-17, Pregão nº 00011/2020.

Resultado da Homologação

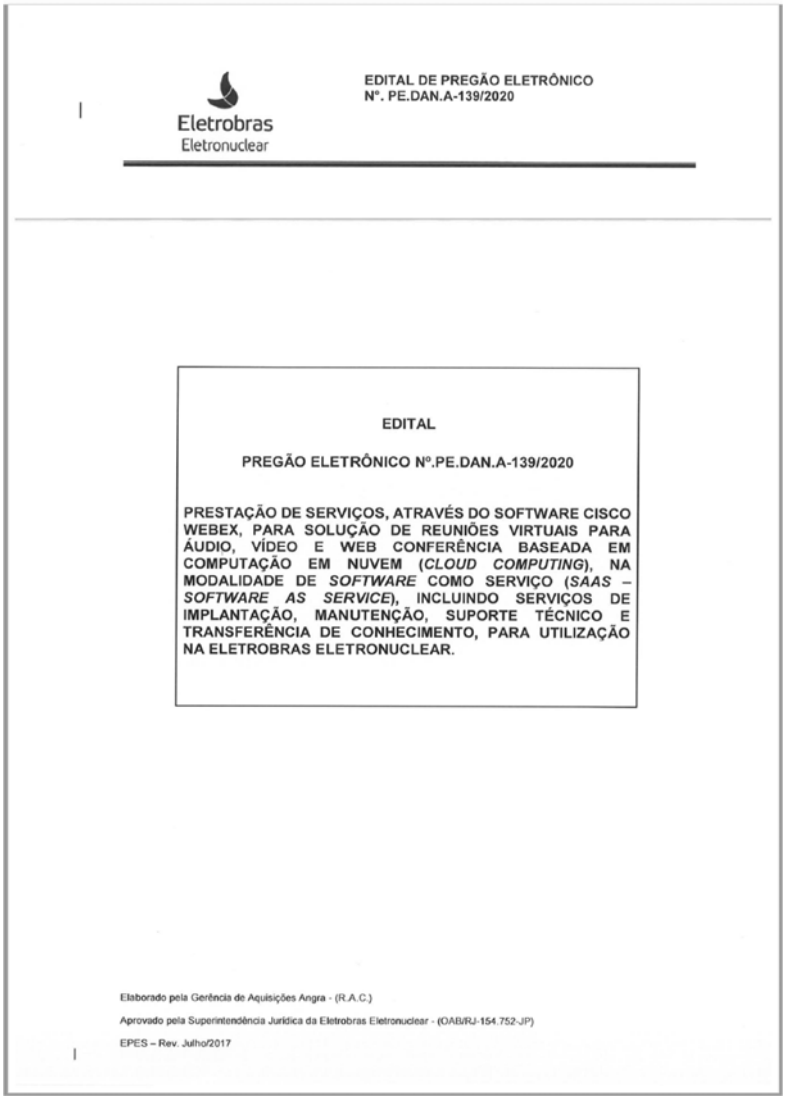
Item: 1
Descrição: Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software
Descrição Complementar: - Subscrição de licenças de uso do software Microsoft Office 365 Enterprise 3 (E3), na modalidade Enterprise Agreement Subscription, por 36 (trinta e seis) meses, incluindo suporte técnico e atualizações; - Versão: última versão disponível; - Idioma: Português/Brasil - Fornecimento de todos os manuais e documentos técnicos necessários para as suas instalações e para o seu uso e operação.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 315
Unidade de fornecimento: Unidade
Valor Estimado: R$ 1.593.667,9500
Intervalo Mínimo entre Lances: -
Situação: Homologado

Adjudicado para: WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIREL **, pelo melhor lance de** R$ 1.190.000,0000 **, com valor negociado a** R$ 1.189.972,3500 .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	12/11/2020 09:13:38	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor: WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIREL, CNPJ/CPF: 21.550.873/0001-48, Melhor lance: R$ 1.190.000,0000, Valor Negociado: R$ 1.189.972,3500
Homologado	12/11/2020 17:13:47	FRANCIELE CARINI	

Fim do documento



Eletrobras
Eletronuclear

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
Nº. PE.DAN.A-139/2020

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº.PE.DAN.A-139/2020

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ATRAVÉS DO SOFTWARE CISCO WEBEX, PARA SOLUÇÃO DE REUNIÕES VIRTUAIS PARA ÁUDIO, VÍDEO E WEB CONFERÊNCIA BASEADA EM COMPUTAÇÃO EM NUVEM (*CLOUD COMPUTING*), NA MODALIDADE DE *SOFTWARE* COMO SERVIÇO (*SAAS – SOFTWARE AS SERVICE*), INCLUINDO SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO, PARA UTILIZAÇÃO NA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR.

Elaborado pela Gerência de Aquisições Angra - (R.A.C.)
Aprovado pela Superintendência Jurídica da Eletrobras Eletronuclear - (OAB/RJ-154.752-JP)
EPES – Rev. Julho/2017

PREGÃO ELETRÔNICO

Eletrobrás Termonuclear S/A - Eletronuclear

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico
Nº 00139/2020

Às 15:36 horas do dia 06 de agosto de 2020, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. VIVIANE SATHLER MAFORT, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº PE.DAN.A-139/2020, Pregão nº 00139/2020.

Resultado da Homologação

Item: 1
Descrição: Software como Servico - Saas
Descrição Complementar: Software como servico - saas
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1
Unidade de fornecimento: Unidade
Valor Estimado: R$ 180.691,6700
Intervalo Mínimo entre Lances: 0,25 %
Situação: Homologado

Adjudicado para: NTT BRASIL COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA , **pelo melhor lance de** R$ 159.600,0000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	28/07/2020 09:40:04	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: NTT BRASIL COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 05.437.734/0004-07, Melhor lance: R$ 159.600,0000
Homologado	06/08/2020 15:36:47	VIVIANE SATHLER MAFORT	

Fim do documento

PROCESSO: 000006.00000145/2020-87
RUBRICA: PRA FOLHA:

PREGÃO ELETRÔNICO

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2020
(Processo Administrativo n.º 0000006.00000145/2020-87)

Torna-se público que o FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, por meio de sua Gerência de Materiais e Serviços, subordinada à Coordenação de Recursos Materiais – Diretoria Executiva, sediada à Avenida Franklin Roosevelt, 166, Centro, Rio de Janeiro/RJ, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento menor preço, por item, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002,da Lei nº 8.248, de 22 de outubro de 1991, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 21/10/2020
Horário: 09:00H
Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação de empresa especializada em prestação de serviço de videoconferência em nuvem, pelo prazo de 12 meses. O serviço consistirá no uso do software e do sistema de videoconferência da contratada, em qualquer equipamento compatível, do IBGE ou pessoais. conforme as especificações e condições constantes neste instrumento e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em único item.

1.2 O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3 Em caso de eventual discordância existente entre as especificações descritas no sistema CATSER do Comprasnet e as especificações constantes nos anexos deste Edital, prevalecerão as últimas.

2 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 114601

Fonte: NACIONAL

Programa de Trabalho: INFO

PREGÃO ELETRÔNICO

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Fundação IBGE - Administração Central - RJ

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico
Nº 00030/2020

Às 14:38 horas do dia 28 de outubro de 2020, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. CARLOS RENATO PEREIRA COTOVIO, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 6.145/2087, Pregão nº 00030/2020.

Resultado da Homologação

Item: 1
Descrição: Software como Servico - Saas
Descrição Complementar: Software como servico - saas
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Sim
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1 **Unidade de fornecimento:** Unidade
Valor Máximo Aceitável: R$ 635.236,5000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** -
Situação: Homologado

Adjudicado para: NTT BRASIL COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA , **pelo melhor lance de** R$ 299.990,9800 .

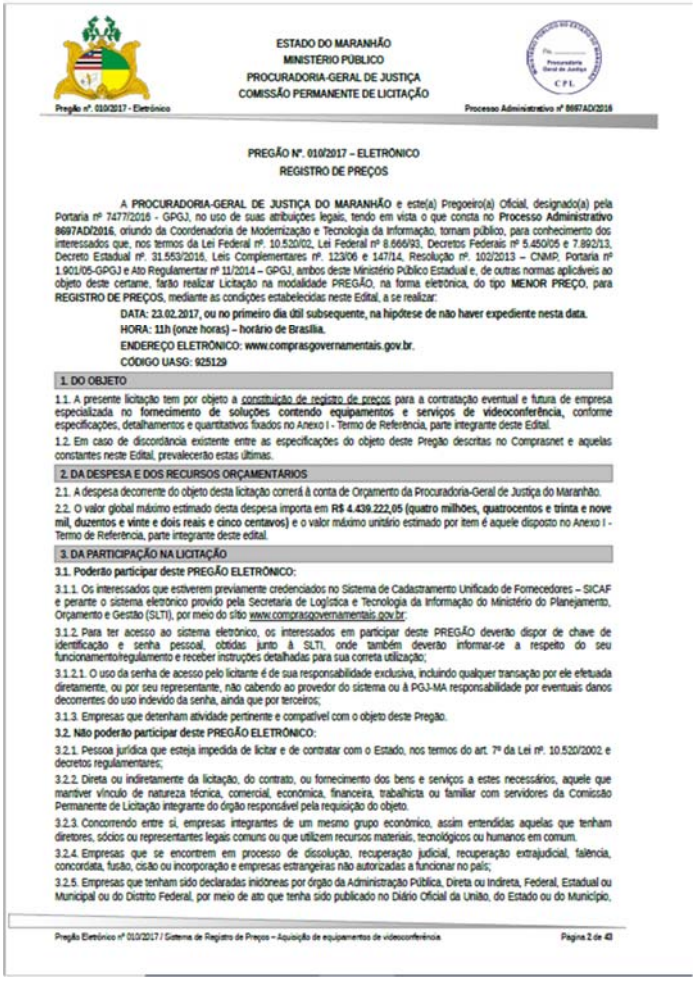
Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	22/10/2020 14:50:12	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor: NTT BRASIL COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 05.437.734/0004-07, Melhor lance: R$ 299.990,9800
Homologado	28/10/2020 14:38:10	CARLOS RENATO PEREIRA COTOVIO	

Fim do documento

Contratações Públicas Similares – Solução 02

Ministério Público do Maranhão – MPMA - Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão - PE nº 10/2017



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão nº. 010/2017 - Eletrônico — Processo Administrativo nº 8697AD/2016

PREGÃO Nº. 010/2017 – ELETRÔNICO
REGISTRO DE PREÇOS

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO** e este(a) Pregoeiro(a) Oficial, designado(a) pela Portaria nº 7477/2016 - GPGJ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo 8697AD/2016**, oriundo da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação, tornam público, para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei Federal nº. 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93, Decretos Federais nº 5.450/05 e 7.892/13, Decreto Estadual nº. 31.563/2016, Leis Complementares nº. 123/06 e 147/14, Resolução nº. 102/2013 – CNMP, Portaria nº 1.901/05-GPGJ e Ato Regulamentar nº 11/2014 – GPGJ, ambos deste Ministério Público Estadual e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar Licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as condições estabelecidas neste Edital, a se realizar:

DATA: 23.02.2017, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.
HORA: 11h (onze horas) – horário de Brasília.
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br.
CÓDIGO UASG: 925129

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a constituição de registro de preços para a contratação eventual e futura de empresa especializada no **fornecimento de soluções contendo equipamentos e serviços de videoconferência**, conforme especificações, detalhamentos e quantitativos fixados no Anexo I - Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto deste Pregão descritas no Comprasnet e aquelas constantes neste Edital, prevalecerão estas últimas.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa decorrente do objeto desta licitação correrá à conta de Orçamento da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.

2.2. O valor global máximo estimado desta despesa importa em **R$ 4.439.222,05 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, duzentos e vinte e dois reais e cinco centavos)** e o valor máximo unitário estimado por item é aquele disposto no Anexo I - Termo de Referência, parte integrante deste edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO:

3.1.1. Os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br;

3.1.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste PREGÃO deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento/regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização;

3.1.2.1. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à PGJ-MA responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

3.1.3. Empresas que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

3.2. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO:

3.2.1. Pessoa jurídica que esteja impedida de licitar e de contratar com o Estado, nos termos do art. 7º da Lei nº. 10.520/2002 e decretos regulamentares;

3.2.2. Direta ou indiretamente da licitação, do contrato, ou fornecimento dos bens e serviços a estes necessários, aquele que mantiver vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou familiar com servidores da Comissão Permanente de Licitação integrante do órgão responsável pela requisição do objeto.

3.2.3. Concorrendo entre si, empresas integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

3.2.4. Empresas que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação e empresas estrangeiras não autorizadas a funcionar no país;

3.2.5. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato que tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município,

Pregão Eletrônico nº 010/2017 / Sistema de Registro de Preços – Aquisição de equipamentos de videoconferência — Página 2 de 43

PREGÃO ELETRÔNICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico
Nº 00010/2017 (SRP)

Às 14:32 horas do dia 24 de abril de 2017, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. EMMANUEL JOSE PERES NETTO GUTERRES SOARE, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 8697AD2016, Pregão nº 00010/2017.

Resultado da Homologação

Item: 1
Descrição: EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
Descrição Complementar: Soluções contendo Equipamentos e Serviços de Videoconferência, tal qual Termo de Referência
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1
Unidade de fornecimento: Unidade
Valor Estimado: R$ 44.392,2205
Intervalo Mínimo entre Lances: -
Situação: Homologado

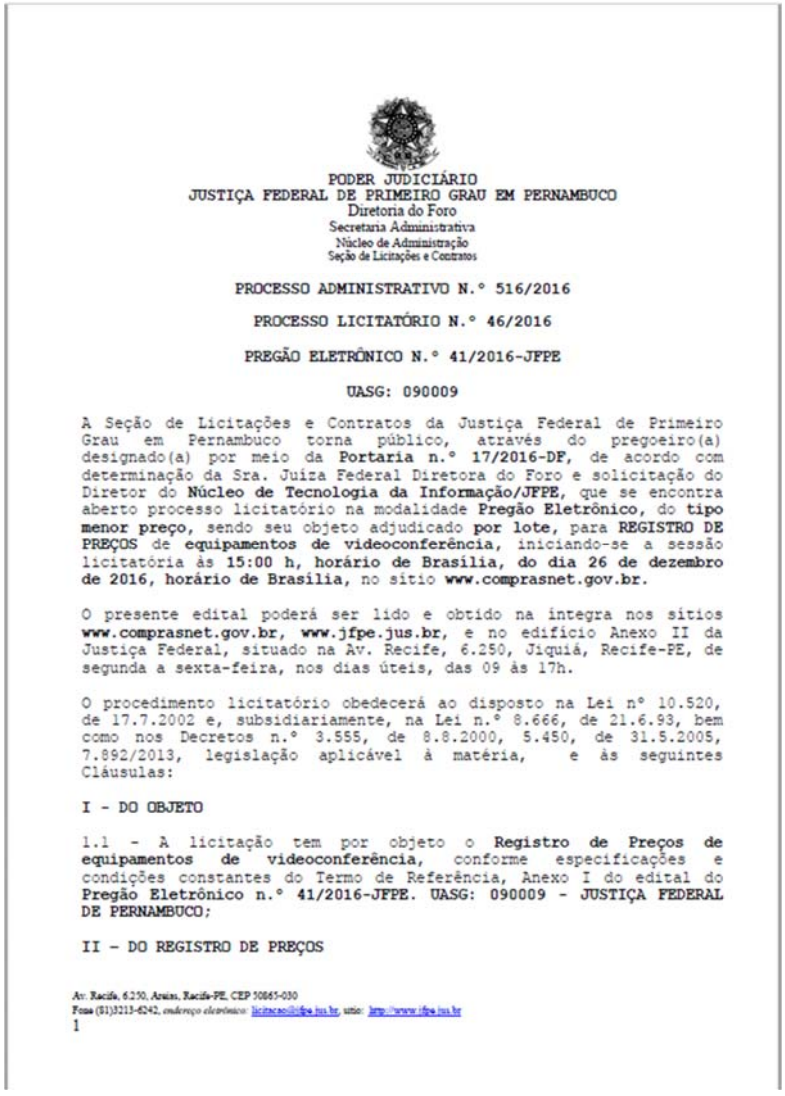
Adjudicado para: PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO , **pelo melhor lance de** R$ 2.500.000,0000 **e a quantidade de** 1 **Unidade** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	24/04/2017 14:31:59	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor: PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO, CNPJ/CPF: 09.456.941/0001-09, Melhor lance: R$ 2.500.000,0000
Homologado	24/04/2017 14:32:47	EMMANUEL JOSE PERES NETTO GUTERRES SOARE	

Fim do documento

Justiça Federal de Primeiro Grau em Pernambuco – JF-PE – PE nº 41/2016



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM PERNAMBUCO
Diretoria do Foro
Secretaria Administrativa
Núcleo de Administração
Seção de Licitações e Contratos

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 516/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 46/2016

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 41/2016-JFPE

UASG: 090009

A Seção de Licitações e Contratos da Justiça Federal de Primeiro Grau em Pernambuco torna público, através do pregoeiro(a) designado(a) por meio da **Portaria n.º 17/2016-DF**, de acordo com determinação da Sra. Juíza Federal Diretora do Foro e solicitação do Diretor do **Núcleo de Tecnologia da Informação/JFPE**, que se encontra aberto processo licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, do **tipo menor preço**, sendo seu objeto adjudicado **por lote**, para **REGISTRO DE PREÇOS** de **equipamentos de videoconferência**, iniciando-se a sessão licitatória às **15:00 h, horário de Brasília, do dia 26 de dezembro de 2016, horário de Brasília**, no sítio **www.comprasnet.gov.br.**

O presente edital poderá ser lido e obtido na íntegra nos sítios **www.comprasnet.gov.br, www.jfpe.jus.br,** e no edifício Anexo II da Justiça Federal, situado na Av. Recife, 6.250, Jiquiá, Recife-PE, de segunda a sexta-feira, nos dias úteis, das 09 às 17h.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei nº 10.520, de 17.7.2002 e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666, de 21.6.93, bem como nos Decretos n.º 3.555, de 8.8.2000, 5.450, de 31.5.2005, 7.892/2013, legislação aplicável à matéria, e às seguintes Cláusulas:

I - DO OBJETO

1.1 - A licitação tem por objeto o **Registro de Preços de equipamentos de videoconferência**, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital do **Pregão Eletrônico n.º 41/2016-JFPE. UASG: 090009 - JUSTIÇA FEDERAL DE PERNAMBUCO;**

II – DO REGISTRO DE PREÇOS

Av. Recife, 6.250, Jiquiá, Recife-PE, CEP 50865-030
Fone (81)3213-6242, *endereço eletrônico:* licitacaojfpe.jus.br, sítio: http://www.jfpe.jus.br
1

PREGÃO ELETRÔNICO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico
Nº 00041/2016 (SRP)

Às 14:50 horas do dia 28 de dezembro de 2016, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. JOANA CAROLINA LINS PEREIRA, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 516/2016, Pregão nº 00041/2016.

Resultado da Homologação

GRUPO 1
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Valor Estimado: R$ 3.932.377,2200
Situação: Homologado

Adjudicado para: INNEX TELECOM - SOLUCOES EM NETWORK LTDA - EPP **, pelo melhor lance de** R$ 2.644.400,0000 **, com valor negociado a** R$ 2.600.000,0000 .

Itens do grupo:
* 1 - EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
* 2 - EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
* 3 - EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
* 4 - EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
* 5 - EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
* 6 - EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
* 7 - APARELHO SOM
* 8 - Instalação / Manutenção - Equipamento Eletroeletrônico
* 9 - Instalação / Manutenção - Equipamento Eletroeletrônico

Item: 1 - GRUPO 1
Descrição: EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
Descrição Complementar: EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA, PLATAFORMA DE CONTROLE DE CHAMADAS DE VIDEOCONFERÊNCIA
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 15
Valor Estimado: R$ 55.392,2200
Situação: Homologado
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Intervalo Mínimo entre Lances: -

Adjudicado para: INNEX TELECOM - SOLUCOES EM NETWORK LTDA - EPP **, pelo melhor lance de** R$ 33.000,0000 **e a quantidade de** 15 **UNIDADE** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	27/12/2016 17:23:26	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:INNEX TELECOM - SOLUCOES EM NETWORK LTDA - EPP, CNPJ/CPF:12.023.086/0001-57, Melhor lance : R$ 33.000,0000
Homologado	28/12/2016 14:50:57	JOANA CAROLINA LINS PEREIRA	

Item: 2 - GRUPO 1
Descrição: EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
Descrição Complementar: EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA, UNIDADE CONTROLADORA DE MULTIPONTO
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 3
Valor Estimado: R$ 570.666,6700
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Intervalo Mínimo entre Lances: -

Situação: Homologado

Adjudicado para: INNEX TELECOM - SOLUCOES EM NETWORK LTDA - EPP **, pelo melhor lance de** R$ 364.500,0000 **e a quantidade de** 3 **UNIDADE** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	27/12/2016 17:23:26	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:INNEX TELECOM - SOLUCOES EM NETWORK LTDA - EPP, CNPJ/CPF:12.023.086/0001-57, Melhor lance : R$ 364.500,0000
Homologado	28/12/2016 14:50:57	JOANA CAROLINA LINS PEREIRA	

Item: 3 - GRUPO 1
Descrição: EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
Descrição Complementar: EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA, PLATAFORMA DE CONTROLE DE CHAMADAS DE VIDEOCONFERÊNCIA
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1
Valor Estimado: R$ 127.044,8600
Situação: Homologado
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Intervalo Mínimo entre Lances: -

Adjudicado para: INNEX TELECOM - SOLUCOES EM NETWORK LTDA - EPP **, pelo melhor lance de** R$ 127.000,0000 **, com valor negociado a** R$ 99.000,0000 **e a quantidade de** 1 **UNIDADE** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	27/12/2016 17:23:26	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:INNEX TELECOM - SOLUCOES EM NETWORK LTDA - EPP, CNPJ/CPF:12.023.086/0001-57, Melhor lance : R$ 127.000,0000, Valor Negociado : R$ 99.000,0000. Motivo: Valor negociado.
Homologado	28/12/2016 14:50:58	JOANA CAROLINA LINS PEREIRA	

Item: 4 - GRUPO 1
Descrição: EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
Descrição Complementar: EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA, PLATAFORMA DE GERENCIAMENTO DE REDE DE VIDEOCONFERÊNCIA
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1
Valor Estimado: R$ 102.267,7300
Situação: Homologado
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Intervalo Mínimo entre Lances: -

Adjudicado para: INNEX TELECOM - SOLUCOES EM NETWORK LTDA - EPP **, pelo melhor lance de** R$ 101.000,0000 **, com valor negociado a** R$ 84.900,0000 **e a quantidade de** 1 **UNIDADE** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	27/12/2016 17:23:26	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:INNEX TELECOM - SOLUCOES EM NETWORK LTDA - EPP, CNPJ/CPF:12.023.086/0001-57, Melhor lance : R$ 101.000,0000, Valor Negociado : R$ 84.900,0000. Motivo: Valor negociado.
Homologado	28/12/2016 14:50:58	JOANA CAROLINA LINS PEREIRA	

Item: 5 - GRUPO 1
Descrição: EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
Descrição Complementar: EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA, PLATAFORMA DE TRAVESSIA DE FIREWALL PARA CHAMADAS DE VIDEOCONFERÊNCIA
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 3
Valor Estimado: R$ 123.890,0400
Situação: Homologado
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Intervalo Mínimo entre Lances: -

Adjudicado para: INNEX TELECOM - SOLUCOES EM NETWORK LTDA - EPP **, pelo melhor lance de** R$ 85.000,0000 **e a quantidade de** 3 **UNIDADE** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	27/12/2016 17:23:26	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:INNEX TELECOM - SOLUCOES EM NETWORK LTDA - EPP, CNPJ/CPF:12.023.086/0001-57, Melhor lance : R$ 85.000,0000
Homologado	28/12/2016 14:50:58	JOANA CAROLINA LINS PEREIRA	

Item: 6 - GRUPO 1
Descrição: EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
Descrição Complementar: EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA, PLATAFORMA DE GRAVAÇÃO DIGITAL DE CHAMADAS DE VIDEOCONFERÊNCIA
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 3
Valor Estimado: R$ 223.561,9400
Situação: Homologado
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Intervalo Mínimo entre Lances: -

Adjudicado para: INNEX TELECOM - SOLUCOES EM NETWORK LTDA - EPP **, pelo melhor lance de** R$ 170.000,0000 **e a quantidade de** 3 **UNIDADE** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	27/12/2016 17:23:26	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:INNEX TELECOM - SOLUCOES EM NETWORK LTDA - EPP, CNPJ/CPF:12.023.086/0001-57, Melhor lance : R$ 170.000,0000
Homologado	28/12/2016 14:50:58	JOANA CAROLINA LINS PEREIRA	

Item: 7 - GRUPO 1
Descrição: APARELHO SOM
Descrição Complementar: SISTEMA DE SOM PARA VIDEOCONFERÊNCIA DE SALA DE PORTE MÉDIO E GRANDE
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 2
Valor Estimado: R$ 40.332,7000
Situação: Homologado
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Intervalo Mínimo entre Lances: -

Adjudicado para: INNEX TELECOM - SOLUCOES EM NETWORK LTDA - EPP **, pelo melhor lance de** R$ 13.000,0000 **e a quantidade de** 2 **UNIDADE** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	27/12/2016 17:23:26	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:INNEX TELECOM - SOLUCOES EM NETWORK LTDA - EPP, CNPJ/CPF:12.023.086/0001-57, Melhor lance : R$ 13.000,0000
Homologado	28/12/2016 14:50:58	JOANA CAROLINA LINS PEREIRA	

Item: 8 - GRUPO 1
Descrição: Instalação / Manutenção - Equipamento Eletroeletrônico
Descrição Complementar: INSTALAÇÃO E TREINAMENTO PARA TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 3
Valor Estimado: R$ 3.333,3300
Situação: Homologado
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Intervalo Mínimo entre Lances: -

Adjudicado para: INNEX TELECOM - SOLUCOES EM NETWORK LTDA - EPP **, pelo melhor lance de** R$ 3.300,0000 **e a quantidade de** 3 **UNIDADE** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	27/12/2016 17:23:26	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:INNEX TELECOM - SOLUCOES EM NETWORK LTDA - EPP, CNPJ/CPF:12.023.086/0001-57, Melhor lance : R$ 3.300,0000
Homologado	28/12/2016 14:50:58	JOANA CAROLINA LINS PEREIRA	

Item: 9 - GRUPO 1
Descrição: Instalação / Manutenção - Equipamento Eletroeletrônico
Descrição Complementar: INSTALAÇÃO E TREINAMENTO PARA INFRAESTRUTURA DE VIDEOCONFERÊNCIA
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 3 **Unidade de fornecimento:** UNIDADE
Valor Estimado: R$ 9.053,3300 **Intervalo Mínimo entre Lances:** -
Situação: Homologado

Adjudicado para: INNEX TELECOM - SOLUCOES EM NETWORK LTDA - EPP **, pelo melhor lance de** R$ 9.000,0000 **, com valor negociado a** R$ 8.900,0000 **e a quantidade de** 3 **UNIDADE** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	27/12/2016 17:23:26	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:INNEX TELECOM - SOLUCOES EM NETWORK LTDA - EPP, CNPJ/CPF:12.023.086/0001-57, Melhor lance : R$ 9.000,0000, Valor Negociado : R$ 8.900,0000. Motivo: Valor negociado.
Homologado	28/12/2016 14:50:58	JOANA CAROLINA LINS PEREIRA	

Item: 10
Descrição: EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
Descrição Complementar: EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA, MONITOR LFD 40 PARA VIDEOCONFERÊNCIA
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 40 **Unidade de fornecimento:** UNIDADE
Valor Estimado: R$ 18.292,5000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** -
Situação: Homologado

Adjudicado para: MICROSENS LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 3.024,8800 **e a quantidade de** 40 **UNIDADE** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	27/12/2016 17:24:11	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: MICROSENS LTDA, CNPJ/CPF: 78.126.950/0011-26, Melhor lance: R$ 3.024,8800
Homologado	28/12/2016 14:50:52	JOANA CAROLINA LINS PEREIRA	

Fim do documento

Estudos Preliminares (1019915) SEI 10114/2020 / pg. 92

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 18/2016
MODALIDADE - PREGÃO ELETRÔNICO
PROCESSO Nº 0.00.002.000309/2015-74
UASG - 590001

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br
DATA: 15/08/2016
HORÁRIO: 10 HORAS

Obs: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, sediado no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 2, Lote 3, Ed. Adail Belmonte, CEP 70070-600, torna público, por meio do Pregoeiro MARCIEL RUBENS DA SILVA e sua equipe de apoio, designados pela Portaria nº 140 de 17 de julho de 2016, do Exmo. Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público, que no **dia 15 de agosto de 2016, às 10 horas (horário de Brasília-DF)**, ou no mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data, através do endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, realizará licitação do **tipo MENOR PREÇO POR LOTE, empreitada por preço global**, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, para **contratação de solução de videoconferência corporativa, para atender às necessidades do Conselho Nacional do Ministério Público**. A presente licitação será regida pela Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Lei nº 8.666 de 21/06/1993, pelo Decreto 5.450, de 31/05/2005, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e Lei Complementar nº 147 de 07/08/2014, no que couber, e demais normas pertinentes.

1 - CONDIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

1.1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as constantes do Edital.

1.2 Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro(a) do Conselho Nacional do Ministério

PREGÃO ELETRÔNICO

Conselho Nacional do Ministério Público

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico
Nº 00018/2016

Às 16:29 horas do dia 19 de agosto de 2016, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. ROBERTO FUINA VERSIANI, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 02.000309/2015-74, Pregão nº 00018/2016.

Resultado da Homologação

GRUPO 1
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Valor Estimado: R$ 110.381,2100
Situação: Homologado

Adjudicado para: SEAL TELECOM COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LT , **pelo melhor lance de** R$ 94.295,0000 .

Itens do grupo:
* 1 - EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
* 2 - EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA

Item: 1 - GRUPO 1
Descrição: EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
Descrição Complementar: Terminal de videoconferência ? com instalação e garantia on-site por 12 meses.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1
Unidade de fornecimento: unidade
Valor Estimado: R$ 41.199,0000
Intervalo Mínimo entre Lances: -
Situação: Homologado

Adjudicado para: SEAL TELECOM COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LT , **pelo melhor lance de** R$ 34.295,0000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	16/08/2016 10:37:40	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:SEAL TELECOM COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LT, CNPJ/CPF:58.619.404/0008-14, Melhor lance : R$ 34.295,0000
Homologado	19/08/2016 16:29:33	ROBERTO FUINA VERSIANI	

Item: 2 - GRUPO 1
Descrição: EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
Descrição Complementar: Solução de gravação e streaming de videoconferência ? com instalação e garantia on-site por 12 meses, especificações constantes no Termo de Referência, anexo 1 do Edital.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1
Unidade de fornecimento: unidade
Valor Estimado: R$ 69.182,2100
Intervalo Mínimo entre Lances: -
Situação: Homologado

Adjudicado para: SEAL TELECOM COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LT , **pelo melhor lance de** R$ 60.000,0000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	16/08/2016 10:37:40	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:SEAL TELECOM COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LT, CNPJ/CPF:58.619.404/0008-14, Melhor lance : R$ 60.000,0000
Homologado	19/08/2016 16:29:33	ROBERTO FUINA VERSIANI	

PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2018 para Registro de Preços (Regido pela Lei nº 10.520/2002 e Lei Complementar nº 123/2006, Decretos nº 5.450/2005, nº 8.538/2015 e nº 7.892/2013 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993).	
Órgão/CNPJ:	Superior Tribunal Militar (STM), CNPJ: 00.497.560/0001-01
UASG:	060001
Unidade:	Coordenadoria de Licitações e Contratos/Seção de Licitações (DIRAD/COLIC/SELIC).
Tipo:	Menor preço.
Objeto:	Contratação de sociedade empresária para a prestação de serviços de manutenção, suporte e expansão da rede de videoconferência da JMU, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP).
Processo:	001617/18-00.07
Sessão Pública	
Dia:	13/7/2018
Hora:	14h
Local:	www.comprasgovernamentais.gov.br.
Obtenção do Edital	
Local:	SAS, Praça dos Tribunais Superiores, bloco "B", edifício-sede do STM, 11º andar, DIRAD/SELIC, sala 1103, Brasília-DF, CEP 70098-900.
Dia:	De segunda a sexta-feira.
Horário:	Das 12h e 30 min às 18h e 30 min.
Telefones:	(61) 3313-9634 e (61) 3313-9209.
Valor:	R$ 0,20 (vinte centavos) por folha.
Gratuitamente pelos *sites*:	www.stm.jus.br ou www.comprasgovernamentais.gov.br.
Obs.: Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações referentes a este edital deverão ser encaminhados por meio eletrônico, para o endereço selic@stm.jus.br, conforme os artigos 18 e 19 do Decreto nº 5.450/05. Os pedidos de esclarecimentos, as impugnações e as respectivas respostas serão disponibilizados a todos os interessados no *site* www.comprasgovernamentais.gov.br.	

PREGÃO ELETRÔNICO

PODER JUDICIÁRIO
Justiça Militar Federal
Superior Tribunal Militar

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico
Nº 00011/2018 (SRP)

Às 13:49 horas do dia 20 de julho de 2018, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. EDER SOARES DE OLIVEIRA, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 001617/18-00.07, Pregão nº 00011/2018.

Resultado da Homologação

GRUPO 1
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Valor Estimado: R$ 1.483.949,4500
Situação: Homologado

Adjudicado para: PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO **, pelo melhor lance de** R$ 1.327.815,0000 **, com valor negociado a** R$ 1.203.882,2700 .

Itens do grupo:

* 1 - Seguro / Garantia
* 2 - Seguro / Garantia
* 3 - Seguro / Garantia
* 4 - Seguro / Garantia
* 5 - Seguro / Garantia
* 6 - Teleconferência / Videoconferência
* 7 - EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
* 8 - EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
* 9 - EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
* 10 - Treinamento - Instalação / Utilização Equipamento
* 11 - MÁQUINA DE COMPOSIÇÃO DE TEXTO
* 12 - EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
* 13 - Treinamento - Instalação / Utilização Equipamento

Item: 1 - GRUPO 1
Descrição: Seguro / Garantia
Descrição Complementar: Renovação de Garantia para Terminais de Videoconferência Polycom Group 500, conforme edital.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 31
Valor Estimado: R$ 9.622,6000
Situação: Homologado
Unidade de fornecimento: Serviço
Intervalo Mínimo entre Lances: -

Adjudicado para: PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO **, pelo melhor lance de** R$ 7.875,0000 **e a quantidade de** 31 **Serviço** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	18/07/2018 16:19:25	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO, CNPJ/CPF:09.456.941/0001-09, Melhor lance : R$ 7.875,0000
Homologado	20/07/2018 13:49:52	EDER SOARES DE OLIVEIRA	

Item: 2 - GRUPO 1
Descrição: Seguro / Garantia
Descrição Complementar: Renovação de Garantia para plataforma de Gerência Polycom Resource Manager, conforme edital.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1 **Unidade de fornecimento:** Serviço
Valor Estimado: R$ 12.984,5800 **Intervalo Mínimo entre Lances:** -
Situação: Homologado

Adjudicado para: PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO , **pelo melhor lance de** R$ 31.330,0000 , **com valor negociado a** R$ 12.984,5800 **e a quantidade de** 1 **Serviço** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	18/07/2018 16:19:25	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO, CNPJ/CPF:09.456.941/0001-09, Melhor lance : R$ 31.330,0000, Valor Negociado : R$ 12.984,5800. Motivo: Valor negociado, conforme chat e proposta enviada ao sistema.
Homologado	20/07/2018 13:49:52	EDER SOARES DE OLIVEIRA	

Item: 3 - GRUPO 1
Descrição: Seguro / Garantia
Descrição Complementar: Renovação de Garantia para Plataforma de Controle de Chamadas Polycom DMA 7000, conforme edital.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1 **Unidade de fornecimento:** Serviço
Valor Estimado: R$ 15.909,7100 **Intervalo Mínimo entre Lances:** -
Situação: Homologado

Adjudicado para: PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO , **pelo melhor lance de** R$ 28.760,0000 , **com valor negociado a** R$ 15.909,7100 **e a quantidade de** 1 **Serviço** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	18/07/2018 16:19:25	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO, CNPJ/CPF:09.456.941/0001-09, Melhor lance : R$ 28.760,0000, Valor Negociado : R$ 15.909,7100. Motivo: Valor negociado, conforme chat e proposta enviada ao sistema.
Homologado	20/07/2018 13:49:52	EDER SOARES DE OLIVEIRA	

Item: 4 - GRUPO 1
Descrição: Seguro / Garantia
Descrição Complementar: Renovação de Garantia para plataforma de Firewall Transversal Polycom Access Director, conforme edital.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1 **Unidade de fornecimento:** Serviço
Valor Estimado: R$ 35.145,7500 **Intervalo Mínimo entre Lances:** -
Situação: Homologado

Adjudicado para: PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO , **pelo melhor lance de** R$ 72.900,0000 , **com valor negociado a** R$ 35.145,7500 **e a quantidade de** 1 **Serviço** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	18/07/2018 16:19:25	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO, CNPJ/CPF:09.456.941/0001-09, Melhor lance : R$ 72.900,0000, Valor Negociado : R$ 35.145,7500. Motivo: Valor negociado, conforme chat e proposta enviada ao sistema.
Homologado	20/07/2018 13:49:52	EDER SOARES DE OLIVEIRA	

Item: 5 - GRUPO 1

Descrição: Seguro / Garantia
Descrição Complementar: Renovação de Garantia para Unidade de Controle de Multiponto Polycom RMX 1500, conforme edital.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1 **Unidade de fornecimento:** Serviço
Valor Estimado: R$ 32.567,2300 **Intervalo Mínimo entre Lances:** -
Situação: Homologado

Adjudicado para: PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO **, pelo melhor lance de** R$ 78.990,0000 **, com valor negociado a** R$ 32.567,2300 **e a quantidade de** 1 **Serviço** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	18/07/2018 16:19:25	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO, CNPJ/CPF:09.456.941/0001-09, Melhor lance : R$ 78.990,0000, Valor Negociado : R$ 32.567,2300. Motivo: Valor negociado, conforme chat e proposta enviada ao sistema.
Homologado	20/07/2018 13:49:52	EDER SOARES DE OLIVEIRA	

Item: 6 - GRUPO 1
Descrição: Teleconferência / Videoconferência
Descrição Complementar: Serviço de manutenção e suporte para rede de videoconferência, conforme edital.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 12 **Unidade de fornecimento:** Mês
Valor Estimado: R$ 23.883,3300 **Intervalo Mínimo entre Lances:** -
Situação: Homologado

Adjudicado para: PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO **, pelo melhor lance de** R$ 13.125,0000 **e a quantidade de** 12 **Mês** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	18/07/2018 16:19:25	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO, CNPJ/CPF:09.456.941/0001-09, Melhor lance : R$ 13.125,0000
Homologado	20/07/2018 13:49:52	EDER SOARES DE OLIVEIRA	

Item: 7 - GRUPO 1
Descrição: EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
Descrição Complementar: Fornecimento e instalação de Plataforma de Travessia de Firewall, conforme edital.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1 **Unidade de fornecimento:** Unidade
Valor Estimado: R$ 102.460,3600 **Intervalo Mínimo entre Lances:** -
Situação: Homologado

Adjudicado para: PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO **, pelo melhor lance de** R$ 110.250,0000 **, com valor negociado a** R$ 102.400,0000 **e a quantidade de** 1 **Unidade** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	18/07/2018 16:19:25	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO, CNPJ/CPF:09.456.941/0001-09, Melhor lance : R$ 110.250,0000, Valor Negociado : R$ 102.400,0000. Motivo: Valor negociado, conforme chat e proposta enviada ao sistema.
Homologado	20/07/2018 13:49:52	EDER SOARES DE OLIVEIRA	

Item: 8 - GRUPO 1
Descrição: EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
Descrição Complementar: Fornecimento e instalação de Terminal de Videoconferência para Salas de Pequeno e Médio Porte, conforme edital.
Tratamento Diferenciado: -

Estudos Preliminares (1019915) SEI 10114/2020 / pg. 98

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 15
Valor Estimado: R$ 19.097,9100
Situação: Homologado
Unidade de fornecimento: Unidade
Intervalo Mínimo entre Lances: -

Adjudicado para: PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO , **pelo melhor lance de** R$ 15.960,0000 **e a quantidade de** 15 **Unidade** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	18/07/2018 16:19:25	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO, CNPJ/CPF:09.456.941/0001-09, Melhor lance : R$ 15.960,0000
Homologado	20/07/2018 13:49:52	EDER SOARES DE OLIVEIRA	

Item: 9 - GRUPO 1
Descrição: EQUIPAMENTO VIDEOCONFERÊNCIA
Descrição Complementar: Fornecimento e instalação de Sistema de Controle e Posicionamento de Câmera, conforme edital.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1
Valor Estimado: R$ 138.756,8300
Situação: Homologado
Unidade de fornecimento: Unidade
Intervalo Mínimo entre Lances: -

Adjudicado para: PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO , **pelo melhor lance de** R$ 130.725,0000 **e a quantidade de** 1 **Unidade** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	18/07/2018 16:19:25	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO, CNPJ/CPF:09.456.941/0001-09, Melhor lance : R$ 130.725,0000
Homologado	20/07/2018 13:49:53	EDER SOARES DE OLIVEIRA	

Item: 10 - GRUPO 1
Descrição: Treinamento - Instalação / Utilização Equipamento
Descrição Complementar: Treinamento para Terminal de Videoconferência, conforme edital.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 15
Valor Estimado: R$ 2.933,3300
Situação: Homologado
Unidade de fornecimento: Serviço
Intervalo Mínimo entre Lances: -

Adjudicado para: PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO , **pelo melhor lance de** R$ 2.730,0000 **e a quantidade de** 15 **Serviço** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	18/07/2018 16:19:25	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO, CNPJ/CPF:09.456.941/0001-09, Melhor lance : R$ 2.730,0000
Homologado	20/07/2018 13:49:53	EDER SOARES DE OLIVEIRA	

Item: 11 - GRUPO 1
Descrição: MÁQUINA DE COMPOSIÇÃO DE TEXTO
Descrição Complementar: Treinamento para Infraestrutura de Videoconferência, conforme edital.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1
Valor Estimado: R$ 10.333,3300
Situação: Homologado
Unidade de fornecimento: Serviço
Intervalo Mínimo entre Lances: -

Adjudicado para: PLEIMEC SOLUTION - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLOGICO , **pelo melhor lance de** R$ 9.975,0000 **e a quantidade de** 1 **Serviço** .

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Departamento de Tecnologia da Informação

ANEXO C – PROPOSTAS COMERCIAIS

Contratação de Solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — Platform as a Service

Propostas Comerciais - Contratações Públicas Similares – Solução 01

Justiça Federal de 1º Grau no Paraná PE nº 11/2020 - Contrato: nº 012/2020

XP ON
Intelligent Collaboration Services

DATA: 19/06/2020

A
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO PARANÁ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
Avenida Anita Garibaldi, 888, Cabral, Curitiba/PR

Prezado Senhor Pregoeiro da Comissão Especial de Licitação,

Ref.: **PROPOSTA COMERCIAL**

A proponente XP ON Consultoria LTDA., empresa jurídica de direitos privados, situada a SC/N QD 5 BL A EN A SL 1406, ASA NORTE BRASÍLIA DF CEP: 70.715-010, inscrita no CNPJ 23.518.065/0001-29 e I.E nº 07.741.270/001-68, interessada em participar do Edital do Pregão Eletrônico nº 011/2020, vem por meio da presente, encaminhar PROPOSTA COMERCIAL, em atendimento ao ato Convocatório.

PROPOSTA COMERCIAL

PROPOSTA REFERENTE AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 011/2020

DADOS DA PROPONENTE

Proponente: XP ON Consultoria LTDA.
CNPJ: 23.518.065/0001-29
Telefone/Fax: (61) 3247-2000
E-mail: contato@xpon.com.br
Endereço: SC/N QD 5 BL A EN A SL 1406, ASA NORTE
Cidade: Brasília **Estado:** D. Federal **Cep.:** 70.715-010

SC/N QD 5 BL A EN 50 SL 1406, Setor Asa Norte, CEP 70.715-010 Brasília-DF
Fone: (61) 3247-2000
www.xpon.com.br

XPON
Intelligent Collaboration Services

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL QUE IRÁ ASSINAR O DOCUMENTO CONTRATUAL

Nome: AGUINALDO ALVES BARBOSA

CPF: 234.903.811-49 **RG:** 1179992-SSP GO

Cargo ocupado na empresa: Diretor Geral

DADOS BANCÁRIOS DA LICITANTE:

Banco: 001 – Banco do Brasil S.A. **Agência:** 1507-5 **Conta-corrente:**161649-8

RESUMO DA PROPOSTA

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1.620	Serviços de webconferência, webinar e streaming de áudio/vídeo. MARCA ZOOM - Modelo: Zoom Meetings webconferência, webinar e streaming de áudio/vídeo, CRC Conference Room Connector (H323/SIP), Chat, Gravação.	R$ 827,00	R$ 1.339.740,00
2	1.080	Banco de horas de serviço de suporte técnico especializado, on-site, aos serviços descritos do item 2.1 do edital para consultoria / configuração / desenvolvimento / integração / migração ou implementação de recursos adicionais aos mesmos.	R$ 48,65	R$ 52.542,00
3	3.800	Banco de horas de serviço de treinamento, "in company", aos	R$ 14,00	R$ 53.200,00

SC/N QD 5 BL A EN 50 SL 1406, Setor Asa Norte, CEP 70.715-010 Brasília-DF
Fone: (61) 3247-2000
www.xpon.com.br

PROPOSTA COMERCIAL

PARA: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Dados da empresa:
Proponente: INOVA TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ: 01.427.728/0001-67
Telefone/fax: 011 5090-1234 ramal: 1507 / 011 97070-7799 / 011 99930-6100
E-mail: marcelo.correa@inova.net / rosana.ferreira@inova.net / comercial@inova.net
Endereço: Rua Cunha Gago, 700 – 8º andar – conj. 81 – Bairro: Pinheiros
Cidade: São Paulo Estado: S.P CEP: 05421-001
Dados bancários: Banco: Itaú (341) Agência: 3099 Conta-corrente: 02030-1

Apresentamos a seguinte Proposta de Preços:

Item	Especificação	Unid.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Licença ZOOM Meetings Plano Business (Corporativo) por 12 meses	Licença	10	R$ 1.595,00	R$ 15.950,00

DESCRITIVO DE VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM - PLANO BUSINESS_CORPORATIVO	
Até 300 participantes	Coanotação em tela compartilhada
Reuniões individuais ilimitadas	Controle por teclado/mouse
Número ilimitado de reuniões	Quadro branco
Suporte on-line	Multicompartilhamento
Recursos de Videoconferência	SegurançaSegurança
Vídeo HD	Criptografia Secure Socket Layer (SSL)
Voz HD	Criptografia AES 256-bits
Visualização do palestrante ativo	O limite de duração da reunião é de 24h
Tela cheia e exibição da galeria	Gerenciamento de usuário
Compartilhamento de Tela Simultâneo	Controles de recursos do administrador
Sala de espera	Relatórios
Participar por recebimento de chamada telefônica	ID da reunião pessoal personalizado
Plano de Fundo Virtual	Atribuir planejador
Recursos de Web Conferência	1GB de gravação em nuvem MP4 ou M4A
Compartilhamento de área de trabalho e aplicativo	API REST
ID da reunião ou sala pessoal	Interoperabilidade com o Skype for Business (Lync)
Reuniões instantâneas ou agendadas	Suporte telefônico dedicado
Plug-ins para Chrome e Outlook	Painel de instrumentos do administrador
Agendamento com Extensões do Chrome	URL personalizado

INOVA TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ 01.427.728/0001-67
Rua: Cunha Gago, 700 - 8º andar - conj. 81
55 11 5090-1234
05421-001 São Paulo | SP Brasil
www.inova.com.br

Gravação local MP4 ou M4A	Opção para implementação local
Bate-papo particular e em grupo	Domínios gerenciados
Controles do anfitrião	Conexão única
Levantar mão	Marca da empresa
Recursos de Colaboração em Grupo	E-mails personalizados
Salas simultâneas	Integração LTI
Mac, Windows, Linux, iOS e Android	Transcrições de Gravação em Nuvem
Mensagens em grupo e presença	Planos de Complementos Opcionais
Compartilhamento de tela em aplicativo para iPad/iPhone	Suporte técnico remoto 25x7

Nível de Severidade	Definição	Tempo de Resposta Inicial
1	Indisponibilidade do sistema sem a possibilidade de uma solução temporária. Quando um serviço crítico não está respondendo e não pode ser reiniciado ou estabilizado. Este nível requer um profissional disponível também do lado do CONTRATANTE para realizar as atividades necessárias.	Até 3 (três) horas
2	Problema com uma funcionalidade principal, porém possui uma solução temporária ou não causa indisponibilidade do serviço.	Até 8 (oito) horas
3	Problema com uma funcionalidade complementar, porém possui uma solução temporária ou não causa indisponibilidade do serviço.	Até 12 (doze) horas
4	Questões gerais sobre utilização.	Até 48 (quarenta e oito) horas

O prazo de validade da proposta de preços é **de 10 (dez) dias corridos**, contados do envio da proposta.

Período do serviço e Suporte: 12 meses

Entrega em até 7 dias após a aprovação do pedido ou a emissão da nota de empenho.

Declaração:
Declaramos que em nossos preços já estão incluídos todos os custo e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros gravames que possam incidir sobre o objeto.

São Paulo, 13 de Maio de 2020.

Inova Tecnologias de Informação e Representações Ltda.

INOVA TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ 01.427.728/0001-67
Rua: Cunha Gago, 700 - 8º andar - conj. 81
55 11 5090-1234
05421-001 São Paulo | SP Brasil
www.inova.com.br

PROPOSTA COMERCIAL

PARA: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Dados da empresa:
Proponente: INOVA TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ: 01.427.728/0001-67
Telefone/fax: 011 5090-1234 ramal: 1507 / 011 97070-7799 / 011 99930-6100
E-mail: marcelo.correa@inova.net / rosana.ferreira@inova.net / comercial@inova.net
Endereço: Rua Cunha Gago, 700 – 8º andar – conj. 81 – Bairro: Pinheiros
Cidade: São Paulo Estado: S.P CEP: 05421-001
Dados bancários: Banco: Itaú (341) Agência: 3099 Conta-corrente: 02030-1

Apresentamos a seguinte Proposta de Preços:

Item	Especificação	Unid.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Licença ZOOM Meetings Plano Business (Corporativo) por 11 meses	Licença	16	R$ 1.463,00	R$ 23.408,00
2	Licença ZOOM CRC - Conector de Sala de Conferência - por 11 meses	Licença	2	R$ 3.635,00	R$ 7.270,00
TOTAL GERAL					**R$ 30.678,00**

DESCRITIVO DE VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM - PLANO BUSINESS_CORPORATIVO	
Até 300 participantes	Coanotação em tela compartilhada
Reuniões individuais ilimitadas	Controle por teclado/mouse
Número ilimitado de reuniões	Quadro branco
Suporte on-line	Multicompartilhamento
Recursos de Videoconferência	SegurançaSegurança
Vídeo HD	Criptografia Secure Socket Layer (SSL)
Voz HD	Criptografia AES 256-bits
Visualização do palestrante ativo	O limite de duração da reunião é de 24h
Tela cheia e exibição da galeria	Gerenciamento de usuário
Compartilhamento de Tela Simultâneo	Controles de recursos do administrador
Sala de espera	Relatórios
Participar por recebimento de chamada telefônica	ID da reunião pessoal personalizado
Plano de Fundo Virtual	Atribuir planejador
Recursos de Web Conferência	1GB de gravação em nuvem MP4 ou M4A
Compartilhamento de área de trabalho e aplicativo	API REST

INOVA TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ 01.427.728/0001-67
Rua: Cunha Gago, 700 - 8º andar - conj. 81
55 11 5090-1234
05421-001 São Paulo | SP Brasil
www.inova.com.br

Proposta Empresa Inova (1859020) SEI 009565/20-00.07 / pg. 1

ID da reunião ou sala pessoal	Interoperabilidade com o Skype for Business (Lync)
Reuniões instantâneas ou agendadas	Suporte telefônico dedicado
Plug-ins para Chrome e Outlook	Painel de instrumentos do administrador
Agendamento com Extensões do Chrome	URL personalizado
Gravação local MP4 ou M4A	Opção para implementação local
Bate-papo particular e em grupo	Domínios gerenciados
Controles do anfitrião	Conexão única
Levantar mão	Marca da empresa
Recursos de Colaboração em Grupo	E-mails personalizados
Salas simultâneas	Integração LTI
Mac, Windows, Linux, iOS e Android	Transcrições de Gravação em Nuvem
Mensagens em grupo e presença	Planos de Complementos Opcionais
Compartilhamento de tela em aplicativo para iPad/iPhone	Suporte técnico remoto 25x7
CRC CONECTOR	
Conectores de sistemas H.323/SIP com desktop, tablet, dispositivos móveis, Zoom Rooms e outros terminais H.323/SIP	Funciona com terminais legacy, incluindo Polycom, Cisco, Lifesize e outros
Conector de sala baseado na nuvem ou no local (VM)	Conectores de sistemas de salas padrão à Zoom Cloud
https://zoom.us/pt-pt/roomconnector.html	

Nível de Severidade	Definição	Tempo de Resposta Inicial
1	Indisponibilidade do sistema sem a possibilidade de uma solução temporária. Quando um serviço crítico não está respondendo e não pode ser reiniciado ou estabilizado. Este nível requer um profissional disponível também do lado do CONTRATANTE para realizar as atividades necessárias.	Até 3 (três) horas
2	Problema com uma funcionalidade principal, porém possui uma solução temporária ou não causa indisponibilidade do serviço.	Até 8 (oito) horas
3	Problema com uma funcionalidade complementar, porém possui uma solução temporária ou não causa indisponibilidade do serviço.	Até 12 (doze) horas
4	Questões gerais sobre utilização.	Até 48 (quarenta e oito) horas

INOVA TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ 01.427.728/0001-67
Rua: Cunha Gago, 700 - 8º andar - conj. 81
55 11 5090-1234
05421-001 São Paulo | SP Brasil
www.inova.com.br

Proposta Empresa Inova (1859020) SEI 009565/20-00.07 / pg. 2

O prazo de validade da proposta de preços é **de 10 (dez) dias corridos**, contados do envio da proposta.

Período do serviço e Suporte: 11 meses

Entrega em até 7 dias após a aprovação do pedido ou a emissão da nota de empenho.

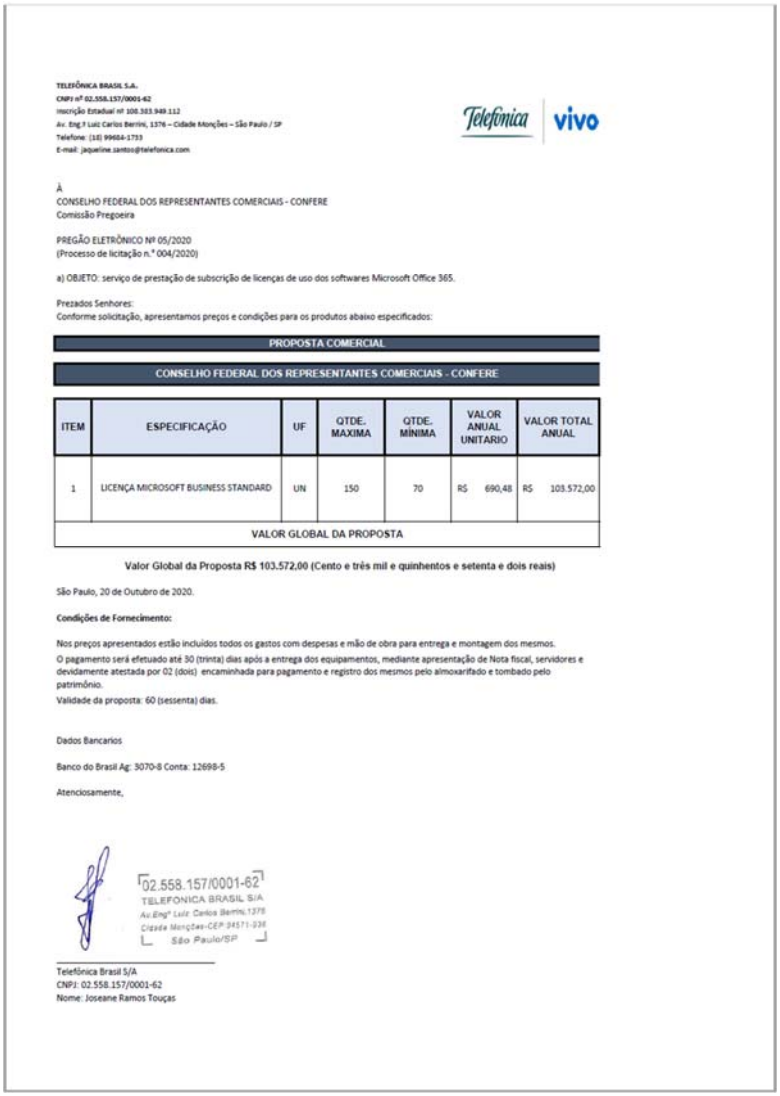
Declaração:
Declaramos que em nossos preços já estão incluídos todos os custo e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros gravames que possam incidir sobre o objeto.

São Paulo, 15 de Junho de 2020.

Inova Tecnologias de Informação e Representações Ltda.

INOVA TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ 01.427.728/0001-67
Rua: Cunha Gago, 700 - 8º andar - conj. 81
55 11 5090-1234
05421-001 São Paulo | SP Brasil
www.inova.com.br

Conselho Federal dos Representantes Comerciais – CONFERE – PE nº 05/2020



TELEFÔNICA BRASIL S.A.
CNPJ nº 02.558.157/0001-62
Inscrição Estadual nº 108.383.949.112
Av. Eng.º Luiz Carlos Berrini, 1376 – Cidade Monções – São Paulo / SP
Telefone: (18) 99604-1733
E-mail: jaqueline.santos@telefonica.com

Telefonica vivo

À
CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS - CONFERE
Comissão Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2020
(Processo de licitação n.º 004/2020)

a) OBJETO: serviço de prestação de subscrição de licenças de uso dos softwares Microsoft Office 365.

Prezados Senhores:
Conforme solicitação, apresentamos preços e condições para os produtos abaixo especificados:

PROPOSTA COMERCIAL

CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS - CONFERE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE. MAXIMA	QTDE. MÍNIMA	VALOR ANUAL UNITARIO	VALOR TOTAL ANUAL
1	LICENÇA MICROSOFT BUSINESS STANDARD	UN	150	70	R$ 690,48	R$ 103.572,00
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA						

Valor Global da Proposta R$ 103.572,00 (Cento e três mil e quinhentos e setenta e dois reais)

São Paulo, 20 de Outubro de 2020.

Condições de Fornecimento:

Nos preços apresentados estão incluídos todos os gastos com despesas e mão de obra para entrega e montagem dos mesmos.
O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega dos equipamentos, mediante apresentação de Nota fiscal, servidores e devidamente atestada por 02 (dois) encaminhada para pagamento e registro dos mesmos pelo almoxarifado e tombado pelo patrimônio.
Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Dados Bancarios

Banco do Brasil Ag: 3070-8 Conta: 12698-5

Atenciosamente,

02.558.157/0001-62
TELEFONICA BRASIL S/A
Av.Engº Luiz Carlos Berrini,1376
Cidade Monções-CEP 04571-936
São Paulo/SP

Telefônica Brasil S/A
CNPJ: 02.558.157/0001-62
Nome: Joseane Ramos Touças

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Departamento de Tecnologia da Informação



Proposta Comercial

Referência: novembro/2020

CLIENTE: CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

OBJETO: subscrição de licenças do software Microsoft Office 365 Enterprise 3 (E3), incluindo serviços técnicos, pelo prazo de 36(trinta e seis) meses

CFC
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Microsoft

WeltSolutions
Olinda-PE

veeam SILVER propartner | Microsoft Silver Partner | IBM Silver Business Partner | Bitdefender | FORTINET

Tel+55 (81) 3877-1105
Av. Governador Carlos de Lima Cavalcanti, 1710 – Casa Caiada, Olinda/PE , CEP: 53030-260.
www.weltsolutions.com.br
vendasgov@weltsolutions.com.br

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Departamento de Tecnologia da Informação

Proposta de Comercial do Pregão N° 11/2020

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE.	VALOR UNIT.	VALOR ANUAL	VALOR TOTAL PARA 36 MESES
01	**Subscrição de licenças de uso do software Microsoft Office 365 Enterprise 3 (E3).** **incluindo suporte técnico e atualizações;** **- Versão: última versão disponível;** **- Idioma: Português/Brasil** **- Fornecimento de todos os manuais e documentos técnicos necessários para as suas instalações e para o seu uso e operação.** **O365E3Open ShrdSvr ALNG SubsVL OLV D 1Mth Ent** **PART NUMBER: Q5Y-00031-BR** **MARCA: MICROSOFT** **MODELO: OFFICE 365 ENTERPRISE 3 (E3)** **SUBSCRIÇÃO POR 36 MESES**	UND.	315	R$ 3.777,69	R$ 396.657,45	R$ 1.189.972,35
VALOR TOTAL: Um milhão cento e oitenta e nove mil novecentos e setenta e dois reais e trinta e cinco centavos.						**R$1.189.972,35**

- VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (noventa) dias
- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: De acordo com o edital.
- ENTREGA: Conforme edital.
- Todos os impostos, despesas e encargos devidos para a correta execução do contrato estão inclusos nos preços, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos.

Estela Geisa C. de Paula Leite

Estela Geisa Carvalho de Paula Leite
WELTSOLUTIONS SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI
Representante Legal
RG: 7.864.708 SDS/PE
CPF: 094.534.064-81

Olinda, 09 de novembro de 2020

Tel+55 (81) 3877-1105
Av. Governador Carlos de Lima Cavalcanti, 1710 – Casa Caiada, Olinda/PE , CEP: 53030-260.
www.weltsolutions.com.br
vendasgov@weltsolutions.com.br

DocuSign Envelope ID: 89F14C5C-D646-4494-B682-14415C3F20AB

NTT

À

ELETROBRAS ELETRONUCLEAR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE.DAN.A-139/2020

PLANILHA DE PREÇOS

A NTT BRASIL COMERCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA., inscrita no CNPJ 05.437.734/0004-07, localizada na Alameda Tocantins, nº 350, salas 201,203 e 204, 2º andar, Alphaville Centro Industrial, Barueri/SP - CEP 06455-020, vem através de seus representantes legais, apresentar condições comerciais para contratação do objeto em referência:

1. **PLANILHA DE PREÇOS**

Partnumber	Descrição	Unid.	Qde.	Preço Unit. (R$)	Vr Total (R$)
A-FLEX	Collaboration Flex Plan / Itens Inclusos: 6000 x A-FLEX-FILESTG-ENT; 300 x A-FLEX-DEVREG-ENT; 300 x A-FLEX-MSG-ENT; 1 x SVS-SPK-SUPT-BAS; 250 x A-FLEX-EACM1; 1 x A-SPK-VOIP; 300 x A-FLEX-MEET-ENT – CISCO WEBEX	serviço	global	-	R$ 159.600,00
VALOR TOTAL PROPOSTO					R$ 159.600,00

Nota:

Validade: 60 dias corridos, contados a partir da data fixada para sua abertura

DS SMDSJ DS

NTT - Matriz
Av. Chucri Zaidan, 1240, cjs 1101 e 1103 – 11º Andar, Edifício Morumbi Diamond Tower
CEP: 04711-130 – Santo Amaro – São Paulo/SP – Brasil – F: +55 11 3878-6500.

www.hello.global.ntt

DocuSign Envelope ID: 89F14C5C-D646-4494-B682-14415C3F20AB

NTT

Nos preços estão incluídos: custos diretos e indiretos, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, contribuições fiscais e/ou parafiscais, supervisão, tributos, seguros, despesas financeiras, operacionais e administrativas, lucros e tudo aquilo q for relacionado e/ou necessário à execução deste EDITAL e que não esteja explicitamente definido como responsabilidade da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, mesmo que aqui não elencado.

Declaro, para os devidos fins, ter lido e compreendido os temos do Edital nº. PE.DAN.A-139/2020.

Declaro, outrossim, conhecer e comprometer-me a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber o Código de Ética das empresas Eletrobras, que se encontra disponível no endereço eletrônico da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR.

Informamos abaixo os dados bancários para fins de faturamento:

Banco Bradesco S.A
Agencia: 2372-8
Conta corrente: 031459-5

Contato Comercial: Heloisa Figueira – Telefone (21) 99978-4437 / 21 99215-6800

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,

São Paulo, 23 de julho de 2020.

Ntt Brasil Comercio e Serviços de Tecnologia Ltda.
CNPJ 05.437.734/0004-07

DocuSigned by:
Alexandre Otoshi
Alexandre Otoshi
VP, Sales
RG: 25.574.813-9
CPF: 280.588.358-62

DocuSigned by:
Sediney Mari da Silva Junior
Sediney Mari Da Silva Junior
Sr Services Manager
RG: 44 .743.349-0 -SSP/SP
CPF: 378.538.818-78

NTT - Matriz
Av. Chucri Zaidan, 1240, cjs 1101 e 1103 – 11º Andar, Edifício Morumbi Diamond Tower
CEP: 04711-130 – Santo Amaro – São Paulo/SP – Brasil – F: +55 11 3878-6500.

www.hello.global.ntt

DocuSign Envelope ID: B9E86928-23D1-4359-BC5F-4E20A7D438DA

NTT

PROPOSTA COMERCIAL

À
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2020
DATA: 21/10/2020
A/C Sr. Pregoeiro

OBJETO: contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação de empresa especializada em prestação de serviço de videoconferência em nuvem, pelo prazo de 12 meses.

Prezados senhores,

A **NTT BRASIL COMERCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA.**, inscrita no CNPJ nº. 05.437.734/0004-07, com sede na Alameda Tocantins, nº 350, salas 201,203 e 204, 2º andar, Alphaville Centro Industrial, Barueri/SP, por seus representantes legais que abaixo subscrevem, tendo examinado as condições do Edital e dos Anexos que o integram, em epígrafe, vem apresentar Proposta Comercial, nos seguintes termos:

1. Para atender o objeto do Edital, propõe-se o Valor Total de R$ 299.990,98 (duzentos e noventa e nove mil novecentos e noventa reais e noventa e oito centavos), para o fornecimento de serviço de videoconferência Webex Collaboration Flex Plan, conforme especificações detalhadas na proposta técnica e datasheet em anexo.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREÇO ANUAL POR USUÁRIO (SE APLICÁVEL) (R$)	PREÇO ANUAL TOTAL (R$)
1	SERVIÇO DE VIDEOCONFERÊNCIA	N/A	R$ 299.990,98
	Preço Total do serviço de videoconferência por extenso: (duzentos e noventa e nove mil novecentos e noventa reais e noventa e oito centavos)		
	INTEGRAÇÃO SIP/H.323	N/A	Valor incluso no serviço de videoconferência
	Preço Total da integração por extenso: Valor incluso no serviço de videoconferência		
	SERVIÇO DE WEBINAR	N/A	Valor incluso no serviço de videoconferência
	Preço Total do serviço de webinar por extenso: Valor incluso no serviço de videoconferência		
	SERVIÇO DE GRAVAÇÃO EM NUVEM	N/A	Valor incluso no serviço de videoconferência
	Preço Total do serviço de gravação em nuvem por extenso: Valor incluso no serviço de videoconferência		
	PREÇO TOTAL DA PROPOSTA (ANUAL)	N/A	R$ 299.990,98
	PREÇO TOTAL DA PROPOSTA POR EXTENSO: (duzentos e noventa e nove mil novecentos e noventa reais e noventa e oito centavos)		

2. No valor total proposto estão englobados todos os custos e despesas previstos no Edital, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

3. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura do pregão

4. O prazo para entrega das licenças é em até 5 dias úteis após assinatura do contrato de acordo com o item 6.1.4 do edital.

DS DS 1

DocuSign Envelope ID: B9E86928-23D1-4359-BC5F-4E20A7D438DA

NTT

5. De acordo com a Clausula Quinta da minuta do contrato, o prazo de pagamento será em 30 dias após o faturamento.

6. Deve ser considerado para fins de faturamento/pagamento os dados abaixo:

FILIAL BARUERI

Alameda Tocantins, nº 350, salas 201,203 e 204, 2º andar, Alphaville Centro Industrial, Barueri/SP - CEP 06455-020;

CNPJ: 05.437.734/0004-07

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 206.530.918.110

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 5.89342-9

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO: Bradesco S/A.

Agência: 2372-8

Conta Corrente: 0314459-5

Praça de Pagamento: São Paulo

7. Qualquer questão referente a este documento, seu conteúdo, estrutura ou escopo, entre em contato com:

Paulo Valladares - Client Manager

Fone: +55 21 99830-6747

E-mail: paulo.valladares@global.ntt

São Paulo, 20 de outubro de 2020

NTT BRASIL Comercio e Serviços de Tecnologia LTDA.

CNPJ 05.437.734/0004-07

DocuSigned by:
Perivaldo José Carneiro Lopes Filho
716B9546AADC4C2...

Perivaldo José C.L.Filho
Client Director
RG 8908002000233 SSPDS-CE
CPF 721.125.143-34

DocuSigned by:
Alexandre Otoshi
837270609447469...

Alexandre Otoshi
VP, Sales
RG 25.574.813-9
CPF 280.588.358-62

2

Propostas Comerciais Contratações Públicas Similares – Solução 02

Ministério Público do Maranhão – MPMA - Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão - PE nº 10/2017

Pleimec

Ao
Estado do Maranhão
Ministério Público
Procuradoria-Geral de Justiça
Av. Professor Carlos Cunha, nº 3261 – Calhau
CEP: 65076-820
São Luís/MA
Comissão Permanente de Licitação

Referência: Pregão Eletrônico nº 010/2016 - Registro de Preços.

Data: 23/02/2017 - 11:00h.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a constituição de registro de preços para a contratação eventual e futura de empresa especializada no fornecimento de soluções contendo equipamentos e serviços de videoconferência, conforme especificações, detalhamentos e quantitativos fixados no Anexo I - Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

PROPOSTA DE PREÇOS

I - Dados da Proponente:

Razão Social:	PLEIMEC SOLUTION – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS LTDA						
CNPJ:	09.456.941/0001-09						
Endereço:	Rua Marcos Macedo, 1333, salas 1903 a 1911, Aldeota, Fortaleza /CE						
CEP:	60.150-190	**Fone/Fax:**	(85) 3459.8000		**E-mail:**	comercial@pleimec.com.br	
Rep. Legal:	José Dario Soares Frota Neto			**RG:**	09251 - CRA-CE	**CPF:**	614.784.073-87
Dados Bancários:	Bradesco S.A	**Nº**	237	**Agencia:**	0607-6	**C/C:**	2700-6

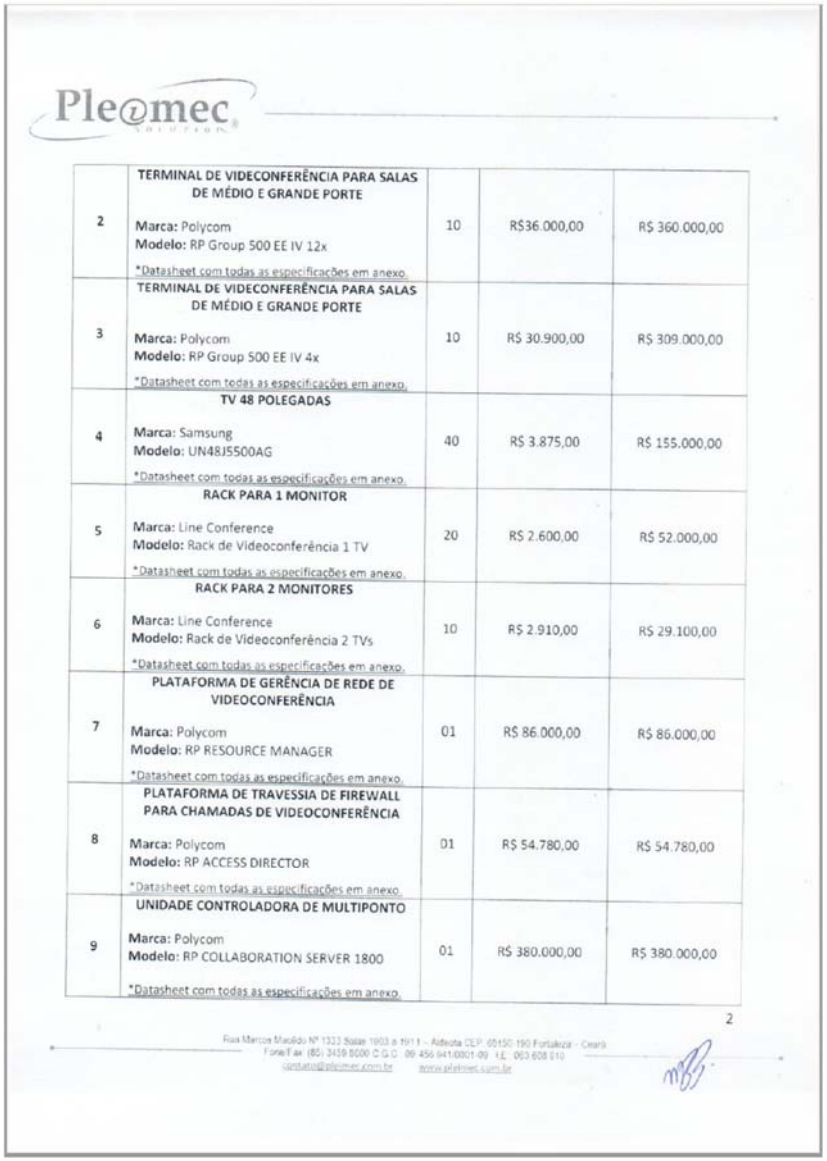
II- Tabela de Preços:

LOTE 1

EQUIPAMENTOS

Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário R$	Valor Total R$
1	TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA PARA SALAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE **Marca:** Polycom **Modelo:** RP Group 310 EE IV 4x *Datasheet com todas as especificações em anexo.	40	R$ 23.200,00	R$ 928.000,00

1



Pleamec

2	**TERMINAL DE VIDECONFERÊNCIA PARA SALAS DE MÉDIO E GRANDE PORTE** **Marca:** Polycom **Modelo:** RP Group 500 EE IV 12x *Datasheet com todas as especificações em anexo.	10	R$36.000,00	R$ 360.000,00
3	**TERMINAL DE VIDECONFERÊNCIA PARA SALAS DE MÉDIO E GRANDE PORTE** **Marca:** Polycom **Modelo:** RP Group 500 EE IV 4x *Datasheet com todas as especificações em anexo.	10	R$ 30.900,00	R$ 309.000,00
4	**TV 48 POLEGADAS** **Marca:** Samsung **Modelo:** UN48J5500AG *Datasheet com todas as especificações em anexo.	40	R$ 3.875,00	R$ 155.000,00
5	**RACK PARA 1 MONITOR** **Marca:** Line Conference **Modelo:** Rack de Videoconferência 1 TV *Datasheet com todas as especificações em anexo.	20	R$ 2.600,00	R$ 52.000,00
6	**RACK PARA 2 MONITORES** **Marca:** Line Conference **Modelo:** Rack de Videoconferência 2 TVs *Datasheet com todas as especificações em anexo.	10	R$ 2.910,00	R$ 29.100,00
7	**PLATAFORMA DE GERÊNCIA DE REDE DE VIDEOCONFERÊNCIA** **Marca:** Polycom **Modelo:** RP RESOURCE MANAGER *Datasheet com todas as especificações em anexo.	01	R$ 86.000,00	R$ 86.000,00
8	**PLATAFORMA DE TRAVESSIA DE FIREWALL PARA CHAMADAS DE VIDEOCONFERÊNCIA** **Marca:** Polycom **Modelo:** RP ACCESS DIRECTOR *Datasheet com todas as especificações em anexo.	01	R$ 54.780,00	R$ 54.780,00
9	**UNIDADE CONTROLADORA DE MULTIPONTO** **Marca:** Polycom **Modelo:** RP COLLABORATION SERVER 1800 *Datasheet com todas as especificações em anexo.	01	R$ 380.000,00	R$ 380.000,00

2

Rua Marcos Macêdo Nº 1333 Salas 1903 a 1911 – Aldeota CEP: 60150-190 Fortaleza - Ceará
Fone/Fax: (85) 3459 5000 C.G.C.: 09.456.941/0001-09 I.E.: 063.608.610
contato@pleamec.com.br www.pleamec.com.br

Ple@mec

10	**PLATAFORMA DE CONTROLE DE CHAMADAS DE VIDEOCONFERÊNCIA** **Marca:** Polycom **Modelo:** RP DMA 7000 *Datasheet com todas as especificações em anexo.	01	R$100.800,00	R$ 100.800,00
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS R$			**R$ 721.065,00**	**R$ 2.454.680,00**
SERVIÇOS				
Item	**Descrição**	**Qtde.**	**Valor Unitário R$**	**Valor total R$**
11	INSTALAÇÃO GERENCIADORA	01	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00
12	TREINAMENTO GERENCIADORA	01	R$1.500,00	R$ 1.500,00
13	INSTALACAO DE CODEC DE VIDEOCONFERENCIA	40	R$ 710,00	R$ 28.400,00
14	TREINAMENTO CODEC DE VIDEOCONFERENCIA	01	R$ 500,00	R$ 500,00
15	INSTALAÇÃO GATEKEEPER	01	R$ 2.620,00	R$ 2.620,00
16	TREINAMENTO GATEKEEPER	01	R$ 1.300,00	R$ 1.300,00
17	INSTALAÇÃO COLLABORATION SERVER	01	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00
18	TREINAMENTO COLLABORATION SERVER	01	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00
19	INSTALAÇÃO ACCESS DIRECTOR	01	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00
20	TREINAMENTO ACCESS DIRECTOR	01	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS			**R$ 17.630,00**	**R$ 45.320,00**
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS R$				**R$ 2.500.000,00**
(Dois Milhões e Quinhentos Mil Reais)				

III – Condições Gerais:

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital;

Prazo de entrega dos equipamentos: no máximo 75 (setenta e cinco) dias, a contar do recebimento da Nota de Empenho por parte da Contratada;

Garantia dos equipamentos: 36 (trinta e seis) meses, com atendimento técnico nas dependências do Prédio Sede da PGJMA (on-site), a contar da data do recebimento definitivo d objeto;

Nos valores desta proposta estão contempladas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos, com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e obrigações trabalhistas de todo o pessoal, fiscais e comerciais, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, alugueis, administração, impostos, taxas, fretes, assim como despesas com transportes, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento das nossas obrigações;

3

Rua Marcos Macêdo Nº 1333 Salas 1903 a 1911 – Aldeota CEP: 60150-160 Fortaleza - Ceará
Fone/Fax: (85) 3459 8000 C.G.C. 09 456 941/0001-09 I.E. 003.008.910
contato@pleomec.com.br www.pleomec.com.br

Justiça Federal de Primeiro Grau em Pernambuco – JF-PE – PE nº 41/2016

innex TELECOM

Ao
Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau em Pernambuco
Av. Recife, 6.250, Areias, Recife-PE
CEP: 50865-030
Fone: (81) 3213.6242
licitacao@jfpe.jus.br

Ref.: Processo Administrativo nº 516/2016 – Processo Licitatório nº 46/2016 – Pregão Eletrônico nº 41/2016 – JFPE.

Objeto: A licitação tem por objeto o Registro de Preços de equipamentos de videoconferência, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão Eletrônico n.º 41/2016-JFPE. UASG: 090009 - JUSTIÇA FEDERAL DE PERNAMBUCO.

PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social: INNEX TELECOM – SOLUÇÕES EM NETWORK LTDA EPP
CNPJ: 12.023.086/0001-57
Endereço: Av. Expedicionários, 4995, sala 02, Vila União, Fortaleza/CE, CEP: 60.410-545
Fone/fax: 85 – 2181.6290
E-mail: contato@innextelecom.com.br
Representante Legal: PATRICK ROMERO FROTA QUINDERÉ
Profissão: Empresário
RG: 2001002342056
CPF: 005.224.803-81
Celular: 85-99981.8000
E-mail: comercial@innextelecom.com.br
Banco: Bradesco S.A **Agência:** 0607-6 **C/C:** 5600-6

LOTE 1

Item	Equipamento	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA PARA SALAS DE CONFERÊNCIA DE PORTE MÉDIO **Fabricante:** POLYCOM **Modelo:** REAL PRESENCE GROUP 310 4X + GROUP SERIES MICROSOFT INTEROP. LICENSE + REAL PRESENCE TOUCH *Datasheet com todas as especificações detalhadas em anexo.	15	R$ 33.000,00	R$ 495.000,00
02	UNIDADE CONTROLADORA DE MULTIPONTO **Fabricante:** POLYCOM **Modelo:** RMX 1500 + REALCONNECT *Datasheet com todas as especificações detalhadas em anexo.	03	R$ 364.500,00	R$ 1.093.500,00

Av. Expedicionários, 4995/Sala 02 – Vila União CEP: 60.410-545 – Fortaleza-CE
☎ (85) 2181-6240 – E-mail: contato@innextelecom.com.br
CNPJ: 12.023.086/0001-57 I.E: 06.401.406-3 I.M: 2517817

innex TELECOM

03	PLATAFORMA DE CONTROLE DE CHAMADAS DE VIDEOCONFERÊNCIA **Fabricante:** POLYCOM **Modelo:** DMA *Datasheet com todas as especificações detalhadas em anexo.	01	R$ 99.000,00	R$ 99.000,00
04	PLATAFORMA DE GERENCIAMENTO DE REDE DE VIDEOCONFERÊNCIA **Fabricante:** POLYCOM **Modelo:** RESOURCE MANAGER *Datasheet com todas as especificações detalhadas em anexo.	01	R$ 84.900,00	R$ 84.900,00
05	PLATAFORMA DE TRAVESSIA DE FIREWALL PARA CHAMADAS DE VIDEOCONFERÊNCIA **Fabricante:** POLYCOM **Modelo:** ACCESS DIRECTOR *Datasheet com todas as especificações detalhadas em anexo.	03	R$ 85.000,00	R$ 255.000,00
06	PLATAFORMA DE GRAVAÇÃO DIGITAL DE CHAMADAS DE VIDEOCONFERÊNCIA **Fabricante:** POLYCOM **Modelo:** MEDIA SUITE *Datasheet com todas as especificações detalhadas em anexo.	03	R$ 170.000,00	R$ 510.000,00
07	SISTEMA DE SOM PARA VIDEOCONFERÊNCIA DE SALA DE PORTE MÉDIO E GRANDE **Fabricante:** ONEAL/BEHRINGER/BSA/TSI/TSI **Modelo:** 1000 PRO + XENYX 1222USB + BLW6 + MS-115-CLI-UHF + 8299-UHF *Datasheet com todas as especificações detalhadas em anexo.	02	R$ 13.000,00	R$ 26.000,00
08	INSTALAÇÃO E TREINAMENTO PARA TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA	03	R$ 3.300,00	R$ 9.900,00
09	INSTALAÇÃO E TREINAMENTO PARA INFRAESTRUTURA DE VIDEOCONFERÊNCIA	03	R$ 8.900,00	R$ 26.700,00
Valor Total				R$ 2.600.000,00
Dois Milhões e Seiscentos Mil Reais				

CONSIDERAÇÕES GERAIS:

O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias;

Todos os equipamentos com seus respectivos softwares, acompanham garantia integral de 36 (trinta e seis) meses;

Av. Expedicionários, 4495/Sala 02 - Vila União CEP. 60.410-545 - Fortaleza-CE
(85) 2181.6290 - E-mail: contato@innextelecom.com.br
CNPJ: 12.023.086/0001-57 I.E. 06.401.406-3 I.M. 2517817

Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP – PE nº 018/2016

STP 176/2016

Ao
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP
Comissão Permanente de Licitação - SAF Sul (Setor de Administração Federal Sul),
Quadra 2, Lote 3, sala T-008
CEP: 70070-600 - Brasília/DF

Ref.: Pregão Eletrônico nº18/2016 - Processo nº 0.00.002.000309/2015-74

Objeto: contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução de videoconferência corporativa compreendendo os equipamentos necessários, serviço de instalação, e garantia on-site por 12 (doze) meses.

Recebimento / Abertura: 15/08/2016 às 10h00.

Razão Social da Licitante: Seal Telecom Comércio e Serviços de Telecomunicações Ltda.
Filial MS CNPJ nº 58.619.404/0008-14 – Insc. Est. nº 28.402.825-8
Endereço: Av. Eng. Marcelo Miranda Soares, 1425 Vila Santo Antonio PARANAIBA/MS – CEP: 79500-000
E-mail: sueli@sealtelecom.com.br
Fone (11) 3877-4074 – Fax (11) 3877-4011

Prezados Senhores,

SEAL TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 58.619.404/0008-14, vem através desta, apresentar nossa, **PROPOSTA COMERCIAL,** acordo com as condições estabelecidas no edital;

No aguardo de suas prezadas ordens, subscrevemo-nos gratos.

Atenciosamente,

58.619.404/0008-14
SEAL TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
Av. Engenheiro Marcelo Miranda Soares, 1425
Vila Santo Antônio - CEP 79.500-000
PARANAIBA - MS

Paranaíba / MS, 15 de agosto de 2016

Sueli Cristina Letizio
RG.: 23.244.252-6 – SSP/SP – CPF.: 127.630.158-83
Depto de Licitações
Seal Telecom Comércio e Serviços de Telecomunicações Ltda.
Av. Fco Matarazzo, 1500, 18º Andar, Conj. 182, Edif. Los Angeles, Barra Funda - São Paulo/ SP - CEP: 05001-100
CNPJ nº 58.619.404/0001-48 – Insc. Est. nº 148.954.770.113
Fone (11) 3877-4074 – Fax (11) 3877-4011
E-mail: sueli@sealtelecom.com.br

Seal Telecom Comércio e Serviços de Telecomunicações Ltda.
Matriz - Av. Francisco Matarazzo, 1500, 18º And., Conj. 182, Edif. Los Angeles, Barra Funda - São Paulo/ SP - CEP: 05001-100
Filial – MS - Av Eng. Marcelo Miranda Soares, 1425 Vila Santo Antonio Paranaíba/MS – CEP: 79500-000
www.sealtelecom.com.br – Telefone da Matriz: 11.3877.4000 - Fax: 11.3877.4011

Dados do Representante Legal, responsável pela assinatura do Contrato
Nome: Sueli Cristina Letizio
Função: Analista de Licitações Senior
CPF: 127.630.158-83
Telefone/Fax: 11 3877-4074 / 11 3877-4011
Endereço Eletrônico (e-mail): sueli@sealtelecom.com.br

Item	Descrição	Descrição detalhada.	Qtd.	Marca/ Modelo	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Terminal de videoconferência – com instalação e garantia on-site por 12 meses.	2.1 **Terminal de videoconferência** 2.1.1. O terminal de videoconferência deve ser baseado em hardware otimizado e específico para as suas funcionalidades. Não serão aceitas soluções de software ou sistemas de videoconferência baseados em PCs; 2.1.2. Atender às especificações de comunicação previstas no padrão ITU-T H.323 e ao padrão SIP ("Session Initiation Protocol"), definido na RFC 3261 do IETF, ambos para redes baseadas no protocolo IP ("Internet Protocol") conectado por meio de interface Ethernet padrão RJ-45, 10/100 Mbps ou superior, *full duplex*, permitindo, no mínimo, velocidades de comunicação de 64 Kbps a 2 Mbps em chamadas ponto-a-ponto; 2.1.3. Permitir a operação em 30(trinta) quadros por segundo, no mínimo, independentemente do protocolo de vídeo utilizado;	01	HUAWEI TE40-1080P30-P-02 + VC9SOENFC01 + VC9SMINMCU01 + 02358350-88134UGJ-1 + 88031FTU-88134UGJ-1	34.295,00	34.295,00

Seal Telecom Comércio e Serviços de Telecomunicações Ltda.
Matriz - Av. Francisco Matarazzo, 1500, 18º And., Conj. 182, Edif. Los Angeles, Barra Funda - São Paulo/ SP - CEP: 05001-100
Filial – MS - Av Eng. Marcelo Miranda Soares, 1425 Vila Santo Antonio Paranaíba/MS – CEP: 79500-000
www.sealtelecom.com.br – Telefone da Matriz: 11.3877.4000 - Fax: 11.3877.4011

		2.1.37. Garantia e atualizações de versão, para correção de erros e implementação de novas funcionalidades, por 12(doze) meses; 2.1.38. Características elétricas: 100-240V/50-60Hz.				
	Solução de gravação e streaming de videoconferência – com instalação e garantia on-site por 12 meses.	2.2.1. A solução de gravação e *streaming* de videoconferência deve ser baseada em hardware otimizado e específico para as suas funcionalidades. Não serão aceitas soluções de *software* ou baseadas em Pcs; 2.2.2. Deve ser capaz de gravar conferências pela rede IP, conforme as especificações a seguir; 2.2.3. Deve ser fornecido equipamento necessário à gravação através da rede IP totalmente compatível com o terminal especificado no item 2.1; 2.2.4. Suportar gravação por ponto único, ponto a ponto, e gravação multiponto; 2.2.5. Deve oferecer suporte à gravação simultânea de vídeo e conteúdo; 2.2.6. Suportar os protocolos H.323, H.239 e SIP; 2.2.7. Suportar, no mínimo, os padrões de áudio G.722, G.711, com um padrão de áudio de alta fidelidade a, no mínimo, 20kHz; 2.2.8. Suportar, no mínimo, os protocolos de vídeo H.263 e H.264; 2.2.9. Suportar, no mínimo, as resoluções de vídeo 4CIF, VGA, SVGA, XGA e HD720p; 2.2.10. Possibilitar a reprodução sob demanda do conteúdo de vídeo gravado para clientes H.323; 2.2.11. Possuir capacidade de transcodificar o vídeo gravado e exportar	01	HUAWEI RSE6500-M-4-AC + 02310VRR-88134UGJ-1 + SUPORTE TÉCNICO SEAL TELECOM + INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO SEAL TELECOM	60.000,00	60.000,00

Seal Telecom Comércio e Serviços de Telecomunicações Ltda.
Matriz - Av. Francisco Matarazzo, 1500, 18º And., Conj. 182, Edif. Los Angeles, Barra Funda - São Paulo/ SP - CEP: 05001-100
Filial – MS - Av Eng. Marcelo Miranda Soares, 1425 Vila Santo Antonio Paranaíba/MS – CEP: 79500-000
www.sealtelecom.com.br – Telefone da Matriz: 11.3877.4000 - Fax: 11.3877.4011

		implementadas na solução sem a necessidade de hardware ou licenciamento adicional; 2.2.19. Garantia e atualizações de versão, para correção de erros e implementação de novas funcionalidades, por 12(doze) meses. 2.2.20. Características elétricas: 100-240V/50-60Hz.				

Valor Total: R$ 94.295,00 (noventa e quatro mil, duzentos e noventa e cinco Reais)

PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

Declaramos que nos preços acima propostos estão inclusas todas as despesas e custos diretos e indiretos, como impostos, taxas, fretes, garantia e serviços de instalação.

Paranaíba / MS, 15 de agosto de 2016

58.619.404/0008-14
SEAL TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
Av. Engenheiro Marcelo Miranda Soares, 1425
Vila Santo Antônio - CEP 79.500-000
PARANAÍBA - MS

Sueli Cristina Letizio
RG.: 23.244.252-6 – SSP/SP – CPF.: 127.630.158-83
Depto de Licitações
Seal Telecom Comércio e Serviços de Telecomunicações Ltda.
Av. Fco Matarazzo, 1500, 18º Andar, Conj. 182, Edif. Los Angeles, Barra Funda - São Paulo/ SP - CEP: 05001-100
CNPJ nº 58.619.404/0001-48 – Insc. Est. nº 148.954.770.113
Fone (11) 3877-4074 – Fax (11) 3877-4011
E-mail: sueli@sealtelecom.com.br

Seal Telecom Comércio e Serviços de Telecomunicações Ltda.
Matriz - Av. Francisco Matarazzo, 1500, 18º And., Conj. 182, Edif. Los Angeles, Barra Funda - São Paulo/ SP - CEP: 05001-100
Filial – MS - Av Eng. Marcelo Miranda Soares, 1425 Vila Santo Antonio Paranaíba/MS – CEP: 79500-000
www.sealtelecom.com.br – Telefone da Matriz: 11.3877.4003 - Fax: 11.3877.4011

Ple@mec SOLUTION

Ao
Poder Judiciário
Superior Tribunal Militar

Referência: Pregão Eletrônico nº 11/2018 para Registro de Preços

Data: 13/07/2018 – 14:00h

Objeto: Contratação de sociedade empresária para a prestação de serviços de manutenção, suporte e expansão da rede de videoconferência da JMU, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme especificações do Projeto Básico – Apenso ao Termo Referência.

PROPOSTA DE PREÇOS

I - Dados da Proponente:

Razão Social:	**PLEIMEC SOLUTION – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS LTDA**						
CNPJ:	09.456.941/0001-09						
Endereço:	Rua Marcos Macedo, 1333, salas 1903 a 1909, Aldeota, Fortaleza /CE						
CEP:	60.150-190	**Tel./Fax:**	85 3459.8000		**E-mail:**	comercial@pleimec.com.br	
Rep. Legal	José Dario Soares Frota Neto			**RG:**	99010234976 - SSP-CE	**CPF:**	614.784.073-87
Dados Bancários:	Bradesco S.A	**Nº**	237	**Agencia:**	0607-6	**C/C:**	2700-6
Preposto no Distrito Federal	Claudio Henrique Castelo Branco e Silva, residente e domiciliado na SQN, 303, Bloco-H, apto-104, Asa Norte, Brasília-DF – CEP: 70735-080. Tel.: (61) 3522.3536 Cel.: (61) 98407.7673						

II- Tabela de Preços:

GRUPO ÚNICO					
Renovação					
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Qtde.**	**Preço Unitário R$**	**Preço Total R$**
01	**Renovação de Garantia para Terminais de Videoconferência Polycom Group 500** **SNs:** 82142041DA47CV; 82142441E78DCV; 82142441E67ECV; 82142141DEADCV; 82142041DB9FCV; 82142341E43BCV; 82142041DBBDCV; 82142441E4F8CV; 82142041DA1BCV; 82142141DE0ECV;	**Un**	**31**	**R$ 7.875,0000**	**R$ 244.125,00**

1

Rua Marcos Macêdo Nº 1333 Salas 1903 a 1911 – Aldeota CEP: 60150-190 Fortaleza – Ceará
Fone/Fax: (85) 3459.8000 C.G.C. 09.456.941/0001-09 I.E. 063.608.910
contato@pleimec.com.br www.pleimec.com.br

Pleimec SOLUTION

	82142341E427CV; 82142441E65DCV; 82142041DABECV; 82142041DB0FCV; 821531442EC6CV; 821531442F02CV; 821531442F5FCV; 821531442DA2CV; 821531442FA6CV; 821531442E9ECV; 821531442F87CV; 821531442E31CV; 821531442F03CV; 821531442FC0CV; 821531442E5BCV; 821531442E26CV; 821531442FDCCV; 821531442EEBCV; 821530442BDCCV; 821531442E7DCV; 82142341E460CV.				
02	**Renovação de Garantia para plataforma de Gerência Polycom Resource Manager** **SN:** FVH0FZ1	**Un**	**1**	**R$ 12.984,58**	**R$ 12.984,58**
03	**Renovação de Garantia para Plataforma de Controle de Chamadas Polycom DMA 7000** **SN:** 6LR5CZ1	**Un**	**1**	**R$ 15.909,71**	**R$ 15.909,71**
04	**Renovação de Garantia para plataforma de Firewall Transversal Polycom Access Director** **SN:** DFZNW12	**Un**	**1**	**R$ 35.145,75**	**R$ 35.145,75**
05	**Renovação de Garantia para Unidade de Controle de Multiponto Polycom RMX 1500** **SN:** CR5131224019	**Un**	**1**	**R$ 32.567,23**	**R$ 32.567,23**
06	**Serviço de manutenção e suporte para rede de videoconferência**	**Mês**	**12**	**R$ 13.125,00**	**R$ 157.500,00**
	Expansão				
07	**Fornecimento e instalação de Plataforma de Travessia de Firewall** **Marca:** Polycom **Modelo:** Access Director + Lenovo Thinksystem SR Series *Datasheet com todas as especificações em anexo.	**un**	**1**	**R$ 102.400,00**	**R$ 102.400,00**
08	**Fornecimento e instalação de Terminal de Videoconferência para Salas de Pequeno e Médio Porte.**	**un**	**15**	**R$ 15.960,00**	**R$ 239.400,00**

2

Rua Marcos Macêdo Nº 1333 Salas 1903 a 1911 – Aldeota CEP: 60150-190 Fortaleza – Ceará
Fone/Fax: (85) 3459 8000 C.G.C. 09.456.941/0001-09 I.E. 063.608.910
contato@pleimec.com.br www.pleimec.com.br

Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça
Departamento de Tecnologia da Informação

Projeto Básico

Contratação de Serviços de Videoconferência em Nuvem - PaaS — Platform as a Service

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Departamento de Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

1. DO OBJETO 4
1.1. Definição do objeto (Art. 18, § 3º, I) 4
1.2. Descrição detalhada do objeto 4
2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 3º, II) 4
2.1. Motivação (Art. 18, § 3º, II, a) 4
2.2. Alinhamento Estratégico (Art. 18, § 3º, II, d) 6
2.3. Objetivos (Art. 18, § 3º, II, b) 7
2.4. Referência aos Estudos Preliminares (Art. 18, § 3º, II, e) 7
2.5. Análise de Mercado de TIC (Art. 18, § 3º, II, g) 8
2.6. Benefícios (Art. 18, § 3º, II, c); 10
2.7. Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada (Art. 18, § 3º, II, f) 12
2.8. Impacto ambiental (Art. 18, § 3º, II, k) 12
2.9. Conformidade Técnica e Legal (Art. 18, § 3º, II, l) 13
3. DA CONTRATAÇÂO 13
3.1. Da Pretensão da Contratação 13
3.2. Da Natureza do Objeto da Contratação (Art. 18, § 3º, II, h) 14
3.3. Do Parcelamento (Art. 18, § 3º, II, i) 16
3.4. Modalidade e Tipo de Contratação (Art. 18, § 3º, II, j) 16
3.5. Critérios de Habilitação (Art. 18, § 3º, II, j) 19
3.6. Critério técnico de aceitação das propostas 21
4. DA EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO (Art. 18, § 3º, III) 21
4.1. Papéis desempenhados na contratação (Art. 18, § 3º, III, a, 1) 21
4.2. Formas de comunicação/acompanhamento da execução do contrato (Art. 18, § 3º, III, a, 5) 22
4.3. Dinâmica da Execução do contrato (Art. 18, § 3º, III, a, 2) 22
4.4. Instrumentos formais de solicitação do objeto (Art. 18, § 3º, III, a, 3) 25

Termo de Referência / Projeto Básico (1019917) SEI 10114/2020 / pg. 127

4.5. Níveis de Serviços Exigidos (NSE) (Art. 18, § 3º, III, a, 4)..... 25

4.6. Qualificação Técnica dos Profissionais (Art. 18, § 3º, III, a, 10) 27

4.7. Forma de recebimento provisório/definitivo e qualidade (Art. 18, § 3º, III, a, 6) 28

4.8. Forma de Pagamento (Art. 18, § 3º, III, a, 7) 28

4.9. Transferência de Conhecimento (Art. 18, § 3º, III, a, 8) 29

4.10. Direitos de Propriedade Intelectual (Art. 18, § 3º, III, a, 9) 29

4.11. Obrigações do Contratante (Art. 18, § 3º, II, m) 29

4.12. Obrigações da Contratada (Art. 18, § 3º, II, m)..... 30

4.13. Sanções Administrativas (Art. 18, § 3º, III, a, 11)..... 34

5. REQUISITOS TÉCNICOS (Art. 18, § 3º, IV)..... 38

5.1. A solução provida deverá permitir a realização, de maneira virtual, as sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ, com os seguintes requisitos: 38

5.2. A solução provida deverá possuir uma ferramenta administrativa, que atenda aos seguintes requisitos: 41

5.3. A solução provida deverá possuir recursos tecnológicos que atendam a demanda levantada a partir da plataforma e permitir integração a outros produtos ligados as interações virtuais: 42

5.4. Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil (Art. 14, II, e) 42

ANEXO A - Modelo de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo 44

ANEXO B - Modelo de Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços do Conselho Nacional de Justiça.... 50

1. DO OBJETO

1.1. Definição do objeto (Art. 18, § 3º, I)

1.1.1. Contratação de Serviço Licenciamento (subscrição de *software*) de solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — *Platform as a Service*, num total de 05 (cinco) licenças, com vistas a realização de forma virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ, para até 1.000 (um mil) integrantes/participantes, por licença subscrição.

1.2. Descrição detalhada do objeto

1.2.1. O Item que irá compor o objeto desta contratação e deverá atender as especificações definidas no item 5, Requisitos Técnicos, deste Projeto Básico de acordo com os quantitativos listados na **Tabela 1** abaixo:

Item	Produto	Unidade	Quantidade
1	Direito de uso (subscrição) de *softwares*, para Solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — *Platform as a Service*, com vistas a realização de forma virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ, para até 1.000 (um mil) integrantes/participantes, por licença subscrição	Licença	05 (cinco)

Tabela 1 - *Objeto detalhado*

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 3º, II)

2.1. Motivação (Art. 18, § 3º, II, a)

2.1.1. Com base nas diretrizes definidas no Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aprovado pela Resolução Nº

Termo de Referência / Projeto Básico (1019917) SEI 10114/2020 / pg. 129

325/2020[1], vários investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) estão sendo realizados para modernizar sua infraestrutura de TIC com a finalidade de alcançar os objetivos estratégicos estabelecidos, tais como, consolidar o uso de ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ como instrumento viabilizador de execução de forma a manter padrões de atendimento às demandas;

2.1.2. Devido ao período em que estamos submetidos ao isolamento social como medida preventiva para contar a propagação do vírus SARS-CoV-2, e conseguinte regime de trabalho remoto, com a proximidade do fim da vigência do Termo de Cooperação Técnica nº 007/2020[2] (TCOT - 007/2020), firmado entre o CNJ e a CISCO, que finalizará em 02 de janeiro de 2020, que dispõe sobre a conjugação de esforços do CNJ e da CISCO com o propósito de fornecer aos magistrados brasileiros uma solução de videoconferência para a prática de atos processuais. Diante de todo este cenário se faz necessário manter as atividades prática das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ de forma virtual por meio de plataforma de videoconferência.

2.1.3. Diante das demandas institucionais de sessões, audiências e eventos internos e externos em geral, coube a esta DTI prover as condições de infraestrutura e sustentação da plataforma de videoconferência com o objetivo de manter padrões de atendimento às demandas ao longo do ciclo pandêmico e diante de incerta data para o fim efetivo

[1] Disponível em < https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3365>. Acesso em 28 de dezembro de 2020.
[2] Disponível em <https://www.cnj.jus.br/transparencia-cnj/acordos-termos-e-convenios/termo-de-cooperacao-tecnica-n-007-2020/>. Acessado em 23 de novembro de 2020.

de cenário, proporcionar as futuras bases para o retorno a um novo modelo de trabalho provavelmente híbrido (presencial e remoto), principalmente em função do fim da vigência do TCOT nº 007/2020 firmado entre o CNJ e a CISCO, esta DTI se vê compelida a proporcionar a esta Conselho a o fornecimento deste recurso de comunicação por meio desta contratação aqui pretendida.

2.2. Alinhamento Estratégico (Art. 18, § 3º, II, d)

2.2.1. A solução está alinhada ao Planejamento Estratégico 2021/2026, instituído por meio da Portaria nº 104/2020[3], objetivos X, XI, XV do art. 3º:

- • **Objetivo X**: promover o aperfeiçoamento da Governança e da Gestão;
- • **Objetivo XV**: estimula a integração, a interoperabilidade e o desenvolvimento colaborativo dos Sistemas de Informação;
- • **Objetivo XI** – garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ;

Comentado [HGG1]: Ajustado, conforme item 06 do despacho.

2.2.2. A contratação encontra consonância com à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) instituída por meio da Resolução CNJ nº 211/2015[4], objetivos:

- **Objetivo 6**: promover a adoção de padrões tecnológicos;
- **Objetivo 7**: aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação;

2.2.3. No que tange ao Planejamento Estratégico do CNJ, Portaria CNJ nª 167/2015[5], vislumbra-se o alinhamento:

[3] Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3368> . Acesso em 15 de janeiro de 2020.
[4] Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2227>. Acessado em 23 de novembro de 2020.
[5] Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2223>. Acessado em 23 de novembro de 2020.

- **Objetivo Estratégico I** – aperfeiçoar a gestão das políticas judiciárias e demais instrumentos de governança do CNJ e do Poder Judiciário;
- **Objetivo Estratégico III** – favorecer a melhoria e a integração dos processos organizacionais do CNJ;
- **Objetivo Estratégico V** – incentivar a disseminação de conhecimento e boas práticas no âmbito do Poder Judiciário;
- **Objetivo Estratégico XI** – estimular a integração, a interoperabilidade e o desenvolvimento colaborativo dos sistemas de informação

2.3. Objetivos (Art. 18, § 3º, II, b)

2.3.1. Pretendemos, com Solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — *Platform as a Service*, em caráter definitivo, utilizando recursos tecnológicos, com vistas a realização de forma virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ.

2.3.2. Em um primeiro momento a contratação visa ainda manter o Conselho Nacional de Justiça - CNJ com os recursos tecnológicos necessários à manutenção do regime de trabalho remoto medida preventiva para contar a propagação do vírus SARS-CoV-2, e consecutivo, quando findado este período de restrição de contato social, proporcionar o uso de ferramenta para aplicação de um provável modelo de trabalho híbrido (presencial e remoto).

2.4. Referência aos Estudos Preliminares (Art. 18, § 3º, II, e)

2.4.1. Este Projeto Básico foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) encaminhado pelo Departamento

Termo de Referência / Projeto Básico (1019917) SEI 10114/2020 / pg. 132

de Tecnologia da Informação (DTI) e os Estudos Preliminares constantes do Processo SEI n° 10.114/2020.

2.5. Análise de Mercado de TIC (Art. 18, § 3º, II, g)

2.5.1. Considerando as necessidades e requisitos da demanda descritos no item 1.2 dos Estudos Preliminares, visualizou-se no mercado de TIC 02 (duas) alternativas de solução:

a. **Solução 1**: Contratação de Serviço de Videoconferência em Nuvem - PaaS - *Platform as a Service*;

b. **Solução 2**: Aquisição de Equipamentos Dedicados de Videoconferência.

2.5.2. Conforme item 1.5.1 dos Estudos Preliminares, constatou-se que a **Solução 1** apresenta mais elementos que justifiquem a sua escolha como solução mais vantajosa para a administração.

2.5.3. Considerando a Contratação de Serviço de Videoconferência em Nuvem - PaaS - *Platform as a Service*, como solução mais vantajosa, foi efetuada pesquisa de preços fundamentada com objetivo de identificar contratações similares efetuadas por órgãos públicos federais ou instituições públicas. Assim, foram encontrados os seguintes editais cujos extratos estão incluídos no Anexo "Contratações Públicas Similares" dos Estudos Preliminares:

a. Justiça Federal de 1º Grau no Paraná – JP-PR - Pregão Eletrônico nº 11/2020[6];

[6] Disponível em <http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=90018&modprp=5&numprp=112020>. Acessado em 23 de novembro de 2020.

b. Superior Tribunal Militar – STM - Contratação Emergencial - Termo de Referência SEI 008482--20-00.07[7] ;

c. Superior Tribunal Militar – STM - Contratação Emergencial - Termo de Referência SEI 009565/20-00.07[8];

d. Conselho Federal dos Representantes Comerciais – CONFERE - Pregão Eletrônico nº 05/2020[9];

e. Conselho Federal de Contabilidade – CFC - Pregão Eletrônico nº 11/2020[10];

f. Eletrobrás Termonuclear S/A – Eletronuclear – Pregão Eletrônico DAN.A-139/2020[11]

g. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - Pregão Eletrônico nº 30/2020[12]

2.5.4. O **item 3.6** dos Estudos Preliminares traz o orçamento estimado total da demanda.

2.5.5. Visando compatibilizar as informações, além da análise dos custos por meio das referências de contratos da Administração Pública, ocorreu consulta ao mercado, com a solicitação de propostas comerciais estimativas aos fornecedores/fabricantes da solução a ser contratada.

[7] Disponível em <https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/ctrl_busca/detalhar/2277>. Acessado em 23 de novembro de 2020.
[8] Disponível em <https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/ctrl_busca/detalhar/2279>. Acessado em 23 de novembro de 2020.
[9] Disponível em < https://www.confere.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/09/EDITAL-TIMBRADO.pdf>. Acessado em 23 de novembro de 2020.
[10] Disponível em <http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=383500&modprp=5&numprp=112020>. Acessado em 23 de novembro de 2020.
[11] Disponível em <http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=910847&modprp=5&numprp=1392020>. Acessado em 23 de novembro de 2020.
[12] Disponível em <http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=910847&modprp=5&numprp=1392020>. Acessado em 23 de novembro de 2020.

Termo de Referência / Projeto Básico (1019917) SEI 10114/2020 / pg. 134

2.6. Benefícios (Art. 18, § 3º, II, c);

2.6.1. A solução escolhida, de acordo com o **item 1.5.1** dos Estudos Preliminares, visa manter o CNJ com os recursos tecnológicos necessários de forma a garantir a evolução e o aprimoramento das boas práticas de segurança. Com isso, os benefícios esperados deverão ser analisados à luz do art. 14, inciso IV, alínea "c" da Resolução CNJ n° 182/2013[13] e são:

a. Eficiência: A solução escolhida atende a todas as necessidades/requisitos que definem a demanda, sendo necessário um investimento menor, ao mesmo tempo que não são necessários novos treinamentos ou adequações nos processos de trabalho ou na estrutura do CNJ. Vale registrar que durante a durante a vigência do Termo de Cooperação Técnica nº 007/2020, o CNJ e a CISCO realizaram ações de promoção, divulgação, e treinamentos *on-line* para o grupo de usuários identificados pelo CNJ como "Replicadores de Conhecimento" do sistema *Cisco Webex*. Esta solução proporciona a ampliação do espectro do acesso às informações e publicidade dos atos deste Conselho, uma vez que permite que qualquer pessoa, guardadas as restrições de cunho confidencial respaldadas em normativos e ordenamento jurídico, possibilitando o com acesso, por meio da internet, a participação das práticas do CNJ, tais como sessões

[13] Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/compilado022819202007095f0680c330e50.pdf>, com compilação a partir da Resolução nº 326/2020 <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3366>. Acessado em 23 de novembro de 2020.

plenárias, audiências e eventos institucionais do Conselho participe de audiência por videoconferência;

b.

c. **Eficácia:** Mostra-se eficaz por acolher todos os requisitos listados, efetivamente atendendo às necessidades identificadas pela área demandante. Torna ainda mais efetivo o princípio da desterritorialização, pois não há necessidade de presença física em determinado local geográfico para qualquer pessoa (Presidente do Conselho, Conselheiros, Mestre de Cerimonial, Servidores, etc.) participar das atividades que serão realizadas de forma virtual pelo CNJ, guardadas as restrições de cunho confidencial respaldadas em normativos e ordenamento jurídico;

d. **Economicidade:** A solução mostra-se mais econômica por atender todos os requisitos, sem perda de qualidade, de forma mais barata do que as alternativas e preservando os investimentos realizados anteriormente pelo CNJ. Ainda há outros aspectos econômicos que podem ser considerados, redução de custos de deslocamento, afastando a necessidade de deslocamento até o local de realização das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais, evitando assim gastos relacionados a este deslocamento (sejam ele, combustível, passagens aéreas, hospedagem), otimizando o tempo e gastos com deslocamento, sem que estes tenham a necessidade de se locomover até a sede da organização;

e. **Padronização:** Não foram identificados benefícios relativos à padronização, uma vez que não se aplica à solução escolhida.

2.6.2. Por fim, consideramos que colabora para a manutenção do isolamento social necessário para evitar a propagação do Corona Vírus.

2.7. Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada (Art. 18, § 3º, II, f)

2.7.1. A Plataforma de Videoconferência em Nuvem - PaaS — *Platform as a Service* será provida de acordo com as informações da **Tabela 2** abaixo:

Item	Produto	Unidade	Quantidade
1	Direito de uso (subscrição) de *softwares*, para Solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — *Platform as a Service*, com vistas a realização de forma virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ, para até 1.000 (um mil) integrantes/participantes, por licença subscrição	Licença	05 (cinco)

Tabela 2 - *Demanda prevista e quantidade necessária.*

2.8. Impacto ambiental (Art. 18, § 3º, II, k)

2.8.1. A empresa Contratada deverá observar, sempre que possível, para a execução dos serviços as normas em vigor atinentes à sustentabilidade ambiental, bem como as boas práticas estabelecidas na Resolução CNJ nº 249/2018[14], pelo Plano de Logística Sustentável do CNJ[15] e Portaria CNJ nº 18/2020[16] que trata do Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ."

2.8.2. A partir da escolha de alternativa de solução definida no item 1.5.2, "Descrição da Solução", do artefato de "Análise de Viabilidade da

[14] Disponível em < https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2663>. Acessado em 23 de novembro de 2020.
[15] Disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/12/PLS-2020-revis%C3%A3o-nov2019.pdf>. Acessado em 23 de novembro de 2020.
[16] Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3180>. Acessado em 23 de novembro de 2020.

Termo de Referência / Projeto Básico (1019917) SEI 10114/2020 / pg. 137

Contratação", constante no item 1 deste Estudos Preliminares, não será realizada nenhuma adequação do ambiente do CNJ.

2.8.3. Como a solução almejada será contratada na modalidade *PaaS — Platform as a Service*, onde esta modalidade de serviços consiste em uma plataforma em que a solução de vídeo conferência estará hospedada via *cloud*, provendo a solução (*software* como serviço) por meio da *Internet,* não requerendo investimento deste Conselho em e implementação de *hardware* e *software*, consequentemente não incidindo investimento com infraestrutura tecnológica, infraestrutura elétrica, logística de implantação, custo com espaço físico, mobiliário; e ainda impacto ambiental.

2.9. Conformidade Técnica e Legal (Art. 18, § 3º, II, l)

2.9.1. Os procedimentos de segurança da informação e o processamento da informação devem estar em conformidade com as políticas e normas de segurança adotadas pelo CNJ - Portaria nº 47/2017[17].

2.9.2. Deverá ser mantida a conformidade com os direitos de propriedade intelectual do fabricante protegido por 50 (cinquenta) anos, nos termos do art. 2°, § 2° da Lei n° 9.609/1998[18];

3. DA CONTRATAÇÂO

3.1. Da Pretensão da Contratação

3.1.1. Direito de uso (subscrição) de *softwares* de Solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — *Platform as a Service*, num

[17] Disponível em <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=2487>. Acessado em 23 de novembro de 2020.
[18] Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9609.htm>. Acessado em 23 de novembro de 2020.

total de 05 (cinco) licenças, com vistas a realização de forma virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ.

3.2. Da Natureza do Objeto da Contratação (Art. 18, § 3º, II, h)

3.2.1. Da presente da contratação, trata-se do direito de uso (subscrição) de *softwares* de Solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — *Platform as a Service*, em um total de 05 (cinco) licenças, com vistas a realização de forma virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ, com efeitos temporais de 12 (doze) meses;

3.2.2. O objeto a ser contratado possui características comuns e usuais encontradas atualmente no mercado de TIC, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos no Projeto Básico.

3.2.3. O objeto contempla o direito de uso (subscrição) de softwares, na modalidade de *Platform as a Service* – PaaS, custeada com desembolso mensal nos exercícios financeiros 2020/2021, na forma estabelecida neste Projeto Básico, limitado a vigência de 12 (doze) meses, em consonância com a Orientação Normativa AGU nº10/2009[19].

Comentado [HGG2]: Ajustado em resposta ao item 7 do despacho

~~3.2.4. Trata-se de objeto de "natureza continuada", seguindo previsão legal constante do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93[20], pois se destina ao atendimento de uma imperativa necessidade de prestação ininterrupta, imediata e pontual. Portanto, percebe-se a natureza do~~

[19] Disponível em < https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/25448808/do1-2017-04-20-orientacao-normativa-n-10-de-1-de-abril-de-2009> Acessado em 15 de janeiro de 2021.

~~[20] Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acessado em 23 de novembro de 2020.~~

~~objeto envolve "despesa correntes" para se ser prestação serviços de licenciamento de *software*.~~

~~3.2.5.~~3.2.4. Podemos ainda considerar dentro dessa perspectiva, normas infra legais e entendimentos doutrinário e jurisprudencial, consenso de que a caracterização de um serviço como contínuo dada a sua essencialidade e habitualidade para este Conselho.

~~3.2.6.~~3.2.5. A essencialidade atrela-se à necessidade de existência e manutenção contínua da prestação dos serviços e consequentemente do contrato que a rege, pelo fato de eventual paralisação da atividade contratada implica em prejuízo ao sistema jurisdicional Brasileiro, com a não realização das de audiências e sessões de julgamento nos colegiados dos tribunais.

~~3.2.7.~~3.2.6. Em relação da a norma infra legal existe definição apresentada no art. 15 da Instrução Normativa nº 5/2017[21] da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

> *"Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade,* ***visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua,*** *por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou* ***o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público*** *ou o* ***cumprimento da missão institucional****."* (grifo nosso).

[21] Disponível em <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20239255/do1-2017-05-26-instrucao-normativa-n-5-de-26-de-maio-de-2017-20237783 >. Acessado em 23 de novembro de 2020.

Termo de Referência / Projeto Básico (1019917) SEI 10114/2020 / pg. 140

3.3. Do Parcelamento (Art. 18, § 3º, II, i)

3.3.1. No contexto desta contratação e de acordo com as necessidades e requisitos levantados, verifica-se que o objeto será contratado é composto por um 01 item, a saber:

a. Item 1 – Direito de uso (subscrição) de *softwares*, para Solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — *Platform as a Service*, com vistas a realização de forma virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ, para até 1.000 (um mil) integrantes/participantes, por licença subscrição;

3.4. Modalidade e Tipo de Contratação (Art. 18, § 3º, II, j)

3.4.1. O CNJ, exercendo atividade de gestor público, ou seja, como Administração Pública, deve sempre zelar e cuidar para que obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações, quando contratadas com terceiros, sejam, necessariamente, precedidas de contratação, ressalvadas as hipóteses previstas na geral de licitações e contratos, Lei nº 8.666/93.

3.4.2. Cumpre destacar que os esforços empreendidos na elaboração dos Estudos Preliminares convertem para a aplicabilidade de uma das hipóteses de ressalva ao processo licitatório.

3.4.3. A regência máxima de normas para licitações, a Lei nº 8.666/93, dispõe nos incisos II e IV do seu artigo 24, sobre os limites orçamentários para cada uma das modalidades de compra e, na sequência, os possíveis cenários que conduzem a singularidades.

3.4.4. É oportuno destacar que contratações, quando realizadas por meio da dispensa de licitação, devem limitar-se à aquisição de bens e

serviços indispensáveis ao atendimento das situações previstas no rol do retro mencionado artigo.

3.4.5. Some-se a isso a enfermidade epidêmica, COVID-19, que vem se espalhando por diferentes continentes e nações, levando as sociedades a invocarem o isolamento social e, por conseguinte, provocando, cada vez mais, a necessidade do desenvolvimentos de diversas atividades remotas, em regime de trabalho remoto, com o uso recorrente de tecnologias e soluções TIC como as de videoconferências, com a disponibilidade de salas de reunião virtuais, seminários *on-line (webnarios)*, tratativas de demandas profissionais por meio do envio de mensagens via *chats*, dentre outras atividades de forma virtual que outrora seriam realizados de maneira presencial.

3.4.6. O CNJ, com o fito de garantir a proteção da vida e da saúde coletiva, conforme determina a Constituição, vem, desde março 2020, conduzindo suas atividades meio e finalísticas com o uso intenso de soluções de videoconferência e, deste abril deste ano, utiliza tais soluções especialmente para a prática, de forma virtual, das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do Conselho, objeto do Termo de Cooperação Técnica nº 007/2020 - TCOT nº 007/2020, cuja vigência expirará em 02/01/2021.

3.4.7. Frente às necessidades de: **(i)** manutenção da continuidade de rotinas internas essenciais ao funcionamento do CNJ, ainda que realizadas à distância, por meio de interações virtuais suportadas com o uso de soluções de comunicação de TIC; **(ii)** manutenção dos processos externos, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual, como a realização de

diversos processos que estão sob a tutela deste Conselho, o que é extensível às demais Cortes de Justiça; **(iii)** manutenção dos serviços especificados nos itens I e II, em face da exiguidade do prazo de vigência do TCOT nº 007/2020; bem como em razão de a contratação pretendida ser indispensável ao enfrentamento da situação de emergência, agregando-se, por fim, que o orçamento estimado nestes Estudos Preliminares apontam para a utilização de uma das hipóteses da dispensa de licitação, conclui-se pela legalidade da contratação do objeto ora avaliado sob o regramento do artigo 24, inc. IV da Lei nº 8.666/93.

3.4.8. Ainda legitimam a dispensa de licitação: o inciso II do artigo 12 da Resolução nº 182/2017[22], que traz a previsibilidade da dispensa de licitação mediante a apresentação de Estudos Preliminares, em consonância com o inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

3.4.9. Entendemos, assim, que está justificada a dispensa de licitação face à urgência de manutenir os padrões de atendimento às demandas institucionais e externas do CNJ ao longo do ciclo pandêmico, os quais atualmente vem sendo realizados virtualmente por meio da solução de TIC, e como já exposto anteriormente, com o encerramento do TCOT nº 007/2020, o CNJ não poderá mais contar com o uso desta solução de videoconferência.

3.4.10. No tocante aos limites estimados das contratações, inclusive para as hipóteses de dispensa de licitação, o inciso II do artigo 23 e o inciso II do artigo 24 da norma maior de licitações temos:

> *"Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos*

[22] Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1874>. Acessado em 02 de novembro de 2020.

Termo de Referência / Projeto Básico (1019917) SEI 10114/2020 / pg. 143

seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:
II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:
a) convite - até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)"

"Art. 24. É dispensável a licitação:
...
II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)" (nosso grifo)

3.4.11. Levando-se em consideração o orçamento estimado para a contratação, exposto no item 3.6 dos ETP, há o seu correto enquadramento no limite de valor especificado para a dispensa de licitação.

3.5. Critérios de Habilitação (Art. 18, § 3º, II, j)

3.5.1. As proponentes deverão comprovar documentação para habilitação jurídica, nos termos do art. 28 da Lei n° 8.666/1993[23], conforme abaixo:

a. registro comercial, no caso de empresa individual;

b. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

[23] Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm>. Acessado em 23 de novembro de 2020

3.5.2. As proponentes deverão comprovar documentação de qualificação econômico-financeira, nos termos do art. 31 da Lei n° Lei n° 8.666/1993, conforme abaixo:

a. certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

3.5.3. As proponentes deverão comprovar documentação de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 29 da Lei n° 8.666/1993, conforme abaixo:

a. Certidão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da proponente;

c. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da proponente;

d. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais; e

e. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

3.5.4. As proponentes deverão apresentar declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988[24].

3.5.5. Os Estudos Preliminares não apontaram a necessidade de apresentação de algum instrumento de qualificação técnica, nos termos do art. 30 da Lei n° 8.666/1993.

[24] Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em 23 de novembro de 2020.

Termo de Referência / Projeto Básico (1019917) SEI 10114/2020 / pg. 145

3.6. Critério técnico de aceitação das propostas

3.6.1. A proponente deverá apresentar proposta técnica com documento que deverá conter as especificações técnicas detalhadas da solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — *Platform as a Service* cotada, comprovadas por meio de documentos oficiais do fabricante, como documentação técnica, catálogos, manuais ou impressão de páginas do fabricante na *Internet* incluindo o *part number*, de todos os itens que compões e solução contratada;

3.6.2. A proponente, sendo revenda/parceira comercial do fabricante da solução ora licitada, deverá apresentar contrato/termo de parceria com o respectivo fabricante ou qualquer outro documento onde fique demonstrado que a fabricante da solução lhe dá autorização para comercializar seus produtos, de acordo com o art. 8° da Lei n° 9.609/1998.

4. DA EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO (Art. 18, § 3º, III)

4.1. Papéis desempenhados na contratação (Art. 18, § 3º, III, a, 1)

4.1.1. Para a execução do contrato, é mandatório que os seguintes papéis e responsabilidades sejam definidos:

a. **Autoridade Competente**: Titular da Diretoria-Geral ou autoridade delegada, responsável pela assinatura do Contrato, Termo de compromisso de manutenção de Sigilo e pela publicação da equipe de fiscalização;

b. **Gestor do Contrato**: Servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, indicado por autoridade competente do órgão;

c. **Fiscal Técnico do Contrato**: Servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela

respectiva autoridade competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;

d. Preposto: funcionário representante da empresa contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao órgão contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual; e

e. Representante da Contratada: Responsável legal da contratada para assinatura do contrato, caso tal poder não tenha sido delegado para o preposto.

4.2. Formas de comunicação/acompanhamento da execução do contrato (Art. 18, § 3º, III, a, 5)

4.2.1. Serão utilizados os seguintes canais de comunicação e acompanhamento da execução do contrato:

a. Correio eletrônico (*e-mail*); e

b. Processo administrativo eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNJ.

4.3. Dinâmica da Execução do contrato (Art. 18, § 3º, III, a, 2)

4.3.1. A **Tabela 3** abaixo foi elaborada com os principais marcos e eventos relevantes que ocorrerão durante a execução do contrato:

Etapa	Descrição	Prazo	Atores	Artefato	Canal
1	Assinatura do contrato.	Até 5 dias úteis da convocação para a assinatura do contrato	DG / Preposto ou Representante da contratada	Contrato assinado	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
	Assinatura do Termo de compromisso de manutenção de Sigilo			Termo de compromisso de manutenção de Sigilo assinado	

Etapa	Descrição	Prazo	Atores	Artefato	Canal
	Assinatura do Termo de Responsabilidade e Conduta			Termo de Responsabilidade e Conduta	
2	Publicação da Equipe de Fiscalização	Após a assinatura do contrato	DG	Portaria de designação	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
3	Reunião de Alinhamento	Até o 5º (quinto) dia útil após a assinatura do contrato.	Gestor do Contrato/ Preposto	Ata de Reunião de Alinhamento	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
4	Entrega do **item 1**	02 (dois) dias uteis após a assinatura do contrato	Preposto	Declaração do fabricante com o código de ativação das atualizações tecnológicas	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
				Declaração da contratada com informações sobre o canal de atendimento	
			Gestor do Contrato	Termo de recebimento Provisório	
				Declaração da fabricante atestando que a contratada possui autorização revender seus produtos	

Etapa	Descrição	Prazo	Atores	Artefato	Canal
5	Verificação das Declarações da Fabricante e da contratada	Até 02 (dois) dias úteis após a entrega das Declarações	Gestor do contrato / Fiscal Técnico	Despacho de atesto de verificação das declarações Termo de Recebimento Definitivo do item 1 e do item 2	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
6	Entregar Relatório Gerencial e Estatísticos de Uso da Solução (RGED)	Até o 3º (terceiro) dia útil após o registro de cada ocorrência	Preposto	Relatório Gerencial de Atualização Tecnológica (RGA)	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
7	Análise do Relatório Gerencial e Estatísticos de Uso e Disponibilidade da Solução (RGED)	Em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento do Relatório Gerencial de Atualização Tecnológica (RGA)	Gestor do contrato / Fiscal Técnico	Notificação de avaliação do Relatório Gerencial de Atualização Tecnológica (RGA)	Correio Eletrônico (*e-mail*)
10	Reunião de validação das expectativas	Em até 15 (quinze) dias antes do encerramento da vigência do Contrato	Gestor do Contrato / Preposto	Ata de reunião de validação	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

Tabela 3 – *Principais marcos e eventos do Contrato referente do Item 1.*

4.3.2. A execução dos contratos será na:

a. SAF/SUL Quadra 2 Lotes 5/6, Zona Cívico-Administrativa, Brasília - DF, CEP: 70070-600;

b. O CNJ poderá incluir, durante a vigência da execução do contrato, nova(s) localidade(s), sendo estes na cidade de Brasília/DF, informando esta(s) para a(s) contratada(s) com antecedência mínima de 30 (trinta).

4.3.3. O horário de prestação dos serviços no CNJ deve ocorrer de 08:00h às 20:00h, de segunda à sexta-feira, excetuando-se os feriados;

4.3.4. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses ou até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, o que ocorrer primeiro, a contar de sua assinatura.

4.3.5. Os efeitos temporais de direito de uso das licenças é de 12 (doze) meses.

4.4. Instrumentos formais de solicitação do objeto (Art. 18, § 3º, III, a, 3)

4.4.1. Serão utilizados os seguintes instrumentos formais para o acionamento dos serviços de suporte técnico e atualização tecnológica, para os itens do **Item 1**:

a. Chamado Técnico de forma eletrônica por meio de Central de Atendimento fornecido pela CONTRATADA; e

b. Chamado Técnico por meio telefônico para Central de Atendimento fornecida pela CONTRATADA.

4.5. Níveis de Serviços Exigidos (NSE) (Art. 18, § 3º, III, a, 4)

4.5.1. O direito de uso (subscrição) de *softwares*, para Solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — *Platform as a Service*, com vistas a realização de forma virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ, consiste no fornecimento de serviços de videoconferência em nuvem;

a. Os serviços de suporte técnico e de atualização de versões deverão atender aos níveis de serviço estabelecidos para a solução de problemas reportados pelo CNJ, segundo os ditames da **Tabela 4** – Níveis de Serviço Exigidos para os Chamados. Os problemas serão categorizados por nível de prioridade, impacto na condição operacional da solução e expectativa de prazo máximo de atendimento, conforme quadro adiante.

Nível de Severidade	Definição	Tempo de Resposta Inicial
1	Indisponibilidade do sistema sem a possibilidade de uma solução temporária. Até 3 (três) horas quando um serviço crítico não está respondendo e não pode ser reiniciado ou estabilizado. Este nível requer um profissional disponível também do lado do CONTRATANTE para realizar as atividades necessárias.	Até 03 (três) horas
2	Problema com uma funcionalidade principal, porém possui uma solução temporária ou não causa indisponibilidade do serviço	Até 08 (oito) horas
3	Problema com uma funcionalidade complementar, porém possui uma solução temporária ou não causa indisponibilidade do serviço.	Até 12 (doze) horas
4	Questões gerais sobre utilização	Até 48 (quarenta e oito) horas

Tabela 4 – *Níveis de Serviço Exigidos para os chamados de criticidade alta*

4.5.2. Os chamados deverão ser registrados em sistema provido pela contratada.

4.5.3. Os prazos para início de atendimento e para solução do problema serão contados em horas corridas a partir do registro do chamado de suporte técnico. No caso de reclassificação do nível de prioridade, os prazos serão iniciados a contar da data do evento da reclassificação.

4.5.4. Requisitos Suporte Técnico e Atualização de Versão

a. Os serviços de suporte técnico e de atualização de versão têm por finalidade garantir a sustentação, a plena utilização e atualização da solução durante a vigência do contrato. O primeiro corresponde ao suporte técnico para sanar dúvidas relacionadas com instalação, configuração e uso do *software* ou para correção de problemas de *software*, em especial na configuração de parâmetros, falhas, erros, defeitos ou vícios identificados no funcionamento da solução. O serviço poderá ser realizado nas instalações da contratada ou remotamente.

b. O serviço de atualização se refere ao fornecimento de novas versões e releases dos produtos da solução lançados no decorrer da vigência do contrato. A cada nova liberação de versão e release, a contratada deverá fornecer as atualizações, bem como nota informativa das novas funcionalidades implementadas. Em caso de lançamento de patch de correção, a contratada deverá comunicar o fato ao CNJ e indicar a forma de obtenção e os defeitos que serão corrigidos pelo *patch*. Em ambos os casos, a comunicação deve ser feita no prazo de até trinta dias, a contar do lançamento de nova versão ou solução de correção.

c. O atendimento remoto corresponde ao atendimento, por telefone ou e- mail, para solução de problemas (suporte técnico para o tratamento de falhas, dúvidas, orientações técnicas para a perfeita utilização da solução e investigação de supostos erros). Quando remotamente não for possível a resolução do chamado de suporte no prazo estabelecido, a continuidade do atendimento deverá ser feita de forma presencial, ou seja, com o especialista da contratada presente nas instalações da contratante, até a completa solução do mesmo. Esse serviço de suporte é fundamental para garantir a plena utilização e funcionamento contínuo da solução nos ambientes de desenvolvimento e de produção da contratante.

d. A contratada deverá comunicar formalmente à contratante os meios de acionamento do serviço, como número de telefone, endereço de sítio na *internet*.

4.6. Qualificação Técnica dos Profissionais (Art. 18, § 3º, III, a, 10)

4.6.1. Os Estudos Preliminares não apontaram a necessidade de apresentação de algum instrumento de qualificação técnica, nos termos do art. 30 da Lei n° 8.666/1993.

Termo de Referência / Projeto Básico (1019917) SEI 10114/2020 / pg. 152

4.7. Forma de recebimento provisório/definitivo e qualidade (Art. 18, § 3º, III, a, 6)

4.7.1. Em relação a recebimento definitivo para o contrato referente ao **Item 1,** que se dará por meio de *download*, a CONTRATADA deverá informar *link* para acesso as licenças da solução adquirida. Efetuado o *download* do licenciamento contratado, o CNJ emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

4.7.2. Para o contrato referente ao **Item 1**, a avaliação de qualidade da atualização tecnológica será feita:

a. Cada ciclo mensal de disponibilização da Solução de Videoconferência, mediante a "Análise do Relatório Gerencial e Estatísticos de Uso e Disponibilidade da Solução (RGED)".

4.8. Forma de Pagamento (Art. 18, § 3º, III, a, 7)

4.8.1. O pagamento será realizado de acordo com a **Tabela** a seguir:

Item	Descrição	Prazo
1	Direito de uso (subscrição) de *softwares*, para Solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — *Platform as a Service*, com vistas a realização de forma virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ, para até 1.000 (um mil) integrantes/participantes, por licença subscrição	Parcela única, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º ou 40, XIV, "a", da Lei nº 8.666/1993, conforme o caso, após emissão do Termo de Recebimento Definitivo

Tabela 5 - Desembolso Financeiro

4.8.2. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias corridos;

4.8.3. O pagamento está condicionado ao atendimento das seguintes exigências:

a. Apresentação de nota fiscal, acompanhada de Certidão Negativa de Débito – CND, comprovando regularidade com o INSS, Certificado de Regularidade do FGTS- CRF, comprovando

regularidade com o FGTS, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, estaduais e municipais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT, expedida pela justiça do Trabalho;

b. Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido.

4.9. Transferência de Conhecimento (Art. 18, § 3º, III, a, 8)

4.9.1. A transferência de conhecimento será feita mediante a prestação de informações contidas no Relatório Gerencial e Estatísticos de Uso da Solução (RGED), emitido e analisado a cada ciclo mensal de disponibilização da solução;

4.9.2. Os conhecimentos técnicos repassados para a equipe do Departamento de Tecnologia da Informação serão utilizados em casos de interrupção, transição e encerramento contratual, de modo a minimizar impactos e permitir que as necessidades do CNJ não sejam prejudicadas ou interrompidas.

4.10. Direitos de Propriedade Intelectual (Art. 18, § 3º, III, a, 9)

4.10.1. Os conhecimentos produzidos nos Relatório Gerencial e Estatísticos de Uso da Solução (RGED) serão de propriedade intelectual do CNJ;

4.10.2. Já a propriedade intelectual das estruturas baseadas em *software* da solução é exclusiva do Fabricante da solução, uma vez que é detentor dos meios de produção do programa, tendo os direitos de propriedade intelectual protegido por 50 (cinquenta) anos, nos termos do art. 2°, § 2° Lei n° 9.609/1998.

4.11. Obrigações do Contratante (Art. 18, § 3º, II, m)

4.11.1. Prestar, por meio de seu gestor do contrato, as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto contratado que venham a ser

solicitados pela CONTRATADA, utilizando-se das formas de comunicação estabelecidas neste Projeto Básico;

4.11.2. Efetuar o pagamento devido nos prazos estipulados em cada etapa da execução e gestão do contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais, bem com as deste Termo de Referência;

4.11.3. Proporcionar os recursos técnicos e logísticos necessários para que a CONTRATADA possa executar os serviços conforme as especificações estabelecidas neste Projeto Básico;

4.11.4. Exercer permanente fiscalização na execução do objeto, registrando ocorrências relacionadas a falhas no cumprimento do contrato, determinando ao preposto ou ao representante da CONTRATADA as medidas necessárias à sua regularização;

4.11.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir acesso aos profissionais ou representantes da CONTRATADA às suas dependências com controle e supervisão das áreas técnicas do CNJ;

4.11.6. Aplicar as penalidades previstas no contrato, de acordo com as regras estabelecidas no Projeto Básico, assegurando à contratada o contraditório e a ampla defesa.

4.12. Obrigações da Contratada (Art. 18, § 3º, II, m)

4.12.1. Aceitar todos os termos e condições previstas no Projeto Básico e seus anexos, conforme art. 55, inciso XI da Lei nº 8.666/1993;

4.12.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e

qualificação exigidas no Projeto Básico, conforme preconiza o art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/1993;

4.12.3. Não realizar qualquer subcontratação parcial ou total de outra empresa para a execução do objeto desta contratação, devido características técnicas de agrupamento dos itens que o compõe;

4.12.4. Indicar preposto, conforme art. 68 da Lei nº 8.666/1993, e cuidar para que esse mantenha permanente contato com o gestor do contrato na coordenação dos trabalhos concernentes a execução do objeto;

4.12.5. O preposto indicado pela CONTRATADA deverá reportar formal e imediatamente ao gestor do contrato quaisquer problemas, anormalidades, erros e irregularidades que possam comprometer a execução do objeto, utilizando-se das formas de comunicação estabelecidas neste Projeto Básico;

4.12.6. Manter seus profissionais nas dependências do CNJ adequadamente trajados e identificados com uso permanente de crachá, com foto e nome visível, de acordo com a regras estabelecidas na Instrução Normativa CNJ nº 2/2020[25];

4.12.7. Seguir as instruções e observações efetuadas pelo gestor do contrato, bem como reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os itens que constituem o objeto quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, conforme ampara o art. 69 da Lei nº 8.666/1993;

4.12.8. A CONTRATADA deve declarar, no ato da assinatura do contrato, ter ciência e se comprometer que durante toda a execução dos serviços

[25] Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3431> Acessado em 23 de novembro de 2020.

Termo de Referência / Projeto Básico (1019917) SEI 10114/2020 / pg. 156

contratados seus profissionais irão cumprir as normas em vigor e as boas práticas estabelecidas por meio do Código de Conduta dos Servidores do Conselho Nacional de Justiça, instituído pela Portaria CNJ nº 56/2018[26];

4.12.9. Responder integralmente por quaisquer perdas ou danos causados ao CNJ ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus profissionais em razão da execução do objeto, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito, conforme preconiza o art. 70 da Lei nº 8.666/1993;

4.12.10. Assinar Termo de compromisso de manutenção de Sigilo (ANEXO A), sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, respeitando todos os critérios de sigilo, segurança e inviolabilidade, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócio, documentos, entre outros;

4.12.11. Assinar Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código e Conduta para Fornecedores de bens e Serviços do Conselho Nacional de Justiça (ANEXO B), sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, respeitando todos os critérios de sigilo, segurança e inviolabilidade, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócio, documentos, entre outros;

[26] Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2650>. Acessado em 07 de dezembro de 2020.

Termo de Referência / Projeto Básico (1019917) SEI 10114/2020 / pg. 157

4.12.12. Realizar a entrega do Relatório Gerencial e Estatísticos de Uso da Solução (RGED) bem como a Nota Fiscal deverá ser feita nos prazos estabelecidos na **Tabela 3** do item 4.3 deste Projeto Básico no protocolo do CNJ e em formato eletrônico, no endereço secao.protocolo@cnj.jus.br;

4.12.13. Disponibilizar, sem custos adicionais a CONTRATANTE, canal de atendimento fornecido para realização e acompanhamento de chamados técnicos, com acesso permanente para os técnicos do CNJ, contemplando no mínimo, sítio eletrônico e telefone DDG 0800 (gratuito) ou telefone local em Brasília em regime de disponibilidade 24 x 7 x 365, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano;

4.12.14. Apresentar certidão comprovando a origem dos bens importados oferecidos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes.

4.12.15. Fornecer, durante todo o período de atualização tecnológica, garantia contratual no valor de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, conforme dispõe o art. 56 da Lei nº 8.666/1993;

4.12.16. No caso em que for configurado inexecução total do contrato, sem prejuízo de multa e demais sanções previstas em lei, a contratada deverá devolver o valor total pago antecipado, atualizado monetariamente pelo Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), conforme Portaria nº 6.432/2018[27] do antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, atual Ministério da Economia.

[27] Disponível em < http://www.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/29895375/do1-2018-07-13-portaria-n-6-432-de-11-de-julho-de-2018-29895365> . Acessado em 23 de novembro de 2020.

4.13. Sanções Administrativas (Art. 18, § 3º, III, a, 11)

4.13.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei n° 10.520/2002[28] e, subsidiariamente, nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a Contratada ficará sujeita às sanções previstas em contrato no caso de descumprimento das obrigações pactuadas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, e assegurada a prévia e ampla defesa. As sanções administrativas a seguir poderão ser aplicadas cumulativamente:

a. Advertência;

i. A CONTRATADA será notificada formalmente pelo CNJ em caso de descumprimento de obrigação contratual e terá que apresentar as devidas justificativas em um prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação;

ii. Caso não haja manifestação dentro desse prazo ou o CNJ entenda serem improcedentes as justificativas apresentadas, a CONTRATADA será advertida.

b. Multa de:

i. O para o **Item 1**, no caso de descumprimento do prazo de entrega da Declaração do fabricante com o código de ativação das atualizações tecnológicas, limitada a incidência a 30 (trinta) dias corridos de atraso:

[28] Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10520.htm>. Acessado em 23 de novembro de 2020.

a. No caso de atraso injustificado na entrega do objeto por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos, com a aceitação do objeto pela Administração, será aplicada multa de 3,5% sobre o valor do contrato;

b. No caso de atraso injustificado na entrega dos objetos por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando-se nesta hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista no **inciso vi do item 4.13.1 alínea b**.

ii. 0,5% por hora, calculada sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento do prazo previsto para atendimento de chamados técnicos de **Nível de Severidade "1"**, limitada a incidência a 10 (dez) horas de atraso:

a. No caso de atraso injustificado no atendimento dos chamados técnicos de **Nível de Severidade "1"** por prazo superior a 10 (dez) horas, será aplicada multa de 2,5% sobre o valor total do contrato para o **Item 1**.

iii. 0,3% por hora, calculada sobre o valor total contratado para do **Item 1**, no caso de descumprimento do prazo previsto para atendimento de chamados técnicos de **Nível de Severidade "2"**, limitada a incidência a 10 (dez) horas de atraso:

a. No caso de atraso injustificado no atendimento dos chamados técnicos de **Nível de Severidade "2"** por prazo superior a 10 (dez) horas, será aplicada multa de 1,25% sobre o valor total do contrato para o **Item 1**.

iv. 0,2% por hora, calculada sobre o valor total contratado para do **Item 1**, no caso de descumprimento do prazo previsto para atendimento de chamados técnicos de **Nível de Severidade "3"**, limitada a incidência a 10 (dez) horas de atraso:

a. No caso de atraso injustificado no atendimento dos chamados técnicos de **Nível de Severidade "3"** por prazo superior a 10 (dez) horas, será aplicada multa de 1,25% sobre o valor total do contrato para o **Item 1**.

v. 0,1% por hora, calculada sobre o valor total contratado para do **Item 1**, no caso de descumprimento do prazo previsto para atendimento de chamados técnicos de **Nível de Severidade "4"**, limitada a incidência a 10 (dez) horas de atraso:

a. No caso de atraso injustificado no atendimento dos chamados técnicos de **Nível de Severidade "4"** por prazo superior a 10 (dez) horas, será aplicada multa de 1,25% sobre o valor total do contrato para o **Item 1**.

vi. 0,5% sobre o valor total do contrato, a cada 03 (três) advertências durante a execução, sem prejuízo de aplicação de outras penalidades previstas;

vii. 5% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total das obrigações assumidas para os itens do **Item 1**:

a. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

b. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

c. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base alínea “c”.

5. REQUISITOS TÉCNICOS (Art. 18, § 3º, IV)

5.1. A solução provida deverá permitir a realização, de maneira virtual, as sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ, com os seguintes requisitos:

5.1.1. Possibilitar interações virtuais por meio de sistemas de audiovisual sem necessidade de presença física em determinado local geográfico para qualquer integrante:

5.1.1.1. Entendem-se por interações virtuais a realização reuniões, sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ praticados por meio software ou sistema de vídeo conferência ou hardware de videoconferência;

5.1.1.2. Considera-se que para uma Interação Virtual é necessária uma licença, para serviço na modalidade PaaS, ou um terminal dedicado de videoconferência;

5.1.2. Possibilitar o agendamento de interações virtuais;

5.1.3. Possuir o conceito salas virtuais, que possibilite compartilhar o vídeo e áudio entre somente os integrantes daquela reunião/ interação virtual;

5.1.4. Permitir o envio de convites para participantes das interações virtuais.;

5.1.5. Permitir o ingresso às interações virtuais, de participantes convidados, mesmo que este não esteja cadastrado no sistema como usuário, possibilitando inclusive a sua interação com demais integrantes;

5.1.6. Permitir a participação/conexão de convidados através do uso de aplicativo ou programa próprio do fabricante da solução, com segurança de controle de acesso por meio de senha e/ou *link* gerado

pelo Moderador (Organizador), conexão através de *browser* (*Google Chrome, Mozilla Firefox, Microsoft Edge*, *Microsoft Internet Explorer, Safari Apple Inc.*), conexão em *end-points* com protocolo H.323 ou endereçamento SIP;

5.1.7. Possuir a figura de **Moderador (Organizador)** por interação virtual, com a funcionalidade deste moderador delegar a "função de organização do evento", para outro participante da reunião/interação virtual, que devem possuir minimamente os seguintes privilégios:

5.1.1.1. Remover qualquer integrante da interação virtual;

5.1.1.2. Silenciar e reativar o microfone de qualquer integrante da interação virtual, por tempo indeterminado ou por um período de tempo definido, individualmente ou em lote;

5.1.1.3. Bloquear a interação virtual para o ingresso de integrantes mediante somente aprovação do Moderador;

5.1.1.4. Iniciar e interromper gravações das interações virtuais. em execução;

5.1.1.5. Permitir que o moderador possa definir outro participante como Moderador, durante a execução da interação virtual;

5.1.1.6. Alterar o nome de exibição e outros dados de exibição de quaisquer integrantes da interação virtual;

5.1.8. Permitir a realização de gravações das interações virtuais, em formato MP4 e outros formatos abertos de arquivos de áudio/vídeo, no dispositivo (computador) de origem do Moderador da interação virtual e/ou em local centralizado disponibilizado pela solução;

5.1.9. Possibilitar a transmissão ao vivo (*Live*) das interações virtuais, por meio de *streaming*, nas plataformas de redes sociais mais difundidas

(*Facebook*, *Youtube*, etc.), proporcionando ampla divulgação do evento;

5.1.10. Possuir uma ferramenta de troca de mensagens instantâneas (*chat*), integrada à interação virtual virtuais de interações virtuais, que permita a interação entre todos, ou individualmente, com somente um integrante, para que as partes possam se comunicar, sem necessariamente precisem falar;

5.1.11. A realização de cada interação virtual, não poderão possuir restrição de tempo;

5.1.12. Na realização das interações virtuais, devem permitir a participação de até 1.000 (um mil) integrantes/participantes simultâneos;

5.1.13. permitir que cada participante de uma interação virtual, possa configurar seu aplicativo cliente ou navegador para visualização dos outros integrantes de modo individualizado, com troca automática de visualização para o orador ativo, ou em grade, onde os participantes serão vistos de forma concomitante em uma mesma visão;

5.1.14. Possuir o conceito de antessala, para todas as interações virtuais, onde parte dos integrantes de uma sala principal, interação virtual principal, possam ser apartados por um período determinado. Uma antessala deve possuir as mesmas características de uma sala normal e sua gerência será realizada pelo Moderador (Organizador);

5.1.15. A interface do aplicativo, disposta ao usuário comum, aquela por onde se opera a webconferência, o *webinar* e o *streaming*, deve ser disposta, ao menos, no idioma português/BR e inglês/US;

5.1.16. Possibilitar a divisão dos integrantes de uma interação virtual ou interações virtuais em grupos distintos, com segregação de áudio,

vídeo e *chat* para cada grupo definido. Possibilitar ainda que os participantes possam transitar entre os grupos, por iniciativa própria ou deslocamento do Moderador;

5.1.17. Possuir funcionalidade de realização de *webinars*, com geração de *links* distintos para painelistas, que terão disponíveis áudio (microfone) e vídeo (câmera) e *chat*, e para convidados, que apenas poderão interagir na interação virtual por meio de *chat*, ou por áudio, desde que autorizado pelo Moderador. Permitir ainda que, neste tipo de interação virtual, o moderador possa converter convidados em painelistas e vice-versa.;

5.1.18. Possuir total compatibilidade com os sistemas operacionais: *Windows*, *macOS*, *Android* e iOS em suas versões lançadas e disponibilizadas a partir da data de 01/01/2018.

5.2. A solução provida deverá possuir uma ferramenta administrativa, que atenda aos seguintes requisitos:

5.2.1. Deve fornecer relatórios do histórico das interações virtuais, que contenha informações a respeito da participação dos integrantes, quanto tempo participou e em qual período, qual o endereço de origem, *e-mail* e navegador utilizado;

5.2.2. Deve fornecer relatórios estatísticos a respeito de realização de cada interação virtual que contenham a quantidade interações virtuais realizadas em um período, média de participantes, quantidade de interações virtuais por unidade organizacional do CNJ;

5.2.3. Possibilitar integração com ferramentas de autenticação de usuários comuns de mercado (*Microsoft Active Directory*, LDAP, etc.);

5.2.4. Possuir recurso para cadastro de usuários em lote, onde a ferramenta envie *e-mail* para ativação para cada usuário;

5.3. A solução provida deverá possuir recursos tecnológicos que atendam a demanda levantada a partir da plataforma e permitir integração a outros produtos ligados as interações virtuais:

5.3.1. Possibilitar acesso às funcionalidades administração e operação da solução por meio de Interfaces Programáveis (*Application Programming Interface* – API), possibilitando a operação da ferramenta de dentro do Processo Judicial Eletrônico, ou de outras ferramentas ligados a realização virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ;

5.3.2. Possibilitar a realização de até 05 (cinco) interações virtuais simultâneas sem que haja a perda de performance;

5.3.3. Possuir recurso de configuração de tempo máximo de interação virtual, sendo possível a configuração de tempo ilimitado;

5.3.4. Possibilitar a realização de interações virtuais de até 1.000 (um mil) integrantes/pessoas, possibilitando sua interação com áudio e vídeo;

5.3.5. Possuir integrações nativas com *Facebook*, *YouTube*(e outras redes sociais) para publicação de vídeos gravados e transmissão de *Lives*;

5.3.6. Possibilitar o cadastro de até 05 (cinco) anfitriões/organizadores, que tenham privilégio para criar e gerenciar interações virtuais como moderadores.

5.4. Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil (Art. 14, II, e)

A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) é uma cadeia hierárquica e de confiança que viabiliza a emissão de certificados digitais para identificação virtual do cidadão. Observa-se que o modelo adotado pelo Brasil foi o de certificação com raiz única, sendo que o ITI, além de desempenhar o papel de Autoridade Certificadora Raiz

(AC-Raiz), também tem o papel de credenciar e descredenciar os demais participantes da cadeia, supervisionar e fazer auditoria dos processos.

A fim de garantir a compatibilidade com a ICP-Brasil, é fundamental que toda contratação que necessite de trabalhar com certificados digitais esteja a ela alinhada.

Entende-se, então, que o processo de contratação pretendido deva garantir os recursos e meios necessários para que as chaves e certificados emitidos segundo o padrão supracitado possam ser adequadamente utilizados na plataforma de videoconferência de maneira que a solução esteja disponível por meio de conexões seguras em atendimento à legislação vigente.

ANEXO A - Modelo de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo

O Conselho Nacional de Justiça, sediado em SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6, em Brasília – Distrito Federal, CEP: 70.070-600, CNPJ n.º 07.421.906/0001-29 doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO> , CNPJ n.º <CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe o Decreto n. 7.845/2012- Salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pelo CONTRATANTE.

Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômicos, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiros.

Informações Sigilosas: são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgações possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Cláusula Terceira – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. O TERMO informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Parágrafo Primeiro – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Terceiro – As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;

II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis

Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL. **Parágrafo Primeiro** – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações deles decorrentes, ou se constatando casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentações brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Oitava – DO FORO

O CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DO CONTRATANTE>, onde está localizada a sede do CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

_____, _____ de _____ de 20____

<ASSINATURA DO CONTRANTANTE> - Nome/Matrícula

<ASSINATURA DO CONTRATADA> - nome/identificação

ANEXO B - Modelo de Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços do Conselho Nacional de Justiça

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a)_____, inscrito(a) no CNPJ nº_____, declaro:

Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça";

Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível;

Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais).

Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

_____, _____ de _____ de _____

_____

CNJ	PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS **SERVIÇOS**

1. **Objeto:** Contratação de Serviço Licenciamento (subscrição de software) de solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — Platform as a Service, num total de 05 (cinco) licenças, com vistas a realização de forma virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ, para até 1.100 (um mil e cem) integrantes/participantes, por licença subscrição.

2. **Descrição dos serviços:** O Item que irá compor o objeto desta contratação e deverá atender as especificações definidas no item 5, Requisitos Técnicos, deste Projeto Básico de acordo com os quantitativos listados na Tabela 1 abaixo:

Item	Produto	Unidade	Quantidade
1	Direito de uso (subscrição) de *softwares,* ***Meetings Suite Entitlement, PART NUMBER - A-FLEX-EE-ENT***, para Solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — *Platform as a Service*, com vistas a realização de forma virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ, para até 1.100 (um mil e cem) integrantes/participantes, por licença subscrição.	Licença	05 (cinco)

3. **Prazo de Execução dos Serviços:**

5 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Serviço ou nota de empenho, ou até o recebimento definitivo do objeto, o que ocorrer primeiro.

4. **Procedimentos de Realização dos Serviços:** Entrega do item 1 - Direito de uso (subscrição) de softwares, para Solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — Platform as a Service, com vistas a realização de forma virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ, para até 1.100 (um mil e cem) integrantes/participantes, por licença subscrição.

Etapa	Descrição	Prazo	Atores	Artefato	Canal
1	Assinatura do contrato.	Até 5 dias úteis da convocação para a assinatura do contrato	DG / Preposto ou Representante da contratada	Contrato assinado	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
	Assinatura do Termo de compromisso de manutenção de Sigilo			Termo de compromisso de manutenção de Sigilo assinado	
	Assinatura do Termo de Responsabilidade e Conduta			Termo de Responsabilidade e Conduta	
2	Publicação da Equipe de Fiscalização	Após a assinatura do contrato	DG	Portaria de designação	Sistema Eletrônico de Informações

	Fiscalização	contrato			(SEI)
3	Reunião de Alinhamento	Até o 5º (quinto) dia útil após a assinatura do contrato.	Gestor do Contrato/ Preposto	Ata de Reunião de Alinhamento	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
4	Entrega do **item 1**	02 (dois) dias uteis após a assinatura do contrato	Preposto	Declaração do fabricante com o código de ativação das atualizações tecnológicas	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
				Declaração da contratada com informações sobre o canal de atendimento	
			Gestor do Contrato	Termo de recebimento Provisório	
				Declaração da fabricante atestando que a contratada possui autorização revender seus produtos	
5	Verificação das Declarações da Fabricante e da contratada	Até 02 (dois) dias úteis após a entrega das Declarações	Gestor do contrato / Fiscal Técnico	Despacho de atesto de verificação das declarações	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
				Termo de Recebimento Definitivo do item 1 e do item 2	
6	Entregar Relatório Gerencial e Estatísticos de Uso da Solução (RGED)	Até o 3º (terceiro) dia útil após o registro de cada ocorrência	Preposto	Relatório Gerencial de Atualização Tecnológica (RGA)	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
7	Análise do Relatório Gerencial e Estatísticos de Uso e Disponibilidade da Solução (RGED)	Em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento do Relatório Gerencial de Atualização Tecnológica (RGA)	Gestor do contrato / Fiscal Técnico	Notificação de avaliação do Relatório Gerencial de Atualização Tecnológica (RGA)	Correio Eletrônico (*e-mail*)
		Em até 15 (quinze) dias		Ata de reunião de	Sistema

10	Reunião de validação das expectativas	(quinze) dias antes do encerramento da vigência do Contrato	Gestor do Contrato / Preposto	Ata de reunião de validação	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

Detalhamento deste item consta descrito no Projeto Básico – ITEM 4.

5. **Obrigações da Contratada:**

a. Aceitar todos os termos e condições previstas no Projeto Básico e seus anexos, conforme art. 55, inciso XI da Lei nº 8.666/1993;
b. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Projeto Básico, conforme preconiza o art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/1993;
c. Não realizar qualquer subcontratação parcial ou total de outra empresa para a execução do objeto desta contratação, devido características técnicas de agrupamento dos itens que o compõe;
d. Indicar preposto, conforme art. 68 da Lei nº 8.666/1993, e cuidar para que esse mantenha permanente contato com o gestor do contrato na coordenação dos trabalhos concernentes a execução do objeto;
e. O preposto indicado pela CONTRATADA deverá reportar formal e imediatamente ao gestor do contrato quaisquer problemas, anormalidades, erros e irregularidades que possam comprometer a execução do objeto, utilizando-se das formas de comunicação estabelecidas neste Projeto Básico;
f. Manter seus profissionais nas dependências do CNJ adequadamente trajados e identificados com uso permanente de crachá, com foto e nome visível, de acordo com a regras estabelecidas na Instrução Normativa CNJ nº 2/2020;
g. Seguir as instruções e observações efetuadas pelo gestor do contrato, bem como reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os itens que constituem o objeto quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, conforme ampara o art. 69 da Lei nº 8.666/1993;
h. A CONTRATADA deve declarar, no ato da assinatura do contrato, ter ciência e se comprometer que durante toda a execução dos serviços contratados seus profissionais irão cumprir as normas em vigor e as boas práticas estabelecidas por meio do Código de Conduta dos Servidores do Conselho Nacional de Justiça, instituído pela Portaria CNJ nº 56/2018[1];
i. Responder integralmente por quaisquer perdas ou danos causados ao CNJ ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus profissionais em razão da execução do objeto, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito, conforme preconiza o art. 70 da Lei nº 8.666/1993;
j. Assinar Termo de compromisso de manutenção de Sigilo (ANEXO A), sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, respeitando todos os critérios de sigilo, segurança e inviolabilidade, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócio, documentos, entre outros;
k. Assinar Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código e Conduta para Fornecedores de bens e Serviços do Conselho Nacional de Justiça (ANEXO B), sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, respeitando todos os critérios de sigilo, segurança e inviolabilidade, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócio, documentos, entre outros;
l. Realizar a entrega do Relatório Gerencial e Estatísticos de Uso da Solução (RGED) bem como a Nota Fiscal deverá ser feita nos prazos estabelecidos na **Tabela 3** do item 4.3 deste Projeto Básico no protocolo do CNJ e em formato eletrônico, no endereço secao.protocolo@cnj.jus.br;
m. Disponibilizar, sem custos adicionais a CONTRATANTE, canal de atendimento fornecido para realização e acompanhamento de chamados técnicos, com acesso permanente para os técnicos do CNJ, contemplando no mínimo, sítio eletrônico e telefone DDG 0800 (gratuito) ou telefone local em Brasília em regime de disponibilidade 24 x 7 x 365, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano;
n. Apresentar certidão comprovando a origem dos bens importados oferecidos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes.
o. Fornecer, durante todo o período de atualização tecnológica, garantia contratual no valor de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, conforme dispõe o art. 56 da Lei nº 8.666/1993;
p. No caso em que for configurado inexecução total do contrato, sem prejuízo de multa e demais sanções previstas em lei, a contratada deverá devolver o valor total pago antecipado, atualizado monetariamente pelo Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), conforme Portaria nº 6.432/2018 do antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, atual Ministério da Economia.

Detalhamento deste item consta descrito no Projeto Básico – ITEM 4.12

6. **Obrigações do Contratante:**

a. Prestar, por meio de seu gestor do contrato, as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto contratado que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, utilizando-se das formas de comunicação estabelecidas neste Projeto Básico;
b. Efetuar o pagamento devido nos prazos estipulados em cada etapa da execução e gestão do contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais, bem com as deste Termo de Referência;
c. Proporcionar os recursos técnicos e logísticos necessários para que a CONTRATADA possa executar os serviços conforme as especificações estabelecidas neste Projeto Básico;
d. Exercer permanente fiscalização na execução do objeto, registrando ocorrências relacionadas a falhas no cumprimento do contrato, determinando ao preposto ou ao representante da CONTRATADA as medidas necessárias à sua regularização;
e. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir acesso aos profissionais ou representantes da CONTRATADA às suas dependências com controle e supervisão das áreas técnicas do CNJ;
f. Aplicar as penalidades previstas no contrato, de acordo com as regras estabelecidas no Projeto Básico, assegurando à contratada o contraditório e a ampla defesa.

Detalhamento deste item consta descrito no Projeto Básico – ITEM 4.12

7. **Fiscalização do Recebimento:**

Para a execução do contrato, é mandatório que os seguintes papéis e responsabilidades sejam definidos:

a. Autoridade Competente: Titular da Diretoria-Geral ou autoridade delegada, responsável pela assinatura do Contrato, Termo de compromisso de manutenção de Sigilo e pela publicação da equipe de fiscalização;
b. Gestor do Contrato: Servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, indicado por autoridade competente do órgão;
c. Fiscal Técnico do Contrato: Servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;
d. Preposto: funcionário representante da empresa contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao órgão contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual; e
e. Representante da Contratada: Responsável legal da contratada para assinatura do contrato, caso tal poder não tenha sido delegado para o preposto.

Detalhamento deste item consta descrito no Projeto Básico – ITEM 4.1

8. **Condições de Recebimento:**

Forma de recebimento provisório/definitivo e qualidade (Art. 18, § 3º, III, a, 6)

a. Em relação a recebimento definitivo para o contrato referente ao Item 1, que se dará por meio de download, a CONTRATADA deverá informar link para acesso as licenças da solução adquirida. Efetuado o download do licenciamento contratado, o CNJ emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.
b. Para o contrato referente ao Item 1, a avaliação de qualidade da atualização tecnológica será feita:
    a. Cada ciclo mensal de disponibilização da Solução de Videoconferência, mediante a “Análise do Relatório Gerencial e Estatísticos de Uso e Disponibilidade da Solução (RGED)”.

Detalhamento deste item consta descrito no Projeto Básico – ITEM 4.7

9. **Forma de Pagamento:**

a. O pagamento será realizado de acordo com a tabela a seguir:

Item	Descrição	Prazo
1	Direito de uso (subscrição) de *softwares*, para Solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — *Platform as a Service*, com vistas a realização de forma virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ, para até 1.100 (um	Parcela única, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º ou 40, XIV, “a”, da Lei nº 8.666/1993, conforme o caso, após emissão do Termo de

	mil e cem) integrantes/participantes, por licença subscrição	Recebimento Definitivo

a. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias corridos;
b. O pagamento está condicionado ao atendimento das seguintes exigências:
    a. Apresentação de nota fiscal, acompanhada de Certidão Negativa de Débito – CND, comprovando regularidade com o INSS, Certificado de Regularidade do FGTS- CRF, comprovando regularidade com o FGTS, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, estaduais e municipais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT, expedida pela justiça do Trabalho;
    b. Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido.

Detalhamento deste item consta descrito no Projeto Básico – ITEM 4.8.

10. **Penalidades:**

Com fundamento no artigo 7º da Lei n° 10.520/2002 e, subsidiariamente, nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a Contratada ficará sujeita às sanções previstas em contrato no caso de descumprimento das obrigações pactuadas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, e assegurada a prévia e ampla defesa. As sanções administrativas a seguir poderão ser aplicadas cumulativamente:

a. Advertência;
    i. A CONTRATADA será notificada formalmente pelo CNJ em caso de descumprimento de obrigação contratual e terá que apresentar as devidas justificativas em um prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação;
    ii. Caso não haja manifestação dentro desse prazo ou o CNJ entenda serem improcedentes as justificativas apresentadas, a CONTRATADA será advertida.
b. Multa de:
    i. O para o Item 1, no caso de descumprimento do prazo de entrega da Declaração do fabricante com o código de ativação das atualizações tecnológicas, limitada a incidência a 30 (trinta) dias corridos de atraso:
        a. No caso de atraso injustificado na entrega do objeto por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos, com a aceitação do objeto pela Administração, será aplicada multa de 3,5% sobre o valor do contrato;
        b. No caso de atraso injustificado na entrega dos objetos por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando-se nesta hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista no inciso vi do item 4.13.1 alínea b.
    ii. 0,5% por hora, calculada sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento do prazo previsto para atendimento de chamados técnicos de Nível de Severidade “1”, limitada a incidência a 10 (dez) horas de atraso:

a. No caso de atraso injustificado no atendimento dos chamados técnicos de Nível de Severidade “1” por prazo superior a 10 (dez) horas, será aplicada multa de 2,5% sobre o valor total do contrato para o Item 1.
    iii. 0,3% por hora, calculada sobre o valor total contratado para do Item 1, no caso de descumprimento do prazo previsto para atendimento de chamados técnicos de Nível de Severidade “2”, limitada a incidência a 10 (dez) horas de atraso:

a. No caso de atraso injustificado no atendimento dos chamados técnicos de Nível de Severidade “2” por prazo superior a 10 (dez) horas, será aplicada multa de 1,25% sobre o valor total do contrato para o Item 1.
    iv. 0,2% por hora, calculada sobre o valor total contratado para do Item 1, no caso de descumprimento do prazo previsto para atendimento de chamados técnicos de Nível de Severidade “3”, limitada a incidência a 10 (dez) horas de atraso:

a. No caso de atraso injustificado no atendimento dos chamados técnicos de Nível de Severidade “3” por prazo superior a 10 (dez) horas, será aplicada multa de 1,25% sobre o valor total do contrato para o Item 1.
    v. 0,1% por hora, calculada sobre o valor total contratado para do Item 1, no caso de descumprimento do prazo previsto para atendimento de chamados técnicos de Nível de Severidade “4”, limitada a incidência a 10 (dez) horas de atraso:

a. No caso de atraso injustificado no atendimento dos chamados técnicos de Nível de Severidade “4” por prazo superior a 10 (dez) horas, será aplicada multa de 1,25% sobre o valor total do contrato para o Item 1.
    vi. 0,5% sobre o valor total do contrato, a cada 03 (três) advertências durante a execução, sem prejuízo de aplicação de outras penalidades previstas;
    vii. 5% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total das obrigações assumidas para os itens do Item 1:

a. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

b. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
c. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base alínea “c”.

Detalhamento deste item consta descrito no Projeto Básico – ITEM 4.13.

11. **Contrato:**

a) A nota de empenho poderá substituir o contrato.

Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços

Documento assinado eletronicamente por **EMERSON DILAMAR VENDRUSCOLO**, **COORDENADOR - COORDENADORIA DE ATENDIMENTO E INFRAESTRUTURA**, em 18/01/2021, às 20:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1019918** e o código CRC **09A9C01B**.

10114/2020 1019918v2

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 053017873432021
NOME: WISEIT - SISTEMAS E INFORMATICA LTDA
ENDEREÇO: SHN QD 02 BL F SALA 418 ED. EXECUTIVE OFFICE TOWER
CIDADE: ASA NORTE
CNPJ: 05.795.607/0001-29
CF/DF: 0772333600160 - ATIVA

FINALIDADE: JUNTO A ORGAOS PUBLICOS

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPVA .

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5172/66 – CTN.
Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.
Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04 / 07 / 2003, gratuitamente. Válida até 26 de abril de 2021. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública,
em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 26/01/2021 às 15:43:55 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

Certidão Negativa GDF Wise IT (1024879) SEI 10114/2020 / pg. 182

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo de contratação de Serviço Licenciamento (subscrição de software) de solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — Platform as a Service, num total de 05 (cinco) licenças, com vistas a realização de forma virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ, para até 1.100 (um mil e cem) integrantes/participantes, por licença subscrição, conforme PAMS - Pedido de Contratação de Serviços COAI 1019918.

Aprovados os Estudos Preliminares (1019930) e o Pedido de Aquisição de Material (1020886), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v.3 (1025434), o qual foi ratificado pela unidade demandante (1025455). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1025468, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa PTLS Serviços de Tecnologia e Assessoria Técnica Ltda.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1023068) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1025015 e 1025524). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa PTLS Serviços de Tecnologia e Assessoria Técnica Ltda, para contratar com a Administração, consta no arquivo 1025576.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1025578, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **PTLS Serviços de Tecnologia e Assessoria Técnica Ltda**, inscrita no **CNPJ sob o n. 09.162.855/0005-17**, no valor de **R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais)**, com vistas à contratação de e Serviço Licenciamento (subscrição de software) de solução deVideoconferência em Nuvem - PaaS — Platform as a Service, num total de 05 (cinco) licenças, com vistas a realização de forma virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ, para até 1.100 (um mil e cem)

integrantes/participantes, por licença subscrição.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Respeitosamente,

Silvia Maria Guapindaia Peixoto
Secretária de Administração Substituta

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO**, **SECRETÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 28/01/2021, às 14:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1025603** e o código CRC **0DE2D62E**.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**09.162.855/0005-17**	DUNS®:	**899197549**
Razão Social:	**PTLS SERVICOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TECNICA LTDA**		
Nome Fantasia:	**LOGICALIS**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**07/06/2021**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**04/07/2021**
FGTS	Validade:	**20/02/2021**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**20/07/2021**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**03/07/2021**
Receita Municipal	Validade:	**01/03/2021**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2021**

CPF: 512.283.351-68 Nome: MARIA MIRTES DE LIMA
Ass: _____

SICAF (1030945) SEI 10114/2020 / pg. 185

Data e hora da consulta: 05/02/2021 14:27
Usuário: 51228335168

Nota de Empenho

UG Emitente	Nome da UG Emitente	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

Ano	Tipo	Número
2021	NE	146

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167504	0100000000	339040	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
05/02/2021	Global	10114/2020	-	17.600,00

Favorecido	Nome do Favorecido
09162855000517	PTLS SERVICOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TECN

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
11	DISPENSA DE LICITACAO	LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição

10114/2020. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LICENCIAMENTO (SUBSCRIÇÃO DE SOFTWARE) DE SOLUÇÃO DE VIDEOCONFERÊNCIA EM NUVEM - PAAS - PLATAFORM AS A SERVICE, NO TOTAL DE 5 (CINCO) LICENÇAS.
CONFORME DESPACHO DG 1025660.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
000	05/02/2021 14:23:29	Inclusão

Data e hora da consulta: 05/02/2021 14:27
Usuário: 51228335168

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339040 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNI	17.600,00

Subelemento 06 - LOCACAO DE SOFTWARES

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LICENCIAMENTO (SUBSCRIÇÃO DE SOFTWARE) DE SOLUÇÃO DE VIDEOCONFERÊNCIA EM NUVEM - PAAS - PLATAFORM AS A SERVICE, NO TOTAL DE 5 (CINCO) LICENÇAS. VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1019918	17.600,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/02/2021	Inclusão	5,00000	3.520,0000	17.600,00

Versão	Data/Hora	Operação
000	05/02/2021 14:23:29	Inclusão

Desenvolvimento (PNUD), cujo objeto é o a implementação do Projeto BRA/20/015 - "Justiça 4.0: inovação e efetividade na realização da Justiça para todos".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PORTARIA DIRETORIA-GERAL Nº 37, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2021

Designa gestores para o Termo de Execução Descentralizada n. 005/2020, que entre si celebram o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho da Justiça Federal.

O DIRETOR-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, com fundamento na Portaria n. 112 de 4 de junho de 2010, e tendo em vista o que consta do Processo n. 10489/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores **Doris Canen**, matrícula n. 2217, como gestora, e **Eduardo Souza Pacheco Cruz Silva**, matrícula n. 1951, como gestor substituto, do Termo de Execução Descentralizada n. 005/2020, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho da Justiça Federal, para os valores referentes ao projeto "Justiça 4.0: Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos"; e o servidores **Thiago de Andrade Vieira**, matrícula n. 1246, e **Paulo Magnus Pereira Porto**, matrícula n. 2219, como gestor e substituto, respectivamente, para os valores referentes ao projeto "Aprimoramento da eficiência, da efetividade e da transparência do sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Johaness Eck

APOSTILA

A Portaria/SG nº 48, de 16/11/2011, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, pág. 60, em 18/11/2011, fica apostilada, com efeitos a partir de 12/01/2021, para considerar que a nomeação do servidor **JORGE LUIZ MANFROI** passa a ser para o cargo em comissão de Coordenador de Acompanhamento Orçamentário do Poder Judiciário, tendo em vista a alteração da Estrutura Orgânica deste Conselho, conforme Portaria/GP nº 1, de 8/01/2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, pág. 51, em 12/01/2021.

Getúlio-Vaz
Diretor-Geral Substituto

ATOS DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA

PORTARIA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO N. 2 DE 29 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre designação de gestores do objeto da Nota de Empenho 2021NE128.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO SUBSTITUTA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, com fundamento na Portaria nº 411 de 30 de novembro de 2018, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10114/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores **Carlos Eduardo Vellozo de Campos**, matrícula nº 1743, e **Emerson Dilamar Vendruscolo**, matrícula nº 1783, como gestor e gestor substituto, respectivamente, da Nota de Empenho nº 2021NE128, emitida em favor da empresa PTLS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA. (CNPJ nº 09.162.855/0005-17), tendo por objeto a contratação de Serviço Licenciamento (subscrição de software) de solução de Videoconferência em Nuvem - PaaS — Platform as a Service, num total de 05 (cinco) licenças, com vistas a realização de forma virtual das sessões plenárias, audiências e eventos institucionais do CNJ, para até 1.100 (um mil e cem) integrantes/participantes, por licença subscrição.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Sílvia Maria Guapindaia Peixoto

ATOS DO SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA

PORTARIA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP) N. 11 DE 21 DE JANEIRO DE 2021

Ato de dispensa



Locação de rádios comunicadores digitais pelo período de 12 meses

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Documento de oficialização da demanda **1**
Estudos preliminares **3**
Termo de referência **10**
Parecer AJU **17**
Edital **22**
Ata PRE **67**
Publicação DOU **71**
Mapa comparativo de preços **72**
Termo de adjudicação **73**
Relatório CPL **74**
Lista AJU **77**
Parecer AJU **79**
Termo de homologação **83**
Nota de empenho **84**
SICAF **86**
Contrato **91**
PAMS **99**
Nota de empenho **103**
Despacho SAD **105**
Publicação portal do CNJ **107**
Nota de empenho **109**
Lista AJU **111**
Parecer AJU **116**
Contrato **124**
Portaria SAD **135**
SICAF **136**
Publicação DOU **139**
Publicação portaria SAD **140**

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA (DOD) Nº 0953131 / SCE

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

1 IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

1.1 Título: Provimento de rádios comunicadores digitais.

1.2 Unidade Demandante: Secretaria de Cerimonial e Eventos

1.3 Responsável pela demanda: Priscilla Valéria Gianini Santos - Ramal: 5551

1.4 Sumário: Provimento de rádios comunicadores digitais para utilização da Secretaria de Cerimonial e Eventos na organização e gestão dos eventos organizados e apoiados pelo Conselho Nacional de Justiça.

2 CONTEXTO DE NEGÓCIO

2.1 Situação Atual:

Atualmente, o CNJ não possui contrato vigente para aquisição ou provimento de serviços disponibilização com a aquisição ou disponibilização de rádios comunicadores digitais. A demanda surgiu com a necessidade de otimizar a comunicação na organização, gestão e apoio nos eventos realizados pelo CNJ.

2.2 Descrição da Oportunidade ou do Problema:

A Secretaria de Cerimonial e Eventos possui uma necessidade de materiais e mobiliário que objetiva atender às demandas de eventos da melhor forma possível, a partir de uma comunicação eficiente e eficaz, principalmente quando o evento engloba um maior número de participantes. Nas sessões do CNJ e nos eventos presenciais, é essencial uma comunicação rápida e os rádios são fundamentais ao trabalho da SCE.

2.3 Objetivos da Solução Demandada:

Prover a demanda de bem necessário para aprimoramento da comunicação na realização das sessões e de eventos institucionais conduzidos e/ou apoiados pelo Conselho Nacional de Justiça, com rapidez, facilidade e compreensão, além de todos os envolvidos na organização do evento estarem juntos em uma mesma conversa.

Possibilidade de otimizar a organização e a comunicação durante o evento, sendo que muitos dos problemas podem ser minimizados e resolvidos com mais facilidade. Por exemplo, ao comunicar o fato ocorrido à equipe de organização, noticiar a um integrante que está em outro andar a chagada de uma autoridade ao órgão.

Espera-se como resultado da contratação a garantia de qualidade e de presteza na execução dos serviços de organização, gestão e coordenação de eventos.

2.4 Alinhamento Estratégico:

A demanda em questão possui conexão com o Planejamento Estratégico 2015-2020 deste Conselho (Portaria nº 167, de 15 de dezembro de 2015):

Art. 2º (...)

(...)

II - Ser reconhecido como órgão de excelência em planejamento estratégico, governança e gestão judiciária, a impulsionar a efetividade da Justiça brasileira.

III - Valores:

(...)

c) transparência: observância ao princípio constitucional da publicidade em relação à atuação do CNJ;

(...)

§ 1º São objetivos estratégicos para o período 2015-2020, além das diretrizes de gestão da Presidência do CNJ, os seguintes:

(...)

I – Aperfeiçoar a gestão das políticas judiciárias e demais instrumentos de governança do CNJ e do Poder Judiciário;

(...)

V – Incentivar a disseminação do conhecimento e boas práticas no âmbito do Poder Judiciário;

(...)

XII – Articular o aperfeiçoamento da governança e da tecnologia da informação e comunicação;

2.5 Alternativas da Solução Demandada:

No mercado, pode-se optar por aluguel de rádios, já incluso o serviço de manutenção, assistência técnica e custos de depreciação ou aquisição por compra de rádios dos mais variados modelos, com diversas opções de canais, baterias e acessórios.

3 PREVISÃO DE DATA QUE DEVE SER INICIADA A ENTREGA DO MATERIAL

3.1 A prestação dos serviços pode ser iniciada a partir de 27 de novembro de 2020.

Brasília, 29 de setembro de 2020.

Priscilla Valéria Gianini Santos
Secretária de Cerimonial e Eventos

Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA VALERIA GIANINI SANTOS**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE CERIMONIAL E EVENTOS**, em 29/09/2020, às 18:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **0953131** e o código CRC **39CBF3B8**.

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

O provimento de equipamentos de rádios de comunicação digital tem como justificativa disponibilizar o recurso como ferramenta de trabalho para auxiliar e aprimorar a comunicação da equipe de Cerimonial e Eventos na organização e realização das sessões e de eventos institucionais conduzidos e/ou apoiados pelo Conselho Nacional de Justiça, com rapidez, facilidade na resolução de ocorrências e demandas, uma vez que possibilita os envolvidos na organização do evento estarem juntos em uma mesma conversa.

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Disponibilização de rádios de comunicação digital para utilização da Secretaria de Cerimonial e Eventos na organização e gestão dos eventos organizados e apoiados pelo Conselho Nacional de Justiça.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

São partes interessadas: Presidência, Conselheiros do CNJ e demais setores do órgão que demandam organização de eventos.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

A demanda em questão possui conexão com o Planejamento Estratégico 2015-2020 deste Conselho (Portaria nº 167, de 15 de dezembro de 2015):

a) Visão de futuro: *"ser reconhecido como órgão de excelência em planejamento estratégico, governança e gestão judiciária, a impulsionar a efetividade da Justiça brasileira"; (artigo 2°, inciso II);*
b) Valores: *"(...) transparência: observância ao princípio constitucional da publicidade em relação à atuação do CNJ..." (artigo 2°, inciso III, alínea c);*
c) "(...) comprometimento: *compromisso de todos os colaboradores com a missão e os objetivos institucionais..." (artigo 2°, inciso III, alínea d).*

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

Disponibilização em período integral de rádios comunicadores digitais, para utilização da Secretaria de Cerimonial e Eventos, permitindo a comunicação entre todos, no mesmo veículo, conforme especificações constantes nestes Estudos Preliminares.

Os aparelhos deverão conter as seguintes especificações mínimas:

a) dispensar licença da ANATEL para funcionamento;

b) ser discreto, sem cores extravagantes, compacto (medindo no máximo 14cm X 6 cm X 3,5 cm [AxLxP]), leve (pesando no máximo 220g, com a bateria);

c) possuir bateria de Li-Ion com duração média superior a 10 horas, em ciclo de trabalho contínuo;

d) possuir receptor de áudio com alta sensibilidade (considerando-se que, estando próximo a uma autoridade, em local fechado como um elevador, plenário, sala de reuniões, etc, o usuário não pode aumentar o tom de voz para se fazer ouvir quando da comunicação de uma mensagem);

e) capacidade para troca de mensagens de texto (SMS) entre os próprios rádios. (para casos em que não se possa transmitir uma mensagem de voz, quando falar, mesmo que em baixo volume de voz, poderia chamar atenção ou atrapalhar uma reunião);

f) função modo silencioso, com alerta vibratório;

g) transmissor com frequência de 900 MHz e esquema FHSS;

h) capacidade de armazenamento de, no mínimo, 9 contatos em agenda interna;

i) identificador de chamadas;

j) modo de organização de contatos individualmente e por grupos;

k) modo viva-voz;

l) acompanhar os acessórios de clipe de cinto; fone de ouvido e carregador de bateria;

m) fone de ouvido deve ser discreto, com tubo acústico transparente espiral, com PTT de lapela e encaixe auricular anatômico em silicone.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

Atualmente, o CNJ não possui contrato vigente específico para o objeto em questão.

Para fins de apoio na elaboração destes Estudos, foram utilizadas informações e especificações do Termo de Referência - Edital 31/2019 0743476, que resultou o Contrato nº 36/2019, o qual tem por objeto contratação de serviços de apoio administrativo na área de cerimonial. Esse contrato tem incluído em seus custos, o fornecimento de 8 (oito) equipamentos de rádios comunicadores digitais para os profissionais dos postos de trabalho.

Também foi utilizado como referência para elaboração desse documento o Pregão nº 24/2019, que teve por objeto a contratação de serviços de apoio administrativo na área de segurança contra incêndio, pânico, abandono da edificação, atendimento a primeiros socorros e desenvolvimento de política prevencionista de segurança contra incêndio, por meio de postos de trabalho. No pregão mencionado, a empresa contratada tem como obrigação o fornecimento de equipamentos de rádio comunicação, com serviço móvel especializado (SME), em regime de aluguel, devidamente habilitados somente na função comunicação direta, individual ou em grupo tipo PTT, em funcionamento contínuo e ininterrupto de comunicação, sendo de responsabilidade da Contratada a manutenção e demais despesas.

Cabe ressaltar que a Secretária de Cerimonial e Eventos, chefias e demais membros da equipe desta Secretaria necessitam também da disponibilização de equipamento de rádio comunicação compatível com o utilizado pelos postos de cerimonialistas, uma vez que eles também participam da condução, da organização e do gerenciamento de todos os eventos que ocorrem no CNJ.

3.2 Identificação das opções disponíveis

Opções Identificadas		**Especificação do produto/serviço** *Especificar as principais características da solução (produto/serviço), indicando serviços e materiais a serem utilizados, explicitando ainda fornecedores e fabricantes potencialmente aptos ao atendimento dos requisitos especificados.*	**Quantificação do Produto ou Serviço** *Apresentar ou mencionar anexo como foi quantificada a estimativa das opções levantadas*	**Órgão (s) públicos que adotaram a solução**
1ª	Contratação de empresa para disponibilização de equipamentos de rádios	Disponibilização de rádios comunicadores digitais, em regime de locação, funcionamento contínuo e ininterrupto de comunicação, sendo de responsabilidade da Contratada a	12 (doze) unidades A quantidade foi baseada na equipe da Secretaria de Cerimonial e Eventos, que necessitam do equipamento e ainda não tem disponível para uso no	**Tribunal Superior Eleitoral - Tribunal Regional do Tocantins** Pregão Eletrônico Nº 30/2018 Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na locação de rádios de comunicação. **Município de**

1ª	de rádios comunicadores digitais, incluso manutenção e demais despesas	manutençao e demais despesas. Prazo de execução: 12 meses. Metodologia de execução: Mensal.	trabalho de comunicação com a equipe de organização dos eventos. 1 Secretária, 1 Coordenadora, 2 Chefes de Seção, 1 servidora, 3 secretárias, 4 recepcionistas.	**Canoas/RS** Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Edital nº 227/2018 - Pregão eletrônico nº 72/2018 Contratação de Serviço de locação de rádios comunicadores analógicos.
2ª	Contratação de empresa para aquisição de rádios comunicadores digitais	Aquisição de rádios comunicadores digitais, via compra de equipamentos. A CONTRATADA deverá fornecer garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses para o equipamento quanto a defeitos de fabricação e imperfeições, contados a partir do seu recebimento definitivo, prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante, caso esta tenha prazo de vigência superior.	12 (doze) unidades A quantidade foi baseada na equipe da Secretaria de Cerimonial e Eventos, que necessitam do equipamento e ainda não tem disponível para uso no trabalho de comunicação com a equipe de organização dos eventos. 1 Secretária, 1 Assessora, 2 Chefes de Seção, 1 servidora, 2 secretárias, 3 recepcionistas.	**Ministério Público da União - Ministério Público do Trabalho** Pregão Eletrônico Nº 27/2020 Registro de Preços para aquisição de rádios comunicadores portáteis **Ministério da Educação - Universidade Federal de Juiz de Fora** Pregão Eletrônico nº 39/2018 Aquisição de materiais e acessórios para equipamentos de comunicação à Universidade Federal de Juiz de Fora

3.3 Custo e benefício das opções disponíveis

Opções	**Benefícios da opção** *Descrição dos benefícios diretos e indiretos pretendidos com a contratação em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor*	**Desvantagens da opção**	**Custo(s) da**

	Identificadas	*aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais e de melhoria dos serviços oferecidos*	Desvantagens da opção	da solução (R$)
1ª	Disponibilização de rádios comunicadores digitais, em regime de locação, funcionamento contínuo e ininterrupto de comunicação, sendo de responsabilidade da Contratada a manutenção e demais despesas.	Eficiência, economicidade, custos menores que a compra dos rádios, manutenção inclusa, substituição de produtos defeituosos.	Rádios não são bens do órgão, a Contratante tem que se responsabilizar pelo bom uso e guarda do produto da Contratada.	Estimado em R$ 780,00 mensais Total anual R$ 9.360,00
2ª	Aquisição de rádios comunicadores digitais, via compra de equipamentos.	Produto faz parte do patrimônio do órgão. Ter o bem disponível em tempo integral (conforme vida útil do bem) para uso do órgão.	Custo mais alto que aluguel do bem, não inclui manutenção, envolve custos de depreciação do bem ao longo do tempo.	Estimado em R$ 21.405,36

Para fins de estimativa de preços, foi utilizado o custo dos rádios do Contrato 36/2019, que é de R$ 13.245,36, para 8 (oito) postos de trabalho de cerimonialistas, com vida útil estimada em 5 anos e depreciação de 1,66% ao ano. A estimativa também levou em conta os orçamentos recebidos de empresas, conforme anexado aos autos.

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

Indicar, com base na avaliação evidenciada nos itens anteriores, a solução que melhor atende à necessidade especificada. Em seguida apresentar novamente os principais elementos da solução escolhida, tais como (rol exemplificativo):

Com base na avaliação evidenciada, a solução que melhor atende à necessidade é a opção de disponibilização de rádios comunicadores digitais, em regime de locação, funcionamento contínuo e ininterrupto de comunicação, sendo de responsabilidade da Contratada a manutenção e demais despesas.

- as características do serviço e/ou do material a ser contratado;

Os rádios devem possui as características mínimas citadas de acordo com o item 2. Os rádios devem ser acompanhados de todos os acessórios necessários para o seu pleno funcionamento.

A contratada deverá disponibilizar um técnico para as assistências técnicas necessárias, ou troca do rádio que apresentar defeitos.

Todas as peças, componentes e acessórios necessários para a recuperação dos rádios e instalação, serão por conta da licitante vencedora e deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados a partir da comunicação formal à licitante.

A contratada deverá ministrar treinamento ou manual de uso do rádio e esclarecer dúvidas em relação à utilização do rádio, sem custo a mais para o CNJ.

detalhamento do custo da solução;

A empresa deve prestar assistência técnica, fazendo as substituições necessárias ao pleno funcionamento do sistema durante o período de locação, como também a retirada dos rádios após a conclusão do contrato.

Os rádios deverão ter criptografia para que a comunicação não seja ouvida ou interferida por outra pessoa. Os equipamentos deverão ter autonomia de no mínimo 10 horas, na possível falta de energia elétrica na rede.

Os rádios devem possuir funcionalidades básicas: chamada digital, botões programáveis, para ativação e desativação de privacidade, excluir conversa indesejada, indicador de bateria, silenciador, ativar e desativar emergência, chamada de grupo.

- os benefícios diretos e indiretos pretendidos com a contratação em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais e de melhoria dos serviços oferecidos;

O uso de rádio comunicação tem como principais benefícios evitar possível congestionamento no tráfego da telefonia fixa e celular no dia da eleição,

como também a possibilidade de conversação simultânea entre equipes diversas, podendo se deslocar para prestar suporte a equipe que estiver mais próxima do local, evitando demora e ligações sucessivas.

Possibilidade de otimizar a organização e a comunicação durante o evento, sendo que muitos dos problemas podem ser minimizados e resolvidos com mais facilidade. Por exemplo, ao comunicar o fato ocorrido à equipe de organização, noticiar a um integrante que está em outro andar a chagada de uma autoridade ao órgão.

Espera-se como resultado da contratação a garantia de qualidade e de presteza na execução dos serviços de organização, gestão e coordenação de eventos.

- a necessidade, caso existente, de serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva, adaptativa e de garantia técnica com a indicação do respectivo período para equipamentos e materiais explicitados na solução selecionada.

Caso seja necessário manutenção ou troca, em razão de rádio apresentar defeito, a empresa contratada deve solucionar o problema em até 24 (vinte e quatro horas), após comunicação formal por e-mail ou por telefone.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

A quantidade do produto a ser disponibilizada foi baseada de acordo com o quantitativo que compõe a equipe da Secretaria de Cerimonial e Eventos que não possuem rádios comunicadores à disposição para o exercício das funções de organização e planejamento dos eventos no CNJ.

A demanda atual é de 12 rádios, que são para a equipe: 1 secretária de Cerimonial e Eventos, 1 coordenadora, 2 chefes de seção e 1 servidora, 3 secretárias e 4 recepcionistas.

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

O objeto não é divisível.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

Em termos de economicidade, é possível com a locação dos rádios, obter a qualidade dos serviços prestadas pelo uso do objeto, além de evitar para o órgão custos de depreciação caso fosse adquirir os rádios por meio de compra.

Tendo em vista a especificidade deste objeto, a SCE, após o recebimento da nota fiscal pela empresa, elaborará Nota Técnica para atesto dos serviços contendo avaliação dos serviços prestados.

É oportuno que a empresa contratada faça uso de logística reversa ou práticas ambientais sustentáveis aplicadas no descarte dos rádios.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

Em consonância com o Manual de Gestão de Riscos do CNJ, foram identificados os seguintes riscos da contratação:

RISCO 1:	Rádios contratados não possuem compatibilidade com os utilizados pelos cerimonialistas.		
Probabilidade (Alta, média e Baixa)	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Alta	1	Impossibilidade de manter comunicação integrada com toda a equipe de Cerimonial e Eventos.	Alto
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Comunicação com a empresa contratada sobre compatibilidade de uso de rádios, de acordo com especificações exigidas no contrato.		Gestor do contrato e área demandante

RISCO 2:	Rádios apresentam defeitos ou falhas na execução das funcionalidades.		
Probabilidade (Alta, média e Baixa)	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Média	1	Prejuízo de membro da equipe ficar sem rádio disponível para uso durante o evento.	Alto
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Comunicação com a empresa contratada para troca de rádio em pleno funcionamento.		Gestor do contrato e área demandante

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

As providências que devem ser adotadas previamente são a previsão orçamentária para contratação, verificar a compatibilidade dos rádios que serão entregues com aqueles que são utilizados pelos postos de trabalho de cerimonialistas, Contrato nº 36/2019, para que seja possível a comunicação integrada de toda a equipe da Secretaria de Cerimonial e Eventos.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

O prazo de vigência é de 12 meses.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

Outro ponto relevante diz respeito à necessidade de disponibilidade dos rádios para uso da Secretaria em tempo integral, uma vez que é constante o surgimento de eventos não programados ou a necessidade de apoio da equipe de Cerimonial. Nessas ocasiões, o uso dos rádios é indispensável e não haveria tempo hábil para solicitar o objeto a uma possível contratada.

12. CONCLUSÃO DO GESTOR

Considerando as opções levantadas, seus custos e valor estimado, a disponibilização de rádio em regime de locação é oportuna, uma vez que pelos orçamentos recebidos, é a opção mais econômica, possui a eficiência de troca em razão de defeitos, não há preocupação com custos de depreciação, além de ter a possibilidade de ser feito ajuste contratual de forma quantitativa, caso necessário.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Unidade
Priscilla Valéria Gianini Santos	priscilla.santos@cnj.jus.br	SCE
Carine de Lima Nascimento	carine.nascimento@cnj.jus.br	SCE
Raylla Neves Araujo Nogueira	raylla.araujo@cnj.jus.br	SCE

Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA VALERIA GIANINI SANTOS**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE CERIMONIAL E EVENTOS**, em 05/11/2020, às 17:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **0981821** e o código CRC **2C9759FF**.

1. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO

1.1 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Manter a padronização da comunicação entre os prestadores de serviços do Contrato n. 36/2019 (0778595), que já possui rádios para a execução dos eventos, de modo que os servidores também tenham aparelhos similares e possam comunicar-se adequadamente com toda a equipe durante os eventos do CNJ.

1.2 Indique as partes interessadas

São partes interessadas: Presidência, Conselheiros do CNJ e demais setores do órgão que demandam organização de eventos.

1.3 Indique os resultados esperados da aquisição

Espera-se como resultado da contratação a garantia de qualidade e de presteza na execução dos serviços de organização, gestão e coordenação de eventos, por meio da comunicação de forma integrada, eficiente e eficaz.

1.4 Justificativa da contratação

a) Motivação da contratação;

A motivação da contratação é ter a provisão de equipamentos de rádios de comunicação digital a fim de auxiliar e aprimorar a comunicação da equipe de Cerimonial e Eventos na organização e realização das sessões e de eventos institucionais conduzidos e/ou apoiados pelo Conselho Nacional de Justiça, com rapidez, facilidade na resolução de ocorrências e demandas, uma vez que possibilita os envolvidos na organização do evento estarem juntos em uma mesma conversa.

b) Objetivo a ser alcançado por meio da contratação;

O objetivo a ser alcançado por meio da contratação é realizar uma comunicação de forma integrada de toda equipe de organização e gerenciamento de eventos do CNJ, com a finalidade de solucionar problemas, resolver pendências e demandas de forma célere e eficiente durante os eventos organizados ou apoiados pelo Conselho.

c) Benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação;

Os benefícios pretendidos com a contratação em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais e de melhoria dos serviços oferecidos.

O uso de rádio comunicador, tem como principais benefícios evitar, possível congestionamento no tráfego da telefonia fixa e celular nos dias de realização dos eventos, como também a possibilidade de conversação simultânea entre equipes diversas, podendo se deslocar para prestar suporte a equipe que estiver mais próxima do local, evitando demora ou atrasos e ligações sucessivas.

d) Conexão entre a contratação e o planejamento estratégico do CNJ, que devem ser harmônicos;

A demanda em questão possui conexão com o Planejamento Estratégico 2015-2020 deste Conselho (Portaria nº 167, de 15 de dezembro de 2015):

a) Visão de futuro: *"ser reconhecido como órgão de excelência em planejamento estratégico, governança e gestão judiciária, a impulsionar a efetividade da Justiça brasileira"; (artigo 2°, inciso II);*
b) Valores: *"(...) transparência: observância ao princípio constitucional da publicidade em relação à atuação do CNJ..." (artigo 2°, inciso III, alínea c);*

c) “(...) comprometimento: *compromisso de todos os colaboradores com a missão e os objetivos institucionais...” (artigo 2°, inciso III, alínea d).*

e) Relação entre a demanda e a quantidade a ser contratada, acompanhada dos critérios de medição utilizados, documentos e outros meios probatórios.

A metodologia utilizada para a escolha do formato da contratação e da quantidade escolhida foi fundamentada com base em pesquisa de mercado e contratações similares de outros órgãos públicos, de maneira adequada às necessidades do CNJ.

A quantidade do produto a ser disponibilizada foi baseada de acordo com o quantitativo que compõe a equipe da Secretaria de Cerimonial e Eventos que não possuem rádios comunicadores à disposição para o exercício das funções de organização e planejamento dos eventos no CNJ.

O critério de definição de demanda está de acordo com a estrutura orgânica da Secretaria, com a necessidade de disponibilização de 12 rádios, que são:

Quantidade de usuários	
Secretária de Cerimonial e Eventos	01
Coordenadora	01
Chefes de Seção	02
Servidora	01
Colaboradores	07

2. OBJETO

2.1 Definição do Produto / Serviço a ser contratado

Disponibilização de rádios comunicadores digitais, em período integral, por regime de locação, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

2.2 Especificação do Produto / Serviço a ser contratado

Os aparelhos deverão conter as seguintes especificações mínimas:

a) dispensar licença da ANATEL para funcionamento;

b) ser discreto, sem cores extravagantes, compacto (Dimensões - 128,5 mm (Al) x 56 mm (L) x 27 mm (P));

c) ser compatível com rádio Motorola DTR720, em razão da necessidade de compatibilidade dos rádios utilizados pelos cerimonialistas.

d) possuir bateria de Li-Ion com duração média superior a 10 horas, em ciclo de trabalho contínuo;

e) possuir receptor de áudio com alta sensibilidade (considerando-se que, estando próximo a uma autoridade, em local fechado como um elevador, plenário, sala de reuniões, etc, o usuário não pode aumentar o tom de voz para se fazer ouvir quando da comunicação de uma mensagem);

f) capacidade para troca de mensagens de texto (SMS) entre os próprios rádios. (para casos em que não se possa transmitir uma mensagem de voz, quando falar, mesmo que em baixo volume de voz, poderia chamar atenção ou atrapalhar uma reunião);

g) função modo silencioso, com alerta vibratório;

h) transmissor com frequência de 900 MHz e esquema FHSS;

i) capacidade de armazenamento de, no mínimo, 9 contatos em agenda interna;

j) identificador de chamadas;

k) modo de organização de contatos individualmente e por grupos;

l) modo viva-voz;

m) acompanhar os acessórios de clipe de cinto; fone de ouvido e carregador de bateria;

n) fone de ouvido deve ser discreto, com tubo acústico transparente espiral, com PTT de lapela e encaixe auricular anatômico em silicone.

Detalhamento dos serviços ou produtos, das metodologias de trabalho e a definição da rotina de execução a ser adotada, incluindo:

a) procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas, quando for o caso;

A metodologia de execução do contrato será de forma mensal, em regime de locação, funcionamento contínuo e ininterrupto de comunicação, sendo de responsabilidade da Contratada a manutenção e demais despesas do objeto.

A tecnologia disponibilizada pelo rádio fornecido deve ser compatível com os rádios que são utilizados pelos postos de trabalho de cerimonialistas (Motorola DTR720), Contrato nº 36/2019, para que seja possível a comunicação integrada de toda a equipe da Secretaria de Cerimonial e Eventos.

b) deveres e disciplina exigidos;

Os rádios devem possui as características mínimas citadas de acordo com o item de especificações do objeto. Os rádios devem ser acompanhados de todos os acessórios necessários para o seu pleno funcionamento.

A contratada deverá disponibilizar um técnico para as assistências técnicas necessárias, ou troca do rádio que apresentar defeitos.

Todas as peças, componentes e acessórios necessários para a recuperação dos rádios e instalação, serão por conta da licitante vencedora e deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados a partir da comunicação formal à licitante.

A contratada deverá ministrar treinamento ou manual de uso do rádio e esclarecer dúvidas em relação à utilização do rádio, sem custo a mais para o CNJ.

- detalhamento do custo da solução;

A empresa deve prestar assistência técnica, fazendo as substituições necessárias ao pleno funcionamento do sistema durante o período de locação, como também a retirada dos rádios após a conclusão do contrato.

Os rádios deverão ter criptografia para que a comunicação não seja ouvida ou interferida por outra pessoa. Os equipamentos deverão ter autonomia de no mínimo 10 horas, na possível falta de energia elétrica na rede.

Os rádios devem possuir funcionalidades básicas: chamada digital, botões programáveis, para ativação e desativação de privacidade, excluir conversa indesejada, indicador de bateria, silenciador, ativar e desativar emergência, chamada de grupo.

Outro ponto relevante diz respeito à necessidade de disponibilidade dos rádios para uso da Secretaria em tempo integral, uma vez que é constante o surgimento de eventos não programados ou a necessidade de apoio da equipe de Cerimonial. Nessas ocasiões, o uso dos rádios é indispensável e não haveria tempo hábil para solicitar o objeto a uma possível contratada.

Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. - Comunicar, por meio do gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato.

c) identificação dos resultados esperados;

Espera-se que os rádios comunicadores digitais fornecidos estejam em condições de uso favoráveis, que os rádios sejam de fácil manuseio, se preciso, que a contratada forneça manuais explicativos ou treinamentos necessários, sem custos adicionais para o CNJ. Espera-se, ainda, que a contratada tenha disponibilidade para solucionar problemas de forma célere, a fim de dar continuidade às demandas de realização de organização e gestão de eventos institucionais do CNJ.

Os resultados da contratação serão aferidos mediante verificação da conformidade dos rádios fornecidos com as especificações constantes, conforme especificação do objeto e metodologia dos serviços. A empresa deverá protocolar a nota fiscal na Seção de Protocolo do CNJ (seção.protocolo@cnj.jus.br).

f) definição da unidade de medida a ser utilizada para o tipo de serviço a ser contratado, incluindo métricas, metas e formas de mensuração adotadas, dispostas, sempre que possível, na forma de Níveis de Serviços e de indicadores;

A unidade de medida utilizada é a quantidade fornecida pela contratada, de acordo com o quantitativo necessário, a forma de mensuração de atendimento de prestação da disponibilidade dos rádios será atestada de forma mensal, com registro de todas as ocorrências da competência de referência, utilizando meios de comunicação como e-mails, telefone, *whatsapp* e ofícios.

2.4 Critérios de sustentabilidade

É oportuno que a empresa contratada faça uso de logística reversa ou práticas ambientais sustentáveis aplicadas no descarte dos rádios.

2.5 Em caso de produtos/serviços

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE UNIT.	QTDE. TOTAL
1	Disponibilização de rádios comunicadores digitais	Fornecimento de 12 rádios comunicadores digitais, em período integral, em regime de locação, conforme especificações do Termo de Referência.	Mensal	1	12

2.6 Métricas utilizadas

A medida utilizada para o tipo de produto a ser contratado é a disponibilização de 12 (doze) rádios comunicadores digitais, em período integral, mantendo o pleno funcionamento da ferramenta de comunicação, conforme especificações do Termo de Referência.

2.7 Serviços prestados de forma contínua ou não contínua

O objeto deste Termo de Referência é de natureza continuada, tendo em vista a necessidade de conversação simultânea entre equipes diversas, podendo se deslocar para prestar suporte a equipe que estiver mais próxima do local, evitando demora ou atrasos e ligações sucessivas, e a realização de eventos sem comunicação antecipada à SCE.

A interrupção do serviço poderá comprometer o funcionamento das atividades finalísticas e a boa prestação do serviço público na sua missão institucional.

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Os rádios deverão ser disponibilizados pela contratada, ficarem disponíveis de forma integral, a partir da assinatura do contrato. Mensalmente, a empresa contratada deverá encaminhar nota fiscal com quantitativo de rádios fornecidos e que estiveram em pleno funcionamento para fins de atesto e pagamento.

3.1 Local e Horário

Os rádios devem ser entregues na Secretaria de Cerimonial e Eventos do Conselho Nacional de Justiça, localizado no SAF Sul Quadra 2 lotes 5/6, sala EA01, a partir das 10h.

3.2 Dias e Horários do Funcionamento do CNJ

O horário de funcionamento do Conselho Nacional de Justiça é de segunda a sexta-feira, das 08h às 20h, devendo atentar-se para feriados, períodos de recesso forense e de expediente reduzido.

3.3 Frequência e periodicidade da prestação dos serviços;

A disponibilização dos rádios dar-se-á de forma integral, o pedido dos rádios poderá ser feito assim que o contrato estiver disponível para utilização.

3.4 Ordem de Execução

Os rádios serão requisitados por meio de instrumento de Contrato, o gestor do contrato manterá a Contratada informada sobre a entrega e disponibilização dos rádios.

4. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

O objeto é de natureza comum, podendo ser utilizada a modalidade de licitação Pregão Eletrônico.

5. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

5.1 Qualificação técnica

Não se aplica.

5.2 Habilitação jurídica

Registro comercial, no caso de empresário individual;

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

Regularidade fiscal e trabalhista: Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Economia; Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da licitante; Prova de regularidade para com a Fazenda Federal; Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante; Prova de regularidade relativa à Seguridade Social; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

5.3 Qualificação econômico-financeira

Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica;

6. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

A conformidade do objeto será pautada na qualidade, eficiência e características do objeto.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Disponibilizar os rádios comunicadores digitais, de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo Contratante;

7.2 Providenciar a troca de todo rádio que estiver com defeito ou mau funcionamento, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante.

7.3 Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos, conforme previsto neste Termo de Referência.

7.4 Comunicar à Administração do CNJ, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrência que possam prejudicar o perfeito atendimento aos serviços.

7.5 Comunicar, por escrito, todas as ocorrências irregulares verificadas na execução dos serviços e prestar os esclarecimentos que julgar necessários.

7.6 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste documento e na legislação correlata.

7.7 Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

7.8 Providenciar os meios necessários à completa execução dos serviços.

7.9 Comunicar a necessidade de substituição de equipamento com antecedência de 5 (cinco) dias.

7.10 Providenciar treinamento, manuais e orientação de uso do equipamento, caso haja necessidade, sem adicionais de custo para a Contratante.

7.11 Responder por todas as despesas decorrentes da disponibilização dos rádios e de eventuais substituições, tais como impostos, taxas, fretes, mão de obra, recolhimento de equipamento.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Atestar a execução do objeto, nos termos do disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

8.2 Permitir à Contratada o acesso ao local para a entrega dos equipamentos, desde que observadas as normas de segurança.

8.3 Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, e anotar em registro próprio as falhas detectadas.

8.4 Proceder à consulta prévia ao SICAF antes da emissão da nota de empenho e antes de efetuar qualquer pagamento à Contratada e, se esta não for inscrita no SICAF, exigir a apresentação dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, seguridade social e trabalhista.

8.5 Atuar da forma mais ampla e completa no acompanhamento da execução do objeto, acompanhamento este que não eximirá a contratada das responsabilidades previstas quanto aos danos que forem causados à Contratante ou a terceiros.

8.6 Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar a plena execução do objeto.

8.7 Comunicar à empresa Contratada todas e quaisquer ocorrências em desacordo com o cumprimento das obrigações pactuadas, qualquer anormalidade na entrega do objeto, podendo sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.

8.8 Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas em contrato.

8.9 Recusar, no todo ou em parte, os equipamentos de rádio que não atenderem às especificações deste documento.

9. RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 O recebimento não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

9.2 Os serviços serão recebidos pelo fiscal do contrato ou seu substituto, provisoriamente, de forma diária, para efeito de verificação de qualidade, quantidade e conformidade com as especificações solicitadas pelo gestor, e definitivamente, de forma mensal, após atesto da disponibilização dos equipamentos em conformidade com suas especificações.

10. PAGAMENTO DO OBJETO

10.1 O pagamento será efetuado mensalmente mediante crédito em conta corrente da Contratada, por ordem bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do termo de recebimento definitivo, conforme disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, "a", da Lei nº 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação, e cumpridos os seguintes requisitos:

a) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão, acompanhada da Certidão Negativa de Débito – CND, comprovando regularidade com o INSS; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS; da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho; e de prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;

b) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a CONTRATADA.

10.2 A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido no Edital, ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à Contratada e, nesse caso, o prazo previsto no item 10.1 será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização;

10.3 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

10.4 A empresa deverá protocolar a nota fiscal no setor de Protocolo do CNJ, e-mail: protocolo@cnj.jus.br.

11. PENALIDADES APLICÁVEIS

Com fundamento no art. 3º da Instrução Normativa n° 67/2020:

As licitantes ou contratadas que descumprirem, total ou parcialmente, regra estabelecida no edital de licitação ou nos contratos celebrados com o CNJ ficarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente:

I – advertência, em caso de não entrega de documentação simples ou atraso superior a 1 dia útil de resposta de e-mail ou comunicação similar;

II – multa, nos seguintes casos:

Infração	Penalidade
Atraso injustificado na disponibilização de rádios ou de	8% (oito por cento) do

substituição de equipamento que apresenta defeito ou mau funcionamento	8% (oito por cento) do valor mensal do contrato
Falha na execução do objeto ou contratada não prestar esclarecimento ou orientação sobre utilização do equipamento	4% (quatro por cento) do valor mensal do contrato
Não manutenção de condições de habilitação (por ocorrência)	3% (três por cento) do valor anual do contrato
Inexecução Parcial do Contrato	10% (dez por cento) do valor anual do contrato. Pode ser o caso de rescisão unilateral do contrato
Descumprimento de legislação (legais e infralegais) afeta a execução do objeto	5% (cinco por cento) do valor anual do contrato. Pode ser o caso de rescisão unilateral do contrato
Inexecução Total do Contrato	20% (vinte por cento) do valor anual do contrato. Passível de rescisão unilateral do contrato

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

V – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III.

12. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o interesse das partes, em conformidade com o art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93.

13. GARANTIA DO CONTRATO

Não há necessidade de garantia contratual.

14. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O CNJ nomeará gestor para executar a fiscalização dos serviços. As ocorrências e as deficiências serão registradas por e-mail, anexadas ao processo de contratação, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne à execução do objeto.

15. ESTUDO PRELIMINAR

Este Termo de Referência foi elaborado de acordo com o Estudo Preliminar 0981821 aprovado, anexo ao Processo 08254/2020.

Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA VALERIA GIANINI SANTOS**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE CERIMONIAL E EVENTOS**, em 09/12/2020, às 17:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1003094** e o código CRC **1FD394E5**.

PARECER - AJU

PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ SEI Nº 08254/2020

Assunto: Pregão Eletrônico nº 4/2021. Fornecimento de rádios comunicadores digitais, em período integral, por meio de locação. Análise de minuta de edital. Chancela.

Senhora Assessora-Chefe,

Vieram os autos à Assessoria Jurídica (AJU) para análise, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei n° 8.666/1993, da minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº 4/2021, que tem por objetivo o fornecimento de rádios comunicadores digitais, por meio de locação. A unidade demandante da contratação é a Seção de Cerimonial e Eventos (SCE).

2. A contratação ora pretendida tem por objetivo “realizar uma comunicação de forma integrada de toda equipe de organização e gerenciamento de eventos do CNJ, com a finalidade de solucionar problemas, resolver pendências e demandas de forma célere e eficiente durante os eventos organizados ou apoiados pelo Conselho", conforme consignado no Termo de Referência (1003094, item 1.4).

3. Os autos foram instruídos com os seguintes documentos:

a) Documento de Oficialização de Demanda (DOD), Estudos Preliminares e Termo de Referência (0953131, 0981821 1003094, respectivamente), devidamente aprovados pela Secretaria de Administração (SAD) nos Despachos SAD (0963004, 0984253 e 1027969, respectivamente), tendo em vista a competência delegada na Portaria Diretoria-Geral 411, de 30 de novembro de 2018, e em cumprimento ao disposto nos incisos I, II, III e V do art. 14 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, bem como o disposto na Instrução Normativa CNJ nº 82, de 18 de agosto de 2020;

b) inclusão do objeto da contratação no Cronograma das Contratações de 2021 (1021572, Processo SEI 11568/2019);

c) mapa comparativo de preços (1024784), que motivou a utilização do valor mínimo (1024975);

d) classificação orçamentária da despesa (1026827), bem como a indicação da dotação orçamentária (1027378 e 1027573); e

e) minuta de edital (1029861).

É o necessário a relatar.

ANÁLISE

4. Preliminarmente, destaca-se que a análise em curso se limita aos aspectos jurídicos e de regularidade processual/procedimental da matéria proposta,

abstendo-se quanto aos elementos técnicos, financeiros, à adequação e à regularidade de cálculos, transcrições de valores e inserções nos anexos do instrumento em análise ou aqueles decorrentes de exercício de discricionariedade administrativa das demais unidades e gestores do CNJ.

5. A minuta do Edital consta do arquivo SEI 1029861, ao qual também estão acostados o Anexo I (Termo de Referência); o Anexo II (Estimativas de preços e Proposta de preços) e o Anexo III (Minuta do Contrato), em que se detalham as obrigações a serem assumidas pelo CNJ, na qualidade de contratante, e pela(s) licitante(s) vencedora(s), na qualidade de empresa(s) contratada(s). Da minuta constam ainda o Anexo A (Valor Discriminado do Contrato) e o Anexo B (Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços do Conselho Nacional de Justiça).

6. Quanto à modalidade de licitação a ser promovida, verificou-se haver justificativa da unidade demandante quanto à adoção do Pregão Eletrônico, tendo em vista que os bens a serem contratados foram classificados como comuns. Vejam-se as justificativas extraídas do item 4 do Termo de Referência (1003094):

> **4. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO**
>
> O objeto é de natureza comum, podendo ser utilizada a modalidade de licitação Pregão Eletrônico.

7. Com base nas motivações supramencionadas, entende-se pela viabilidade da utilização do pregão eletrônico. Por oportuno, o art. 14 do Decreto nº 10.024/2019 define quais procedimentos devem ser observados na fase preparatória do pregão:

> Art. 14. No planejamento do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:
>
> I - elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência;
>
> II - aprovação do estudo técnico preliminar e do termo de referência pela autoridade competente ou por quem esta delegar;
>
> III - elaboração do edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
>
> IV - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, dos prazos e das condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e a execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração pública; e
>
> V - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

8. Referente à caracterização do serviço como contínuo, conforme descrito no item 2.7 do Termo de Referência (1003094), não se observa óbice jurídico à possibilidade de prorrogação do contrato. No entanto, pela natureza do objeto, entende-se que a prorrogação deverá obedecer o disposto no inciso IV do art. 57 da Lei nº 8.666/1993[2], em vez do inciso II. O Tribunal de Contas da União (TCU) já se manifestou sobre a matéria no Acórdão 3018/2008 (Segunda Câmara):

> [ACÓRDÃO]
> 1.6 Determinar ao Arquivo Nacional que:
> [...]
> 1.6.2 observe, ao fixar a duração dos contratos relativos ao

> aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, o prazo estabelecido pelo inciso IV do art. 57 da Lei n.º 8.666/93;

9. No campo da doutrina, citam-se Joel de Menezes Niebuhr [3] e Marçal Justen Filho [4]:

> De plano convém ressaltar que o inciso IV diz respeito a dois objetos diferentes: o primeiro é pertinente ao aluguel de equipamentos, e o segundo à utilização de programas de informática. Logo, o equipamento a ser alugado não precisa ser de informática. Portanto, é permitido à Administração estender a execução de contrato de quaisquer tipos de equipamentos, expressa que tem sentido amplo, abarcando máquinas de cópia, veículos, maquinário em geral e, inclusive, equipamentos de informática. (NIEBUHR, 2008, p. 465.)
>
> _____
>
> O aluguel de equipamento e a utilização de programas de informática podem ser pactuados por prazo de até quarenta e oito meses, a regra justifica-se porque a Administração pode não ter interesse na aquisição definitiva de tais bens ou direitos. A rapidez da obsolescência é usual, nesse campo. Daí a utilização temporária, dentro de prazos razoáveis. Aplica-se a sistemática do inc. II, com possibilidade de prorrogação do prazo inicial, pactuado em período inferior aos 48 meses. (JUSTEN FILHO, 2014, p. 957)

10. Desse modo, recomenda-se que sejam procedidas as devidas alterações no Termo de Referência e na minuta do Contrato, a fim de refletir o permissivo legal em comento (vigência inicial de 12 meses e possibilidade de prorrogação até o limite de 48 meses).

11. Estabelecido o cotejo entre o previsto na norma e o conteúdo destes autos, constataram-se: 1) elaboração do Edital de Pregão Eletrônico contendo, entre outros, justificativa da necessidade de contratação, definição das exigências de habilitação, obrigações das partes, critério de aceitação das propostas e das sanções aplicáveis (1029861); e 2) elaboração de mapa comparativo de preços pela Seção de Compras (Secom) (1024784), ratificado pela unidade demandante da contratação (1024975), em conformidade com o Manual de Pesquisa de Preços do CNJ, instituído por meio da Portaria nº 283, de 20 de novembro de 2014.

12. A Seção de Contabilidade (Scont) informou a classificação orçamentária da despesa (1026827) e a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), a dotação orçamentária para a contratação (1027378 e 1027573). Conforme justificativa apresentada no item 2.5 do TR, a unidade demandante informou que não há necessidade de agrupamento em itens para a referida contratação, cabendo destacar que o valor máximo admitido para o certame, conforme Anexo II do Edital, enquadra-se no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 [1]. Nesse sentido, após consulta da Seção de Elaboração de Editais (Seedi), a unidade demandante manifestou-se favoravelmente à participação exclusiva na licitação de microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs) (1028846 e 1029230).

12. Conclui-se, em linhas gerais, que as normas previstas no Edital (e respectivos anexos) atendem convenientemente às exigências resultantes da literal interpretação: *a*) da Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte); *b*) das Leis Ordinárias nº 8.666/1993 (instituidora de normas para licitações e contratos), nº 10.520/2002 (instituidora do Pregão Eletrônico), e nº 12.846/2013 (responsabilização

administrativa e civil de pessoas jurídicas), *c*) dos Decretos nºs 10.024, de 2019 (Regulamento do Pregão Eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns) e 8.538/2015 (Regulamento do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte); e *d*) da IN CNJ nº 82/2020, (Regras e Diretrizes para as aquisições no âmbito do CNJ).

13. Os autos foram instruídos consoante a lista de verificação (1031680), conforme a determinação da Diretoria-Geral (arquivos SEI 0170165 e 0440990).

CONCLUSÃO:

14. Assim, considerando-se o exposto, e observado o disposto nos itens 8 a 10 deste Parecer, conclui-se que a minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº 4/2021 e do Contrato constante do Anexo III (1029861) atendem ao disposto nos instrumentos normativos aplicáveis à espécie, razão pela qual recebem aprovação/chancela da Assessoria.

Daniel Souza Costa e Silva

Assessor Jurídico

Senhor Secretário de Administração,

Estou de acordo com o parecer acima. Seguem os autos para conhecimento e providências subsequentes.

Luciana Cristina Gomes Coelho Matias

Assessora-Chefe

AJU/DG/CNJ

---

[1] Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

[2] Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da

vigência do contrato.

[3] NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. Curitiba: Zênite, 2008, p. 465.

[4] JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos.* 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 957.

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COÊLHO MATIAS**, **ASSESSOR-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 17/02/2021, às 14:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **DANIEL SOUZA COSTA E SILVA**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 17/02/2021, às 14:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1032457** e o código CRC **DE052BD2**.

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PREGÃO ELETRÔNICO N. 04/2021

Regido pelas Leis n. 10.520/2002, 11.488/2007 e 12.846/2013, pela Lei Complementar n. 123/2006, pelos Decretos n. 10.024/2019, e 8.538/2015, e, subsidiariamente, pela Lei n. 8.666/1993.

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS QUE SE ENQUADRAM NA CONDIÇÃO ESTABELECIDA NO ART. 34 DA LEI 11.488/2007.

OBJETO	**FORNECIMENTO DE RÁDIOS COMUNICADORES DIGITAIS, POR REGIME DE LOCAÇÃO.**

SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME

Data**: 05/03/2021**	Horário: **14h (horário de Brasília)**

A participação neste Pregão Eletrônico ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico e digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta inicial de preços, a partir da data da liberação do Edital até o horário da abertura da sessão pública.

Endereço Eletrônico	**WWW.COMPRASGOVERNAMENTAIS.GOV.BR**
Pregoeiro e Equipe de Apoio	COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL SAF/SUL, QUADRA 02, LOTE 05/06, ED. PREMIUM, BLOCO “E”, SALA 003 CEP: 70.070-600 Telefone: (61) 2326-5159 / (61) 2326-5013 e-mail: cpl@cnj.jus.br

Mensagem às licitantes	Em cumprimento da legislação e de determinações do Tribunal de Contas da União, o CNJ poderá instaurar processos administrativos com vistas à aplicação de penalidades à empresa que entregar parcialmente documentação exigida para o certame; deixar de entregar documentação exigida para o certame; não mantiver a proposta ou ensejar o retardamento da execução do objeto; fizer declaração falsa ou entregar documentação com informações inverídicas ou com indícios de falsidade; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal. As penalidades previstas são **advertência, multa, impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento do SICAF por até 5 (cinco) anos.** Em momento anterior ao de apresentação de propostas, as licitantes deverão analisar cuidadosamente o inteiro teor deste Edital e dos respectivos Anexos, compreender todos os seus termos, certificar-se de que dispõe dos recursos materiais e humanos necessários para participar da Sessão Pública e obter a certeza de que toda a documentação exigida está atualizada, de acordo com exigências Editalícias e pronta para ser exibida quando for requisitada pelo Pregoeiro.

PREGÃO ELETRÔNICO N. 04/2021

PREÂMBULO

O Conselho Nacional de Justiça torna público que realizará o Pregão Eletrônico n. 04/2021, do tipo menor preço, sob o regime de execução indireta por empreitada por preço unitário, para contratar o objeto abaixo descrito. A sessão pública será realizada em **05/03/2021**, às **14h** (horário de Brasília), no Conselho Nacional de Justiça, localizado no SAF/SUL, Quadra 02, Lote 05/06, Edifício Premium, Brasília-DF, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br. Esta licitação, autorizada no Processo n. 08254/2020, Despacho 1036207 será regida pelas Leis n. 10.520/2002, 11.488/2007 e 12.846/2013, pela Lei Complementar n. 123/2006, pelos Decretos n. 10.024/2019 e 8.538/2015, pelas condições constantes neste Edital e, subsidiariamente, pela Lei n. 8.666/1993.

SEÇÃO I – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Aquisição de rádios comunicadores digitais, por regime de locação, observadas as condições e especificações estabelecidas nos Anexos I, II e III deste Edital.

SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. A sessão deste Pregão será pública e realizada em conformidade com este Edital em data, horário e endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

2.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico, **exclusivamente**, as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se enquadram na condição estabelecida no art. 34 da Lei n. 11.488/2007, em conformidade com o disposto no art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, desde que:

a) atendam às condições previstas neste Edital e em seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério da Economia, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico (Comprasnet);

b) possuam registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

2.3. Para fins desta licitação, considera-se microempresa e empresa de pequeno porte o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual, nos termos do art. 1º do Decreto n. 8.538/2015.

2.4. A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

2.5. Como requisito para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, o pleno conhecimento do Edital, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do presente Edital.

2.6. Para microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas (somente as que se enquadram na condição estabelecida no art. 34 da Lei n. 11.488/2007), aplicam-se a Lei Complementar n. 123/2006 e o Decreto n. 8.538/2015.

2.7. As microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas (somente as que se enquadram na condição estabelecida no art. 34 da Lei n. 11.488/2007) que desejarem fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar n. 123/2006 deverão manifestar, em campo próprio, sob as penas da lei, declaração de que atendem aos requisitos do art. 3º da referida Lei.

2.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta de preços sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação.

2.9. Não poderão participar desta licitação:

a) empresas que não se enquadrem na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas enquadradas na condição estabelecida no art. 34 da Lei 11.488/2007;

b) pessoas jurídicas que não explorem atividade compatível com o objeto desta licitação;

c) empresas punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ;

d) empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

e) empresas impedidas de licitar e contratar com a União; e

f) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.10. Os documentos apresentados nesta licitação deverão conter os números de CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto e que poderão emitir, em decorrência, ao longo da vigência do contrato, as notas fiscais que serão apresentadas a pagamento.

SEÇÃO III – DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante deverá credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, observado o seguinte:

a) o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

b) a licitante deve comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

c) o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

SEÇÃO IV – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico, as licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, mediante digitação de senha privativa, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, **formulada de acordo com os Anexos I e II do Edital,** e os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação.

4.2. Ao encaminhar a proposta de preços, a licitante deverá incluir **o detalhamento do objeto** ofertado no campo “Descrição Detalhada do Objeto”. Caso o número de caracteres seja insuficiente, deverá incluir descrição resumida contendo as informações essenciais.

4.3. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.4. A licitante deverá consignar em campo adequado do sistema eletrônico **o valor unitário de cada item e, se for o caso, de cada item que compõe o grupo**, já considerados e inclusos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

4.5. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas nos anexos deste Edital.

4.6. Em caso de divergência entre as especificações técnicas descritas no Sistema Comprasnet e as descritas neste Edital, prevalecerão estas.

4.7. Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.

4.8. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata a Seção referente à negociação e ao julgamento deste Edital.

4.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.10. A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e dela deverá constar:

a) identificação social, número do CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto, assinatura do representante legal da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários, número de fax e indicação de endereço eletrônico (*e-mail*);

b) indicação do responsável pela assinatura do contrato, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público ou particular com firma reconhecida (ou caso não a tenha, que seja acompanhada de documento oficial de identificação de seu outorgante para fins de comparação das assinaturas e verificação de autenticidade) com poderes para assinatura do instrumento, em nome da proponente;

c) prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;

d) indicação única de preço (R$), com exibição dos valores unitário, em algarismos, e total, em algarismos e por extenso, conforme o lance final respectivo; e

e) descrição clara do objeto cotado, em conformidade com as especificações constantes no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

4.11. Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da licitante.

4.12. Os documentos para habilitação, relativos a estabelecimento matriz e aos estabelecimentos filiais que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto, serão os seguintes:

Habilitação jurídica

a) registro comercial, no caso de empresário individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

Regularidade fiscal e trabalhista

c) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Economia;

d) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da licitante;

e) prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

f) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;

g) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

h) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

Qualificação econômico-financeira

j) Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica;

Declarações exigidas

k) Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal/1988 (trabalho de menores de idade, observada a Lei n. 9.854/1999);

l) Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

m) Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de elaboração independente de proposta.

4.13. As declarações extraídas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF substituirão os documentos relacionados nas alíneas ‘a’, ‘b’, ‘c’, ‘d’, ‘e’, ‘f’, ‘g, ‘h’ e ‘i’ do item 4.12, para fins de habilitação da licitante cadastrada naquele sistema. Essas declarações somente serão válidas nas seguintes condições:

a) se as informações relativas àqueles documentos estiverem disponíveis para consulta na data da sessão de recebimento da proposta e da documentação; e

b) se estiverem dentro dos respectivos prazos de validade.

4.14. Em cumprimento ao disposto na Lei n. 12.440/2011 e nos artigos 27, IV, e 29, V, da Lei n. 8.666/1993, será consultada no sítio www.tst.jus.br a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho, **sendo considerada, para fins de habilitação, a CNDT mais atualizada**.

4.15. Caso nos registros cadastrais conste algum documento com prazo de validade vencido, a licitante deverá encaminhar comprovante idêntico, com o respectivo prazo atualizado, no mesmo decurso estipulado no item 9.3 sob pena de inabilitação.

4.16 Quando a certidão for emitida com prazo de validade indeterminado e/ou o prazo de validade da certidão não estiver expresso em seu instrumento, aquela expedida nos últimos 60 (sessenta) dias que antecederem à data da sessão deste certame será considerada válida, exceto quando houver norma (lei, resolução, instrução normativa, portaria etc.) estabelecendo prazo de validade inferior, hipótese na qual prevalecerá o prazo nela previsto. Os prazos aqui referidos serão contados a partir da data de emissão, inclusive.

4.17. As microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades cooperativas (somente as que se enquadram na condição estabelecida no art. 34 da Lei n. 11.488/2007) deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.18. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas (somente as que se enquadram na condição estabelecida no art. 34 da Lei n. 11.488/2007), será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, a contar do momento em que se declarar o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.18.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

4.19. No caso de empresas estrangeiras participantes da licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre. Sendo declarada vencedora do certame, os documentos de habilitação deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados (Apostila de Haia) como condição para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços.

4.20. Não serão aceitos documentos novos após a abertura da sessão pública, observados os itens 8.3 e 8.4 deste Edital.

SEÇÃO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.2. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VI – DA CONFORMIDADE, DA ORDENAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Após a abertura da sessão pública, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, registrando no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro. Somente as propostas classificadas pelo Pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

SEÇÃO VII – DA FASE COMPETITIVA

7.1. Aberta a fase competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.2. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

a) as licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital;

b) a licitante somente poderá oferecer lance inferior ou maior percentual de desconto ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

c) não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;

7.3. Durante a sessão pública deste pregão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.5 Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado” em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital.

7.6. No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **15 (quinze) minutos**.

7.7. Encerrado o prazo de quinze minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de **até 10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada, concluindo assim, a etapa aberta.

7.8. Após o encerramento automático dos lances, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em **até 5 (cinco) minutos**, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.9. Na etapa fechada, caso não haja o mínimo de três ofertas na margem dos 10% (dez por cento) previstos no item anterior, o sistema oportunizará aos autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, o registro de um lance final e fechado em **até 5 (cinco) minutos**, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.10. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 7.7 e 7.9, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.11. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 7.8 e 7.9, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em **até 5 (cinco) minutos**, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item anterior.

7.12. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, será facultado ao Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, para que as licitantes possam apresentar uma oferta definitiva em até 5 minutos, nos termos do disposto no item anterior.

7.13. Na fase competitiva, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexequível.

7.14. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da fase competitiva e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.15. Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos,** a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas **24 (vinte e quatro) horas** após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

SEÇÃO VIII – DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.2. Serão desclassificadas as propostas de preços que apresentarem, após a fase de lances e ou negociação, valores unitários e ou totais superiores aos estabelecidos no **Anexo II – Estimativa de Preços.**

8.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.4. A licitante terá o prazo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado, bem como para envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, não podendo constar documentos novos, que deveriam ter sido cadastrados juntamente com a proposta, conforme o § 3° do art. 43 da Lei n° 8.666/93.

8.5. Não serão considerados novos os documentos e/ou informações que possam ser obtidos mediante consulta gratuita, aberta a qualquer interessado, a bancos de dados de órgãos e/ou entidades públicos, privados e/ou de caráter público, que estejam disponíveis na rede mundial de computadores.

8.6. O prazo previsto no item 8.4 poderá ser prorrogado por até **1 (uma) hora**, mediante solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido inicialmente, e formalmente aceita pelo Pregoeiro, em atendimento ao interesse público na obtenção da melhor proposta.

8.7. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade de preço em relação ao máximo estipulado para contratação e verificará a habilitação do licitante nos termos exigidos neste Edital.

8.8. Quando do envio da proposta ajustada, o licitante interessado poderá evidenciar informações que eventualmente tenham constado de forma implícita na proposta originária.

8.9. Para fins de classificação, não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista nesta licitação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido. Os termos da proposta, se vantajosos ao CNJ, vinculam a licitante e serão integralmente exigíveis.

8.10. Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero.

8.11. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos deste Edital.

8.12. Será declarada vencedora a licitante que, atendidas as demais exigências fixadas neste Edital, apresentar o **menor valor para o item, observado o valor unitário máximo constante da Estimativa de Preços do Anexo II deste Edital.**

SEÇÃO IX – DOS RECURSOS

9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

9.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante implicará decadência do direito de recurso e o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

9.3. A recorrente deverá apresentar as razões do recurso no prazo de **3 (três) dias**, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

9.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

SEÇÃO X – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 A adjudicação do objeto à licitante vencedora ficará sujeita à homologação do procedimento licitatório pelo Diretor-Geral ou pelo Secretário de

Administração, conforme o caso, depois de decididos eventuais recursos e constatada a regularidade dos atos praticados.

SEÇÃO XI – DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

11.1. A adjudicatária ficará obrigada a:

a) assinar o contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação;

b) executar o objeto, observadas as condições estipuladas neste Edital e em seus Anexos, na proposta e no contrato;

c) apresentar, caso seja optante do Simples Nacional, no ato da assinatura do contrato, declaração em conformidade com o Art. 6º da Instrução Normativa SRF n. 1.234/2012;

c.1) no caso de não ser apresentada a declaração prevista na alínea anterior, serão retidos todos os tributos e contribuições no pagamento a ser efetuado;

d) apresentar, a qualquer tempo, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da solicitação do CNJ, os originais necessários à aceitação da proposta e à habilitação da empresa.

11.2. Decorrido o prazo de validade das propostas, de **60 (sessenta) dias corridos**, sem convocação para assinatura do contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

SEÇÃO XII – DAS SANÇÕES

12.1. Ficarão sujeitos às penalidades previstas na Lei n. 12.846/2013 aqueles que cometerem atos lesivos à administração pública, assim definidos, no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública,

sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

12.2. Nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2020, após regular procedimento de apuração, serão apenadas de acordo com a seguinte dosimetria, sem prejuízo das multas eventualmente previstas no Edital e das demais penalidades legais, assegurado a prévia e ampla defesa:

Ocorrência	Penalidade
a) entregar parcialmente documentação exigida para o certame	*Advertência*
b) deixar de entregar documentação exigida para o certame	*Impedimento de licitar e de contratar com a União pelo período de 1 (um) a 6 (seis) meses*
c) não mantiver a proposta ou ensejar o retardamento da execução do objeto	*Impedimento de licitar e de contratar com a União pelo período de 2 (dois) meses a 1 (um) ano*
d) fizer declaração falsa ou entregar documentação com informações inverídicas ou com indícios de falsidade	*Impedimento de licitar e de contratar com a União pelo período de 2 (dois) a 4 (quatro) anos*
e) comportar-se de modo inidôneo	*Impedimento de licitar e de contratar com a União pelo período de 3 (três) a 5 (cinco) anos*
f) cometer fraude fiscal	*Impedimento de licitar e de contratar com a União pelo período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos.*

12.3 As penalidades previstas nas letras “b” e “c” poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), desde que não tenha havido nenhum dano ao CNJ, quando a conduta praticada tenha sido decorrente:

a) de falha ou erro escusável da licitante;

b) da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído;

c) da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do Edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

12.4. Quando a ação ou omissão do licitante ensejar o enquadramento em mais de uma conduta prevista, será aplicada a penalidade mais grave, podendo ser aumentada de 1/3 (um terço) até a metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

12.4.1. A penalidade resultante da aplicação do subitem 12.4 não poderá ser maior do que as penalidades consideradas cumulativamente, e em nenhuma hipótese a penalidade aplicada poderá ser superior a 5 (cinco) anos.

12.5. Com fundamento no art. 9º da Lei n. 10.520/2002 e nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, sem prejuízo do disposto nos itens 12.1 e 12.2, a adjudicatária ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, também às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa, nos casos previstos nos Anexo I – Termo de Referência - do Edital;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra “c”.

12.6. O cometimento reiterado de atrasos injustificados dos prazos previstos para a execução do objeto poderá resultar no cancelamento do registro de preços da Contratada. Será considerado em estado de reiterado cometimento de atrasos dos prazos a Contratada que incorrer no terceiro atraso injustificado, ao longo da vigência da Ata.

12.7. As sanções previstas nas alíneas "a", “c” e “d” do item 12.5 poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

12.8. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

12.9. Excepcionalmente, desde que devidamente justificado no processo administrativo, o CNJ poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, e,

concomitantemente, instaurar regular processo administrativo oportunizando à Contratada o exercício do contraditório e da ampla defesa.

12.10. Todas as penalidades serão registradas no SICAF.

12.11. Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pelos licitantes, adjudicatários e/ou por quaisquer interessados deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões conferidas com o original por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do CNJ, não serem avaliados. Caso o fornecimento de cópias de documentos seja requerido ao CNJ, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente, em Guia de Recolhimento da União (GRU).

SEÇÃO XIII – DO RECEBIMENTO

13.1. O objeto desta licitação será recebido, observadas as condições e as especificações estabelecidas nos Anexos I e III do Edital.

13.2. Caso sejam constatadas outras inadequações, falhas ou incorreções na execução, fica a Contratada obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o CNJ.

13.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

SEÇÃO XIV – DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento, observadas as condições estabelecidas nos Anexos I e III do Edital, será efetuado mediante crédito em conta corrente da Contratada, por ordem bancária, mensalmente, no prazo de até 30 (trinta) dias, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

a) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada; da prova de regularidade relativa à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

b) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a Contratada.

14.2. A Contratada não poderá apresentar nota fiscal com número raiz do CNPJ diverso do registrado no preâmbulo do contrato.

14.3. A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido no Edital, no contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à Contratada e, nesse caso, o prazo previsto no item 14.1 será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

14.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

14.5. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela Contratada no Protocolo do CNJ.

14.6. O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto pelo CNJ, desde que não se verifiquem falhas na execução dos serviços, e os prazos previstos no item 14.1 serão contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

14.7. A não manutenção das condições de habilitação pela Contratada não ensejará a retenção de pagamento quando houver o atesto da efetiva e regular prestação dos serviços, mas poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

14.8. Ao longo da execução do contrato, a inclusão de estabelecimento integrante da pessoa jurídica no conjunto daqueles responsáveis pela execução do objeto poderá ocorrer, desde que mediante apresentação de documentos, referidos a todo o período de vigência já transcorrida do ajuste, hábeis à prova de regularidade do estabelecimento a ser acrescido junto à Fazenda Estadual/Distrital e Municipal, bem como de prévia formalização do acréscimo, em termo aditivo ao contrato.

SEÇÃO XV – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. A despesa decorrente desta licitação correrá à conta de recursos do Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho 02.032.0033.21BH.0001 - Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário. Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.

SEÇÃO XVI – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

16.1. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

SEÇÃO XVII – DA ASSINATURA DO CONTRATO

17.1. Homologada a licitação, o CNJ convocará a licitante vencedora, durante a validade da sua proposta, para assinatura, por meio eletrônico, do instrumento contratual, que se dará em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no art. 81 da Lei n. 8.666/1993.

17.2. Impreterivelmente dentro do prazo de 3 (três) dias úteis contados da data da convocação que lhe seja feita pelo CNJ, a licitante vencedora deverá requerer cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNJ, mediante observância do quanto disposto na Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

17.3. A licitante vencedora deverá assinar, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob as penas previstas na legislação, o instrumento contratual, mediante uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNJ.

17.4. É facultado à Administração, quando a adjudicatária não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

17.5. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

SEÇÃO XVIII – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

18. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogável até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do inciso IV do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

SEÇÃO XIX – DO REAJUSTE

19.1. Os preços contratados poderão ser reajustados em atendimento a pedido expresso da Contratada, que somente poderá ser apresentado ao CNJ a partir do dia seguinte àquele no qual estejam completos 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme o caso.

19.2. O percentual de reajuste que eventualmente venha a ser deferido terá, como limite máximo, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do pedido de reajuste e somente será devido da data do pedido de reajuste em diante.

19.3 Nas ocasiões em que a Contratada for consultada acerca da existência de interesse na prorrogação da avença, deverá ressalvar, sob pena de preclusão, em termos expressos, o direito ao reajuste do preço do contrato.

SEÇÃO XX – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. O CNJ nomeará um gestor titular e um substituto para executar a fiscalização do contrato. As ocorrências e as deficiências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

20.2. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne à execução do objeto contratado.

SEÇÃO XXI – DA RESCISÃO DO CONTRATO

21.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida no contrato, por parte da Contratada, assegurará ao CNJ o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

21.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

a) atraso injustificado na execução do objeto, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao CNJ;

b) o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do CNJ.

21.3. Caso a Contratada venha a sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação do contrato, desde que sua execução não seja afetada e que a Contratada mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

21.4. Ao CNJ é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80, todos da Lei n. 8.666/93.

21.5. A rescisão do contrato será amigável, por acordo entre as partes, quando houver conveniência para a Administração.

21.6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

SEÇÃO XXII – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

22.1. Qualquer interessado, antes de decidir participar do Pregão, deverá providenciar exaustivo estudo do inteiro teor do Edital e apresentar, à CPL, as dúvidas e impugnações (inclusive as correlatas a eventuais irrazoabilidades, desproporcionalidades e/ou omissões) que entender existentes neste instrumento.

22.2. Ao participar desta licitação, a licitante estará se declarando ciente de que as condições editalícias, descrições de produtos, condições de fornecimento e outras fórmulas destinam-se a garantir, nos termos Lei, transparência, objetividade, certeza jurídica e isonomia de tratamento a todos os participantes bem como à obtenção de eficácia e celeridade para o processo seletivo do menor preço (ou maior desconto) e da melhor proposta.

22.3. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura, exclusivamente por meio do endereço eletrônico: cpl@cnj.jus.br.

22.4. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22.5. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão deste pregão, qualquer pessoa poderá impugnar este ato convocatório, mediante petição a ser encaminhada por meio do endereço eletrônico cpl@cnj.jus.br.

22.6. O Pregoeiro decidirá sobre a impugnação no prazo de **2 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação.

22.7. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

SEÇÃO XXIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. O Edital estará à disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação, localizada no SAF/SUL, Quadra 02, Lote 05/06, Ed. Premium, Bloco “E”, sala 003, CEP: 70.070-600, Asa Sul, Brasília – DF, nos dias úteis, das 12h às 19h, e na internet para *download,* nos endereços eletrônicos: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.cnj.jus.br/transparencia.

23.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

23.3. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

23.4. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

23.5. Todas as informações, pedidos de esclarecimentos e respostas a impugnações referentes a esta licitação estarão disponíveis no site do CNJ na

internet: www.cnj.jus.br/transparencia.

23.6. Sem prejuízo das disposições contidas no Capítulo III da Lei n. 8.666/1993, o presente Edital e a proposta da adjudicatária serão parte integrante do contrato.

23.7. O Pregoeiro ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.

23.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

23.8. O Pregoeiro ou autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

23.9. Compete exclusivamente aos licitantes, aos adjudicatários e aos demais interessados manter atualizados, junto ao CNJ, os respectivos endereços, inclusive eletrônicos (e-mail). O CNJ reserva-se o direito de considerar válidas comunicações enviadas aos licitantes, aos adjudicatários e a quaisquer outros interessados pelos endereços, inclusive eletrônicos, registrados nos autos e/ou no Sistema SICAF (mantido pelo Poder Executivo Federal).

23.10. O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

23.11. As disposições deste Edital serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.12. Aplicam-se à presente licitação, subsidiariamente, as Leis 13.726/2018 e 10.406/2002, bem como as demais normas pertinentes.

Brasília, 18 de fevereiro de 2021.

Getúlio Vaz
Secretário de Administração
Portaria n. 104/2015

PREGÃO ELETRÔNICO N. 04/2021
ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

1. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO:

1.1 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Manter a padronização da comunicação entre os prestadores de serviços do Contrato n. 36/2019 (0778595), que já possui rádios para a execução dos eventos, de modo que os servidores também tenham aparelhos similares e possam comunicar-se adequadamente com toda a equipe durante os eventos do CNJ.

1.2 Indique as partes interessadas

São partes interessadas: Presidência, Conselheiros do CNJ e demais setores do órgão que demandam organização de eventos.

1.3 Indique os resultados esperados com a aquisição:

Espera-se como resultado da contratação a garantia de qualidade e de presteza na execução dos serviços de organização, gestão e coordenação de eventos, por meio da comunicação de forma integrada, eficiente e eficaz.

1.4 Justificativa da contratação

a) Motivação da contratação;

A motivação da contratação é ter a provisão de equipamentos de rádios de comunicação digital, a fim de auxiliar e aprimorar a comunicação da equipe de Cerimonial e Eventos na organização e realização das sessões e de eventos institucionais conduzidos e/ou apoiados pelo Conselho Nacional de Justiça, com rapidez, facilidade na resolução de ocorrências e demandas, uma vez que possibilita aos envolvidos na organização do evento estarem juntos em uma mesma conversa.

b) Objetivo a ser alcançado por meio da contratação;

O objetivo a ser alcançado por meio da contratação é realizar uma comunicação integrada de toda equipe de organização e gerenciamento de eventos do CNJ, com a finalidade de solucionar problemas, resolver pendências e demandas de forma célere e eficiente durante os eventos organizados ou apoiados pelo Conselho.

c) Benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação;
Os benefícios pretendidos com a contratação em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais e de melhoria dos serviços oferecidos.
O uso de rádio comunicador tem como principais benefícios evitar possível congestionamento no tráfego da telefonia fixa e celular nos dias de realização dos eventos, como também possibilitar a conversação simultânea entre equipes diversas, permitindo o deslocamento para prestar suporte à equipe que estiver mais próxima do local, evitando demora ou atrasos e ligações sucessivas.

d) Conexão entre a contratação e o planejamento estratégico do CNJ, que devem ser harmônicos;

A demanda em questão possui conexão com o Planejamento Estratégico 2021-2026 deste Conselho, instituído pela Portaria nº 104, de 30 de junho de 2020, alinhando-se particularmente ao seguinte objetivo estratégico: "*garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ" (art. 3º, XI)*

e) Relação entre a demanda e a quantidade a ser contratada, acompanhada dos critérios de medição utilizados, documentos e outros meios probatórios.

A metodologia utilizada para a escolha do formato da contratação e da quantidade escolhida foi fundamentada com base em pesquisa de mercado e contratações similares de outros órgãos públicos, de maneira adequada às necessidades do CNJ.
A quantidade do produto a ser disponibilizada foi baseada de acordo com o quantitativo que compõe a equipe da Secretaria de Cerimonial e Eventos que não possuem rádios comunicadores à disposição para o exercício das funções de organização e planejamento dos eventos no CNJ.
O critério de definição de demanda está de acordo com a estrutura orgânica da Secretaria, com a necessidade de disponibilização de 12 rádios, que são:

Quantidade de usuários	
Secretária de Cerimonial e Eventos	01
Coordenadora	01

Quantidade de usuários	
Chefes de Seção	02
Servidora	01
Colaboradores	07

2. OBJETO:

2.1 Definição do Produto / Serviço a ser contratado

Disponibilização de rádios comunicadores digitais, em período integral, por regime de locação, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

2.2 Especificação do serviço a ser contratado

2.2.1. Os aparelhos deverão conter as seguintes especificações mínimas:

a) dispensar licença da ANATEL para funcionamento;
b) ser discreto, sem cores extravagantes, compacto (Dimensões - 128,5 mm (Al) x 56 mm (L) x 27 mm (P));
c) ser compatível com rádio Motorola DTR720, em razão da necessidade de compatibilidade dos rádios utilizados pelos cerimonialistas.
d) possuir bateria de Li-Ion com duração média superior a 10 horas, em ciclo de trabalho contínuo;
e) possuir receptor de áudio com alta sensibilidade (considerando-se que, estando próximo a uma autoridade, em local fechado como um elevador, plenário, sala de reuniões, etc, o usuário não pode aumentar o tom de voz para se fazer ouvir quando da comunicação de uma mensagem);
f) capacidade para troca de mensagens de texto (SMS) entre os próprios rádios. (para casos em que não se possa transmitir uma mensagem de voz, quando falar, mesmo que em baixo volume de voz, poderia chamar atenção ou atrapalhar uma reunião);
g) função modo silencioso, com alerta vibratório;
h) transmissor com frequência de 900 MHz e esquema FHSS;
i) capacidade de armazenamento de, no mínimo, 9 contatos em agenda interna;
j) identificador de chamadas;
k) modo de organização de contatos individualmente e por grupos;
l) modo viva-voz;
m) acompanhar os acessórios de clipe de cinto; fone de ouvido e carregador de bateria;
n) fone de ouvido deve ser discreto, com tubo acústico transparente espiral, com PTT de lapela e encaixe auricular anatômico em silicone.

Detalhamento dos serviços ou produtos, das metodologias de trabalho e a definição da rotina de execução a ser adotada, incluindo:

a) **procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas, quando for o caso**;

A metodologia de execução do contrato será de forma mensal, em regime de locação, funcionamento contínuo e ininterrupto de comunicação, sendo de responsabilidade da Contratada a manutenção e demais despesas do objeto

A tecnologia disponibilizada pelo rádio fornecido deve ser compatível com os rádios que são utilizados pelos postos de trabalho de cerimonialistas (Motorola DTR720), Contrato nº 36/2019, para que seja possível a comunicação integrada de toda a equipe da Secretaria de Cerimonial e Ev,entos.

b) **deveres e disciplina exigidos**;

Os rádios devem possuir as características mínimas citadas de acordo com o item de especificações do objeto. Os rádios devem ser acompanhados de todos os acessórios necessários para o seu pleno funcionamento.

A Contratada deverá disponibilizar um técnico para as assistências técnicas necessárias, ou troca do rádio que apresentar defeitos.

Todas as peças, componentes e acessórios necessários para a recuperação dos rádios e instalação serão por conta da licitante vencedora e deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados a partir da comunicação formal à licitante.

A Contratada deverá ministrar treinamento ou manual de uso do rádio e esclarecer dúvidas em relação à utilização do rádio, sem custo a mais para o CNJ.

A empresa deve prestar assistência técnica, fazendo as substituições necessárias ao pleno funcionamento do sistema durante o período de locação, como também a retirada dos rádios após a conclusão do Contrato.

Os rádios deverão ter criptografia para que a comunicação não seja ouvida ou interferida por outra pessoa. Os equipamentos deverão ter autonomia de no mínimo 10 horas, na possível falta de energia elétrica na rede.

Os rádios devem possuir funcionalidades básicas: chamada digital, botões programáveis, para ativação e desativação de privacidade, excluir conversa

indesejada, indicador de bateria, silenciador, ativar e desativar emergência, chamada de grupo.

Outro ponto relevante diz respeito à necessidade de disponibilidade dos rádios para uso da Secretaria em tempo integral, uma vez que é constante o surgimento de eventos não programados ou a necessidade de apoio da equipe de Cerimonial. Nessas ocasiões, o uso dos rádios é indispensável e não haveria tempo hábil para solicitar o objeto a uma possível contratada.

Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Comunicar, por meio do gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato.

c) **identificação dos resultados esperados;**

Espera-se que os rádios comunicadores digitais fornecidos estejam em condições de uso favoráveis, que os rádios sejam de fácil manuseio, se preciso, que a Contratada forneça manuais explicativos ou treinamentos necessários, sem custos adicionais para o CNJ. Espera-se, ainda, que a Contratada tenha disponibilidade para solucionar problemas de forma célere, a fim de dar continuidade às demandas de realização de organização e gestão de eventos institucionais do CNJ.

Os resultados da contratação serão aferidos mediante verificação da conformidade dos rádios fornecidos com as especificações constantes, conforme especificação do objeto e metodologia dos serviços. A empresa deverá protocolar a nota fiscal na Seção de Protocolo do CNJ (seção.protocolo@cnj.jus.br).

d) **definição da unidade de medida a ser utilizada para o tipo de serviço a ser contratado, incluindo métricas, metas e formas de mensuração adotadas, dispostas, sempre que possível, na forma de Níveis de Serviços e de indicadores**;

A unidade de medida utilizada é a quantidade fornecida pela Contratada, de acordo com o quantitativo necessário. A forma de mensuração de atendimento de prestação da disponibilidade dos rádios será atestada de forma mensal, com registro de todas as ocorrências da competência de referência, utilizando meios de comunicação como e-mails, telefone, whatsapp e ofícios.

2.3 Critérios de sustentabilidade

É oportuno que a empresa contratada faça uso de logística reversa ou práticas ambientais sustentáveis aplicadas no descarte dos rádios.

2.4 Em caso de produtos/serviços

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE UNIT.	QTDE. TOTAL
1	Disponibilização de rádios comunicadores digitais	Fornecimento de 12 rádios comunicadores digitais, em período integral, em regime de locação, conforme especificações do Termo de Referência.	Mensal	1	12

2.5 Métricas utilizadas

A medida utilizada para o tipo de produto a ser contratado é a disponibilização de 12 (doze) rádios comunicadores digitais, em período integral, mantendo o pleno funcionamento da ferramenta de comunicação, conforme especificações do Termo de Referência.

2.6 Serviços prestados de forma contínua ou não contínua

O objeto deste Termo de Referência é de natureza continuada, tendo em vista a necessidade de conversação simultânea entre equipes diversas, podendo se deslocar para prestar suporte à equipe que estiver mais próxima do local, evitando demora ou atrasos e ligações sucessivas, e a realização de eventos sem comunicação antecipada à SCE.

A interrupção do serviço poderá comprometer o funcionamento das atividades finalísticas e a boa prestação do serviço público na sua missão institucional.

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Os rádios deverão ser disponibilizados pela Contratada, ficarem disponíveis de forma integral, a partir da assinatura do contrato. Mensalmente, a empresa contratada deverá encaminhar nota fiscal com quantitativo de rádios fornecidos e que estiveram em pleno funcionamento para fins de atesto e pagamento.

3.1 Local e Horário

Os rádios devem ser entregues na Secretaria de Cerimonial e Eventos do Conselho Nacional de Justiça, localizado no SAF Sul Quadra 2 lotes 5/6, sala EA01, a partir das 10h.

3.2 Dias e Horários do Funcionamento do CNJ

O horário de funcionamento do Conselho Nacional de Justiça é de segunda a sexta-feira, das 08h às 20h, devendo atentar-se para feriados, períodos de recesso forense e de expediente reduzido.

3.3 Frequência e periodicidade da prestação dos serviços;

A disponibilização dos rádios dar-se-á de forma integral. O pedido dos rádios poderá ser feito assim que o Contrato estiver disponível para utilização.

3.4 Ordem de Execução

Os rádios serão requisitados por meio de instrumento de contrato. O gestor do contrato manterá a Contratada informada sobre a entrega e disponibilização dos rádios.

4. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

O objeto é de natureza comum, podendo ser utilizada a modalidade de licitação Pregão Eletrônico.

5. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

5.1 Qualificação técnica

Não se aplica.

5.2 Habilitação jurídica

5.2.1 Registro comercial, no caso de empresário individual;

5.2.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

5.2.3 Regularidade fiscal e trabalhista: Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Economia; Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da

licitante; Prova de regularidade para com a Fazenda Federal; Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante; Prova de regularidade relativa à Seguridade Social; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

5.3 Qualificação econômico-financeira

5.3.1 Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica;

6. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

A conformidade do objeto será pautada na qualidade, eficiência e características do objeto.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Disponibilizar os rádios comunicadores digitais, de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo Contratante;

7.2 Providenciar a troca de todo rádio que estiver com defeito ou mau funcionamento, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante;

7.3 Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos, conforme previsto neste Termo de Referência;

7.4 Comunicar ao Contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrência que possam prejudicar o perfeito atendimento aos serviços;

7.5 Comunicar, por escrito, todas as ocorrências irregulares verificadas na execução dos serviços e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

7.6 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste documento e na legislação correlata;

7.7 Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;

7.8 Providenciar os meios necessários à completa execução dos serviços;

7.9 Comunicar a necessidade de substituição de equipamento com antecedência de 5 (cinco) dias;

7.10 Providenciar treinamento, manuais e orientação de uso do equipamento, caso haja necessidade, sem adicionais de custo para a Contratante;

7.11 Responder por todas as despesas decorrentes da disponibilização dos rádios e de eventuais substituições, tais como impostos, taxas, fretes, mão de obra, recolhimento de equipamento;

7.12 Comprometer-se, por meio da assinatura de Termo de Responsabilidade e Compromisso – anexo a este Termo de Referência, a observar e cumprir o Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça, instituído pela Portaria n. 18, de 31 de janeiro de 2020.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Atestar a execução do objeto, nos termos do disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93;

8.2 Permitir à Contratada o acesso ao local para a entrega dos equipamentos, desde que observadas as normas de segurança;

8.3 Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, e anotar em registro próprio as falhas detectadas;

8.4 Proceder à consulta prévia ao SICAF antes da emissão da nota de empenho e antes de efetuar qualquer pagamento à Contratada e, se esta não for inscrita no SICAF, exigir a apresentação dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, seguridade social e trabalhista;

8.5 Atuar da forma mais ampla e completa no acompanhamento da execução do objeto, acompanhamento este que não eximirá a Contratada das responsabilidades previstas quanto aos danos que forem causados à Contratante ou a terceiros;

8.6 Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar a plena execução do objeto;

8.7 Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências em desacordo com o cumprimento das obrigações pactuadas, qualquer anormalidade na entrega do objeto, podendo sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.

8.8 Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas em contrato.

8.9 Recusar, no todo ou em parte, os equipamentos de rádio que não atenderem às especificações deste documento.

9. RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 O recebimento não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

9.2 Os serviços serão recebidos pelo fiscal do contrato ou seu substituto, provisoriamente, de forma diária, para efeito de verificação de qualidade, quantidade e conformidade com as especificações solicitadas pelo gestor, e definitivamente, de forma mensal, após atesto da disponibilização dos equipamentos em conformidade com suas especificações.

10. PAGAMENTO DO OBJETO

10.1 O pagamento será efetuado mensalmente mediante crédito em conta corrente da Contratada, por ordem bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do termo de recebimento definitivo, conforme disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, “a”, da Lei nº 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação, e cumpridos os seguintes requisitos:

a) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão, acompanhada da Certidão Negativa de Débito – CND, comprovando regularidade com o INSS; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS; da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho; e de prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada;

b) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a Contratada.

10.2 A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido no Edital, ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à Contratada e, nesse caso, o prazo previsto no item 10.1 será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização;

10.3 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

10.4 A empresa deverá protocolar a nota fiscal no setor de Protocolo do CNJ, e-mail: protocolo@cnj.jus.br.

11. PENALIDADES APLICÁVEIS

11.1 Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002, nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993 e no art. 3º da IN CNJ N. 67/2020 a Contratada ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

I – advertência, em caso de não entrega de documentação simples ou atraso superior a 1 dia útil de resposta de e-mail ou comunicação similar;

II – multa, nos seguintes casos:

Infração	Penalidade
Atraso injustificado na disponibilização de rádios ou de substituição de equipamento que apresenta defeito ou mau funcionamento	8% (oito por cento) do valor mensal do contrato
Falha na execução do objeto ou contratada não prestar esclarecimento ou orientação sobre utilização do equipamento	4% (quatro por cento) do valor mensal do contrato
Não manutenção de condições de habilitação (por ocorrência)	3% (três por cento) do valor anual do contrato
Inexecução Parcial do Contrato	10% (dez por cento) do valor anual do contrato. Pode ser o caso de rescisão unilateral do contrato
Descumprimento de legislação (legais e infralegais) afeta a execução do objeto	5% (cinco por cento) do valor anual do contrato. Pode ser o caso de rescisão unilateral do contrato
Inexecução Total do Contrato	20% (vinte por cento) do valor anual do contrato. Passível de rescisão unilateral do contrato

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

V – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida

a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III.

12. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado, de acordo com o interesse das partes, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do inciso IV do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

13. GARANTIA DO CONTRATO

Não há necessidade de garantia contratual.

14. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O CNJ nomeará gestor para executar a fiscalização dos serviços. As ocorrências e as deficiências serão registradas por e-mail, anexadas ao processo de contratação, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne à execução do objeto.

15. ESTUDO PRELIMINAR

Este Termo de Referência foi elaborado de acordo com o Estudo Preliminar 0981821 aprovado, anexo ao Processo SEI 8254/2020.

PREGÃO ELETRÔNICO N. 04/2021
ANEXO I – A DO EDITAL

TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a)_____, inscrito(a) no CNPJ nº_____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

_____, _____ de _____ de _____

PREGÃO ELETRÔNICO N. 04/2021
ANEXO II DO EDITAL

A) ESTIMATIVA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	Fornecimento de 12 rádios comunicadores digitais, em período integral, em regime de locação, conforme especificações do Termo de Referência.	mês	12	1.103,78	13.245,36

B) PROPOSTA PREÇOS (MODELO)

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD. REGISTRADA	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
(...)	(...)	(...)	(...)	*(algarismos)*	*(algarismos)*

PREGÃO ELETRÔNICO N. 04/2021
ANEXO III DO EDITAL – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA _____, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n. 04/2021 - Processo Administrativo/CNJ n. 08254/2020).

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, sediado no SAF/SUL, Quadra 02, Lote 05/06, Ed. Premium, CEP: 70.070-600, em Brasília - Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o n. 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário de Administração, **Getúlio Vaz,** RG n. 482.670 SSP/DF e CPF n. 151.348.651-91, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n. 411, de 30 de novembro de 2018, e pelo art. 3º, inciso XI, alíneas "al" e "ar", da Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, e a empresa _____, com sede _____, CEP _____, telefone (___) _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu _____, _____, RG n. _____ e CPF n. _____, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico CNJ n. 04/2021, publicado no Diário Oficial da União do dia ____ de _____ de **2021**, e a respectiva homologação, conforme Despacho _____ do Processo n. 08254/2020, celebram o presente contrato, observando-se as normas constantes nas Leis n. 8.666/1993 e 10.520/2002, no Decreto n. 10.024/2019, e ainda, mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de rádios comunicadores digitais, por regime de locação, observados o Edital, o Termo de Referência e a proposta da **CONTRATADA**, os quais, independentemente de transcrição, são parte integrante deste instrumento e serão observados naquilo que não o contrarie.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – O objeto do presente contrato será executado de forma indireta, por empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666/1993.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA TERCEIRA – Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

a) atestar a execução do objeto, nos termos do disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93;

b) permitir à **CONTRATADA** o acesso ao local para a entrega dos equipamentos, desde que observadas as normas de segurança;

c) promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, e anotar em registro próprio as falhas detectadas;

d) proceder à consulta prévia ao SICAF antes da emissão da nota de empenho e antes de efetuar qualquer pagamento à **CONTRATADA** e, se esta não for inscrita no SICAF, exigir a apresentação dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, seguridade social e trabalhista;

e) atuar da forma mais ampla e completa no acompanhamento da execução do objeto, acompanhamento este que não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas quanto aos danos que forem causados à Contratante ou a terceiros;

f) proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar a plena execução do objeto;

g) comunicar à **CONTRATADA** todas e quaisquer ocorrências em desacordo com o cumprimento das obrigações pactuadas, qualquer anormalidade na entrega do objeto, podendo sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.

h) efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas em Contrato.

i) recusar, no todo ou em parte, os equipamentos de rádio que não atenderem às especificações deste documento.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

a) disponibilizar os rádios comunicadores digitais, de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo **CONTRATANTE**;

b) providenciar a troca de todo rádio que estiver com defeito ou mau funcionamento, sem quaisquer ônus adicionais para o **CONTRATANTE**;

c) cumprir, impreterivelmente, todos os prazos, conforme previsto neste Termo de Referência;

d) comunicar ao **CONTRATANTE**, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrência que possam prejudicar o perfeito atendimento aos serviços;

e) comunicar, por escrito, todas as ocorrências irregulares verificadas na execução dos serviços e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

f) manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste documento e na legislação correlata;

g) assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;

h) providenciar os meios necessários à completa execução dos serviços;

i) comunicar a necessidade de substituição de equipamento com antecedência de 5 (cinco) dias;

j) providenciar treinamento, manuais e orientação de uso do equipamento, caso haja necessidade, sem custos adicionais para o **CONTRATANTE**;

k) responder por todas as despesas decorrentes da disponibilização dos rádios e de eventuais substituições, tais como impostos, taxas, fretes, mão de obra, recolhimento de equipamento;

Parágrafo primeiro - A **CONTRATADA** deverá declarar, no ato da assinatura do contrato, ciência do Código de Conduta para fornecedores de bens e serviços do **CONTRATANTE**, por meio do Termo de Responsabilidade e compromisso com o Código de Conduta dos Fornecedores de bens e serviços, instituído pela Portaria DG nº 18, de 31 de janeiro de 2020.

Parágrafo segundo - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês, os seguintes documentos: prova de regularidade relativa à Seguridade Social; Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; Certidões que comprovem à regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

DA DINÂMICA DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - Os rádios devem ser entregues na Secretaria de Cerimonial e Eventos do **CONTRATANTE**, localizado no SAF Sul Quadra 2 lotes 5/6, sala EA01, a partir das 10 horas.

Parágrafo primeiro - A disponibilização dos rádios dar-se-á de forma integral, o pedido dos rádios poderá ser feito assim que o contrato estiver disponível para utilização.

Parágrafo segundo - Os rádios serão requisitados por meio deste instrumento de Contrato, o gestor do contrato manterá a **CONTRATADA** informada sobre a entrega e disponibilização dos rádios.

Parágrafo terceiro - A **CONTRATADA** deve prestar assistência técnica, fazendo as substituições necessárias ao pleno funcionamento do sistema durante o período de locação, como também a retirada dos rádios após a conclusão deste contrato.

DO VALOR

CLÁUSULA SEXTA – O valor total do presente contrato é de R$ _____ (_____), conforme discriminado no Anexo A deste contrato.

Parágrafo único – Já estão inclusos no preço todos os encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA SÉTIMA – Os preços contratados poderão ser reajustados em atendimento a pedido expresso da **CONTRATADA**, que somente poderá ser apresentado ao **CONTRATANTE** a partir do dia seguinte àquele no qual estejam completos 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme o caso.

Parágrafo primeiro - O percentual de reajuste que eventualmente venha a ser deferido terá, como limite máximo, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do pedido de reajuste e somente será devido da data do pedido de reajuste em diante.

Parágrafo segundo - Nas ocasiões em que a **CONTRATADA** for consultada acerca da existência de interesse na prorrogação da avença, deverá ressalvar, sob pena de preclusão, em termos expressos, o direito ao reajuste do preço do contrato.

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA OITAVA – O objeto do presente contrato será recebido conforme especificações do Termo de Referência, da seguinte forma:

a) **Provisoriamente**, de forma diária, para efeito de verificação de qualidade, quantidade e conformidade com as especificações solicitadas pelo gestor;

b) **Definitivamente**, de forma mensal, após atesto da disponibilização dos equipamentos em conformidade com suas especificações.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA – O pagamento será efetuado mensalmente mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, por ordem bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do termo de recebimento definitivo, conforme disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, "a", da Lei nº 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação, e cumpridos os seguintes requisitos:

a) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão, acompanhada da Certidão Negativa de Débito – CND, comprovando regularidade com o INSS; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS; da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho; e de prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;

b) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à **CONTRATADA** e, nesse caso, o prazo previsto no *caput* desta Cláusula será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização;

Parágrafo segundo. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá protocolar a nota fiscal no setor de Protocolo do CNJ, e-mail: protocolo@cnj.jus.br.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA DEZ – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA ONZE – As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao **CONTRATANTE**, Programa de Trabalho: _____, Natureza da Despesa: _____, tendo sido emitida a Nota de Empenho n. _____, datada de _____ de _____ de _____.

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA DOZE – Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) **multa nas condições e percentuais estabelecidos no Anexo I do Edital - Termo de Referência;**

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c” dessa cláusula.

Parágrafo primeiro – O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** ou cobrado judicialmente.

Parágrafo segundo – As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e “e” do *caput* desta Cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

Parágrafo terceiro – A penalidade prevista na alínea "d" desta cláusula também poderá ser aplicada à **CONTRATADA**, caso tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

Parágrafo quarto – Excepcionalmente, desde que devidamente justificado no processo administrativo, o **CONTRATANTE** poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, e, concomitantemente, instaurar regular processo administrativo oportunizando à **CONTRATADA** o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Parágrafo quinto – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para **CONTRATADA**, na forma da lei.

Parágrafo sexto – Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pela **CONTRATADA** deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões reconhecidas por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, não serem avaliados.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA TREZE – O inadimplemento de cláusula estabelecida neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

CLÁUSULA QUATORZE – Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão deste contrato:

a) atraso injustificado na execução do objeto, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;

b) o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do **CONTRATANTE**.

Parágrafo único – Caso a **CONTRATADA** venha a sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste contrato, desde que sua execução não seja afetada e que a **CONTRATADA** mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

CLÁUSULA QUINZE – Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80, todos da Lei n. 8.666/93.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DEZESSEIS – O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogável até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do inciso IV do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

DO ACOMPANHAMENTO

CLÁUSULA DEZESSETE – O **CONTRATANTE** nomeará um gestor titular e um substituto para executar a fiscalização do contrato. As ocorrências serão registradas

em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

Parágrafo único – A existência e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto contratado.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DEZOITO – Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.666/1993 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA DEZENOVE – O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

CLÁUSULA VINTE – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente contrato é eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal.

Justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Pelo **CONTRATANTE**

Getúlio Vaz
Secretário de Administração
Portaria n. 104/2015

Pela **CONTRATADA**

ANEXO A DO CONTRATO N. ___/2021, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA _____, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n. 04/2021 – Processo Administrativo/CNJ n. 08254/2020).

VALOR DISCRIMINADO DO CONTRATO

ITEM					
Item	**Descrição**	**Un.**	**Qtd.**	**Valor Unitário (R$)**	**Valor Total (R$)**
...	...	...	...	...	...

ANEXO B DO CONTRATO N. ____/2021, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA _____, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n. 04/2021 - Processo Administrativo/CNJ n. 08254/2020).

TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a)_____, inscrito(a) no CNPJ nº_____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

_____, _____ de _____ de _____

Pregão Eletrônico

40003 .42021 .9124 .4658 .9006600

Conselho Nacional de Justiça

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 00004/2021

Às 14:00 horas do dia 05 de março de 2021, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Port-DG 203 de 24/07/2020, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 08254/2020, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00004/2021. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de rádios comunicadores digitais, por regime de locação, observadas as condições e especificações estabelecidas nos Anexos I, II e III deste Edital.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1
Descrição: Locação Bens Móveis
Descrição Complementar: Aquisição de rádios comunicadores digitais, por regime de locação, observadas as condições e especificações estabelecidas nos Anexos I, II e III deste Edital.
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada
Quantidade: 12
Unidade de fornecimento: Unidade
Valor Máximo Aceitável: R$ 13.245,3600
Situação: Aceito e Habilitado
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Intervalo mínimo entre lances: -

Aceito para: FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191**, pelo melhor lance de** R$ 13.245,3600 **e com valor negociado a** R$ 12.700,0000 .

Histórico

Item: 1 - Locação Bens Móveis

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
29.942.841/0001-08	FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191	Sim	Sim	12	R$ 1.103,7800	R$ 13.245,3600	23/02/2021 11:19:21

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: RÁDIO COMUNICADOR DIGITAL. MODELO: MOTOROLA DTR 620
Porte da empresa: ME/EPP

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 13.245,3600	29.942.841/0001-08	05/03/2021 14:00:29:513

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aberto	05/03/2021 14:13:29	Item Aberto.
Início 1a Etapa da Disputa Fechada	05/03/2021 14:37:00	Início da etapa fechada. Fornecedores convocados: Fornecedores que apresentaram lance entre R$ 13.245,3600 e R$ 13.245,3600.
Encerrada Disputa Fechada	05/03/2021 14:42:01	Encerrada etapa fechada do item.
Encerrado	05/03/2021 14:42:01	Item encerrado.
Abertura do prazo de	05/03/2021 15:17:07	Convocado para envio de anexo o fornecedor FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191, CNPJ/CPF: 29.942.841/0001-08.

Ata PRE 04/2021 (1052801) SEI 08254/2020 / pg. 67

Convocação - Anexo		
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	05/03/2021 15:49:44	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191, CNPJ/CPF: 29.942.841/0001-08.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	05/03/2021 16:11:34	Convocado para envio de anexo o fornecedor FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191, CNPJ/CPF: 29.942.841/0001-08.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	05/03/2021 16:26:29	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191, CNPJ/CPF: 29.942.841/0001-08.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	15/03/2021 14:54:29	Convocado para envio de anexo o fornecedor FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191, CNPJ/CPF: 29.942.841/0001-08.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	15/03/2021 15:07:01	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191, CNPJ/CPF: 29.942.841/0001-08.
Aceite	15/03/2021 15:44:12	Aceite individual da proposta. Fornecedor: FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191, CNPJ/CPF: 29.942.841/0001-08, pelo melhor lance de R$ 13.245,3600 e com valor negociado a R$ 12.700,0000. Motivo: Por atender a todos os requisitos do edital. Ademais, informo que o valor foi negociado.
Habilitado	15/03/2021 15:44:25	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191 - CNPJ/CPF: 29.942.841/0001-08

Não existem intenções de recurso para o item

Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Pregoeiro	05/03/2021 14:01:19	Boa tarde. Srs. Licitantes, declaro aberta a sessão do PRE 04/2021 – Aquisição de rádios comunicadores digitais, por regime de locação, observadas as condições e especificações estabelecidas nos Anexos I, II e III do Edital.
Pregoeiro	05/03/2021 14:01:54	Conforme alertado no preâmbulo do Edital, em cumprimento à legislação e às determinações do Tribunal de Contas da União, o CNJ abrirá processos administrativos com vistas à aplicação de penalidades à empresa que
Pregoeiro	05/03/2021 14:02:12	não mantiver a proposta, DEIXAR DE ENTREGAR DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA O CERTAME, apresentar documentação falsa, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.
Pregoeiro	05/03/2021 14:02:26	As penalidades previstas são impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento do SICAF por até 5 (cinco) anos, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e do Edital.
Pregoeiro	05/03/2021 14:02:39	Observem que a sessão somente é encerrada quando o Pregoeiro assim o declarar. Deste modo, todos devem manter-se conectados até o encerramento.
Pregoeiro	05/03/2021 14:02:51	Solicito um momento para consultar as propostas cadastradas no sistema
Pregoeiro	05/03/2021 14:13:29	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Pregoeiro	05/03/2021 14:37:01	A etapa fechada foi iniciada para o item 1. Fornecedor que apresentou lance entre R$ 13.245,3600 e R$ 13.245,3600 poderá enviar um lance único e fechado até às 14:42:00 do dia 05/03/2021.
Sistema	05/03/2021 14:42:01	O fornecedor da proposta no valor de R$ 13.245,3600 não enviou lance único e fechado para o item 1.
Sistema	05/03/2021 14:42:01	A etapa fechada do item 1 foi encerrada.
Sistema	05/03/2021 14:42:01	O item 1 está encerrado.
Sistema	05/03/2021 14:42:01	Todos os itens estão encerrados. Será iniciada a etapa de Julgamento de Propostas. Favor acompanhar através da funcionalidade "Acompanhar julgamento/habilitação/admissibilidade".
Pregoeiro	05/03/2021 14:57:27	NEGOCIAÇÃO – ITEM 1
Pregoeiro	05/03/2021	Senhor representante da empresa FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO, classificada em 1º

Ata PRE 04/2021 (1052801) SEI 08254/2020 / pg. 68

	14:57:53	lugar, com base na Seção VIII do Edital, Item 8.1, solicito informar se há possibilidade de redução do valor ofertado. Ademais, informo que como somente a sua empresa participou deste certame a autoridade competente pode decidir pela revogação do pregão.
Pregoeiro	05/03/2021 15:00:34	Para FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191 - Senhor representante da empresa FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO, classificada em 1º lugar, com base na Seção VIII do Edital, Item 8.1, solicito informar se há possibilidade de redução do valor ofertado. Ademais, informo que como somente a sua empresa participou deste certame a autoridade competente pode decidir pela revogação do pregão.
29.942.841/0001-08	05/03/2021 15:03:42	Boa tarde sr.(a) pregoeiro(a)
29.942.841/0001-08	05/03/2021 15:04:44	podemos chegar no valor de R$ 12.700,00
Pregoeiro	05/03/2021 15:11:43	Ciente.
Pregoeiro	05/03/2021 15:16:08	1ª CONVOCAÇÃO 1º LUGAR/ITEM 1
Pregoeiro	05/03/2021 15:16:30	Senhor representante da empresa FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO, classificada em 1º lugar, envie a proposta de preços ajustada ao lance final, conforme negociado no valor de R$ 12.700,00, bem como eventuais documentos complementares de habilitação, tudo de acordo com o disposto no Edital, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contadas desta solicitação.
Sistema	05/03/2021 15:17:07	Senhor fornecedor FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191, CNPJ/CPF: 29.942.841/0001-08, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	05/03/2021 15:49:44	Senhor Pregoeiro, o fornecedor FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191, CNPJ/CPF: 29.942.841/0001-08, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	05/03/2021 16:10:35	Para FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191 - Senhor representante da empresa FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO, classificada em 1º lugar. Peço que nos encaminhe a certidão de regularidade junto a Receita Federal , ainda dentro do seu prazo, ou seja, até as 17:17, pois no Sicaf não consta essa informação.
Pregoeiro	05/03/2021 16:11:28	Para FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191 - Sendo assim, irei abrir o anexo para que nos encaminhe o supracitado documento.
Sistema	05/03/2021 16:11:34	Senhor fornecedor FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191, CNPJ/CPF: 29.942.841/0001-08, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	05/03/2021 16:26:29	Senhor Pregoeiro, o fornecedor FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191, CNPJ/CPF: 29.942.841/0001-08, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	05/03/2021 17:25:35	Senhor representante da empresa FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO, informo que ao realizar análise referente à regularidade fiscal, especialmente no tocante à prova de regularidade para com a Fazenda Federal exigida pela alínea "e" do Item 4.12 do Edital, constatamos um débito da sua empresa junto à Receita Federal.
Pregoeiro	05/03/2021 17:25:49	Dessa forma, conforme dispõe o Item 4.18 do Edital, concedo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
Pregoeiro	05/03/2021 17:26:03	Não obstante, cumpre alertar que, com base no Item 4.18.1 do Edital, a não regularização da documentação no prazo estabelecido implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.
Pregoeiro	05/03/2021 17:29:13	1º SUSPENSÃO:
Pregoeiro	05/03/2021 17:31:00	Sr. Licitante, informo que a sessão do PRE 04/2021 será suspensa em função do prazo ministrado a sua empresa para regularização de débito fiscal e será reaberta no dia 15/03/2021, às 14 horas.
Pregoeiro	15/03/2021 13:59:20	Boa tarde. Senhores Licitantes, declaro reaberta a sessão PRE 04/2021 – Aquisição de rádios comunicadores digitais, por regime de locação, observadas as condições e especificações estabelecidas nos Anexos I, II e III do Edital.
Pregoeiro	15/03/2021 14:11:41	Para FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191 - Prezado Licitante, peço que nos informe se o modelo apresentado na proposta, qual seja, MOTOROLA MODELO: DTR 620, é compatível com o modelo solicitado no Edital, Motorola DTR720?
29.942.841/0001-08	15/03/2021 14:16:16	Boa tarde. O modelo apresentado na proposta Motorola DTR 620 é totalmente compatível com o modelo DTR 720
Pregoeiro	15/03/2021 14:19:44	Para FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191 - Ciente.
Pregoeiro	15/03/2021 14:20:17	Para FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191 - peço que aguarde , pois teremos mais alguns esclarecimentos por parte da unidade demandante.
Pregoeiro	15/03/2021 14:39:55	Para FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191 - Prezado Licitante, indago se os rádios são acompanhados dos itens especificados abaixo? Conforme expresso no item 2.2.1 do TR. • m) acompanhar os acessórios de clipe de cinto; fone de ouvido e carregador de bateria; • n) fone de ouvido deve ser discreto, com tubo acústico transparente espiral, com PTT de lapela e encaixe auricular anatômico em silicone.
Pregoeiro	15/03/2021 14:42:04	Para FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191 - Peço também que confirme a capacidade de duração das baterias , tendo em vista que na sua proposta está

Ata PRE 04/2021 (1052801) SEI 08254/2020 / pg. 69

		especificado duração de 9 horas e foi solicitado em edital duração de 10 horas. Solicito que nos esclareça esse ponto., por gentileza.
29.942.841/0001-08	15/03/2021 14:51:57	Informo que iremos ofertar o modelo MOTOROLA DTR 720 conforme solicitado no edital, assim atenderemos todas as dúvidas em relação as especificações técnicas
Pregoeiro	15/03/2021 14:54:19	Para FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191 - Ciente. Sendo assim peço que nos encaminhe a nova proposta ajustada com o modelo MOTOROLA DTR 720 conforme solicitado no edital. Ademais , informo que o valor deverá permanecer o mesmo , ou seja , R$ 12.700,00.
Sistema	15/03/2021 14:54:29	Senhor fornecedor FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191, CNPJ/CPF: 29.942.841/0001-08, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	15/03/2021 15:07:01	Senhor Pregoeiro, o fornecedor FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191, CNPJ/CPF: 29.942.841/0001-08, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	15/03/2021 15:42:41	RESULTADO 1º LUGAR/ITEM 1:
Pregoeiro	15/03/2021 15:42:59	Após análise da documentação enviada e parecer da unidade técnica, decido declarar vencedora do ITEM 1 a empresa FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO, por atender a todos os requisitos previsto no Edital. NÃO havendo a necessidade de envio de documentação original ao CNJ.
Sistema	15/03/2021 15:44:25	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de ´aceito e habilitado´ ou ´cancelado no julgamento´.
Pregoeiro	15/03/2021 15:44:44	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 15/03/2021 às 16:10:00.

Eventos do Pregão

Evento	Data/Hora	Observações
Abertura de Prazo	15/03/2021 15:44:25	Abertura de prazo para intenção de recurso
Informado Fechamento de Prazo	15/03/2021 15:44:44	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 15/03/2021 às 16:10:00.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 16:15 horas do dia 15 de março de 2021, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
Pregoeiro Oficial

VANIA ALVES DE SOUZA
Equipe de Apoio

Imprimir o Relatório

Voltar

Ata PRE 04/2021 (1052801) SEI 08254/2020 / pg. 70

SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2021 - UASG 20001

Nº Processo: 00200.008175/2020. Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços via web para pesquisa, visualização, atualização, impressão, download e gerenciamento de normas técnicas nacionais e internacionais, durante 12 (doze) meses consecutivos, de acordo com os termos e especificações do edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 17/03/2021 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Copeli - Senado Federal, Via N2, Bloco 16, Cep 70.165-900, - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/20001-5-00029-2021. Entrega das Propostas: a partir de 17/03/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 05/04/2021 às 09h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATSER e as constantes do edital prevalecerão as últimas. .

PAULA PARENTE CANTUARIA RAMOS
Pregoeira

(SIASGnet - 16/03/2021) 20001-00001-2021NE000006

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2021 - UASG 20001

Nº Processo: 00200.013315/2020. Objeto: Fornecimento de açúcar refinado e adoçante dietético de acordo com os termos e especificações do edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 17/03/2021 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Via N2, Senado Federal, Bloco 16, 1º Pavimento,, Zona Cívico Administrativa - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/20001-5-00028-2021. Entrega das Propostas: a partir de 17/03/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 31/03/2021 às 09h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no CATMAT/CATSER e as especificações constantes do Edital, prevalecerão as últimas. .

MARCUS VINICIUS DE MIRANDA CASTRO
Pregoeiro

(SIASGnet - 16/03/2021) 20001-00001-2021NE000006

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº processo: 001068/2021. Objeto: Participação de servidores no evento de capacitação externo: "Visual Law: Cases de Sucesso - Gravado - Online". Contratado: FUTURE LAW STUDIO EDUCAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. Fundamento Legal: art. 25, II, combinado com o art. 13, VI, ambos da Lei 8.666/1993. Declaração de Inexigibilidade: em 10/03/2021, por Mônica Maria Gomide Madruga Ribeiro, Secretária de Orçamento, Finanças e Contratações. Ratificação: em 11/03/2021, por Edmundo Veras dos Santos Filho, Diretor-Geral. Brasília, 16/03/2021. TIAGO RODRIGUES VIEIRA AMANCIO. Coordenador de Orçamento e Finanças.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo ao Contrato nº 33/2019, celebrado entre o STF e a empresa ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS ABNT (Processo Eletrônico n. 000961/2019). Objeto: a) acrescer 6 (seis) normas técnicas, perfazendo um total de 67 (sessenta e sete), conforme Anexo; b) prorrogar a vigência do Contrato, nos termos da Cláusula Terceira. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. Assinatura: 15/03/2021. Vigência: a partir da assinatura. Assinam: pelo STF, Mônica Maria Gomide Madruga Ribeiro, Secretária de Orçamento, Finanças e Contratações; e, pela empresa, Odilão Baptista Teixeira e Mario William Esper.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Protocolo de Intenções n. 001/2021, firmado entre o INPE, o CNMP e o CNJ. Processo: SEI n. 01718/2021. Objeto: complementar as suas experiências nas áreas de interesse comum, sem prejuízo de suas ações individuais e independentes. Data da Assinatura: 11/03/2021. Vigência: 24 meses, a contar de sua assinatura. Signatários: pelo INPE, Clézio Marcos de Nardin - Diretor; pelo CNMP, Procurador-Geral da República Antônio Augusto Brandão de Aras -- Presidente; pelo CNJ, Juiz Federal Valter Shuenquener de Araújo - Secretário-Geral, e Juiz Federal Marcus Lívio Gomes - Secretário de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica.

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 4/2021

O Pregoeiro do CNJ comunica que, no pregão eletrônico n° 04/2021, declarou vencedora a empresa FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO.

BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
Pregoeiro

(SIDEC - 16/03/2021) 040003-00001-2021NE000001

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2021 - UASG 40003

Nº Processo: 06907/2020. Objeto: Registro de preços para serviços de reforma de sofás com aplicação de impermeabilizante e couro ecológico, conforme condições e especificações contidas neste Termo de Referência.. Total de Itens Licitados: 3. Edital: 17/03/2021 das 08h00 às 17h59. Endereço: Saf Sul Quadra 02 Lotes 5/6 Blocos e e f, Saf Sul - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/40003-5-00007-2021. Entrega das Propostas: a partir de 17/03/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 30/03/2021 às 14h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Edital para consulta e 'download' nos 'sites' www.cnj.jus.br, www.comprasnet.gov.br e à disposição dos interessados, mediante pagamento das cópias, na Comissão Permanente de Licitação, ao custo de R$ 0,30 por folha.

BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
Pregoeiro

(SIASGnet - 16/03/2021) 40003-00001-2021NE000001

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
SECRETARIA DO TRIBUNAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES
SEÇÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DE COMODATO

Contrato de Comodato-TSE nº 82/2020, firmado entre o Tribunal Superior Eleitoral e o SERPRO, CNPJ nº 33.683.111/0001-07. OBJETO: a cessão, em regime de comodato ao TSE de 1 (um) servidor marca DELL, modelo EMC PowerEdge R 940 (servicetag DX4R813), número patrimonial 1571364. VIGÊNCIA: 04/09/2021 . ASSINATURA: 04/03/2021. ASSINAM: Rui Moreira de Oliveira, Diretor-Geral, pelo TSE, e Antônio dos Santos Guerra Neto, Diretor de Operações, pelo SERPRO. PA SEI nº 2020.00.000010401-3.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2021 - UASG 50001

Nº Processo: 28956/2020. Objeto: Fornecimento de medicamento e material médico-hospitalar de consumo. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 17/03/2021 das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h59. Endereço: Safs Quadra 06 Lote 01-trecho 03-administracao 01 Andar, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/50001-5-00023-2021. Entrega das Propostas: a partir de 17/03/2021 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 30/03/2021 às 14h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Edital também disponível em www.stj.jus.br.

JANAINA LIMA ARRUDA
Pregoeira

(SIASGnet - 16/03/2021) 50001-00001-2021NE000107

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo STJ 30056/2020. 1º Termo Aditivo ao Contrato STJ n. 97/2020. CONTRATADA: DENTAL ALTA MOGIANA - COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. CNPJ: 05.375.249/0001-03. OBJETO: Alteração de cláusulas contratuais. FUNDAMENTO: Art. 65, inciso II c/c art. 57, § 1º, inciso II, todos da Lei n. 8.666/1993. VIGÊNCIA: 15/03/2021 a 30/06/2021. ASSINATURA: 15/03/2021. VALOR DO CONTRATO: R$ 94.900,70. SIGNATÁRIOS: Luiz Antonio de Souza Cordeiro - SAD/STJ, Leandro Lourenço - Contratada.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
SECRETARIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo TST n.º 503.368/2019-2. Clínica de Fisioterapia Multifisio Ltda. Me., CNPJ 11.140.975/0001-31. 1º termo aditivo ao contrato CRM-058/2019 - Credenciamento para prestação de serviços médicos ao Programa de Assistência à Saúde do TST - TST-Saúde. Alteração do endereço da credenciada para QNB 17, Lote 9, Taguatinga, Brasília, DF, CEP 72.115-170. Assinatura: 15/3/2021. Pelo Contratante: Gustavo Caribé de Carvalho, Diretor-Geral da Secretaria. Pela Contratada: Etiene Galdino de Gouvêa Vaz, Representante Legal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo TST nº 501.549/2010-0. Partícipes: Tribunal Superior do Trabalho - TST e Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - TJPE. 1º termo aditivo ao convênio CVN/TJPE-001/2020 - cessão recíproca de pessoal especializado e de apoio técnico administrativo, bem como o intercâmbio de informações e tecnologias administrativas. Prorrogação por 24 meses, a partir de 17/03/2021. Assinatura: 11/01/2021. Pelo TST: Ministra Maria Cristina Peduzzi, Presidente. Pelo TJPE: Desembargador Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, Presidente.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2021 - UASG 60001

Nº Processo: 019954/20-00.11. Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia/arquitetura para execução de serviços de conservação e revitalização das fachadas e acessos do Edifício-Sede da ENAJUM.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 17/03/2021 das 08h00 às 17h59. Endereço: Praça Dos Tribunais Superiores, Ed. Sede, Sala 1103, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/60001-5-00016-2021. Entrega das Propostas: a partir de 17/03/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 29/03/2021 às 14h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Edital disponível nos sites: www.gov.br/compras e www.stm.jus.br.

LUCIANNE RODRIGUES DO AMARAL
Pregoeira

(SIASGnet - 16/03/2021) 60001-00001-2021NE001019

SECRETARIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE CONVÊNIO

ESPÉCIE: Processo SEI nº 011175/20-00.08. Convênio nº 03/2021, celebrado entre o Superior Tribunal Militar e a Caixa Econômica Federal. OBJETO: Prestação de serviços de agendamento de pagamentos e/ou recebimentos pela Caixa ao Convenente. VIGÊNCIA: 16/03/2021 a 15/03/2022. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116 da Lei nº 8.666/1993, e art. 4º, inc. XI, c/c art. 5º, inc. II, ambos do Ato Normativo STM nº 221/2017. DATA DE ASSINATURA: 16/03/2021. ASSINAM: Silvio Artur Meira Starling, Diretor-Geral, pelo Convenente, e Celso Eloi de Souza Cavalhero, Superintendente Executivo de Governo, pelo Conveniado.

Publicação DOU - Resultado de Julgamento (1052808) SEI 08254/2020 / pg. 71

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS - PRE 04/2021				
	Valor Total		Economia	
	Estimado	Adjudicado	R$	%
ITEM 1	13.245,36	12.700,00	545,36	4,12
Total	13.245,36	12.700,00	545,36	4,12

Pregão Eletrônico

Conselho Nacional de Justiça

Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico

Nº 00004/2021

Às 16:15 horas do dia 15 de março de 2021, após analisado o resultado do Pregão nº 00004/2021, referente ao Processo nº 08254/2020, o pregoeiro, Sr(a) BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

**OBS: Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade competente e constarão no termo de julgamento.

Resultado da Adjudicação

Item: 1
Descrição: Locação Bens Móveis
Descrição Complementar: Aquisição de rádios comunicadores digitais, por regime de locação, observadas as condições e especificações estabelecidas nos Anexos I, II e III deste Edital.
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 12
Unidade de fornecimento: Unidade
Valor Máximo Aceitável: R$ 13.245,3600
Intervalo Mínimo entre Lances: -
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191 **, pelo melhor lance de** R$ 13.245,3600 **, com valor negociado a** R$ 12.700,0000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	15/03/2021 16:15:55	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor: FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191, CNPJ/CPF: 29.942.841/0001-08, Melhor lance: R$ 13.245,3600, Valor Negociado: R$ 12.700,0000

Fim do documento

Termo de Adjudicação (1052811) SEI 08254/2020 / pg. 73

RELATÓRIO

À Assessoria Jurídica,

1. Trata-se de processo administrativo que tem por objeto a aquisição de rádios comunicadores digitais, por regime de locação, observadas as condições e especificações estabelecidas nos Anexos I, II e III do Edital.

2. Analisada a minuta de Edital (1036177), essa Assessoria emitiu parecer chancelando o documento, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 (1032457), e o Secretário de Administração autorizou a abertura do procedimento licitatório (1036207).

3. O Aviso de Licitação foi divulgado 22 de fevereiro de 2021 no Diário Oficial da União nº 34, Seção 3, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, na página eletrônica do CNJ e afixado no quadro de avisos da CPL (1052792).

4. Após as publicações não foram apresentados questionamentos ou impugnações aos termos do Edital.

5. Na sessão pública de abertura do Pregão, realizada em 05 de março de 2021, às 14 horas, 01 (uma) empresa cadastrou proposta para o Item 1, conforme documento SEI n. 1052793.

6. Após verificação da proposta cadastrada, procedeu-se à fase de lances. Encerrada a etapa competitiva, verificou-se a ordem de classificação final disposta no documento n. 1052794.

7. Por conseguinte, a empresa mais bem colocada foi convocada a apresentar a sua proposta de preço ajustada ao lance final e os possíveis documentos complementares de habilitação no prazo estabelecido na Seção VIII do Edital.

8. Ao realizar análise da documentação constatou-se existência de débito da referida empresa junto à Receita Federal, contrariando a exigência da alínea “e” do Item 4.12 do Edital, referente à comprovação de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal. Dessa forma, com base no Item 4.18 do Edital, este Pregoeiro concedeu prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme aviso de suspensão 1052799.

9. Posteriormente, após ser sanada a referida pendência, conforme Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativada União, acostados às fls. 02 e 37 do documento 1052796, e com o auxílio da unidade técnica, registrou-se o julgamento e a motivação da aceitação da proposta referente ao Item 1, nos seguintes termos:

ITEM 1

Classificação	Empresa	Valor total (R$)	Julgamento da Proposta	Motivo da Recusa/Aceitação
1º	FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191	R$ 12.700	Proposta – (1052796) Análise Técnica – (1052798)	Aceita por atender a todos os requisitos do Edital.

10. Encerrada a sessão, não foi registrada intenção de recurso, conforme Ata de realização do Pregão Eletrônico nº 04/2021 (1052801).

11. O resultado do certame foi publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União do dia 17 de março de 2021 (1052808).

12. A economia auferida no Pregão nº 04/2021 foi de 4,12%, representando um montante de R$ 545,36 (quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta e seis centavos), conforme mapa comparativo de preços (1052810).

13. O objeto foi adjudicado, conforme Termo de Adjudicação (1052811).

14. Ainda convém ressaltar que, embora tenha sido registrada a presença de apenas uma empresa no Pregão, o Tribunal de Contas da União já firmou jurisprudência no sentido de que não há óbice à participação de um único licitante em licitações realizadas sob a modalidade Pregão, veja excertos:

> *"Quanto ao comparecimento de somente uma empresa ao pregão em tela, alinho-me à unidade técnica no sentido de que não há impedimento na legislação à conclusão da licitação, a menos que o edital contenha exigências restritivas ao caráter competitivo do certame, o que se verificou no caso (TCU: Acórdão 408/2008 — Plenário, DOU de 14/03/2008)*
>
> *Considerando-se que a apresentação de somente um licitante configura indício, mas não evidência, de que a competitividade da licitação teria restado em alguma proporção prejudicada, realizou-se a ora combatida determinação. Note-se que o Tribunal não entendeu serem tais irregularidades bastantes para a anulação do contrato, nem que o comparecimento de apenas um licitante constitui qualquer tipo de óbice à contratação (TCU: Acórdão 1316/2010 — Primeira Câmara, DOU de 19/03/2010)."*

15. Ademais, revisando as cláusulas do edital, não se constatou condição restritiva, que pudesse, ao menos em tese, comprometer a participação de um número maior de interessados. Do mesmo modo não foi apresentada qualquer impugnação aos termos do edital. Para além disso, verifica-se que o valor contratado está abaixo do valor estimado no edital, uma vez que a empresa aceitou negociar com a Administração, o que nos leva a inferir que foi possível selecionar proposta vantajosa para a Administração.

16. De todo modo, nestes casos, subsiste para a Administração a possibilidade de revogar a licitação, se restar constatado que o único licitante apresentou proposta com valor superior ao de mercado, conforme literalidade do art. 49 da Lei nº 8.666/93, aplicável subsidiariamente ao Pregão Eletrônico.

> "*A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.*"

17. Ainda releva notar que o próprio Superior Tribunal de Justiça endossa esse posicionamento, veja:

> *"O Poder Público pode revogar o processo licitatório quando comprovado que os preços oferecidos eram superiores ao do mercado, em nome do interesse público" (STJ,RMS 30481/RJ, 1ªT, Min. Denise Arruda, DJe 02/12/2009).*

18. Mediante dever de ofício, ressalte-se que o Acórdão nº 1.793/2011 do Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou aos gestores públicos a identificação de comportamentos prejudiciais à boa condução dos procedimentos licitatórios pelas licitantes, nesse contexto, relato que a licitação ocorreu sem qualquer incidente.

19. Por fim, e sendo o que me cabia informar, encaminho o processo para as providências relativas à comprovação da regularidade jurídica do certame e posterior homologação por parte da autoridade competente.

Respeitosamente,

Bruno César de Oliveira Lopes
Pregoeiro

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE LICITAÇÕES**, em 17/03/2021, às 11:04, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1052821** e o código CRC **D2FFD7E9**.

LISTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. 08254/2020

Pregão Eletrônico n. 4/2021

LISTA DE VERIFICAÇÃO de atos administrativos atinentes à análise jurídica prévia à homologação do procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico.

Item	Questionário	Sim Não N/A	Arquivo SEI
1	Os comprovantes das publicações do edital resumido constam do processo? *Ref. Decreto n.º 10.024/2019, art. 8º, XIII, e Lei n.º 8.666/93, art. 38, II*	S	1052792
2	O aviso contendo o resumo do edital foi publicado nos meios previstos pela legislação? *Ref. Decreto n.º 10.024/2019, art. 20*	S	1052792
3	Foi respeitado o prazo de 8 dias entre a divulgação da licitação (publicação do aviso do edital) e a realização do certame? *Ref. Decreto n.º 10.024/2019, art. 25.*	S	-
4	A ata de realização do pregão eletrônico consta do processo e contém registro dos licitantes participantes, das propostas apresentadas, dos lances ofertados na ordem de classificação, da aceitabilidade da proposta de preço, da habilitação e dos recursos porventura interpostos, respectivas análises e decisões? *Ref. Decreto n.º 10.024/2019, art. 8º, XII, alíneas "a" a "j".*	S	1052801
5	O ato de adjudicação e a publicação no DOU constam do processo? *Ref. Lei n. 8.666/93, art. 38, VII.*	S	1052811
6	O comprovante da publicação do resultado da licitação consta do processo? *Decreto n.º 10.024/2019, art. 8º, XII, alínea "j".*	S	1052808

7	Os documentos necessários à habilitação (originais ou cópias autenticadas por cartórios competentes ou por servidores da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial) constam do processo? *Ref. Decreto n.º 10.024/2019, art. 40 e Lei n.º 8.666/93, art. 38, XII combinado com o art. 32.*	S	1052796
8	Os documentos apresentados pela licitante estavam válidos na data da sessão?	S	1052796
9	A proposta da licitante declarada vencedora foi assinada por pessoa com poderes para representar a empresa?	S	1052796
10	Foi constatada a inexistência de registros indicativos de que a futura contratada esteja apenada com impedimento ou suspensão de licitar com a União e foi verificada a inexistência de registros de inidoneidade (TCU, CGU e CEIS)?	S	-

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO MORAES GODOY**, **TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 22/03/2021, às 19:17, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1056292** e o código CRC **86D95C9F**.

PARECER - AJU

PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ SEI Nº 08254/2020

Assunto: Pregão Eletrônico CNJ nº 4/2021 – Fornecimento de rádios comunicadores digitais, por regime de locação. Análise da regularidade procedimental.

Senhora Assessora-Chefe,

Os autos vieram à Assessoria Jurídica para comprovação da regularidade jurídica do Pregão Eletrônico CNJ nº 4/2021, a fim de subsidiar posterior homologação do referido certame pela autoridade competente, nos termos do art. 13, inciso VI, e art. 45 do Decreto nº 10.024/2019.

2. Preliminarmente, promoveu-se a averiguação do atendimento aos requisitos elencados na lista de verificação constante do arquivo SEI 0166793, juntada, no caso, ao arquivo SEI 1056292.

3. Trata-se do Pregão Eletrônico nº 4/2021 que tem por objeto o fornecimento de rádios comunicadores digitais, por regime de locação.

4. Resumidamente, quanto à fase interna da licitação, informa-se que a minuta do Edital, consolidada no arquivo SEI 1038371, e os atos administrativos preparatórios à licitação foram analisados e chancelados por esta Assessoria (Parecer AJU 1032457), atendendo ao disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/1993.

5. Após a autorização de abertura da fase externa do certame pelo Secretário de Administração, no Despacho SAD 1036207, foram juntados aos autos os atos administrativos de designação do pregoeiro e da equipe de apoio (arquivo SEI 1052791), atendendo ao disposto no art. 16 do Decreto nº 10.024/2019.

6. Em seguida, atendendo-se ao comando do art. 20 do Decreto nº 10.024/2019, o Aviso de Licitação foi divulgado por meio de (arquivo SEI 1052792):

i) publicação no Diário Oficial da União nº 347, Seção 3, página 95, do dia 22 de fevereiro de 2021;

ii) *publicação* no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br;

iii) publicação na página eletrônica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e

iv) informe afixado no quadro de avisos da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

7. Observado o interstício mínimo de 8 (oito) dias úteis, contado a partir da publicação do aviso do certame para apresentação das propostas pelas empresas interessadas, conforme dispõe o art. 25 do Decreto nº 10.024/2019, e transcorrida a fase externa da licitação, a CPL registrou em seu relatório os principais

atos/fatos administrativos ocorridos nessa etapa licitatória (arquivo SEI 1052801).

8. Informa-se que não foram apresentados questionamentos e/ou impugnações aos termos do Edital. Adiante, verificou-se que foi cadastrada uma proposta para o objeto, conforme relatório juntado no arquivo SEI 1052793.

9. Após verificação da proposta cadastrada, e encerrada a etapa competitiva, a empresa mais bem colocada (arquivo SEI 1052794) foi convocada a apresentar proposta de preço ajustada ao seu lance final e os possíveis documentos complementares de habilitação no prazo estabelecido na Seção VIII do Edital.

10. Ato contínuo, o Pregoeiro passou ao julgamento e à motivação da recusa ou aceitação da empresa, declarando vencedora a empresa **FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO**.

11. O resultado do certame foi publicado no Diário Oficial da União nº 51, Seção 3, p. 124, de 17 de março de 2021 (arquivo SEI 1052808). A adjudicação do objeto ocorreu no dia 15 de março de 2021, conforme termo de adjudicação (1052811).

12. A proposta comercial e os documentos de habilitação da empresa vencedora foram juntados aos autos, conforme consta do arquivo SEI 1052796. Em que pese às declarações de regularidade fiscal, trabalhista e perante o INSS e FGTS da empresa vencedora estarem todas válidas na data da análise da documentação (e após o saneamento realizado nos termos do item 4.18 do Edital), algumas certidões poderão vencer até o momento da contratação, o que não impede a regular homologação do certame, mas obriga a Administração a realizar nova verificação quanto à condição da empresa de contratar com o CNJ, à época da eventual celebração do contrato administrativo.

13. Utilizando o número de CNPJ da futura contratada, efetuaram-se consultas em páginas eletrônicas mantidas na rede mundial de computadores e não se logrou identificar:

a) eventos hábeis à indicação de que a empresa vencedora do Pregão nº 4/2021 esteja apenada com impedimento ou suspensão de licitar com a União; e

b) a existência de declaração de inidoneidade.

14. Considerando a recomendação do Tribunal de Contas da União nos Acórdãos n. 1.793/2011 e 754/2015 – Plenário, quanto à identificação de comportamentos de licitantes prejudiciais à boa condução dos certames, a CPL informou no Relatório CPL 1052821 que a licitação ocorreu sem qualquer incidente.

15. Quanto ao fato de somente uma empresa ter participado do certame, a CPL informou que:

> 14. Ainda convém ressaltar que, embora tenha sido registrada a presença de apenas uma empresa no Pregão, o Tribunal de Contas da União já firmou jurisprudência no sentido de que não há óbice à participação de um único licitante em licitações realizadas sob a modalidade Pregão, veja excertos:
>
> *"Quanto ao comparecimento de somente uma empresa ao pregão em tela, alinho-me à unidade técnica no sentido de que não há impedimento na legislação à conclusão da licitação, a menos que o edital contenha exigências restritivas ao caráter competitivo do certame, o que se verificou no caso (TCU: Acórdão 408/2008 — Plenário, DOU de 14/03/2008)*
>
> *Considerando-se que a apresentação de somente um licitante configura indício, mas não evidência, de que a competitividade da licitação teria restado em alguma*

proporção prejudicada, realizou-se a ora combatida determinação. Note-se que o Tribunal não entendeu serem tais irregularidades bastantes para a anulação do contrato, nem que o comparecimento de apenas um licitante constitui qualquer tipo de óbice à contratação (TCU: Acórdão 1316/2010 — Primeira Câmara, DOU de 19/03/2010).”

15. Ademais, revisando as cláusulas do edital, não se constatou condição restritiva, que pudesse, ao menos em tese, comprometer a participação de um número maior de interessados. Do mesmo modo não foi apresentada qualquer impugnação aos termos do edital. Para além disso, verifica-se que o valor contratado está abaixo do valor estimado no edital, uma vez que a empresa aceitou negociar com a Administração, o que nos leva a inferir que foi possível selecionar proposta vantajosa para a Administração.

16. De todo modo, nestes casos, subsiste para a Administração a possibilidade de revogar a licitação, se restar constatado que o único licitante apresentou proposta com valor superior ao de mercado, conforme literalidade do art. 49 da Lei nº 8.666/93, aplicável subsidiariamente ao Pregão Eletrônico.

"*A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.*"

17. Ainda releva notar que o próprio Superior Tribunal de Justiça endossa esse posicionamento, veja:

“O Poder Público pode revogar o processo licitatório quando comprovado que os preços oferecidos eram superiores ao do mercado, em nome do interesse público” (STJ,RMS 30481/RJ, 1ªT, Min. Denise Arruda, DJe 02/12/2009).

16. Desse modo, do ponto de vista jurídico, não haveria óbice ao prosseguimento da licitação, com vistas à sua homologação, salvo se a autoridade competente, com respaldo das áreas técnicas responsáveis, entender que o valor da proposta está superior ao praticado pelo mercado, sendo possível a revogação do certame, em defesa do interesse público.

17. Os registros que formam as passagens precedentes fundamentam nossa convicção pela existência de compatibilidade entre as previsões do ordenamento jurídico e os procedimentos administrativos executados ao longo do Pregão Eletrônico CNJ nº 4/2021, cabendo à autoridade competente decidir pela homologação do certame, nos termos do art. 13, inciso VI, e art. 45 do Decreto nº 10.024/2019, e considerando as observações constantes dos itens 12 e 16 deste parecer.

É o opinativo.

Brasília, 22 de março de 2021.

Rodrigo Moraes Godoy

Assessor Jurídico

Senhor Secretário de Administração,

Estou de acordo com os termos deste parecer. Seguem os autos à consideração de Vossa Senhoria.

Brasília, 22 de março de 2021.

Luciana Cristina Gomes Coêlho Matias

Assessora-Chefe AJU/DG/CNJ

----

[1] http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc, https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:111875876398646::::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO, https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS, https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COÊLHO MATIAS**, **ASSESSOR-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 22/03/2021, às 15:58, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO MORAES GODOY**, **ASSISTENTE VI - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 22/03/2021, às 19:17, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1056293** e o código CRC **023E8102**.

PREGÃO ELETRÔNICO

Conselho Nacional de Justiça

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico

Nº 00004/2021

Às 15:13 horas do dia 23 de março de 2021, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. GETULIO VAZ, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 08254/2020, Pregão nº 00004/2021.

Resultado da Homologação

Item: 1
Descrição: Locação Bens Móveis
Descrição Complementar: Aquisição de rádios comunicadores digitais, por regime de locação, observadas as condições e especificações estabelecidas nos Anexos I, II e III deste Edital.
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 12
Unidade de fornecimento: Unidade
Valor Máximo Aceitável: R$ 13.245,3600
Intervalo Mínimo entre Lances: -
Situação: Homologado

Adjudicado para: FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191 **, pelo melhor lance de** R$ 13.245,3600 **, com valor negociado a** R$ 12.700,0000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	15/03/2021 16:15:55	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor: FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191, CNPJ/CPF: 29.942.841/0001-08, Melhor lance: R$ 13.245,3600, Valor Negociado: R$ 12.700,0000
Homologado	23/03/2021 15:13:13	GETULIO VAZ	

Fim do documento

Termo de Homologação (1057764) SEI 08254/2020 / pg. 83

Data e hora da consulta: 25/03/2021 16:24
Usuário: 73376590168

Nota de Empenho

UG Emitente	Nome da UG Emitente	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

Ano	Tipo	Número
2021	NE	183

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339039	40109	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
25/03/2021	Global	08254/2020	-	9.524,97

Favorecido	Nome do Favorecido
29942841000108	FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
126	PREGAO	LEI 10.520 / 2002	1	-	-	-

Descrição

08254/2020. AQUISIÇÃO DE RÁDIOS COMUNICADORES DIGITAIS,
POR LOCAÇÃO ¿ PREGÃO 4/2021 (ABR A DEZ/2021).
CONFORME DESPACHOS 1059290/SAD.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
000	25/03/2021 16:24:04	Inclusão

Data e hora da consulta: 25/03/2021 16:24
Usuário: 73376590168

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	9.524,97

Subelemento 12 - LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	AQUISIÇÃO DE RÁDIOS COMUNICADORES DIGITAIS, POR REGIME DE LOCAÇÃO: PREGÃO 04/2021. DEMAIS CONDIÇÕES DOC 0980744.	9.524,97

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
25/03/2021	Inclusão	1,00000	9.524,9700	9.524,97

Versão	Data/Hora	Operação
000	25/03/2021 16:24:04	Inclusão

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nª 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**29.942.841/0001-08**	DUNS®:	**917306349**
Razão Social:	**FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191**		
Nome Fantasia:	**LOGISTIK**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**22/03/2022**
Natureza Jurídica:	**EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)**		
MEI:	**Sim**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**08/09/2021**
FGTS		Validade:	**24/04/2021**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**27/08/2021**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	(Isento)	Validade:	**07/03/2022**
Receita Municipal	(Isento)		

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade: **31/12/2019** (*)

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURO NACIONAL

Data e hora da consulta: 08/04/2021 11:47:30
Usuário: 58245529591

Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN

CPF/CNPJ:	Título:	Situação	Total de Registros	0
29942841	FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191	Adimplente	Há até 30 dias:	
			Há mais de 30 dias:	

Código	Credor	Data/Hora de Inclusão

**** Registros incluídos há até 30 dias.***

SICAF /CNDT e CERTIDÕES (1066335) SEI 08254/2020 / pg. 87

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 08/04/2021 11:48:18

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191**
CNPJ: **29.942.841/0001-08**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 08/04/2021, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191

29.942.841/0001-08

OBSERVAÇÕES:
a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8o, § 2o da Resolução 121/CNJ).
d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 08/04/2021
Selo digital de segurança: **2021.CTD.A7B3.ZX7D.5YSL.M0A8.WNJI**
*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

NUCER - Núcleo de Emissão de Certidões do TJDFT
Fórum de Brasília - Milton Sebastião Barbosa, Praça Municipal - Lote 1, Bloco A, Ala B - Térreo.
Brasília - DF
Horário de Atendimento: 7h às 19h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

SICAF /CNDT e CERTIDÕES (1066335) SEI 08254/2020 / pg. 90

CONTRATO

CONTRATO N. 03/2021

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191, PARA FORNECIMENTO DE RÁDIOS COMUNICADORES DIGITAIS, POR REGIME DE LOCAÇÃO (Pregão Eletrônico n. 04/2021 - Processo Administrativo/CNJ n. 08254/2020).

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, sediado no SAF/SUL, Quadra 02, Lote 05/06, Ed. Premium, CEP: 70.070-600, em Brasília - Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o n. 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário de Administração, **Getúlio Vaz,** RG n. 482.670 SSP/DF e CPF n. 151.348.651-91, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n. 411, de 30 de novembro de 2018, e pelo art. 3º, inciso XI, alíneas "al" e "ar", da Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, e a empresa **FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191**, com sede na Quadra 104, Conjunto 11, Lote 02, Samambaia Sul, Brasília/DF, CEP: 72302-012, telefone (61) 98551-8278, inscrita no CNPJ sob o n. 29.942.841/0001-08, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **Francidalva Souza Cardoso**, RG n. 2.629.759 e CPF n. 959.541.471-91, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico CNJ n. 04/2021, publicado no Diário Oficial da União do dia 17 de março de 2021, e a respectiva homologação, conforme Despacho SAD 1057765 do Processo SEI n. 08254/2020, celebram o presente contrato, observando-se as normas constantes nas Leis n. 8.666/1993 e 10.520/2002, no Decreto n. 10.024/2019, e ainda, mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de rádios comunicadores digitais, por regime de locação, observados o Edital, o Termo de Referência e a proposta da **CONTRATADA**, os quais, independentemente de transcrição, são parte integrante deste instrumento e serão observados naquilo que não o contrarie.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – O objeto do presente contrato será executado de forma indireta, por empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666/1993.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA TERCEIRA – Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

a) atestar a execução do objeto, nos termos do disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93;

b) permitir à **CONTRATADA** o acesso ao local para a entrega dos equipamentos, desde que observadas as normas de segurança;

c) promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, e anotar em registro próprio as falhas detectadas;

d) proceder à consulta prévia ao SICAF antes da emissão da nota de empenho e antes de efetuar qualquer pagamento à **CONTRATADA** e, se esta não for inscrita no SICAF, exigir a apresentação dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, seguridade social e trabalhista;

e) atuar da forma mais ampla e completa no acompanhamento da execução do objeto, acompanhamento este que não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas quanto aos danos que forem causados à Contratante ou a terceiros;

f) proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar a plena execução do objeto;

g) comunicar à **CONTRATADA** todas e quaisquer ocorrências em desacordo com o cumprimento das obrigações pactuadas, qualquer anormalidade na entrega do objeto, podendo sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.

h) efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas em Contrato.

i) recusar, no todo ou em parte, os equipamentos de rádio que não atenderem às especificações deste documento.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

a) disponibilizar os rádios comunicadores digitais, de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo **CONTRATANTE**;

b) providenciar a troca de todo rádio que estiver com defeito ou mau funcionamento, sem quaisquer ônus adicionais para o **CONTRATANTE**;

c) cumprir, impreterivelmente, todos os prazos, conforme previsto neste Termo de Referência;

d) comunicar ao **CONTRATANTE**, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrência que possam prejudicar o perfeito atendimento aos serviços;

e) comunicar, por escrito, todas as ocorrências irregulares verificadas na execução dos serviços e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

f) manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste documento e na legislação correlata;

g) assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;

h) providenciar os meios necessários à completa execução dos serviços;

i) comunicar a necessidade de substituição de equipamento com antecedência de 5

(cinco) dias;

j) providenciar treinamento, manuais e orientação de uso do equipamento, caso haja necessidade, sem custos adicionais para o **CONTRATANTE**;

k) responder por todas as despesas decorrentes da disponibilização dos rádios e de eventuais substituições, tais como impostos, taxas, fretes, mão de obra, recolhimento de equipamento;

Parágrafo primeiro - A **CONTRATADA** deverá declarar, no ato da assinatura do contrato, ciência do Código de Conduta para fornecedores de bens e serviços do **CONTRATANTE**, por meio do Termo de Responsabilidade e compromisso com o Código de Conduta dos Fornecedores de bens e serviços, instituído pela Portaria DG nº 18, de 31 de janeiro de 2020.

Parágrafo segundo - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês, os seguintes documentos: prova de regularidade relativa à Seguridade Social; Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; Certidões que comprovem à regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

DA DINÂMICA DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - Os rádios devem ser entregues na Secretaria de Cerimonial e Eventos do **CONTRATANTE**, localizado no SAF Sul Quadra 2 lotes 5/6, sala EA01, a partir das 10 horas.

Parágrafo primeiro - A disponibilização dos rádios dar-se-á de forma integral, o pedido dos rádios poderá ser feito assim que o contrato estiver disponível para utilização.

Parágrafo segundo - Os rádios serão requisitados por meio deste instrumento de Contrato, o gestor do contrato manterá a **CONTRATADA** informada sobre a entrega e disponibilização dos rádios.

Parágrafo terceiro - A **CONTRATADA** deve prestar assistência técnica, fazendo as substituições necessárias ao pleno funcionamento do sistema durante o período de locação, como também a retirada dos rádios após a conclusão deste contrato.

DO VALOR

CLÁUSULA SEXTA – O valor total do presente contrato é de **R$ 12.700,00 (doze mil e setecentos reais)**, conforme discriminado no Anexo A deste contrato.

Parágrafo único – Já estão inclusos no preço todos os encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA SÉTIMA – Os preços contratados poderão ser reajustados em atendimento a pedido expresso da **CONTRATADA**, que somente poderá ser apresentado ao **CONTRATANTE** a partir do dia seguinte àquele no qual estejam completos 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta ou da data do

último reajuste, conforme o caso.

Parágrafo primeiro - O percentual de reajuste que eventualmente venha a ser deferido terá, como limite máximo, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do pedido de reajuste e somente será devido da data do pedido de reajuste em diante.

Parágrafo segundo - Nas ocasiões em que a **CONTRATADA** for consultada acerca da existência de interesse na prorrogação da avença, deverá ressalvar, sob pena de preclusão, em termos expressos, o direito ao reajuste do preço do contrato.

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA OITAVA – O objeto do presente contrato será recebido conforme especificações do Termo de Referência, da seguinte forma:

a) **Provisoriamente**, de forma diária, para efeito de verificação de qualidade, quantidade e conformidade com as especificações solicitadas pelo gestor;

b) **Definitivamente**, de forma mensal, após atesto da disponibilização dos equipamentos em conformidade com suas especificações.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA – O pagamento será efetuado mensalmente mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, por ordem bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do termo de recebimento definitivo, conforme disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, "a", da Lei nº 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação, e cumpridos os seguintes requisitos:

a) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão, acompanhada da Certidão Negativa de Débito – CND, comprovando regularidade com o INSS; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS; da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho; e de prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;

b) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à **CONTRATADA** e, nesse caso, o prazo previsto no *caput* desta Cláusula será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização;

Parágrafo segundo. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá protocolar a nota fiscal no setor de Protocolo do CNJ, e-mail: protocolo@cnj.jus.br.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA DEZ – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de

Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA ONZE – As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao **CONTRATANTE**, Programa de Trabalho: PTRES 167502, Natureza da Despesa: 339039, tendo sido emitida a Nota de Empenho n. 2021NE183, datada de 25 de março de 2021.

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA DOZE – Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) **multa nas condições e percentuais estabelecidos no Anexo I do Edital - Termo de Referência;**

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c” dessa cláusula.

Parágrafo primeiro – O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** ou cobrado judicialmente.

Parágrafo segundo – As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e “e” do *caput* desta Cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

Parágrafo terceiro – A penalidade prevista na alínea "d" desta cláusula também poderá ser aplicada à **CONTRATADA**, caso tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

Parágrafo quarto – Excepcionalmente, desde que devidamente justificado no processo administrativo, o **CONTRATANTE** poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, e, concomitantemente, instaurar regular processo administrativo oportunizando à **CONTRATADA** o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Parágrafo quinto – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para **CONTRATADA**, na forma da lei.

Parágrafo sexto – Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pela **CONTRATADA** deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões reconhecidas por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, não serem avaliados.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA TREZE – O inadimplemento de cláusula estabelecida neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

CLÁUSULA QUATORZE – Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão deste contrato:

a) atraso injustificado na execução do objeto, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;

b) o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do **CONTRATANTE**.

Parágrafo único – Caso a **CONTRATADA** venha a sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste contrato, desde que sua execução não seja afetada e que a **CONTRATADA** mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

CLÁUSULA QUINZE – Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80, todos da Lei n. 8.666/93.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DEZESSEIS – O contrato terá vigência de **12 (doze) meses** a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogável até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do inciso IV do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

DO ACOMPANHAMENTO

CLÁUSULA DEZESSETE – O **CONTRATANTE** nomeará um gestor titular e um substituto para executar a fiscalização do contrato. As ocorrências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

Parágrafo único – A existência e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto contratado.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DEZOITO – Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.666/1993 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA DEZENOVE – O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

CLÁUSULA VINTE – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente contrato é eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal.

Justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Pelo **CONTRATANTE**

Getúlio Vaz

Secretário de Administração

Pela **CONTRATADA**

Francidalva Souza Cardoso

Representante Legal

ANEXO "A" DO CONTRATO N. 03/2021, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191, PARA FORNECIMENTO DE RÁDIOS COMUNICADORES DIGITAIS, POR REGIME DE LOCAÇÃO (Pregão Eletrônico n. 04/2021 – Processo Administrativo/CNJ n. 08254/2020).

VALOR DISCRIMINADO DO CONTRATO

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	Fornecimento de 12 rádios comunicadores digitais, em período integral, em regime de locação, conforme especificações do Termo de Referência.	mês	12	1.058,33	**12.700,00**

ANEXO “B” DO CONTRATO N. 03/2021, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191, PARA FORNECIMENTO DE RÁDIOS COMUNICADORES DIGITAIS, POR REGIME DE LOCAÇÃO (Pregão Eletrônico n. 04/2021 - Processo Administrativo/CNJ n. 08254/2020).

TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

E u , **Francidalva Souza Cardoso**, inscrita no CPF sob nº 959.541.471-91, neste ato representando a empresa **FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191**, inscrita no CNPJ nº 29.942.841/0001-08, declaro:

Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça";

Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível;

Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais).

Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

Francidalva Souza Cardoso

Representante Legal

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COÊLHO MATIAS**, **ASSESSORA-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 09/04/2021, às 11:27, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1066337** e o código CRC **9EA768E7**.

CNJ	PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS **SERVIÇOS**

1. **Objeto:**

Disponibilização de rádios comunicadores digitais, em período integral, por regime de locação, conforme especificações constantes neste PAMS - Serviços.

2. **Descrição dos serviços:**

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE UNIT.	QTDE. TOTAL
1	Disponibilização de rádios comunicadores digitais	Fornecimento de 12 rádios comunicadores digitais, em período integral, em regime de locação, conforme especificações do Termo de Referência.	Mensal	1	12

Os aparelhos deverão conter as seguintes especificações mínimas:

a) dispensar licença da ANATEL para funcionamento;
b) ser discreto, sem cores extravagantes, compacto (Dimensões - 128,5 mm (Al) x 56 mm (L) x 27 mm (P));
c) ser compatível com rádio Motorola DTR720, em razão da necessidade de compatibilidade dos rádios utilizados pelos cerimonialistas.
d) possuir bateria de Li-Ion com duração média pelo menos 8 (oito) horas, em ciclo de trabalho contínuo;
e) possuir receptor de áudio com alta sensibilidade (considerando-se que, estando próximo a uma autoridade, em local fechado como um elevador, plenário, sala de reuniões, entre outros locais, o usuário não pode aumentar o tom de voz para se fazer ouvir quando da comunicação de uma mensagem);
f) capacidade para troca de mensagens de texto (SMS) entre os próprios rádios. (para casos em que não se possa transmitir uma mensagem de voz, quando falar, mesmo que em baixo volume de voz, poderia chamar atenção ou atrapalhar uma reunião);
g) função modo silencioso, com alerta vibratório;
h) transmissor com frequência em média de 900 MHz e esquema FHSS;
i) capacidade de armazenamento de, no mínimo, 9 (nove) contatos em agenda interna;
j) identificador de chamadas;
k) modo de organização de contatos individualmente e por grupos;
l) modo viva-voz;
m) acompanhar os acessórios de clipe de cinto; fone de ouvido e carregador de bateria;
n) fone de ouvido deve ser discreto, com tubo acústico (preto, ou outra cor discreta, a ser submetida à aprovação) espiral, com PTT de lapela e encaixe auricular anatômico em silicone.
o) responsabilidade da Contratada a manutenção e demais despesas do objeto.

A tecnologia disponibilizada pelo rádio fornecido deve ser compatível com os rádios que são utilizados pelos postos de trabalho de cerimonialistas (Motorola DTR720), Contrato nº 36/2019, para que seja possível a comunicação integrada de toda a equipe da Secretaria de Cerimonial e Eventos.

Deveres e disciplina exigidos;

Os rádios devem possuir as características mínimas citadas de acordo com o item de especificações do objeto.
Os rádios devem ser acompanhados de todos os acessórios necessários para o seu pleno funcionamento.
A contratada deverá disponibilizar um técnico para as assistências técnicas necessárias, ou troca do rádio que apresentar defeitos.
Todas as peças, componentes e acessórios necessários para a recuperação dos rádios e instalação, serão por conta da licitante vencedora e deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas

contados a partir da comunicação formal à licitante ou mediante justificativa.
A contratada deverá ministrar treinamento ou manual de uso do rádio e esclarecer dúvidas em relação à utilização do rádio, sem custo a mais para o CNJ.
A empresa deve prestar assistência técnica, fazendo as substituições necessárias ao pleno funcionamento do sistema durante o período de locação, como também a retirada dos rádios após a conclusão do contrato.

Os rádios deverão ter criptografia para que a comunicação não seja ouvida ou interferida por outra pessoa. Os equipamentos deverão ter autonomia de pelo menos 10 (dez) horas, na possível falta de energia elétrica na rede.

Os rádios devem possuir funcionalidades básicas: chamada digital, botões programáveis, para ativação e desativação de privacidade, excluir conversa indesejada, indicador de bateria, silenciador, ativar e desativar emergência, chamada de grupo.

Outro ponto relevante diz respeito à necessidade de disponibilidade dos rádios para uso da Secretaria em tempo integral, uma vez que é constante o surgimento de eventos não programados ou a necessidade de apoio da equipe de Cerimonial. Nessas ocasiões, o uso dos rádios é indispensável e não haveria tempo hábil para solicitar o objeto a uma possível contratada.

Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

- Comunicar, por meio do gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato.

3. **Prazo de Execução dos Serviços:**

O contrato terá vigência de 12 meses, a contar de sua assinatura ou do recebimento da nota de empenho.

4. **Procedimentos de Realização dos Serviços:**

A unidade de medida utilizada é a quantidade fornecida pela contratada, de acordo com o quantitativo necessário.
A forma de mensuração de atendimento de prestação da disponibilidade dos rádios será atestada de forma mensal, com registro de todas as ocorrências da competência de referência, utilizando meios de comunicação como e-mails, telefone, aplicativo de mensagens *WhatsApp* e ofícios.

A medida utilizada para o tipo de produto a ser contratado é a disponibilização de **12 (doze) rádios comunicadores digitais**, em período integral, mantendo o pleno funcionamento da ferramenta de comunicação, conforme especificações do PAMS.

Os rádios deverão ser disponibilizados pela contratada, ficarem disponíveis de forma integral, a partir da assinatura do contrato.

Mensalmente, a empresa contratada deverá encaminhar nota fiscal para fins de atesto e pagamento, com especificação de quantitativo de rádios fornecidos e que estiveram em pleno funcionamento.

Os rádios devem ser entregues na Secretaria de Cerimonial e Eventos do Conselho Nacional de Justiça, localizado no SAF Sul Quadra 2 lotes 5/6, sala EA01, com data e horário previamente marcados pela unidade demandante.

O horário de funcionamento do Conselho Nacional de Justiça é de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, devendo atentar-se para feriados, períodos de recesso forense e de expediente reduzido.

A disponibilização dos rádios dar-se-á de forma integral, o pedido dos rádios poderá ser feito assim que o contrato estiver disponível para utilização.

5. **Obrigações da Contratada:**

a) Disponibilizar os rádios comunicadores digitais em **até 5 (cinco) dias úteis** a partir da assinatura do contrato, de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo Contratante;
b) Providenciar a troca de todo rádio que estiver com defeito ou com mau funcionamento, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante.
c) Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos, conforme previsto neste PAMS.
d) Comunicar à Administração do CNJ, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrência que possam
prejudicar o perfeito atendimento aos serviços.
e) Comunicar, por escrito, todas as ocorrências irregulares verificadas na execução dos serviços e prestar os esclarecimentos que julgar
necessários.
f) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste documento e na legislação correlata.
g) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

h) Providenciar os meios necessários à completa execução dos serviços.
i) Comunicar a necessidade de troca ou substituição de equipamento com antecedência de 5 (cinco) dias.
j) Providenciar treinamento, manuais e orientação de uso do equipamento, caso haja necessidade, sem adicionais de custo para a Contratante.
k) Responder por todas as despesas decorrentes da disponibilização dos rádios e de eventuais substituições, tais como impostos, taxas, fretes, mão de obra, recolhimento de equipamento.

6. **Obrigações do Contratante:**

a) Atestar a execução do objeto, nos termos do disposto na legislação aplicável.
b)Permitir à Contratada o acesso ao local para a entrega dos equipamentos, desde que observadas as normas de segurança.

c) Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, e anotar em registro próprio as falhas detectadas.
d) Proceder à consulta prévia ao SICAF antes da emissão da nota de empenho e antes de efetuar qualquer pagamento à Contratada e, se esta não for inscrita no SICAF, exigir a apresentação dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, seguridade social e trabalhista.
e) Atuar da forma mais ampla e completa no acompanhamento da execução do objeto, acompanhamento este que não eximirá a contratada das responsabilidades previstas quanto aos danos que forem causados à Contratante ou a terceiros.
f) Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar a plena execução do objeto.
g) Comunicar à empresa Contratada todas e quaisquer ocorrências em desacordo com o cumprimento das obrigações pactuadas, qualquer anormalidade na entrega do objeto, podendo sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.
h) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas em contrato.
i) Recusar, no todo ou em parte, os equipamentos de rádio que não atenderem às especificações deste documento.

7. **Fiscalização do Recebimento:**

No caso de formalização de contrato, a Administração acompanhará o fornecimento do objeto para o fiel cumprimento avençado, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93.

8. **Condições de Recebimento:**

a) O recebimento não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

b) Os serviços serão recebidos pelo fiscal do contrato ou seu substituto, provisoriamente, de forma diária, para efeito de verificação de qualidade, quantidade e conformidade com as especificações solicitadas pelo gestor, e definitivamente, de forma mensal, após atesto da disponibilização dos equipamentos em conformidade com suas especificações.

9. **Forma de Pagamento:**

Mensalmente, a empresa contratada deverá encaminhar nota fiscal para fins de atesto e pagamento, com especificação de quantitativo de rádios fornecidos e que estiveram em pleno funcionamento.

O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, “a”, da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item “a” será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

c) O pagamento será realizado mensalmente, após a apresentação da nota fiscal de serviços e comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10. **Penalidades:**

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a adjudicatária ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa, no valor de:

b.1) 8% (oito por cento) do valor mensal do contrato: atraso injustificado na disponibilização de rádios ou de substituição de equipamento que apresenta defeito ou mau funcionamento.

b.2) 4% (quatro por cento) do valor mensal do contrato: falha na execução do objeto ou contratada não prestar esclarecimento ou orientação sobre utilização do equipamento;

b.3) 3% (três por cento) do valor anual do contrato: não manutenção de condições de habilitação (por ocorrência);

b.4) 10% (dez por cento) do valor anual do contrato: inexecução parcial do Contrato, pode ser o caso de rescisão unilateral do contrato;

b.5) 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato: inexecução total do Contrato, passível de rescisão unilateral do contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) as sanções previstas nas alíneas "a" e “c” poderão ser aplicadas, cumulativamente, ou não, à pena de multa.

e) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à contratada ou cobrado judicialmente.

11. **Contrato:**

a) A nota de empenho poderá substituir o contrato.

b) Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

Documento assinado eletronicamente por **CARINE DE LIMA NASCIMENTO**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE CERIMONIAL E EVENTOS**, em 06/05/2021, às 19:07, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1084467** e o código CRC **C43F22EE**.

Data e hora da consulta: 19/05/2021 15:32
Usuário: 01341221199

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número
2021	NE	183

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339039	40109	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
25/03/2021	Global	08254/2020	-	0,00

Favorecido

Código	Nome
29.942.841/0001-08	FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191

Endereço	CEP
QR 104 CONJUNTO 11 02 CASA SAMAMBAIA SUL (SAMA	72302-012

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
126	PREGAO	LEI 10.520 / 2002	1	-	-	-

Descrição
08254/2020. AQUISIÇÃO DE RÁDIOS COMUNICADORES DIGITAIS,

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
001	19/05/2021 15:32:17	Alteração

Data e hora da consulta: 19/05/2021 15:32
Usuário: 01341221199

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	0,00

Subelemento 12 - LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	AQUISIÇÃO DE RÁDIOS COMUNICADORES DIGITAIS, POR REGIME DE LOCAÇÃO: PREGÃO 04/2021. DEMAIS CONDIÇÕES DOC 0980744.	0,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
25/03/2021	Inclusão	1,00000	9.524,9700	9.524,97
19/05/2021	Anulação	1,00000	9.524,9700	9.524,97

Versão	Data/Hora	Operação
001	19/05/2021 15:32:17	Alteração

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a disponibilização de rádios comunicadores digitais, em período integral, por regime de locação, pelo período de 12 meses

Inicialmente, ressalto que o objeto se submeteu ao procedimento de licitação, conforme Edital de Pregão Eletrônico n. 04/2021 e homologação do certame (Despacho SAD 1057765). No entanto, conforme descrito pela Seção de Gestão de Contratos, através dos Despachos SEGEC 1068236 e 1073136, empresa adjudicada, FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO 95954147191, se recusou a assinar o contrato. Por esse motivo, o processo 03080/2021 foi instaurado com a finalidade de apurar a responsabilidade da empresa licitante.

Ato contínuo, os autos foram encaminhados a Secretaria de Cerimonial e Eventos para ciência do exposto e de que, devido ao fato de apenas uma única empresa ter participado do certame, não seria possível a adoção do trâmite estabelecido através do item 17.4. do Edital de Licitação (1038371), qual seja, a convocação da próxima colocada.

Após análise da situação, a SCE entendeu por pertinente a adoção dos trâmites específicos para realizar a contratação por dispensa de licitação, apenas por doze meses. Dessa forma, juntou aos autos o PAMS - Contratação de Serviços SCE (1078719), que foi aprovado por esta Secretaria, através do Despacho SAD 1085572. Ressalto que, em observância ao princípio da eficiência, quando possível, foram aproveitados os documentos já elaborados quando do procedimento licitatório.

A Seção de Compras, então, juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v.4 (1094375), o qual foi ratificado pela unidade demandante (Despacho SCE 1094400). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1096205, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa STOCKTOTAL TELECOMUNICACOES LTDA.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (1026827) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despachos SEPOR 1091745 e 1094724). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa STOCKTOTAL, para contratar com a Administração, consta no arquivo 1096832.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1096833, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com

fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa STOCKTOTAL TELECOMUNICACOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 00.915.129/0001-20 no valor de R$ 17.280,00, com vistas à locação de rádios comunicadores digitais, pelo período de 12 meses.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Getulio Vaz
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 27/05/2021, às 14:38, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1096841** e o código CRC **071ABFC6**.

Atos de Dispensa

Índice

- Atas de Registro de Preço(/licitacoes-e-contratos/atas-de-registro-de-preco/)
- Atos de Dispensa(/atos-de-dispensa/)
- Atos de Inexigibilidade(/atos-de-inexigibilidade/)
- Contratos(/licitacoes-e-contratos/contratos)
- Editais(/editais/)
- Empresas Impedidas de Licitar(/empresas-impedidas-de-licitar/)
- Estudos Preliminares(https://www.cnj.jus.br/transparencia-cnj/licitacoes-e-contratos/estudos-preliminares/)
- Intenção de Registro de Preço - IRP(/intencao-de-registro-de-preco/)
- Listas de Verificação(/lista-de-verificacao/)
- Notas de Empenho (https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw_l%2FPainelCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shTRP)
- Suprimento de Fundos(/suprimento-de-fundos/)
- Valor Estimado de Licitação(https://www.cnj.jus.br/transparencia-cnj/licitacoes-e-contratos/valor-estimado-de-licitacao/)
- Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ(https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3180)
- Agenda de Compromissos(https://www.cnj.jus.br/transparencia-cnj/licitacoes-e-contratos/agenda-de-compromissos/)

Atos de Dispensa > 2021 > Maio

Voltar

Maio

Realização de pesquisa empírica sobre o tema “Diagnóstico sobre o Contencioso Tributário no Poder Judiciário Brasileiro” para subsidiar políticas públicas do Poder Judiciário para a promoção dos Direitos e Garantias Fundamentais.

(https://www.cnj.jus.br/wp-admin/admin-ajax.php?juwpfisadmin=false&action=wpfd&task=file.download&wpfd_category_id=4525&wpfd_file_id=142450)

Locação de rádios comunicadores digitais, pelo período de 12 meses.

(https://www.cnj.jus.br/wp-admin/admin-ajax.php?juwpfisadmin=false&action=wpfd&task=file.download&wpfd_category_id=4525&wpfd_file_id=145969)

Fornecimento de tapetes em polipropileno para os ambientes internos dos edifícios do Conselho Nacional de Justiça.

(https://www.cnj.jus.br/wp-admin/admin-ajax.php?juwpfisadmin=false&action=wpfd&task=file.download&wpfd_category_id=4525&wpfd_file_id=142277)

Assinatura de jornais e revistas em versão eletrônica, para acesso on-line.

(https://www.cnj.jus.br/wp-admin/admin-ajax.php?juwpfisadmin=false&action=wpfd&task=file.download&wpfd_category_id=4525&wpfd_file_id=141660)

Aquisição de organizadores de fila.

(https://www.cnj.jus.br/wp-admin/admin-ajax.php?juwpfisadmin=false&action=wpfd&task=file.download&wpfd_category_id=4525&wpfd_file_id=143102)

Aquisição cones de sinalização para controle de fluxo de veículos e pedestres nas áreas e estacionamentos internos e externos.

(https://www.cnj.jus.br/wp-admin/admin-ajax.php?juwpfisadmin=false&action=wpfd&task=file.download&wpfd_category_id=4525&wpfd_file_id=142278)

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6
CEP: 70070-600
Localização no Google Maps (https://www.google.com.br/maps/place/Conselho+Nacional+de+Justi%C3%A7a+-+CNJ/@-15.8037042,-47.8708951,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x935a3b1a4f4fe0e7:0xd6eaf67c3a0e132a!8m2!3d-15.8037094!4d-47.8687064)
Telefone (61) 2326-5000
CNPJ: 07.421.906/0001-29

Acesso à Informação (/transparencia-cnj/acesso-a-informacao/)
Balcão Virtual (/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/justica-4-0/balcao-virtual/)
Carta de Serviços (/carta-de-servicos-ao-cidadao)
Contatos (/telefones-uteis)
Política de Privacidade (/politica-de-privacidade)/Termos de uso (/termos-de-uso)

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURONACIONAL

Data e hora da consulta: 01/06/2021 10:47
Usuário: 77582322134

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número
2021	NE	230

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339039	40109	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
01/06/2021	Estimativo	08254/2020	-	10.080,00

Favorecido

Código	Nome
00.915.129/0001-20	STOCKTOTAL TELECOMUNICACOES LTDA

Endereço	CEP
CAPITAO OTAVIO MACHADO 993 CHACARA SANTO ANTON	04718-002

Município	UF	Telefone
SAO PAULO	SP	011 524 3678

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
11	DISPENSA DE LICITACAO	LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição

08254/2020 - LOCAÇÃO DE RÁDIOS COMUNICADORES DIGITAIS - EXERCÍCIO DE 2021.
CONFORME DESPACHOS SECOM 1094604, SCE 1094400 E DG 1097658.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
000	01/06/2021 10:46:30	Inclusão

Data e hora da consulta: 01/06/2021 10:47
Usuário: 77582322134

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	10.080,00

Subelemento 12 - LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	FORNECIMENTO DE 12 RÁDIOS COMUNICADORES DIGITAIS, EM PERÍODO INTEGRAL, EM REGIME DE LOCAÇÃO. DEMAIS CONDIÇÕES, CONFORME TR/ PB 1003094.	10.080,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01/06/2021	Inclusão	1,00000	10.080,0000	10.080,00

Versão	Data/Hora	Operação
000	01/06/2021 10:46:30	Inclusão

LISTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ SEI Nº 08254/2020

LISTA DE VERIFICAÇÃO - CONTRATAÇÃO DIRETA

Item	Questionário	SIM NÃO N/A	Folha
1	O processo administrativo foi devidamente autuado? Ref. art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da IN CNJ n. 44/2012	Sim	08254/2020
2	Consta a solicitação/requisição da alienação, da compra, serviço ou obra, elaborada pelo agente ou setor competente? Ref. Acórdão 254/2004-Segunda Câmara-TCU	Sim	1084467
3	Há justificativa fundamentada dos quantitativos (bens/serviços) requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do almoxarifado e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado da aquisição/contratação?	Sim	1084467
4	A unidade demandante justificou a necessidade do objeto da contratação direta? Ref. (art. 26, caput, Lei n° 8.666/93 e art. 2º, caput, e parágrafo único, VII, da Lei nº 9.784/99)	Sim	0953131 1084467
	A justificativa contempla a caracterização da situação de		

5	dispensa (art. 17, art. 24 e seguintes da Lei 8.666/93) ou de inexigibilidade de licitação (art. 25, Lei 8.666/93), com os elementos necessários à respectiva configuração? Ref. (art. 26, caput, e parágrafo único, I, Lei n° 8.666/93).	Sim	1084467 1096841
6	O ordenador de despesa ratificou a necessidade da contratação?	Sim	1097658
7	Existe parecer técnico apto a justificar e/ou configurar a hipótese legal de contratação direta aplicável ao caso concreto? Ref. art. 38, inc. VI, da Lei nº 8.666/93	Ainda não	
8	No caso de aquisição de bens, consta documento contendo as especificações e a quantidade estimada do objeto, observadas as demais diretrizes do art. 15 da Lei 8.666/93?	N/A	
9	Existe declaração de exclusividade expedida pela entidade competente, no caso de inexigibilidade de licitação do art. 25, I, Lei 8.666/93?	N/A	
10	A administração averiguou a veracidade do atestado de exclusividade apresentado nos termos do art. 25, I, da Lei n 8.666/93? Ref. Orientação Normativa AGU n° 16, de 1° de abril de 2009	N/A	
11	Em se tratando de contratação de obra ou serviço, há Projeto Básico? Ref. arts. 6°, IX, 7°, § 2°, I, e § 9°, Lei 8.666/93	Sim PAMS	1084467
12	No caso do item anterior, consta a aprovação motivada do Projeto Básico pela autoridade competente? Ref. art. 7º, § 2º, I da Lei nº 8.666/93	Sim	1085572
13	Para contratação de obras ou serviços, foi elaborado, se for o caso, o projeto executivo (art. 6°, X e 7° II e § 9°, Lei n° 8.666/93), ou autorizado que seja realizado concomitantemente com a sua execução (art. 7°, §§ 1° e 9°, Lei 8.666/93)?	N/A	

14	Em sendo objeto da contratação direta, obra ou serviço, existe orçamento detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação (art. 7º, § 2º, II e art. 15, XII, "a", IN/SLTI 02/2008), assim como a respectiva pesquisa de preços realizada (art. 43, IV da Lei nº 8.666/93 e art. 15, XII, "b", IN/SLTI 02/2008 e IN/SLTI 05/2014)?	Sim	1084467 1094375 1094376
15	No caso de compra de bens, foi realizada pesquisa de preços e elaborado Mapa Comparativo? Ref. art. 15, III da Lei nº 8.666/93 e Portaria CNJ DG n. 283/2014	N/A	
16	A unidade demandante avaliou o Mapa Comparativo de Preços e atestou a compatibilidade do preço cotado com aquele praticado no mercado do ramo	Sim	1094400

	do objeto a ser contratado?		
17	A obtenção de menos de três propostas de potenciais fornecedores (diferentes entre si) e/ou a formação de mapa comparativo com os preços propostos por menos de três potenciais fornecedores (diferentes entre si) está devidamente justificada? Ref. Portaria CNJ DG n. 283/2014 e art. 2º, § 5º da IN/SLTI 05/2014)	N/A	
18	Existe justificativa quanto à aceitação do preço ofertado pela futura contratada? Ref. parágrafo único, III, art. 26, Lei n° 8.666/93	Sim	1094400 1096841
19	Foram indicadas as razões de escolha do adquirente do bem, do executante da obra, do prestador do serviço ou do fornecedor do bem? Ref. parágrafo único, II, art. 26, Lei 8.666/93	Sim	1094400 1096841
20	Em face do valor do objeto, as participantes são microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas? Ref. art. 47, 48, I e 49, IV da LC nº 123/06, art. 6º do Decreto nº 8.538/15 e art. 34 da Lei nº 11.488/07.	Não	

21	Incide uma das exceções previstas no art. 10 do Decreto nº 8.538/15, devidamente justificada, a afastar a exclusividade?	Vide Parecer AJU	
22	Foram observadas normas que dispõem sobre a margem de preferência? Ref. Decretos n. 7546/2011 e 8538/2015 e outros.	N/A	
23	Há previsão de recursos orçamentários, com indicação das respectivas rubricas? Ref. arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei nº 8.666/93.	Sim	1091745 1094724
24	Os autos do processo contêm documento com a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa? Ref. art. 16, inc. I da LC n. 101/2000	Sim	1094724
25	Os autos do processo contêm a declaração, prestada pelo ordenador de despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias? Lei Complementar n. 101/2000, artigo 16, II.	Sim	1091717 1091745 1096841 1097658
26	Constam dos autos documentos que comprovem a regularidade da futura contratada junto à Fazenda Pública, INSS, FGTS, Justiça do Trabalho, bem como foi colhida declaração de cumprimento aos termos da Lei 9.854/99?	Sim	1106031
27	Foram consultados SICAF, CADIN, CEIS, lista de inidôneos do TCU e verificada eventual proibição para contratar com a Administração? EMPRESA INDIVIDUAL – Receita federal, Certidão GDF e CNDT.	Sim	1106031
28	A contratação direta foi autorizada motivadamente pela autoridade competente? Ref. art. 50, IV, Lei n° 9.784/99	Sim	1097658
29	Foi juntada a minuta de termo de contrato? A não juntada da minuta de termo de contrato foi justificada?	Sim	1106051

Documento assinado eletronicamente por **RODOLPHO DOS SANTOS ARPON**

MARANDINO, **TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 22/06/2021, às 15:22, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1111655** e o código CRC **377774CD**.

PARECER - AJU

PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ SEI nº 08254/2020

Ementa: Contratação de fornecimento de rádios comunicadores digitais, em regime de locação. Dispensa de licitação. Art. 24, II da Lei nº 8.666/1993. Análise e chancela.

Senhor Assessor-Chefe em substituição,

Os autos foram encaminhados a esta Assessoria para manifestação acerca da possibilidade de contratar-se, por meio de dispensa de licitação (art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993), empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento de rádios comunicadores digitais, em regime de locação, ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme Pedido de Aquisição de Material e Serviços (PAMS) (arquivo SEI 1084467).

2. A demanda foi inicialmente originada através do Documento de Oficialização de Demanda (DOD) nº 126, seguida dos competentes Estudos Preliminares e Termo de Referência, já que o objetivo inicial da Administração era licitar o objeto (arquivos SEI 0953131, 0981821e 1003094).

3. Tendo em vista o procedimento licitatório ter restado fracassado (arquivos SEI 1052821, 1068236 e 1073136), mas ainda havendo demanda pela locação dos rádios comunicadores, decidiu a Administração contratar diretamente o objeto almejado (arquivos SEI 1075191 e 1079525).

4. Assim, para formalizar a contratação do supracitado serviço, para o período de 12 meses, a Secretaria de Cerimonial e Eventos (SCE), elaborou PAMS (arquivo SEI 1084467), que foi aprovado pelo Sr. Secretário de Administração através do Despacho SAD nº 1085572.

5. A Seção de Compras (Secom) realizou pesquisa de preços (arquivos SEI 1087542 e 1094376), elaborando o competente Mapa Comparativo (arquivo SEI 1094375), ratificado pela unidade demandante (arquivo SEI 1094400), que atesta que o valor mínimo obtido na pesquisa para a atual contratação foi de R$ 17.280,00 (dezessete mil duzentos e oitenta), conforme proposta da empresa Stocktotal Telecomunicações Ltda. (arquivo SEI 1094358).

6. Após requerimento da Secom (arquivos SEI 1091238 e 1094604), a Seção de Planejamento Orçamentário (Sepor) informou a disponibilidade orçamentária para atender a demanda (arquivos SEI 1091717, 1091745, 1094721 e 1094724). A classificação da despesa consta do arquivo SEI nº 1026827.

7. Através do Despacho SAD nº 1096841 foi declarada a dispensa de licitação, ratificada pelo Despacho DG nº 1097658, rendendo ensejo ao Ato de

Dispensa de Licitação, devidamente publicado no Portal do CNJ (arquivo SEI 1098407).

8. Com isso em vista, a Seção de Gestão de Contratos (Segec) providenciou a elaboração da Minuta de Contrato contida no arquivo SEI nº 1106051, cuja análise é o cerne do presente opinativo.

É o relatório.

ANÁLISE

9.Precede esta análise a averiguação do atendimento aos requisitos elencados na lista de verificação constante do arquivo SEI nº 1111655.

10. Ademais, destaca-se que a análise em cursose limita aos aspectos estritamente jurídicos e de regularidade procedimental da matéria proposta, abstendo-se quanto ao exercício da discricionariedade administrativa das demais unidades e dos gestores do CNJ.

11. Nesse sentido, e sem nenhuma intenção de adentrar o mérito administrativo a cargo de outras unidades, apenas cumpre salientar que, de acordo com o item 3.3 dos Estudos Preliminares, o valor para a aquisição de rádios comunicadores muito se aproxima do valor da locação por 12 meses (consignado no mapa de preços v.4), que embasou a dispensa do procedimento licitatório (arquivos SEI 0981821 e 1094375), ainda mais quando levada em conta a vida útil do bem (estimada 5 anos, conforme consignado pela unidade demandante).

12. O Tribunal de Contas da União (TCU), no Acórdão nº 2.686/2016 - Plenário, já teve oportunidade de se manifestar sobre a dicotomia locação/aquisição de bens móveis, assim aduzindo:

> 82. Apesar de os responsáveis afirmarem que a locação dos equipamentos visava à qualidade, à economicidade e à eficiência dos serviços, não foram apresentadas provas das vantagens auferidas pelo órgão na relação contratual, de forma a afastar os indícios de prejuízos à Administração. Adicionalmente, o TCU já se debruçou sobre a matéria, tendo se manifestado que a aquisição é, via de regra, a solução mais vantajosa e que a locação deve ser medida de exceção. Sendo assim, as alegações apresentadas não elidem a constatação de que o contrato 25/2005 constituiu ato de gestão antieconômico, contrário ao art. 3º da Lei 8.666/1993 e ao princípio constitucional da eficiência, estatuído no art. 37, caput, da Constituição Federal.
>
> 83. O Acórdão 3.091/2014-P, que determinou a citação dos responsáveis, esclarece bem a questão:
>
> Está assente na jurisprudência deste Tribunal a necessidade de comprovar a vantagem da locação de equipamentos de informática quando confrontados seus custos com os de aquisição dos mesmos equipamentos (Acórdãos 1656/2003, 1558/2003, 1829/2004, 1550/2009, 2921/2011, todos do Plenário, dentre outras deliberações nesse sentido). Não tendo sido realizados os devidos estudos de viabilidade, entendo estar caracterizado o prejuízo aos cofres públicos, motivo pelo qual entendo ser adequada a citação dos responsáveis identificados no relatório.

13. Desse modo, recomenda-se a análise por parte da unidade demandante sobre a real *vantajosidade* do contrato de locação de rádios comunicadores no preço e condições ofertados, levando-se em consideração as peculiaridades da demanda e do processo de aquisição, a fim de que a escolha efetivamente reflita a melhor opção para a Administração.

14. Importa salientar, ainda, que, nas hipóteses de aquisição de bens e serviços cujo valor se situe abaixo do limite traçado no art. 24, II da Lei nº 8.666/1993 (licitação dispensável), é entendimento do TCU, inscrito em seu Manual de Compras Diretas, que:

> Configurada a permissão legislativa de se contratar diretamente, não cabe ao gestor a livre escolha de se realizar ou não o certame licitatório. Ainda que se justifique que a licitação seria o meio mais adequado a resguardar a isonomia e impessoalidade na contratação, cumpre ressalvar que, apesar de viável, o processo licitatório possui um alto custo administrativo (até por ser conhecidamente mais demorado), sendo improvável que a economia a ser obtida seja suficiente para cobri-lo, além de ser um procedimento mais demorado.
>
> Por fim, aprofundando-se a análise, não constitui a licitação um fim em si mesmo, de forma que o dever de licitar precisa ser aplicado em consonância com os demais princípios aplicáveis à Administração, tais como a economicidade, a eficiência, a proporcionalidade e a razoabilidade.
>
> Portanto, para que não afronte outros princípios aplicáveis à gestão pública, deve o administrador, nas hipóteses de dispensa de licitação, selecionar a melhor proposta utilizando-se de outras formas capazes de resguardar a isonomia e a impessoalidade da contratação, tal como a realização de cotação eletrônica, que é uma espécie de pregão eletrônico simplificado.

15. Passadas as considerações iniciais, importa trazer à tona o conteúdo dos arts. 23, inciso II, "a" e 24, inciso II, ambos da Lei nº 8.666/1993, que assim preveem:

> Art.23.As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:
>
> (...)
>
> II-para compras e serviços não referidos no inciso anterior:
>
> a) convite - até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
>
> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> II-para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento)do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

16. Alterando o dispositivo supracitado, o teor do artigo 1º, II, "a" do Decreto nº 9.412/2018:

> Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:
>
> (...)
>
> II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:
>
> a) na modalidade convite - até R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais).

17. Verifica-se, portanto, que a presente avença, cujo valor fica abaixo do limite imposto pela norma, se enquadra na possibilidade de contratação direta por dispensa de licitação. Nesse sentido manifestou-se a Secretaria de Administração (arquivo SEI 1096841):

> Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1096833, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93 (...).

18. Ainda nessa seara, cumpre salientar que, conforme disposto na Lista SAD nº 1096833 e na planilha de detalhamento contábil juntada aos autos (arquivo SEI 1096200), não constam da mesma conta orçamentária (33.90.39.12) outras despesas cuja natureza poderia ser considerada similar à da contratação que aqui se analisa, fato que impediria a dispensa de licitação por suscitar eventual fracionamento.

19. No atinente ao porte da empresa a ser contratada, constata-se não se tratar de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), cuja contratação preferencial encontra-se albergada nos arts. 47, 48 e 49, IV da Lei Complementar nº 123/2006 e arts. 6º e 10, III do Decreto nº 8.538/2015.

20. Em que pese a haver, durante a instrução processual, ocorrências que façam crer haver restado dificultada, senão impossibilitada, a contratação de ME/EPP para fornecimento do serviço almejado, carecem os autos da expressa justificativa, nos moldes em que preconizado pelo art. 49 da LCP nº 123/2006. Assim, sugere-se a consignação no processo da devida e expressa justificativa que excepcione a contratação preferencial de ME/EPP para fornecimento do objeto pretendido pela Administração.

21. No que se refere à contratação em si, o instrumento de Contrato é o meio hábil para a sua formalização, o que se depreende da interpretação *a contario sensu* do disposto no parágrafo 4º do artigo 62 da Lei nº 8.666/1993, já que se trata de contratação de serviços, que gerará obrigação futura:

> Art.62.O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais

como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

(...)

§4oÉ dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

22. Nesse mesmo sentido, há interpretação do Tribunal de Contas da União (TCU) de que, sempre que houver obrigações futuras, sejam compras ou contratação de serviços, haverá a necessidade da formalização do termo de contrato, conforme dispõe o Acordão nº 2147/2015 – Plenário:

7.6.Destaque-se que há divergências quanto à obrigatoriedade do instrumento contratual em obras licitadas sob a modalidade convite. Essa dúvida decorre da própria estrutura do Estatuto de Licitações e Contratos. De acordo com o art. 62 da Lei 8.666/1993:

'Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.'

7.7.Para parte dos intérpretes, o dispositivo autoriza que, em contratações na modalidade convite, o gestor utilize instrumentos mais simples para gerenciar a contratação, sem que haja vedação quanto a aditivos.

7.8. De outra sorte, o § 4º do mesmo artigo dispõe:

'§ 4º É dispensável o 'termo de contrato' e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.'

7.9.Dessa norma, extraem-se duas interpretações relevantes. Primeiramente, mesmo no caso de contratações com valores inseridos nos limites da concorrência e tomada de preços, quando a entrega dos bens adquiridos for imediata e integral, o termo de contrato é dispensável. De outro lado, caso das contratações resultem em obrigações futuras, o instrumento formalizado é obrigatório.

7.10.Muitos analistas entendem o dispositivo como exceção dupla ao art. 62 do Estatuto, pois prevê a possibilidade de aquisições sem termo de contrato em qualquer hipótese e obrigatoriedade do instrumento contratual, mesmo em valores abaixo dos limites da concorrência e da tomada de preços. Para o último caso, bastaria a existência de obrigações futuras.

7.11.O Tribunal tem manifestações nos dois sentidos, mas mantém jurisprudência sistematizada com entendimento de que a contratação deve ser formalizada obrigatoriamente por meio de termo de contrato sempre que houver obrigações futuras decorrentes do fornecimento de bens e serviços, independentemente da modalidade de licitação, sua dispensa ou inexigibilidade,

> conforme preconizado no art. 62, § 4º, da Lei 8.666/1993. (grifei).

23. No que se refere à Minuta de Contrato (arquivo SEI 0979918), observou-se que há cláusula que prevê a possibilidade de reajuste dos preços (Cláusula Sétima) e outra que prevê a possibilidade de prorrogação contratual (Cláusula Dezesseis). Ocorre que, conforme consta da instrução processual (arquivos SEI 1083883 e 1084467), o prazo da locação se limitará a 12 (doze) meses, fato inclusive que viabilizou a dispensa do procedimento licitatório embasado no art. 24, II da Lei nº 8.666/1993.

24. Nesse sentido, é necessário observar que o valor que admite a contratação direta deve ser capaz de cobrir toda a despesa contratual, durante toda a sua vigência. Não se afigura possível novo aporte de limite em eventual prorrogação contratual. Assim, sugere-se a análise dos dispositivos pela unidade competente para a adequação aos preceitos normativos aplicáveis à espécie.

25. Corroborando tal entendimento, importa replicar o conteúdo da Orientação Normativa nº 10, de 1º de abril de 2009, da Advocacia-Geral da União (AGU), *in verbis*:

> PARA FINS DE ESCOLHA DAS MODALIDADES LICITATÓRIAS CONVENCIONAIS (CONCORRÊNCIA, TOMADA DE PREÇOS E CONVITE), BEM COMO DE ENQUADRAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PREVISTAS NO ART. 24, I e II, DA LEI Nº 8.666/1993, A DEFINIÇÃO DO VALOR DA CONTRATAÇÃO LEVARÁ EM CONTA O PERÍODO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E AS POSSÍVEIS PRORROGAÇÕES. NAS LICITAÇÕES EXCLUSIVAS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS, O VALOR DE R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) REFERE-SE AO PERÍODO DE UM ANO, OBSERVADA A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE EM CASOS DE PERÍODOS DISTINTOS.

26. A par das recomendações trazidas nos itens precedentes, a minuta apresentada se encontra em conformidade com o padrão adotado pelo CNJ e com a legislação vigente.

27. No que tange à higidez da empresa Stocktotal Telecomunicações Ltda.,foi realizada consulta em 11/6/2021, tendo sido juntadas aos autos as certidões que demonstram a sua regularidade (arquivo SEI 1106031). Tal documentação, apesar de válida no momento da referida consulta, vencerá com o decurso do tempo. Assim, recomenda-se nova verificação da regularidade da empresa anteriormente à assinatura do instrumento contratual, a fim de confirmar sua higidez.

28. No que se refere aos poderes para firmar o instrumento contratual, tendo em vista o valor da contratação, foram inseridos os dados do Sr. Secretário de Administração, conforme delegação prevista na Portaria DG CNJ nº 411 de 30 de novembro de 2018. Pela contratada, conforme consta da Minuta elaborada, foram incluídos os dados de sua representante legal, de acordo com a documentação acostada aos autos (arquivo SEI 1105657).

CONCLUSÃO

29. Ante o exposto, ressalvadas as recomendações constantes dos itens 13, 20 e 24 do presente opinativo, entende-se que a contratação pretendida, por meio de dispensa de licitação (art. 24, II da Lei nº 8.666/1993), para prestação de serviço de fornecimento de rádios comunicadores digitais, por regime de locação, ao CNJ é regular, podendo a minuta de Contrato juntada aos autos (arquivo SEI 1106051) ser considerada aprovada/chancelada por esta Assessoria.

É o parecer.

Brasília, 21 de junho de 2021.

Rodolpho dos Santos Arpon Marandino

Assessor Jurídico

Senhor Secretário de Administração,

Estou de acordo com o parecer acima. Seguem os autos para as providências subsequentes.

Brasília, 21 de junho de 2021.

Rodrigo Moraes Godoy

Assessor-Chefe em substituição

AJU/DG/CNJ

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO MORAES GODOY**, **ASSESSOR-CHEFE EM SUBSTITUIÇÃO - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 22/06/2021, às 15:19, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **RODOLPHO DOS SANTOS ARPON MARANDINO**, **TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 22/06/2021, às 15:23, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1111660** e o código CRC **52F19DF9**.

CONTRATO

CONTRATO N. 10/2021

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E STOCKTOTAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Dispensa de Licitação - Processo Administrativo/CNJ n. 08254/2020).

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, sediado no SAF/SUL, Quadra 02, Lote 05/06, Ed. Premium, CEP: 70.070-600, em Brasília - Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o n. 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário de Administração, **Getúlio Vaz,** RG n. 482.670 SSP/DF e CPF n. 151.348.651-91, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n. 411, de 30 de novembro de 2018, e pelo art. 3º, inciso XI, alíneas "al" e "ar", da Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, e **STOCKTOTAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, com sede na Rua Capitão Otávio Machado, n. 993, Chácara Santo Antônio, São Paulo/SP, CEP 04718-002, telefone (11) 5182-8800, inscrita no CNPJ sob o n. 00.915.129/0001-20, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **Elisabete Roschel Cavalcante Zilli**, RG n. 11.491.602-0 SSP/SP e CPF n. 050.940.638-63, celebram o presente contrato com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, observando-se o que consta no Processo Administrativo CNJ/SEI **08254/2020**, mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de rádios comunicadores digitais, por regime de locação, observados o Pedido de Aquisição de Material e Serviços – PAMS (1084467) e a proposta da **CONTRATADA**, os quais, independentemente de transcrição, são parte integrante deste instrumento e serão observados naquilo que não o contrarie.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – O objeto do presente contrato será executado de forma indireta, por empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666/1993.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA TERCEIRA – Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

a) atestar a execução do objeto, nos termos do disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93;

b) permitir à **CONTRATADA** o acesso ao local para a entrega dos equipamentos, desde que observadas as normas de segurança;

c) promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, e anotar em registro próprio as falhas detectadas;

d) proceder à consulta prévia ao SICAF antes da emissão da nota de empenho e antes de efetuar qualquer pagamento à **CONTRATADA** e, se esta não for inscrita no SICAF, exigir a apresentação dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, seguridade social e trabalhista;

e) atuar da forma mais ampla e completa no acompanhamento da execução do objeto, acompanhamento este que não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas quanto aos danos que forem causados à Contratante ou a terceiros;

f) proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar a plena execução do objeto;

g) comunicar à **CONTRATADA** todas e quaisquer ocorrências em desacordo com o cumprimento das obrigações pactuadas, qualquer anormalidade na entrega do objeto, podendo sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.

h) efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas em Contrato.

i) recusar, no todo ou em parte, os equipamentos de rádio que não atenderem às especificações deste documento.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

a) disponibilizar os rádios comunicadores digitais, de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo **CONTRATANTE**;

b) providenciar a troca de todo rádio que estiver com defeito ou mau funcionamento, sem quaisquer ônus adicionais para o **CONTRATANTE**;

c) cumprir, impreterivelmente, todos os prazos, conforme previsto neste Termo de Referência;

d) comunicar ao **CONTRATANTE**, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrência que possam prejudicar o perfeito atendimento aos serviços;

e) comunicar, por escrito, todas as ocorrências irregulares verificadas na execução dos serviços e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

f) manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste documento e na legislação correlata;

g) assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;

h) providenciar os meios necessários à completa execução dos serviços;

i) comunicar a necessidade de substituição de equipamento com antecedência de 5 (cinco) dias;

j) providenciar treinamento, manuais e orientação de uso do equipamento, caso haja necessidade, sem custos adicionais para o **CONTRATANTE**;

k) responder por todas as despesas decorrentes da disponibilização dos rádios e de eventuais substituições, tais como impostos, taxas, fretes, mão de obra, recolhimento de equipamento;

Parágrafo primeiro - A **CONTRATADA** deverá declarar, no ato da assinatura do contrato, ciência do Código de Conduta para fornecedores de bens e serviços do **CONTRATANTE**, por meio do Termo de Responsabilidade e compromisso com o Código de Conduta dos Fornecedores de bens e serviços, instituído pela Portaria DG nº 18, de 31 de janeiro de 2020.

Parágrafo segundo - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês, os seguintes documentos: prova de regularidade relativa à Seguridade Social; Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; Certidões que comprovem à regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

DA DINÂMICA DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - Os rádios devem ser entregues na Secretaria de Cerimonial e Eventos do **CONTRATANTE**, localizado no SAF Sul Quadra 2 lotes 5/6, sala EA01, a partir das 10 horas.

Parágrafo primeiro - A disponibilização dos rádios dar-se-á de forma integral, o pedido dos rádios poderá ser feito assim que o contrato estiver disponível para utilização.

Parágrafo segundo - Os rádios serão requisitados por meio deste instrumento de Contrato, o gestor do contrato manterá a **CONTRATADA** informada sobre a entrega e disponibilização dos rádios.

Parágrafo terceiro - A **CONTRATADA** deve prestar assistência técnica, fazendo as substituições necessárias ao pleno funcionamento do sistema durante o período de locação, como também a retirada dos rádios após a conclusão deste contrato.

DO VALOR

CLÁUSULA SEXTA – O valor total do presente contrato é de **R$ 17.280,00 (dezessete mil e duzentos e oitenta reais)**, conforme discriminado no Anexo A deste contrato.

Parágrafo único – Já estão inclusos no preço todos os encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA SÉTIMA – Os preços dos serviços objeto deste contrato são fixos e

irreajustáveis.

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA OITAVA – O objeto do presente contrato será recebido conforme especificações do Termo de Referência, da seguinte forma:

a) Provisoriamente, de forma diária, para efeito de verificação de qualidade, quantidade e conformidade com as especificações solicitadas pelo gestor;

b) Definitivamente, de forma mensal, após atesto da disponibilização dos equipamentos em conformidade com suas especificações.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA – O pagamento será efetuado mensalmente mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, por ordem bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do termo de recebimento definitivo, conforme disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, "a", da Lei nº 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação, e cumpridos os seguintes requisitos:

a) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão, acompanhada da Certidão Negativa de Débito – CND, comprovando regularidade com o INSS; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS; da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho; e de prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;

b) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à **CONTRATADA** e, nesse caso, o prazo previsto no *caput* desta Cláusula será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização;

Parágrafo segundo. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá protocolar a nota fiscal no setor de Protocolo do CNJ, e-mail: protocolo@cnj.jus.br.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA DEZ – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA ONZE – As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao **CONTRATANTE**, Programa de Trabalho:

PTRES 167502, Natureza da Despesa: 339039, tendo sido emitida a Nota de Empenho n. 2021NE230, datada de 1 de maio de 2021.

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA DOZE – Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) **multa nas condições e percentuais estabelecidos no Pedido de Aquisição de Material e Serviços – PAMS (1084467)**

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c” dessa cláusula.

Parágrafo primeiro – O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** ou cobrado judicialmente.

Parágrafo segundo – As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e “e” do *caput* desta Cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

Parágrafo terceiro – A penalidade prevista na alínea "d" desta cláusula também poderá ser aplicada à **CONTRATADA**, caso tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

Parágrafo quarto – Excepcionalmente, desde que devidamente justificado no processo administrativo, o **CONTRATANTE** poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, e, concomitantemente, instaurar regular processo administrativo oportunizando à **CONTRATADA** o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Parágrafo quinto – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para **CONTRATADA**, na forma da lei.

Parágrafo sexto – Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pela **CONTRATADA** deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões reconhecidas por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, não serem avaliados.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA TREZE – O inadimplemento de cláusula estabelecida neste contrato, por

parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

CLÁUSULA QUATORZE – Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão deste contrato:

a) atraso injustificado na execução do objeto, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;

b) o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do **CONTRATANTE**.

Parágrafo único – Caso a **CONTRATADA** venha a sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste contrato, desde que sua execução não seja afetada e que a **CONTRATADA** mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

CLÁUSULA QUINZE – Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80, todos da Lei n. 8.666/93.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DEZESSEIS – O contrato terá vigência de **12 (doze) meses** a contar da sua assinatura, improrrogável.

DO ACOMPANHAMENTO

CLÁUSULA DEZESSETE – O **CONTRATANTE** nomeará um gestor titular e um substituto para executar a fiscalização do contrato. As ocorrências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

Parágrafo único – A existência e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto contratado.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DEZOITO – Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.666/1993 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA DEZENOVE – O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

CLÁUSULA VINTE – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente contrato é eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal.

Justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Pelo **CONTRATANTE**

Getúlio Vaz

Secretário de Administração

Pela **CONTRATADA**

Elisabete Roschel Cavalcante Zilli

Representante Legal

ANEXO “A” DO CONTRATO N. 10/ 2021, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E STOCKTOTAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Dispensa de Licitação - Processo Administrativo/CNJ n. 08254/2020).

VALOR DISCRIMINADO DO CONTRATO

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	Fornecimento de 12 rádios comunicadores digitais, em período integral, em regime de locação, conforme especificações do Termo de Referência.	mês	12	1.440,00	**17.280,00**

ANEXO “B” DO CONTRATO N. 10/2021, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E E STOCKTOTAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Dispensa de Licitação - Processo Administrativo/CNJ n. 08254/2020).

TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, **Elisabete Roschel Cavalcante Zilli**, inscrita no CPF sob nº 151.348.651-91, neste ato representando a empresa STOCKTOTAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.915.129/0001-20, declaro:

Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça";

Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível;

Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais).

Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

Elisabete Roschel Cavalcante Zilli

Representante Legal

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES**

COÊLHO MATIAS, **ASSESSORA-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 20/07/2021, às 13:30, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Elisabete Roschel Cavalcante Zilli**, **Usuário Externo**, em 20/07/2021, às 15:46, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 20/07/2021, às 17:11, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1116964** e o código CRC **363D90F9**.

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PORTARIA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO N. 54 DE 20 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre designação de gestores do Contrato nº 10/2021.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, com fundamento na Portaria nº 411 de 30 de novembro de 2018, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08254/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras **Carine de Lima Nascimento**, matrícula nº 1866, e **Cinthya Rici Coelho Borges**, matrícula nº 1934, como gestora e gestora substituta, respectivamente, do Contrato nº 10/2021, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e a empresa STOCKTOTAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. , cujo objeto é o fornecimento de rádios comunicadores digitais, por regime de locação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Getúlio Vaz

Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 20/07/2021, às 17:11, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1128931** e o código CRC **25BF045A**.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**00.915.129/0001-20**	DUNS®:	**901616821**
Razão Social:	**STOCKTOTAL TELECOMUNICACOES LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**09/12/2021**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**01/11/2021**
FGTS		Validade:	**22/08/2021**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**08/11/2021**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**30/07/2021**
Receita Municipal	Validade:	**21/09/2021**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2022**

CPF: 582.455.295-91 Nome: DENIVAL DURAES FERREIRA
Ass: _____

SICAF -CNDT / CERTIDÃO TCU (1128938) SEI 08254/2020 / pg. 136

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 20/07/2021 16:32:58

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **STOCKTOTAL TELECOMUNICACOES LTDA**
CNPJ: **00.915.129/0001-20**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2021 - UASG 20001

Nº Processo: 00200.008152/2020. Objeto: Aquisição de equipamentos da marca Apple, modelos Mac mini, iMac 21,5 polegadas e Macbook Air 13 polegadas, com Plano de Proteção AppleCare por 36 (trinta e seis) meses, de acordo com os termos e especificações do edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 6. Edital: 22/07/2021 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00. Endereço: Via N2, Senado Federal, Bloco 16, 1º Pavimento, Zona Cívico Administrativa - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/20001-5-00074-2021. Entrega das Propostas: a partir de 22/07/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 05/08/2021 às 09h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e CATSER as constantes do edital prevalecerão as últimas. .

JANIO DE ABREU
Pregoeiro

(SIASGnet - 21/07/2021) 20001-00001-2021NE000006

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 91/2019, celebrado entre o STF e a empresa ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A (Processo Eletrônico n. 012425/2019). Objeto: a) prorrogar o Contrato em epígrafe por 12 (doze) meses a partir de 3 de dezembro de 2021. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. Assinatura: 21/07/2021. Vigência: a partir da assinatura. Assinam: pelo STF, Nádia Melissa Casagrande, Secretário de Orçamento, Finanças e Contratações Substituto; e, pela empresa, Jeankarlo Rodrigues da Cunha e Mariana Bernardes Ferreira de Souza.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n. 10/2021, firmado entre o CNJ e a STOCKTOTAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. CNPJ: 00.915.129/0001-20. Processo SEI n. 08254/2020. Objeto: fornecimento de rádios comunicadores digitais, por regime de locação. Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Valor: R$ 17.280,00. Programa de Trabalho: PTRES 167502. Natureza de Despesa: 339039. Data da Assinatura: 20/07/2021. Vigência: 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura. Signatários: pelo CNJ, Getúlio Vaz - Secretário de Administração; pela Contratada, Elisabete Roschel Cavalcante Zilli - Representante Legal.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n. 12/2021, firmado entre o CNJ e a CPD - ELETRICIDADE, AR CONDICIONADO E REFRIGERAÇÃO EM GERAL LTDA. CNPJ: 03.498.870/0001-20. Processo SEI n. 01328/2021. Objeto: prestação de serviços de manutenção dos aparelhos de ar condicionado do Conselho Nacional de Justiça no edifício situado na SQN 514, Bloco B, lote 7. Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Valor: R$ 14.929,56. Programa de Trabalho: PTRES 167502. Natureza de Despesa: 339039 e 339030. Data da Assinatura: 20/07/2021. Vigência: 12 (doze) meses, a contar de 26 de julho de 2021. Signatários: pelo CNJ, Getúlio Vaz - Secretário de Administração; pela Contratada, Clayton Jesus Rolim - Representante Legal.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2021 - UASG 40003

Nº Processo: 03820/2021. Objeto: Registro de Preços de café torrado e moído do tipo Superior, conforme Termo de Referência.. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 22/07/2021 das 08h00 às 17h59. Endereço: Saf/sul, Quadra 02, Lote 05/06, Edifício Premium, Brasíliadf, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/40003-5-00024-2021. Entrega das Propostas: a partir de 22/07/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 04/08/2021 às 14h00 no site www.gov.br/compras.

VANIA ALVES DE SOUZA CAMPANATE
Pregoeira

(SIASGnet - 20/07/2021) 40003-00001-2021NE000001

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
SECRETARIA DO TRIBUNAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2021 - UASG 70001

Nº Processo: 202000000011564-3. Objeto: Fornecimento de publicações estrangeiras importadas, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações, exigências e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 22/07/2021 das 08h00 às 11h59 e das 12h01 às 17h59. Endereço: Setor de Administração Federal Sul Quadra 7 Lote 1/2, - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/70001-5-00046-2021. Entrega das Propostas: a partir de 22/07/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 04/08/2021 às 14h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Conforme edital.

LUCIANA RODRIGUES DE CASTRO
Pregoeira

(SIASGnet - 20/07/2021) 70001-00001-2021NE000030

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Nota de Empenho Ordinário nº 2021NE000570, emitida em 21.07.2021. FAVORECIDO QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LT. OBJETO: Aquisição de material de consumo elétrico. VALOR: R$ 10.850,00. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e 10520/02. PA 2021.00.000005939-0.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2021 - UASG 50001

Nº Processo: 029354/2020. Objeto: Aquisição de dispensers para álcool em gel, detergente líquido e sabonete líquido.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 22/07/2021 das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h59. Endereço: Safs Quadra 06 Lote 01-trecho 03-administracao 01 Andar, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/50001-5-00062-2021. Entrega das Propostas: a partir de 22/07/2021 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 04/08/2021 às 14h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Edital também disponível no site www.stj.jus.br..

RAHCHEL BREMGARTNER ALENCAR
Pregoeira

(SIASGnet - 21/07/2021) 50001-00001-2021NE000107

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 20/2021

O Tribunal Superior do Trabalho comunica o resultado do PE-020/2021, cujo objeto, prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, por intervenção, dos equipamentos de Eletrocardiógrafo (ECG) e Cardioversor do TST, foi adjudicado à empresa MEGA SOLUCOES CIENTIFICAS E LOCACAO EIRELI pelo valor de R$ R$ 9.800,00, perfazendo o valor total estimado para o contrato de R$ 14.715,40, considerando o valor anual estimado para o fornecimento de peças de R$ 4.915,40, e, em caso de prorrogação por até 60 meses, pelo valor total de R$ 73.577,00.

DIRLEY SERGIO DE MELO
Secretário de Administração

(SIDEC - 21/07/2021) 080001-00001-2021NE000001

SECRETARIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo TST nº 501.229/2020-2. Galeria Fisioterapeuta Ltda. CNPJ Nº 08.454.601/0001-86. 2º termo aditivo ao contrato CRM-015/2020. Prestação de serviços de assistência médica aos beneficiários do programa TST-Saúde. Fica incluída a unidade filial da credenciada inscrita no CNPJ 08.454.601/0002-67. O faturamento será feito pelo CNPJ da matriz. Assinatura: 16/7/2021. Pelo Contratante: José Railton Silva Rêgo, Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal - Substituto. Pela Contratada: Guilherme Ravazzi Maluly, Representante Legal.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 20/2021

O TRF 1ª Região torna público que o Pregão em epígrafe, cujo objeto é contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de rede sem fio, com assistência técnica pelo período de 60 (sessenta) meses e serviço de implantação, instalação configuração e treinamento, para atender as necessidades do Tribunal Regional Federal da 1ª Região - TRF1, foi NEGADO PROVIMENTO AOS RECURSOS apresentados pelas empresas COMPWIRE INFORMÁTICA LTDA e SERVIX INFORMÁTICA LTDA, Adjudicado e Homologado pelo Senhor Diretor-Geral, Carlos Frederico Maia Bezerra. Empresa Vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA, CNPJ: 07.789.113/0001-67, que ofertou o valor total de R$ 1.270.114,06 para o grupo 01, conforme Decisão 13437381, constante do PAe/SEI 0006165-90.2019.4.01.8000. Ressalta-se que os autos encontram-se com vista franqueada a todos os interessados.

EDILEUSA VIDAL DOS SANTOS
Diretora da Divisão de Licitações em Exercício

(SIDEC - 21/07/2021) 090027-00001-2021NE800014

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 0009616-69.2019.4.03.8000; Espécie: Termo Aditivo nº 04.013.12.2019 ao Contrato nº 04.013.10.2019; Contratante: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, CNPJ Nº 59.949.362/0001-76; Contratada: AXA SEGUROS S.A., CNPJ nº 19.323.190/0001-06; Objeto: prorrogação contratual por 12 meses; Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Décima Primeira do Contrato; Data de assinatura: 20/07/2021; Vigência: a partir das 24:00hs do dia 24/07/2021 até as 24:00hs do dia 24/07/2022; Valor Total: R$ 170.000,00; Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico nº 012/2019; Signatários: pelo TRF 3ª Região, o Sr. Otávio Augusto Pascucci Perillo, Diretor-Geral e, pela Contratada, Sra. Erika Medici Klaffke, Diretora Presidente e Sr. Igor Di Beo, Diretor Técnico.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO PRIMEIRO ao Contrato nº 15/2020. CONTRATANTE: TRF 4ª Região. CONTRATADA: HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA. OBJETO: Prorrogação da vigência do Contrato de prestação de serviços de extensão de garantia para sistemas de servidores em lâmina, "blade servers", por mais 12 (doze meses), a partir de 23/07/2021. DOT. ORÇAMENTÁRIA: PT 168400 ; ND 3390.40 e 2021NE500800, datada de 30/06/2021. VALOR TOTAL: R$ 154.800,00. PA: 0003587-39.2020.4.04.8000. ASSINATURA: Antonio Cesar Marques de Matos, Diretor Administrativo em 20/07/2021.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PAD 5167/2021 - PAD/TRE-AM. Espécie: Dispensa de licitação. Objeto: aquisição de barreiras de proteção acrílicas para os guichês da Central de Atendimento ao Eleitor (CATE-A) e para a bancada dos Membros do plenário do tribunal. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS. Contratada: CLODOALDO F DOS SANTOS SERVIÇOS - ME (CNPJ: 07.503.876/0001-08).

Fundamentação Legal: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, cc Art. 4º da Lei nº 13.979/2020, com as alterações dadas pela Lei nº 14.035/2020. Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho 02.11.0570.20GP.0013 - Natureza da despesa: 339039-79. VALOR: R$ 28.080,00 (vinte e oito mil e oitenta reais). Data da Autorização: 20/07/202 pelo Diretor-Geral em substituição, Wesley Sirlam de Lima Aguiar. Data da Ratificação: 20/07/2021, pelo Presidente do TRE, Des. Wellington José de Araújo.

WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR
Diretor-Geral

Publicação DOU 22-07-2021 (1130803) SEI 08254/2020 / pg. 139

PORTARIA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO N. 54 DE 20 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre designação de gestores do Contrato nº 10/2021.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, com fundamento na Portaria nº 411 de 30 de novembro de 2018, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08254/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras **Carine de Lima Nascimento**, matrícula nº 1866, e **Cinthya Rici Coelho Borges**, matrícula nº 1934, como gestora e gestora substituta, respectivamente, do Contrato nº 10/2021, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e a empresa STOCKTOTAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., cujo objeto é o fornecimento de rádios comunicadores digitais, por regime de locação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

GETÚLIO VAZ

ATOS DO SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA

PORTARIA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP) N. 115 DE 08 DE JULHO DE 2021

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS EM EXERCÍCIO NO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, nos termos do inciso XXIII do artigo 1º da Portaria/DG n. 361, de 15 de outubro de 2015, e considerando o contido no Processo SEI/CNJ nº 04987/2021,

RESOLVE:

Tornar público o elogio concedido pelo Coordenador de Apoio à Governança de TIC ao servidor **IGOR GUIMARÃES PEDREIRA**, Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Análise de Sistemas, do quadro de pessoal deste Conselho, pelo comprometimento profissional e público em sua função de chefe na Seção de Gestão Estratégica de TIC e na área de Governança da Coordenadoria de Apoio à Governança de TIC.

PORTARIA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP) N. 116 DE 08 DE JULHO DE 2021

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS EM EXERCÍCIO NO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, nos termos do inciso XXIII do artigo 1º da Portaria/DG n. 361, de 15 de outubro de 2015, e considerando o contido no Processo SEI/CNJ nº 04990/2021,

RESOLVE:

Tornar público o elogio concedido pelo Coordenador de Apoio à Governança de TIC ao servidor **ALESSANDRO GUIMARÃES BARBOSA**, Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Análise de Sistemas, do quadro de pessoal deste Conselho, pelo comprometimento profissional e público no exercício de sua atividades na Seção de Gestão de Projetos e de Processos de TI da Coordenadoria de Apoio à Governança de TIC.

Ato de dispensa



Serviço de fornecimento de energia elétrica

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Estudos preliminares **1**
Projeto básico **4**
Lista AJU **9**
Parecer AJU **14**
Despacho SAD **18**
Nota de empenho **20**
Publicação DOU **24**
Contrato **25**
SICAF **60**
Portaria DG **66**

ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Fornecimento de energia elétrica em média tensão para o edifício do CNJ situado no SEPN 514 - Bloco B.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

Todas as unidades orgânicas situadas na edificação em questão.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

A contratação pretendida atende ao Objetivo Estratégico de "garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ" (Portaria nº 104/2020 - art. 3º, XI).

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

A solução deve atender ao fornecimento de energia elétrica em média tensão para atendimento a todo o edifício da 514N, inclusive sala-cofre.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

O modelo atual de contratação já prevê o fornecimento de energia em média tensão e tem atendido com êxito todas as solicitações.

3.2 Identificação das opções disponíveis

A análise de opções não se aplica ao presente objeto, por se tratar de contrato de adesão aos serviços da concessionária local de energia elétrica.

Opções Identificadas		Especificação do produto/serviço	Quantificação do Produto ou Serviço	Órgão (s) públicos que adotaram a solução
1ª	contrato de adesão junto à concessionária local	O fornecimento de energia elétrica em baixa tensão é suprido pela concessionária local através de contrato de adesão, no qual as cláusulas contratuais são estabelecidas pela concessionária.	O atual contrato de energia elétrica em média tensão para a 514N (CT. nº 33/2016 - 10244/2016) prevê uma demanda contratada de 125kW, com um desembolso mensal médio de R$ 43.572,60 em 2020. Entretanto, houve ultrapassagem dessa demanda contratada em alguns meses, razão pela qual entende-se necessário o aumento desse valor.	CNJ (10244/2016)

3.3 Adequação do ambiente

O fornecimento de energia elétrica em média tensão não requer adequação do ambiente do CNJ, nem a previsão de transição contratual.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

Opções Identificadas		Benefícios da opção	Desvantagens da opção	Custo(s) da solução (R$)
1ª	contrato de adesão junto à concessionária local	Garantia do fornecimento de energia elétrica em média tensão para todas as edificações da 514N	O contrato de adesão não permite a alteração das cláusulas contratuais por parte do CNJ	Estimativa de R$ 672.000,00/ano conforme cálculo 1070318

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

Analisando a opção elencada no item 3.4 anterior, observa-se que os benefícios do modelo de contratação já utilizado por este Conselho (contrato de adesão junto à concessionária local) ainda se configura como a melhor alternativa para o atendimento a essa demanda, tendo como principais elementos:

- fornecimento de energia elétrica em média tensão pela concessionária local de energia elétrica;
- custo anual estimado de R$ 672.000,00 (tendo como base a demanda ponderada de 140kW, conforme simulação 1070299, e cálculo estimativo para a tarifa de Abril/2021, conforme 1070318);
- garantia do suprimento de energia elétrica em média tensão para as edificações da 514N;

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

A economia de escala não se aplica à presente contratação por se tratar de fornecimento de energia elétrica.

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Não se aplica à presente demanda, pois se trata de item único.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

O fornecimento de energia elétrica possui indicadores estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL que são apurados mensalmente e integram os dados das faturas das concessionárias locais, conforme 1036084, temos:

- DIC: Duração de Interrupção por unidade Consumidora, ou seja, o tempo, em horas, que o cliente ficou sem energia elétrica no período de apuração;
- FIC: Frequência de Interrupção por unidade Consumidora, ou seja, o número de vezes que o cliente ficou sem energia elétrica;
- DMIC: Duração Máxima de Interrupção por unidade Consumidora, ou seja, o tempo em horas, da duração máxima de interrupção contínua;
- Tensão de fornecimento: variação da tensão ao longo do período de apuração.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

A presente contratação ainda não possui gerenciamento de riscos elaborado conforme o novo *Manual de Gerenciamento de Riscos do CNJ.* Entretanto, lista-se a seguir os riscos identificados na última contratação:

Risco:	**Contratada falha com a execução, implicando inexecução parcial ou total**		
Probabilidade (alto, médio, baixo)	**Id**	**Dano**	**Impacto (alto, médio, baixo)**
Média	1	Instabilidade no fornecimento de energia elétrica	Médio
Baixa	2	Interrupção no fornecimento de energia elétrica	Alto
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1,2	Acompanhamento dos serviços junto à Concessionária Local		Gestor da contratação

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

A presente contratação deverá estar efetivada antes do término da vigência do atual contrato, que ocorrerá em 30/09/2021.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

Conforme cláusula padrão da minuta do contrato de adesão da concessionária local.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não se aplica.

12. CONCLUSÃO DO GESTOR

Declaro que a opção de contrato de adesão junto à concessionária local se configura como a melhor alternativa para o atendimento à demanda de fornecimento de energia elétrica em média tensão para este Conselho, considerando todos os aspectos levantados neste Estudo Preliminar.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Michele Roberta Pedroso dos Santos Monteiro	michele.monteiro@cnj.jus.br	5073	SEEMP

Documento assinado eletronicamente por **MICHELE ROBERTA PEDROSO DOS SANTOS MONTEIRO**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO PREDIAL**, em 14/04/2021, às 10:00, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1064653** e o código CRC **418F5A57**.

1. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO

1.1 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Fornecimento de energia elétrica em média tensão para o edifício do CNJ situado no SEPN 514 - Bloco B.

1.2 Indique as partes interessadas

Todas as unidades orgânicas situadas na edificação em questão.

1.3 Indique os resultados esperados da aquisição

Garantia da continuidade das atividades do Conselho Nacional de Justiça, mediante a disponibilidade desse serviço público essencial ao seu funcionamento.

1.4 Justificativa da contratação

O atual contrato de fornecimento de energia elétrica em média tensão que atende ao Bloco B da 514N se findará em 30/09/2021. Desta forma, faz-se necessária a presente contratação com vistas a evitar interrupção desse serviço público essencial ao funcionamento deste Conselho.

A contratação pretendida atende ao Objetivo Estratégico de "garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ" (Portaria nº 104/2020 - art. 3º, XI).

O atual contrato de energia elétrica em média tensão para a 514N (CT. nº 33/2016 - 10244/2016) prevê uma demanda contratada de 125kW. Entretanto, houve ultrapassagem dessa demanda contratada nos meses de Agosto, Outubro, Novembro e Dezembro/2020, além de Março/2021, razão pela qual entende-se necessário o aumento desse valor.

Conforme consta do cálculo 1070299, simulou-se o consumo histórico dos últimos 12 meses, aplicando-se a tarifa de Abril/2021 (1069761) para quatro situações distintas:

Simulação	Demanda	R$
Manutenção da demanda contratada atualmente	125 kW	524.978,36
Demanda pela média histórica anual	123,75 kW	525.142,16
Demanda pela máxima histórica anual	189 kW	533.037,33
Demanda ponderada	140 kW	524.257,64

Da análise dos resultados das simulações, propõe-se como mais vantajoso para este Conselho a elevação da demanda a ser contratada para 140 kW.

2. OBJETO

2.1 Definição do Produto / Serviço a ser contratado

Contratação de fornecimento de energia elétrica em média tensão para o edifício situado no SEPN 514 - Bloco B – Conselho Nacional de Justiça –

2.2 Especificação do Produto / Serviço a ser contratado

O fornecimento de energia elétrica ocorrerá ininterruptamente para a entrada em média tensão do edifício situado no SEPN 514, Bloco B, Lote 7.

2.3 Sujeição às normas técnicas

A prestação do objeto obedecerá às normas editadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, bem como as normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da Lei n° 4.150/1962.

2.4 Critérios de sustentabilidade

O presente objeto se encontra contemplado no indicador 6 do Plano de Logística Sustentável 2021-2026 deste Conselho e serão adotados critérios de sustentabilidade na realização dos serviços evitando o consumo excessivo de energia elétrica, seguindo, no que couber, as orientações contidas na Instrução Normativa nº 1 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, de 19/01/2010.

2.5 Em caso de posto de trabalho:

Não se aplica ao presente objeto, por se tratar de contrato de adesão aos serviços da concessionária local de energia elétrica.

2.6 Em caso de produtos/serviços

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE UNIT.	QTDE. TOTAL
1	Fornecimento de energia elétrica em média tensão	serviço	kW	140	140

2.7 Métricas utilizadas

Os serviços serão remunerados conforme normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e abrangem, além do consumo, em kWh, também a demanda, em kW, e a aplicação de bandeiras tarifárias, conforme as condições favoráveis de geração de energia.

Por se tratar de contrato de adesão, não se permite a alteração das cláusulas contratuais por parte do CNJ.

2.8 Necessidade de Agrupamento de Itens

Não se aplica por se tratar de item único.

2.9 Serviços prestados de forma contínua ou não contínua

Trata-se de serviço essencial a ser executado de forma contínua e destinado a atender necessidade permanente deste Conselho. Tal classificação encontra amparo nas definições constantes do art. 15 da IN 5/2017.

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Etapa	Descrição	Prazo	Atores	Artefato
1	Assinatura do Contrato	Até 5 (cinco) dias úteis contados da notificação	Assessor Jurídico Chefe e Ordenador de despesas pelo CNJ e responsável legal da concessionária	Contrato assinado pelas partes
		Imediatamente após		

2	Início da prestação dos serviços	o término do contrato atual (30/09/2021)	Concessionária de energia elétrica	Fatura mensal
3	Pagamento relativo aos serviços	Conforme minuta do contrato padrão	Gestor do contrato	Fatura mensal e atesto
4	Encerramento da prestação dos serviços	Conforme minuta do contrato padrão	Gestor do contrato	Atesto final

3.1 Local e Horário

O fornecimento de energia elétrica ocorrerá ininterruptamente para a entrada em média tensão do edifício situado no SEPN 514, Bloco B, Lote 7.

3.2 Dias e Horários do Funcionamento do CNJ

O horário normal de funcionamento do CNJ é de segunda a sexta-feira das 12:00h às 19:00h.

3.3 Frequência e periodicidade da prestação dos serviços;

O fornecimento de energia elétrica ocorrerá ininterruptamente.

3.4 Ordem de Execução

Não se aplica ao presente objeto.

4. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

Contratação direta, amparada pelo inciso XXII do art. 24 da Lei 8666/93.

5. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

Não se aplica ao presente objeto, por se tratar de contrato de adesão aos serviços da concessionária local de energia elétrica.

6. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

Não se aplica ao presente objeto, por se tratar de contrato de adesão aos serviços da concessionária local de energia elétrica.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Conforme minuta de contrato padrão da concessionária local.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Conforme minuta de contrato padrão da concessionária local.

9. RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento deste objeto ocorrerá definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da apresentação da Nota Fiscal, mediante atesto da nota.

10. PAGAMENTO DO OBJETO

Conforme minuta de contrato padrão da concessionária local.

11. PENALIDADES APLICÁVEIS

Conforme minuta de contrato padrão da concessionária local.

12. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

Conforme minuta de contrato padrão da concessionária local.

13. GARANTIA DO CONTRATO

Não se aplica ao presente objeto, por se tratar de contrato de adesão aos serviços da concessionária local de energia elétrica.

14. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização e o gerenciamento do contrato ocorrerá em conformidade com o Manual de Gestão de Contratos do CNJ, instituído pela Portaria nº 432 de 17/12/2013 e disponível em https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1925.

15. ESTUDO PRELIMINAR

Declaro que o Termo de Referência/Projeto Básico foi elaborado de acordo com o estudo preliminar 1064653.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não se aplica ao presente objeto, por se tratar de contrato de adesão aos serviços da concessionária local de energia elétrica.

ANEXO A

ESTIMATIVA DO VALOR CONTRATUAL

Os valores abaixo discriminados foram obtidos com base na demanda histórica ponderada e nos valores tarifários praticados pela concessionária local, conforme segue:

Mês	Consumo Bloco B - 514N (kWh)
abr/20	52.856
mai/20	51.667
jun/20	56.357
jul/20	54.896
ago/20	58.943
set/20	62.686
out/20	69.112
nov/20	73.310
dez/20	68.331
jan/21	59.071
fev/21	72.128
mar/21	60.264
Máxima	**73.310**

Parcela	Estimativa	Tarifa Pública(1)	Valor (R$)
Demanda(2)	140	21,8400218	3.057,60
Consumo Ponta(3)	6.470	2,3132268	14.966,58
Consumo Fora Ponta(3)	66.840	0,487633	32.593,39
Bandeira tarifária(4)	73.310	R$ 0,06243/kWh	4.576,74
Iluminação Pública(5)	1 UC	806,62	806,62
Estimativa Mensal			56.000,93
Estimativa Anual			672.011,20
Total Anual Estimado			**672.000,00**

(1) Tarifa horo-sazonal verde de Abril/2021 - classificação "AS - Poder Público" conforme documento SEI nº 1069761.

(2) Demanda ponderada, conforme documento SEI nº 1070299.

(3) Considerado o maior consumo registrado nos últimos 12 meses (Nov/2020), conforme fatura SEI nº 0988284.

(4) Considerada bandeira tarifária vermelha - Patamar 2, com acréscimo de R$ 0,06243 para cada quilowatt-hora consumido, conforme http://www.aneel.gov.br/bandeiras-tarifarias.

(5) Considerada a maior faixa de consumo do Anexo Único do Decreto GDF nº 39.530 de 17/12/2018 (1070296).

Documento assinado eletronicamente por **MICHELE ROBERTA PEDROSO DOS SANTOS MONTEIRO**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO PREDIAL**, em 19/04/2021, às 16:51, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1072292** e o código CRC **D75CC87D**.

02702/2021 1072292v21

LISTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. 02702/2021

LISTA DE VERIFICAÇÃO - CONTRATAÇÃO DIRETA

Item	Questionário	SIM NÃO N/A	Folha
1	O processo administrativo foi devidamente autuado? *Ref. art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da IN CNJ n. 44/2012*	sim	02702/2021
2	Consta a solicitação/requisição da alienação, da compra, serviço ou obra, elaborada pelo agente ou setor competente? *Ref. Acórdão 254/2004-Segunda Câmara-TCU*	sim	1064653
3	Há justificativa fundamentada dos quantitativos (bens/serviços) requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do almoxarifado e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado da aquisição/contratação?	sim	1064653
4	A unidade demandante justificou a necessidade do objeto da contratação direta? *Ref. (art. 26, caput, Lei n° 8.666/93 e art. 2º, caput, e parágrafo único, VII, da Lei nº 9.784/99)*	sim	1064653 1072292
	A justificativa contempla a caracterização da situação de dispensa (art. 17, art. 24 e seguintes da Lei 8.666/93) ou de inexigibilidade de licitação (art.		

5	25, Lei 8.666/93), com os elementos necessários à respectiva configuração? *Ref. (art. 26, caput, e parágrafo único, I, Lei n° 8.666/93).*	sim	1072292
6	O ordenador de despesa ratificou a necessidade da contratação?	sim	1076368
7	Existe parecer técnico apto a justificar e/ou configurar a hipótese legal de contratação direta aplicável ao caso concreto? *Ref. art. 38, inc. VI, da Lei nº 8.666/93*	não	
8	No caso de aquisição de bens, consta documento contendo as especificações e a quantidade estimada do objeto, observadas as demais diretrizes do art. 15 da Lei 8.666/93?	NA	
9	Existe declaração de exclusividade expedida pela entidade competente, no caso de inexigibilidade de licitação do art. 25, I, Lei 8.666/93?	NA	
10	A administração averiguou a veracidade do atestado de exclusividade apresentado nos termos do art. 25, I, da Lei n 8.666/93? *Ref. Orientação Normativa AGU n° 16, de 1° de abril de 2009*	NA	
11	Em se tratando de contratação de obra ou serviço, há Projeto Básico? *Ref. arts. 6°, IX, 7°, § 2°, I, e § 9°, Lei 8.666/93*	sim	1072292
12	No caso do item anterior, consta a aprovação motivada do Projeto Básico pela autoridade competente? *Ref. art. 7º, § 2º, I da Lei nº 8.666/93*	sim	1076368
13	Para contratação de obras ou serviços, foi elaborado, se for o caso, o projeto executivo (*art. 6°, X e 7° II e § 9°, Lei n° 8.666/93),* ou autorizado que seja realizado concomitantemente com a sua execução *(art. 7°, §§ 1° e 9°, Lei 8.666/93)?*	NA	
	Em sendo objeto da contratação direta, obra ou serviço, existe orçamento detalhado em planilhas		

14	que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação (*art. 7º, § 2º, II e art. 15, XII, "a", IN/SLTI 02/2008),* assim como a respectiva pesquisa de preços realizada *(art. 43, IV da Lei nº 8.666/93 e art. 15, XII, "b", IN/SLTI 02/2008 e IN/SLTI 05/2014)?*	NA	
15	No caso de compra de bens, foi realizada pesquisa de preços e elaborado Mapa Comparativo? *Ref. art. 15, III da Lei nº 8.666/93 e Portaria CNJ DG n. 283/2014*	NA	
16	A unidade demandante avaliou o Mapa Comparativo de Preços e atestou a compatibilidade do preço cotado com aquele praticado no mercado do ramo do objeto a ser contratado?	NA	
17	A obtenção de menos de três propostas de potenciais fornecedores (diferentes entre si) e/ou a formação de mapa comparativo com os preços propostos por menos de três potenciais fornecedores (diferentes entre si) está devidamente justificada? *Ref. Portaria CNJ DG n. 283/2014 e art. 2º, § 5º da IN/SLTI 05/2014)*	NA	
18	Existe justificativa quanto à aceitação do preço ofertado pela futura contratada? *Ref. parágrafo único, III, art. 26, Lei n° 8.666/93*	NA	
19	Foram indicadas as razões de escolha do adquirente do bem, do executante da obra, do prestador do serviço ou do fornecedor do bem? *Ref. parágrafo único, II, art. 26, Lei 8.666/93*	sim	1072292
20	Em face do valor do objeto, as participantes são microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas? *Ref. art. 47, 48, I e 49, IV da LC nº 123/06, art. 6º do Decreto nº 8.538/15 e art. 34 da Lei nº 11.488/07.*	NA	
21	Incide uma das exceções previstas no art. 10 do Decreto nº 8.538/15, devidamente justificada, a afastar a exclusividade?	NA	

22	Foram observadas normas que dispõem sobre a margem de preferência? *Ref. Decretos n. 7546/2011 e 8538/2015 e outros.*	NA	
23	Há previsão de recursos orçamentários, com indicação das respectivas rubricas? *Ref. arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei nº 8.666/93.*	sim	1077017
24	Os autos do processo contêm documento com a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa? *Ref. art. 16, inc. I da LC n. 101/2000*	nao	
25	Os autos do processo contêm a declaração, prestada pelo ordenador de despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias? Lei Complementar n. 101/2000, artigo 16, II.	nao	
26	Constam dos autos documentos que comprovem a regularidade da futura contratada junto à Fazenda Pública, INSS, FGTS, Justiça do Trabalho, bem como foi colhida declaração de cumprimento aos termos da Lei 9.854/99?	sim	1088613
27	Foram consultados SICAF, CADIN, CEIS, lista de inidôneos do TCU e verificada eventual proibição para contratar com a Administração?	sim	1088613
28	A contratação direta foi autorizada motivadamente pela autoridade competente? *Ref. art. 50, IV, Lei n° 9.784/99*	ainda não	
29	Foi juntada a minuta de termo de contrato? A não juntada da minuta de termo de contrato foi justificada?	sim	1088622

Documento assinado eletronicamente por **DANIEL SOUZA COSTA E SILVA**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 04/06/2021, às 15:54, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1090823** e o código CRC **F4581574**.

PARECER - AJU

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 02702/2021

Ementa: Contratação de fornecimento de energia elétrica. Contratação direta da Neo Energia Distribuidora Brasília. Análise e chancela.

Senhora Assessora-Chefe,

Os autos vieram à Assessoria Jurídica (AJU) mediante o Despacho Segec 1088625, para análise e manifestação acerca da contratação da Neo Energia Distribuidora Brasília, CNPJ 07.522.669/0001-92, empresa que assumiu a distribuição de energia no Distrito Federal, após arrematar o ativo da CEB Distribuição S.A., em leilão de privatização ocorrido em 4 de dezembro de 2020, para fornecimento de energia elétrica de média tensão para a unidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), localizada no SEPN, Quadra 514, Bloco B, Lote 7, bem como chancela da minuta de contrato (1088622), se for o caso, mediante dispensa de licitação, nos termos do art. 24, XXII da Lei nº 8.666/1993, em substituição ao Contrato nº 33/2016.

2. Para tanto, os autos foram instruídos com os principais documentos/despachos/informações necessários à regular formação do procedimento de dispensa, a seguir mencionados:

I – Estudos Preliminares da contratação (1064653);

II – Projeto Básico (1072292), elaborado pela unidade técnica demandante da contratação (Seção de Engenharia e Manutenção Predial, Seemp), o qual contempla o objeto, a justificativa, a descrição dos serviços, o cronograma de execução, a métrica utilizada, referência aos encargos das partes, o prazo de vigência e as condições de recebimento e pagamento;

III – Minuta do Contrato Padrão CEB (1088622);

IV – Classificação da despesa e indicação da disponibilidade orçamentária (1076727 e 1077017); e

V – Declaração do SICAF, do CADIN e Consolidada do TCU (1088613 e 1090905), quanto à higidez da empresa em contratar com a Administração.

3. Os Estudos Preliminares foram aprovados pelo Secretário de Administração (1071853), com fundamento na Portaria Diretoria-Geral nº 411, de 30 de novembro de 2018. Já o Projeto Básico foi aprovado pelo Secretário de Administração por meio do Despacho SAD 1076368, nos termos do inciso I do § 2º e § 9º do art. 7º da Lei 8.666/1993.

4. Conforme Despacho SEGEC 1088625, a Seção de Gestão de Contratos (Segec) preencheu e anexou a Minuta do Contrato Padrão da CEB

(1088622).

É o relatório.

ANÁLISE

5. Precede esta análise a averiguação do atendimento aos requisitos elencados na lista de verificação (1090823). Ademais, destaca-se que a análise em curso se limita aos aspectos estritamente jurídicos e de regularidade procedimental da matéria proposta, abstendo-se quanto ao exercício da discricionariedade administrativa das demais unidades e dos gestores do CNJ.

6. O art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, determinou a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra, ao ressalvar os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, especificados na legislação.

7. O objeto da contratação, por ser prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica por concessionária de serviço público, encontra guarida legal no inciso XXII do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, a saber:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> XXII - na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica; ”

8. A contratação pretendida atende ao Objetivo Estratégico de “garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ”, nos termos do art. 2º, §1º, VIII, da Portaria nº 167/2015 deste Conselho. Foi elaborada uma estimativa para o valor contratual baseada na demanda histórica ponderada e nos valores tarifários praticados pela concessionária local, conforme Anexo A do Projeto Básico (1072292).

9. Quanto à justificativa para a contratação, a unidade demandante a apresentou no item 1.4 do Projeto Básico (1072292):

> A contratação pretendida atende ao Objetivo Estratégico de “garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ” (Portaria nº 104/2020 - art. 3º, XI).
>
> O atual contrato de energia elétrica em média tensão para a 514N (CT. nº 33/2016 - 10244/2016) prevê uma demanda contratada de 125kW. Entretanto, houve ultrapassagem dessa demanda contratada nos meses de Agosto, Outubro, Novembro e Dezembro/2020, além de Março/2021, razão pela qual entende-se necessário o aumento desse valor.

10. No que tange à regularidade da empresa a ser contratada, constam dos autos as certidões do SICAF, do CADIN e Consolidada do TCU (1088613 e 1090905). Quanto ao ponto, é necessário que, por ocasião da assinatura do contrato, as certidões sejam novamente consultadas, de forma a comprovar a higidez da empresa no momento da assinatura do ajuste. Acerca do CADIN, observa-se a situação de inadimplência da empresa. Todavia, conforme entendimento encampado no Parecer AJU 0800552, a mera inscrição do contribuinte no cadastro não constitui, por si só, impedimento à celebração de contrato administrativo, desde que respeitadas as condições fixadas no art. 29 da Lei nº 8.666/1993.

11. Cabe recordar a necessidade de observância das formalidades legais previstas no art. 26, da Lei nº 8666/1993, a serem seguidas no andamento deste processo administrativo:

> Art. 26 - As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

12. No que concerne à Minuta de Contrato (1088622), ressalta-se que é instrumento padrão adotado pela Concessionária, e assume características de contratos de adesão, no qual as cláusulas são previamente definidas pela contratada, não cabendo, a princípio, à Administração, o poder de alterá-las. Ressalta-se, por sua vez, que não foram verificadas cláusulas ou elementos que maculem a lisura do instrumento frente ao objeto pretendido por este Conselho. Ainda, destaca-se que a minuta do contrato foi previamente avaliada sob os aspectos técnicos, conforme demonstra o documento SEI 1088620.

12.1 Não obstante, observamos que:

a) páginas 3 e 25 - não estão preenchidos os campos referentes ao programa de trabalho, elemento de despesa, entre outros ali previstos;

b) página 4 - não está preenchido o campo "comunicação entre as partes", relativa à Distribuidora;

c) estão pendentes a identificação e o preenchimento dos dados do representante da Distribuidora. Quanto a este ponto, a Segec informou que "o contrato será assinado por um dos procuradores constantes da Procuração 1088611, mas que não é possível determinar, a priori, quem será o signatário."

13. Indica-se, ainda, a necessidade de a Administração, a cada ano, renovar as formalidades da contratação, especialmente as que dizem respeito à certificação de disponibilidade orçamentária, a avaliação de que a prestadora continua sendo a única e exclusiva fornecedora do serviço, a *vantajosidade* da modalidade de tarifa utilizada por este Conselho e a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, entre outras.

14. Ressaltem-se, por fim, as explicações da Segec a respeito dos signatários do ajuste, tendo em vista que da minuta não consta a identificação do representante da contratada (1088625). Por parte do CNJ, o Termo será firmado pelo Sr. Secretário de Administração, em consonância com a delegação concedida por meio da Portaria DG nº 411 de 30 de novembro de 2018, tendo em vista o valor estipulado para a contratação.

CONCLUSÃO

15. Ante o exposto, e tendo em vista os itens 10, 12.1 e 13 deste parecer, a Assessoria Jurídica opina pela legalidade da contratação direta da Neo Energia Distribuidora Brasília, CNPJ 07.522.669/0001-92, por dispensa de licitação, com fulcro no inciso XXII do art. 24, da Lei n.º 8.666/1993, chancelando a Minuta de Contrato-Padrão apresentada (1088622), desde que conste nos autos a observância do procedimento previsto no *caput* do art. 26, da Lei nº 8666/1993, conforme indicado no parágrafo 11 desta manifestação.

É o parecer.

Daniel Souza Costa e Silva

Assessor Jurídico

Senhor Secretário de Administração,

Estou de acordo com os termos deste parecer. À consideração de Vossa Senhoria.

Luciana Cristina Gomes Coelho Matias

Assessora-Chefe

AJU/DG/CNJ

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COÊLHO MATIAS**, **ASSESSORA-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 04/06/2021, às 12:58, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **DANIEL SOUZA COSTA E SILVA**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 04/06/2021, às 15:53, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1090992** e o código CRC **C60BE221**.

02702/2021 1090992v48

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a contratação da empresa Neo Energia Distribuidora Brasília, CNPJ 07.522.669/0001-92, empresa que assumiu a distribuição de energia no Distrito Federal, após arrematar o ativo da CEB Distribuição S.A., em leilão de privatização ocorrido em 4 de dezembro de 2020, para fornecimento de energia elétrica de média tensão para a unidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), localizada no SEPN, Quadra 514, Bloco B, Lote 7.

Aprovados os Estudos Preliminares (1064653) e o Projeto Básico (1072292), as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças juntaram aos autos a Classificação da Despesa (1076727) e a disponibilidade orçamentária (1076944) e a Seção de Gestão de Contratos juntou aos autos a minuta de contrato (1088622), a qual foi objeto de chancela pela Assessoria Jurídica, com ressalvas.

Em atenção às recomendações da AJU, conforme Parecer 1090992, a SEGEC informou que as recomendações exaradas no parecer serão cumpridas antes da celebração do contrato (Despacho SEGEC 1102234).

A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa Neo Energia Distribuidora Brasília, para contratar com a Administração, consta no arquivo 1103785.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1103806, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso XXII do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> XXII - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso XXII do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa Neo Energia Distribuidora Brasília, inscrita no CNPJ sob o n. 07.522.669/0001-92 no valor anual de **R$ 672.000,00 (seiscentos e setenta e dois mil reais)**, com vistas ao fornecimento de energia elétrica de média tensão para a unidade do Conselho

Nacional de Justiça (CNJ), localizada no SEPN, Quadra 514, Bloco B, Lote 7.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Por fim, e considerando o exposto no item 13 do Parecer AJU 1090992, encaminho os autos **à Seção de Engenharia e Manutenção Predial** para observar a necessidade de, a cada ano, renovar as formalidades da contratação, especialmente as que dizem respeito à certificação de disponibilidade orçamentária, a avaliação de que a prestadora continua sendo a única e exclusiva fornecedora do serviço, a *vantajosidade* da modalidade de tarifa utilizada por este Conselho e a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, entre outras.

Getulio Vaz
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 09/06/2021, às 15:44, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1103929** e o código CRC **46AF855A**.

Data e hora da consulta: 10/06/2021 14:52
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número
2021	NE	238

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339039	40104	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
10/06/2021	Estimativo	02702/2021	-	160.740,00

Favorecido

Código	Nome
07.522.669/0001-92	CEB DISTRIBUICAO S.A.

Endereço	CEP
AREA DE SERVICOS PUBLIC S/N GUARA	71215-902

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
31	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	XXII	-

Descrição
02702/2021. Fornecimento de energia elétrica para a unidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), localizada no SEPN, Quadra 514, Bloco B, Lote 7.
Conforme Despacho DG 1104338.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
000	10/06/2021 14:38:50	Inclusão

Data e hora da consulta: 10/06/2021 14:52
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	160.740,00

Subelemento 43 - SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Fornecimento de energia elétrica para a unidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), localizada no SEPN, Quadra 514, Bloco B, Lote 7. Demais condições conforme Termo de Referência/Projeto Básico (1072292). Despacho SEEMP 1076958.	160.740,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
10/06/2021	Inclusão	1,00000	160.740,0000	160.740,00

Versão	Data/Hora	Operação
000	10/06/2021 14:38:50	Inclusão

Data e hora da consulta: 10/06/2021 14:51
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número
2021	NE	239

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339047	40104	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
10/06/2021	Estimativo	02702/2021	-	2.419,86

Favorecido

Código	Nome
07.522.669/0001-92	CEB DISTRIBUICAO S.A.

Endereço	CEP
AREA DE SERVICOS PUBLIC S/N GUARA	71215-902

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
31	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	XXII	-

Descrição
02702/2021. Taxa de Iluminação Pública relativa à unidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), localizada no SEPN, Quadra 514, Bloco B, Lote 7. Conforme Despacho DG 1104338.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
000	10/06/2021 14:50:33	Inclusão

Data e hora da consulta: 10/06/2021 14:51
Usuário: ***.283.351-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339047 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.419,86

Subelemento 22 - CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE ILUMINACAO PUBLICA

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Taxa de Iluminação Pública relativa à unidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), localizada no SEPN, Quadra 514, Bloco B, Lote 7. Demais condições conforme Termo de Referência/Projeto Básico 1072292. Despacho SEEMP 1076958.	2.419,86

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
10/06/2021	Inclusão	1,00000	2.419,8600	2.419,86

Versão	Data/Hora	Operação
000	10/06/2021 14:50:33	Inclusão

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2021 - UASG 290002 - SEOF - DPU

Número do Contrato: 139/2020.
Nº Processo: 08038.009164/2019-03.
Pregão. Nº 80/2020. Contratante: DPU-SECRETARIA DE EXECUCAO ORCAM. FINANCEIRA. Contratado: 05.427.994/0001-40 - LG. ADMINISTRADORA DE SERVICOS EIRELI. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 139/2020 por mais 12 (doze) meses, a contar de 25/08/2021 a 24/08/2022.. Vigência: 25/08/2021 a 24/08/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 309.991,92. Data de Assinatura: 07/06/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 07/06/2021).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2021 - UASG 290002 - SEOF - DPU

Número do Contrato: 90/2019.
Nº Processo: 08038.001497/2019-86.
Pregão. Nº 65/2019. Contratante: DPU-SECRETARIA DE EXECUCAO ORCAM. FINANCEIRA. Contratado: 06.697.330/0001-64 - MAR & MAR VEICULOS LTDA. Objeto: Locação de veículos - unidades da dpu no estado de rio grande do sul. suspensão total dos veículos na dpu em bagé/rs, santa maria/rs, canoas/rs, uruguaiana/rs; suspensão de total de 1 (um) veículo e manutenção de 50% do valor mensal do veículo mantido da unidade dpu em porto alegre/rs; manutenção de 50% do valor mensal do veículo mantido na unidade dpu em rio grande/rs, no período de 07/07/2021 a 03/11/2021. Durante o período suspensivo, o valor mensal do contrato será de r$ 5.316,55.. Vigência: 14/10/2019 a 13/10/2020. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 445.858,32. Data de Assinatura: 08/06/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 08/06/2021).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2021 - UASG 290002 - SEOF - DPU

Número do Contrato: 179/2020.
Nº Processo: 08038.006914/2018-04.
Dispensa. Nº 186/2020. Contratante: DPU-SECRETARIA DE EXECUCAO ORCAM. FINANCEIRA. Contratado: 08.704.691/0001-16 - CORESE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato
remanescente nº 179/2020, por mais 12 (doze) meses, a contar de 16/09/2021 a 15/09/2022.. Vigência: 16/09/2021 a 15/09/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 47.900,00. Data de Assinatura: 09/06/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 09/06/2021).

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 45/2021

A Coordenação de Licitação torna público o resultado do Pregão 45/2021 que trata da contratação de serviços de vigilância para atender a DPU em Cuiabá/MT, cujo o objeto fora adjudicado e homologado pelas autoridades competentes à empresa: BALÍSTICO SEGURANÇA EIRELI, CNPJ:01.548.228/0001-83, visto ter atendido a todos os requisitos do certame supracitado.

EDGAR PAES NETO
Pregoeiro

(SIDEC - 10/06/2021) 290002-00001-2021NE800150

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO - UASG 290002 - SEOF - DPU

Número do Contrato: 98/2019.
Nº Processo: 08038.001491/2019-17.
Objeto: Retificação de publicação.
do 2º t.a. Do contrato nº 98/2019 publicado no dou nº 106, seção 3, pág. 121 de 09/06/2021. Onde se lê: extrato de termo aditivo nº 1072/0211 - uasg 290002 - seof-dpu. Leia-se: extrato de termo aditivo nº 2/2021 - uasg 290002 - seof-dpu... Data de Assinatura: 10/06/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 10/06/2021).

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2021 - UASG 290002

Nº Processo: 08154000035202059. Objeto: Contratação de serviços de Instalação, Desinstalação, Manutenção Preventiva e Corretiva, com fornecimento de peças, em Condicionadores de Ar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos para a unidade da DPU em Guarulhos/SP.. Total de Itens Licitados: 12. Edital: 11/06/2021 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco H, Lote 14, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/290002-5-00069-2021. Entrega das Propostas: a partir de 11/06/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 29/06/2021 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Telefone: (61) 3318-4363/e-mail: licitacao@dpu.def.br.

GISELLE FREIRE DE MOURA ARRAIS
Coordenadora da Licitação

(SIASGnet - 10/06/2021) 290002-00001-2021NE800150

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA-GERAL

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

SECRETARIA EXECUTIVA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2021 - UASG 10001

Nº Processo: 395.910/2021. Objeto: Aquisição de armários médios para composição de estações de trabalho, novos e para primeiro uso.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 11/06/2021 das 09h00 às 17h59. Endereço: Camara Dos Deputados Edif. Anexo 1 - 14 Andar, Zona Cívico-administrativa - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/10001-5-00038-2021. Entrega das Propostas: a partir de 11/06/2021 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 23/06/2021 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no ComprasNet e as especificações constantes do Edital, prevalecerão as do Edital. O Edital está disponível também no site www.camara.leg.br..

DANIEL DE SOUZA ANDRADE
Presidente da Cpl

(SIASGnet - 10/06/2021) 10001-00001-2020NE000291

SENADO FEDERAL

DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica AC2021/0057. Processo: 200.003172/2021-11. Celebrado com a CÂMARA MUNICIPAL DE DOM EXPEDITO LOPES - PI. CNPJ: 07.450.711/0001-07. Data da assinatura: 08/06/2021. Modalidade: Não aplicável. Objeto: Estabelecer e regular a participação da CASA LEGISLATIVA na implementação das ações de modernização do ILB/INTERLEGIS - Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo, para estímulo e promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo. Vigência: início: 08/06/2021 final: 07/06/2026. Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pelo ILB: Márcio Chalegre Coimbra, Diretor Executivo, pela Câmara Municipal: Everaldo Gonçalves de Moura, Presidente.

EXTRATOS DE DOAÇÃO

Espécie: Termo de Doação Pura e Simples nº TD2021/0050. Processo: 200.004075/2021-46. Celebrado entre o Senado Federal - CNPJ nº 00.530.279/0001-15 (DOADOR) e o COMANDO DA 11ª REGIÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO - CNPJ 09.597.351/0001-04 (DONATÁRIO). Modalidade: Não aplicável. Objeto: Doação, sem coação ou influência de quem quer que seja, gratuitamente, sem encargo de qualquer natureza, transferindo desde já e irrevogavelmente ao DONATÁRIO toda posse, ação e domínio que exercia sobre o referido bem, qual seja, 40 (quarenta) pontaletes. Vigência: Início: 08/06/2021 - Final: 07/06/2022. Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pelo Donatário: Major Leonardo Machado de Azevedo.

Espécie: Contrato de Doação Pura e Simples nº TD2021/0051. Processo: 200.007140/2021-95. Celebrado entre o Senado Federal (CESSIONÁRIO) - CNPJ nº 00.530.279/0001-15 e as senhoras HELOISA MARIA MURGEL STARLING - CPF 377.444.456-00 e LILIA KATRI MORITZ SCHWARCZ - CPF 063.818.538-67 (CEDENTES). Modalidade: Não aplicável. Objeto: As CEDENTES, concedem ao CESSIONÁRIO Cessão de direitos autorais sobre a OBRA "Diálogos Sobre a Pandemia. Covid-19: A História das Pandemias no Brasil": Vigência: Início: 10/06/2021 - Final: Até que uma das partes se manifeste em contrário. Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pelas Cedentes: Heloisa Maria Murgel Starling, e Lilia Katri Moritz Schwarcz.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 2021/0039. Processo: 200.005181/2021-47. Firmada com a empresa FERGAVI COMERCIAL LTDA - EPP. CNPJ: 14.968.227/0001-30. Modalidade: Pregão Eletrônico 045/2021. Objeto: Aquisição de insumos, ferramentas e equipamentos diversos para uso na Secretaria de Gestão de Informação e Documentação - SGIDOC (Itens 13,24,30). Valor Total: R$1.741,98. Vigência: início: 10/06/2021 - final: 09/06/2022. Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pela Contratada: Edjania de Castro Braga Monteiro.

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento n 027/2021 celebrado entre o STF e a SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA HOSPITAL ALBERT EINSTEIN, CNPJ 60.765.823/0001-30, matriz e filiais (Proc. nº 003114/2021). Objeto: prestação de serviços médicos no Estado de São Paulo, conforme estipulado em contrato vigente. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. Assinatura/Vigência: 13/06/2021. Assinam: Pelo Contratante, Sr. Edmundo Veras Dos Santos Filho - Diretor-Geral e a Sra. Alda Mitie Kamada - Secretária de Gestão de Pessoas; pela Contratada, Sra. Deise de Almeida e Sr. Henrique Sutton de Sousa Neves, Representantes Legais.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n 08 ao Contrato de Credenciamento n 007/2016 celebrado entre o STF e a SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA HOSPITAL ALBERT EINSTEIN, CNPJ 60.765.823/0001-30 (Proc. nº 003259/2018). Objeto: reajuste das tabelas de materiais, filme, medicamentos, contrastes, apoio nutricional e dietas. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. Assinatura/Vigência: 09/06/2021. Assinam: Pelo Contratante, Sr. Edmundo Veras Dos Santos Filho - Diretor-Geral e a Sra. Alda Mitie Kamada - Secretária de Gestão de Pessoas; pela Contratada, Sra. Deise de Almeida e Sr. Henrique Sutton de Sousa Neves, Representantes Legais.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº processo: 02702/2021 Objeto: serviço de fornecimento de energia elétrica para a unidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), localizada no SEPN, Quadra 514, Bloco B, Lote 7. Contratada: Neo Energia Distribuidora Brasília. CNPJ: 07.522.669/0001-92. Fundamento Legal: inciso XXII do art. 24 da Lei n. 8666/93. Valor total: R$ 672.000,00 (seiscentos e setenta e dois mil reais). Declaração de Dispensa: em 09/06/2021, por Getúlio Vaz. Secretário de Administração, CPF nº 151.348.651-91. Ratificação: em 09/06/2021, Johaness Eck. Diretor Geral, CPF n° 006.583.638-32.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

SECRETARIA DO TRIBUNAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO Nº 30/2021

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 202000.0000081943. , publicada no D.O.U de 28/05/2021 . Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual aquisição de suprimentos de impressora utilizados pelas unidades do Tribunal para reposição do estoque, conforme condições e prazos constantes deste Termo de Referência. Compõem este Termo de Referência o Anexo I-I, que contém a descrição dos materiais, o Anexo I-II Logística Reversa, o Anexo I-III Listas de Verificação, e o Anexo I-IV Modelo de Proposta. SEI nº 2020.00.000008194-3. Novo Edital: 11/06/2021 das 08h00 às 12h00 e de14h00 às 17h59. Endereço: Setor de Administração Federal Sul Quadra 7 Lote 1/2 Setor de Administração Federal,asa Sul. - BRASILIA - DFEntrega das Propostas: a partir de 11/06/2021 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 24/06/2021, às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ELIANE MARTINS DE SOUSA
Pregoeira

(SIDEC - 10/06/2021) 070001-00001-2021NE000030

Publicação DOU edição 11/06/2021 (1105619) SEI 02702/2021 / pg. 24

NEOENERGIA
DISTRIBUIÇÃO
BRASÍLIA

Contrato n. 11/2021 - CNJ

SUMÁRIO

1. CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO – CUSD 2
2. CONDIÇÕES DE USO E CONEXÃO À REDE DE DISTRIBUIÇÃO 5
3. CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA – CCER 23
4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DE ENERGIA 25

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

NEOENERGIA
DISTRIBUIÇÃO
BRASÍLIA

CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO - CUSD

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

DADOS DO CONTRATO				
Nº do contrato 143/2021	**Prazo vigência inicial (meses)** 12	**Início vigência** 1° de outubro de 2021	**Renovação automática (s/n)** Sim	**Prazo vigência após renovação automática (meses)** -
Ponto de entrega Na derivação do ramal de ligação	**Tensão de Fornecimento (kV)** 380	**Instalação/Unidade Consumidora** 1388086-1	**Conta contrato** 0	

DADOS DA DISTRIBUIDORA		
RAZÃO SOCIAL CEB DISTRIBUICAO S.A. (NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA)		**CNPJ/MF Nº** 07.522.669/0001-92
ENDEREÇO SIA – SETOR DE ÁREAS PÚBLICAS, LOTE C.		**CEP** 71215900
CIDADE SATÉLITE GUARÁ	**CIDADE** BRASÍLIA	**ESTADO** DF

DADOS DO CONSUMIDOR		
RAZÃO SOCIAL CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA		**CNPJ/MF Nº** 07.421.906/0001-29
ENDEREÇO DA SEDE SAF/SUL, Quadra 02, Lote 05/06, Edifício Premium em Brasília - Distrito Federal		**CEP** 70070-600
BAIRRO ASA SUL	**MUNICÍPIO** BRASÍLIA	**ESTADO** DF
ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA SEPN 514 LT 7 BL B, 71800-000		
CIDADE SATÉLITE ASA NORTE	**CIDADE** BRASÍLIA	**ESTADO** DF
REPRESENTANTE LEGAL / PROCURADOR Johaness Eck		**CPF Nº** 006.583.638-32
REPRESENTANTE LEGAL / PROCURADOR		**CPF Nº**

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

Contrato N. 11/2021 - Neo Energia Distribuição Brasília (1136930) SEI 02702/2021 / pg. 26

NEOENERGIA
DISTRIBUIÇÃO
BRASÍLIA

DADOS CONTRATO PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA			
Nº contrato de participação financeira -	**Nota** -	**Valor Total (R$)** **Interligação** -	**Outras intervenções** -
Custo proporcionalizado -	**Encargo de responsabilidade da DISTRIBUIDORA – ERD (R$)** -	**Acréscimo de demanda ou carga / demanda média ponderada / demanda contratada / carga instalada declarada (kW)** -	
Responsabilidade financeira da DISTRIBUIDORA (R$) -	**Participação financeira do CONSUMIDOR (R$)** -		

SE SUJEITO À LEI DE LICITAÇÃO E CONTRATOS	
Programa de trabalho **167502**	**Atividade** -
Elemento de despesa **339039 e 339047**	**Fonte** **0100000000**
Nº processo de dispensa ou inexigibilidade de licitação **SEI/CNJ 02702/2021**	**Ato de Autorização da lavratura** **Despacho DG 1104338**

DADOS DE FATURAMENTO PARA O USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO			
Subgrupo tarifário AS	**Opção Modalidade tarifária** Horária Verde	**Classe de consumo** Poder Público	**Subclasse** -

POSTO TARIFÁRIO PONTA		HORÁRIO RESERVADO	
Normal 18:00 até 21:00	**Horário de verão** -	**Normal** -	**Horário de verão** -
HORÁRIO CAPACITIVO		**HORÁRIO INDUTIVO**	
Normal 00:00 até 06:00	**Horário de verão** -	**Normal** 06:00 até 00:00	**Horário de verão** -
HORÁRIO INTERMEDIÁRIO		**ATIVIDADE PRINCIPAL UNIDADE CONSUMIDORA**	
Normal 17h às 18h e 21h às 22h	**Horário de verão** -		
Irrigante/Aquicultor		**Art. 53-L**	

MUSD Único (kW)	MUSD Ponta (kW)	MUSD Fora Ponta (kW)	Transformação (kVA)	Art. 46 ReN. 414/2010	Mini/Micro Geração (kW)
140			-	-	NÃO

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastião Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

DADOS DE FATURAMENTO PARA O USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO (CONTINUAÇÃO)			
CRONOGRAMA DE MONTANTE DE USO CONTRATADO			
Ciclo Referência (Mês)	**MUSD único (kW)**	**MUSD Ponta (kW)**	**MUSD Fora Ponta (kW)** -
Outubro/2021	**140**	**-**	**-**
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-

DADOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES	
DISTRIBUIDORA	
TELEFONE (fixo) (61) 3465-9110	**E-MAIL** grandesclientes@ceb.com.br
CONSUMIDOR	
TELEFONE (fixo/celular) (61) 2326-5073	**E-MAIL** manutencaopredial@cnj.jus.br

OBSERVAÇÕES
I - Condições de Uso e Conexão à Rede de Distribuição. Os anexos identificados são partes integrantes e indissociáveis do presente CONTRATO, Declarando as PARTES que cumpriram com o estabelecido nos mesmos

A **DISTRIBUIDORA** está autorizada a enviar, através do(s) endereço(s) de correio eletrônico indicado(s) neste contrato, as segundas vias dos instrumentos contratuais e demais documentos, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 09.09.2010.

O **CONSUMIDOR** reconhece e declara expressamente que a **DISTRIBUIDORA** lhe apresentou as opções disponíveis para faturamento, de acordo com o ramo de atividade desenvolvida na unidade consumidora, tendo o **CONSUMIDOR** manifestado expressamente sua opção pela modalidade tarifária constante nas **CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE CONTRATAÇÃO**, conforme **TERMO DE OPÇÃO TARIFÁRIA**, Anexo II, que é parte integrante e indissociável deste **CONTRATO**.

As **PARTES** resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Uso do Sistema de Distribuição, em conformidade com as condições ora estabelecidas, bem como as Condições de Uso e Conexão à Rede de Distribuição, assinando as **PARTES** o presente instrumento jurídico em 1 (uma) via de igual teor e eficácia, na presença das testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

CONSIDERANDO QUE:

A. a **DISTRIBUIDORA** é concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, usuária da **REDE BÁSICA**, que opera e mantém o seu **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO**.

B. o **CONSUMIDOR**, responsável por instalações que se conectam ao **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO**, está localizado na área de concessão da **DISTRIBUIDORA** e necessita fazer uso do Sistema de Distribuição para efetivar compra de energia para suas instalações, de acordo com as características contratuais definidas neste **CONTRATO**, para uso exclusivo na unidade Consumidora de responsabilidade do **CONSUMIDOR.**

C. A Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 09.09.2010 ("Resolução Normativa nº 414/2010"), estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica de forma atualizada e consolidada.

D. A Resolução Normativa nº 414/2010 em seu art. 61 estabeleceu que o **CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO – CUSD** deve ser celebrado com **consumidores responsáveis por unidades consumidoras do Grupo A com nível de tensão inferior a 230 kV**.

A **DISTRIBUIDORA** e o **CONSUMIDOR,** , acordam em firmar o presente CONTRATO DE USO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO, doravante designado simplesmente "**CONTRATO**" ou "**CUSD**", conforme as cláusulas e condições seguintes:

DAS DEFINIÇÕES E PREMISSAS APLICÁVEIS AO PRESENTE CONTRATO

CLÁUSULA 1º - Todas as condições, expressões e termos técnicos utilizados neste **CONTRATO** têm os respectivos significados nas Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, constantes da Resolução Normativa nº 414/2010 ou outra que vier a substituí-la, que é, para todos os fins e efeitos, parte integrante do presente instrumento, como se nele estivesse transcrita, e, complementarmente, pelas definições a seguir:

a) **"AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA – ACR":** segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes vendedores e agentes de distribuição, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos;

b) **"AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE – ACL":** Segmento do mercado no qual se realizam operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes de geração, comercializadores, importadores e exportadores de energia elétrica, consumidores especiais e consumidores livres, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos;

c) **"ANEEL":** Agência Nacional de Energia Elétrica, instituída pela Lei nº 9.427/96;

d) **"CONSUMIDOR ESPECIAL":** agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração enquadrados no §5° do art. 26 da Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para unidade consumidora ou unidades consumidoras reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito cuja carga seja maior ou igual a 500 kW e que não satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da lei n°9074, de 7 de julho de 1995;

e) **"CONSUMIDOR LIVRE":** agente da CCEE, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica no **AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE** para unidades consumidoras que satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 1995;

f) **"CONSUMIDOR POTENCIALMENTE LIVRE":** aquele cujas unidades consumidoras satisfazem, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da Lei no 9.074, de 1995, porém não adquirem energia elétrica no AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE;

g) **"DADOS DE MEDIÇÃO":** São os valores de energia e demanda ativa e reativa em kWh (quilo-watt-hora), kW (quilo-watt) e kVArh (quilovolt-ampère-reativo-hora), kVAr (quilovolt-ampère-reativo), respectivamente;

h) **"ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO":** valor em Reais (R$) devido pelo uso das instalações de distribuição, calculado pelo produto da tarifa de uso pelos respectivos montantes de uso do sistema de distribuição e de energia contratados ou verificados;

i) **"ENERGIA REATIVA":** é a energia que circula entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

corrente alternada, sem produzir trabalho, expressa em kVArh (quilovolt-ampère-reativo-hora);

j) **"FATOR DE POTÊNCIA DE REFERÊNCIA":** razão entre a energia elétrica ativa e a raiz quadrada da soma dos quadrados das energias elétricas ativa e reativa, consumidas no mesmo período especificado, tendo como referência o índice de 92% (noventa e dois por cento);

k) **"INSTALAÇÕES DE CONEXÃO":** Significam as instalações elétricas de propriedade do **CONSUMIDOR**, com a finalidade de interligar suas instalações aos **SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO**;

l) **"MONTANTE DE USO":** potência ativa média, integralizada em intervalos de 15 (quinze) minutos durante o período de faturamento, injetada ou requerida do sistema elétrico de distribuição pela geração ou carga, expressa em quilowatts (kW);

m) **"MONTANTE DE USO CONTRATADO – MUSD":** Significa o montante de uso contratado pelo **CONSUMIDOR** à **DISTRIBUIDORA**, pelo uso dos **SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO**;

n) **"ONS":** Operador Nacional do Sistema Elétrico, agente de direito privado previsto pela Lei nº 9.648, de 27/05/98, responsável pela coordenação e controle da operação dos **Sistemas Interligados** Sul/Sudeste/Centro-Oeste e Norte/Nordeste;

o) **"PARTE":** A **DISTRIBUIDORA** ou o **CONSUMIDOR**, estes referidos em conjunto como **"PARTES"**;

p) **"PONTO DE ENTREGA":** conexão do sistema elétrico da distribuidora com a unidade consumidora e situa-se no limite da via pública com a propriedade onde esteja localizada a unidade consumidora, nos termos da regulamentação do setor elétrico aplicável;

q) **"PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO":** Conjunto de normas, critérios e requisitos técnicos para o planejamento, acesso, operação, medição e avaliação da qualidade da energia elétrica para os **SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO**, aprovados pela **ANEEL**;

r) **"PROCEDIMENTOS DE REDE":** Conjunto de normas, critérios e requisitos técnicos para o planejamento, acesso, operação, medição e avaliação da qualidade da energia elétrica aplicáveis à **REDE BÁSICA**, aprovados pela **ANEEL**;

s) **"PROCEDIMENTOS OPERATIVOS":** Conjunto de normas, critérios e requisitos técnicos para a implantação do acesso, uso, medição e operação do **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO** da **DISTRIBUIDORA**;

t) **"REDE BÁSICA":** São as instalações pertencentes ao **SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL**, identificadas segundo regras e condições estabelecidas pela **ANEEL**;

u) **"SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO":** Instalações destinadas à distribuição de energia elétrica que compõe os ativos da área de concessão da **DISTRIBUIDORA**;

v) **"SISTEMA DE MEDIÇÃO DE FATURAMENTO – SMF":** Sistema de medição composto pelo medidor principal e de retaguarda, os transformadores para instrumentos (transformadores de potencial e de corrente), canal de comunicação, painéis, cabos e todos os requisitos estabelecidos no documento intitulado Especificação Técnica das Medições para Faturamento, bem como dos sistemas de coleta dos dados de medição para faturamento;

w) **"SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL – SIN":** Composto pelos sistemas de transmissão e de distribuição das diversas concessionárias de todas as regiões do país, com uso compartilhado por essas empresas, por onde transitam energias de diversas fontes e destinos, sistema esse sujeito à legislação pertinente, à regulamentação expedida pela **ANEEL** e, no que couber, à operação e coordenação do **ONS**;

x) **UNIDADE CONSUMIDORA:** conjunto de instalações e equipamentos elétricos de propriedade do **CONSUMIDOR,** caracterizado pelo recebimento de energia elétrica no **PONTO DE ENTREGA** com medição individualizada.

DO OBJETO

CLÁUSULA 2º - O presente **CONTRATO** tem por objeto regular as condições, procedimentos, direitos e obrigações das **PARTES** em relação ao uso do **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO** pelo CONSUMIDOR para a UNIDADE CONSUMIDORA e o pagamento dos **ENCARGOS DE USO,** segundo as características contratuais definidas neste **CONTRATO**, além de regular as condições, procedimentos, direitos e obrigações das **PARTES** em relação à conexão

das instalações do **CONSUMIDOR** ao **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO** por meio do **PONTO DE ENTREGA**.

PARÁGRAFO 1º - O uso e conexão ao **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO** de que trata o presente **CONTRATO** está

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

subordinado à legislação do serviço de energia elétrica, aos **PROCEDIMENTOS DE REDE**, quando aplicáveis, e aos **PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO**, os quais prevalecem nos casos omissos ou de eventuais divergências.

PARÁGRAFO 2º - O **PONTO DE ENTREGA** a que se refere a **CLÁUSULA 2ª** diz respeito à unidade consumidora pertencente ao **CONSUMIDOR**, situada no endereço indicado neste **CONTRATO**.

DO INÍCIO DO FORNECIMENTO

CLÁUSULA 3º - A efetivação do início do fornecimento está condicionada cumulativamente a:

I . observância, na **UNIDADE CONSUMIDORA**, das normas e padrões disponibilizados pela **DISTRIBUIDORA**, assim como daquelas expedidas pelos órgãos oficiais competentes, naquilo que couber e não dispuser contrariamente à regulamentação da **ANEEL**;

II . instalação, pelo interessado, quando exigido pela **DISTRIBUIDORA**, em locais apropriados de livre e fácil acesso, de caixas, quadros, painéis ou cubículos destinados à instalação de medidores, transformadores de medição e outros aparelhos da **DISTRIBUIDORA** necessários à medição de consumo de energia elétrica e demanda de potência, quando houver, e à proteção destas instalações;

III . celebração prévia dos contratos pertinentes;

IV . apresentação dos documentos relativos à sua constituição, ao seu registro e do(s) seu(s) representante(s) legal(is), quando pessoa jurídica.

V . quando necessários a execução de obras, serviços nas redes, instalação de equipamentos da distribuidora ou do interessado, conforme a tensão de fornecimento e a carga instalada a ser atendida, a conclusão das obras de atendimento à **UNIDADE CONSUMIDORA**, previstas no contrato de participação financeira indicada neste **CONTRATO**.

VI . quando cabível, à finalização por parte do **CONSUMIDOR** do processo de modelagem no âmbito da **CCEE**, assim como a conclusão da adequação do Sistema de Medição de Faturamento da **UNIDADE CONSUMIDORA**.

PARÁGRAFO 1º - A **DISTRIBUIDORA** não se responsabilizará por eventuais atrasos que possam vir a ocorrer com respeito ao início do fornecimento, devido à demora na obtenção de licenças e autorizações tanto oficiais/públicas como particulares, junto aos setores competentes, necessárias para adequações no sistema elétrico, e em caso de força maior, nos termos do artigo 35 da Resolução Normativa nº 414.

PARÁGRAFO 2º - A ligação definitiva da **UNIDADE CONSUMIDORA** somente será efetivada mediante apresentação de licença de operação/funcionamento, emitida por órgão responsável pela preservação do meio ambiente, quando couber.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

CLÁUSULA 4º - A vigência deste **CONTRATO** se dará a partir da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO 1º - Não se aplica o caput desta **CLÁUSULA** para os casos de alteração de titularidade de unidades consumidoras do grupo A que optem pela manutenção das mesmas condições do contrato anterior, incluindo a vigência, desde que realizada em comum acordo entre os consumidores, mediante celebração de instrumento específico a ser apresentado à distribuidora no ato da solicitação, sem prejuízo do que consta no § 1º do art. 128 da Resolução Normativa nº 414.

PARÁGRAFO 2º - Caso as PARTES decidam, de comum acordo, que a vigência deste contrato deve iniciar-se em data diversa da data de sua assinatura, deverão indicar no campo **"INÍCIO DA VIGÊNCIA"** a nova data combinada sendo certo que, neste caso, todos os prazos serão contados a partir da nova data indicada no referido .

PARÁGRAFO 3º - Para efeito de faturamento – Em caso de ligação nova, alteração de demanda ou fins rescisórios, a data a ser considerada será da energização definitiva ou disponibilização da nova demanda contratada da unidade consumidora, observando-se, quando for o caso, conclusão das obras de reforço, ampliação na rede e/ou outras necessárias

CLÁUSULA 5º - A renovação ocorrerá por períodos iguais e sucessivos definidos, após a data de vencimento de sua vigência, desde que o **CONSUMIDOR** não se manifeste expressamente em contrário à prorrogação com antecedência mínima de 180 dias em relação ao término de cada vigência.

CONFERIDO

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

PARÁGRAFO ÚNICO – As **PARTES** acordam que, estando o **CONSUMIDOR** submetido à Lei de licitação e contratos, a sua renovação será automática por sucessivos períodos o limite máximo de 60 (sessenta) meses contados a partir da data do inicio do fornecimento previsto neste **CONTRATO**, ou até que uma das **PARTES**, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias do término da vigência, manifeste à outra, por escrito, sua intenção de rescindi-lo.

DOS MONTANTES DE USO CONTRATADOS

CLÁUSULA 6º - A **DISTRIBUIDORA** coloca os **SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO** à disposição do **CONSUMIDOR**, sujeitando-se as **PARTES** às regulamentações da **ANEEL**, aos limites operacionais contidos nos **PROCEDIMENTOS OPERATIVOS**, quando cabível, e às demais disposições deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA 7º - Os **MONTANTES DE USO CONTRATADOS** pelo **CONSUMIDOR** em seus respectivos segmentos horários serão os definidos neste contrato**.**

PARÁGRAFO 1º - Os valores do **MUSD** contratados devem atender às seguintes condições:

I . **MUSD contratado** seguindo um cronograma mensal para as unidades consumidoras da classe rural e àquelas com sazonalidade reconhecida.

II . **MUSD contratado** único para a vigência do contrato e, quando cabível, por postos tarifários, para as demais unidades consumidoras.

PARÁGRAFO 2º - Caso o **CONSUMIDOR** necessite aumentar os **MONTANTES DE USO CONTRATADOS** com a **DISTRIBUIDORA**, deverá solicitar por escrito, previamente, para análise e definição das condições de atendimento, nos termos da Resolução Normativa nº 414/2010 da ANEEL ficando a concessão condicionada:

I. a disponibilidade nos **SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO** de propriedade da **DISTRIBUIDORA** para atender ao aumento solicitado pelo **CONSUMIDOR**;

II. a adimplência do **CONSUMIDOR** relativo ao presente **CONTRATO**;

III. à celebração de termo aditivo a este **CONTRATO**, no qual constarão os novos **MONTANTES DE USO CONTRATADOS**, pelos quais as **PARTES** se responsabilizarão;

PARÁGRAFO 3º - A **DISTRIBUIDORA** aplicará o período de testes, com duração de 3 (três) ciclos consecutivos e completos de faturamento, com o propósito de permitir a adequação do **MUSD CONTRATADO** pelo **CONSUMIDOR**, nas situações seguintes:

I. início do fornecimento;

II. mudança para faturamento aplicável a unidades consumidoras do grupo A, cuja opção anterior tenha sido por faturamento do grupo B;

III. enquadramento na modalidade tarifária horária azul, exclusivamente para o montante contratado para o horário de ponta; e

IV. acréscimo de MUSD, quando maior que 5% (cinco por cento) do contratado.

V. Durante o período de testes, observado o disposto no § 3º do artigo 134 da Resolução Normativa nº. 414, a demanda a ser considerada pela distribuidora para fins de faturamento deve ser a demanda medida, exceto na situação prevista no inciso IV, em que a distribuidora deve considerar o maior valor entre a demanda medida e a demanda contratada anteriormente à solicitação de acréscimo.

PARÁGRAFO 4º - Durante o período de testes definido no **PARÁGRAFO 5º** desta **CLÁUSULA**, aplica-se a cobrança por ultrapassagem do **MUSD** quando os valores medidos excederem o somatório de:

I . a nova demanda contratada ou inicial; e

II . 5% (cinco por cento) da demanda anterior ou inicial; e III

. 30% (trinta por cento) da demanda adicional ou inicial.

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

PARÁGRAFO 5º - Até o término do período de testes, o **CONSUMIDOR** poderá solicitar formalmente o ajuste da demanda contratada com a **DISTRIBUIDORA**, o que será realizado por meio do correspondente termo aditivo, conforme regras definidas pelo artigo 134 da Resolução Normativa nº. 414/2010. A inexistência de solicitação formal neste sentido implicará na aceitação pelas **PARTES** da demanda definida no *caput* desta **CLÁUSULA**.

PARÁGRAFO 6º - A **DISTRIBUIDORA** deverá, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da solicitação de aumento dos **MONTANTES DE USO**, informar ao **CONSUMIDOR** as condições necessárias para esse atendimento,.

PARÁGRAFO 7º - A solicitação de redução dos **MONTANTES DE USO** contratados, limitada a uma redução no período de 12 (doze) meses, deve ser realizada com a antecedência mínima de:

I 90 (noventa) dias, para os consumidores pertencentes ao subgrupo A4; ou

II 180 (cento e oitenta) dias, para os consumidores pertencentes aos demais subgrupos.

PARÁGRAFO 8º - Quando houver Participação Financeira da **DISTRIBUIDORA**, a cada redução dos montantes contratados e ao término do **CONTRATO**, o **CONSUMIDOR** se obriga a pagar à **DISTRIBUIDORA**, o ressarcimento dos investimentos realizados e não amortizados relativos ao cálculo do encargo de responsabilidade da distribuidora, considerando-se os componentes homologados em vigor e o disposto na seção X do Capítulo III, da Resolução Normativa Nº 414/2010.

PARÁGRAFO 9º - A **DISTRIBUIDORA** deve ajustar o contrato vigente, a qualquer tempo, sempre que solicitado pelo **CONSUMIDOR**, em razão da implementação de medidas de eficiência energética, assim como a instalação de micro ou minigeração distribuída, conforme regulamentação específica, que resultem em redução da demanda de potência e do consumo de energia elétrica ativa, comprováveis pela **DISTRIBUIDORA,** ressalvado o disposto neste **CONTRATO** acerca do ressarcimento dos investimentos não amortizados durante a vigência do referido contrato.

PARÁGRAFO 10º - Para a revisão dos montantes contratados quando da instalação de micro ou minigeração distribuída, o **CONSUMIDOR** deverá informar na solicitação de acesso, a proposta com os novos valores a serem contratados, cujo atendimento se efetivará mediante celebração de aditivos contratuais, nos termos do art. 67 da Resolução Normativa nº 414.

PARÁGRAFO 11º - O consumidor deve submeter previamente à distribuidora os projetos básico e executivo das medidas de eficiência energética a serem implementadas, com as justificativas técnicas devidas, etapas de implantação, resultados previstos, prazos, proposta para a revisão contratual e acompanhamento pela distribuidora.

PARÁGRAFO 12º - No caso de renovação automática deste **CONTRATO**, e desde que o **CONSUMIDOR** não solicite formalmente a alteração das demandas definidas, o valor do **MUSD** a ser considerado na renovação será o vigente quando do término do **CONTRATO.**

SEGMENTOS HORÁRIOS

CLÁUSULA 8º - Para efeito de aplicação de tarifas diferenciadas de demanda e consumo ativos de energia elétrica, bem como para fins de faturamento de demanda e energia reativa excedente, ficam definidos os seguintes postos tarifários:

I . **Posto tarifário Ponta**: corresponde ao intervalo de três horas consecutivas, com período indicado neste CONTRATO, exceto aos sábados, domingos, terça-feira de carnaval, sexta-feira da Paixão, Corpus Christi, e os seguintes feriados:

Dia e mês	Feriados nacionais	Leis federais
01 de janeiro	Confraternização Universal	10.607, de 19/12/2002
21 de abril	Tiradentes	10.607, de 19/12/2002
01 de maio	Dia do Trabalho	10.607, de 19/12/2002
07 de setembro	Independência	10.607, de 19/12/2002
12 de outubro	Nossa Senhora Aparecida	6.802. de 30/06/1980
02 de novembro	Finados	10.607, de 19/12/2002
15 de novembro	Proclamação da República	10.607, de 19/12/2002
25 de dezembro	Natal	10.607, de 19/12/2002

II . **Posto tarifário Fora Ponta:** período composto pelo conjunto das horas diárias consecutivas e complementares àquelas definidas nos postos ponta;

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

III . **Horário CAPACITIVO:** período de 6 (seis) horas consecutivas, compreendido, a critério da distribuidora, entre 23h 30min e 6h 30min, definido neste contrato. **;**

IV . **Horário INDUTIVO:** período complementar ao **HORÁRIO CAPACITIVO,** definido neste contrato **;**

PARÁGRAFO ÚNICO - Os horários estabelecidos para fins de faturamento poderão sofrer alterações diante de publicação de Decreto Federal que altere os horários da região, como ocorre no caso do Horário de Verão, cujos postos tarifários e horários passam a vigorar conforme neste contrato.

DA PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

CLÁUSULA 9º - As **PARTES** participarão financeiramente dos investimentos necessários para a ligação ou acréscimo de novas cargas no sistema elétrico da **DISTRIBUIDORA**, em observância aos parâmetros estabelecidos na legislação e regulamentação setorial específicas, e para este **CONTRATO**, conforme estabelecido na Resolução Normativanº414/2010.

DO USO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO

CLÁUSULA 10º - A energia elétrica deve ser disponibilizada no **PONTO DE ENTREGA** em corrente alternada trifásica, frequência de 60 Hz, na tensão de fornecimento contratada, respeitando-se os **MONTANTES DE USO CONTRATADOS**.

DAS EXIGÊNCIAS OPERACIONAIS

CLÁUSULA 11º - As **PARTES** se comprometem a seguir e respeitar os **PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO**, os **Padrões Técnicos da Distribuidora, os PROCEDIMENTOS OPERATIVOS** e o **Acordo Operativo**, além das regulamentações da **ANEEL** que estabeleçam procedimentos operacionais cabíveis a este **CONTRATO**.

PARÁGRAFO 1º - É de responsabilidade da **DISTRIBUIDORA** e do **CONSUMIDOR** realizar a operação e manutenção das **INSTALAÇÕES DE CONEXÃO** de sua propriedade.

PARÁGRAFO 2º - Se uma **PARTE** provocar distúrbios ou danos nas instalações elétricas da outra **PARTE**, é facultado à **PARTE** prejudicada exigir da outra a correção do problema verificado, desde que cumpridos os requisitos previstos na **CLÁUSULA 12º**.

PARÁGRAFO 3º - Quando cabível, o detalhamento dos procedimentos para o relacionamento das **PARTES** referente às **INSTALAÇÕES DE CONEXÃO** é estabelecido no **Acordo Operativo**, observadas as diretrizes previstas nos **PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO**.

PARÁGRAFO 4º - As **PARTES** comprometem-se, quando necessário, a reavaliar as condições operativas das **INSTALAÇÕES DE CONEXÃO**, efetivando as adequações que se fizerem necessárias de forma a manter os padrões e requisitos definidos neste **CONTRATO**.

CLÁUSULA 12º - As PARTES concordam que a responsabilidade pelas perturbações no **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO** é estabelecida e comprovada através de um processo de análise de perturbação, conforme os **PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO**.

CLÁUSULA 13º - O **CONSUMIDOR** deve atender às determinações da **DISTRIBUIDORA**, inclusive reduzindo ou desligando a carga ou transferindo a alimentação para o ramal de reserva, se existir, quando necessário à preservação da confiabilidade do **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO**.

CLÁUSULA 14º - O **CONSUMIDOR**, na utilização do **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO**, deve observar o limite no seu **FATOR DE POTÊNCIA** determinado na Resolução Normativa nº 414/2010.

DOS ENCARGOS DE USO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO

CLÁUSULA 15º - O **CONSUMIDOR** pagará mensalmente à **DISTRIBUIDORA** os **ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO**, que serão calculados com base nos **MONTANTES DE USO CONTRATADOS** ou verificados, por **PONTO DE ENTREGA,** o que será devido a partir do início do uso do **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO,** conforme vigência contratual prevista na **CLÁUSULA 4º**, As tarifas de uso dos **SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO**, em cada **POSTO TARIFÁRIO**, serão definidas pela **ANEEL** em resolução homologatória específica.

CLÁUSULA 16º - Nos termos do artigo 46 da Resolução Normativa nº. 414/2010, quando por solicitação expressa do **CONSUMIDOR,** a **DISTRIBUIDORA** pode realizar obras para disponibilizar à unidade consumidora o remanejamento automático de carga em casos de contingência, proporcionando padrões de continuidade do fornecimento de energia

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

elétrica superiores aos estabelecidos pela ANEEL, devendo serem observadas as seguintes condições:

I - o uso adicional e imediato do sistema deve ser disponibilizado por meio da automatização de manobras em redes de distribuição ou ainda pela instalação de dispositivos de manobra da distribuidora dentro da propriedade do consumidor, desde que por este expressamente autorizado;

II - o custo pelo uso adicional contratado, em montantes equivalentes aos valores contratados de demanda ou uso do sistema de distribuição, deve ser remunerado pelo consumidor mediante a aplicação, respectivamente, da tarifa de demanda ou TUSD nos postos tarifários correspondentes;

III - é vedada a utilização exclusiva da rede, à exceção do trecho onde esteja conectada a carga a ser transferida;

IV - o investimento necessário à implementação do descrito no caput deve ser custeado integralmente pelo consumidor;

V - a implementação condiciona-se ao atendimento dos padrões técnicos estabelecidos pela distribuidora e à viabilidade do sistema elétrico onde se localizar a unidade consumidora, sendo vedada quando incorrer em prejuízo ao fornecimento de outras unidades consumidoras.

CLÁUSULA 17º - Os percentuais de descontos relativos aos benefícios tarifários incidentes sobre as tarifas de aplicação serão as indicadas na tabela abaixo, nos termos da Resolução Normativa nº 414/2010.

CONSUMIDOR	TUSD R$/kW	TUSD R$/MWh	TE R$/MWh	TARIFA PARA APLICAÇÃO DOS DESCONTOS	NORMA LEGAL
RURAL	10%	10%	10%	TUSD E TE DAS MODALIDADES AZUL, VERDE E CONVENCIONAL	Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013.
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO	15%	15%	15%		
IRRIGAÇÃO E AQUICULTURA EM HORÁRIO ESPECIAL	0%	70% A 90%	70% A 90%		Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010.
GERAÇÃO - FONTE INCENTIVADA	50% a 100%	0%	0%	TUSD GERAÇÃO	Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Resolução Normativa nº 77, de 18 de agosto de 2004; Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013.
CONSUMIDOR LIVRE - FONTE INCENTIVADA	0% a 100%	0%	0%	MODALIDADE AZUL: TUSD DEMANDA (R$/kW)	
	0% a 100%	0% a 100%	0%	MODALIDADE VERDE: TUSD DEMANDA (R$/kW) E TUSD ENERGIA PONTA (R$/MWh) DEDUZINDO-SE A TUSD	

CLÁUSULA 18º - Sendo a energia adquirida pelo **CONSUMIDOR,** no ACL, oriunda de fontes incentivadas, será assegurado desconto sobre a parcela fio da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição, na parcela do MUSD contratado que exceder o $MUSD_{ACR}$ calculado conforme o **PARÁGRAFO 5º** desta **CLÁUSULA**, em conformidade com o disposto na Resolução Normativa **ANEEL** nº 376, de 25 de agosto de 2009 e nos termos das Regras de Comercialização da CCEE.

CLÁUSULA 19º - Para os consumidores Livres ou Especiais, cujo atendimento se dê parcialmente sob condições reguladas, o percentual do **MUSD** contratado, referente à parcela cativa - **% $MUSD_{ACR}$**, não está sujeito a desconto nas tarifas de uso do sistema de distribuição. Para os casos de aquisições de energia por intermédio de Fontes Incentivadas, conforme **PARÁGRAFO 9º** desta **CLÁUSULA,** o percentual do **MUSD** contratado será definido pelas seguintes condições:

Se $EEAMciclo < (MWmédio_{CONTRATADO} \times HORAS_{CICLO})$:

$$\%MUSD_{ACR} = 100\%$$

Se $EEAMciclo \geq (MWmédio_{CONTRATADO} \times HORAS_{CICLO})$:

$$\%MUSD_{ACR} = \left(\frac{MWmédio_{CONTRATADO} \times HORAS_{CICLO}}{EEAMciclo} \right) x100$$

Onde:

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

%MUSD$_{ACR}$ - Percentual do MUSD contratado, referente à parcela cativa;

MWmédio$_{CONTRATADO}$ = limite estabelecido para a energia elétrica ativa contratada, definido em contrato de compra de energia regulada – **CCER** celebrado com a concessionária, fixado em MWmédio para cada ciclo de faturamento;

HORAS$_{CICLO}$ = indica a quantidade total de horas do ciclo de faturamento;

CLÁUSULA 20º - EEAM$_{CICLO}$ = montante de energia elétrica ativa, medido no ciclo de faturamento, em megawatt-hora (MWh);Em atendimento ao artigo 1º, § 3º do Decreto nº 7.891 de 23 de Janeiro de 2013, é vedada a aplicação cumulativa de descontos previstos nesta **CLÁUSULA**, devendo prevalecer aquele que confira o maior benefício ao consumidor, com as exceções citadas no próprio artigo e outras previsões legais cabíveis à espécie.

CLÁUSULA 21º - À parcela do **MONTANTE DE USO** verificado por medição que exceda em 5% (cinco por cento) do **MONTANTE DE USO CONTRATADO**, será aplicada cobrança de ultrapassagem**,** nos termos da Resolução Normativa nº 414/2010.

CLÁUSULA 22º - Todos os tributos, incidentes ou que venham a incidir sobre o presente **CONTRATO**, deverão ser recolhidos pelo seu contribuinte ou responsável, conforme disposto na legislação tributária. Se, durante o prazo de vigência do presente **CONTRATO**, existirem ou forem criados novos encargos, taxas ou tributos, ou modificadas as alíquotas dos atuais, os mesmos serão devidos pelo **CONSUMIDOR**, no que lhe couber, na forma definida na legislação.

CLÁUSULA 23º - Para os consumidores que possuírem Contrato de Compra de Energia Regulada - **CCER** celebrado com a **DISTRIBUIDORA**, referente ao montante total da energia elétrica faturável, no ambiente de contratação regulada, não será aplicada a Parcela **P2** do Ed - Encargo mensal pelo Uso dos Sistemas de Distribuição.

CLÁUSULA 24º - O **CONSUMIDOR,** caso não adquira a totalidade de sua energia elétrica no ambiente de contratação regulada, declara que possui contrato de compra de energia elétrica celebrado no ACL.

CLÁUSULA 25º - Os reajustes de tarifas aplicáveis ocorrerão, conforme os procedimentos definidos pela ANEEL, por meio do PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária) e de acordo com os valores devidamente homologados correspondentes à sua respectiva vigência.

CLÁUSULA 26º - Em cumprimento das obrigações previstas pela Resolução Normativa Nº 885, de 23 de Junho de 2020 e legislação correlata, o CONSUMIDOR se responsabiliza, perante a DISTRIBUIDORA, pelo integral pagamento do encargo tarifário estabelecido pela ANEEL em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID-19), assim como o CONSUMIDOR declara plena concordância com as condições estabelecidas pelas normas setoriais aplicáveis e suas alterações supervenientes.

DA SAZONALIDADE

CLÁUSULA 27º - A sazonalidade deverá ser reconhecida pela **DISTRIBUIDORA**, para fins de faturamento, mediante solicitação do consumidor por escrito, observados os seguintes requisitos:

I . Energia elétrica destinada à atividade que utilize matéria-prima advinda diretamente da agricultura, pecuária, pesca, ou, ainda, para fins de extração de sal ou de calcário, este destinado à agricultura; e

II . Verificação, nos 12 (doze) ciclos completos de faturamento anteriores ao da análise, de valor igual ou inferior a 20% (vinte por cento) para a relação entre a soma dos 4 (quatro) menores e a soma dos 4 (quatro) maiores consumos de energia elétrica ativa.

PARÁGRAFO 1º - Quando do reconhecimento da sazonalidade:

I . O **CONSUMIDOR** pagará mensalmente à **DISTRIBUIDORA** os **ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO**, que serão calculados com base nos **MONTANTES DE USO** verificados, por **PONTO DE ENTREGA,** o que será devido a partir do ciclo imediatamente posterior ao reconhecimento da sazonalidade e de acordo com a seguinte fórmula:

Ed = P3 + P4, sendo que;

P3 = (Uvp x TUDp + Uvfp x TUDfp) e P4 = (Cp x TUCp + Cfp xTUCfp)

onde:

CONFERIDO NEOENERGIA Depto Jurídico

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

Ed = Encargo mensal pelo Uso dos Sistemas de Distribuição, em R$;

TUDp ,TUDfp, TUCp, TUCfp, Cp e Cfp são os mesmos indicados na **CLÁUSULA 15º**;

Uvp = MONTANTE DE USO verificado por medição no POSTO TARIFÁRIO DE PONTA, em kW;

Uvfp = MONTANTE DE USO verificado por medição no POSTO TARIFÁRIO FORA DE PONTA , em kW;

II . A distribuidora deverá verificar se as unidades consumidoras, da classe rural e as reconhecidas como sazonal, registraram o mínimo de 3 (três) valores de demanda iguais ou superiores às contratadas a cada 12 (doze) ciclos de faturamento, contados a partir do início da vigência dos contratos ou do reconhecimento da sazonalidade.

III . Será adicionada ao faturamento regular a cobrança de demandas complementares, em número correspondente à quantidade de ciclos em que não tenha sido verificado o mínimo de 3 (três) valores de demanda iguais ou superiores às contratadas, obtidas pelas maiores diferenças entre as demandas contratadas e as demandas faturadas correspondentes no período.

PARÁGRAFO 2º - A cada 12 (doze) ciclos consecutivos de faturamento, a partir do mês em que for reconhecida a sazonalidade, a **DISTRIBUIDORA** verificará se permanecem as condições requeridas, devendo, em caso contrário, não mais considerar a unidade consumidora como sazonal, o que será refletido no faturamento seguinte da unidade consumidora, sendo essa comunicada através de mensagem na própria fatura.

PARÁGRAFO 3º - Decorridos 12 (doze) ciclos consecutivos de faturamento a partir da suspensão do reconhecimento da sazonalidade, o **CONSUMIDOR** poderá solicitar à **DISTRIBUIDORA** a realização de nova análise.

DA ENERGIA REATIVA EXCEDENTE

CLÁUSULA 28º - Quando o **FATOR DE POTÊNCIA** verificado por medição se encontrar fora da faixa estabelecida pela Resolução Normativa nº 414/2010, deve ser aplicada penalidade mediante faturamento de excedente de potência e energia reativa calculada de acordo com a legislação específica.

PARÁGRAFO 1º - Aos montantes de energia elétrica e demanda de potência reativos que excederem o limite permitido, aplicam-se as cobranças estabelecidasna Resolução ANEEL nº 414/2010, a serem adicionadas ao faturamento regular de unidades consumidoras do grupo A, incluídas aquelas que optarem por faturamento com aplicação da tarifa do grupo B.

PARÁGRAFO 2º - Será de responsabilidade do **CONSUMIDOR,** instalar por sua conta os equipamentos necessários para correção do **FATOR DE POTÊNCIA**.

DA QUALIDADE E CONTINUIDADE

CLÁUSULA 29º - A **DISTRIBUIDORA** deve manter serviços adequados de operação, conservação e manutenção de suas instalações.

CLÁUSULA 30º - A **DISTRIBUIDORA**, conforme legislação aplicável, obriga-se ainda, a manter os índices mínimos de qualidade relativos aos serviços de distribuição estabelecidos pela **ANEEL** até o montante de uso contratado, não se responsabilizando por danos causados quando de registro de valores superiores ao contratado.

CLÁUSULA 31º - Caso fique comprovado o não atendimento, pela **DISTRIBUIDORA**, dos referidos índices mínimos de qualidade, a mesma se sujeita ao pagamento das penalidades previstas na legislação aplicável.

PARÁGRAFO 1º - Nenhuma responsabilidade pode ser atribuída à **DISTRIBUIDORA**, por prejuízos que o **CONSUMIDOR** eventualmente venha a sofrer em decorrência de interrupções ou deficiências provenientes de caso fortuito ou força maior.

PARÁGRAFO 2º - O **CONSUMIDOR** deve realizar a operação e manutenção de suas instalações de forma a não interferir na qualidade de fornecimento dos demais consumidores.

CLÁUSULA 32º - O **CONSUMIDOR** deve manter os ajustes da proteção de suas instalações conforme disposições dos **PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO** e, quando aplicáveis, dos **PROCEDIMENTOS DE REDE**.

CLÁUSULA 33º - O **CONSUMIDOR** deve informar previamente à **DISTRIBUIDORA** todas as modificações em equipamentos em suas instalações de conexão que alterem as suas características técnicas.

CONFERIDO NEOENERGIA Depto Jurídico

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

CLÁUSULA 34º - A **DISTRIBUIDORA** entregará mensalmente ao **CONSUMIDOR** uma Nota Fiscal/Fatura contendo os valores referentes aos **ENCARGOS DE USO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO**, acrescidos da ultrapassagem e eventuais penalidades por violação do limite do **FATOR DE POTÊNCIA**, se for o caso, para a liquidação na data do vencimento.

PARÁGRAFO 1º - Eventuais divergências apontadas na cobrança não afetam os prazos e montantes para pagamento, devendo tal diferença, se houver, ser compensada na fatura subseqüente.

PARÁGRAFO 2º - Eventual pagamento a maior efetuado pelo **CONSUMIDOR**, em decorrência de erro ou omissão da **DISTRIBUIDORA**, enseja a restituição do valor cobrado indevidamente no ciclo de faturamento posterior, pela **DISTRIBUIDORA**, corrigido pelo IGP-M e acrescidos das penalidades previstas no **PARÁGRAFO 3º** desta **CLÁUSULA.**

PARÁGRAFO 3º - O não pagamento da fatura em seu respectivo vencimento, sem prejuízo da legislação vigente, ensejará o pagamento, pelo **CONSUMIDOR**, de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da fatura, atualização monetária com base na variação do IGP-M e de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados “pró rata die” sobre as parcelas em atraso, acrescidas da multa, além de outras sobretaxas por atraso que sejam legalmente atribuíveis,” pró rata die”, e aplicáveis durante o período compreendido entre a data devida e a data do efetivo pagamento.

PARÁGRAFO 4º - A **DISTRIBUIDORA** poderá suspender o **USO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO,** objeto deste **CONTRATO,** se o **CONSUMIDOR** deixar de liquidar qualquer Nota Fiscal/Fatura, ou mesmo se as garantias apresentadas não se mostrarem eficazes, no prazo de 15 (quinze) dias após a data da comunicação, por escrito, como previsto na Resolução Normativa vigente.

PARÁGRAFO 5º - Os dispositivos desta **CLÁUSULA** permanecerão válidos após a rescisão ou término deste **CONTRATO**, por tanto tempo quanto seja necessário para que as obrigações de pagamento em aberto sejam cumpridas.

DA SUSPENSÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE USO

CLÁUSULA 35º - Sem prejuízo do cumprimento da obrigação de pagamento dos **ENCARGOS DE USO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO**, que serão devidos mesmo durante suspensão da prestação dos serviços de uso de que trata esta **CLÁUSULA**, conforme prevê a Resolução Normativa nº 414/2010, a **DISTRIBUIDORA** deverá, a seu critério, suspender a prestação do serviço de uso dos **SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO**, de imediato, quando for constatada deficiência técnica ou de segurança na unidade consumidora que caracterize risco iminente de danos a pessoas, bens ou ao funcionamento do sistema elétrico.

PARÁGRAFO 1º - Incorrem na hipótese prevista no caput:

I . o **CONSUMIDOR** deixar de submeter previamente à apreciação da distribuidora o aumento da carga ou da geração instalada que exigir a elevação da potência injetada ou da potência demandada, quando caracterizado que o aumento de carga ou de geração prejudica o atendimento a outras unidades consumidoras;

II . utilização de prática, pelo **CONSUMIDOR**, de procedimento irregular no Sistema de Medição de Faturamento, quando não seja possível a verificação e regularização imediata do padrão técnico e de segurança pertinente.

CLÁUSULA 36º - Observada a ocorrência da ausência de relação de consumo, contrato ou outorga para distribuição de energia elétrica, em conformidade ao que estabelecem a Resolução Normativa nº 414/2010:

PARÁGRAFO 1º - A **DISTRIBUIDORA** deve interromper o fornecimento, de forma imediata, quando constatada ligação clandestina que permita a utilização de energia elétrica sem relação de consumo.

PARÁGRAFO 2º - Quando por responsabilidade exclusiva do **CONSUMIDOR** inexistir contrato vigente, a **DISTRIBUIDORA** deve efetuar a suspensão do fornecimento, observadas as condições estabelecidas na Resolução Normativa nº 414/2010.

PARÁGRAFO 3º - Quando constatado o fornecimento de energia elétrica a terceiros por aquele que não possua outorga federal para distribuição de energia elétrica, a **DISTRIBUIDORA** deve interromper, de forma imediata, a interligação correspondente, ou, havendo impossibilidade técnica, suspender o fornecimento da unidade consumidora da qual provenha a interligação.

CONFERIDO NEOENERGIA Depto Jurídico

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

PARÁGRAFO 4º - Conforme Resolução Normativa nº 414/2010, a **DISTRIBUIDORA** poderá a seu critério, suspender a prestação do serviço de uso dos **SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO**, de imediato, quando

I . utilização de artifício ou qualquer outro meio fraudulento pelo **CONSUMIDOR**, ou ainda, prática de violência nos equipamentos de medição e transmissão localizados no lado da **DISTRIBUIDORA**, no **PONTO DE ENTREGA**, que provoquem alterações nas condições de medição;

II . interligação clandestina ou a revelia;

III . deficiência técnica ou de segurança das instalações do **CONSUMIDOR**, que ofereça risco iminente de danos a pessoas e bens.

CLÁUSULA 37º - Quando da ocorrência de quaisquer dos eventos listados nos **PARÁGRAFOS 1º ao 3º** desta **CLÁUSULA**, a **DISTRIBUIDORA** deverá notificar o **CONSUMIDOR** apontando as irregularidades, concedendo-lhe um prazo para sanar tais irregularidades. Vencido o prazo concedido, sem que o **CONSUMIDOR** tenha sanado as irregularidades apontadas, a **DISTRIBUIDORA** poderá suspender a prestação dos serviços de uso dos **SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO.**

PARÁGRAFO 1º - Se o **CONSUMIDOR** utilizar na unidade consumidora, à revelia da **DISTRIBUIDORA**, carga ou geração susceptível de provocar distúrbios ou danos no sistema elétrico de distribuição ou nas instalações e/ou equipamentos elétricos de outros consumidores, é facultado à **DISTRIBUIDORA** exigir do **CONSUMIDOR** o cumprimento da obrigação abaixo, sendo facultado à **DISTRIBUIDORA** a suspensão do fornecimento pela inexecução das adequações indicadas:

I . instalação de equipamentos corretivos na unidade consumidora, com prazos pactuados, e/ou o pagamento do valor das obras necessárias no sistema elétrico da **DISTRIBUIDORA**, destinadas a correção dos efeitos desses distúrbios; e

II . ressarcimento à **DISTRIBUIDORA** de indenizações por danos acarretados a outros consumidores, que, comprovadamente, tenham decorrido do uso, pelo **CONSUMIDOR**, da carga provocadora das irregularidades.

PARÁGRAFO 2º - Pela inexecução, pelo **CONSUMIDOR** das correções indicadas no prazo informado pela **DISTRIBUIDORA**, quando da constatação de deficiência não emergencial na unidade consumidora, em especial no padrão de entrada de energia elétrica.

CLÁUSULA 38º - Quando se verificar impedimento ao acesso de empregados e prepostos da **DISTRIBUIDORA** em qualquer local onde se encontrem condutores e aparelhos de propriedade desta, para fins de leitura, bem como para inspeções necessárias.Vencido o prazo concedido pela **DISTRIBUIDORA** na forma prevista no caput da **CLÁUSULA 32ª**, além daquele referente ao art. 173 da Resolução Normativa nº 414, sem que o **CONSUMIDOR** tenha sanado as irregularidades apontadas, a **DISTRIBUIDORA** terá o pleno direito de suspender a prestação dos serviços de uso do sistema de distribuição.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA 39º - Ressalvados os eventos listados nas **CLÁUSULAS 35ª, 36ª e 37ª**, o presente **CONTRATO** poderá ser rescindido de pleno direito, a critério do **CONSUMIDOR**, mediante comunicação prévia e expressa à **DISTRIBUIDORA**.

PARÁGRAFO 1º - O encerramento Contratual antecipado implica, sem prejuízo de outras estabelecidas pelas normas vigentes, nas seguintes cobranças:

I . Valor correspondente aos faturamentos do **MUSD** contratado subsequentes à data prevista para o encerramento, verificados no momento da solicitação, limitados a 6 (seis) meses, para os **POSTOS TARIFÁRIOS DE PONTA E FORA DE PONTA**, quando aplicável; e

II . Valor correspondente ao faturamento dos montantes mínimos previstos na Resolução Normativa nº 414/2010, pelos meses remanescentes além do limite fixado no inciso I deste **PARÁGRAFO**, sendo que para a modalidade tarifária horária azul a cobrança deve ser realizada apenas para o posto tarifário fora de ponta.

PARÁGRAFO 2º - Para unidade consumidora do grupo A optante por tarifa do Grupo B, a cobrança de que trata o caput desta **CLÁUSULA** é definida pelo faturamento dos meses remanescentes ao término da vigência do contrato, obtido pelo produto da TUSD fio B, vigente na data de solicitação do encerramento, sobre a média dos consumos de energia elétrica disponíveis precedentes à data do encerramento, limitada aos 12 (doze) últimos ciclos.

PARÁGRAFO 3º - A rescisão do presente **CONTRATO**, em qualquer hipótese, não libera as **PARTES** das obrigações

CONFERIDO NEOENERGIA Depto Jurídico

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

devidas até a sua data e não afeta ou limita qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em pleno vigor e efeito após a data de rescisão ou que dela decorra.

PARÁGRAFO 4º - O disposto nesta **CLÁUSULA** não exime o **CONSUMIDOR** do ressarcimento dos investimentos realizados e não amortizados relativos ao cálculo de encargo de responsabilidade da distribuidora e de outras cobranças estabelecidas na Resolução Normativa nº 414/2010 ou em normas específicas.

CLÁUSULA 40º - Sem prejuízo do disposto na **CLÁUSULA 34ª** o presente **CONTRATO** poderá ser rescindido nos seguintes casos:

I . decurso do prazo de 2 (dois) ciclos completos de faturamento após a suspensão regular e ininterrupta do fornecimento à unidade consumidora, , desde que o consumidor seja notificado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, exceto nos casos comprovados de procedimentos irregulares ou de religação à revelia, praticados durante a suspensão;

II . quando cabível, por desligamento do **CONSUMIDOR** da Câmera de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL n.º 376, de 25/08/2009, ou sucedânea;

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso ocorra a desconexão das **Instalações de Conexão** do **CONSUMIDOR** com os **SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO** da **DISTRIBUIDORA**, por motivo atribuível ao **CONSUMIDOR**, à revelia da **DISTRIBUIDORA**, poderá ocorrer a rescisão deste **CONTRATO**, hipótese em que o **CONSUMIDOR** será responsável pelo pagamento do valor previsto no **PARÁGRAFO UNICO**, da **CLÁUSULA 34ª**.

CLÁUSULA 41º - O presente **CONTRATO** poderá ser rescindido de pleno direito por comum acordo entre as **PARTES**.

DA CONEXÃO ÀS INSTALAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO

CLÁUSULA 42º - O **PONTO DE ENTREGA** e o **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO** devem estar dimensionados para uma **CAPACIDADE DE CONEXÃO** no mínimo igual a 105% (cento e cinco por cento) do **MUSD** contratado.

PARÁGRAFO 1º - Ocorrendo qualquer violação da **CAPACIDADE DE CONEXÃO**, as **PARTES** comprometem-se a avaliar a necessidade de implementar os ajustes técnicos necessários para adaptar as instalações envolvidas e atender ao novo valor de **CAPACIDADE DE CONEXÃO**.

PARÁGRAFO 2º - Caso o **CONSUMIDOR** tenha necessidade de alterar a **CAPACIDADE DE CONEXÃO**, um novo procedimento de acesso, conforme estabelecido nos **PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO** deve ser instruído pelo **CONSUMIDOR** perante a **DISTRIBUIDORA**, celebrando-se um termo aditivo ao contrato em vigor.

CLÁUSULA 43º - Após o **PONTO DE ENTREGA**, independentemente de comunicação e prazos estabelecidos para substituição e/ou reformas, e sem que nenhuma responsabilidade por danos, prejuízos e acidentes sejam imputados à **DISTRIBUIDORA**, o **CONSUMIDOR** será responsável:

I . pelo transporte e transformação da energia;

II . pela manutenção do fator de potência na faixa estabelecida pela legislação aplicável;

III . pela segurança e funcionamento adequado de suas instalações;

IV . pela proteção do sistema elétrico da **DISTRIBUIDORA** dos efeitos de quaisquer perturbações originadas nas instalações do **CONSUMIDOR**; e

V . Pela proteção de suas instalações às oscilações de tensão originadas da rede de distribuição/transmissão;

PARÁGRAFO ÚNICO - É facultado à **DISTRIBUIDORA** exigir do **CONSUMIDOR** ressarcimento de indenizações por danos acarretados a outros consumidores, que, comprovadamente, tenham decorrido do uso, pelo **CONSUMIDOR**, da carga provocadora das irregularidades.

DO SISTEMA DE MEDIÇÃO DE FATURAMENTO – SMF

CLÁUSULA 44º - Para fins de medição da energia fornecida ao **CONSUMIDOR**, nos termos deste **CONTRATO**, serão instalados pela **DISTRIBUIDORA**, no **PONTO DE ENTREGA**, os transformadores de instrumentos (Transformadores de Potência e Transformadores de Corrente) e medidor eletrônico de **DEMANDA** (kW), energia ativa (kWh) e energia reativa (kVArh). O medidor aqui referido será aferido pela **DISTRIBUIDORA**, cabendo ao **CONSUMIDOR** o direito de acompanhar todas as aferições, e exigir os certificados de exatidão dos padrões de comparação. Poderá o **CONSUMIDOR**, em qualquer tempo, solicitar aferições extras, desde que se responsabilize pelo pagamento das

CONFERIDO NEOENERGIA Depto Jurídico

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

despesas correspondentes, caso o equipamento de medição seja encontrado dentro dos limites de erro permitidos pelas normas vigentes da ABNT, nos termos do Artigo 137 e seus parágrafos, da Resolução Normativa nº 414/2010.

PARÁGRAFO 1º - A **DISTRIBUIDORA** procederá, mensalmente, a leitura dos medidores, o que será sempre efetuado abrangendo os registros de **DEMANDA** e energia compreendidos no intervalo correspondente ao seu ciclo mensal de leitura.

PARÁGRAFO 2º - A integralização da Potência Ativa Medida será em intervalo de tempo de 15 (quinze) minutos, nos termos do Artigo 2º, inciso LI da Resolução Normativa nº 414, podendo vir a ser alterado pela emissão de regulamentação superveniente da ANEEL.

PARÁGRAFO 3º - O **CONSUMIDOR** consentirá, a qualquer tempo, que representantes da **DISTRIBUIDORA**, devidamente credenciados, tenham acesso às instalações elétricas de sua propriedade, especialmente à sua subestação abaixadora, e fornecerá os dados e informações que forem solicitados sobre assuntos pertinentes ao funcionamento dos aparelhos e instalações que estejam ligados à rede elétrica.

PARÁGRAFO 4º - No caso de migração do **CONSUMIDOR** para o **AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE - ACL**, a **DISTRIBUIDORA** será responsável pela aquisição, instalação, operação e manutenção do medidor principal, do medidor de retaguarda, dos transformadores de instrumentos e do sistema de comunicação de dados, cabendo ao **CONSUMIDOR** a responsabilidade pela execução das obras civis e eventuais adequações das instalações associadas ao **SISTEMA DE MEDIÇÃO DE FATURAMENTO – SMF**, independentemente do **PONTO DE ENTREGA** da unidade consumidora.

PARÁGRAFO 5º - Caberá também ao **CONSUMIDOR** que efetue a migração para o **AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE - ACL**, ressarcir a **DISTRIBUIDORA** pelos custos de aquisição e implantação do medidor de retaguarda e do sistema de comunicação de dados, arcando ainda o **CONSUMIDOR** com os custos incorridos com a operação e manutenção desse sistema de comunicação, os quais lhe serão repassados pela **DISTRIBUIDORA**, sem nenhum acréscimo, na forma de encargo de conexão, sendo facultada ao **CONSUMIDOR ESPECIAL** a instalação do medidor de retaguarda para compor o **SMF** de novas conexões ao sistema de distribuição, observando que a opção pela instalação obrigará ao **CONSUMIDOR ESPECIAL** os custos de eventual substituição ou adequação após a implantação.

PARÁGRAFO 6º - Caberá à **DISTRIBUIDORA** a responsabilidade técnica por todo o **SISTEMA DE MEDIÇÃO DE FATURAMENTO – SMF**, inclusive, quando cabível, perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

PARÁGRAFO 7º - O **CONSUMIDOR** poderá solicitar, por escrito, que a **DISTRIBUIDORA** forneça pulsos de energia e pulsos de sincronismo das demandas e segmentos horários (ponta/fora de ponta). Correrão por conta do **CONSUMIDOR** quaisquer custos incorridos para a instalação e manutenção de equipamentos adicionais usados para transferência e/ou conversão dos pulsos, a serem fornecidos pela medição da **DISTRIBUIDORA**.

PARÁGRAFO 8º - O **CONSUMIDOR** manterá a **DISTRIBUIDORA** isenta de quaisquer responsabilidades, na hipótese de ocorrerem defeitos de fabricação nos equipamentos de medição que possam causar ou que causem problemas na transferência dos pulsos, ou qualquer outro sinal gerado pelos equipamentos de medição, eventualmente utilizados pelo **CONSUMIDOR**.

PARÁGRAFO 9º - A **DISTRIBUIDORA** notificará o **CONSUMIDOR** sobre qualquer interrupção no fornecimento de sinais, por ocasião de manutenção ou aferição dos equipamentos de medição que, a critério exclusivo da **DISTRIBUIDORA**, se façam necessários, para cumprir com suas obrigações de prestação de serviços.

PARÁGRAFO 10º - O **CONSUMIDOR** deverá notificar a **DISTRIBUIDORA**, com antecedência mínima de 72 horas, sobre qualquer intervenção que impacte no **SISTEMA DE MEDIÇÃO DE FATURAMENTO – SMF**, a exemplo do sistema de comunicação, dos equipamentos de medição e de alimentação auxiliar de energia, devendo a execução dos seguintes serviços ocorrer impreterivelmente sob a supervisão da **DISTRIBUIDORA**:

I . Intervenção em TP (transformador de Potencial) e TC (Transformador de corrente) de medição;

II . Intervenção / Parametrização de medidores;

III . Substituição / Realocação de componentes do **SMF**;

IV . Substituição / Realocação de componentes do Sistema de Comunicação.

PARÁGRAFO 11º - A presença da **DISTRIBUIDORA,** em outros serviços não informados anteriormente e que impactem no **SMF**, ficará a critério da mesma.

CONFERIDO NEOENERGIA Depto Jurídico

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

PARÁGRAFO 12º - A **DISTRBUIDORA** poderá cobrar pelo fornecimento de Pulsos de Potência e sincronismo para unidades consumidoras, conforme artigo 102, inciso XI da Resolução Normativa nº 414.

DA ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE CONEXÃO E/OU DOS PONTOS DE CONEXÃO

CLÁUSULA 45º - As **PARTES** se comprometem a avaliar permanentemente as condições operativas das **INSTALAÇÕES DE CONEXÃO** e ou **PONTO DE ENTREGA** objeto deste **CONTRATO**, identificando as **ADEQUAÇÕES** que se fizerem necessárias, de forma a atender aos padrões e requisitos definidos nos **PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO** atendendo às novas necessidades do **CONSUMIDOR** e garantindo a confiabilidade e qualidade do **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO**.

PARÁGRAFO ÚNICO - A **ADEQUAÇÃO** de que trata o ''caput'' desta **CLÁUSULA**, e os requisitos técnicos necessários a sua realização serão objeto de aditivo contratual, que deverá contemplar todo o detalhamento técnico e comercial necessário a sua implementação. Quando da realização de **ADEQUAÇÕES** ou modificações nas **INSTALAÇÕES DE CONEXÃO** e ou **PONTO DE ENTREGA**, independentemente da propriedade destas, elas somente serão consideradas como disponíveis após a liberação pela **DISTRIBUIDORA,** segundo os requisitos e normas operativas dos **PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO, PROCEDIMENTOS OPERATIVOS** e dos demais procedimentos que vierem a regular a conexão.

DO ACESSO ÀS INSTALAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO

CLÁUSULA 46º - O **CONSUMIDOR** garante o acesso às suas **INSTALAÇÕES DE CONEXÃO** e/ou **PONTO DE ENTREGA** objeto deste **CONTRATO**, conforme estabelecido nos **PROCEDIMENTOS OPERATIVOS**.

DOS ENCARGOS DE CONEXÃO

CLÁUSULA 47º - Quando cabível, sempre que houver custo relativo às instalações de conexão, objeto deste **CONTRATO**, os valores correspondentes, definidos pela **DISTRIBUIDORA** ou fixados pela **ANEEL**, que serão chamados de **ENCARGOS DE CONEXÃO**, serão incluídos, discriminadamente, na Nota Fiscal/Fatura de Energia Elétrica.

PARÁGRAFO 1º - Os serviços prestados serão discriminados na Nota Fiscal/Fatura de Energia Elétrica e estão listados abaixo:

I - Instalação do Sistema de Comunicação de

dados II - Comissionamento

III - Manutenção – Homem hora

IV - km rodado

V - Aluguel mensal dos equipamentos de comunicação

PARÁGRAFO 2º - O comissionamento será cobrado pela distribuidora, uma única vez, logo após a prestação do serviço.

PARÁGRAFO 3º - Caso seja possível nova tecnologia de equipamentos de comunicação, poderá haver redução no valor dos encargos de conexão.

PARÁGRAFO 4º - O valor definido para o encargo de Conexão e as despesas descritas serão devidos a partir do início das adequações no sistema de medição, sendo reajustado em maio de cada ano pelo IGPM ou no caso da sua extinção pelo índice que venha a substituí-lo.

PARÁGRAFO 5º - Para o reajuste de que trata o **PARÁGRAFO 4º** será utilizada a seguinte fórmula:

$$P1 = P_0 \times \left(IGPM_1 \div IGPM_0 \right)$$

Onde:

P_0 é o valor do **ENCARGO DE CONEXÃO** original;

$IGPM_0$ é o índice referente ao mês da data da atualização dos preços;

$IGPM_1$ é o índice referente ao mês anterior ao do reajuste;

P1 será o novo **ENCARGO DE CONEXÃO** reajustado;

CONFERIDO NEOENERGIA Depto Jurídico

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

PARÁGRAFO 6º - O subitem II do **PARÁGRAFO 1º** só sofrerá reajuste quando houver necessidade de nova prestação do serviço, em período superior a um ano.

DO FUNDAMENTO LEGAL - PUBLICAÇÃO E REGISTRO - VALORES

CLÁUSULA 48º - Quando o consumidor se submeter à Lei de Licitações e Contratos, a contratação de que trata a **CLÁUSULA 1º** deste instrumento, será feita com base na Resolução Normativa nº 414/2010 e na Lei Federal.

DA CONFIDENCIALIDADE

CLÁUSULA 49º - As **PARTES** concordam que todas as informações e dados disponibilizados à outra **PARTE** serão tratados como confidenciais. A **PARTE** receptora das informações não divulgará as mesmas a terceiros, sem a autorização prévia e por escrito da outra **PARTE**, sendo certo que as disposições desta **CLÁUSULA** não se aplicam:

I . às informações que estiverem no domínio público;

II . à divulgação de informações em decorrência de **EXIGÊNCIAS LEGAIS**; e

III . às informações prestadas pelas **PARTES** à ANEEL, quando solicitadas a tal.

DO CÓDIGO DE ÉTICA

CLÁUSULA 50º - O **CONSUMIDOR** declara conhecer o Código de Ética da **DISTRIBUIDORA**, disponível em http://www.neoenergia.com/, comprometendo-se a observar por si, por seus administradores, prepostos, representantes e empregados, os seus princípios e diretrizes, mantendo, durante toda a sua relação com a **DISTRIBUIDORA** e/ou com terceiros relacionados ao objeto do contrato, os mais elevados padrões de ética e integridade.

DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO

CLÁUSULA 51º - As **PARTES** declaram que conhecem as várias leis e convenções aplicáveis no Brasil que proíbem atos de corrupção e outros atos lesivos contra a administração pública, dentre elas a Convenção Anticorrupção da OCDE, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Decreto Federal n° 5.687/06), o Código Penal Brasileiro, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n° 8.429/1992), Lei n° 9.613/98 e a Lei n° 12.846/2013, doravante denominadas, em conjunto, "Leis Anticorrupção". Em todas as atividades e atos relacionados à execução do presente **CONTRATO**, comprometem-se a cumprir e fazer cumprir, por si e por seus administradores, colaboradores e terceiros, rigorosamente, as Leis Anticorrupção.

I . O **CONSUMIDOR** declara ainda que conhece as disposições relacionadas com o combate à corrupção, seja ela pública ou privada, contidas no Código de Ética da Contratante e compromete-se a cumprir fielmente essas disposições, comprometendo-se ainda a denunciar à **DISTRIBUIDORA** qualquer infração a essas disposições que venha a ser do seu conhecimento, na forma disciplinada na **CLÁUSULA 50º.**

II . Obrigam-se as **PARTES**, de forma irrevogável, a não prometer, oferecer, dar, patrocinar, incentivar, obrigar ou concordar, direta ou indiretamente, com subornos, fraudes, tráfico de influência, extorsão, vantagem indevida (seja em dinheiro, presentes, descontos, favores ou qualquer outra coisa de valor), a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, nem praticar quaisquer dos atos vedados pelas Leis Anticorrupção. Comprometem-se, ainda, a adotar as melhores práticas de Governança com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus administradores, colaboradores, prepostos ou terceiros, de acordo o disposto no artigo 7º, inciso VIII, da Lei n° 12.846/2013 e na Lei n° 9.613/98 e suas respectivas modificações e regulamentações.

III . As **PARTES** deverão observar e fazer observar, por seus fornecedores, prepostos, empregados, colaboradores em geral, prestadores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética e integridade durante todo o processo de contratação e execução deste **CONTRATO**. É dever das **PARTES** treinar seus empregados e colaboradores em geral acerca de condutas éticas e do combate à corrupção.

IV . As **PARTES** declaram que suas atividades, relacionadas ao objeto deste **CONTRATO** ou relacionadas com qualquer outro contrato celebrado com a outra **PARTE**, não afrontam a legislação anticorrupção e de lavagem de dinheiro.

V . As **PARTES** declaram, ainda, que não há qualquer agente público ou pessoa a elas relacionadas que receberá, direta ou indiretamente, benefícios ou vantagens em decorrência do presente **CONTRATO**.

CONFERIDO NEOENERGIA Depto Jurídico

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

VI . Toda documentação de cobrança a ser emitida nos termos deste **CONTRATO** deverá estar acompanhada de fatura/nota fiscal detalhada, contendo discriminação dos serviços prestados e/ou bens adquiridos, conforme o caso. As **PARTES** obrigam-se a manter livros, contas, registros e faturas fidedignos e consistentes com as operações a que correspondem. Considerando os propósitos da presente **CLÁUSULA 51º** (**DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO)**, as **PARTES** concordam e autorizam que, na hipótese de indícios de irregularidades ou de quaisquer práticas ilícitas, a outra **PARTE**, seja diretamente ou por meio de pessoas por ela formalmente indicadas a tal fim, possa inspecionar o local de execução do **CONTRATO** e auditar todos os documentos, contas e registros relacionados à contratação e à execução do objeto deste **CONTRATO**.

VII . Qualquer violação, por parte de qualquer das **PARTES**, das Leis Anticorrupção ou da presente **CLÁUSULA 51º (DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO)** será considerada uma infração grave a este **CONTRATO**, consistirá justa causa para sua rescisão motivada, conferindo à **PARTE** adimplente o direito de declarar rescindido imediatamente o presente **CONTRATO**, sem qualquer ônus ou penalidade, ficando a **PARTE** inadimplente responsável pelas perdas e danos a que der causa, nos termos da lei aplicável.

VIII . O presente **CONTRATO** poderá ser imediatamente rescindido por qualquer das **PARTES**, ainda, na hipótese de participação ou envolvimento comprovado da outra **PARTE**, diretamente ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas e/ou obstrutivas (conforme Diretrizes e definições do Banco Mundial), ou em lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores (conforme Lei n° 9.613/98), seja na execução do presente **CONTRATO** ou em quaisquer outros Contratos em que figurar como contratante, seja com entes públicos ou privados.

IX . As **PARTES** notificarão prontamente, por escrito, a outra **PARTE** a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas Leis Anticorrupção ou às disposições desta **CLÁUSULA 51º (DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO)** ou de qualquer suspeita de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta **CLÁUSULA 51º (DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO).**

DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

CLÁUSULA 52º. As **PARTES** são obrigadas a observar a legislação em vigor relativa à proteção de dados pessoais aplicável, sem prejuízo de impender os esforços necessários para não causar danos à contraparte. A DISTRIBUIDORA, além do disposto nesta cláusula, também se obriga a observar o disposto nos termos do Aviso de Privacidade Comercial e o CONSUMIDOR declara que teve acesso e compreendeu as disposições constantes no referido Aviso de Privacidade.

I. Para fins do Contrato será entendido por “dados pessoais” toda informação tratada, guardada, processada ou transmitida pelas **PARTES** relativa a uma pessoa identificada ou identificável, assim como qualquer outro significado de acordo com a legislação aplicável a matéria de proteção de dados pessoais.

II. Os dados pessoais comunicados através deste Contrato serão tratados pelas **PARTES** com o propósito exclusivo de gerenciar seu desenvolvimento e cumprir as obrigações legais decorrentes. Os dados pessoais serão mantidos pelo tempo necessário para atender às responsabilidades legais correspondentes. Em particular, as **PARTES** concordam em não utilizar os dados pessoais obtidos da outra parte ou a que tenham acesso, para outros fins que não os contidos neste Contrato, nem para atribuí-los, nem mesmo para seu armazenamento.

III. Os dados pessoais dos representantes das **PARTES** e das pessoas designadas para comunicação podem vir a ser processados, respectivamente, por cada **PARTE**, agindo de forma independente como o responsável pelo processamento. Tais dados devem ser utilizados para fins de cumprimento dos direitos e obrigações decorrentes do Contrato e das leis aplicáveis.

IV. Além disso, as **PARTES** garantem que dispõem das medidas técnicas e organizacionais necessárias e adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais a que têm acesso como resultado de sua relação com a outra parte e para impedir sua alteração, perda, tratamento ou acesso não autorizado.

V. Os dados pessoais serão tratados enquanto a relação contratual estabelecida neste instrumento estiver em vigor e pelo prazo necessário para cumprir eventuais dispositivos legais, e após o referido prazo, tais dados deverão ser restringidos e/ou bloqueados, até o vencimento do prazo de prescrição de quaisquer ações legais. Os dados poderão ser utilizados pelas **PARTES** e por aqueles com permissão para tanto, (como, por exemplo, terceiros prestadores de serviços relacionados à administração ou execução do Contrato).

VI. Se a **DISTRIBUIDORA** estiver obrigada pela legislação aplicável a conservar o dado pessoal do CONSUMIDOR, deverá manter tanto o dado pessoal quanto os elementos que o contenham devidamente protegidos e unicamente durante o tempo necessário conforme a legislação vigente.

CONFERIDO NEOENERGIA Depto Jurídico

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

VII. O titular dos dados poderá exercer, nos termos estabelecidos na legislação aplicável, os direitos de acesso, retificação e exclusão, bem como os direitos de restrição ao processamento, objetividade e portabilidade dos dados, mediante notificação por escrito a cada uma das Partes nos endereços indicados no Contrato ou no Aviso de Privacidade indicado no caput desta cláusula.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 53º - Aplicam-se a este **CONTRATO** as normas legais relativas à prestação de serviço público de energia elétrica, vigentes nesta data e as que vierem a ser editadas pela **ANEEL** e pelo Poder Concedente.

PARÁGRAFO 1º - A **DISTRIBUIDORA** e o **CONSUMIDOR** comprometem-se a seguir e respeitar a legislação, os **PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO**, os **PROCEDIMENTOS DE REDE**, quando aplicáveis, as limitações operativas dos equipamentos das **PARTES** e a legislação e regulamentação aplicáveis ao presente **CONTRATO**.

CLÁUSULA 54º - Toda e qualquer alteração deste **CONTRATO** somente tem validade se formalizada em termo aditivo assinado pelas **PARTES**, observando-se o disposto na legislação aplicável.

CLÁUSULA 55º - Todas as alterações que venham a ocorrer nos documentos apresentados pela unidade consumidora quando da assinatura do **CONTRATO** que impliquem em modificações em suas cláusulas e/ou nas condições de faturamento, bem como a mudança da atividade, societária ou a destinação ao insumo, mencionados neste **CONTRATO**, deverão ser informadas pelo **CONSUMIDOR** à **DISTRIBUIDORA** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA 56º - Uma vez constatada qualquer uma das modificações acima mencionadas, sem que a **DISTRIBUIDORA** tenha sido devidamente informada pelo **CONSUMIDOR**, a mesma poderá suspender imediatamente todo e qualquer benefício concedido nas tarifas ou nos impostos aplicados ao faturamento da unidade consumidora, atrelado às modificações ora realizadas, até a efetiva regularização do cadastro por parte do **CONSUMIDOR** junto à **DISTRIBUIDORA**.

CLÁUSULA 57º - Nenhum atraso ou tolerância por qualquer das **PARTES**, relativos ao exercício de qualquer direito, poder, privilégio ou recurso vinculado ao presente **CONTRATO** deve ser passível de prejudicar o exercício posterior, nem deve ser interpretado como renúncia dos mesmos.

CLÁUSULA 58º - A unidade do Grupo B com carga instalada superior a 75kW atendida por sistema subterrâneo de distribuição em tensão secundária poderá optar pelo enquadramento na Tarifa do Subgrupo AS.

CLÁUSULA 59º - O término do prazo deste **CONTRATO** não deve afetar quaisquer direitos ou obrigações anteriores a tal evento, ainda que seu exercício ou cumprimento se dê após a sua ocorrência.

CLÁUSULA 60º - A partir da data de vigência deste **CONTRATO** ficam rescindidos, para todos os fins e efeitos de direito, outros contratos anteriormente celebrados entre as **PARTES** para estes mesmos fins, e/ou, cuja vigência venha se prorrogando tacitamente até a presente data, ressalvado o cumprimento de obrigações inadimplidas ou que sejam supervenientes à aludida rescisão expressa ou tacitamente até a presente data.

CLÁUSULA 61º - O presente **CONTRATO** é reconhecido pelas **PARTES** como título executivo extrajudicial, conforme disposto no artigo 784, III, do Código de Processo Civil, para efeitos de cobrança de todos os valores apurados e considerados devidos.

CLÁUSULA 62º - Fica eleito o foro da sede da **DISTRIBUIDORA** para solução de quaisquer questões decorrentes deste Contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o **CONSUMIDOR** seja ente público sujeito a Lei de licitação e contratos, o foro eleito será o da sede da Adminitração Pública consumidora.

CONFERIDO
NEOENERGIA
Depto Jurídico

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

II - TERMO DE OPÇÃO TARIFÁRIA

Artigos	Características		Opções de Faturamento
100º	Unidade do Grupo A localizada em área de veraneio ou turismo, (oficialmente reconhecida como estância balneária, hidromineral, climática ou turística), com atividade de hotelaria ou pousada, independente da potência nominal total dos transformadores.		Tarifa do Grupo B (correspondente à respectiva classe). • Convencional **Monômia** • Horária **Branca**
100º	Unidade do Grupo A com potência nominal total dos transformadores igual ou inferior a 112,5 kVA.		
	Unidade classificada como cooperativa de eletrificação rural com a potência nominal total dos transformadores igual ou inferior a 750 kVA.		
100º	Unidade do Grupo A com instalações permanentes para a prática de atividades esportivas ou parques de exposições agropecuárias, com a carga instalada dos refletores utilizados na iluminação dos locais for igual ou superior a 2/3 da carga instalada total.		
101º	Unidade do Grupo B com carga instalada superior a 75kW atendida por sistema subterrâneo de distribuição em tensão secundária.		Tarifa do Subgrupo AS
57º	Atendido pelo sistema interligado nacional com tensão de fornecimento maior ou igual a 2,3 KV e inferior a 69 KV.	Carga instalada até 75 kW, demanda contratada até 75 kW.	Opcionalmente Modalidade Tarifária Horária **Azul** ou **Verde**.
		Carga instalada superior a 75 kW, demanda contratada maior ou igual a 30 kW e inferior a 150 kW, e não tenha havido opção por horária.	
		Demanda contratada a partir de 150 kW.	
		Demanda contratada maior ou igual a 30 kW inferior a 150 kW.	
		Unidade classificada como Cooperativa de Eletrificação Rural	
	Atendido pelo sistema interligado, com tensão de fornecimento a partir de 69 KV.		Compulsoriamente, Modalidade Tarifária Horária Azul
57º §5º	Exercida qualquer das opções previstas nos artigos 57º, 100º e 101º, deverá ser efetuada nova alteração nos critérios de faturamento quando: I - o consumidor solicitar, desde que a modificação anterior tenha sido feita há mais de 12 (doze) últimos ciclos de faturamento; ou II – o consumidor solicitar, desde que o pedido seja apresentado em até 3 (três) ciclos completos de faturamento após a revisão tarifária desta Concessionária; ou III – quando ocorrer alteração na demanda contratada ou na tensão de fornecimento que impliquem em novo enquadramento, nos critérios dos incisos I, II ou III do § 1º, Art.57º da Resolução Normativa nº 414/2010.		

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

CONFERIDO NEOENERGIA Depto Jurídico

CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA - CCER

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

DADOS DO CONTRATO				
Nº do contrato 143/2021	**Prazo vigência inicial (meses)** 12	**Início vigência** Data da Energização	**Renovação automática (s/n)** SIM	**Prazo vigência após renovação automática (meses)** -
Nº contrato de participaçãofinanceira -	**Nota** -	**Instalação** 1388086-1	**Conta contrato** 0	

DADOS DA DISTRIBUIDORA		
RAZÃO SOCIAL CEB DISTRIBUICAO S.A. (NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA)		**CNPJ/MF Nº** 07.522.669/0001-92
ENDEREÇO SIA – SETOR DE ÁREAS PÚBLICAS, LOTE C.		**CEP** 71.215-900
CIDADE SATÉLITE GUARÁ	**CIDADE** BRASÍLIA	**ESTADO** DF

DADOS DO CONSUMIDOR		
RAZÃO SOCIAL CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA		**CNPJ/MF Nº** 07.421.906/0001-29
ENDEREÇO DA SEDE SAF/SUL, Quadra 02, Lote 05/06, Edifício Premium em Brasília - Distrito Federal		**CEP** 71.884-690
BAIRRO ASA SUL	**MUNICÍPIO** BRASÍLIA	**ESTADO** DF
ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA SEPN 514 LT 7 BL B, 71800-000		
CIDADE SATÉLITE ASA NORTE	**CIDADE** BRASÍLIA	**ESTADO** DF
REPRESENTANTE LEGAL / PROCURADOR Johaness Eck		**CPF N°** 006.583.638-32
REPRESENTANTE LEGAL / PROCURADOR		**CPF Nº**

CONFERIDO NEOENERGIA Depto Jurídico

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastião Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

SE SUJEITO À LEI DE LICITAÇÃO E CONTRATOS	
Programa de trabalho **167502**	**Atividade** **-**
Elemento de despesa **339039 e 339047**	**Fonte** **0100000000**
Nº processo de dispensa ou inexigibilidade de licitação **SEI/CNJ 02702/2021**	**Ato de Autorização da lavratura** **Despacho DG 1104338**

DADOS DE FATURAMENTO PARA O FORNECIMENTO DE ENERGIA			
Subgrupo tarifário AS	**Opção Modalidade tarifária** Horária Verde	**Classe de consumo** Poder Público	**Subclasse**

POSTO TARIFÁRIO PONTA		HORÁRIO RESERVADO	
Normal 18:00 até 21:00	**Horário de verão** -	**Normal**	**Horário de verão** -

HORÁRIO CAPACITIVO		HORÁRIO INDUTIVO	
Normal 00:00 até 06:00	**Horário de verão** **-**	**Normal** 06:00 até 00:00	**Horário de verão** -

HORÁRIO INTERMEDIÁRIO		Atividade principal unidade consumidora
Normal 17h às 18h e 21h às 22h	**Horário de verão** -	
Irrigante/Aquicultor		**Art. 53-L**

Montante de energia contratado (MW médios)

Energia Elétrica Ativa Medida

OBSERVAÇÕES
II - Condições de Fornecimento de Energia. O anexo identificado é parte integrante e indissociável do presente CONTRATO, declarando as PARTES que cumpriram com o estabelecido no mesmo.

A **DISTRIBUIDORA** está autorizada a enviar, através do(s) endereço(s) de correio eletrônico indicado(s) neste contrato, as segundas vias dos instrumentos contratuais e demais documentos, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 09.09.2010.

As **PARTES** resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Compra de Energia Regulada, em conformidade com as condições ora estabelecidas, bem como as Condições de Fornecimento de Energia, assinando as **PARTES** o presente instrumento jurídico em 2 (duas) vias de igual teor e eficácia, na presença das testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANES3 EGK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

II - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DE ENERGIA

CONSIDERANDO QUE:

As expressões e termos técnicos utilizados neste **CONTRATO** têm o significado que é dado aos mesmos nas Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, constantes da Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010 (“Resolução Normativa nº 414”), ou outra que vier a substituí-la, que é, para todos os fins e efeitos, parte integrante do presente instrumento, como se nele estivesse transcrita.

DO OBJETO

CLÁUSULA 1º - O presente **CONTRATO** tem por objeto, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 414, regular o fornecimento de energia elétrica, pela **DISTRIBUIDORA** ao **CONSUMIDOR**, de acordo com as características contratuais definidas neste **CONTRATO**, para uso exclusivo na unidade Consumidora de responsabilidade do **CONSUMIDOR.**

PARÁGRAFO ÚNICO - A mudança da atividade, assim como a destinação ao insumo mencionado nesta **CLÁUSULA** deverá ser informada a **DISTRIBUIDORA** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

DO INÍCIO DO FORNECIMENTO

CLÁUSULA 2º - A efetivação do início do fornecimento está condicionada cumulativamente a:

I. observância, na unidade Consumidora, das normas e padrões disponibilizados pela **DISTRIBUIDORA**, assim como daquelas expedidas pelos órgãos oficiais competentes, naquilo que couber e não dispuser contrariamente à regulamentação da ANEEL;

II. instalação, pelo interessado, quando exigido pela **DISTRIBUIDORA**, em locais apropriados de livre e fácil acesso, de caixas, quadros, painéis ou cubículos destinados à instalação de medidores, transformadores de medição e outros aparelhos da **DISTRIBUIDORA** necessários à medição de consumo de energia elétrica e demanda de potência, quando houver, e à proteção destas instalações;

III. celebração prévia dos contratos pertinentes;

IV. apresentação, pelo interessado, dos documentos relativos à sua constituição, ao seu registro e do(s) seu(s) representante(s) legal(is), quando pessoa jurídica.

V. quando necessária, à execução de obras, serviços nas redes, instalação de equipamentos da distribuidora ou do interessado, conforme a tensão de fornecimento e a carga instalada a ser atendida, a conclusão das obras de atendimento à unidade Consumidora, previstas no contrato de participação financeira.

VI. quando cabível, à finalização por parte do **CONSUMIDOR** do processo de modelagem no âmbito da **CCEE**, assim como a conclu são da adequação do Sistema de Medição de Faturamento da unidade consumidora.

PARÁGRAFO 1º - A **DISTRIBUIDORA** não se responsabilizará por eventuais atrasos que possam vir a ocorrer com respeito ao início do fornecimento, devido à demora na obtenção de licenças e autorizações tanto oficiais/públicas como particulares, junto aos setores competentes, necessárias para implantação de torres e postes de sustentação de passagem de linhas de transmissão ou distribuição, e em caso de força maior.

PARÁGRAFO 2º - A ligação definitiva da unidade Consumidora somente será efetivada mediante apresentação de licença de funcionamento/operação, emitida por órgão responsável pela preservação do meio ambiente, quando couber.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

CLÁUSULA 3º - A vigência deste **CONTRATO** se dará a partir da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO 1º - Não se aplica o caput desta **CLÁUSULA** para os casos de alteração de titularidade de unidades consumidoras do grupo A que optem pela manutenção das mesmas condições do contrato anterior, incluindo a vigência, desde que realizada em comum acordo entre os consumidores, mediante celebração de instrumento específico a ser apresentado à distribuidora no ato da solicitação, sem prejuízo do que consta no § 1º do art. 128 da Resolução Normativa nº 414.

PARÁGRAFO 2º - Caso as PARTES decidam, de comum acordo, que a vigência deste contrato deve iniciar-se em data

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

diversa da data de sua assinatura, deverão indicar no **"INÍCIO DA VIGÊNCIA"** a nova data combinada sendo certo que, neste caso, todos os prazos serão contados a partir da nova data indicada no referido.

PARÁGRAFO 3º - Para efeito de faturamento – Em caso de ligação nova, alteração de demanda ou fins rescisórios, a data a ser considerada será da energização definitiva ou disponibilização da nova demanda contratada da unidade consumidora, observando-se, quando for o caso, conclusão das obras de reforço, ampliação na rede e/ou outras necessárias.

CLÁUSULA 4º - A renovação ocorrerá por períodos iguais e sucessivos definidos neste contrato, após a data de vencimento de sua vigência, desde que o **CONSUMIDOR** não se manifeste expressamente em contrário à prorrogação com antecedência mínima de 180 dias em relação ao término de cada vigência.

PARÁGRAFO ÚNICO – As **PARTES** acordam que, estando o **CONSUMIDOR** submetido à Lei de Licitações e Contratos, a sua renovação será automática por sucessivos períodos definidos no neste contrato até o limite máximo de 60 (sessenta) meses contados a partir da data do inicio do fornecimento previsto no **n**este **CONTRATO**, ou até que uma das **PARTES**, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias do término da vigência, manifeste à outra, por escrito, sua intenção de rescindi-lo.

DAS PERDAS NA TRANSFORMAÇÃO

CLÁUSULA 5º - Para as unidades consumidoras atendidas em tensão primária com equipamentos de medição instalados no secundário dos transformadores, a distribuidora deve acrescer aos valores medidos de energia e de demanda, ativas e reativas excedentes, a seguinte compensação de perdas:

I . 1% (um por cento) nos fornecimentos em tensão superior a 44 kV; ou

II . 2,5% (dois e meio por cento) nos fornecimentos em tensão igual ou inferior a 44 kV.

DOS MONTANTES DE ENERGIA

CLÁUSULA 6º - A **DISTRIBUIDORA** deve atender ao aumento do montante de energia elétrica contratado disposto neste contrato, desde que efetuado por escrito e com a antecedência mínima de 60 (sessenta) meses, ou em prazo menor, a critério da **DISTRIBUIDORA**.

PARÁGRAFO 1º - As solicitações de redução do montante de energia elétrica contratada por consumidores livres e especiais, com aplicação a partir do início da vigência subsequente, devem ser realizadas com a antecedência mínima em relação ao término da vigência contratual de:

I. 90 (noventa) dias, para os consumidores pertencentes ao subgrupo A4; ou

II. 180 (cento e oitenta) dias, para os consumidores pertencentes aos demais subgrupos.

PARÁGRAFO 2º - A **DISTRIBUIDORA** deve ajustar o contrato vigente, a qualquer tempo, sempre que solicitado pelo **CONSUMIDOR**, em razão da implementação de medidas de eficiência energética, assim como a instalação de micro ou minigeração distribuída, conforme regulamentação específica, que resultem em redução da demanda de potência e do consumo de energia elétrica ativa, comprováveis pela **DISTRIBUIDORA**.

PARÁGRAFO 3º - Para a revisão dos montantes contratados quando da instalação de micro ou minigeração distribuída, o **CONSUMIDOR** deverá informar na solicitação de acesso, a proposta com os novos valores a serem contratados, cujo atendimento se efetivará mediante celebração de aditivos contratuais, nos termos do art. 67 da Resolução Normativa nº 414.

PARÁGRAFO 4º - O consumidor deve submeter previamente à distribuidora os projetos básico e executivo das medidas de eficiência energética a serem implementadas, com as justificativas técnicas devidas, etapas de implantação, resultados previstos, prazos, proposta para a revisão contratual e acompanhamento pela distribuidora.

SEGMENTOS HORÁRIOS

CLÁUSULA 7º - Para efeito de aplicação de tarifas diferenciadas de demanda e consumo ativos de energia elétrica, bem como para fins de faturamento de demanda e energia reativa excedente, ficam definidos os seguintes postos tarifários:

I . **Posto tarifário Ponta**: corresponde ao intervalo de três horas consecutivas, com período indicado neste contrato, exceto aos sábados, domingos, terça-feira de carnaval, sexta-feira da Paixão, Corpus Christi, e os

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

seguintes feriados:

Dia e mês	Feriados nacionais	Leis federais
01 de janeiro	Confraternização Universal	10.607, de 19/12/2002
21 de abril	Tiradentes	10.607, de 19/12/2002
01 de maio	Dia do Trabalho	10.607, de 19/12/2002
07 de setembro	Independência	10.607, de 19/12/2002
12 de outubro	Nossa Senhora Aparecida	6.802. de 30/06/1980
02 de novembro	Finados	10.607, de 19/12/2002
15 de novembro	Proclamação da República	10.607, de 19/12/2002
25 de dezembro	Natal	10.607, de 19/12/2002

II . **Posto tarifário Fora Ponta:** período composto pelo conjunto das horas diárias consecutivas e complementares àquelas definidas nos postos ponta;

III . **Horário CAPACITIVO:** período de 6 (seis) horas consecutivas, compreendido, a critério da distribuidora, entre 23h 30min e 6h 30min, definido neste contrato**;**

IV . **Horário INDUTIVO:** período complementar ao **HORÁRIO CAPACITIVO,** definido nos **neste contrato;**

PARÁGRAFO ÚNICO - Os horários estabelecidos para fins de faturamento poderão sofrer alterações diante de publicação de Decreto Federal que altere os horários da região, como ocorre no caso do Horário de Verão, cujos postos tarifários e horários passam a vigorar conforme indicados neste contrato.

DA ENERGIA E DEMANDA REATIVA EXCEDENTE

CLÁUSULA 8º - A ocorrência, nas instalações do **CONSUMIDOR**, em qualquer ciclo de faturamento, de fator de potência inferior ao limite estabelecido pela legislação pertinente, obtido por medição apropriada, implicará no faturamento da energia reativa excedente conforme legislação em vigor.

DO FATURAMENTO

CLÁUSULA 9º - A partir do ciclo de faturamento que se iniciará imediatamente após o início do fornecimento definido na **CLÁUSULA 2º,** o faturamento da energia elétrica ativa, para os respectivos segmentos horários, será:

I . para Consumidores livres ou especiais, quando o montante de energia elétrica ativa medida no ciclo de faturamento, em megawatt-hora, for maior que o produto do número de horas do ciclo pelo limite estabelecido para a energia elétrica ativa contratada, fixado em MWmédio para cada ciclo de faturamento, o faturamento da energia elétrica ativa será calculado da seguinte forma:

$$\Phi EA\,(\pi) = \underset{\nu é \delta \iota o_{\chi o \nu \tau \rho \alpha \tau \alpha \delta o}}{M\Omega} \times \mathrm{HORAS_{CICLO}} \times \frac{\mathrm{EEAM(p)}}{\mathrm{EEAM_{ciclo}}} \times \mathrm{TE_{COMP}\ (p)}$$

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

II . para Consumidores livres ou especiais, quando o montante de energia elétrica ativa medida no ciclo de faturamento, em megawatt-hora, for menor ou igual ao produto do número de horas do ciclo pelo limite estabelecido para a energia elétrica ativa contratada, fixado em MWmédio para cada ciclo de faturamento, o faturamento da energia elétrica ativa será calculado da seguinte forma:

$$\Phi EA\ (\pi) = \ EEAM\ (\pi) \cdot TE_{\chi o \nu \pi}\ (\pi)$$

III . para demais consumidores que celebrem o CCER, o faturamento da energia elétrica ativa será calculado da seguinte forma:

$$\Phi EA\ (\pi) = \ EEAM\ (\pi) \cdot TE_{\chi o \nu \pi}\ (\pi)$$

onde:

FEA(p) = faturamento da energia elétrica ativa, por posto horário "p", em Reais (R$);

EEAM(p) = montante de energia elétrica ativa medido em cada posto horário "p" do ciclo de faturamento, em megawatt-hora (MWh);

$EEAM_{CICLO}$ = montante de energia elétrica ativa, medido no ciclo de faturamento, em megawatt-hora (MWh);

TE_{COMP}(p) = tarifa de energia "TE" das tarifas de fornecimento, por posto horário "p", aplicáveis aos subgrupos do grupo A para a modalidade tarifária horossazonal , em Reais por megawatt-hora (R$/MWh).

$MWmédio_{CONTRATADO}$ = limite estabelecido para a energia elétrica ativa contratada, fixado em MWmédio para cada ciclo de faturamento;

$HORAS_{CICLO}$ = indica a quantidade total de horas do ciclo de faturamento; e p =

indica posto horário, ponta ou fora de ponta, para as tarifas horárias.

PARÁGRAFO 1º - Aos consumidores que celebrem o CUSD, adicionalmente ao faturamento estabelecido no caput, será faturado o produto da TUSD – Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição, fixada em Reais por megawatt-hora (R$/MWh), pelo montante total de energia elétrica ativa medida, observando-se, quando pertinente, os respectivos postos horários, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 414/2010.

PARÁGRAFO 2º - Todos os tributos, incidentes ou que venham a incidir sobre o presente **CONTRATO**, deverão ser recolhidos pelo seu contribuinte ou responsável, conforme disposto na legislação tributária. Se, durante o prazo de vigência do presente **CONTRATO**, existirem ou forem criados novos encargos, taxas ou tributos, ou modificadas as alíquotas dos atuais, os mesmos serão devidos pelo **CONSUMIDOR**, no que lhe couber, na forma definida na legislação.

PARÁGRAFO 3º - Os reajustes de tarifas aplicáveis ocorrerão, conforme os procedimentos definidos pela **ANEEL**, por meio do **PRORET** (Procedimentos de Regulação Tarifária) e de acordo com os valores devidamente homologados correspondentes à sua respectiva vigência.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA 10º - O **CONSUMIDOR** obriga-se a pagar a **DISTRIBUIDORA** o valor correspondente ao consumo conforme **CLÁUSULA 9º**, a partir da data fixada para o início do fornecimento.

PARÁGRAFO 1º - O atraso no pagamento da Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica ou Fatura emitida pela **DISTRIBUIDORA,** sem prejuízo da legislação vigente, implicará na cobrança de multa de 2% (dois por cento), atualização monetária com base na variação do IGP-M e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês calculado *pro rata die*.

CLÁUSULA 11º - Este **CONTRATO** é reconhecido pelas Partes como título executivo, extrajudicial, na forma do artigo 784, inciso III, do Código de Processo Civil, para efeito de cobrança de todos os valores apurados mediante simples cálculo aritmético, especialmente os relativos à energia faturada.

CONFERIDO NEOENERGIA Depto Jurídico

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

CLÁUSULA 12º - Os valores contidos na nota fiscal/fatura de energia elétrica serão tidos como certos, líquidos e exigíveis, ressalvado o disciplinado na **CLÁUSULA 13º**, portanto o não pagamento da nota fiscal/fatura de energia elétrica até a data estabelecida para seu vencimento, ensejará, além da multa e acréscimos previstos na legislação específica, a suspensão do fornecimento de energia elétrica, 15 (quinze) dias após a notificação da **DISTRIBUIDORA**, por escrito.

CLÁUSULA 13º - O prazo de pagamento da nota fiscal/fatura de energia elétrica no seu respectivo vencimento, não poderá ser afetado por discussões entre as partes, devendo a diferença, quando houver, constituir objeto de processamento independente e tão logo apurado ser paga ou devolvida a quem de direito, conforme legislação específica.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo mínimo para vencimento da fatura deve ser de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da respectiva apresentação.

I . Quando se tratar de unidades consumidoras enquadradas nas classes Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público, o prazo deve ser de 10 (dez) dias úteis.

II . Quando da solicitação do fornecimento, alteração de titularidade ou, sempre que solicitado, a distribuidora deve oferecer pelo menos 6 (seis) datas de vencimento da fatura para escolha do consumidor, distribuídas uniformemente, em intervalos regulares ao longo do mês.

III . A data de vencimento da fatura somente pode ser modificada com autorização prévia do consumidor, em um intervalo não inferior a 12 (doze) meses.

CLÁUSULA 14º - A aplicação de eventuais descontos nas tarifas que o consumidor tenha direito, atenderá as condições definidas em legislação específica.

CLÁUSULA 15º - Os valores pendentes de pagamento permanecerão passivos de cobrança administrativa ou judicial após a rescisão ou término deste **CONTRATO**, por tanto tempo quanto seja necessário para que as obrigações de pagamento em aberto sejam cumpridas.

DO FUNDAMENTO LEGAL - PUBLICAÇÃO E REGISTRO - VALORES

CLÁUSULA 16º - Quando o consumidor se submeter à Lei de Licitações e Contratos, a contratação do fornecimento de energia elétrica, de que trata a **CLÁUSULA 1º** deste instrumento, será feita com base na Resolução Normativa nº 414/2010 e na Lei Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores específicos do processo de licitação estão contidos neste **CONTRATO**.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA 17º - O encerramento da relação contratual entre a **DISTRIBUIDORA** e o **CONSUMIDOR** pode ocorrer, alternativamente, nas seguintes circunstâncias:

I . pedido formal do **CONSUMIDOR** para encerramento da relação.;

II . decurso do prazo de 2 (dois) ciclos completos de faturamento após a suspensão regular e ininterrupta do fornecimento à unidade Consumidora, exceto nos casos comprovados de procedimentos irregulares ou de religação à revelia, praticados durante a suspensão;

III . solicitação de fornecimento formulado por novo interessado referente à mesma unidade consumidora, observados os requisitos previstos na Resolução Normativa nº 414/2010;

IV . término da vigência deste **CONTRATO;**

V . O presente **CONTRATO** poderá ser rescindido de pleno direito por comum acordo entre as **PARTES**.

CLÁUSULA 18º - O encerramento antecipado da relação contratual, implica, sem prejuízo de outras obrigações, na cobrança correspondente ao valor do faturamento dos meses remanescentes para o término da vigência do

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

CONTRATO, limitado a 12 (doze) meses, considerando o produto da tarifa de energia e da bandeira tarifária vigentes na data de solicitação do encerramento sobre o calculado com base:

I . nos montantes médios contratados, para os consumidores livres e especiais; ou

II . na média dos consumos de energia elétrica disponíveis, em conformidade com os dados de medição da **DISTRIBUIDORA** ou ainda, quando for o caso, da CCEE, precedentes ao encerramento, limitada aos 12 (doze) últimos ciclos, para os demais Consumidores.

PARÁGRAFO ÚNICO - O disposto nesta **CLÁUSULA** não exime o **CONSUMIDOR** do ressarcimento dos investimentos realizados e não amortizados relativos ao cálculo de encargo de responsabilidade da distribuidora e de outras cobranças estabelecidas na Resolução Normativa nº 414/2010 ou em normas específicas.

CLÁUSULA 19º - O **CONTRATO** poderá ser rescindido independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso haja infração de qualquer cláusula contratual ou da legislação dos serviços de energia elétrica a qual está subordinado, respondendo a parte infratora pelos prejuízos que causar à outra.

DA CONFIDENCIALIDADE

CLÁUSULA 20º - As **PARTES** concordam que todas as informações e dados disponibilizados à outra **PARTE** serão tratados como confidenciais. A **PARTE** receptora das informações não divulgará as mesmas a terceiros, sem a autorização prévia e por escrito da outra **PARTE**, sendo certo que as disposições desta **CLÁUSULA** não se aplicam:

I . às informações que estiverem no domínio público;

II . à divulgação de informações em decorrência de **EXIGÊNCIAS LEGAIS**; e

III . às informações prestadas pelas **PARTES** à ANEEL, quando solicitadas a tal.

DO CÓDIGO DE ÉTICA

CLÁUSULA 21º - O **CONSUMIDOR** declara conhecer o Código de Ética da **DISTRIBUIDORA**, disponível em http://www.neoenergia.com /, comprometendo-se a observar por si, por seus administradores, prepostos, representantes e empregados, os seus princípios e diretrizes, mantendo, durante toda a sua relação com a **DISTRIBUIDORA** e/ou com terceiros relacionados ao objeto do contrato, os mais elevados padrões de ética e integridade.

DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO

CLÁUSULA 22º - As **PARTES** declaram que conhecem as várias leis e convenções aplicáveis no Brasil que proíbem atos de corrupção e outros atos lesivos contra a administração pública, dentre elas a Convenção Anticorrupção da OCDE, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Decreto Federal n° 5.687/06), o Código Penal Brasileiro, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n° 8.429/1992), Lei n° 9.613/98 e a Lei n° 12.846/2013, doravante denominadas, em conjunto, "Leis Anticorrupção". Em todas as atividades e atos relacionados à execução do presente Contrato, comprometem-se a cumprir e fazer cumprir, por si e por seus administradores, colaboradores e terceiros, rigorosamente, as Leis Anticorrupção.

I . O **CONSUMIDOR** declara ainda que conhece as disposições relacionadas com o combate à corrupção, seja ela pública ou privada, contidas no Código de Ética da Contratada e compromete-se a cumprir fielmente essas disposições, comprometendo-se ainda a denunciar à **DISTRIBUIDORA** qualquer infração a essas disposições que venha a ser do seu conhecimento, na forma disciplinada na **CLÁUSULA 21º.**

II . Obrigam-se as **PARTES**, de forma irrevogável, a não prometer, oferecer, dar, patrocinar, incentivar, obrigar ou concordar, direta ou indiretamente, com subornos, fraudes, tráfico de influência, extorsão, vantagem indevida (seja em dinheiro, presentes, descontos, favores ou qualquer outra coisa de valor), a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, nem praticar quaisquer dos atos vedados pelas Leis Anticorrupção. Comprometem-se, ainda, a adotar as melhores práticas de Governança com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus administradores,

CONFERIDO NEOENERGIA Depto Jurídico

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

colaboradores, prepostos ou terceiros, de acordo o disposto no artigo 7º, inciso VIII, da Lei n° 12.846/2013 e na Lei n° 9.613/98 e suas respectivas modificações e regulamentações.

III . As **PARTES** deverão observar e fazer observar, por seus fornecedores, prepostos, empregados, colaboradores em geral, prestadores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética e integridade durante todo o processo de contratação e execução deste **CONTRATO**. É dever das **PARTES** treinar seus empregados e colaboradores em geral acerca de condutas éticas e do combate à corrupção.

IV . As **PARTES** declaram que suas atividades, relacionadas ao objeto deste **CONTRATO** ou relacionadas com qualquer outro contrato celebrado com outra **PARTE**, não afrontam a legislação anticorrupção e de lavagem de dinheiro.

V . As **PARTES** declaram, ainda, que não há qualquer agente público ou pessoa a elas relacionadas que receberá, direta ou indiretamente, benefícios ou vantagens em decorrência do presente **CONTRATO**.

VI . Toda documentação de cobrança a ser emitida nos termos deste **CONTRATO** deverá estar acompanhada de fatura/nota fiscal detalhada, contendo discriminação dos serviços prestados e/ou bens adquiridos, conforme o caso. As **PARTES** obrigam-se a manter livros, contas, registros e faturas fidedignos e consistentes com as operações a que correspondem. Considerando os propósitos da presente **CLÁUSULA 22º** (**DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO)**, as **PARTES** concordam e autorizam que, na hipótese de indícios de irregularidades ou de quaisquer práticas ilícitas, outra **PARTE**, seja diretamente ou por meio de pessoas por ela formalmente indicadas a tal fim, possa inspecionar o local de execução do **CONTRATO** e auditar todos os documentos, contas e registros relacionados à contratação e à execução do objeto deste **CONTRATO**.

VII . Qualquer violação, por parte de qualquer das **PARTES**, das Leis Anticorrupção ou da presente **CLÁUSULA 22º (DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO)** será considerada uma infração grave a este **CONTRATO**, consistirá justa causa para sua rescisão motivada, conferindo à **PARTE** adimplente o direito de declarar rescindido imediatamente o presente **CONTRATO**, sem qualquer ônus ou penalidade, ficando a **PARTE** inadimplente responsável pelas perdas e danos a que der causa, nos termos da lei aplicável.

VIII . O presente **CONTRATO** poderá ser imediatamente rescindido por qualquer das **PARTES**, ainda, na hipótese de participação ou envolvimento comprovado da outra **PARTE**, diretamente ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas e/ou obstrutivas (conforme Diretrizes e definições do Banco Mundial), ou em lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores (conforme Lei n° 9.613/98), seja na execução do presente **CONTRATO** ou em quaisquer outros Contratos em que figurar como contratante, seja com entes públicos ou privados.

IX . As **PARTES** notificarão prontamente, por escrito, outra **PARTE** a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas Leis Anticorrupção ou às disposições desta **CLÁUSULA 22º (DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO)** ou de qualquer suspeita de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta **CLÁUSULA 22º (DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO).**

DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

CLÁUSULA 51º. As **PARTES** são obrigadas a observar a legislação em vigor relativa à proteção de dados pessoais aplicável, sem prejuízo de impender os esforços necessários para não causar danos à contraparte. A DISTRIBUIDORA, além do disposto nesta cláusula, também se obriga a observar o disposto nos termos do Aviso de Privacidade Comercial e o CONSUMIDOR declara que teve acesso e compreendeu as disposições constantes no referido Aviso de Privacidade.

I. Para fins do Contrato será entendido por “dados pessoais” toda informação tratada, guardada, processada ou transmitida pelas **PARTES** relativa a uma pessoa identificada ou identificável, assim como qualquer outro significado de acordo com a legislação aplicável a matéria de proteção de dados pessoais.

II. Os dados pessoais comunicados através deste Contrato serão tratados pelas **PARTES** com o propósito exclusivo de gerenciar seu desenvolvimento e cumprir as obrigações legais decorrentes. Os dados pessoais serão mantidos pelo tempo necessário para atender às responsabilidades legais correspondentes. Em particular, as

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

PARTES concordam em não utilizar os dados pessoais obtidos da outra parte ou a que tenham acesso, para outros fins que não os contidos neste Contrato, nem para atribuí-los, nem mesmo para seu armazenamento.

III. Os dados pessoais dos representantes das **PARTES** e das pessoas designadas para comunicação podem vir a ser processados, respectivamente, por cada **PARTE**, agindo de forma independente como o responsável pelo processamento. Tais dados devem ser utilizados para fins de cumprimento dos direitos e obrigações decorrentes do Contrato e das leis aplicáveis.

IV. Além disso, as **PARTES** garantem que dispõem das medidas técnicas e organizacionais necessárias e adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais a que têm acesso como resultado de sua relação com a outra parte e para impedir sua alteração, perda, tratamento ou acesso não autorizado.

V. Os dados pessoais serão tratados enquanto a relação contratual estabelecida neste instrumento estiver em vigor e pelo prazo necessário para cumprir eventuais dispositivos legais, e após o referido prazo, tais dados deverão ser restringidos e/ou bloqueados, até o vencimento do prazo de prescrição de quaisquer ações legais. Os dados poderão ser utilizados pelas **PARTES** e por aqueles com permissão para tanto, (como, por exemplo, terceiros prestadores de serviços relacionados à administração ou execução do Contrato).

VI. Se a **DISTRIBUIDORA** estiver obrigada pela legislação aplicável a conservar o dado pessoal do CONSUMIDOR, deverá manter tanto o dado pessoal quanto os elementos que o contenham devidamente protegidos e unicamente durante o tempo necessário conforme a legislação vigente.

VII. O titular dos dados poderá exercer, nos termos estabelecidos na legislação aplicável, os direitos de acesso, retificação e exclusão, bem como os direitos de restrição ao processamento, objetividade e portabilidade dos dados, mediante notificação por escrito a cada uma das Partes nos endereços indicados no Contrato ou no Aviso de Privacidade indicado no caput desta cláusula.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 23º - O fornecimento de energia elétrica de que trata o presente **CONTRATO** está subordinado à legislação do serviço de energia elétrica, a qual prevalecerá nos casos omissos ou em eventuais divergências.

CLÁUSULA 24º - A **DISTRIBUIDORA** poderá, após análise e aprovação da solicitação por escrito do **CONSUMIDOR**, fornecer, pulsos de sincronismo da medição das grandezas elétricas nos segmentos horários de ponta e fora ponta.

PARÁGRAFO 1º - Serão de responsabilidade do **CONSUMIDOR** os eventuais custos relativos à adaptação e manutenção dos equipamentos de interface para o fornecimento de pulsos.

PARÁGRAFO **2º -** A **DISTRIBUIDORA** ficará isenta de qualquer responsabilidade, na hipótese de ocorrerem defeitos nos equipamentos de medição que possam causar problemas no fornecimento de pulsos, ou qualquer outro sinal gerado pela medição, utilizados pelo **CONSUMIDOR**.

PARÁGRAFO 3º - O **CONSUMIDOR** será comunicado com antecedência prévia de 48 (quarenta e oito) horas, pela **DISTRIBUIDORA**, sobre a interrupção do fornecimento de sinais de pulsos por ocasião de manutenção ou aferição dos equipamentos de medição ou outras razões para uso próprio.

CLÁUSULA 25º - Todas as alterações que venham a ocorrer nos documentos apresentados pela unidade consumidora quando da assinatura do **CONTRATO** que impliquem em modificações em suas cláusulas e/ou nas condições de faturamento, bem como a mudança da atividade, societária ou a destinação ao insumo, mencionados neste **CONTRATO**, deverão ser informadas pelo **CONSUMIDOR** à **DISTRIBUIDORA** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO UNICO - Uma vez constatada qualquer uma das modificações acima mencionadas, sem que a **DISTRIBUIDORA** tenha sido devidamente informada pelo **CONSUMIDOR**, a mesma poderá suspender imediatamente todo e qualquer benefício concedido nas tarifas ou nos impostos aplicados ao faturamento da unidade consumidora, atrelado às modificações ora realizadas, até a efetiva regularização do cadastro por parte do **CONSUMIDOR** junto à **DISTRIBUIDORA**.

CLÁUSULA 26º - A unidade do Grupo B com carga instalada superior a 75kW atendida por sistema subterrâneo de distribuição em tensão secundária poderá optar pelo enquadramento na Tarifa do Subgrupo AS.

CLÁUSULA 27º - Aplica-se a este **CONTRATO**, a legislação em vigor, bem como, de imediato, qualquer modificação superveniente efetuada pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA 28º - Aplicar-se-ão de imediato ao presente **CONTRATO**, os critérios estabelecidos pelo Poder Concedente, na hipótese da decretação de racionamento de energia elétrica.

CONFERIDO NEOENERGIA Depto Jurídico

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

CLÁUSULA 29º - Os casos omissos ou dúvidas na interpretação do presente **CONTRATO** serão inicialmente solucionados pelas Partes, pela Agência Reguladora Estadual ou pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

CLÁUSULA 30º - Os direitos e obrigações decorrentes deste **CONTRATO** se transmitem aos sucessores e cessionários das Partes contratantes, ficando estabelecido que nenhuma cessão ou transferência feita pelo **CONSUMIDOR,** terá validade se antes não for formalmente aceita pela **DISTRIBUIDORA**.

CLÁUSULA 31º - A partir da data do início do fornecimento ficam revogados os contratos anteriormente celebrados entre as Partes para estes mesmos fins.

CLÁUSULA 32º - A abstenção eventual pelas Partes do exercício de quaisquer direitos decorrentes deste CONTRATO não será considerada novação ou renúncia.

CLÁUSULA 33º - Fica eleito o foro da sede da **DISTRIBUIDORA** para solução de quaisquer questões decorrentes deste Contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o **CONSUMIDOR** seja ente público sujeito a Lei Licitações e contratos, o foro eleito será o da sede da Adminitração Pública consumidora.

ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente por Sebastiao Elias Da Silva e Francisco Geraldo Franco Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por JOHANESS ECK.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código 7B3D-8EF9-4220-705E.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas NEOENERGIA. Para verificar as assinaturas clique no link: https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/7B3D-8EF9-4220-705E ou vá até o site https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/ e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7B3D-8EF9-4220-705E

Hash do Documento

EE768F1526D803C01F1D7D43966FE11C98978053229856E2E9A55A8C16FA540D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/08/2021 é(são) :

- Sebastiao Elias Da Silva (Signatário - NDB - Neoenergia Distribuição Brasília) - 059.125.418-27 em 19/07/2021 08:22 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- Francisco Geraldo Franco Junior (Signatário - NDB - Neoenergia Distribuição Brasília) - 025.069.178-70 em 16/07/2021 16:49 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- JOHANESS ECK (Signatário - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA) - 006.583.638-32 em 14/07/2021 18:12 UTC-03:00
  Tipo: Assinatura Eletrônica
  Identificaçao: Por email: gabsade@cnj.jus.br

Evidências

Client Timestamp Wed Jul 14 2021 18:09:20 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)
Geolocation Location not shared by user.
IP 201.49.152.254
Assinatura:



Hash Evidências:

4C9598F309DCF3DEC22764F0F60DFD8FEE52396F22AAE66A3ADDABC0724F7B55

O(s) nome(s) indicado(s) para autorizar, bem como seu(s) status em 02/08/2021 é(são) :

- [x] Luiz Fernando de Almeida Carvalho - 005.999.811-30 em 16/07/2021 11:12 UTC-03:00

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**07.522.669/0001-92**	DUNS®:	**914618871**
Razão Social:	**CEB DISTRIBUICAO S.A.**		
Nome Fantasia:	**CEB DISTRIBUICAO S.A.**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**10/05/2022**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento (Possui Pendência)

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**13/11/2021**
FGTS		Validade:	**17/08/2021**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**12/11/2021**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital		Validade:	**31/10/2021**
Receita Municipal	(Isento)		

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2022**

CPF: 003.563.001-96 Nome: UILMAR VASCONCELOS DA SILVA
Ass: _____

SICAF CEB - 02/08/2021 (1136938) SEI 02702/2021 / pg. 60

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

ANEXO
Vínculo com Serviço Público

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**07.522.669/0001-92**	DUNS®:	**914618871**
Razão Social:	**CEB DISTRIBUICAO S.A.**		
Nome Fantasia:	**CEB DISTRIBUICAO S.A.**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**		
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Vínculos:

CPF:	**037.372.597-39**
Nome:	**RAPHAEL EHLERS DOS SANTOS**
Lotação:	**ASSE.ESPECIAL DE ASSUNT. INSTI.INTERNACI**
Cargo/Função na APF:	**ASSESSOR TECNICO**
Tipo de vínculo:	**Dirigente**

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**07.522.669/0001-92**	DUNS®:	**914618871**
Razão Social:	**CEB DISTRIBUICAO S.A.**		
Nome Fantasia:	**CEB DISTRIBUICAO S.A.**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**		

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**		
UASG Sancionadora:	**200333 - DEPARTAMENTO PENITENCIARIO NACIONAL**		
Data Aplicação:	**12/05/2021**		
Número do Processo:	**08016022850201910**	Número do Contrato:	**18/2018 - DEPEN**
Descrição/Justificativa:	**"microcomputador deixou de funcionar imediatamente após queda de energia ocorrida por volta das 15h15min do dia 20 de setembro do corrente ano", sem reparo e sem indícios de mau uso, acarretando transtornos.** **De ordem (DESPACHO Nª 4411/2021/DIREX/DEPEN/MJ), registra-se a referida sanção administrativa neste SICAF.**		

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**200333 - DEPARTAMENTO PENITENCIARIO NACIONAL**		
Data Aplicação:	**12/05/2021**	Valor da Multa:	**R$ 266,70**
Número do Processo:	**08016022850201910**	Número do Contrato:	**18/2018 - DEPEN**
Descrição/Justificativa:	**"microcomputador deixou de funcionar imediatamente após queda de energia ocorrida por volta das 15h15min do dia 20 de setembro do corrente ano", sem reparo e sem indícios de mau uso, acarretando transtornos.** **De ordem (DESPACHO Nª 4411/2021/DIREX/DEPEN/MJ), registra-se a referida sanção administrativa neste SICAF.**		

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo:	**Outros**
UASG Sancionadora:	**100001 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL**
Data Aplicação:	**09/10/2007**
Número do Processo:	**10.001/2006**
Descrição/Justificativa:	**O SR. SECRETÁRIO-GERAL DO TJDFT DECIDIU APLICAR À EMPRESA CEB DISTRI-BUIÇÃO S/A, A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$...1.122,42 (HUM MILCENTO E VINTE E DOIS REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS), PELO ATRASO NAENTREGA DO MATERIAL OBJETO DA 2006NE001545,COM FULCRO NOS ARTIGOS 86 E87 DA LEI 8.666/93. O VALOR ACIMA CITADO FOI RECOLHIDO E APROPRIADO PELO TJDFT.**

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**07.522.669/0001-92**	DUNS®:	**914618871**
Razão Social:	**CEB DISTRIBUICAO S.A.**		
Nome Fantasia:	**CEB DISTRIBUICAO S.A.**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**		

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**07.522.669/0001-92**	DUNS®:	**914618871**
Razão Social:	**CEB DISTRIBUICAO S.A.**		
Nome Fantasia:	**CEB DISTRIBUICAO S.A.**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**		

Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.

SICAF CEB - 02/08/2021 (1136938) SEI 02702/2021 / pg. 65

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PORTARIA DIRETORIA-GERAL Nº 219, DE 3 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre designação de gestores do Contrato nº 11/2021.

O DIRETOR-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, com fundamento na Portaria nº 112 de 4 de junho de 2010, e tendo em vista o que consta do Processo nº 02702/2021.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **Michele Roberta Pedroso dos Santos Monteiro**, matrícula nº 1634, e o servidor **Rodrigo Bonna Nogueira**, matrícula nº 1661, como gestor e gestor substituto, respectivamente, do Contrato nº 11/2021, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e CEB DISTRIBUICAO S.A. (NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA), cujo objeto é o fornecimento de energia elétrica em média tensão para unidade da 514 Norte.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 03/08/2021, às 18:39, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1137797** e o código CRC **E310DB88**.



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral,

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo administrativo que tem por objeto a contratação de serviço de fornecimento de energia elétrica em baixa tensão para o Bloco B da 514N do Conselho Nacional de Justiça.

A unidade demandante da contratação elaborou os Estudos Preliminares (1036572) e Projeto Básico (1041598), tendo a Secretaria de Administração aprovado os documentos, conforme Despachos SAD 1037966 e 1044734. Na análise, a Seção de Elaboração de Editais informou quanto à compatibilidade dos documentos com os normativos aplicáveis à matéria, consoante Despachos SEEDI 1037399 e 1043972.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a Classificação da Despesa SCONT 1045335 e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1045481).

Prosseguindo a instrução dos autos, o processo foi encaminhado à Assessoria Jurídica (AJU), para chancela da minuta do Contrato 1058683. Em resposta, a AJU emitiu o Parecer 1062977, no qual manifestou-se pela legalidade da contratação direta da CEB Distribuição S.A., por dispensa de licitação, com fulcro no inciso XXII do art. 24, da Lei n.º 8.666/93, chancelando a Minuta de Contrato-Padrão apresentada, ressaltando a necessidade de, no momento da assinatura do Contrato, rever a regularidade fiscal da empresa.

Posto isso, importa registrar que a CEB não está em dia com sua regularização fiscal, conforme demonstrado na certidão 1065969. No entanto, conforme Despacho DG 0601528, com base no Parecer AJU 0601528, "...as decisões jurisprudenciais e administrativas, bem como a Orientação Normativa AGU n. 09/2009, indicam a possibilidade de a Administração Pública contratar empresa prestadora de serviço público essencial, detentora de atividade exercida em regime de monopólio, ainda que esteja em situação de irregularidade fiscal, com fundamento nos princípios da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público...", considerou-se possível a presente contratação com a Administração Pública, por se tratar de situação análoga. Ademais, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos, demonstrado na Lista de Verificação SAD (1065982). Não obstante, ressalta-se que, por meio do Processo 02343/2021, foi cobrada à empresa CEB Distribuição S.A. a necessidade de regularização fiscal e aguardamos ainda resposta.

Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso XXII do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> XXII - na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica;

Nesses termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 4 de junho de 2010, e no inciso XXII do art. 24 da Lei nº 8.666/93, **declaro a dispensa de licitação** para contratar a **CEB Distribuição S.A.**, inscrita no **CNPJ nº 07.522.669/0001-92**, no valor total

estimado de **R$ 940,00 (novecentos e quarenta reais)**, visando ao fornecimento de energia elétrica em baixa tensão para o Bloco B da 514N.

Ante o exposto, nos termos do artigo 26 da Lei n. 8.666/1993, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Getulio Vaz
Secretário de administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 08/04/2021, às 15:02, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1066012** e o código CRC **9962D11F**.

01319/2021 1066012v8



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Trata-se de processo administrativo que tem por objeto a contratação de serviço de fornecimento de energia elétrica em baixa tensão para o Bloco B da 514N do Conselho Nacional de Justiça.

2. Após a aprovação do Projeto Básico pela Secretaria de Administração (1044734), os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica (1059116), que exarou parecer favorável a contratação por dispensa de licitação, nos termos do inciso XXII do art. 24 da Lei nº n 8.666/1993, e chancelou a minuta de contrato (Parecer AJU 1062977), com as seguintes ressalvas:

> 14. De qualquer sorte, isto não afasta a necessidade de que a Administração, a cada ano, renove as formalidades da contratação, especialmente as que dizem respeito à certificação de disponibilidade orçamentária, a avaliação de que a prestadora continua sendo a única e exclusiva fornecedora do serviço, a *vantajosidade* da modalidade de tarifa utilizada por este Conselho e a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, entre outras.
>
> CONCLUSÃO
>
> 15. Ante o exposto, a Assessoria Jurídica opina pela legalidade da contratação direta da CEB Distribuição S.A., por dispensa de licitação, com fulcro no inciso XXII do art. 24, da Lei n.º 8.666/1993, chancelando a Minuta de Contrato-Padrão apresentada (arquivo SEI 1058683), desde que conste nos autos a observância do procedimento previsto no *caput* do art. 26, da Lei nº 8666/1993 e que se observe o parágrafo 11 desta manifestação.

3. Ante o exposto, **ratifico** a dispensa de licitação, **aprovando** a contratação direta da empresa CEB Distribuição S.A e a **realização** de despesa no valor total estimado de **R$ 940,00 (novecentos e quarenta reais)**, visando ao fornecimento de energia elétrica em baixa tensão para o Bloco B da 514N. A presente aprovação está condicionada a retificação da minuta de contrato, conforme orientação da Assessoria Jurídica acima transcrita.

4. **Encaminhem-se** dos autos à:

4.1) Secretaria de Administração (SAD), para ciência do presente despacho;

4.2) Seção de Gestão de Contratos (SEGEC), para retificação da minuta de contrato;

4.3) Seção de Compras (SECOM), para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ; e

4.4) Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão da nota de empenho.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 12/04/2021, às 12:08, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1067160** e o código CRC **90F87B29**.

01319/2021 1067160v8

Ato de dispensa



Serviço de montagem de galeria

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Documento de oficialização da demanda **1**
Estudos preliminares **5**
Pedido de aquisição de material e serviços **12**
Despacho SAD **17**
SICAF **19**
Nota de empenho **20**
Nota de empenho **22**
Portaria SAD **26**

Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA (DOD) Nº 1009339 / SCS

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

Unidade Requisitante:	Secretaria de Comunicação Social
Responsável pela Demanda:	Juliana Mendes Gonzaga Neiva
***E-mail*:**	juliana.neiva@cnj.jus.br
Telefone para contato:	61 2326-5471

1 – Indicar a necessidade da contratação, a vinculação da necessidade aos Objetivos Estratégicos constantes do Planejamento Estratégico e o alinhamento ao Plano ou Projeto a que a unidade orgânica deve observar.

Objeto: Contratação de empresa especializada no serviço de galeria de fotos, para aquisição de galeria com capacidade total de 182 fotografias para os Conselheiros do CNJ.

Justificativa:

A solicitação das galerias com fotos, feita pela Secretaria de Comunicação Social tem como objetivo a valorização dos conselheiros que atuam e os que atuaram no Conselho Nacional de Justiça.

Título da Obra	Quantidade galeria	Localização
Galeria dos Conselheiros	1	Parede externa da sala de reunião FA04

* Os itens que compõe a galeria constam nos arquivos anexos (1016710 e 1017265) conforme tabela abaixo com total de itens a serem adquiridos:

Item	Especificações	Quantidades
1	**<u>Testeira em aço</u>** **Especificações**: **Dimensões**: 3,10 x 0,12cm **Material**: Chapa de aço inox fosco de 3,10 x 0,12cm em chapa 20 enrijecida. **Fixação**: afixada sobre a parede de alvenaria.	01
2	**<u>Letra caixa em acrílico</u>** **Especificações**: **Dimensões**: 10 mm de espessura. **Material**: letras caixa em acrílico preto fosco e recorte a laser, com 10 mm de espessura, para grafar "**Galeria dos Conselheiros".** **Texto**: "Galeria dos Conselheiros" (22 caracteres). **Fixação:** Fixada sobre a testeira de aço	22
3	**<u>Plaquetas de aço inox fosco de 22 x 5 cm</u>** **Especificações**: **Dimensões**: 22 x 5 cm, com 2 mm de espessura **Material**: plaquetas produzidas em de aço inox fosco com cantos arredondados de 2 mm e texto centralizado, gravado em preto fosco. **Fixação**: afixada sobre a parede de alvenaria.	13
4	**<u>Plaquetas de aço inox fosco com 10 x 2,5 cm, com gravação</u>** **Especificações**: **Dimensões**:10 x 2,5 cm, com 2 mm de espessura **Material**: plaquetas produzidas em aço inox fosco com cantos arredondados de 2 mm e texto centralizado, gravado em preto fosco. **Fixação**: afixada sobre a parede de alvenaria.	87
5	**<u>Plaquetas de aço inox fosco com 10 x 2,5 cm, sem gravação</u>** **Especificações**: **Dimensões**:10 x 2,5 cm, com 2 mm de espessura **Material**: plaquetas produzidas em aço inox fosco com cantos arredondados de 2 mm, **sem gravação.** **Fixação**: afixada sobre a parede de alvenaria.	95
	<u>Placas de acrílico</u> **Especificações**: **Dimensões**: 10 x 13 cm, com cantos arredondados de 2 mm.	

6	**Material**: Placas de acrílico transparente, com 4 mm de espessura cada placa, com cantos arredondados de 2 mm. **Observação**: 2 placas de acrílico por módulo, afixada sobre a parede, cada modulo deve conter 1 fotografia encartada, com 4 espaçadores metálicos de 10 mm de diâmetro, distribuídos em cada canto das placas (posicionados a 10 mm das bordas), 2 placas acrílicas por módulo. **Fixação**: afixada sobre a parede de alvenaria com os parafusos.	364
7	**Espaçadores** **Especificações**: **Dimensões**: espaçadores metálicos, com 10 mm de diâmetro cada. **Observações**: 2 placas de acrílico por módulo, afixadas sobre a parede, com fotografia encartada, com 4 espaçadores metálicos de 10 mm de diâmetro, distribuídos em cada canto das placas (posicionados a 10 mm das bordas) **Fixação**: afixada sobre a parede de alvenaria.	728
8	**Fotografias** **Especificações**: **Dimensões**: 6 x 9 cm **Observações**: fotografias em preto e branco, impressas em papel fotográfico fine art fosco, 210g/m2 ou similar.	87

O Conselho Nacional de Justiça, ao escolher essa opção, atende ao Objetivo Estratégico de “Garantir a infraestrutura apropriada ao funcionamento do CNJ”, conforme art. 3º, inciso XI, da Portaria 104/2020.

2 – Explicitar a motivação e o demonstrativo dos resultados a serem alcançados com a contratação.

A presente contratação é uma demanda da Secretaria de Comunicação Social com objetivo de homenagear os conselheiros do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Dentre os benefícios a serem alcançados pela contratação, destaca-se o incremento no aspecto do local de trabalho, proporcionando um ambiente acolhedor e que preserve a história institucional. Cabe citar também a valorização dos conselheiros que atuam e atuaram no CNJ.

3 – Indicar previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou a entrega do material, permanente ou consumo.

Indefinida.

4 – Indicar nome de servidor que atuará na qualidade de representante da Unidade Demandante para explicitar as necessidades a serem atendidas com a contratação.

Juliana Mendes Gonzaga Neiva , Claudio Henrique Pereira da Silva e Kristien de Godoi Roepke

5 – Sugerir nome de servidor que poderá atuar na qualidade de gestor e/ou fiscal, técnicos e administrativo, do contrato.

Juliana Mendes Gonzaga Neiva , Claudio Henrique Pereira da Silva e Kristien de Godoi Roepke

6 – Local/Data/Nome/Assinatura:

Brasília, 05 de fevereiro de 2021.

Juliana Mendes G. Neiva
Secretaria de Comunicação Social

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MENDES GONZAGA NEIVA**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**, em 11/02/2021, às 11:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1009339** e o código CRC **CB8026DF**.

	ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

A Secretaria de Comunicação Social do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem por missão tornar públicos atos e ações da instituição. Para isso, desenvolve diversas ações de divulgação institucional. Sendo assim, pretende contratar a montagem de 1 (uma) galeria fotográfica para homenagear os Conselheiros do CNJ, com capacidade total de 182 fotografias. Será uma homenagem aos cidadãos que contribuíram com o aperfeiçoamento e o desenvolvimento institucional. É, ainda, a possibilidade de criar um espaço no órgão com o registro da história institucional.

A galeria anterior - SEI 04017/2020, foi montada em homenagem aos ex-presidentes, ex-corregedores, ex-diretores-gerais e ex-secretários-gerais, foi uma galeria comemorativa aos 15 anos do CNJ. A galeria objeto dessa aquisição visa homenagear e mostrar a história ao logo dos anos os conselheiros que contribuíram para o engrandecimento do Conselho Nacional de Justiça.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

Todas as unidades do CNJ, órgãos do Poder Judiciário, servidores e sociedade em geral.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

A demanda está em conformidade com a Portaria nº 104/2020 que institui o Planejamento Estratégico do CNJ 2021 a 2026. Nos termos do art. 2º, inciso II, da Portaria 104/2020, há os componentes da estratégia do CNJ:

- Visão de futuro: "Órgão de excelência em governança e gestão do Poder Judiciário, a garantir a eficiência, transparência e responsabilidade social da Justiça brasileira";

- Valores: "Integração, busca de sinergias e interlocução permanente entre unidades e colaboradores internos, bem como do CNJ com as instituições e com a sociedade";

Nos termos do art. 3º, inciso IV, a contratação está em consonância com os objetivos estratégicos (2021 – 2026) "promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica".

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça é uma instituição pública, que visa aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual. Criado em 31 de dezembro de 2004 e instalado em 14 de junho de 2005, tem sua sede em Brasília-DF, mas atua em todo o território nacional, busca, mediante ações de planejamento, coordenação, controle administrativo e aperfeiçoamento da prestação da Justiça. É um órgão voltado à reformulação de quadros e meios do Poder Judiciário, sobretudo no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual. O Conselho Nacional de Justiça é composto por 15 (quinze) membros.

A montagem da galeria de conselheiros, será uma maneira de construir uma narrativa sobre a história institucional do CNJ.

2.1 Especificações do serviço:

A prestação do serviço deverá ser realizada por empresa especializada, legalmente estabelecida, com profissionais com qualificação técnica necessária para a execução dos serviços e sua procedência deverá ser facilmente aferida por instrumentos legais.

Essa galeria terá, no que for cabível, a mesma padronização das demais galerias existentes no CNJ.

A montagem da galeria fotográfica deverá seguir às especificações abaixo:

* O detalhamento abaixo com as imagens devidas consta no arquivo projetos galerias 1072505:

Item	Especificações	Unidade	Quantidades
	Testeira em aço		

1	**Especificações**: Placa de aço escovado para fixação de letra caixa nas medidas de 2,55 x 0,12cm em chapa 20 enrijecida. **Dimensões**: 2,55 x 0,12cm **Finalidade**: Suporte para letra caixa de modo a identificar a galeria.	Unidade	01
2	**<u>Letra caixa em aço escovado</u>** **Especificações** letras-caixa em metal pintado de preto fosco com 10 mm de espessura, texto em caixa alta, fonte Montserrat semibold, corpo 180pt. **Dimensões**: 10mm de espessura. **Observação**: Texto em caixa alta centralizado, fixado na placa de aço escovado, para grafar "**Galeria dos Conselheiros",** 22 letras caixa. **Finalidade**: identificar a galeria.	Unidade	22
3	**<u>Plaquetas de aço inox fosco de 22 x 5 cm com 2mm de espessura</u>** **Especificações**: Plaquetas produzidas em aço escovado, cantos arredondados de 2 mm com texto centralizado gravado em preto fosco. Texto em caixa alta na fonte Montserrat semibold, corpo 25pt. **Dimensões**: 22 x 5 cm, com 2 mm de espessura **Finalidade** identificar por categoria.	Unidade	13
4	**<u>Plaquetas de aço inox fosco, com gravação</u>** **Especificações**: Plaquetas produzidas em aço escovado, cantos arredondados de 2 mm com texto centralizado gravado em preto fosco. **Observação**: Nome do conselheiro com texto na fonte Montserrat Bold, corpo 16pt, centralizado. Datas com texto na fonte Montserrat Medium, corpo 14pt, centralizado. **Dimensões**:10 x 2,5 cm, com 2 mm de espessura **Finalidade**: identificar cada módulo com o nome e data de mandato de cada conselheiro.	Unidade	87
5	**<u>Plaquetas de aço inox fosco, sem gravação com 10 x 2,5 cm</u>** **Especificações**: Plaquetas produzidas em aço escovado, cantos arredondados de 2 mm, sem gravação. **Dimensões**:10 x 2,5 cm, com 2 mm de espessura	Unidade	95
6	**<u>Placas de acrílico</u>** **Especificações**: Placas de acrílico transparente, com 4 mm de espessura cada placa, com cantos arredondados de 2 mm. **Dimensões**: 10 x 13 cm, com cantos arredondados de 2 mm de espessura. **Observação**: Cada módulo é composto por 2 placas**,** logo a galeria é composta por 182 módulos no total, sendo (87 módulos ocupados e 95 livres). **Finalidade**: encarte de fotografia	Unidade	364
	<u>Espaçadores</u> **Especificações**: espaçadores metálicos, com 10 mm de diâmetro cada.		

7	**Dimensões**: 10 mm de diâmetro cada. **Observações**: Cada módulo composto por 2 placas e 4 espaçadores, fixados à 10mm das bordas. **Finalidade**: fixar os módulos na placa MDF.	Unidade	728
8	**<u>Fotografias</u>** **Especificações**: fotografias em preto e branco, impressas em papel fotográfico fine art fosco, 210g/m2 ou similar. **Dimensões**: 6 x 9 cm **Observações**: Cada módulo é composto por um conjunto de 2 placas de acrílico transparente - (item 6), acompanhado de 1 fotografia – (item 8), a fotografia dever ficar entre as placas de acrílico e 4 espaçadores metálicos de 10mm de diâmetro – (item 7), que serão afixadas nos cantos, a 10mm da bordas, o módulo deverá ser fixado na placa de MDF. – (item 9).	Unidade	87
9	**<u>Chapa de MDF revestida em laminado melamínico na cor preta</u>** **Especificações**: Base em 3 chapas de MDF, com largura de 110 cm por altura de 172 cm, tendo as dimensões finais de 330 x 172cm, de espessura 6mm, revestidas de laminado melamínico na cor preta, acabamento fosco (Malte). **Quantidade**: Um conjunto de 3 unidades **Dimensões:** 330 x 172cm **Observação**: A placa será fixada sobre a parede de alvenaria por parafusos e buchas nas dimensões e quantidades próprias para o tipo de parede e carga a ser fixada. **Finalidade**: Suporte para fixação dos módulos e plaquetas de identificação.	Unidade	1(um) conjunto de 3 (três) unidades
10	**<u>Instalação e Montagem</u>** **Observações:** em locais determinados pelo CNJ conforme item 3.3	Unidade	1

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

O Conselho Nacional de Justiça realizou contratação semelhante por meio do Processo: 04017/2020, Notas de Empenhos nº 2020NE000674, 2020NE000675 e 2020NE000676. Fornecedor contratado: D'Colar Gráfica e Etiquetas Eirelli.

O histórico de execução contratual consta nos autos do Processo SEI nº 04017/2020 e processos relacionados referentes aos pagamentos com as notas fiscais e demais documentos comprobatórios da prestação dos serviços. Ressalte-se que os serviços foram prestados de acordo com o solicitado e nos termos das Notas de Empenhos mencionadas anteriormente e não há registros de sanções aplicadas à empresa pelo Conselho.

3.2 Identificação das opções disponíveis

Opções Identificadas		**Especificação do produto/serviço**
1ª	Aquisição de equipamentos e materiais necessário para	Adquirir de todo o material necessário para montar uma galeria, bem

1ª	materiais necessário para montagem da galeria fotográfica.	como bem a mão de obra específica.
2ª	Contratação de empresa especializada em galeria de fotos.	Montagem da galeria por empresa com equipamentos e mão de obra especializada.

No que se refere à solução nº 1 não encontramos nenhum órgão que tenha adotado essa solução.

No que se refere à solução nº 2 foram obtidas as seguintes contratações:

	Órgão (indicar contrato)	**Descrição da Solução**
2ª	Superior Tribunal de Justiça - Contrato STJ n. 44/2018	Execução, fornecimento e instalação da galeria de fotos no STJ, valor de R$ 12.499,96, conforme pregão eletrônico 104/2018 (1038732)
2ª	Câmara municipal de Laranjeiras do Sul – Dispensa 10/2019	Confecção de quadros para uma galeria dos presidentes do Poder Legislativo no valor de R$ 14.900,00, nos termos da dispensa de licitação 10/2019.(1038742).
3ª	Conselho Nacional de Justiça – Pregão 21/2020	Aquisição, instalação e montagem de galerias fotográficas, empresa D'Colar Gráfica e Etiquetas Eirelli. Valor total de R$ 29.825,14 (vinte e nove mil oitocentos e vinte e cinco reais e quatorze centavos).Notas de empenhos 0916507, 0916508 e 0916509.

3.3 Adequação do ambiente

A galeria de conselheiros será instalada na parede externa da sala de reunião FA04.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

Opções Identificadas		**Benefícios da opção**	**Desvantagens da opção**	**Custo(s) da solução (R$)**
1	Aquisição do material necessário para montagem da galeria fotográfica.	//	O CNJ não possui equipamento nem pessoal qualificado para montagem da galeria	Não foi possível estimar o custo.
2	De acordo com item 3.2 a opção mais adequada é a contratação de empresa especializada na montagem de galeria fotográfica.	1. Resgatar a história de anos de existência do Conselho Nacional de Justiça. 2. Preservação da memória institucional. 3. Criar um espaço no órgão com o registro da história institucional. 4. Homenagem os cidadãos que contribuíram com o aperfeiçoamento e o desenvolvimento da instituição.	//	Com base na média das proposta de orçamento 1079499 e 1079501, enviadas por empresas prestadoras do serviço, o valor estimando para contratação é de R$ 17.329,50 (Dezessete mil, trezentos e vinte e nove reais e ciquenta centavos)

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

Com base no que consta do item 3.2 acima, entendemos que a solução que melhor atende à necessidade do CNJ é a de número 2, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de montagem de galeria de

fotos.

O Conselho Nacional de Justiça realizou contratação semelhante por meio do Processo: 04017/2020.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

O critério utilizado para definir o cálculo e quantidade do material a ser adquirido além de considerar os atuais e ex-conselheiros visa contemplar pelos próximos 15 (quinze) anos os futuros conselheiros que atuarão neste Conselho.

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

O objeto não é divisível. Constará num grupo único composto de 10 (dez) itens. O ideal é que a contratação seja executada em sua integralidade por uma única empresa.

Justificativa técnica: Os itens que compõem o objeto deste estudo preliminar foram agrupados, tendo em vista a similaridade de suas características e a necessidade de padronização dos materiais.

Justificativa econômica: A adjudicação por itens não se mostra viável, uma vez que seria necessário acompanhar cada item separadamente, o que consumiria maior volume de trabalho e tornaria essa alternativa menos vantajosa em termos de economia e eficiência para a administração. Do ponto de vista econômico, acredita-se que o agrupamento proporcionará a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

A contratação tem como objetivo resgatar a história de anos de existência do Conselho Nacional de Justiça e a preservação da memória institucional.

Sustentabilidade ambiental:

Das práticas de sustentabilidade ambiental: o Fornecedor deverá realizar o cumprimento do cumprimento do Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça, no ato do recebimento da Ordem de Serviço.

Economicidade, eficácia, efetividade

A manutenção da memória permite a escrita da história. A memória se prende a um espaço-tempo, a um passado que já não existe, e suas narrativas somente podem ser construídas a partir da percepção dessa memória no presente. E a memória irá sobreviver porque construção e reconstrução das lembranças e das recordações passadas devem ser operadas.

A memória presume temporalidade sintetizada pela história vivida. Para alguns, isso permanece no arquivo, no registro oficial e no fato em si. Para outros, se mantém na lembrança, registrada em papel, fotografias, sentimentos, cartas e diários.

A montagem da galeria pretendidas pela Secretaria de Comunicação Social servirá justamente para manter viva a história do Conselho Nacional de Justiça.

A Administração auferirá economia a partir da disputa por lances na licitação. Quanto à eficácia e efetividade, verifica-se que a montagem da galeria pretende resgatar a história de anos de existência do Conselho Nacional de Justiça e preservar a memória institucional. E a efetividade, verifica-se com a fixação da galeria, no sentido de que os homenageados serão visualizados e atenderá aos fins de manter viva a história desse Conselho

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

A contratação desse serviço foi elaborado de acordo com o *Manual de Gerenciamento de Riscos do CNJ*, o qual estabelece critérios de gerenciamento de risco dessa aquisição quando: a empresa contratada falhar com a execução, implicando inexecução parcial ou total, prevendo a rescisão contratual, bem como quando houve o caso de empresa inabilitada, cuja ação de mitigação será a contratação de nova empresa conforme ordem de classificação.

RISCO 1:	**Empresa contratada falha com a execução, implicando inexecução parcial ou total**		
Probabilidade **(Alta, média e Baixa)**	**Id**	**Dano**	**Impacto** **(Alto, Médio e Baixo)**
Média	1	Empresa não entrega produto conforme acordado	Médio
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**

1	Previsão de sanção, substituição do produto e possibilidade de rescisão contratual.		Gestor do contrato
RISCO 2:	**Empresa contratada inabilitada, com irregularidade fiscal**		
Probabilidade (Alta, média e Baixa	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Alta	1	Rescisão da contratação	Alto
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Possibilidade de contratar novo fornecedor, republica-se o edital, faz nova pesquisa de preço e realiza uma nova contratação.		Comissão Permanente de Licitação

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Em relação a critérios de ordem técnica e operacional da pretensa contratação, não há qualquer empecilho para sua execução, tendo em vista que os recursos materiais e humanos necessários para atender a execução deste objeto serão de responsabilidade do fornecedor.

Quanto às restrições normativas, no âmbito do CNJ, não encontramos nenhuma norma que restrinja a contratação e consequentemente a prestação dos serviços.

As restrições internas que podem dificultar a implementação da solução selecionada é a restrição financeira/orçamentária ou atraso na licitação.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

A vigência do instrumento de contrato será de 12 (doze) meses, a contar da emissão da Ordem de Serviço, ou até o recebimento definitivo do objeto, o que ocorrer primeiro.

11. CONCLUSÃO DO GESTOR

Visando estimar o valor da contratação foi enviado e-mail as empresas prestadoras do serviço solicitando orçamento. Sendo assim, conforme a média das propostas de orçamento 1079499 e 1079501, estimamos que o valor aproximado para contratação é de R$ 17.329,50 (Dezessete mil, trezentos e vinte e nove reais e ciquenta centavos).

Diante das informações trazidas nestes Estudos Preliminares, conclui-se pela necessidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de montagem de galeria fotográfica, que poderá ser realizada por dispensa de licitação, com fundamento no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93. O valor da contratação, de acordo com o Decreto nº 9.412/2018 não ultrapassa R$ 17.600,00.

12. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	**E-mail**	**Ramal**	**Unidade**
Juliana Mendes Gonzaga Neiva	juliana.neiva@cnj.jus	5472	SCS
Claudio Henrique P. Silva	claudio.pereira@cnj.jus.br	5482	SCS
Kristien de Godoi Roepke	kristien.roepke@cnj.jus.br	5484	SCS

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MENDES GONZAGA NEIVA**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**, em 30/04/2021, às 19:19, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1078776** e o código CRC **897C8FB7**.

CNJ	**PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS** **SERVIÇOS**

1. **Objeto:**

Contratação de empresa especializada no serviço de galeria de fotos para montagem de uma galeria com capacidade total de 182 fotografias.

2. **Descrição dos serviços:**

A prestação do serviço deverá ser realizada por empresa especializada, legalmente estabelecida, com profissionais com qualificação técnica necessária para a execução dos serviços e sua procedência deverá ser facilmente aferida por instrumentos legais.

Essa galeria terá, no que for cabível, a mesma padronização das demais galerias existentes no CNJ.

A montagem da galeria fotográfica deverá seguir às especificações abaixo:

* O detalhamento e especificações da galeria constam no arquivo Projeto de Galeria 1072505.

Item	Especificações	Unidade	Quantidades
1	**Testeira em aço** **Especificações**: Placa de aço escovado para fixação de letra caixa nas medidas de 2,55 x 0,12cm em chapa 20 enrijecida. **Dimensões**: 2,55 x 0,12cm **Finalidade**: Suporte para letra caixa de modo a identificar a galeria.	Unidade	01
2	**Letra caixa em aço escovado** **Especificações** letras-caixa em metal pintado de preto fosco com 10 mm de espessura, texto em caixa alta, fonte Montserrat semibold, corpo 180pt. **Dimensões**: 10mm de espessura. **Observação**: Texto em caixa alta centralizado, fixado na placa de aço escovado, para grafar "**Galeria dos Conselheiros",** 22 letras caixa. **Finalidade**: identificar a galeria.	Unidade	22
3	**Plaquetas de aço inox fosco de 22 x 5 cm com 2mm de espessura** **Especificações**: Plaquetas produzidas em aço escovado, cantos arredondados de 2 mm com texto centralizado gravado em preto fosco. Texto em caixa alta na fonte Montserrat semibold, corpo 25pt. **Dimensões**: 22 x 5 cm, com 2 mm de espessura **Finalidade** identificar por categoria.	Unidade	13
4	**Plaquetas de aço inox fosco, com gravação** **Especificações**: Plaquetas produzidas em aço escovado, cantos arredondados de 2 mm com texto centralizado gravado em preto fosco. **Observação**: Nome do conselheiro com texto na fonte Montserrat Bold, corpo 16pt, centralizado. Datas com texto na fonte Montserrat Medium, corpo 14pt, centralizado.	Unidade	87

	Dimensões:10 x 2,5 cm, com 2 mm de espessura **Finalidade**: identificar cada módulo com o nome e data de mandato de cada conselheiro.		
5	**Plaquetas de aço inox fosco, sem gravação com 10 x 2,5 cm** **Especificações**: Plaquetas produzidas em aço escovado, cantos arredondados de 2 mm, sem gravação. **Dimensões**:10 x 2,5 cm, com 2 mm de espessura	Unidade	95
6	**Placas de acrílico** **Especificações**: Placas de acrílico transparente, com 4 mm de espessura cada placa, com cantos arredondados de 2 mm. **Dimensões**: 10 x 13 cm, com cantos arredondados de 2 mm de espessura. **Observação**: Cada módulo é composto por 2 placas**,** logo a galeria é composta por 182 módulos no total sendo (87 módulos ocupados e 95 livres). **Finalidade**: encarte de fotografia	Unidade	364
7	**Espaçadores** **Especificações**: espaçadores metálicos, com 10 mm de diâmetro cada. **Dimensões**: 10 mm de diâmetro cada. **Observações**: Cada módulo composto por 2 placas e 4 espaçadores, fixados à 10mm das bordas. **Finalidade**: fixar os módulos na placa MDF.	Unidade	728
8	**Fotografias** **Especificações**: fotografias em preto e branco, impressas em papel fotográfico fine art fosco, 210g/m2 ou similar. **Dimensões**: 6 x 9 cm **Observações**: Cada módulo é composto por um conjunto de 2 placas de acrílico transparente - (item 6), acompanhado de 1 fotografia – (item 8), a fotografia dever ficar entre as placas de acrílico e 4 espaçadores metálicos de 10mm de diâmetro – (item 7), que serão afixadas nos cantos, a 10mm da bordas, o módulo deverá ser fixado na placa de MDF. – (item 9).	Unidade	87
9	**Chapa de MDF revestida em laminado melamínico na cor preta** **Especificações**: Base em 3 chapas de MDF, com largura de 110 cm por altura de 172 cm, tendo as dimensões finais de 330 x 172cm, de espessura 6mm, revestidas de laminado melamínico na cor preta, acabamento fosco (Malte). **Quantidade**: Um conjunto de 3 unidades **Dimensões:** 330 x 172cm **Observação**: A placa será fixada sobre a parede de alvenaria por parafusos e buchas nas dimensões e quantidades próprias para o tipo de parede e carga a ser fixada. **Finalidade**: Suporte para fixação dos módulos e plaquetas de identificação.	Unidade	1(um) conjunto de 3 unidades
10	**Instalação e Montagem** **Observações:** em locais determinados pelo CNJ conforme item 4	Unidade	1

3. **Prazo de Execução dos Serviços:**

15 (quinze) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço ou nota de empenho, ou até o recebimento definitivo do objeto, o que ocorrer primeiro.

4. **Procedimentos de Realização dos Serviços:**

A galeria será montada na parede externa da sala de reunião FA04 do Edifício Sede do Conselho Nacional de Justiça que se localiza no endereço: SAF/Sul quadra 7 lote 5/6.

Todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto serão de responsabilidade do fornecedor contratado.

5. **Obrigações da Contratada:**

a) Executar os serviços de acordo com as especificações contidas neste PAMS;

b) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o contratante;

c) Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto do interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da contratação, devendo orientar seus empregados nesse sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme o caso;

d) Comunicar ao gestor, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

e) Manter supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com a contratante;

f) Zelar pela qualidade dos produtos, indicando as falhas eventuais imediatamente após sua verificação;

g) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

h) Indicar formalmente preposto, visando a estabelecer contatos com o CONTRATANTE;

i) Responsabilizar-se por todo o tipo de transporte e descarregamento do material que comporá a galeria a ser entregue na sede do CNJ;

j) Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento dos serviços;

k) Acatar a fiscalização do CONTRATANTE levada a efeito por pessoa devidamente credenciada para tal fim;

l) Não causar danos ou deixar resíduos de colas nos locais de montagem da galeria, provendo todos materiais e ferramentas suficientes para a instalação e a montagem, conforme especificações deste PAMS;

m) Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato, sob pena de rescisão do instrumento;

n) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

6. **Obrigações do Contratante:**

a) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, mediante a indicação de servidor especialmente designado como gestor do contrato.

b) Efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente prestados no prazo e nas condições estipuladas, em conformidade com as normas de execução financeira e orçamentária.

c) Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.

d) Documentar quaisquer ocorrências havidas.

e) Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA.

7. **Fiscalização do Recebimento:**

No caso de formalização de contrato, a Administração acompanhará o fornecimento do objeto para o fiel cumprimento avençado, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93.

8. **Condições de Recebimento:**

a) O objeto deste PAMS será recebido definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis mediante atesto da Nota Fiscal, após a conclusão dos serviços e desde que não haja pendências a serem sanadas.

b) Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na execução, a CONTRATADA fica obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o CONTRATANTE.

c) O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal da CONTRATADA

9. **Forma de Pagamento:**

1. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item "a" será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10. **Penalidades:**

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a adjudicatária ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa, no valor de:

b.1) 3% (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado na prestação do serviço, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado na prestação do serviço por prazo superior ao estabelecido na alínea "b.1", com aceitação do objeto pela Administração;

b.3) no caso de atraso injustificado no refazimento do serviço por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea "b.5";

b.4) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.5) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) as sanções previstas nas alíneas "a" e "c" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

e) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

11. **Contrato:**

a) A nota de empenho poderá substituir o contrato.

b) Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MENDES GONZAGA NEIVA**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**, em 07/05/2021, às 16:16, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1082772** e o código CRC **324EFBF6**.

11192/2020 1082772v12

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a contratação de empresa especializada no serviço montagem de uma galeria com capacidade total de 182 fotografias.

Aprovados os Estudos Preliminares (1078776) e o PAMS - Contratação de Serviços (1082772), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços (1106811), o qual foi ratificado pela unidade demandante (Despacho SCS 1106839). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1113376, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa ONERCON SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (1107870) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1108674). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa ONERCON, para contratar com a Administração, consta no arquivo 1115781.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1115782, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa ONERCON SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n. 36.631.409/0001-53 no valor de R$ 15.675,16 (quinze mil seiscentos e setenta e cinco reais e dezesseis centavos), com vistas à contratação de serviço de montagem de uma galeria com capacidade total de 182 fotografias.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Respeitosamente,

Silvia Maria Guapindaia Peixoto
Secretária de Administração Substituta

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO**, **SECRETÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 29/06/2021, às 14:45, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1115851** e o código CRC **11AE7AA6**.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**36.631.409/0001-53**	DUNS®:	**928278018**
Razão Social:	**ONERCON SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI**		
Nome Fantasia:	**ONERCON TECNOLOGIA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**11/03/2022**
Natureza Jurídica:	**EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**07/08/2021**
FGTS		Validade:	**23/08/2021**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**31/10/2021**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital		Validade:	**03/08/2021**
Receita Municipal	(Isento)		

Data e hora da consulta: 01/07/2021 09:30
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número
2021	NE	248

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167501	0100000000	339030	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
30/06/2021	Ordinário	11192/2020	-	346,26

Favorecido

Código	Nome
36.631.409/0001-53	ONERCON SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO

Endereço	CEP
ADE CONJUNTO 21 LOTE 13 LOJA 01 AREA DE DESENVOLVIM	71989-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição
11192/2020. SERVIÇO DE MONTAGEM DE GALERIA COM TOTAL DE 182 FOTOGRAFIAS. CONFORME DESPACHOS 1116217/DG E 1115851/SAD.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	30/06/2021 15:04:09	Alteração

Data e hora da consulta: 01/07/2021 09:30
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	346,26

Subelemento 29 - MATERIAL P/ AUDIO, VIDEO E FOTO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MONTAGEM DE GALERIA COM CAPACIDADE TOTAL DE CENTO E OITENTA E DUAS FOTOGRAFIAS. DEMAIS CONDIÇÕES NO PROJETO 1069772/SCS. ITEM 8 DO PROJETO 1069772/SCS: : FOTOGRAFIAS ESPECIFICAÇÕES: FOTOGRAFIAS EM PRETO E BRANCO, IMPRESSAS EM PAPEL FOTOGRÁFICO FINE ART FOSCO, 210G/M2 OU SIMILAR. DIMENSÕES: 6 X 9 CM	346,26

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
30/06/2021	Inclusão	87,00000	3,9800	346,26

Assinaturas

Ordenador de Despesa
SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO
***.701.217-**
30/06/2021 15:04:09

Gestor Financeiro
WERNNE PEREIRA E SILVA
***.924.564-**
30/06/2021 14:48:38

Versão	Data/Hora	Operação
002	30/06/2021 15:04:09	Alteração

Data e hora da consulta: 01/07/2021 09:31
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número
2021	NE	249

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167501	0100000000	449052	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
30/06/2021	Ordinário	11192/2020	-	15.328,90

Favorecido

Código	Nome
36.631.409/0001-53	ONERCON SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO

Endereço	CEP
ADE CONJUNTO 21 LOTE 13 LOJA 01 AREA DE DESENVOLVIM	71989-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
11	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição
11192/2020. SERVIÇO DE MONTAGEM DE GALERIA COM TOTAL DE 182 FOTOGRAFIAS. CONFORME DESPACHOS 1116217/DG E 1115851/SAD.

Local da Entrega
-

Informação Complementar
-

Sistema de Origem
SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	30/06/2021 15:04:51	Alteração

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.328,90

Subelemento 44 - OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MONTAGEM DE GALERIA COM CAPACIDADE TOTAL DE CENTO E OITENTA E DUAS FOTOGRAFIAS. DEMAIS CONDIÇÕES NO PROJETO 1069772/SCS. ITEM 1 DO PROJETO 1069772/SCS: TESTEIRA EM AÇO ESPECIFICAÇÕES: PLACA DE AÇO ESCOVADO PARA FIXAÇÃO DE LETRA CAIXA NAS MEDIDAS DE 2,55 X 0,12CM EM CHAPA 20 ENRIJECIDA. DIMENSÕES: 2,55 X 0,12CM	397,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
30/06/2021	Inclusão	1,00000	397,0000	397,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	ITEM 2 DO PROJETO 1069772/SCS: LETRA CAIXA EM AÇO ESCOVADO ESPECIFICAÇÕES LETRAS-CAIXA EM METAL PINTADO DE PRETO FOSCO COM 10 MM DE ESPESSURA, TEXTO EM CAIXA ALTA, FONTE MONTSERRAT SEMIBOLD, CORPO 180PT. DIMENSÕES: 10MM DE ESPESSURA.	2.134,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
30/06/2021	Inclusão	22,00000	97,0000	2.134,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
003	ITEM 3 DO PROJETO 1069772/SCS: PLAQUETAS DE AÇO INOX FOSCO DE 22 X 5 CM COM 2MM DE ESPESSURA ESPECIFICAÇÕES: PLAQUETAS PRODUZIDAS EM AÇO ESCOVADO, CANTOS ARREDONDADOS DE 2 MM COM TEXTO CENTRALIZADO GRAVADO EM PRETO FOSCO. TEXTO EM CAIXA ALTA NA FONTE MONTSERRAT SEMIBOLD, CORPO 25PT. DIMENSÕES: 22 X 5 CM, COM 2 MM DE ESPESSURA	630,50

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
30/06/2021	Inclusão	13,00000	48,5000	630,50

Seq.	Descrição	Valor do Item
004	ITEM 4 DO PROJETO 1069772/SCS: PLAQUETAS DE AÇO INOX FOSCO, COM GRAVAÇÃO ESPECIFICAÇÕES: PLAQUETAS PRODUZIDAS EM AÇO ESCOVADO, CANTOS ARREDONDA- DOS DE 2 MM COM TEXTO CENTRALIZADO GRAVADO EM PRETO FOSCO.	1.914,00

Versão	Data/Hora	Operação
002	30/06/2021 15:04:51	Alteração

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.328,90

Subelemento 44 - OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO

Seq.	Descrição	Valor do Item
004	OBSERVAÇÃO: NOME DO CONSELHEIRO COM TEXTO NA FONTE MONTSERRAT BOLD, CORPO 16PT, CENTRALIZADO. DATAS COM TEXTO NA FONTE MONTSERRAT MEDIUM, CORPO 14PT, CENTRALIZADO. DIMENSÕES:10 X 2,5 CM, COM 2 MM DE ESPESSURA	1.914,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
30/06/2021	Inclusão	87,00000	22,0000	1.914,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
005	ITEM 5 DO PROJETO 1069772/SCS: PLAQUETAS DE AÇO INOX FOSCO, SEM GRAVAÇÃO COM 10 X 2,5 CM ESPECIFICAÇÕES: PLAQUETAS PRODUZIDAS EM AÇO ESCOVADO, CANTOS ARREDONDADOS DE 2 MM, SEM GRAVAÇÃO. DIMENSÕES:10 X 2,5 CM, COM 2 MM DE ESPESSURA	1.501,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
30/06/2021	Inclusão	95,00000	15,8000	1.501,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
006	ITEM 6 DO PROJETO 1069772/SCS: PLACAS DE ACRÍLICO ESPECIFICAÇÕES: PLACAS DE ACRÍLICO TRANSPARENTE, COM 4 MM DE ESPESSURA CADA PLACA, COM CANTOS ARREDONDADOS DE 2 MM. DIMENSÕES: 10 X 13 CM, COM CANTOS ARREDONDADOS DE 2 MM DE ESPESSURA.	3.130,40

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
30/06/2021	Inclusão	364,00000	8,6000	3.130,40

Seq.	Descrição	Valor do Item
007	ITEM 7 DO PROJETO 1069772/SCS: ESPAÇADORES ESPECIFICAÇÕES: ESPAÇADORES METÁLICOS, COM 10 MM DE DIÂMETRO CADA. DIMENSÕES: 10 MM DE DIÂMETRO CADA	3.276,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
30/06/2021	Inclusão	728,00000	4,5000	3.276,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
008	ITEM 9 DO PROJETO 1069772/SCS: CHAPA DE MDF REVESTIDA EM LAMINADO MELAMÍNICO NA COR PRETA	1.197,00

Versão	Data/Hora	Operação
002	30/06/2021 15:04:51	Alteração

Data e hora da consulta: 01/07/2021 09:31
Usuário: ***.765.901-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.328,90

Subelemento 44 - OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO

Seq.	Descrição	Valor do Item
008	ESPECIFICAÇÕES: BASE EM 3 CHAPAS DE MDF, COM LARGURA DE 110 CM POR ALTURA DE 172 CM, TENDO AS DIMENSÕES FINAIS DE 330 X 172CM, DE ESPESSURA 6MM, REVESTIDAS DE LAMINADO MELAMÍNICO NA COR PRETA, ACABAMENTO FOSCO (MALTE). QUANTIDADE: UM CONJUNTO DE 3 UNIDADES DIMENSÕES: 330 X 172CM	1.197,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
30/06/2021	Inclusão	1,00000	1.197,0000	1.197,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
009	ITEM 10 DO PROJETO 1069772/SCS: INSTALAÇÃO E MONTAGEM	1.149,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
30/06/2021	Inclusão	1,00000	1.149,0000	1.149,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa	Gestor Financeiro
SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO	WERNNE PEREIRA E SILVA
***.701.217-**	***.924.564-**
30/06/2021 15:04:51	30/06/2021 14:49:32

Versão	Data/Hora	Operação
002	30/06/2021 15:04:51	Alteração

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PORTARIA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO N. 49 DE 14 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre designação de gestores dos objetos das Notas de Empenho n. 2021NE248 e 2021NE249.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, com fundamento na Portaria n. 411 de 30 de novembro de 2018, e tendo em vista o que consta do Processo n. 11192/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras **Juliana Mendes Gonzaga Neiva**, matrícula n. 2240, e **Beatriz Lygia Dias Borges**, matrícula n. 2244, como gestora e gestora substituta, respectivamente, das Nota de Empenho 2021NE248 e 2021NE249, emitidas em favor da empresa ONERCON SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI (CNPJ nº 36.631.409/0001-53), tendo por objetos a contratação de empresa especializada no serviço de galeria de fotos para montagem de uma galeria com capacidade total de 182 fotografias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Getúlio Vaz
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 14/07/2021, às 13:37, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1125385** e o código CRC **F703E858**.

Ato de dispensa



Serviço de tradução de libras e voz
para o portal CNJ

CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

Sumário

Estudos preliminares **1**
Pedido de aquisição de material e serviços **7**
Despacho SAD **11**
SICAF **13**
Nota de empenho **14**
Portaria SAD **16**

	ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Contratação da ferramenta de tradução de Libras e voz para o Portal CNJ.

A Secretaria de Comunicação Social (SCS) tem papel fundamental na democracia e na promoção da cidadania. Desenvolve diversas ações de divulgação institucional para facilitar o conhecimento e acesso dos cidadãos aos serviços prestados pelo Poder Judiciário. Nesse contexto, insere-se o cidadão, que é o indivíduo com plenitude de exercício de todos os poderes que lhe são cabíveis em uma determinada sociedade. A cidadania, por sua vez, é um direito expresso por meio de diversas faculdades ou poderes jurídicos, como o acesso a informações, por exemplo. Assim, para que haja o pleno exercício desses direitos, são necessárias condições de acessibilidade para todos.

De acordo com censo IBGE (Censo 2010 - https://censo2010.ibge.gov.br), cerca de 45.606,048 milhões de brasileiros, ou seja, 23,9% da população geral tem algum tipo de deficiência: auditiva, visual, motora, mental ou intelectual. A população de surdos é cerca de 5,10% da população brasileira. A Secretaria de Comunicação Social busca uma ferramenta que ofereça a acessibilidade possível a essa parcela da população.

O Decreto 6.949/2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, dispõe que “a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas, acesso à informação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público”.

No mesmo sentido, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Art. 63, Lei 13.146/2015) torna obrigatória a acessibilidade nos órgãos de governo, garantindo o acesso de pessoa com deficiência às informações disponíveis.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução 230/2016, também orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário às determinações exaradas pela convenção e lei supracitadas.

Com vistas a cumprir a legislação e, sobretudo, garantir o pleno acesso de pessoas com deficiência às informações publicadas pelo Conselho Nacional de Justiça - tanto no Portal CNJ, de acesso aberto ao público, como na Intranet CNJ, de acesso exclusivo dos servidores, é necessário incorporar funcionalidades que garantam a interpretação em Libras (língua brasileira de sinais) dos conteúdos para pessoas com deficiência auditivas e/ou surdas, assim como áudio dos textos, que facilita o acesso para pessoas com deficiências intelectuais, disléxicos, entre outros usuários.

A presente contração é de suma importância para o CNJ, visando permitir acessibilidade em libras e voz ao Portal CNJ.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

Com a aquisição e instalação da solução nos portais do CNJ, pretende-se dotar o sítio eletrônico de acessibilidade para surdos, deficientes visuais, pessoas com deficiências intelectuais, como síndrome de down, além de analfabetos funcionais, idosos, disléxicos e outros cidadãos com dificuldade de leitura e de compreensão de textos.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

A demanda está em conformidade com a Portaria nº 104/2020 que institui o Planejamento Estratégico do CNJ 2021 a 2026. Nos termos do art. 2º, inciso II, da Portaria 104/2020, há os componentes da estratégia do CNJ:

- Visão de futuro: "Órgão de excelência em governança e gestão do Poder Judiciário, a garantir a eficiência, transparência e responsabilidade social da Justiça brasileira";

- Valores: "Integração, busca de sinergias e interlocução permanente entre unidades e colaboradores internos, bem como do CNJ com as instituições e com a sociedade";

Nos termos do art. 3º, inciso IV, a contratação está em consonância com os objetivos estratégicos (2021 – 2026) "promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica".

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

A solução deve viabilizar o acesso em Libras, no portal CNJ, a surdos, deficientes visuais, pessoas com deficiências intelectuais e outras pessoas com dificuldade de leitura e compreensão de textos.

A solução não pode exigir a instalação de software na máquina do usuário, configuração que restringiria sobremaneira o acesso.

A solução deverá permitir:

- Traduzir textos em português, selecionados em uma página web, para a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;
- Traduzir vídeos legendados;
- Soletrar, em Libras, nomes próprios, siglas, termos técnicos e palavras para as quais não exista uma representação nessa linguagem.
- Fazer a tradução de frases do português para Libras contextualizando o sentido, não fazendo apenas uma transcrição palavra por palavra;
- Expressar corretamente, em Libras, os sentidos interrogativos e afirmativos das frases;
- Expressar corretamente, em Libras, o sentido temporal das frases;
- Apresentar, em Libras, o texto selecionado, permitindo que o usuário possa controlar a velocidade da apresentação, dar pausa e repetir a tradução;
- Manter padrão gráfico uniforme de apresentação independentemente do conteúdo do sítio da Internet;
- Permitir, quando da instalação, customizar a solução para atender às necessidades da identidade visual no que se refere aos seguintes itens:
    - inclusão da logomarca;
    - vestuário do personagem que apresenta os sinais de Libras;
    - plano de fundo da imagem.
- Transformar textos em português, selecionados em uma página web, em voz;
- Ler dinamicamente números, siglas, abreviações, nomes, endereços, valores monetários ou qualquer outro texto da Língua Portuguesa do Brasil;
- Ler de forma fluente, em tempo real, com alta naturalidade, qualquer texto escrito em português do Brasil;
- Permitir o controle de velocidade na tradução para LIBRAS;
- Não exigir a instalação de plug-ins, a geração de *templates* ou a inclusão de recursos adicionais aos portais;
- É permitido que, para o funcionamento da solução, seja exigida a inclusão de códigos HTML, CSS ou JavaScript nos portais, desde que esta inclusão seja feita através do painel de administração dos portais e também que seja feita uma única vez na página raiz do site, de modo que todas as subpáginas daquela página raiz passem a "herdar" a referida funcionalidade, sem a necessidade de compilação do portal ou de sus temas;
- Suportar, no mínimo, os formatos de textos em: HTML, PDF, DOC, TXT;
- Dever ser compatível com os navegadores que suportam o HTML 5.0:

- Microsoft Internet Explorer 10 e superiores;
- Microsoft Edge;
- Mozilla Firefox;
- Opera;
- Safari;
- Google Chrome.

- Deve ser aderente ao padrão W3C (World Wide *Web Consortium*) de acessibilidade, de maneira que não interfere na padronização dos sites de Internet;
- Deve ser aderente ao e-MAG (Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico), de maneira que não interfere na padronização dos sites de Internet;
- Deve ser compatível com as linguagens HTML e Java Script;

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

O modelo atual, como vem sendo executado pelo CNJ, atende à demanda existente. Não foram constatas inconsistências que precisem de correção.

A última aquisição consta do processo SEI 03980/2020.

3.2 Identificação das opções disponíveis

Opções Identificadas		**Especificação do produto/serviço** *Especificar as principais características da solução (produto/serviço), indicando serviços e materiais a serem utilizados, explicitando ainda fornecedores e fabricantes potencialmente aptos ao atendimento dos requisitos especificados.*	**Quantificação do Produto ou Serviço** *Apresentar ou mencionar anexo como foi quantificada a estimativa das opções levantadas*	**Órgão (s) públicos que adotaram a solução**
1ª	Hand Talk	Aplicativo que traduz automaticamente conteúdos em português para Língua de Sinais. Seu tradutor de Sites traz acessibilidade digital em Libras para a comunidade surda, buscando democratizar o acesso à informação e à comunicação. É um tradutor de sites para acessibilidade em Libras em textos, vídeos e imagens descritivas. Com ajuda de um intérprete virtual traduz conteúdos para lígua de sinais automaticamente. É um aplicativo compatível com a maioria dos sistemas operacionais de *smartphones* e *tablets.*	Não se aplica	CNJ (03980/2020)
2ª	VLibras	A suite VLibras é um conjunto de ferramentas gratuitas e de código aberto que traduz conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) em Português para Libras, tornando computadores, celulares e plataformas Web mais acessíveis para as pessoas surdas. O Vlibras é o resultado de uma parceria entre o Ministério da Economia (ME), por meio da Secretaria de Governo Digital (SGD), e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital (LAVID).	Não se aplica	-
		A Solução Rybená de Acessibilidade para Web consiste em um software especializado, proporcionando		

3ª	Rybená	acessibilidade de forma dinâmica e em tempo real, para atendimento a pessoas com deficiências e limitações diversas. A solução realiza concomitantemente, tradução de textos da língua Portuguesa falada no Brasil para LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), assim como leitura de textos da língua portuguesa falada no Brasil, e converte esses textos em português escrito em Voz. Esse aplicativo oferece aos surdos, deficientes visuais, pessoas com deficiências intelectuais (ex.: síndrome de down), analfabetos funcionais, idosos, disléxicos, e outras pessoas com dificuldade de leitura e de compreensão de textos, a possibilidade do entendimento das páginas Web. É uma tecnologia assistiva para traduzir textos do português para LIBRAS e Voz.	Não se aplica	TST (Contrato TST - (1074690); TCDF (1074692

3.3 Adequação do ambiente

A solução deve viabilizar o acesso em Libras, no portal CNJ, a surdos, deficientes visuais, pessoas com deficiências intelectuais e outras pessoas com dificuldade de leitura e compreensão de textos.

A solução não pode exigir a instalação de software na máquina do usuário, configuração que restringiria sobremaneira o acesso.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

Opções Identificadas		**Benefícios da opção** *Descrição dos benefícios diretos e indiretos pretendidos com a contratação em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais e de melhoria dos serviços oferecidos*	**Desvantagens da opção**	**Proposta de custo da solução (R$)**	**Custo da solução em contratos passados**
1ª	Hand Talk	Opção contratada atualmente pelo CNJ; Nenhuma alteração necessária no conteúdo do portal; Atende à demanda do Secretaria de Comunicação Social.	-	R$ 11.988,00 (onze mil novecentos e oitenta e oito reais)	R$ 5.999,88 (cinco mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos) - Contrato CNJ 03980/2020
882ª	Rybená	A opção atende aos requisitos da demanda da Secretaria de Comunicação Social.	-	R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)	R$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais) - Contrato TST 1074690; R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais) - Contrato TCDF 1074692
			Depende da instalação do software na máquina do usuário que acessa o site; Possui a capacidade limitada		

3ª	VLibras	-	de tradução dos textos para a linguagem Libras, não oferecendo a conversão de texto escrito em português para voz.	-	

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

Diante das características apresentadas, a Secretaria de Comunicação Social verificou que tanto a empresa HandTalk Projeto de Acessibilidade em Libras, como a Solução Rybená de Acessibilidade em Libras e Voz para Web, viabilizarão acessibilidade em Libras ao portal CNJ, permitindo o acesso ao seu conteúdo aos surdos, deficientes visuais, pessoas com deficiências intelectuais e outra pessoas com dificuldade de leitura e compreensão de textos. O VLibras não é viável ao CNJ, tendo em vista a necessidade da instalação de um software na máquina do usuário e sua capacidade limitada de tradução.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

A metodologia utilizada para a escolha do formato da contratação e da quantidade escolhida foi fundamentada com base em pesquisa de mercado e contratações similares de outros órgãos públicos, de maneira adequada às necessidades do CNJ.

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

O objeto não é divisível.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

A economicidade a ser obtida pela Administração, por meio de contratação de empresas especializadas na prestação dos serviços em questão, somente poderá ser obtida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo. Mediante tal critério e/ou parâmetro necessário, a Administração obterá a economia, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação ao preço ofertado pelas empresas, cuja escolha recairá sobre o menor preço ofertado.

Todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto serão de responsabilidade do contratado.

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

RISCO 1:	Ineficiência na execução do objeto.		
Probabilidade (Alta, média e Baixa)	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Baixa	1	Dificuldades de acesso ao sistema pelos usuários	Alto
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Previsão de sanções. Promover o controle na execução do objeto		Gestor do contrato.
RISCO 2:	Atraso na celebração do contrato e/ou na disponibilização de acesso (login e senha) pela empresa contratada.		
Probabilidade (Alta, média e Baixa)	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Média	1	Impossibilidade de acesso ao sistema.	Alto
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
1	Previsão de sanções e possibilidade de rescisão contratual. Usuário ter que utilizar tecnologia assistiva ou ajuda técnica.		Unidade demandante

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

As restrições internas que podem dificultar a implementação da

solução selecionada são uma possível restrição orçamentária e eventual atraso no processo de contratação. Caso ocorra restrição orçamentária ou atraso no processo de contratação, o portal do CNJ ficará sem acessibilidade em Libras.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

A contratação deve ter vigência de 12 meses, com previsão de data inicial a partir de 18/06/2021.

11. CONCLUSÃO DO GESTOR

A solução deve viabilizar o acesso em Libras, no portal CNJ, a surdos, deficientes visuais, pessoas com deficiências intelectuais e outras pessoas com dificuldade de leitura e compreensão de textos.

Diante das características apresentadas, verificou-se que tanto a empresa HandTalk Projeto de Acessibilidade em Libras, como a Solução Rybená de Acessibilidade em Libras e Voz para Web, viabilizarão acessibilidade em Libras ao portal CNJ, permitindo o acesso ao seu conteúdo aos surdos, deficientes visuais, pessoas com deficiências intelectuais e outra pessoas com dificuldade de leitura e compreensão de textos.

Os riscos da aquisição, que são mitigáveis e controláveis, não tornam desvantajosa a contratação da ferramenta de Libras e voz para o portal CNJ. As vantagens, no sentido da acessibilidade e da transparência, justificam os esforços para a contratação.

12. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Beatriz Borges	beatriz.borges@cnj.jus.br		Secretaria de Comunicação Social
Lucas Oliveira da Rocha Pinto	lucas.rocha@cnj.jus.br		Secretaria de Comunicação Social

Documento assinado eletronicamente por **BEATRIZ LYGIA DIAS BORGES**, **COORDENADOR - COORDENADORIA DE IMPRENSA**, em 22/04/2021, às 16:30, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1073182** e o código CRC **C771C9D8**.

CNJ	**PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS** **SERVIÇOS**

1. **Objeto:**

Contratação de serviço de tradução de libras e voz para o Portal CNJ.

2. **Descrição dos serviços:**

O serviço deve permitir:

- Traduzir textos em português, selecionados em uma página web, para a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;
- Traduzir vídeos legendados;
- Soletrar, em Libras, nomes próprios, siglas, termos técnicos e palavras para as quais não exista uma representação nessa linguagem.
- Fazer a tradução de frases do português para Libras contextualizando o sentido, não fazendo apenas uma transcrição palavra por palavra;
- Expressar corretamente, em Libras, os sentidos interrogativos e afirmativos das frases;
- Expressar corretamente, em Libras, o sentido temporal das frases;
- Apresentar, em Libras, o texto selecionado, permitindo que o usuário possa controlar a velocidade da apresentação, dar pausa e repetir a tradução;
- Manter padrão gráfico uniforme de apresentação independentemente do conteúdo do sítio da Internet;
- Permitir, quando da instalação, customizar a solução para atender às necessidades da identidade visual no que se refere aos seguintes itens:
    - inclusão da logomarca;
    - vestuário do personagem que apresenta os sinais de Libras;
    - plano de fundo da imagem.
- Transformar textos em português, selecionados em uma página web, em voz;
- Ler dinamicamente números, siglas, abreviações, nomes, endereços, valores monetários ou qualquer outro texto da Língua Portuguesa do Brasil;
- Ler de forma fluente, em tempo real, com alta naturalidade, qualquer texto escrito em português do Brasil;
- Permitir o controle de velocidade na tradução para LIBRAS;
- Não exigir a instalação de plug-ins, a geração de *templates* ou a inclusão de recursos adicionais aos portais;
- É permitido que, para o funcionamento da solução, seja exigida a inclusão de códigos HTML, CSS ou JavaScript nos portais, desde que esta inclusão seja feita através do painel de administração dos portais e também que seja feita uma única vez na página raiz do site, de modo que todas as subpáginas daquela página raiz passem a “herdar” a referida funcionalidade, sem a necessidade de compilação do portal ou de sus temas;
- Suportar, no mínimo, os formatos de textos em: HTML, PDF, DOC, TXT;
- Dever ser compatível com os navegadores que suportam o HTML 5.0:
    - Microsoft Internet Explorer 10 e superiores;
    - Microsoft Edge;

- Mozilla Firefox;
- Opera;
- Safari;
- Google Chrome.

- Deve ser aderente ao padrão W3C (World Wide *Web Consortium*) de acessibilidade, de maneira que não interfere na padronização dos sites de Internet;
- Deve ser aderente ao e-MAG (Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico), de maneira que não interfere na padronização dos sites de Internet;
- Deve ser compatível com as linguagens HTML e Java Script;Será necessário a instalação em 01 (um) domínio do CNJ, por um período de 12 meses.

Será necessário a instalação em 01 (um) domínio do CNJ, por um período de 12 meses.

3. **Prazo de Execução dos Serviços:**

O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da disponibilização do serviço ao CNJ.

4. **Procedimentos de Realização dos Serviços:**

Todos os recursos materiais e humanos necessários para a execução deste objeto serão de responsabilidade do fornecedor contratado.

5. **Obrigações da Contratada:**

a) Executar os serviços de acordo com as especificações contidas neste Pams;

b) Fornecer suporte técnico e especializado aos usuários dos serviços, online ou por telefone, de segunda a sexta-feira, de 8h às 20h;

c) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o contratante;

d) Manter sigilo acerca de quaisquer informações obtidas em virtude da realização dos serviços contratados e garantir a inviolabilidade dos sistemas e a segurança dos dados neles armazenados;

e) Solucionar quaisquer falhas técnicas na página de acesso ou nos sistemas, restabelecendo integralmente o funcionamento dos serviços num prazo máximo de 24 horas;

f) Manter supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com a contratante;

g) Prestar os serviços objeto desta contratação em período integral, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, incluindo sábados, domingos e feriados;

h) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

i) Implantar, adequadamente, a supervisão permanente dos serviços, de forma a se obter uma operação correta e eficaz;

j) Comunicar, imediatamente, ao gestor do contrato a ocorrência de qualquer fato que possa prejudicar a execução do objeto contratado, sob pena de desconsideração do fato em eventual justificativa de descumprimento contratual e de responsabilização da CONTRATADA por qualquer dano decorrente do atraso ou da falta de comunicação;

k) Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento dos serviços;

l) Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato, sob pena de rescisão do instrumento;

m) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da

CONTRATANTE.

6. **Obrigações do Contratante:**

a) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, mediante a indicação de servidor especialmente designado como gestor do contrato.

b) Efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente prestados no prazo e nas condições estipuladas, em conformidade com as normas de execução financeira e orçamentária.

c) Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.

d) Documentar quaisquer ocorrências havidas.

e) Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela contratada.

7. **Fiscalização do Recebimento:**

No caso de formalização de contrato, a Administração acompanhará o fornecimento do objeto para o fiel cumprimento avençado, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93.

8. **Condições de Recebimento:**

a) O objeto deste Projeto Básico será recebido definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis mediante atesto da Nota Fiscal, após a conclusão dos serviços e desde que não haja pendências a serem sanadas.
b) Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na execução, a CONTRATADA fica obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o CONTRATANTE.
c) O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal da CONTRATADA

9. **Forma de Pagamento:**

a. O pagamento será feito em parcela única.

10. **Penalidades:**

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a adjudicatária ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa, no valor de:

b.1) 3% (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado na prestação do serviço, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado na prestação do serviço por prazo superior ao estabelecido na alínea “b.1”, com aceitação do objeto pela Administração;

b.3) no caso de atraso injustificado no refazimento do serviço por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.5”;

b.4) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.5) 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) as sanções previstas nas alíneas "a" e “c” poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

e) O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

11. **Contrato:**

a) A nota de empenho poderá substituir o contrato.

b) Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

Documento assinado eletronicamente por **BEATRIZ LYGIA DIAS BORGES**, **COORDENADOR - COORDENADORIA DE IMPRENSA**, em 30/04/2021, às 19:06, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1081073** e o código CRC **20136C13**.

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a contratação de serviço de tradução de libras e voz para o Portal CNJ. Aprovados os Estudos Preliminares (1073182) e o Pedido de Aquisição de Material (1081073), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços (1096894), o qual foi ratificado pela unidade demandante (1097084). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1102038, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa Rybená Tecnologias Assistivas Ltda.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Classificação da Despesa SCONT 1099044) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1099847). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa Rybená Tecnologias Assistivas Ltda., para contratar com a Administração, consta no arquivo 1103152.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação SAD 1103153, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **Rybená Tecnologias Assistivas Ltda**, inscrita no **CNPJ** sob o n. **34.745.708/0001-93** no valor de **R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)**, com vistas à contratação de serviço de tradução de libras e voz para o Portal CNJ.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Getulio Vaz
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 08/06/2021, às 16:55, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1103178** e o código CRC **5565DD3F**.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**34.745.708/0001-93**	DUNS®:	**896133317**
Razão Social:	**RYBENA TECNOLOGIAS ASSISTIVAS LTDA.**		
Nome Fantasia:	**RYBENA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**14/04/2022**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**27/08/2021**
FGTS		Validade:	**11/08/2021**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**28/11/2021**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital		Validade:	**12/07/2021**
Receita Municipal	(Isento)		

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2022**

CPF: 013.412.211-99 Nome: WILTAN AYRES DE LACERDA DE OLIVEIRA
Ass: _____

SICAF (1104097) SEI 03057/2021 / pg. 13

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURONACIONAL

Data e hora da consulta: 09/06/2021 16:19
Usuário: 01341221199

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.421.906/0001-29	SAF SUL QUADRA 2 LOTES 5/6	70070-600

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	2326-4921, 2326-5152, 2326-5151,5136

Ano	Tipo	Número
2021	NE	237

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167501	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
09/06/2021	Global	03057/2021	-	4.800,00

Favorecido

Código	Nome
34.745.708/0001-93	RYBENA TECNOLOGIAS ASSISTIVAS LTDA.

Endereço	CEP
SCN QUADRA 5 BLOCO A 50 SALA 317 ASA NORTE	70715-010

Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
11	DISPENSA DE LICITACAO	LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição

03057/2021. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRADUÇÃO DE LIBRAS E VOZ PARA O PORTAL CNJ. CONFORME DESPACHO 1103396/DG E PAMS 1081073.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
000	09/06/2021 16:18:11	Inclusão

Data e hora da consulta: 09/06/2021 16:19
Usuário: 01341221199

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	4.800,00

Subelemento 05 - SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRADUÇÃO DE LIBRAS E VOZ PARA O PORTAL CNJ. CONFORME DESPACHO 1103396/DG E PAMS 1081073.	4.800,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
09/06/2021	Inclusão	1,00000	4.800,0000	4.800,00

Versão	Data/Hora	Operação
000	09/06/2021 16:18:11	Inclusão

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PORTARIA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO N. 42 DE 23 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre designação de gestores do objeto da Nota de Empenho nº 2021NE237.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO SUBSTITUTA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, com fundamento na Portaria nº 411 de 30 de novembro de 2018, e tendo em vista o que consta do Processo nº 03057/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras **Juliana Mendes Gonzaga Neiva**, matrícula nº 2240, e **Beatriz Lygia Dias Borges**, matrícula nº 2244, como gestora e gestora substituta, respectivamente, da Nota de Empenho nº 2021NE237, emitida em favor da empresa RYBENÁ TECNOLOGIAS ASSISTIVAS LTDA., tendo por objeto a contratação de serviço de tradução de libras e voz para o Portal CNJ.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Sílvia Maria Guapindaia Peixoto

Secretária de Administração Substituta

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO**, **SECRETÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 23/06/2021, às 14:23, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1112653** e o código CRC **5A3EC8CD**.

Ato de dispensa



Serviços de confecção de carimbos com fornecimento de material

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Estudos preliminares **1**
Pedido de aquisição de material e serviços **5**
Certidões negativas – HBL carimbos **8**
Certidões negativas – VCS comércio **10**
Certidões negativas – União carimbos **12**
Despacho SAD **14**
SICAF **16**
Nota de empenho **17**
Portaria SAD **20**

	ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Serviços de confecção de carimbo para economizar tempo e padronizar textos padrões em documentos, pelas unidades do CNJ.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

A contratação do serviço atenderá a autoridades e servidores.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

O objeto tem conexão com o planejamento estratégico instituído pela Portaria-Presi n. 167/2015, pois visa “garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ”, bem como “Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua"

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

Os serviços de confecção de carimbo deverão atender aos textos enviados pela solicitação e entregues no CNJ no prazo estabelecido. Os produtos utilizados deverão ser de 1ª qualidade.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

O modelo vigente de contratação no Conselho Nacional de Justiça é dispensa de licitação, por meio da Nota de Empenho 2020NE0030, tal modelo atende a demanda existente tendo em vista a fundamentação no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/1993.

3.2 Identificação das opções disponíveis

O mercado apresenta as seguintes modalidades para impressão de texto padrão por meio de carimbos:

	Solução Identificada	Detalhamento das Soluções
1ª	madeira não autenticado	carimbo em madeira e necessitam de almofada para tinta, sem condições de reutilização
2ª	plástico auto entintado	carimbo em plástico, com almofada própria e condições de reutilização da estrutura para os novos carimbos
3ª	metal	carimbo em metal, que necessitam de cera

3.3 Adequação do ambiente

Não há necessidade de quaisquer adequação ou mudanças no ambiente do CNJ, tendo em vista que os serviços serão realizados na estrutura da empresa contratada.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

Considerando os cenários possíveis e as informações já levantadas, e apesar de várias modalidades de carimbo no mercado. O auto entintado dispõe

da possibilidade de reutilização da estrutura de carimbo inutilizado e a troca somente das borrachas e refis, atendendo as normas socioambientais.

Sugerimos a realização de dispensa de licitação, conforme art. 24 da Lei 8.666/1993, para carimbos auto entintado, por atender aos requisitos da referida Lei que institui as normas para licitações e contratos da Administração Pública.

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

O CNJ analisou que a solução mais vantajosa é o carimbo de plástico auto entintado, visto a possibilidade de reutilização da estrutura para os novos carimbos.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

A planilha abaixo foi elaborada tendo por base o consumo em 2020, apesar do ano atípico com trabalho remoto nas unidades do CNJ. Foi adaptado o quantitativo para o retorno do trabalho presencial em 2021.

PLANILHA CONSUMO 2020

Descrição	qtd estimada 2020	qtd executada 2020
Carimbo retangular auto-entintável, com borracha em fotopolímero, medindo 3,8 cm x 1,4cm.	10	0
Carimbo retangular auto-entintável, com borracha em fotopolímero, medindo 4,7cm x 1,8 cm.	10	0
Carimbo retangular auto-entintável, com borracha em fotopolímero, medindo 5,8 cm x 2,2cm.	5	0
Confecção de borracha em fotopolímero, medindo até 25 cm², com adesivo, destinada à reutilização de carimbos automáticos.	50	18
Refil para carimbo auto-entintável medindo 3,8cm x 1,4cm.	10	10
Refil para carimbo auto-entintável medindo 4,7 cm x 1,8 cm.	10	10

PLANILHA PREVISÃO PARA 2021

As quantidades estimadas para os cenários abaixo foram levantadas no item **"Indique o(s) estudo(s) realizado(s) ou o(s) critério(s) adotado(s) para definir o cálculo e a quantidade da necessidade",** com acréscimo de margem de segurança para evitar desabastecimento. Dessa forma, foi levantada a média dos preços pesquisados.

Descrição	STJ CT 69/17	Min Infra CT 21/20	valor médio	qtd estimada	valor total
Carimbo retangular auto-entintável, com borracha em fotopolímero, medindo 3,8 cm x 1,4cm.	14,50	14,00	14,25	5	71,25
Carimbo retangular auto-entintável, com borracha em fotopolímero, medindo 4,7cm x 1,8 cm.	17,50	16,00	16,75	5	83,75
Carimbo retangular auto-entintável, com borracha em fotopolímero, medindo 5,8 cm x 2,2cm.	21,50		21,50	5	107,50
Confecção de borracha em fotopolímero, medindo até 25 cm², com adesivo, destinada à reutilização de carimbos automáticos.	5,50		5,5	40	220
Refil para carimbo auto-entintável medindo 3,8cm x 1,4cm.	8,00		8,00	10	80,00
Refil para carimbo auto-entintável medindo 4,7	14,00		14,00	10	140,00

cm x 1,8 cm.	14,00		14,00	10	140,00
				TOTAL	**702,50**

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

A solução não é divisível, tendo em vista que geraria desinteresse às empresas competidores por ser prestação de serviço com quantitativo inexpressivo em relação ao mercado.

7. RISCOS DA AQUISIÇÃO

Análise de Risco:

Risco 1	**Morosidade no processo licitatório**		
Probabilidade (Alta, média e baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	Atraso no processo de contratação	Médio
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Compromisso das unidades para tramitação célere do processo de contratação.		Unidade envolvidas no processo licitatório.
Risco 2	**Ausência de empresas concorrentes**		
Probabilidade (Alta, média e baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	Perda do processo de dispensa de licitação	Médio
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Revisão do Termo de Referência		SESER
1	Revisão na pesquisa de preços		SECOM
Risco 3	**Atraso no fornecimento do objeto**		
Probabilidade (Alta, média e baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	Atrasos na prestação dos serviços	Médio
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Comunicação com empresa para verificar possíveis causas de atrasos e providencias para evitar atrasos.		SESER
1	Aplicação de penalidades previstas no Termo de Referência.		SESER/SAD

Risco 4	**Inexecução parcial ou total da prestação dos serviços**		
Probabilidade (Alta, média e baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	inexecução da prestação dos serviços	Alto
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	elaboração de novo Termo de Referência		SESER

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Quanto a critérios: Técnico, Operacional, regulamentar e financeiro é dever da contratada prestar os serviços definidos pelo CNJ, conforme solicitação prévia da Unidade responsável, bem como responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais relativos à execução do objeto.

Quanto ao CNJ, o mesmo dispõe de orçamento previamente programado para arcar com as despesas da contratação, tendo em vista programação anual de contratações.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

A Contratação terá vigência de 12 meses, contados a partir de sua assinatura.

11. CONCLUSÃO DO GESTOR

Tendo em vista a necessidade da prestação dos serviços das demandas do CNJ verifica-se que as justificativas quanto ao tipo de contratação e planilha com quantitativo apresentado atendem as exigências contidas no documento.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
José dos Santos Pugas	jose.pugas@cnj.jus.br	5049	SESER
karlla Silene da Cunha	karllac@cnj.jus.br	5046	SESER

Documento assinado eletronicamente por **KARLLA SILENE LIMA DA CUNHA**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS**, em 06/01/2021, às 11:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1013069** e o código CRC **DEDA4547**.

CNJ	**PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS** **SERVIÇOS**

1. **Objeto:** Contratação para confecção de carimbos, com fornecimento de material, conforme condições estabelecidas neste Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

2. **Descrição dos serviços:**

item	Unidade	Qtde	Carimbo
1	un	5	Carimbo retangular autoentintado, com borracha em fotopolímero, medindo 3,8cm x 1,4cm
2	un	5	Carimbo retangular autoentintado, com borracha em fotopolímero, medindo 4,7cm x 1,8cm.
3	un	5	Carimbo retangular auto-entintável, com borracha em fotopolímero, medindo 5,8 cm x 2,2cm.
4	un	40	Confecção de borracha em fotopolímero, medindo até 25cm², com adesivo, destinada à reutilização de carimbos automáticos.
4	un	10	Refil para carimbo autoentintado medindo 3,8cm x 1,4cm.
5	un	10	Refil para carimbo autoentintado medindo 4,7cm x 1,8cm.

3. **Prazo de Execução dos Serviços:**

a) 02 (dois) dias após o recebimento da Ordem de Serviço ou nota de empenho, o que ocorrer primeiro.

b) Caso a solicitação tenha caráter de "urgência", o prazo máximo será de 1 (um) dia útil após a solicitação do serviço, sem que ocorra adicional para o CNJ.

4. **Local de Entrega:**

a) Os carimbos deverão ser entregues na Seção de Serviços Gerais do Conselho Nacional de Justiça, no endereço Setor de Administração Federal Sul - SAF/SUL, Quadra 02, lotes 05 e 06, Blocos E e F - Asa Sul - Brasília / DF, CEP: 70.070-600

b) O horário normal de funcionamento do CNJ é de segunda a sexta-feira das 12:00h às 19:00h. Telefone: (61) 2326 5050/5046.

5. **Obrigações da Contratada:**

a) Confeccionar os carimbos com material de primeira qualidade, conforme especificações solicitadas.

b) Oferecer garantia contra defeitos de fabricação ou impropriedade por, no mínimo, 30 (trinta) dias, a contar

do recebimento definitivo do material;

c) Durante o prazo de garantia mencionado no item 5.b, a Contratada deverá corrigir ou substituir, sem ônus adicionais para o CNJ, o objeto ou parte dele que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições técnicas ou defeitos, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação. No caso dos carimbos solicitados em caráter de urgência, a correção ou substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) dia útil, a contar da notificação;

c) Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

e) Apresentar, no momento da entrega dos carimbos, à Seção de Serviços Gerais, para fins de comprovação do serviço prestado, os comprovantes que autorizaram a confecção dos carimbos;

f) Informar e manter atualizado o número do telefone/fax e e-mail destinado ao recebimento das solicitações de carimbo a serem enviadas pela Seção de Serviços Gerais do CNJ;

g) Submeter-se às normas de segurança e disciplina enquanto permanecerem nas dependências do CNJ;

h) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado por seus empregados ao patrimônio do CNJ ou de terceiros;

i) Comunicar à Administração do CNJ qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

j) Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da execução do objeto;

k) Designar, formalmente, preposto, aceito pela Administração do CNJ, para tratar de assuntos relacionados ao objeto do contrato e representá-lo sempre que for necessário.

6. **Obrigações do Contratante:**

a) Exercer a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, na forma prevista na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

b) Assegurar-se da boa prestação dos serviços;

c) Enviar as solicitações, por meio da Seção de Serviços Gerais, mediante ofício, fax ou e-mail, informando as dimensões e modelos dos carimbos a serem confeccionados;

d) Efetuar o pagamento nos prazos e condições previstos no item 9;

e) Recusar, no todo ou em parte, os produtos que não atenderem as especificações deste PAMS;

f) Permitir, durante a vigência do contrato, o acesso dos representantes ou prepostos da CONTRATADA ao local de entrega dos produtos;

g) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

h) Comunicar a CONTRATADA qualquer irregularidade constatada no fornecimento dos produtos.

7. **Fiscalização do Recebimento:**

No caso de formalização de contrato, a Administração acompanhará o fornecimento do objeto para o fiel cumprimento avençado, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93.

8. **Condições de Recebimento:**

Os carimbos serão recebidos:

a) Provisoriamente, no ato da entrega; e

b) Definitivamente, mediante atesto na nota fiscal por servidor designado, observado o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento provisório.

9. **Forma de Pagamento:**

a) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, “a”, da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no

item “a” será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10. **Penalidades:**

No caso de atraso injustificado para a entrega do material a contratada estará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a.1) advertência;
a.2) multa, no valor de:
a.2.1) 1% (um por cento) sobre o valor da requisição, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 3 (três) dias corridos;
a.2.2) 5% (cinco por cento) sobre o valor da requisição, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea “a.2.1”, com aceitação do objeto pela Administração;
a.2.3) no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 3 (três) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “a.2.5”;
a.2.4) 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
a.2.5) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação

11. **Contrato:**

a)Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

b) A contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura.

Documento assinado eletronicamente por **KARLLA SILENE LIMA DA CUNHA**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS**, em 07/01/2021, às 18:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1013909** e o código CRC **633F081D**.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**72.649.361/0001-74**	DUNS®:	**913547902**
Razão Social:	**HBL CARIMBOS E PLACAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**		
Nome Fantasia:	**HBL CARIMBOS E PLACAS**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**22/10/2021**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**04/07/2021**
FGTS		Validade:	**20/02/2021**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**23/07/2021**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital		Validade:	**30/03/2021**
Receita Municipal	(Isento)		

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2021**

Certidões Negativas HBL Carimbos (1024064) SEI 00012/2021 / pg. 8

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 72.649.361/0001-74
Razão Social: HBL CARIMBOS E PLACAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME
Endereço: HBL SDS BLOCO P TERREO LOJA 60 ED VENANCIO III / ASA SUL / BRASILIA / DF / 70393-900

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:22/01/2021 a 20/02/2021

Certificação Número: 2021012222403310200559

Informação obtida em 26/01/2021 12:50:01

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**09.252.432/0001-64**	DUNS®:	**899250074**
Razão Social:	**VCS COMERCIO E SERVICOS DE CHAVEIROS E CARIMBOS LTDA**		
Nome Fantasia:	**VCS COMERCIO E SERVICOS LTDA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**30/06/2021**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento (Possui Pendência)

II - Habilitação Juridica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**20/06/2021**
FGTS		Validade:	**17/02/2021**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**18/07/2021**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital		Validade:	**25/02/2021**
Receita Municipal	(Isento)		

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2021**

CPF: 993.679.041-34 Nome: WINSTON BARBOSA DO NASCIMENTO
Ass: _____

Certidões Negativas VCS Comércio (1024065) SEI 00012/2021 / pg. 10

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 09.252.432/0001-64
Razão Social: VCS ELETRICA E HIDRAULICA LTDA ME
Endereço: QC 10 LT 16 LOJA 01 / TAGUATINGA CENTRO / BRASILIA / DF / 72010-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:19/01/2021 a 17/02/2021

Certificação Número: 2021011921011336292755

Informação obtida em 26/01/2021 12:51:25

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**26.592.083/0001-49**	DUNS®:	**945336367**
Razão Social:	**UNIAO CARIMBOS E PLACAS LTDA**		
Nome Fantasia:	**NACIONAL CARIMBOS**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**07/07/2021**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**08/05/2021**
FGTS		Validade:	**29/01/2021**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**16/07/2021**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital		Validade:	**23/04/2019** (*)
Receita Municipal	(Isento)		

Certidões Negativas União Carimbos (1024066) SEI 00012/2021 / pg. 12

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 26.592.083/0001-49
Razão Social: UNIAO CARIMBOS E PLACAS LTDA
Endereço: QD QUADRA 2 CONJUNTO B S/N LOTE 11/12/ F / NUCLEO BANDEIRANTE / BRASILIA / DF / 73736-202

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:19/01/2021 a 17/02/2021

Certificação Número: 2021011904241176503194

Informação obtida em 26/01/2021 12:49:04

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo de contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de carimbos, com fornecimento de material.

Aprovados os Estudos Preliminares (1013444) e o Pedido de Aquisição de Material (1014438), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v.1 (1024067), o qual foi ratificado pela unidade demandante, por meio do Despacho n. 1025596 da Seção de Serviços Gerais (SESER). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1028898, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa HBL Carimbos e Placas Industria e Comércio Ltda.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1026442) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Doc. 1026639 e Despacho SOF 1026684). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa HBL Carimbos e Placas Industria e Comércio Ltda, para contratar com a Administração, consta no arquivo 1030347.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1030367, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **HBL Carimbos e Placas Industria e Comércio Ltda**, inscrita no **CNPJ** sob o n. **72.649.361/0001-74**, no valor de **R$ 600,00 (seiscentos reais)**, com vistas à contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de carimbos, com fornecimento de material.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Respeitosamente,

Silvia Maria Guapindaia Peixoto
Secretária de Administração Substituta

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO**, **SECRETÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 04/02/2021, às 17:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1030423** e o código CRC **B059E6B5**.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**72.649.361/0001-74**	DUNS®:	**913547902**
Razão Social:	**HBL CARIMBOS E PLACAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**		
Nome Fantasia:	**HBL CARIMBOS E PLACAS**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**22/10/2021**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**04/07/2021**
FGTS		Validade:	**20/02/2021**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**23/07/2021**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital		Validade:	**30/03/2021**
Receita Municipal	(Isento)		

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2021**

CPF: 775.823.221-34 Nome: ELIABE BEZERRA DE SENA
Ass: _____

Data e hora da consulta: 05/02/2021 12:34
Usuário: 77582322134

Nota de Empenho

UG Emitente	Nome da UG Emitente	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

Ano	Tipo	Número
2021	NE	144

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339030	40103	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
05/02/2021	Ordinário	00012/2021	-	600,00

Favorecido	Nome do Favorecido
72649361000174	HBL CARIMBOS E PLACAS INDUSTRIA E COMERCIO LT

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
11	DISPENSA DE LICITACAO	LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição

00012/2021 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE CARIMBOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL.
CONFORME DESPACHOS SAD 1030423 E DG 1030634.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
000	05/02/2021 12:33:54	Inclusão

Data e hora da consulta: 05/02/2021 12:34
Usuário: 77582322134

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	600,00

Subelemento 16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	CARIMBO RETANGULAR AUTOENTINTADO, COM BORRACHA EM FOTOPOLÍMERO, MEDINDO 3,8CM X 1,4CM. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1013909.	70,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/02/2021	Inclusão	5,00000	14,0000	70,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	CARIMBO RETANGULAR AUTOENTINTADO, COM BORRACHA EM FOTOPOLÍMERO, MEDINDO 4,7CM X 1,8CM. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1013909.	80,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/02/2021	Inclusão	5,00000	16,0000	80,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
003	CARIMBO RETANGULAR AUTO-ENTINTÁVEL, COM BORRACHA EM FOTOPOLÍMERO, MEDINDO 5,8 CM X 2,2CM. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1013909.	100,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/02/2021	Inclusão	5,00000	20,0000	100,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
004	CONFECÇÃO DE BORRACHA EM FOTOPOLÍMERO, MEDINDO ATÉ 25CM², COM ADESIVO, DESTINADA À REUTILIZAÇÃO DE CARIMBOS AUTOMÁTICOS. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1013909.	200,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/02/2021	Inclusão	40,00000	5,0000	200,00

Versão	Data/Hora	Operação
000	05/02/2021 12:33:54	Inclusão

Data e hora da consulta: 05/02/2021 12:34
Usuário: 77582322134

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa

339030 - MATERIAL DE CONSUMO

Subelemento 16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE

Seq.	Descrição	Valor do Item
005	REFIL PARA CARIMBO AUTOENTINTADO MEDINDO 3,8CM X 1,4CM. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1013909.	70,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/02/2021	Inclusão	10,00000	7,0000	70,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
006	REFIL PARA CARIMBO AUTOENTINTADO MEDINDO 4,7CM X 1,8CM. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PAMS 1013909.	80,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/02/2021	Inclusão	10,00000	8,0000	80,00

Versão	Data/Hora	Operação
000	05/02/2021 12:33:54	Inclusão

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PORTARIA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO N. 3 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre designação de gestores dos objetos da Nota de Empenho n. 2021NE000144.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO SUBSTITUTA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, com fundamento na Portaria n. 411 de 30 de novembro de 2018, e tendo em vista o que consta do Processo n. 00012/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **Paulo Cesar de Souza Lacerda**, matrícula n. 1925, e a servidora **Karlla Silene Lima da Cunha**, matrícula n. 1134, como gestor e gestora substituta, respectivamente, da Nota de Empenho n. 2021NE000144, emitida em favor da empresa HBL Carimbos e Placas Indústria e Comércio LTDA (CNPJ nº 72.7649361/0001-74), tendo por objeto a prestação de serviços de confecção de carimbos, com fornecimento de material.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Sílvia Maria Guapindaia Peixoto
Secretária de Administração Substituta

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO**, **SECRETÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 09/02/2021, às 14:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1032436** e o código CRC **439757A4**.

Ato de dispensa



Serviços de lavanderia

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Estudos preliminares **1**
Pedido de aquisição de material e serviços **5**
Certidões negativas – Lavanderia RSM **8**
Certidões negativas – Lavanderia Cristal **10**
Despacho SAD **12**
SICAF **14**
Nota de empenho **15**
Portaria SAD **18**

ESTUDOS PRELIMINARES

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Serviços de lavanderia a fim de recolher, levar e passar, forros, tolhas de mesa e panos de prato utilizados na Copa e no Centro de Apoio à Amamentação e Cuidado Infantil do CNJ e os tapetes utilizados em algumas salas do Conselho.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

A contratação do serviço atenderá a autoridades, servidores, terceirizados que utilizam dos serviços da copa, bem como os que trabalham no CEAME e as crianças até 18 meses lá atendidas.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

O objeto tem conexão com o planejamento estratégico instituído pela Portaria-Presi n. 167/2015, pois visa "garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ", bem como "Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua"

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

Os serviços de lavanderia (lavar e passar) deverão recolher as peças no CNJ e devolver no prazo estabelecido. Os produtos utilizados não podem danificar as peças ou provocar alergias nos usuários.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

O modelo vigente de contratação no Conselho Nacional de Justiça é dispensa de licitação, por meio da Nota de Empenho 2020NE00280, tal modelo atende a demanda existente tendo em vista a fundamentação no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/1993.

3.2 Identificação das opções disponíveis

	opções disponíveis	Detalhamento das soluções
1	Lavagem a base de água	* Pré-tratamento com produtos para tirar as manchas das peças, caso possuam; * As peças são lavadas na máquina ou manualmente, dependendo da situação, com objetivo de não prejudicar na coloração da mesma e evitar o encolhimento e a distorção dos tecidos. *Serviço de lavanderia num processo de limpeza com água, centrifuga, seca e passa roupas.
2	Lavagem a seco	* Não se utiliza água no procedimento. * No inicio é feito um pré-tratamento do tecido com aditivos especiais, que são compatíveis com o solvente da lavagem a seco. * A roupa é seca em uma temperatura baixa e após é passada.
3	lavanderia hospitalar	Peças utilizadas nos serviços de saúde, que requer procedimentos específicos,determinados pela ANVISA, desde o recolhimento até embalagem das roupas

3.3 Adequação do ambiente

Não há necessidade de quaisquer adequação ou mudanças no ambiente do CNJ, tendo em vista que os serviços serão realizados na estrutura da empresa contratada.

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

A contratação das opções de lavagem a base de água e lavagem a seco atendem a higienização das peças e o custo não é oneroso, visto a amplitude da concorrência no mercado para prestação dos serviços de lavanderia. O custo da contratação de terceirização dos serviços é inferior a prestação do serviço no CNJ, pois incluiria contratação de pessoal, adequação de ambiente e aquisição de maquinário. Ressalto, que não dispomos de área para prestação do serviço no CNJ.

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

A solução que adequa a demanda do CNJ é a lavagem a base de água e a lavagem a seco.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

A planilha abaixo foi elaborada tendo por base o consumo em 2020 e a previsão para utilização das peças de copa nos eventos em 2021. Optou-se por manter o quantitativo do CEAME, conforme Despacho DG 0981519, tendo ainda em vista o ano atípico de 2020 que foi impactado pela pandemia da COVID 19 o que levou o CNJ a estabelecer medidas preventivas adotadas pela Administração do CNJ por meio da Portaria n. 63/2020, de 17/03/2020. Sendo assim não houve funcionamento do CEAME.

Tendo em vista o reestabelecimento das sessões plenárias presenciais e expectativa de retorno de funcionamento do CEAME e a com finalidade de não causar prejuízos futuros ao atendimento da demanda, pela prestação de serviços de lavanderia, se mantêm o mesmo quantitativo de 2020 para alguns itens e acrescentamos o quantitativo de outros itens, visto a demanda da copa para atender aos eventos presenciais do CNJ.

PLANILHA CONSUMO 2020

Item	Descrição detalhada	Unidade	Quantitativo anual previsto 2020	Quantitativo anual executado 2020	média mensal
1	Forro para carrinho de serviço (dimensão de cada peça: 60 x 90 cm)	Unidade	05	05	0,4
2	Toalha de gourgurinho (área de cada peça: 13,90 m2)	Unidade	40	40	3
3	Toalha de Mesa (área de cada peça: entre 4,61 e 7.06 m2)	Unidade	54	54	5
4	panos de prato	Unidade	250	28	2
5	capas de bebê conforto	Unidade	200	20	2
6	Tapete Medindo (média 82 X 60,5CM)	Unidade	100	58	5

PLANILHA PREVISÃO PARA 2021

Item	Descrição detalhada	Unidade	Quantitativo Previsto anual 2021	STF	STJ	CNJ	Valor Médio	Total anual
1	Forro para carrinho de serviço (dimensão de cada peça: 60 x 90 cm)	Unidade	15	2,73		2,49	2,61	39,15
2	Toalha de gourgurinho (área de cada peça: 13,90 m2)	Unidade	100	28,00		34,90	31,45	3.145,00
3	Toalha de Mesa (área de cada peça: entre 4,61 e 7.06 m2)	Unidade	90	14,00		17,90	15,95	1.435,00
4	panos de prato	Unidade	200			1,90	1,90	380,00
5	capas de bebê conforto	Unidade	180			3,99	3,99	718,20
6	Tapete Medindo (média 82 X 60,5CM)	Unidade	100	12,50	11,81	15,90	13,40	1.340,00
							Valor Total	**7.052,35**

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

A solução não é divisível, tendo em vista que geraria desinteresse às empresas competidores por ser prestação de serviço com quantitativo inexpressivo em relação ao mercado.

7. RISCOS DA AQUISIÇÃO

Análise de Risco:

Risco 1	**Morosidade no processo licitatório**		
Probabilidade (Alta, média e baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	Atraso no processo de contratação	Médio
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Compromisso das unidades para tramitação célere do processo de contratação.		Unidade envolvidas no processo licitatório.
Risco 2	**Ausência de empresas concorrentes**		
Probabilidade (Alta, média e baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	Perda do processo de dispensa de licitação	Médio
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Revisão do Termo de Referência		SESER
1	Revisão na pesquisa de preços		SECOM
Risco 3	**Atraso no fornecimento do objeto**		
Probabilidade (Alta, média e baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	Atrasos na prestação dos serviços	Médio
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Comunicação com empresa para verificar possíveis causas de atrasos e providencias para evitar atrasos.		SESER
1	Aplicação de penalidades previstas no Termo de Referência.		SESER/SAD
Risco 4	**Inexecução parcial ou total da prestação dos serviços**		
Probabilidade (Alta, média e baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	inexecução da prestação dos serviços	Alto
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	elaboração de novo Termo de Referência		SESER

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Quanto a critérios: Técnico, Operacional, regulamentar e financeiro é dever da contratada prestar os serviços definidos pelo CNJ, conforme solicitação prévia da Unidade responsável, bem como responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais relativos à execução do objeto.

Quanto ao CNJ, o mesmo dispõe de orçamento previamente programado para arcar com as despesas da contratação, tendo em vista programação anual de contratações.

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

A Contratação terá vigência de 12 meses, contados a partir de sua assinatura.

11. CONCLUSÃO DO GESTOR

Tendo em vista a necessidade da prestação dos serviços das demandas do CEAME e copa do CNJ verifica-se que as justificativas quanto ao tipo de contratação e planilha com quantitativo apresentado atendem as exigências contidas no documento.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
José dos Santos Pugas	jose.pugas@cnj.jus.br	5049	SESER
karlla Silene da Cunha	karllac@cnj.jus.br	5046	SESER

Documento assinado eletronicamente por **KARLLA SILENE LIMA DA CUNHA**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS**, em 05/01/2021, às 13:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1012959** e o código CRC **F9ABCDAD**.

CNJ	**PAMS – PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS** **SERVIÇOS**

1. **Objeto:** Contratação de Serviços de lavanderia

2. **Descrição dos serviços:** Serviços de Lavanderia a fim de recolher, levar e passar, forros, tolhas de mesa e panos de prato utilizados na Copa e no Centro de Apoio à Amamentação e Cuidado Infantil do CNJ e os tapetes utilizados em algumas salas do Conselho.

Item	**Descrição**	**Quantidade/Anual**	**Unidade**	Método
1	Forro para carrinho de serviço (dimensão de cada peça: 60 x 90 cm)	15	Unidade	Lavagem a água
2	Toalha de gourgurinho (área de cada peça: 13,90 m2)	100	Unidade	Lavagem a água
3	Toalha de Mesa (área de cada peça: entre 4,61 e 7.06 m2)	90	Unidade	Lavagem a água
4	Panos de prato	200	Unidade	Lavagem a água
5	Capas de bebê conforto	180	Unidade	Lavagem a água
6	Tapete Medindo 82 X 60,5CM	100	Unidade	Lavagem a Seco

3. **Prazo de Execução dos Serviços:**

05 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Serviço ou nota de empenho, ou até o recebimento definitivo do objeto, o que ocorrer primeiro.

4. **Procedimentos de Realização dos Serviços:**

a) A Contratada procederá à retirada das peças um dia após o recebimento da Ordem de Serviço. A entrega das peças deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço, no horário compreendido entre 13 e 18h;

b) A Contratada deverá executar os serviços solicitados a título emergencial no prazo máximo de 24 horas, a contar da solicitação expressa do Contratante, enviada por fax ou e-mail;

c) As entregas e retiradas deverão acontecer na Seção de Serviços gerais, Setor de Administração Federal Sul SAF/SUL Quadra 02, lotes 05 e 06, blocos E e F, sendo acompanhada por responsável designado por esta Seção, que fará o registro e controle dos quantitativos de materiais;

5. **Obrigações da Contratada:**

a. Responsabilizar-se por qualquer extravio ou danos causados às peças durante a prestação dos serviços, obrigando-se a Contratada a promover a reparação do dano, o devido ressarcimento ou a reposição do material;

b. Garantir a qualidade dos serviços prestados, devendo refazer os serviços considerados insatisfatórios no prazo de vinte e quatro horas, a contar do recebimento da notificação, sem quaisquer ônus adicionais.

c. Comunicar ao Contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;

d. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CNJ ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

e. Manter em dia as obrigações fiscais e trabalhistas durante o prazo de entrega até o pagamento;

f. Exigir de seus empregados o uso permanente de crachá, em lugar visível, enquanto permanecerem nas dependências do CONTRATANTE;

g. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais;

h. Manter-se, durante toda a execução da Nota de Empenho, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

i. Designar, formalmente, preposto para tratar de assuntos relacionados à execução do objeto;

j. Exigir que seus empregados se submetam às normas e aos regulamentos internos do Contratante, quando da realização dos serviços;

Obrigações do Contratante:

a Permitir, durante a vigência da Nota de Empenho, acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a coleta e entrega do material, desde que observadas as normas de segurança;

b. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

c. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

d.Comunicar à Contratada qualquer irregularidade constatada durante à execução da Nota de Empenho.

e. Promover o pagamento dentro do prazo estipulado desde que atendidos os requisitos previstos neste PAMS-Contratações de Serviços.

f. Designar gestor para executar a fiscalização da Nota de Empenho;

g. Recusar qualquer serviço executado fora das especificações.

h. Sugerir as sanções previstas neste instrumento assegurada à Contratada o contraditório e a ampla defesa.

7. **Fiscalização do Recebimento:**

A Administração acompanhará o fornecimento do objeto para o fiel cumprimento avençado, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93.

8. **Condições de Recebimento:**

A Contratada procederá à retirada das peças no dia posterior ao recebimento da Ordem de Serviço. A entrega das peças deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço, no horário compreendido entre 13 e 18h;

9. **Forma de Pagamento:**

a) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na nota de empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto no item "a" será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10. **Penalidades:**

a) No caso de atraso injustificado para a entrega do material a contratada estará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a.1) advertência;

a.2) multa, no valor de:

a.2.1) 1% (um por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado na prestação do serviço, limitado a 5 (cinco) dias corridos;

a.2.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, no caso de atraso injustificado na prestação do serviço por prazo superior ao estabelecido na alínea “a.2.1”, com aceitação do objeto pela Administração;

a.2.3) no caso de atraso injustificado na prestação do serviço por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea “a.2.5”;

a.2.4) 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

a.2.5) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação

11. **Contrato:**

a) Após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, a empresa estará automaticamente vinculada a todas as condições estabelecidas neste PAMS-Pedido de Aquisição de Material e Serviços.

Documento assinado eletronicamente por **KARLLA SILENE LIMA DA CUNHA**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS**, em 06/01/2021, às 11:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1013163** e o código CRC **6F928CB1**.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**21.147.934/0001-20**	DUNS®:	**944777381**
Razão Social:	**RSM SERVICOS DE LIMPEZA - EIRELI**		
Nome Fantasia:	**CASA LIMPA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**25/06/2021**
Natureza Jurídica:	**EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento (Possui Pendência)

II - Habilitação Juridica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal (Possui Pendência)

Receita Federal e PGFN		Sem Informação	
FGTS		Validade:	**03/02/2021**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**19/07/2021**

Certidões Negativas Lavanderia RSM (1023396) SEI 10923/2020 / pg. 8

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 043017333882021
NOME: RSM SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI ME
ENDEREÇO: SGCV LT 11 BL F SL 21
CIDADE: ZONA INDUSTRIAL GUAR
CNPJ: 21.147.934/0001-20
CF/DF: 0769736400143 - ATIVA

FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPVA .

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5172/66 – CTN.
Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.
Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04 / 07 / 2003, gratuitamente. Válida até 21 de abril de 2021. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública,
em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 21/01/2021 às 12:14:00 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

Certidões Negativas Lavanderia RSM (1023396) SEI 10923/2020 / pg. 9

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nª 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**01.319.181/0001-86**	DUNS®:	**951427970**
Razão Social:	**LAVANDERIA CRISTAL SERVICOS EXPRESSOS EIRELI**		
Nome Fantasia:	**LAVANDERIA CRISTAL**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**31/12/2021**
Natureza Jurídica:	**EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**13/06/2021**
FGTS		Validade:	**02/02/2021**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**21/06/2021**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital		Validade:	**24/03/2021**
Receita Municipal	(Isento)		

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2021**

Certidões Negativas Lavanderia Cristal (1028016) SEI 10923/2020 / pg. 10

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 01.319.181/0001-86
Razão Social: JOSE ALBERTO SILVA BEZERRA
Endereço: SHCG \NORTE COM LOCAL RES QD 708 BL D S/N LOJA 50 / ASA NORTE / BRASILIA / DF / 70740-764

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:23/01/2021 a 21/02/2021

Certificação Número: 2021012302283672410803

Informação obtida em 01/02/2021 18:30:16

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Certidões Negativas Lavanderia Cristal (1028016) SEI 10923/2020 / pg. 11

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de lavandeira.

Aprovados os Estudos Preliminares (1013000) e o Pedido de Aquisição de Material (1013484), a Seção de Compras (SECOM) juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v.1 (1023398), o qual foi ratificado pela unidade demandante, mediante Despacho n. 1024101 da Seção de Serviços Gerais (SESER). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1028794, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa Lavanderia Cristal Serviços Expressos Eireli ME.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1025154) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Doc. 1025372 e Despacho SOF 1025543). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa Lavanderia Cristal Serviços Expressos Eireli ME, para contratar com a Administração, consta no arquivo 1030218.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1030219, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **Lavanderia Cristal Serviços Expressos Eireli ME**, inscrita no **CNPJ** sob o n. **01.319.181/0001-86**, no valor de **R$ 4.533,65 (quatro mil quinhentos e trinta e três reais e sessenta e cinco centavos)**, com vistas à contratação de empresa especializada em serviços de lavandeira.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Respeitosamente,

Silvia Maria Guapindaia Peixoto
Secretária de Administração Substituta

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO**, **SECRETÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 04/02/2021, às 15:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1030267** e o código CRC **69B2C65D**.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**01.319.181/0001-86**	DUNS®:	**951427970**
Razão Social:	**LAVANDERIA CRISTAL SERVICOS EXPRESSOS EIRELI**		
Nome Fantasia:	**LAVANDERIA CRISTAL**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**31/12/2021**
Natureza Jurídica:	**EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**13/06/2021**
FGTS		Validade:	**21/02/2021**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**02/08/2021**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital		Validade:	**24/03/2021**
Receita Municipal	(Isento)		

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2021**

CPF: 512.283.351-68 Nome: MARIA MIRTES DE LIMA
Ass: _____

SICAF (1030906) SEI 10923/2020 / pg. 14

Data e hora da consulta: 05/02/2021 13:54
Usuário: 51228335168

Nota de Empenho

UG Emitente	Nome da UG Emitente	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

Ano	Tipo	Número
2021	NE	145

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167502	0100000000	339039	40103	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
05/02/2021	Global	10923/2020	-	4.533,65

Favorecido	Nome do Favorecido
01319181000186	LAVANDERIA CRISTAL SERVICOS EXPRESSOS EIRELI

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
11	DISPENSA DE LICITACAO	LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-

Descrição

10923/2020. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA.
CONFORME DESPACHO DG 1030451.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
000	05/02/2021 13:52:58	Inclusão

Data e hora da consulta: 05/02/2021 13:54
Usuário: 51228335168

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	4.533,65

Subelemento 46 - SERVICOS DOMESTICOS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	FORRO PARA CARRINHO DE SERVIÇO (DIMENSÃO DE CADA PEÇA: 60X90 CM)	37,35

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/02/2021	Inclusão	15,00000	2,4900	37,35

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	TOALHA DE GOURGURINHO (ÁREA DE CADA PEÇA: 13,90 M²).	1.499,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/02/2021	Inclusão	100,00000	14,9900	1.499,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
003	TOALHA DE MESA (ÁREA DE CADA PEÇA: ENTRE 4,61 E 7,06 M²)	899,10

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/02/2021	Inclusão	90,00000	9,9900	899,10

Seq.	Descrição	Valor do Item
004	PANOS DE PRATO	380,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/02/2021	Inclusão	200,00000	1,9000	380,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
005	CAPAS DE BEBÊ CONFORTO.	718,20

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/02/2021	Inclusão	180,00000	3,9900	718,20

Versão	Data/Hora	Operação
000	05/02/2021 13:52:58	Inclusão

Data e hora da consulta: 05/02/2021 13:54
Usuário: 51228335168

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa

339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC

Subelemento 46 - SERVICOS DOMESTICOS

Seq.	Descrição	Valor do Item
006	TAPETE MEDINDO 82 X 60,5 CM. DEMAIS CONDIÇÕES NO PAMS 1013163.	1.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05/02/2021	Inclusão	100,00000	10,0000	1.000,00

Versão	Data/Hora	Operação
000	05/02/2021 13:52:58	Inclusão

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PORTARIA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO N. 4 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre designação de gestores dos objetos da Nota de Empenho n. 2021NE000145.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO SUBSTITUTA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, com fundamento na Portaria n. 411 de 30 de novembro de 2018, e tendo em vista o que consta do Processo n. 10923/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **Paulo Cesar de Souza Lacerda**, matrícula n. 1925, e a servidora **Karlla Silene Lima da Cunha**, matrícula n. 1134, como gestor e gestora substituta, respectivamente, da Nota de Empenho n. 2021NE000145, emitida em favor da empresa Lavanderia Cristal Serviços Expressos EIRELI (CNPJ nº 01.319.181/0001-86), tendo por objeto a prestação de serviços de lavanderia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Sílvia Maria Guapindaia Peixoto
Secretária de Administração Substituta

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO**, **SECRETÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 09/02/2021, às 14:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1032449** e o código CRC **AD4C8AE6**.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto aquisição de microcomputador tipo tablet. Os Estudos Preliminares (1109754) e o Termo de Referência (1109756), aprovados pelo Despacho DTI n. 1110250, balizaram a licitação do item 1 do Pregão Eletrônico n. 33/2021, a qual restou fracassada, conforme Relatório CPL (1199762).

2. Assim, a unidade demandante, seguindo a orientação constante do Despacho SEEDI n. 1210214, elaborou o PAMS - Pedido de Aquisição de Material - SEATE (1212576). Em seguida, com a aprovação do referido PAMS (de acordo com o Despacho SAD n. 1212682), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v.2 (1221215), o qual foi ratificado pela unidade demandante (Despacho SEATE n. 1221228). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM n. 1222058, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa MICROSENS S/A (1221113).

3. Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Classificação da Despesa SCONT 1146680) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR n. 1221378). O SICAF (1222237) comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa MICROSENS S/A, para contratar com a Administração.

4. Consoante demonstrado na Lista de Verificação SAD (1222238), os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos.

5. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> *Art. 24. É dispensável a licitação:*
>
> *II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.*

6. Nesses termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, **declaro** a dispensa de licitação para contratar a empresa MICROSENS S/A, inscrita no CNPJ n. 78.126.950/0011-26, no valor de R$ 17.568,00 (dezessete mil, quinhentos e sessenta e oito reais), com vistas à aquisição de 6 (sies) microcomputadores tipo tablet.

7. Ante o exposto, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

8. Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Getulio Vaz
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 03/12/2021, às 16:57, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1222353** e o código CRC **A764B462**.

03693/2021 1222353v3

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Trata-se do processo administrativo que tem por objeto aquisição de microcomputador tipo tablet. Os Estudos Preliminares (1109754) e o Termo de Referência (1109756), aprovados pelo Despacho DTI n. 1110250, balizaram a licitação do item 1 do Pregão Eletrônico n. 33/2021, a qual restou fracassada, conforme Relatório CPL (1199762).

2. Considerando o teor do Despacho SAD 1222353, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor de R$ 17.568,00 (dezessete mil, quinhentos e sessenta e oito reais), e **autorizo** a contratação da empresa MICROSENS S/A, CNPJ nº 78.126.950/0011-26, com vistas à aquisição de 6 (seis) microcomputadores tipo tablet.

3. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

4. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa e posterior emissão de nota de empenho.

5. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 03/12/2021, às 18:02, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1222549** e o código CRC **79D2EB98**.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a aquisição de troféus para os eventos Ranking da Transparência e Prêmio CNJ de Qualidade.

Aprovados os Estudos Preliminares (1124815) e o Pedido de Aquisição de Material (1127349), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços (1132209), o qual foi ratificado pela unidade demandante (1132614) e ao qual **aprovo**. A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1134679, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa HBL Carimbos e Placas Indústria e Comércio LTDA.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Classificação da Despesa SCONT 1133623) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1134201). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa HBL Carimbos e Placas Indústria e Comércio LTDA, para contratar com a Administração, consta no arquivo 1134709.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1134710, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa HBL Carimbos e Placas Indústria e Comércio LTDA, inscrita no **CNPJ** sob o n. 72.649.361/0001-74 no valor de R$ 4.061,80 (quatro mil, sessenta e um reais e oitenta centavos), com vistas à aquisição de 46 (quarenta e seis) troféus para os eventos Ranking da Transparência e Prêmio CNJ de Qualidade.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Respeitosamente,

Silvia Maria Guapindaia Peixoto
Secretária de Administração em Substituição

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO**, **SECRETÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 28/07/2021, às 21:44, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1134711** e o código CRC **10386992**.

04953/2021 1134711v4

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1134711, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de **R$ 4.061,80 (quatro mil, sessenta e um reais e oitenta centavos)**, e **autorizo** a contratação da empresa HBL Carimbos e Placas Indústria e Comércio LTDA, CNPJ nº 72.649.361/0001-74, com vistas à aquisição de 46 (quarenta e seis) troféus para os eventos Ranking da Transparência e Prêmio CNJ de Qualidade.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 29/07/2021, às 18:52, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1134992** e o código CRC **C1811EEB**.

04953/2021 1134992v3

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto aquisição de Digital Object Identifier (DOI), para os artigos da e-Revista CNJ, conforme PAMS - Aquisição de Material COIN 1184185.

Aprovados os Estudos Preliminares (1006570) e o PAMS - Aquisição de Material COIN (1199308), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v.1 (1208342), o qual foi ratificado pela unidade demandante, conforme Despacho COIN 1209185. A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1211599, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa E F Telles Marketing Digital e Editora.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1209636) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Doc. 1210317 e Despacho SEPOR 1210321). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa E F Telles Marketing Digital e Editora, para contratar com a Administração, consta no arquivo 1217594.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1217595, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **E F Telles Marketing Digital e Editora**, inscrita no **CNPJ** sob o n. **27.339.106/0001-70**, no valor de **R$ 984,00 (novecentos e oitenta e quatro reais)**, com vistas à aquisição de Digital Object Identifier (DOI), para os artigos da e-Revista CNJ.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

GETULIO VAZ
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 29/11/2021, às 10:29, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1217598** e o código CRC **936FF118**.

05647/2020 1217598v5

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1217598, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de **R$ 984,00** (novecentos e oitenta e quatro reais), e **autorizo** a contratação da empresa **E F Telles Marketing Digital e Editora**, CNPJ nº 27.339.106/0001-70, com vistas à aquisição de Digital Object Identifier (DOI), para os artigos da e-Revista CNJ.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 29/11/2021, às 18:01, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1218241** e o código CRC **823F990E**.

05647/2020 1218241v4



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a aquisição de HDs externos e HDs e SSDs para o Conselho Nacional de Justiça para auxiliar a equipe de atendimento no processo de realização de *backups*.

Aprovados os Estudos Preliminares (1186775) e o PAMS - Aquisição de Material SEATE (1190327), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v.2 (1220137), o qual foi ratificado pela unidade demandante (1220383). Dessa forma, com fulcro na Portaria DG n. 411/2018 (0578958), **aprovo** o referido Mapa Comparativo. A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1225263, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa GRÁFICA E PAPELARIA BRAGA EIRELI.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Classificação da Despesa SCONT 1220718) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1223471). As certidões que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista da empresa GRÁFICA E PAPELARIA BRAGA EIRELI, para contratar com a Administração, constam dos arquivos 1226039 e 1226041.

Observa-se que o presente objeto consta do item 182 do Plano Anual de Aquisições de 2021. No entanto, a tabela não pôde ser preenchida corretamente por esta unidade porque, conforme especificado no Despacho SAD 1226052, o item consta como aquisição por licitação e não como contratação direta.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1226043, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, no inciso IV do art 1o. da Portaria DG n. 411/2018 e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, **declaro a dispensa de licitação** para contratar a empresa GRÁFICA E PAPELARIA BRAGA EIRELI, inscrita no **CNPJ** sob o n. **01.523.959/0001-74**, no valor de **R$ 11.768,00 (onze mil, setecentos e sessenta e oito reais)**, com vistas à aquisição de HDs externos e HDs e SSDs para o Conselho Nacional de Justiça para auxiliar a equipe de atendimento no processo de realização de *backups*.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

GETULIO VAZ
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 10/12/2021, às 10:13, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1226050** e o código CRC **41AA7ACC**.

07244/2021 1226050v10

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1226050, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor de R$ 11.768,00 (onze mil, setecentos e sessenta e oito reais), e **autorizo** a contratação da empresa GRÁFICA E PAPELARIA BRAGA EIRELI, CNPJ nº 01.523.959/0001-74, com vistas à aquisição de HDs externos e HDs e SSDs para o Conselho Nacional de Justiça para auxiliar a equipe de atendimento no processo de realização de *backups*.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 10/12/2021, às 15:01, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1226602** e o código CRC **E70B43B6**.

07244/2021 1226602v2

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a aquisição de refis para os filtros Soft Everest Plus instalados no Conselho Nacional de Justiça.

Aprovados os Estudos Preliminares (1187914) e o PAMS - Aquisição de Material SESER (1188226), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços (1210205), o qual foi ratificado pela unidade demandante (1211134). Com fundamento na Portaria DG n. 411/2018 (0578958), **aprovo** o referido documento. A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1214192, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa Biopure Comércio e Serviços em Equipamentos Médicos Ltda. Cabe ressaltar que embora tenham sido encontrados preços menores junto à internet/contratos/pregões eletrônicos, esses valores foram desconsiderados, tendo em vista a impossibilidade do CNJ adquirir o objeto diretamente dessas fontes.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1211702) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1211838). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa Biopure Comércio e Serviços em Equipamentos Médicos Ltda. para contratar com a Administração, consta no arquivo 1214705.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação SAD 1214737, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no inciso III do art. 1º da Portaria DG n. 411/2018 e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **Biopure Comércio e Serviços em Equipamentos Médicos Ltda**, inscrita no **CNPJ** sob o n. **13.332.007/0001-52** no valor de **R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais)**, com vistas à aquisição de refis para os filtros Soft Everest Plus.

Dessa forma, com fundamento no art. 3º, inciso XI, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 4 de junho de 2010, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

GETULIO VAZ
Secretário de Administração



Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 24/11/2021, às 14:20, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1214739** e o código CRC **287B1AF2**.

07534/2021 1214739v9

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1214739, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. XI, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de **R$ 1.800,00** (mil e oitocentos reais), e **autorizo** a contratação da empresa Biopure Comércio e Serviços em Equipamentos Médicos Ltda, CNPJ nº 13.332.007/0001-52, com vistas à aquisição de refis para os filtros Soft Everest Plus.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 24/11/2021, às 15:30, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1214928** e o código CRC **856F24DD**.

07534/2021 1214928v3

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo, que tem por objeto a contratação de assinatura anual de banco de imagens, por meio digital (internet).

Aprovados os Estudos Preliminares (1102657) e o Pedido de Aquisição de Material (1106126), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços (1122700), o qual foi ratificado pela unidade demandante, por meio do Despacho n. 1123239 da Secretaria de Comunicação Social (SCS). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1134426, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa EASYPIX BRASIL COMERCIO E PRODUCÕES FOTOGRAFICAS LTDA-ME .

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1127359) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1127614 e Doc. 1127613). As certidões que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista da empresa EASYPIX BRASIL COMERCIO E PRODUCÕES FOTOGRAFICAS LTDA-ME, para contratar com a Administração, constam nos arquivos 1136275, 1136276, 1136279, 1136283 e 1136287.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1136288, os requisitos, para a declaração de dispensa de licitação, foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **EASYPIX BRASIL COMERCIO E PRODUCÕES FOTOGRAFICAS LTDA-ME**, inscrita no **CNPJ** sob o n. **12.216.271/0001-57,** no valor de **R$ 11.750,00 (onze mil setecentos e cinquenta reais)**, com vistas à contratação de de assinatura anual de banco de imagens, por meio digital (internet).

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Getulio Vaz
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 02/08/2021, às 13:57, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1136315** e o código CRC **DAF74A57**.

04244/2021 1136315v6

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1136315, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de **R$ 11.750,00** (onze mil setecentos e cinquenta reais), e **autorizo** a contratação da empresa EASYPIX BRASIL COMERCIO E PRODUCÕES FOTOGRAFICAS LTDA-ME, CNPJ nº 12.216.271/0001-57, com vistas à contratação de assinatura anual de banco de imagens, por meio digital (internet).

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 03/08/2021, às 16:47, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1137841** e o código CRC **A13C07E3**.

04244/2021 1137841v4

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a contratação de seguro predial, tipo risco relativo, para a sede do Conselho Nacional de Justiça, localizada na SAF SUL, QUADRA 02, LOTES 5/6, Brasília-DF.

Inicialmente e conforme publicação da Portaria Diretoria-Geral n. 411, de 30 de novembro de 2018, a qual delega à Secretaria de Administração competência para aprovar os pedidos de aquisição de material, e considerando que, de acordo com o Despacho n. 1142090 da Seção de Compras (SECOM), constatou-se que o PAMS - Contratação de Serviços SEMAP 1141485, com vistas à contratação em epígrafe, está de acordo com a IN n. 82/2020, **aprovo** o referido documento.

Após realização de pesquisa de preços, a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços V.4 (1148097), o qual foi ratificado pela unidade demandante (Despacho SEMAP 1148236). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado nos Despachos SECOM 1142090, SAD 1142644 e SECOM 1147579, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (1141239) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1141931). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa PORTO SEGURO, para contratar com a Administração, consta no arquivo 1148331.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1148334, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no **CNPJ** sob o n. **61.198.164/0001-60** no valor de **R$ 12.115,64 (doze mil cento e quinze reais e sessenta e quatro centavos)**, com vistas à contratação de seguro predial, tipo risco relativo, para a sede do Conselho Nacional de Justiça, localizada na SAF SUL, QUADRA 02, LOTES 5/6, Brasília-DF.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

GETULIO VAZ
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 20/08/2021, às 16:14, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1148338** e o código CRC **FB4DEA09**.

03493/2021 1148338v8

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1148338, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de **R$ 12.115,64** (doze mil cento e quinze reais e sessenta e quatro centavos), e **autorizo** a contratação da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ nº 61.198.164/0001-60, com vistas à contratação de seguro predial, tipo risco relativo, para a sede do Conselho Nacional de Justiça, localizada na SAF SUL, QUADRA 02, LOTES 5/6, Brasília-DF.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 23/08/2021, às 10:05, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1148436** e o código CRC **77008800**.

03493/2021 1148436v4



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral,

Senhor Diretor-Geral,

1. Trata-se de processo administrativo que tem por objeto a contratação de serviços de chaveiro, abertura e fechamento de portas, portões, gavetas, armários e cofres do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com fornecimento de material.

2. A unidade demandante da contratação (Seção de Segurança Interna - SESIN), elaborou os Estudos Preliminares (1110108) e o PAMS - Contratação de Serviços SESIN (1117479), aprovados por meio dos Despachos SAD n. 1117285 e 1125610. Na análise, a Seção de Compras - SECOM informou sobre a compatibilidade dos documentos com os normativos aplicáveis à matéria, conforme Despachos SECOM n. 1117017 e 1124620.

3. Em seguida, a Seção de Compras realizou a pesquisa de preços, cujo procedimento consta delineado nos Despachos SECOM n. 1153393 e 1156481, resultando no Mapa Comparativo de Preços v.1 (1153390), do qual se verifica que a empresa Chaveiro Hellio´s LTDA ME ofertou a proposta de menor preço (1153380).

4. Cabe ressaltar que o mapa comparativo de preços foi devidamente ratificado, conforme disposto nos Despachos SESIN n. 1153510.

5. Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF fizeram constar nos autos a Classificação da Despesa SCONT n. 1154057 e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa, Despacho SEPOR n. 1154835.

6. Os documentos que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista da empresa para contratar com a Administração constam do SICAF (1161690).

7. Consoante demonstrado na Lista de Verificação SAD (1161696), os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos.

8. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> *Art. 24. É dispensável a licitação:*
>
> *II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.*

9. Nesses termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, **declaro** a dispensa de licitação para contratar a empresa CHAVEIRO HELLIO'S LTDA ME, inscrita no CNPJ

n. 36.758.282/0001-38, no valor de R$ 13.850,00 (treze mil, oitocentos e cinquenta reais), com vistas a contratação de serviços de chaveiro, abertura e fechamento de portas, portões, gavetas, armários e cofres do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com fornecimento de material.

10. Ante o exposto, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

11. Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Getulio Vaz
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 13/09/2021, às 15:06, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1162076** e o código CRC **9160457E**.

04675/2021 1162076v9

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1162076, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de R$ **13.850,00** (treze mil, oitocentos e cinquenta reais), e **autorizo** a contratação da empresa CHAVEIRO HELLIO'S LTDA ME, CNPJ nº 36.758.282/0001-38, com vistas à contratação de serviços de chaveiro, abertura e fechamento de portas, portões, gavetas, armários e cofres do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com fornecimento de material.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 13/09/2021, às 18:21, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1163307** e o código CRC **557AC62F**.

04675/2021 1163307v3

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo, que tem por objeto a contratação de serviços de *mailing* jornalístico.

Aprovados os Estudos Preliminares (1162110) e o PAMS - Contratação de Serviços SCS (1166739), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v.1 (1187563), o qual foi ratificado pela unidade demandante, conforme Despacho SCS 1188290. A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1195299, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa Yellow Data - Soluções Inteligentes em TI Ltda.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1190914) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1191045 e Doc. 1191042). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa Yellow Data - Soluções Inteligentes em TI Ltda, para contratar com a Administração, consta no arquivo 1200550.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1200553, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **Yellow Data - Soluções Inteligentes em TI Ltda**, inscrita no **CNPJ** sob o n. **15.480.228/0001-01**, no valor de **R$ 8.280,00 (oito mil duzentos e oitenta reais)**, com vistas à contratação de serviços de *mailing* jornalístico. .

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Respeitosamente,

SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO
Secretária de Administração Substituta

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO**, **SECRETÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 05/11/2021, às 13:07, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1200724** e o código CRC **725B6DB4**.

06435/2021 1200724v4

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o Despacho SAD 1200724, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento no art. 3º, inciso XI, alínea "aj", da Portaria n. 112/2010, e no inciso II, do art. 24, da Lei n. 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de R$ 8.280,00 (oito mil duzentos e oitenta reais), e **autorizo** a contratação da empresa Yellow Data - Soluções Inteligentes em TI Ltda, CNPJ nº 15.480.228/0001-01, com vistas à contratação de serviços de *mailing* jornalístico.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Comunicação Social (SCS) e à Secretaria de Administração (SAD), para ciência e demais atos subsequentes.

Getúlio Vaz
Diretor-Geral Substituto

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **DIRETOR-GERAL EM SUBSTITUIÇÃO - DIRETORIA GERAL**, em 05/11/2021, às 17:22, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1201502** e o código CRC **F69C7A6E**.

06435/2021 1201502v3

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a contratação do serviço de confecção de quadros contendo impressão de fotografias para os ambientes internos do Conselho Nacional de Justiça.

2. Aprovados o Documento de Oficialização da Demanda - DOD (1104312), os Estudos Preliminares (1127820) e o PAMS - Contratação de Serviços SEART (1141025), conforme Despachos SAD n. 1124745, 1140903 e 1142546, respectivamente, a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v.2 (1167819), o qual foi ratificado pela unidade demandante (Despacho SEART n. 1167949). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com as informações do Despacho SECOM n. 1171843, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa Orion Comércio Varejista de Vidros e Molduras EIRELI.

3. Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a Classificação da Despesa SCONT n. 1168144 e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despachos SEPOR n. 1170697). Os documentos que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista da empresa para contratar com a Administração constam do SICAF (1175087).

4. Através do Despacho SECOM n. 1171843, a Seção de Compras informou que entende *"...salutar a análise dos detalhamentos contábeis 1171840 e 1171841, sobretudo no que tange aos limites da despesa dessa natureza para fins de contratação direta.*" Conforme consta no mencionado documento, ao analisar o detalhamento da conta contábil 4.4.90.52.44, observou-se que já consta a dispensa de licitação para contratar empresa especializada no serviço montagem de uma galeria com capacidade total de 182 fotografias, a qual foi instruída por meio do Processo n. 11192/2020.

5. Dessa forma, ao somarmos o montante das despesas da contratação já realizada (R$ 15.328,90) com o valor da nova contratação (R$ 15.980,00), chegaríamos ao montante de R$ 31.308,90, o qual ultrapassaria o valor permitido em Lei para a declaração de dispensa de licitação. Nesse contexto, torna-se necessário destacar o teor do Acórdão n. 2.557/2009 do Tribunal de Contas da União, a saber:

> "(...) para se verificar a ocorrência de fracionamento de despesa, é necessário analisar a natureza, semelhanças ou afinidades do produto adquirido ou do serviço contratado, e não apenas tomá-la pelo extrapolamento da despesa constante de determinada classificação contábil."

6. Ainda, registro que, por meio do Parecer n. 523/2013 da Assessoria Jurídica, relativo à dispensa de licitação para a aquisição e instalação de sinalização de emergência, aquele órgão

consultivo asseverou que:

> "Parágrafo 13 (...) considera-se que a superação do limite fixado no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/1993, em uma determinada classificação contábil, representa apenas um indício de fracionamento de despesa, e não uma evidência de sua ocorrência, e que o critério a ser aplicado para se afastar a realização da licitação é a análise da natureza, semelhança ou afinidades do produto adquirido ou do serviço contratado."
>
> "Parágrafo 23 (...) a discussão sobre a ocorrência de fracionamento de despesa de fato de vincula à caracterização da natureza, semelhanças ou afinidades dos bens ou dos serviços que se pretende adquirir."

7. Desse modo, visando dar subsídios para que a Secretaria de Administração pudesse avaliar a existência ou não de fracionamento da despesa, a Seção de Arquitetura - SEART (unidade demandante), por meio do Despacho n. 1174408, se pronunciou sobre as diferenças e/ou semelhanças do objeto deste processo em relação ao objeto do Processo n. 11192/2020. A SEART, informou o que segue transcrito abaixo:

> "1. A única semelhança entre os objetos reside na impressão do tipo "fine art" das fotografias;
>
> 2. Os objetos das distintas aquisições se diferem no formato, na composição dos elementos e, principalmente, no propósito a que se destinam;
>
> 3. Enquanto o presente Processo trata de quadros decorativos comuns, a serem pendurados em paredes, compostos de fotos de temas relacionados à missão institucional do CNJ, feitos de vidro comum**,** *passe-partout* em papel espacial, fundo em papel pluma (*foam*) e moldura em madeira laqueada; o objeto do Processo 11192/2020 visa instalar um único painel fixo de fotos de ex-conselheiros, em que a composição será feita em uma único painel de mdf **fixo** na parede, composto de displays em acrílico recortados para as fotos, espaçadores em aço, e testeira em aço com letras-caixa em acrílico;"

8. Considerando as informações trazidas aos autos pela SEART, observando os serviços já contratados e o PAMS juntado a este processo, fica comprovado que as especificações lançadas na conta contábil ***4.4.90.52.44*** são distintas da pretendida contratação, ressalvada a única semalhança entre os objetos frisada pela SERAT: *"impressão do tipo "fine art" das fotografias"*. Assim, entendo que resta afastada a hipótese de fracionamento de despesa, em razão de as contratações citadas não apresentarem afinidade com a contratação pretendida. Além disso, salvo melhor juízo, são objetos com funções, natureza e fins diversos. Logo, entendo que, no caso em tela, não há que se falar em fracionamento de despesa.

9. Consoante demonstrado na Lista de Verificação SAD n. 1175088, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

10. Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, **declaro** a dispensa de licitação para contratar a empresa Orion Comércio Varejista de Vidros e Molduras EIRELI, inscrita no CNPJ n. 29.306.159/0001-10, no valor de R$ 15.980,00 (quinze mil, novecentos e oitenta reais), com vistas à contratação do serviço de confecção de quadros contendo impressão de fotografias para os ambientes internos do Conselho Nacional de Justiça.

11. Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

12. Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Getulio Vaz
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 28/09/2021, às 19:12, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1175115** e o código CRC **84AB6801**.

04428/2021 1175115v9

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o Despacho SAD 1175115, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento no art. 3º, inciso XI, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor total de R$ 15.980,00 (quinze mil, novecentos e oitenta reais), e **autorizo** a contratação da empresa Orion Comércio Varejista de Vidros e Molduras EIRELI, CNPJ nº 29.306.159/0001-10, com vistas à contratação do serviço de confecção de quadros contendo impressão de fotografias para os ambientes internos do Conselho Nacional de Justiça.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), com vistas à Seção de Arquitetura (SEART), para ciência e demais atos subsequentes.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 04/10/2021, às 15:02, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1177153** e o código CRC **0539960D**.

04428/2021 1177153v6



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a contratação de serviços para a emissão de Certificado digital do Tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL.

Aprovados os Estudos Preliminares (1140084) e o PAMS - Contratação de Serviços (1140096), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços (1149226), o qual foi ratificado pela unidade demandante (Despacho SEGSI 1150924). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1152674, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa VALID CERTIFICADORA DIGITAL LTDA.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (1151682) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1152563). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa VALID, para contratar com a Administração, consta no arquivo 1152904.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1152905, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa VALID CERTIFICADORA DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 14.121.957/0001-09 no valor de R$ 174,00 (cento e setenta e quatro reais), com vistas à contratação de serviços para a emissão de Certificado digital do Tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Respeitosamente,

GETULIO VAZ
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 27/08/2021, às 19:32, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1152922** e o código CRC **9751230C**.

05972/2021 1152922v8

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1152922, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de **R$ 174,00 (cento e setenta e quatro reais)**, e **autorizo** a contratação da empresa Valid Certificadora Digital Ltda, CNPJ nº 14.121.957/0001-09, com vistas à contratação de serviços para a emissão de Certificado digital do Tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 30/08/2021, às 13:14, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1153309** e o código CRC **B8823977**.

05972/2021 1153309v3

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1222836, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de R$ 2.338,80 (dois mil, trezentos e trinta e oito reais e oitenta centavos), e **autorizo** a contratação da empresa EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES SA, CNPJ nº 09.132.659/0001-76, com vistas à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de TV por assinatura..

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 06/12/2021, às 17:06, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1223241** e o código CRC **28CD3F1A**.

06913/2021 1223241v3

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1222836, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de R$ 2.338,80 (dois mil, trezentos e trinta e oito reais e oitenta centavos), e **autorizo** a contratação da empresa EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES SA, CNPJ nº 09.132.659/0001-76, com vistas à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de TV por assinatura..

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 06/12/2021, às 17:06, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1223241** e o código CRC **28CD3F1A**.

06913/2021 1223241v3

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo administrativo que tem por objeto a contratação de empresa especializada na distribuição diária e semanal, inclusive nos sábados, domingos e feriados, de jornais e revistas impressos.

2. Aprovados os Estudos Preliminares SCS (1138207) e o PAMS - Contratação de Serviços SCS (1163953), conforme Despachos SAD n. 1163404 e 1170480, respectivamente, a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v.2 (1207547), o qual foi ratificado pela unidade demandante (Despacho SCS n. 1208028). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o que foi detalhado no Despacho SECOM n. 1214570, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa SEISELLES DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA EIRELI (1207545), no valor de R$ 7.867,20 (sete mil, oitocentos e sessenta e sete reais e vinte centavos).

3. Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a Classificação da Despesa (Desacho SCONT n. 1209425) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despachos SEPOR n. 1210267). O documento que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa para contratar com a Administração consta do SICAF (1215847).

4. Através do Despacho SECOM n. 1214570, a Seção de Compras informou que entende *"...salutar a análise dos detalhamentos contábeis (1214566 e 1214568), sobretudo no que tange aos limites da despesa dessa natureza, realizada e em andamento, para fins de contratação direta.*" Conforme consta nos mencionados documentos, ao analisar o detalhamento da conta contábil 3.3.90.39.01, observou-se que consta as seguintes dispensas de licitação realizadas nos últimos 12 meses:

a) prestação de serviços de TV por assinatura, R$4.056,00 (quatro mil e cinquenta e seis reais) - Processo n. 07381/2020;

b) contratação de empresa p/ distribuição de jornais e revistas impressos, Contrato n. 26/2020, R$ 7.449,75 (sete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos) - Processo n. 07996/2020;

c) contratação de serviços de *mailing*, R$ 9.000,00 (nove mil reais) - Processo n. 04911/2020;

d) fornecimento de assinatura de jornais e revistas em versão eletrônica, para acesso *on-line*, R$ 5.899,00 (cinco mil, oitocentos e noventa e nove reais) - Processo n. 01136/2021;

e) assinatura anual de banco de imagens, por meio digital (internet), R$ 11.750,00 (onze mil, setecentos e cinquenta reais) - Processo n. 04244/2021; e

f) contratação de empresa especializada para fornecimento de *mailing* de imprensa, R$ 8.280,00 (oito mil, duzentos e oitenta reais) - Processo n. 06435/2021.

5. Dessa forma, ao somarmos o montante das despesas acima (R$ 46.434,75) com o valor da presente contratação (R$ 7.867,20), chegaremos ao montante de R$ 54.301,95, o qual ultrapassa o valor permitido em lei para a declaração de dispensa de licitação. Nesse contexto, torna-se necessário destacar o teor do Acórdão n. 2.557/2009 do Tribunal de Contas da União, a saber:

> "(...) para se verificar a ocorrência de fracionamento de despesa, é necessário analisar a natureza, semelhanças ou afinidades do produto adquirido ou do serviço contratado, e não apenas tomá-la pelo extrapolamento da despesa constante de determinada classificação contábil."

6. Registre-se ainda que, por meio do Parecer n. 523/2013, relativo à dispensa de licitação para a aquisição e instalação de sinalização de emergência, a Assessoria Jurídica asseverou que:

> "Parágrafo 13 (...) considera-se que a superação do limite fixado no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/1993, em uma determinada classificação contábil, representa apenas um indício de fracionamento de despesa, e não uma evidência de sua ocorrência, e que o critério a ser aplicado para se afastar a realização da licitação é a análise da natureza, semelhança ou afinidades do produto adquirido ou do serviço contratado."
>
> ...
>
> "Parágrafo 23 (...) a discussão sobre a ocorrência de fracionamento de despesa de fato de vincula à caracterização da natureza, semelhanças ou afinidades dos bens ou dos serviços que se pretende adquirir."

7. Desse modo - excetuando-se o objeto da alínea "b" do item 4 acima, que será substituído pela contratação descrita neste expediente - observando-se os serviços já contratados e o PAMS juntado a este processo, fica demonstrado que as especificações lançadas na conta contábil ***3.3.90.39.01*** são distintas da pretendida contratação. Assim, entendo que resta afastada a hipótese de fracionamento de despesa, em razão de as contratações citadas não apresentarem afinidade com a contratação pretendida. Além disso, salvo melhor juízo, são objetos com funções, natureza e fins diversos. Logo, entendo que, no caso em tela, não há que se falar em fracionamento de despesa.

8. Consoante demonstrado na Lista de Verificação SAD n. 1215848, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

9. Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, **declaro** a dispensa de licitação para contratar a empresa SEISELLES DISTRIBUICAO E LOGISTICA EIRELI, inscrita no CNPJ n. 10.445.514/0001-04, no valor de R$ 7.867,20 (sete mil, oitocentos e sessenta e sete reais e vinte centavos), com vistas à contratação de empresa especializada na distribuição diária e semanal, inclusive nos sábados, domingos e feriados, de jornais e revistas impressos.

10. Conforme já mencionado no item 7 acima, a contratação em tela visa dar continuidade aos serviços do objeto do Contrato n. 26/2020 (0988367), cuja a vigência se iniciou em 03/12/2020 e se encerrará em 02/12/2021. Assim, visando evitar a falta de cobertura contratual e/ou a sobreposição dos objetos, será necessário observar a data de encerramento da contratação anterior no momento da formalização do novo contrato.

11. Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

12. Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças, para emissão da nota de empenho, e à Seção de Gestão de Contratos, para elaboração da minuta de contrato, observando-se o disposto no item 10.

Getulio Vaz
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 26/11/2021, às 10:27, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1215850** e o código CRC **16950472**.

05896/2021 1215850v12

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1215850, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. XI, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de **R$ 7.867,20** (sete mil, oitocentos e sessenta e sete reais e vinte centavos), e **autorizo** a contratação da empresa Seiselles Distribuicao e Logistica EIRELI, inscrita no CNPJ n. 10.445.514/0001-04, com vistas à fornecimento diário e semanal, inclusive nos sábados, domingos e feriados, de jornais e revistas impressos.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 26/11/2021, às 16:51, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1217256** e o código CRC **A3D4E987**.

05896/2021 1217256v3

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo administrativo, que tem por objeto a contratação, por meio de dispensa de licitação, da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV S.A, para a prestação de serviço de consulta de dados de CPF e CNPJ, com direito de atualização e suporte.

Aprovados os Estudos Preliminares (1143024), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v.2 (1176192), o qual foi ratificado pela unidade demandante, conforme Despacho SEINT 1176577. A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1183205, constatou-se que o valor ofertado pela empresa Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV S.A está em conformidade com o preço praticado em outros contratos. Quanto a pesquisa de preços, cabe destacar a informação trazida no referido Despacho SECOM, acerca do esclarecimento sobre os contratos encaminhados pela DATAPREV contemplarem somente um tipo de consulta, ou CPNJ ou CPF, o que sugere ser esse o modelo de contratação usual da empresa. Esse fato fica ressaltado na proposta da empresa pois separa os valores dos tipos de consulta e da instalação de cada uma, sendo necessário somar os valores, já que o Projeto Básico contempla as duas modalidades de consulta no mesmo item.

Quanto ao Termo de Referência, cabe esclarecer que, em atendimento à recomendação contida no item 20 do Parecer AJU 1190902, a unidade demandante, conforme disposto no Despacho SEINT 1201765, informou sobre a justificativa inserida no Termo de Referência. Nesse sentido, cabe registrar que essa alteração não trouxe prejuízos para análise de TR realizada pela anteriormente pela SEEDI. Desse modo, considerando o Despacho SEEDI 1144462, o Parecer AJU 1190902, o Despacho SEINT 1201765, o Parecer DTI 1201771 e o Despacho DTI 1201774, e com fundamento na Portaria Diretoria-Geral n. 411, de 30 de novembro de 2018 (0578958), **aprovo** a última versão do Termo de Referência 1201764, com vistas à contratação em epígrafe.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1176878) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1182510 e Doc. 1182523). As certidões que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista da empresa, para contratar com a Administração, constam nos arquivos 1204921, 1204929, 1204933 e 1204938.

Os autos foram então encaminhados à Assessoria Jurídica (AJU), para análise jurídica quanto à possibilidade de contratar, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XVI, da Lei nº 8.666/93 a citada empresa, com vistas à prestação de serviço de consulta de dados de CPF e CNPJ, com direito de atualização e suporte. Em resposta, mediante Parecer n. 1190902, a AJU informou que, ressalvadas as recomendações contidas nos itens 17, 20 e 22 do referido Parecer, opinou pela possibilidade de contratação direta da Empresa. Cabe ressaltar que, conforme relatado nos Despachos SEINT 1201765 e DTI 1201771, as recomendações da AJU foram atendidas.

Ademais, em relação a inclusão do objeto no Plano Anual de Aquisições de 2021, constante no Processo 08113/2020, verificou-se que o item foi excluído do PAA 2021. Dessa forma, com vistas ao saneamento processual e atendimento às disposições da Instrução Normativa n. 82/2020, solicito reanálise e, se estiver de acordo, autorização para nova inclusão do objeto no referido controle.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1204960, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso XVI do art. 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> XVI - para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico;

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso XVI do art. 24 da Lei n. 8.666/93, **declaro** a dispensa de licitação para contratar a **Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV S.A**, inscrita no **CNPJ sob o n. 42.422.253/0001-01**, no valor de **R$ 56.631,60 (cinquenta e seis mil seiscentos e trinta e um reais e sessenta centavos)**, com vistas à contratação de serviço de consulta de dados de CPF e CNPJ, com direito de atualização e suporte.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

GETULIO VAZ
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 18/11/2021, às 15:05, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1205809** e o código CRC **EEA551FB**.

03235/2021 1205809v15

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Trata-se de processo administrativo, que tem por objeto a contratação, por meio de dispensa de licitação, da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV S.A, para a prestação de serviço de consulta de dados de CPF e CNPJ, com direito de atualização e suporte.

2. Conforme Despacho SAD 1205809 "*em relação a inclusão do objeto no Plano Anual de Aquisições de 2021, constante no Processo 08113/2020, verificou-se que o item foi excluído do PAA 2021. Dessa forma, com vistas ao saneamento processual e atendimento às disposições da Instrução Normativa n. 82/2020, solicito reanálise e, se estiver de acordo, autorização para nova inclusão do objeto no referido controle.*"

3. Dessa forma **autorizo** a inclusão do objeto "prestação de serviço de consulta de dados de CPF e CNPJ" no Plano Anual de Aquisições de 2021. Considerando, ainda, o teor do Despacho SAD 1205809, e tendo em vista que as recomendações da Assessoria Jurídica foram atendidas conforme relatado no Despacho SAD 1205809**, ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. XVI, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de R$ 56.631,60 (cinquenta e seis mil seiscentos e trinta e um reais e sessenta centavos), e **autorizo** a contratação da empresa Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV S.A, CNPJ n. 42.422.253/0001-01, com vistas à contratação de serviço de consulta de dados de CPF e CNPJ, com direito de atualização e suporte.

4. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

5. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa e posterior emissão de nota de empenho.

6. À Secretaria de Administração (SAD) e à Divisão de Apoio à Governança e inovação da Diretoria-Geral (DAGI), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 19/11/2021, às 12:05, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1210620** e o código CRC **321D5E0E**.



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral.

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo que tem por objeto a contratação, por meio de dispensa de licitação, da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV S.A, para a prestação de serviço de consulta de dados de CPF e CNPJ, com direito de atualização e suporte.

Conforme consta do Despacho SAD 1205809, ocorreu a declaração da dispensa de licitação e mediante Despacho DG 1210620 a correspondente ratificação:

> 3. Dessa forma **autorizo** a inclusão do objeto "prestação de serviço de consulta de dados de CPF e CNPJ" no Plano Anual de Aquisições de 2021. Considerando, ainda, o teor do Despacho SAD 1205809, e tendo em vista que as recomendações da Assessoria Jurídica foram atendidas conforme relatado no Despacho SAD 1205809**, ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. XVI, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de R$ 56.631,60 (cinquenta e seis mil seiscentos e trinta e um reais e sessenta centavos), e **autorizo** a contratação da empresa Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV S.A, CNPJ n. 42.422.253/0001-01, com vistas à contratação de serviço de consulta de dados de CPF e CNPJ, com direito de atualização e suporte.

Acontece que, conforme notificado pela Seção de Gestão de Contratos, a proposta inicial encaminhada pela DATAPREV se referia a vigência contratual por doze meses, enquanto o Termo de Referência que norteou a contratação estabelece 20 meses.

Sendo assim, a DATAPREV encaminhou nova proposta ajustada ao período de 20 meses, consoante consta do documento SEI 1222103. Logo, o valor contratual passou de R$ **56.631,60** (cinquenta e seis mil seiscentos e trinta e um reais e sessenta centavos) para **R$ 79.606,33** (setenta e nove mil, seiscentos e seis reais e trinta e três centavos).

Desse modo, é necessário a retificação do ato de declaração de contida no Despacho SAD 1205809, tornando sem efeito a dispensa, nos termos enunciados. Todavia, as demais informações consignadas no referido expediente permanecem hígida e contribuem para a instrução do processo, no que admissível.

Portanto, **onde se lê**: "(...) **declaro** a dispensa de licitação para contratar a **Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV S.A**, inscrita no **CNPJ sob o n. 42.422.253/0001-01**, no valor de **R$ 56.631,60 (cinquenta e seis mil seiscentos e trinta e um reais e sessenta centavos)**, com vistas à contratação de serviço de consulta de dados de CPF e CNPJ, com direito de atualização e suporte."

Leia-se: (...) **declaro** a dispensa de licitação para contratar a **Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV S.A**, inscrita no **CNPJ sob o n. 42.422.253/0001-01**, no valor de **R$ 79.606,33 (setenta e nove mil, seiscentos e seis reais e trinta e três centavos)**, com vistas à contratação de serviço de consulta de dados de CPF e CNPJ, com direito de atualização e suporte, pelo período de 20 meses.

Ante o exposto, encaminho os autos a Vossa Senhoria, para se estiver de acordo, de igual modo, retificar o ato de ratificação da dispensa licitação exarada no Despacho DG 1210620, com posterior envio do processo à Seção de Compras para publicação do feito como condição de eficácia.

Respeitosamente,

Getulio Vaz
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 09/12/2021, às 19:03, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1225766** e o código CRC **9B13121E**.

03235/2021 1225766v3

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Trata-se de processo administrativo, que tem por objeto a contratação, por meio de dispensa de licitação, da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV S.A, para a prestação de serviço de consulta de dados de CPF e CNPJ, com direito de atualização e suporte.

2. Considerando o disposto no Despacho SAD 1225766, **retifico** o ato de ratificação de dispensa de licitação exarado no Despacho DG 1210620, conforme segue:

Onde se lê: "(...) **aprovo** a realização da despesa, no valor total de R$ 56.631,60 (cinquenta e seis mil seiscentos e trinta e um reais e sessenta centavos) (...)"

Leia-se: (...) **aprovo** a realização da despesa, no valor total de R$ **R$ 79.606,33** (**setenta e nove mil, seiscentos e seis reais e trinta e três centavos)** (...)

3. À Secretaria de Administração (SAD), para ciência e demais atos subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 09/12/2021, às 19:35, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1225853** e o código CRC **45C561DB**.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a contratação de prestação de serviços de manutenção de segundo e terceiro níveis nos extintores de incêndio, bem como manutenção nas mangueiras de combate a incêndio dos edifícios ocupados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sob demanda, por um período de 12 (doze) meses.

Aprovados os Estudos Preliminares (1117699) e o PAMS - Contratação de Serviço SESIN (1125259), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v.3 (1147967), o qual foi ratificado pela unidade demandante, conforme Despacho SESIN n. 1148140. A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1149991, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa Gold Extintores e Sistemas Contra Incêndio Eireli.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1148519) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1149585). As certidões que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista da empresa Gold Extintores e Sistemas Contra Incêndio Eireli, para contratar com a Administração, constam nos arquivos 1152860 e 1152862.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1152863, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa **Gold Extintores e Sistemas Contra Incêndio Eireli.**, inscrita no **CNPJ** sob o **n. 25.017.977/0001.42**, no valor de **R$ 9.935,45 (nove mil novecentos e trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)**, com vistas à contratação de prestação de serviços de manutenção de segundo e terceiro níveis nos extintores de incêndio, bem como manutenção nas mangueiras de combate a incêndio dos edifícios ocupados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sob demanda, por um período de 12 (doze)

meses.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

GETULIO VAZ
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 30/08/2021, às 17:19, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1153123** e o código CRC **2DBEFDB8**.

04768/2021 1153123v6

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1153123, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de **R$ 9.935,45** (nove mil novecentos e trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), e **autorizo** a contratação da empresa Gold Extintores e Sistemas Contra Incêndio Eireli., CNPJ n. 25.017.977/0001-42, com vistas à prestação de serviços de manutenção de segundo e terceiro níveis nos extintores de incêndio, bem como manutenção nas mangueiras de combate a incêndio dos edifícios ocupados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sob demanda, por um período de 12 (doze) meses.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 30/08/2021, às 18:44, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1154017** e o código CRC **30605869**.

Ato de dispensa



Realização de pesquisa empírica sobre o tema “Diagnóstico sobre o Contencioso Tributário no Poder Judiciário”

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sumário

Documento de oficialização da demanda **1**
Estudos preliminares **6**
Projeto básico **21**
Parecer AJU **47**
Parecer AJU **63**
Portaria **65**
Portaria **67**
Parecer AJU **68**
Parecer AJU **73**
Portaria **77**
Parecer AJU **80**
Despacho SAD **84**
Publicação DOU **86**
Nota de empenho **87**
Contrato **89**
Publicação DOU **105**

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA (DOD) Nº 0993122 / DPJ

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

1 INFORMAÇÕES INICIAIS

Este formulário tem a finalidade de coletar e registrar as informações iniciais necessárias à solicitação de nova solução de software ou melhoria em solução existente.

A partir dessas informações serão realizados diversos trabalhos, tais como, análise de viabilidade técnica, estimativa de tempo, definição do tipo de solução mais apropriada ao atendimento da demanda e engenharia de valor (atribuição de uma nota à solicitação mediante critérios objetivos) por parte dos representantes do Comitê Gestor relacionado.

Dada a importância do adequado preenchimento das informações, seguem algumas recomendações:

1. Antes de iniciar o preenchimento, leia todo o formulário. Isso facilitará o seu trabalho e permitirá um melhor entendimento de quais informações devem ser fornecidas em cada item;

2. Seja preciso, claro, conciso e coeso em suas respostas;

3. Evite a utilização de termos técnicos. Se ainda assim forem necessários, inclua uma sucinta explicação;

4. As respostas devem ser adequadamente justificadas, quando for o caso, para maximizar seu entendimento e tornar a engenharia de valor mais precisa;

5. Os textos em azul, que acompanham algumas perguntas, contêm informações úteis e exemplos para o preenchimento da respectiva resposta.

O Departamento de Tecnologia da Informação está à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

2 IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

2.1 Título:

Contratação de pesquisas empírica sobre o tema “Diagnóstico sobre o Contencioso Tributário no Poder Judiciário Brasileiro”.

2.2 Unidade Demandante:

Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ)

2.3 Responsável pela Demanda:

Gabriela Moreira de Azevedo Soares - Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Ramal: (61) 2326-5259

2.4 Sumário:

Contratação de pesquisas empírica sobre o tema “Diagnóstico sobre o Contencioso Tributário no Poder Judiciário Brasileiro”, decorrente do 1º Edital de Convocação da 5ª Série do Justiça Pesquisa, que atenda aos requisitos definidos no Projeto Básico e no Edital.

3 CONTEXTO DE NEGÓCIO

3.1 Situação Atual:

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é órgão central de planejamento e coordenação do Poder Judiciário que atua no controle administrativo e no desenvolvimento de políticas judiciárias voltadas ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional no Brasil. Como órgão integrante do CNJ, cabe ao Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) desenvolver estudos que subsidiem a implementação e a avaliação de políticas judiciárias em curso.

Para bem cumprir essa missão institucional, o Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) propõe a realização do Quinto Edital de Convocação Pública da Série Justiça Pesquisa. Neste edital, pretende-se dar continuidade ao desenvolvimento de pesquisas empíricas de interesse do Poder Judiciário, com alto nível de excelência, adotando o caráter instrumental das políticas públicas do Poder Judiciário para a promoção dos Direitos e Garantias Fundamentais.

3.2 Descrição da Oportunidade ou do Problema:

O tema do Primeiro Edital da 5ª Série do Justiça Pesquisa definido pela Presidência do Conselho Nacional de Justiça volta-se para a "eficiência e a efetividade da justiça tributária brasileira a partir da perspectiva do contencioso tributário judicial".

3.3 Objetivos da Solução Demandada:

Pretende-se realizar a verificação científica da sua efetividade, através de:

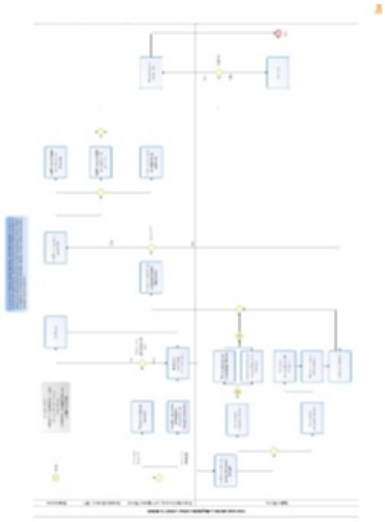
1. o tempo de tramitação das demandas tributárias no contencioso judicial;
2. o resultado das decisões proferidas (se estão baseadas mormente em questões formais ou preliminares ou se enfrentam o mérito propriamente tributário da lide);
3. o efeito socioeconômico das decisões, especificamente, as repercussões para as partes envolvidas (contribuinte e fisco), bem como, para o aperfeiçoamento da legislação tributária;
4. avaliar o fluxo do processo tributário na esfera judicial e as relações entre o contencioso administrativo e judicial;
5. avaliar os impactos financeiros das decisões judiciais em matéria tributária
6. as demais condições requeridas pelos preceitos constitucionais e legais.

3.4 Alinhamento Estratégico:

As contratações de pesquisas científicas decorrentes da "5ª Série do Justiça Pesquisa" atendem a previsão contida no Item II dos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período 2015 – 2020, que foi aprovada na Sessão Plenária do dia 15 de dezembro de 2015 e instituída por meio da Portaria n. 167 de 15 de dezembro de 2015.

3.5 Processo de Trabalho:

https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/02/Promover-estudos-e-diagn%C3%B3sticos-sobre-o-Poder-Judici%C3%A1rio.pdf



3.5.2 Há quanto tempo esse processo é executado no CNJ?

Selecione uma das opções seguintes:

[ ] Novo [ ] Menos de 3 meses [ ] De 3 meses a um ano [X] Acima de um ano

3.6 Alternativas da Solução Demandada:

Conforme observou-se nos modelos de pesquisa adotados em outros órgãos relacionados nos Estudos Preliminares (0988504), verifica-se que um profissional ou uma instituição são solicitados para a entrega de um produto. De forma assemelhada, o CNJ pretende pagar pela entrega de quatro produtos com, no mínimo, 4 (quatro) pesquisadores, que compõem a solução final, pesquisa.

3.7 Há algum risco ou implicação em especial caso a solução não possa ser fornecida?

Risco possível é a não entrega dos relatórios em cada etapa.

Para mitigar os riscos durante a execução da pesquisa, será estabelecida a obrigatoriedade da reunião de alinhamento, a ser realizada 15 dias após a assinatura do contrato, a fim de esclarecer e orientar as instituições contratadas sobre as exigências e a expectativa do CNJ em relação ao objeto de cada projeto. Também haverá reuniões de acompanhamento, pela equipe designada pelo CNJ, durante a execução de cada fase da pesquisa.

Caso ocorra descumprimento das obrigações pactuadas, serão previstas a aplicação de penalidades, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 e seguindo os critérios da razoabilidade e proporcionalidade

4 CONTEXTO DA SOLUÇÃO: PERSPECTIVA DE VALOR

4.1 Ciclo de Vida da Solução.

1. Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade da solução?

[X] Menos de 1 ano [ ] De 1 a 3 anos [ ] Mais de 3 anos

1. Trata-se de uma solução com caráter definitivo ou temporário? Há algum fato já conhecido que poderá implicar a descontinuidade da solução ou a sua substituição?

A solução tem caráter definitivo, pois assim que concluída a pesquisa, essa será publicada no site do Conselho Nacional de Justiça, na área própria.

Não se vislumbra no contexto atual nenhum fato que poderá causar a descontinuidade do objeto a ser contratado.

4.2 Clientes que farão uso ou se beneficiarão da solução.

Consideram-se clientes que farão uso da solução como aqueles que a utilizarão diretamente – os usuários.

Consideram-se clientes que se beneficiarão da solução como aqueles que, embora não venham a utilizá-la diretamente, passam a gozar de algum tipo de benefício a partir da entrega do produto ou serviço.

Ao analisar os clientes que farão uso ou se beneficiarão da solução, cuidar para que não sejam considerados em multiplicidade. Por exemplo, um sítio que estará disponível na internet e beneficiará diversas áreas do CNJ não é fator para a marcação do item “4 ou mais unidades”, pois as pessoas lotadas nessas unidades utilizarão o produto da mesma forma (papel) que um cidadão comum. O correto para esse caso é a marcação do item “Cidadãos, partes e representantes (advogado privado e público)”.

4.2.1 Âmbito Interno:

Selecione uma das opções seguintes:

[ ] Até 1 Unidade [X] 2 ou 3 Unidades [ ] 4 ou mais Unidades do CNJ

Presidência;

Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica (SEP); e

Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ).

4.2.2 Âmbito Externo:

Selecione uma ou mais opções de classes de usuários seguintes:

[ ] Não se aplica

[X] Cidadãos, partes e representantes (advogado privado e público)

[X] Órgãos associados (STF, AGU, PGR, TCU, etc.)

[X] Tribunais associados

4.2.3 Conselheiros:

Para fins deste item, entende-se que Conselheiro é cliente ou beneficiário quando a solução: (1) possuir recursos diferenciados para Conselheiros; (2) for solicitada diretamente ou indiretamente por Conselheiro. Considerando essas informações, selecione uma das opções seguintes:

[ ] Não se aplica [ ] 1 Conselheiro [ ] 2 ou 3 Conselheiros [X] 4 ou mais Conselheiros

Segundo o item 7. 2, IV e art. 5º, §1º, IV da Lei nº 11.364/2006, o DPJ tem como competência "fornecer subsídios à elaboração de políticas públicas", que são aprovados pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça.

4.3 A solução está relacionada à padronização de processos de trabalho, atividades ou documentos?

Não se aplica

4.4 Há processos de trabalho, atividades e documentos que serão simplificados ou eliminados com a entrega da solução?

Não se aplica

4.5 Expectativa de entrega da solução.

O objeto deverá ser cumprido em 12 meses.

5	CONTEXTO DA SOLUÇÃO: PERSPECTIVA DE CUSTO

5.1 Há atividades ou ações que a futura solução dependa para que possa vir a ter efeito?

Não se aplica

6 CENÁRIOS DE USO DA SOLUÇÃO PROPOSTA

Os cenários de uso são a descrição genérica do que a solução proposta deve contemplar.

Fornecimento de subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias e disseminação de informações e conhecimentos por meio de publicações, seminários e outros veículos.

7 ANEXOS

Não contém

Manifestação do Titular da Unidade.

De acordo, encaminhe-se ao SAD.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA MOREIRA DE AZEVEDO SOARES**, **DIRETORA EXECUTIVA**, em 24/11/2020, às 14:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **0993122** e o código CRC **DB22E50A**.

CNJ	**ESTUDOS PRELIMINARES**

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

1.2 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Contratação de pesquisas empírica sobre o tema "Diagnóstico sobre o Contencioso Tributário no Poder Judiciário Brasileiro", decorrente do 1º Edital de Convocação da 5ª Série do Justiça Pesquisa, que atenda aos requisitos definidos no Projeto Básico e no Edital.

1.3 Partes interessadas/público-alvo:

São partes interessadas:

a) Sociedade: as pesquisas apresentam diagnóstico do Poder Judiciário brasileiro;

b) Plenário: as pesquisas realizadas pelo DPJ podem subsidiar a elaboração de políticas públicas pertinentes aos aspectos analisados;

c) Projetos em andamento no Conselho Nacional de Justiça: as pesquisas podem se relacionar diretamente ou indiretamente aos objetos dos projetos realizados pelo CNJ; e

d) Departamento de Pesquisas Judiciárias: a realização de pesquisas e diagnósticos do Poder Judiciário é parte das atribuições desse departamento, conforme os itens 7.2, I e II do Manual de Organização do CNJ e art. 5º, § 1º, II e III da Lei nº 11.364/2006.

1.4 Alinhamento entre a necessidade da contração e o planejamento estratégico do CNJ:

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é órgão central de planejamento e coordenação do Poder Judiciário que atua no controle administrativo e no desenvolvimento de políticas judiciárias voltadas ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional no Brasil. Como órgão integrante do CNJ, cabe ao Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) desenvolver estudos que subsidiem a implementação e a avaliação de políticas judiciárias em curso.

Para bem cumprir essa missão institucional, o Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) propõe a realização do Quinto Edital de Convocação Pública da Série Justiça Pesquisa. Neste edital, pretende-se dar continuidade ao desenvolvimento de pesquisas empíricas de interesse do Poder Judiciário, com alto nível de excelência, adotando o caráter instrumental das políticas públicas do Poder Judiciário para a promoção dos Direitos e Garantias Fundamentais.

As contratações de pesquisas científicas decorrentes da "5ª Série do Justiça Pesquisa" atendem a previsão contida no Item II dos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período 2015 – 2020, que foi aprovada na Sessão Plenária do dia 15 de dezembro de 2015 e instituída por meio da Portaria n. 167 de 15 de dezembro de 2015.

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

O objetivo do Primeiro Edital de Convocação Pública da 5ª Série do Justiça Pesquisa é o incentivo ao desenvolvimento de pesquisas empíricas que apresentem a realidade de diversos aspectos da prestação jurisdicional no Brasil e seu benefício é o de proporcionar diagnósticos qualificados cientificamente que possam subsidiar o Conselho Nacional de Justiça na elaboração de políticas públicas e diretrizes nacionais para o Poder Judiciário baseadas em evidências.

O tema do Primeiro Edital da 5ª Série do Justiça Pesquisa definido pela Presidência do Conselho Nacional de Justiça volta-se para a "eficiência e a efetividade da justiça tributária brasileira a partir da perspectiva do contencioso tributário judicial".

Pretende-se realizar a verificação científica da sua efetividade, através de:

A. o tempo de tramitação das demandas tributárias no contencioso judicial;
B. o resultado das decisões proferidas (se estão baseadas mormente em questões formais ou preliminares ou se enfrentam o mérito propriamente tributário da lide);

C. o efeito socioeconômico das decisões, especificamente, as repercussões para as partes envolvidas (contribuinte e fisco), bem como, para o aperfeiçoamento da legislação tributária;
D. avaliar o fluxo do processo tributário na esfera judicial e as relações entre o contencioso administrativo e judicial;
E. avaliar os impactos financeiros das decisões judiciais em matéria tributária
F. as demais condições requeridas pelos preceitos constitucionais e legais.

As condições e requisitos da realização da pesquisa serão detalhados no Projeto Básico.

São requisitos da presente contratação que a futura contratada possua:

a) Atuação nacional, de modo a ter capacidade técnica na realização de pesquisa capaz de abranger a totalidade do território nacional, ainda que a partir de critérios amostrais, bem como do Poder Judiciário, segundo os critérios a serem fixados no Edital;
b) Dispor de infraestrutura de tecnologia de dados capaz de executar as pesquisas quantitativas decorrentes da execução do objeto;
c) Possuir em seu Estatuto ou ato de criação e/ou documento equivalente a função de produção de pesquisas;
d) Possuir experiência de, no mínimo, 5 anos na produção de pesquisas e relatórios correspondentes;
e) Possuir a documentação de habilitação jurídica definidos no Edital; e
f) Contar com equipe de pesquisadores qualificados especificamente na área tributária e fiscal, e que atendam aos requisitos a serem definidos no Edital.

3. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 Modelo vigente/histórico da aquisição

As soluções disponíveis no mercado não constituem elementos idênticos ao que se pretende realizar no CNJ. Há algumas instituições públicas que, por suas missões, têm por obrigação o financiamento de pesquisas como, por exemplo, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Inovação e Pesquisa (FINEP), o Senado Federal (SF) e o Ministério da Justiça (MJ). Todavia, as práticas dessas instituições são bastante específicas e estão relacionadas a modos de financiamento no desenvolvimento de pesquisas próprias ou de pesquisadores ligados a universidades e programas de pós-graduação, ou ainda, no desenvolvimento de pesquisas de opinião e de implementação de políticas públicas.

Interessa ao CNJ o desenvolvimento de pesquisa com sólida metodologia científica a qual deslinde realidades sobre temas relativos ao universo do Poder Judiciário e também contribua para subsídios voltados ao aperfeiçoamento de políticas públicas.

3.1.1. Histórico da "Série Justiça Pesquisa"

A "Série Justiça Pesquisa" iniciou-se por meio dos contratos realizados em 2013 e teve sua última edição em 2019, conforme tabela abaixo:

Justiça Pesquisa						
	Contrato	**Pesquisas**	**Instituição**	**Aditivos**	**Prorrogações**	**Observação**
1 SÉRIE	14/2013	Trabalhar na magistratura, construção da subjetividade, saúde e desenvolvimento profissional	Fundação Carlos Alberto Vanzolini	1	a prorrogação do cronograma de execução do contrato em epígrafe pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 4 de junho de 2014	

	15/2013	Tempo médio dos processos de adoção no Brasil: uma análise dos impactos da atuação do Poder Judiciário	Associação Brasileira de Jurimetria	1	a prorrogação do cronograma de execução do contrato em epígrafe pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 3 de junho de 2014	
	17/2013	A força normativa do direito judicial: uma análise da aplicação prática do precedente no direito brasileiro e dos seus desafios para a legitimação da autoridade do Poder Judiciário	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	-	-	
	18/2013	Perfil do acesso à justiça no Brasil – juizados especiais cíveis	Universidade de São Paulo	1	a prorrogação do cronograma de execução do contrato em epígrafe pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de 2 de junho de 2014	
	21/2013	Lei de Improbidade Administrativa: entraves à efetividade e combate aos atos de improbidade	Fundação Universidade de Itaúna	1	a prorrogação do cronograma de execução do contrato em epígrafe pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 21 de junho de 2014	
	22/2013	Processos coletivos no Brasil: Estudo diagnóstico sobre os problemas e propostas de aprimoramento dos instrumentos processuais coletivos para uma prestação jurisdicional mais eficiente	Universidade de São Paulo	-	-	
	25/2013	Estudo Multicêntrico sobre as relações entre Sociedade, Gestão e Judiciário na efetivação do direito à saúde	Centro de Estudos e Pesquisas em Saúde Coletiva	-	-	
	26/2013	Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões	Universidade Católica de Pernambuco	-	-	

2 SÉRIE	11/2016	Os Maiores Litigantes nas Ações Consumeristas na Justiça Estadual: Mapeamento e Proposições	Associação Brasileira de Jurimetria	-	-	
	12/2016	Pilotando a Justiça Restaurativa: o Papel do Poder Judiciário.	Fundação José Arthur Boiteux	-	-	
	13/2016	Ações Coletivas no Brasil: o processamento, o julgamento e a execução das tutelas coletivas	Sociedade Brasileira de Direito Público	-	-	
	15/2016	Entre práticas retributivas e restaurativas: a Lei Maria da Penha e os avanços e desafios do Poder Judiciário	Universidade Católica de Pernambuco	-	-	
	17/2016	Audiência de custódia, prisão provisória e medidas cautelares: obstáculos institucionais e ideológicos à efetivação da liberdade como regra	Fórum Brasileiro de Segurança Pública	-	-	
	25/2016	uma análise quantitativa e qualitativa de Impacto da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) na produtividade dos Tribunais	Fundação Getúlio Vargas	-	-	
3 SÉRIE	18/2017	Modelos alternativos de gestão de processos e celeridade processual: a política de especialização de competências, a unificação de serventias e a melhoria da prestação jurisdicional no Brasil	Associação Brasileira de Jurimetria	-	-	Recebimento após encerrada a vigência contratual. Parecer AJUR nº 0586514
	04/2018	Justiça Criminal, Impunidade e Prescrição	Associação Brasileira de Jurimetria	1	a) prorrogar o prazo final previsto no item 2, Fase 2, do Anexo A do Contrato n. 4/2018, nos termos do Anexo deste aditivo; e b) prorrogar o prazo de vigência do Contrato em epígrafe.	

	05/2018	Judicialização da saúde no Brasil: Perfil das demandas, causas e propostas de solução	Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	1	a) prorrogar o prazo final previsto no item 2, Fase 2, do Anexo A do Contrato n. 5/2018, nos termos do Anexo deste aditivo; e b) prorrogar o prazo de vigência do Contrato em epígrafe.	
	08/2018	A efetividade da política judiciária em matéria de oitiva de crianças na Justiça Estadual com foco na recomendação nº 33/2010 do CNJ e na implementação da Lei nº 13.431/2017	Fundação Edson Queiroz	-	-	
	12/2018	Mediação e Conciliação: obstáculos e incentivos na Justiça Cível	Universidade de São Paulo	1	a) prorrogar o prazo final previsto no item 2, Fase 2, do Anexo A do Contrato n. 12/2018, nos termos do Anexo deste aditivo; e b) prorrogar o prazo de vigência do Contrato em epígrafe.	
4 SÉRIE	15/2019	Influências recíprocas entre a imprensa jornalística impressa e digital e o sistema de justiça: papéis compartilhados na superlotação e superpopulação carcerária no Brasil	Centro de Análise e Planejamento – CEBRAP	1	a) prorrogar os prazos de entrega das Fases 5 e 6, nos termos do Anexo; e b) prorrogar o contrato em epígrafe por duas vezes.	
	16/2019	A judicialização de Benefícios Previdenciários e Assistenciais	Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	1	prorrogação do prazo de entrega da Fase 4	
	18/2019	Encarceramento, políticas públicas e atuação da Justiça em territórios de vulnerabilidade social	Universidade de São Paulo	1	prorrogação da vigência do contrato em epígrafe e do prazo de entrega das Fases 5 e 6	
	27/2019	Conflitos fundiários coletivos urbanos e rurais: uma visão das ações possessórias de acordo com o impacto do novo CPC	Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER	1	prorrogação da vigência do contrato em epígrafe e do prazo de entrega das Fases 4, 5 e 6	

	31/2019	Negros como sujeitos da justiça: um estudo comparado da jurisprudência brasileira", referente ao Campo Temático 1, "Diagnóstico da situação do negro do sistema de justiça	Centro de Pesquisa e Ensino em Ciências Sociais – CEPECS	1	prorrogação do prazo de entrega da Fase 2 (Produto Parcial 1), por mais 15 (quinze) dias	**Rescisão**
				2	prorrogação do prazo de entrega das Fases 3 e 4 (Produto Parcial 2 e Produto Parcial 3 – Apresentação), por mais 50 (cinquenta) dias	
				3	O presente contrato fica prorrogado de 07 de novembro de 2020 a 07 de fevereiro de 2021	

Convém ressaltar que a Série Justiça Pesquisa vem passando por processos de constante aprimoramento considerando as experiências acumuladas no âmbito do Departamento de Pesquisas Judiciárias, na interação com as instituições selecionadas em seus editais e na interlocução com as demais unidades deste Conselho. São ilustrativos desse processo de aperfeiçoamento as recomendações feitas pela Secretaria de Auditoria no Processo SEI nº 08575/2018), cujo relatório apresentou suas conclusões no documento SEI nº 0675324. Variadas modificações vêm se produzindo na Série Justiça Pesquisa com vistas a tornar todo o procedimento do Programa mais eficaz. Além disso, o DPJ possui o suporte de seu Conselho Consultivo (Processo SEI nº 12.815/2018) cuja composição e atribuições são definidas na Portaria Pres/CNJ nº 141/2018 (documento SEI nº 0566679).

Nesse sentido, seguem considerações acerca do histórico de contratações da Série Justiça Pesquisa, em suas especificidades e necessidades.

1. A Forma de Contratação

As contratações decorrentes dos editais da "Série Justiça Pesquisa", desde a sua publicação inaugural (2013) até os atuais contratos (2019), ocorreram por meio da dispensa de licitação prevista no art. 24, XII da Lei nº 8.666/93, ou seja, a "contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos".

Assim, as contratações sempre foram feitas por meio de processos públicos de seleção, a partir da publicação de Edital Público chamando as instituições que atendessem os requisitos legais para apresentarem suas propostas e projetos de pesquisa, conforme se vê no Processo SEI nº 01377/2019, que formalizou os procedimentos de contratação da "4º Série do Justiça Pesquisa".

A princípio, os requisitos legais para essa espécie de dispensa de contratação direta com base no dispositivo legal mencionado acima, se restringem a:

a) que a instituição seja brasileira;

b) incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional ou, ainda, dedicada à recuperação social do preso;

c) detentora de inquestionável reputação ético profissional; e

d) sem fins lucrativos.

No entanto, o Tribunal de Contas da União (TCU) exige ainda que o objeto do contrato guarde estreita correlação com as atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional especificadas no estatuto da entidade prestadora dos serviços, observado sempre a razoabilidade do preço cotado.

Ademais, a Súmula nº 250 do TCU:

> A contratação de instituição sem fins lucrativos, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93, somente é admitida nas hipóteses em que houver nexo efetivo entre o mencionado dispositivo, a natureza da instituição e o objeto contratado, além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado.

Percebe-se, dessa forma, que apesar da permissão para a não realização da licitação, há restrições nas instituições possíveis de serem contratadas, bem como do objeto contratual a ser desenvolvido por meio dessa forma de contratação, pois limita a escolha às instituições brasileiras sem fins lucrativos, incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional e detentora de inquestionável reputação ético profissional.

Assim, o permissivo representa forma de valorização das instituições de pesquisas sem fins lucrativos, como universidades e fundações, o que se apresenta em total consonância com os objetivos da "Serie Justiça Pesquisa".

Dessa forma, a presente contratação se servirá dessa forma de contratação direta adotada, contudo, serão feitas alterações que decorrem das execuções contratuais das séries anteriores.

2. Considerações Sobre as "Multas" dos Contratos da "Série Justiça Pesquisa".

É ainda importante tecer considerações a respeito das multas fixadas nos contratos da 4ª edição da "Série Justiça Pesquisa", haja vista a situação enfrentada durante o procedimento administrativo (Processo SEI nº 07272/2019) para a rescisão do Contrato CNJ nº 31/2019 (Documento SEI nº 0772546), apontada no Despacho DPJ nº 0956500, conforme transcrição abaixo:

> Contudo, no caso concreto, a aplicação da multa parece desproporcional pois seria maior que o proveito financeiro auferido pela empresa, pois conforme destacado alínea "b" do §4º dessa Informação, a contratada recebeu até agora R$ 29.003,00 (0850191), correspondentes à 10% do valor total do contrato. De outro lado, a multa prevista no item "b.16" da cláusula sexta do Contrato CNJ nº 31/2019 é de 15% (quinze por cento), sobre o valor total do contrato, ou seja, R$ 43.504,50 (0933304), ou seja, a contratada, no caso de aplicação da multa rescisória deverá pagar à Administração R$ 14.501,50.

Os contratos em execução preveem que a base de cálculo de incidência da alíquota será o valor total do contrato, como por exemplo a Cláusula Sexta do Contrato CNJ nº 15/2019. Destaca-se que iguais alíquotas e base de cálculo foram adotadas nos demais contratos da 4ª "Série do Justiça Pesquisa".

Ademais, os contratos das Séries Justiça Pesquisa são resultantes da permissão de dispensa contida no art. 24, XIII da Lei nº 8.666/93, e, portanto, sempre serão realizados com entidades sem fins lucrativos, que não auferem com o pagamento percebido lucro dos serviços prestados. Dessa forma, é importante a reflexão sobre a natureza jurídica da contratação, bem como da instituição no momento de construção contratual das multas.

Outra consideração importante, é que a atividade de pesquisa ainda que em seus produtos intermediários, sempre exige realização de atividade intelectual o que deve ser considerado nos momentos de fixação de multas ou rescisão contratual.

Assim, aparentemente, parecer ser necessária uma revisão dos percentuais fixados para as multas contratuais de modo a preservar a proporcionalidade e razoabilidade exigida na aplicação das sanções administrativas, conforme transcrições do Voto do Acórdão nº 2832/2012 – TCU – Plenário:

> 5. Ademais, **o quantum concernente à multa a ser aplicada ocorre após a oitiva do contratado, ocasião em que são examinadas e sopesadas as falhas e inadimplências questionadas. Esse procedimento tem o condão de concretizar proporcionalidade e razoabilidade da conduta em relação à penalidade a ser aplicada**.
> 8. É correta a preocupação da Secex/SP de que o órgão promotor **observe os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, mediante estabelecimento, nos contratos de prestação de serviços, de cláusulas de penalidades específicas para serviços executados em desconformidade, com previsão de punições proporcionais ao descumprimento**.

> Assim, é pertinente que se recomende tal prática, como aperfeiçoamento da gestão pública. (g.n.)

O mencionado Acórdão ainda registrou a seguinte recomendação:

> 9.4. recomendar à Procuradoria da República no Estado de São Paulo que, em observância aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, estabeleça, nos contratos relativos à prestação de serviços de vigilância armada e desarmada e de segurança patrimonial, cláusulas de penalidades específicas aos serviços executados em desconformidade, prevendo punições proporcionais ao descumprimento; e

Ademais, o "Anexo I: Diretrizes para dosimetria", do Manual de Aquisições do CNJ, prevê como base de cálculo para aplicação de multas, o valor pago mensalmente. No caso em tela, os pagamentos decorrem da aprovação dos produtos entregues.

Desta feita, sugere-se que a base de cálculo das multas contratuais da "Série Justiça" seja o valor percebido até o momento da aplicação da penalidade e que a alíquota guarde proporcionalidade e razoabilidade aos produtos entregues e o valor percebido pela contratada. Para tanto, sugere-se que seja inserida cláusula estipulando que o valor máximo da multa seja limitado ao valor percebido pela Contratada, de forma a se evitar a desproporcionalidade das penalidades.

3. Considerações sobre os Prazos Contratuais atribuídos à Comissão de Acompanhamento.

Conforme os acompanhamentos contratuais dos Contratos CNJ nº 15/2019, nº 18/2019 e, registrados respectivamente nos Processos SEI nº 09109/2019, nº 10027/2019 e 11544/2019, é possível perceber que o prazo deferido contratualmente às Comissões de Acompanhamento para análise dos produtos entregues e emissão das Notas Técnicas não é suficiente para tal mister.

O Despacho SEGEC 0971400 relata a ocorrência de atrasos nas entregas das Notas Técnicas dos contratos mencionados acima, o que demonstra as dificuldades com o prazo exíguo deferido contratualmente às comissões de acompanhamento.

O estabelecimento dos prazos de análise das comissões evitará a publicação de aditivos com essa finalidade e da sobrecarga dos setores envolvidos no processo, conforme Despacho SEGEC 0971400.

A necessidade de aditivar constantemente os contratos com vistas à adequação dos prazos contratuais à realidade administrativa da unidade demandante demonstra que o modelo estabelecido gera dificuldade para os gestores contratuais e para as unidades encarregas do acompanhamento contratual.

É importante destacar que os produtos entregues, conforme as fases de execução da pesquisa são de complexidades variáveis. Desta forma, existem produtos com complexidade mínima e aqueles cuja análise demandará dias ou será necessário que se busca ajuda de outros integrantes do Departamento de Pesquisas Judiciárias, como por exemplo estatísticos, nas verificações que envolvam análises quantitativas.

Dessa forma, sugere-se a alteração do prazo único de 15 dias concedidos à Comissão de Acompanhamento, por prazos escalonados, segundo a complexidade do produto recebido. No caso excepcional desta edição em que o prazo contratual será encurtado, sugere-se adotar o modelo abaixo:

O objeto contratado será recebido pela Comissão de Acompanhamento, observada a seguinte dinâmica:

I – provisoriamente, após a entrega, por e-mail, de cada produto por parte da instituição contratada, ocasião em que a Comissão de Acompanhamento acusará recebimento do arquivo por e-mail no prazo de 5 dias;

II – definitivamente, conforme os seguintes níveis de complexidade:

A) complexidade 1: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares de caráter informativo e descritivo com ausência ou baixo teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 10 dias, prorrogáveis por mais 5, a critério da Comissão de Acompanhamento.

B) complexidade 2: aqueles produtos que implicam em relatório preliminares que já apresentam dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) com médio teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 20 dias, prorrogáveis por mais 10, a critério da Comissão de Acompanhamento.

C) complexidade 3: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares ou finais que além de apresentar dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) apresentam modelos analíticas, apontam para conclusões do estudo e de alguma forma apresentam informações que poderão ser tornadas públicas e/ou utilizadas para a elaboração de políticas públicas, nesses casos, o prazo será de até 30 dias, prorrogáveis por mais 15, a critério da Comissão de Acompanhamento.

A Comissão de Acompanhamento ao receber o produto, definira em 5 dias, o grau de complexidade e informará a SEGEC e a Contratada.

A análise de nenhum produto excederá a 45 dias.

4. Considerações sobre a possibilidade da adoção da rescisão amigável como forma preferencial de se encerrar o contrato.

É de se destacar ainda que o procedimento administrativo (Processo SEI nº 07272/2019) para a rescisão do Contrato CNJ nº 31/2019 (Documento SEI nº 0772546), Despacho DPJ nº 0956500, demonstra a situação de rescisão contratual que ainda não chegou ao seu deslinde, mas que apresenta como fundamento fático divergências metodológicas e intercorrências decorrentes da Pandemia de Covid-19.

Nesses casos ou naqueles em que a pesquisa perde seu objeto ou situações em que se torna inviável a execução, destaca-se que, por não haver dano patrimonial relevante à Administração, avalie-se a possibilidade de que se adote preponderantemente a rescisão amigável dos contratos, desde que presentes os requisitos da Lei nº 8.666/1993.

Como já destacado anteriormente, as instituições contratadas são sempre sem fins lucrativos e a atividade de pesquisa ainda que não haja produto aprovado, demanda atividade intelectiva, que deve sempre ser considerada, em especial no momento de rescisão contratual.

Assim, a adoção de rescisão amigável como primeira via nos casos de contração do Justiça Pesquisa, apresenta-se como justificável.

5. Considerações sobre a habilitação das proponentes

O 4º Edital da Série Justiça Pesquisa previu como requisito para a apresentação do projeto de pesquisa a entrega de toda documentação relativa à habilitação normalmente exigida em certames licitatórios, contudo cabe destacar que a presente contração decorre de hipótese de dispensa de licitação e que acúmulo de exigências, no momento da seleção tem contribuído para a diminuição no número de instituições interessadas.

O art. 27 da Lei nº 8.666/93, trata-se da habilitação nas licitações, e no presente caso, temos processo de seleção de instituições que se mostrem aptas a executar pesquisa, para a contratação em razão de dispensa.

O que se busca com a realização desse modelo público de convocação e seleção é selecionar a melhor proposta de formas a resguardar a isonomia e a impessoalidade da contratação, ainda que por meio de dispensa de licitação.

Nesse caso, da seleção de instituições sem fins lucrativos, contudo, entende-se necessária a comprovação dessa característica pela juntada, no momento de envio da proposta do estatuto social contendo tal informação. Quanto as demais certidões e comprovantes, sugere-se que sejam exigidas apenas no momento da contração e do pagamento como forma de evitar a evasão das instituições da seleção e ainda de evitar retrabalho, visto que novas certidões e comprovantes são colhidos por ocasião da efetiva assinatura do contrato.

Ademais o TCU tem decisões que expressam sua posição quantos documentos exigidos nas dispensas de licitação, conforme a Decisão nº 1.241/2002 – Plenário que estabeleceu que:

à exigência de comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS quando da dispensa ou inexigibilidade de licitação, tanto na contratação como na efetuação de pagamentos (art. 195, Inciso I, § 3º da CF 88 art. 47, I, alínea "a" da Lei nº 8.212/9, art. 27, alínea "a" da Lei nº 8.036/90 e art. 2º da Lei nº 9.012/95).

3.2 Identificação das opções disponíveis

As experiências que mais se aproximam ao que pretende o CNJ são os casos do Senado, do Ministério da Justiça, do CNPq, da FINEP e da Presidência da República. Essas entidades lançam editais para viabilizar a realização de pesquisas

por meio da contratação de pessoas físicas ou jurídicas que se responsabilizem por coletar os dados, analisá-los e elaborar relatórios analíticos e executivos. Nos casos de realização de pesquisas, como é o interesse do CNJ, as instituições apresentam temas estabelecidos para a realização das pesquisas. Os profissionais se habilitam a executá-las demonstrando sua formação acadêmica e experiência na área.

O CNJ, em seu Edital, apresentará os campos temáticos e demandará instituições de ensino e/ou pesquisa para a produção desses estudos. O CNJ não oferecerá linhas metodológicas específicas, não fará designação de nenhuma técnica de pesquisa ou ferramenta para análise de dados; não se responsabilizará pela entrega de nenhum documento ou banco de dados para subsidiar o trabalho de campo. Nesse contexto, as instituições contratadas possuirão maior liberdade acadêmica para que desenvolvam suas escolhas teórico-metodológicas e suas atividades de pesquisa, visando ao aperfeiçoamento dos serviços e das políticas judiciárias. As exigências do CNJ são que as pesquisas a serem contratadas sejam voltadas à realização de diagnósticos e proposta de soluções potenciais aos problemas postos na prestação jurisdicional (descritos nos temas elencados na chamada pública), sendo de responsabilidade do contratado a apresentação e o desenvolvimento de técnicas pertinentes para a obtenção de dados e análise dos mesmos. O CNJ reserva-se o direito de propor ajustes aos projetos para que eles melhor atendam aos seus objetivos.

	Opções Identificadas	**Especificação do produto/serviço** **Especificar as principais características da solução (produto/serviço), indicando serviços e materiais a serem utilizados, explicitando ainda fornecedores e fabricantes potencialmente aptos ao atendimento dos requisitos especificados.**	**Quantificação do Produto ou Serviço** **Apresentar ou mencionar anexo como foi quantificada a estimativa das opções levantadas**	**Órgão (s) públicos que adotaram a solução**
1ª	Contratação de empresa Pregão Eletrônico n. 013/2018	Pesquisa de opinião sobre políticas públicas	Contratação de empresa para coleta de dados	Senado Federal
2ª	Contratação de Instituição de Pesquisa Convocação n. 03/2018	Pesquisas sobre as políticas públicas voltadas ao sistema prisional	Instituições de ensino, pública ou privada, centro de pesquisa, fundação ou instituto que atue com pesquisa	Ministério da Justiça/DEPEN
3ª	4ª Série do Justiça Pesquisa	Pesquisa empírica sobre campo temático específico	Instituição de pesquisa (Mínimo de um doutor e três mestres)	CNJ
4	Contratação de empresa Pregão Eletrônico nº 002/2018	Pesquisa de opinião sobre temas estratégicos para o Poder Executivo Federal	Contratação de empresa, instituto ou entidade especializada em pesquisa de opinião pública	Presidência da República / Secretaria-Geral

3.3 Adequação do ambiente

Não se aplica

3.4 Custo e benefício das opções disponíveis

	Opções Identificadas	**Benefícios da opção** **Descrição dos benefícios diretos e indiretos pretendidos com a contratação em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais e de melhoria dos serviços oferecidos**	**Desvantagens da opção**	**Custo(s) da solução (R$)**

1ª	DEPEN/Ministério da Justiça - Convocação n. 03/2018	Pesquisas sobre as políticas públicas voltadas ao sistema prisional - Instituições de ensino, pública ou privada, centro de pesquisa, fundação ou instituto que atue com pesquisa	Curta duração dos contratos	R$260.000,00
2ª	Senado Federal - Pregão Eletrônico n. 013/2018	Pesquisa de opinião sobre políticas públicas	Trata-se de pesquisa de opinião por meio da contração de empresa para coleta de dados. Portanto o objeto não se assemelha pois não se trata de pesquisa empírica.	R$288.000,00
3ª	Presidência da República / Secretaria-Geral - Pregão Eletrônico n. 002/2018	Pesquisas de caráter qualitativo e quantitativo com profundidade e representatividade relevantes	Trata-se maiormente de pesquisas de opinião e percepção, que não se assemelha às pesquisas empíricas, além de escopo extremamente abrangente.	R$ 7.204.828,79 (divisão em quali e quanti)

4. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

Conforme observou-se nos modelos de pesquisa adotados pelos órgãos mencionados acima, verifica-se que um profissional ou uma instituição são solicitados para a entrega de um produto. De forma assemelhada, o CNJ pretende pagar pela entrega de quatro produtos com, no mínimo, 3 (três) pesquisadores, que compõem a solução final, pesquisa.

1. As características do serviço e/ou do material a ser contratado:

As proponentes apresentam as suas propostas de pesquisas dentro do tema previamente definido no edital, o que permite melhor adaptação do mercado ao objeto a ser desenvolvido.

As exigências de qualificação da Equipe Básica da pesquisa são maiores que dos editais pesquisados, de modo geral, conforme descrição nos editais das séries anteriores.

No presente Edital de Convocação Pública do CNJ, a Equipe Básica, será constituída por, no mínimo, um doutor e dois mestres, e será responsável pelas seguintes atividades (de acordo com qualificação):

a. Coordenador acadêmico (Doutor) – responsabilidade técnica pelo desenho metodológico e pelo embasamento e orientação teórica dos projetos; orientação dos demais profissionais; planejamento de todas as etapas da pesquisa; participação no processo de redação dos relatórios, consolidação e articulação de todas as informações; tomada de decisões quanto a imprevistos ao longo de todo o processo de pesquisa; responsabilidade pelos relatórios apresentados; participação na aplicação de métodos de pesquisa a autoridades.
b. Coordenadores de Campo (Mestres) – levantamento bibliográfico; mapeamento de fontes de dados; responsabilidade por conduzir o trabalho de campo e/ou a Equipe de Apoio (quando houver) orientando os profissionais na coleta de dados, na aplicação das técnicas de pesquisa, na tabulação e análise de dados; participação no planejamento do projeto e desenho dos métodos e técnicas de pesquisa; planejamento e execução de soluções e ferramentas para extração de dados; supervisão e execução dos trabalhos de campo (métodos e técnicas de pesquisa); elaboração de relatórios de trabalho de campo; participação na análise de dados e na redação dos relatórios.

2. O detalhamento do custo da solução;
   Sobre os valores de pagamento, o Departamento de Pesquisas Judiciárias utilizou dados de remuneração com base na seleção de instituições de pesquisa. Os valores abaixo servem para que se possa ter parâmetros de preços comparáveis, ainda que não perfeitamente, ao objeto desses estudos preliminares.
   Os documentos verificados pertencem às seguintes instituições: Senado Federal – SF, Ministério da Justiça – MJ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq - e Financiadora de Inovação e Pesquisa – FINEP/MCTI. Como se observa na tabela abaixo, o custo da contratação pretendida pelo CNJ é compatível com os valores contratados por outros órgãos:

Instituição	Duração (meses)	Edital	Objeto	Proponente	Remuneração
DEPEN/Ministério da Justiça	07	Convocação n. 03/2018	Pesquisas sobre as políticas públicas voltadas ao sistema prisional	Instituições de ensino, pública ou privada, centro de pesquisa, fundação ou instituto que atue com pesquisa	R$260.000,00
Senado Federal	12	Pregão Eletrônico n. 013/2018	Pesquisa de opinião sobre políticas públicas	Empresa para coleta de dados	R$288.000,00
CNPq	36	Chamada CNPq n. 22/2016	Pesquisa para subsidiar políticas públicas sobre educação básica, cidadania, violência e direitos humanos	Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação	R$1.000.000,00
FINEP	24	Chamada Pública MCT/FINEP/FNDCT n. 01/2016	Pesquisa e desenvolvimento tecnológico aplicados ao combate do vírus da Zika	Instituições de pesquisa	Valor mínimo de R$500.000,00 e máximo de R$5.000.000,00
CNJ	12	4ª Edição da Série Justiça Pesquisa/2019	Pesquisa empírica sobre campo temático específico	Instituição de pesquisa (Mínimo de um doutor e três mestres)	Valor máximo de R$300.000,00

No Edital, será incluída a possibilidade de a instituição proponente constituir uma Equipe de Apoio, sem ultrapassar o valor máximo estimado para a pesquisa. Conforme experiência de acompanhamento dos projetos, as entidades, normalmente, tendem a constituir essas equipes em razão do acúmulo de atividades, das necessidades de deslocamento para outras unidades da federação com o fim de aplicar técnicas de pesquisa junto ao campo para coleta/geração de dados e da necessidade de ter composição multidisciplinar capaz de agregar perfis profissionais adequados às metodologias qualitativas e quantitativas.

Cabe ressaltar que na experiência de contratação de instituições de pesquisa da 4ª Edição da Série Justiça Pesquisa e Edital n. 2), o valor máximo de cada contrato foi de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo solicitada às instituições contratadas a entrega de quatro relatórios, sendo os três primeiros, relatórios parciais e o quarto, o relatório final. No primeiro relatório de acompanhamento solicitava-se levantamento bibliográfico e documental, demonstração de resultados de pesquisa, apresentação de metodologia completa e detalhada e início da coleta de dados. No segundo relatório, esperava-se a apresentação de resultados parciais incluindo, pelo menos, 1 (um) tribunal de médio porte ou 35% da amostra. Já no terceiro relatório, exigia-se uma apresentação com análise de dados, conclusões preliminares e primeiras propostas de políticas públicas; por fim, no relatório final, solicitava-se apresentação de todos os dados coletados, análise conclusiva dos resultados da pesquisa, contribuições da pesquisa à sociedade, proposição de aperfeiçoamento de políticas públicas e indicação das lacunas para desenvolvimento de competências de magistrados e servidores. Nesse cenário, as instituições tiveram 12 (doze) meses para entregar quatro produtos.
Conforme já esclarecido acima o valor máximo por contratação da 4ª Edição da Série Justiça Pesquisa foi de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Na ocasião de lançamento daquele edital, entendia-se que o montante possuía compatibilidade com as contratações públicas similares, respeitadas as especificidades da contratação pretendida.
Os parâmetros adotados para construção do preço de referência das contratação decorrentes da 4ª Série, obedeceram aos procedimentos estipulados para a estimativa do valor das contratações, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, publicados pela Portaria DG nº 283/2014 , pois utilizou-se em sua composição de "contratos ou atas de registros de preços do CNJ, vigente ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços (IN nº 5-SLTI/MPOG/2014, com nova redação data pela IN nº 7/SLTI – MPOG, de 27/08/2014, e item 4.4.3 do Relatório de Auditoria nº 5/2013-SCI/CNJ)" e " contratações ou atas de registros de preços similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços (IN nº 5-SLTI/MPOG/2014, com nova redação data pela IN nº 7/SLTI – MPOG, de 27/08/2014)."
Trata-se de contratação cujo objeto possui características singulares que a distingue das demais encontradas no mercado ou mesmo daquelas realizadas por meio de contratados similares da Administração Pública, pois busca atender às necessidades do Conselho Nacional de Justiça, por esta razão será feita pesquisa de mercado junto às principais instituições de pesquisa do país.
As contratações públicas, sejam decorrentes de procedimento licitatório ou de contratação direta, devem ser precedidas de pesquisa de preços. Tanto a Lei nº 8.666/93 (art. 7º, § 2º, inc. II e 40, § 2º, inc. II) quanto a Lei nº 10.520/02 (art. 3º, inc. III) exigem a elaboração do orçamento estimado para a identificação precisa dos

valores praticados no mercado para objeto similar ao pretendido pela Administração.

A opção pela realização de pesquisa de preço junta às instituições decorre da necessidade de ajustar o preço máximo da contratação à complexidade do objeto a ser executado.

A sistemática adotada de colheita de preço junto ao mercado é forma de elaboração de estimativa de preços recomendada pelo Tribunal de Contas da União, conforme se vê nos trechos dos acórdãos abaixo transcritos:

> Acórdão nº 3.026/2010 – Plenário, cujo Voto consignou que
> a jurisprudência do TCU é no sentido de que antes da fase externa da licitação há que se fazer pesquisa de preço para que se obtenha, no mínimo, três orçamentos de fornecedores distintos (Acórdão nº 4.013/2008-TCU-Plenário, Acórdão nº 1.547/2007-TCU-Plenário).
>
> Acordão TCU nº 2637/2015 – Plenário
> As estimativas de preços prévias às licitações devem estar baseadas em cesta de preços aceitáveis, tais como os oriundos de pesquisas diretas com fornecedores ou em seus catálogos, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos, sistemas de compras (Comprasnet), valores registrados em atas de SRP, avaliação de contratos recentes ou vigentes, compras e contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes.

Dessa forma, a pesquisa prévia de preços será realizada pelo Departamento de Pesquisa Judiciárias, considerando as especificidades da execução do tema proposto e as recomendações do TCU sobre o tema.

O modelo proposto de contração é o de prestação de serviço em que se busca a realização de pesquisas específicas, independentemente da alocação de mão de obra nas dependências do Conselho Nacional de Justiça, os perfis indicados buscam assegurar a qualidade final dos produtos a serem entregues, ou seja, prima pela qualidade técnica das pesquisas a serem realizadas compatibilizando com os princípios vetores da Administração Pública, tais como eficiência e, em segundo lugar, pela economicidade e vantajosidade.

O detalhamento de perfis profissionais apresenta-se como característica do objeto a ser contratado, de sua excelência. Além disso, não se exige exclusividade de tais profissionais - o que dificulta sobremaneira o detalhamento de custos a serem efetivamente suportados pela Administração.

A composição usual nas contratações de terceirização não se mostra adequada à presente contratação, pois além da ausência de mão de obra residente, destaca-se também a inaplicabilidade dos encargos trabalhistas e sociais típicos deste modelo de contração.

A presente contratação busca a entrega de pesquisa com objetos específicos de modo parcelado e nos moldes previstos nos termos de referência.

A) Benefício Direto: possibilidade de subsidiar a criação de política pública que auxilie no tratamento das situações negativas diagnosticadas; e

B) Benefício Indireto: a formação de bancos de dados e de material que poderá ser utilizado nos projetos atualmente em execução no CNJ e apontar a necessidade de novas pesquisas complementares na área.

A transferência de conhecimentos, bancos de dados, tecnologias e de técnicas estará prevista em contrato tal como nos contratos da 4ª Edição da Série Justiça Pesquisa. Termos de Confidencialidade e Sigilo também são firmados nos casos em que se dá acesso aos bancos de dados do CNJ; além da indicação de uso de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido para os casos de coleta de informações junto sujeitos de pesquisa em que são realizadas técnicas qualitativas.

As normas legais, regulamentares e convencionais com as quais a solução apresentada deve estar em conformidade;

A legislação nacional aplicável a cada tema a ser apresentado no Edital.

Emenda Constitucional n. 45/2004 – Criação do Conselho Nacional de Justiça;

Lei n. 11.364/2006 – Dispõe sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências;

Resolução Nº 67 de 03/03/2009 - Regimento Interno do CNJ;

Lei n. 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações

e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

A necessidade, caso existente, de serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva, adaptativa e de garantia técnica com a indicação do respectivo período para equipamentos e materiais explicitados na solução selecionada:

Não se aplica.

5. QUANTIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

Entrega de uma pesquisa conforme tema e requisitos previstos no Edital.

6. DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Trata-se da contratação de pesquisas do tema Diagnóstico sobre o Contencioso Tributário no Poder Judiciário Brasileiro. O contrato resultante do processo de seleção representa o tema, e portanto, é impossível a sua subdivisão em itens.

A produção de pesquisa e, de um relatório final contendo achados, análises e proposições para o aperfeiçoamento de políticas públicas, envolve a acumulação de atividades e conhecimentos; implementação de metodologias de pesquisa; aplicação de diversas técnicas de investigação; e a elaboração conceitual/analítica em cada uma das etapas em execução. Nesse sentido, não é possível conceber a divisibilidade de uma pesquisa. O fim último de uma pesquisa é a realização de atividades/etapas que vão se somando e, dessa forma, contribuindo para um conjunto de saberes que culminam em um relatório final.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO DA AQUISIÇÃO

Não se aplica

8. RISCOS DA AQUISIÇÃO

Risco possível é a não entrega dos relatórios em cada etapa.

Para mitigar os riscos durante a execução da pesquisa, será estabelecida a obrigatoriedade da reunião de alinhamento, a ser realizada 15 dias após a assinatura do contrato, a fim de esclarecer e orientar as instituições contratadas sobre as exigências e a expectativa do CNJ em relação ao objeto de cada projeto. Também haverá reuniões de acompanhamento, pela equipe designada pelo CNJ, durante a execução de cada fase da pesquisa.

Caso ocorra descumprimento das obrigações pactuadas, serão previstas a aplicação de penalidades, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 e seguindo os critérios da razoabilidade e proporcionalidade

.

9. INDICAÇÃO DAS RESTRIÇÕES INTERNAS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não se aplica

10. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

~~Conforme descrito no item 3.1, item 2, s~~Sugere-se a vigência de 07 (sete) meses.

11. CONCLUSÃO DO GESTOR

Assim, tendo em vista as informações apresentadas nesse documento, concluo que a seleção de projetos será feita mediante Edital, com indicação de preços máximos, por meio de dispensa de licitação, atendendo a critérios de “melhor técnica e preço”. Tendo sido apresentado os potenciais riscos e seus tratamentos. Sendo, portanto, viável a contratação pretendida.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade

Gabriela Moreira de Azevedo Soares	gabriela.soares@cnj.jus.br	5259	DPJ
Wilfredo Enrique Pires Pacheco	wilfredo.pacheco@cnj.jus.br	5266	DPJ
Danielly dos Santos Queiros	danielly.queiros@cnj.jus.br	5271	DPJ
Elisa Sardão Colares	elisa.colares@cnj.jus.br	5279	DPJ
Pedro Henrique Pádua Amorim	pedro.amorim@cnj.jus.br	5265	DPJ
Cristianna Duarte Fernandes Bittencourt	cristianna.fernandes@cnj.jus.br	5272	DPJ

CNJ	PROJETO BÁSICO

1. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO

1.1 Necessidade (demanda) a ser atendida:

A contratação de pesquisa empírica sobre o tema "Diagnóstico sobre o Contencioso Tributário no Poder Judiciário Brasileiro" para subsidiar políticas públicas do Poder Judiciário para a promoção dos Direitos e Garantias Fundamentais.

1.2 Partes interessadas

São partes interessadas:

a. Sociedade: as pesquisas apresentam diagnóstico do Poder Judiciário brasileiro;
b. Plenário: as pesquisas realizadas pelo DPJ podem subsidiar a elaboração de políticas públicas pertinentes aos aspectos analisados;
c. Projetos em andamento no Conselho Nacional de Justiça: as pesquisas podem se relacionar diretamente ou indiretamente aos objetos dos projetos realizados pelo CNJ; e
d. Departamento de Pesquisas Judiciárias: a realização de pesquisas e diagnósticos do Poder Judiciário é parte das atribuições desse departamento, conforme os itens 7.2, I e II do Manual de Organização do CNJ e art. 5º, § 1º, II e III da Lei nº 11.364/2006.

1.3 Resultados esperados

Diagnóstico qualificado cientificamente que possam subsidiar o Conselho Nacional de Justiça na elaboração de políticas públicas e diretrizes nacionais para o Poder Judiciário.

Em especial que analise as seguintes questões:

(i) identificar como se manifestam, objetivamente, os princípios da legalidade fiscal, da segurança jurídica e da confiança legítima no âmbito do contencioso tributário;

(ii) analisar as principais causas dos conflitos tributários que tramitam nas instâncias administrativas, identificando soluções para reduzi-las;

(iii) propor formas de harmonização e cooperação entre os contenciosos tributários, administrativos e judiciais, sobretudo com relação à jurisprudência por eles produzida, em matéria legislativa comum;

(iv) analisar a possibilidade de utilização de métodos alternativos de resolução de conflitos em matéria tributária, nas diversas etapas de tramitação processual.

Tudo isso, ao final, contribuirá para um diagnóstico amplo do contencioso fiscal do país, com vistas a se obter uma maior efetividade da Justiça Tributária, que levará, ao fim e ao cabo, a uma melhoria do ambiente de negócios e da capacidade concorrencial da economia brasileira.

1.4 Justificativa da contratação

a. Motivação

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é órgão central de planejamento e coordenação do Poder Judiciário que atua no controle administrativo e no desenvolvimento de políticas judiciárias voltadas ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional no Brasil. Como órgão integrante do CNJ, cabe ao Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) desenvolver estudos que subsidiem a implementação e avaliação de políticas judiciárias em curso.

Para bem cumprir essa missão institucional, o Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) propõe a realização de Edital de Convocação Pública e de Seleção.

Esse Projeto Básico tem a finalidade da futura seleção de instituição que atendam ao disposto no art. 24, XIII da Lei n.º 8.666/1993, aos requisitos desse Projeto Básico e ao futuro Edital de Convocação para desenvolver pesquisa empírica sobre o tema "Diagnóstico sobre o Contencioso Tributário no Poder Judiciário Brasileiro".

O tema apresenta relevante interesse do Poder Judiciária, e as conclusões obtidas a partir pesquisa podem subsidiar a elaboração de políticas públicas do Poder Judiciário que buscam a promoção dos Direitos e Garantias Fundamentais.

O tema desta Pesquisa é a análise do contencioso judicial tributário brasileiro, com foco na verificação científica da sua efetividade, examinando entre outros aspectos:

A. o tempo de tramitação das demandas tributárias no contencioso judicial;
B. o resultado das decisões proferidas (se estão baseadas mormente em questões formais ou preliminares ou se enfrentam o mérito propriamente tributário da lide);
C. o efeito socioeconômico das decisões, especificamente, as repercussões para as partes envolvidas (contribuinte e fisco), bem como, para o aperfeiçoamento da legislação tributária;
D. avaliar o fluxo do processo tributário na esfera judicial e as relações entre o contencioso administrativo e judicial;
E. avaliar os impactos financeiros das decisões judiciais em matéria tributária
F. as demais condições requeridas pelos preceitos constitucionais e legais.

Dentre esses preceitos, destacam-se:

(i) o acesso à justiça;

(ii) a não possibilidade de denegação de Justiça;

(iii) o tempo razoável para a solução do litígio; e

(iv) o contraditório e a ampla defesa.

Ressalte-se que, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, o cidadão tem direito a uma decisão judicial eficiente e efetiva, que atenda às especificidades do caso em concreto e consiga realmente resolver o litígio, de forma justa e célere.

O fato é que o elevado número de processos judiciais tributários pendentes de julgamento e a capacidade julgadora do sistema de justiça parecem revelar uma dificuldade intransponível na aplicação do princípio constitucional da justiça efetiva, que implica celeridade na decisão.

Na busca das causas desse fenômeno, analisar-se-á a estrutura orgânica dos Tribunais Federais, dos Tribunais Estaduais de Justiça, tentando avaliar se a arquitetura institucional atualmente existente responde às necessidades de uma justiça tributária efetiva, nos termos constitucionalmente previstos e sob a forma requerida pela sociedade brasileira.

Existindo a necessidade de assegurar aos cidadãos um serviço de solução de litígios que seja efetivo, em consonância com o ordenamento jurídico brasileiro, o contencioso tributário deveria, ademais, representar um espaço institucional de "densificação" da norma tributária, por meio da explicitação dos critérios jurídicos interpretativos da legislação fiscal vigente (legalidade concreta) e, consequentemente, do fortalecimento da segurança jurídica, contribuindo para a diminuição da litigiosidade tributária.

b. Objetivos

Para proceder às necessárias reflexões a respeito do funcionamento da Justiça Tributária no Brasil, a pesquisa fará diagnóstico, por meio de análise de dados estatísticos e pesquisa empírica, sobre as principais causas e fatores que afetam a efetividade das decisões judiciais em matéria tributária, no âmbito do judiciário, de modo a identificar os principais problemas.

(i) A análise do número de instâncias judiciais percorridas pelo processo tributário até o seu deslinde final, buscando evidenciar superposições e trâmites desnecessários, em prol de uma melhor racionalização da arquitetura processual e institucional do Contencioso Tributário.

(ii) O relacionamento institucional entre o contencioso administrativo e o judicial em matéria tributária, procurando identificar o percentual de decisões judiciais que mantiveram total ou parcialmente as decisões de mérito anteriormente proferidas na instância administrativa e o grau de articulação e complementaridade existente entre essas instâncias julgadoras.

(iii) A verificação do impacto das decisões proferidas na modificação e/ou aperfeiçoamento do sistema tributário vigente (legal e normativo).

Adicionalmente, a pesquisa deverá suprir a lacuna existente quanto à análise da fundamentação das decisões judiciais em matéria tributária, no sentido de explicitar os percentuais em que ficaram circunscritas a questões preliminares de invalidade formal, em relação aos que enfrentaram tecnicamente a análise da questão substancial e de mérito.

c. Benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação

A) Benefício Direto: possibilidade de subsidiar a criação de política pública que auxilie no tratamento das situações negativas diagnosticadas; e

C) Benefício Indireto: a formação de bancos de dados e de material que poderá ser utilizado nos projetos atualmente em execução no CNJ e apontar a necessidade de novas pesquisas complementares na área.

d. Conexão entre a contratação e o planejamento estratégico do CNJ, que devem ser harmônicos

O objeto deste Projeto Básico tem previsão orçamentária na Ação 2B65 – Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos, dentro do Programa 1389 – Controle da Atuação Administrativa e Financeira do Poder Judiciário.

As contratações de pesquisas científicas decorrentes da "5ª Série do Justiça Pesquisa" atendem a previsão contida no Item II dos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período 2015 – 2020, que foi aprovada na Sessão Plenária do dia 15 de dezembro de 2015 e instituída por meio da Portaria n. 167 de 15 de dezembro de 2015.

e. Critérios técnicos utilizados

Considerando as experiências do Poder Executivo com a publicação de editais para contratação de instituições de ensino e pesquisa a fim de realizar diagnósticos, prospecções, estudos acerca de temas determinados, o CNJ utilizou alguns dos parâmetros desse tipo de contratação para precificar os produtos que pretende obter.

Nos casos de incentivo ao desenvolvimento de pesquisas, como é o interesse do CNJ, o tema indicado por meio do Edital será elaborado em formato de proposta pelo contratante. As instituições proponentes apresentam projetos para demonstrar como alcançarão os objetivos da pesquisa. No modo como se pretende neste Conselho, não haverá oferta de linhas metodológicas específicas, nem a designação de nenhuma técnica de pesquisa ou ferramenta para análise de dados; o CNJ não se responsabilizará pela entrega de nenhum documento ou banco de dados para subsidiar o trabalho de campo. Nesse contexto, a instituição a ser contratada possuirá maior liberdade acadêmica para que desenvolva suas escolhas teórico-metodológicas e suas atividades de pesquisa, visando ao aperfeiçoamento dos serviços e das políticas judiciárias. As exigências do CNJ são que as pesquisas a serem contratadas sejam voltadas à realização do diagnóstico proposto e que este gere propostas de soluções potenciais aos problemas encontrados no contencioso judicial tributário, sendo de responsabilidade do contratado a apresentação e o desenvolvimento de técnicas pertinentes para a obtenção de dados e análise dos mesmos. O CNJ reserva-se o direito de propor ajustes aos projetos para que eles melhor atendam aos seus objetivos.

São elegíveis para a contratação instituições de ensino superior, públicas ou privadas, e demais entidades incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e/ou de pesquisa e/ou de extensão, desde que sem fins lucrativos. É vedada a participação, , de pessoas jurídicas de direito privado com fins lucrativos e de fundações de apoio vinculadas às instituições acima mencionadas.

f. Documentos necessários à habilitação da proponente

Como não se trata de processo licitatório, mas de processo de seleção, com fundamento na dispensa do art. 24, XII da Lei nº 8.666/1993, a documentão de regularidade é exigida apenas no momento da contratação, razão pela qual no momento de apresentação das propostas,

exigir-se-á documentação simplificada que guarde correspondência com o objeto a ser contratada e com os requisitos legais exigidos das instituições para a contratação direta.

Para a participação no processo seletivo, as instituições interessadas deverão apresentar os seguintes documentos:

a. os atos constitutivos devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;
b. a prova de inscrição no CNPJ;
c. o estatuto da entidade indicando a ausência de fins de lucrativos e realização de atividades institucionais relacionadas ao objeto da presente contratação;
d. documentos pessoais do representante legal e comprovação por meio de ata ou outros meios de constituir-se representante legal da instituição;
e. currículo atualizado da Plataforma Lattes dos membros da Equipe Básica de Pesquisa;
f. declaração de vinculação mútua entre a instituição e os pesquisadores da Equipe Básica; e
g. comprovação da vinculação da Instituição com os pesquisadores da Equipe Básica mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho ou do Livro de Registro de Empregado ou de contrato de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura dos pesquisadores, acompanhada da anuência destes.

2. OBJETO

2.1 Definição do Produto / Serviço a ser contratado

O objeto do presente Projeto Básico é contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, sem fins lucrativos para a execução de pesquisa a ser desenvolvida com o tema "Diagnóstico sobre o Contencioso Tributário no Poder Judiciário Brasileiro", atendendo aos requisitos e especificações que se seguem.

a) Atuação nacional, de modo a ter capacidade técnica na realização de pesquisa capaz de abranger a totalidade do território nacional, ainda que a partir de critérios amostrais, bem como do Poder Judiciário, segundo os critérios a serem fixados no Edital;
b) Dispor de infraestrutura de tecnologia de dados capaz de executar as pesquisas quantitativas decorrentes da execução do objeto;
c) Possuir em seu Estatuto ou ato de criação e/ou documento equivalente a função de produção de pesquisas;
d) Possuir experiência de, no mínimo, 5 anos na produção de pesquisas e relatórios correspondentes;
e) Possuir a documentação de habilitação jurídica a serem definidos no Edital; e
f) Contar com equipe de pesquisadores qualificados que atendam aos requisitos a serem definidos no Edital.

2.2 Especificação do Produto / Serviço a ser contratado

O produto final a ser entregue consistirá em relatório analítico e propositivo baseado em dados estatísticos e pesquisa empírica de qualidade. Os demais produtos a serem entregues, entendidos como parciais, serão considerados pela Comissão de Acompanhamento como pontos de controle para alinhamento e ajustes necessários durante ainda durante a execução

da pesquisa. Os produtos parciais serão realizados de acordo com metodologias e técnicas de pesquisa elaboradas pela contratada, de modo a constar a devida compilação dos dados obtidos e análises pertinentes ao referido Diagnóstico, procurando-se, simultaneamente, vislumbrar soluções para as dificuldades encontradas.

A pesquisa deverá contemplar, no mínimo, os critérios de representatividade da Justiça Federal, de forma a incluir as Unidades da Federação a que as sedes dos cinco Tribunais Regionais Federais se encontram. Considerando a abrangência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e a necessidade de incluir a Região Norte, também serão incluídos na pesquisa os estados de Minas Gerais e Pará e dada diversidade de configurações na Região Nordeste, também será incluído o estado do Ceará. Minimamente, os seguintes órgãos: Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os cinco Tribunais Regionais Federais (TRF1, TRF2, TRF3, TRF4, TRF5), oito Tribunais de Justiça (TJDFT, TJRJ, TJSP, TJRS, TJPE, TJMG, TJPA, TJCE), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF).

A instituição contratada deverá produzir quatro documentos a que estará condicionado os pagamentos do contrato, a saber:

Produto 1 – Plano de Trabalho Instrumentalizado: Metodologia, Instrumentos, Ferramentas e Relatórios a serem utilizados na Pesquisa.

(i) Elaboração dos instrumentos de pesquisa quantitativa e qualitativa a serem utilizados para o levantamento de dados e informações junto Tribunais em que realizará a pesquisa, como por exemplo: formulários eletrônicos para coleta de dados, roteiros de entrevistas, etc.

(ii) Apresentação das ferramentas para o levantamento dos dados e informações disponíveis em bancos de dados públicos ou privados, desde que autorizado.

OBS: a Comissão de Acompanhamento deverá aprovar, previamente ao início das atividades de campo, os Produtos 1 e Produto 2.

Produto 2 – Apresentação e Relatório técnico que contenha os resultados parciais da pesquisa, contendo pelo menos resultado sistematizado de incluindo 25% da análise qualitativa e 100% da análise descritiva quantitativa.

Produto 3 – Relatório técnico que contenha análise de todos os dados quantitativos e qualitativos.

Produto 4 – Relatório Final de pesquisa que reúna as informações apresentadas nos produtos 1, 2 e 3, estruturado da seguinte forma: a) sumário executivo; b) introdução; c) descritivo metodológico; d) desenvolvimento, com apresentação de dados, resultados, análises e interpretações; e) síntese dos principais resultados encontrados; e f) apresentação de diretrizes e recomendações técnicas para o seu aperfeiçoamento.

Os produtos deverão observar as atividades e cronogramas descritos no Edital; as fontes de análises e pesquisas deverão ser acordadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa. A Comissão de Acompanhamento emitirá notas técnicas de avaliação de cada produto entregue, podendo constar sugestões de alteração que deverão ser acatadas pela equipe de pesquisa contratada.

2.3 Equipe Básica de pesquisa:

A instituição interessada deverá indicar e alocar Equipe Básica de Pesquisa para atuar em todas as fases da execução da pesquisa. A Equipe Básica de Pesquisa deverá ter a seguinte composição e qualificação técnica profissional mínima:

FORMAÇÃO MÍNIMA (Função desempenhada e Titulação)	NÚMERO MÍNIMO EXIGIDO	EXPERIÊNCIAS ESPECÍFICAS MÍNIMAS REQUERIDAS
Coordenador acadêmico, com nível de doutorado.	01	Experiência consolidada na coordenação de projetos e/ou de grupos de pesquisa, realização de pesquisas, estudos e publicações na área sociojurídica, comprovada mediante apresentação de *curriculum* LATTES.
Coordenadores de campo, com nível mínimo de mestrado	02	Experiência no desenvolvimento de projetos, participação em grupos de pesquisa e realização de pesquisas e estudos, comprovadas mediante apresentação de *curriculum* LATTES.

A eventual substituição de pesquisadores da Equipe Básica de Pesquisa poderá ser feita, desde que devidamente justificada e comunicada ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ), devendo o pesquisador substituto atender aos requisitos do pesquisador substituído, com igual ou superior formação básica e experiências específicas requeridas.

A Equipe Básica de Pesquisa tem por finalidade a classificação técnico-profissional da instituição proponente e tem a responsabilidade direta por todas as fases da pesquisa.

Além da Equipe Básica de Pesquisa, a entidade poderá alocar Equipe de Apoio para realização da pesquisa.

A Equipe de Apoio não constará como quesito para qualificação ou pontuação da proposta de pesquisa.

A Equipe Básica de Pesquisa, constituída por doutor e mestres, será responsável por:

1. Coordenador acadêmico (Doutor) – responsabilidade técnica pelo desenho metodológico e pelo embasamento e orientação teórica dos projetos; orientação dos demais profissionais; planejamento de todas as etapas da pesquisa; participação no processo de redação dos relatórios, consolidação e articulação de todas as informações; tomada de decisões quanto a imprevistos ao longo de todo o processo de pesquisa; responsabilidade pelos relatórios apresentados; participação na aplicação de métodos de pesquisa a autoridades.
2. Coordenadores de Campo (Mestres) – levantamento bibliográfico; mapeamento de fontes de dados; responsabilidade por conduzir o trabalho de campo e/ou a Equipe de Apoio (quando houver) orientando os profissionais na coleta de dados, na aplicação das técnicas de pesquisa, na tabulação e análise de dados; participação no planejamento do

projeto e desenho dos métodos e técnicas de pesquisa; planejamento e execução de soluções e ferramentas para extração de dados; supervisão e execução dos trabalhos de campo (métodos e técnicas de pesquisa); elaboração de relatórios de trabalho de campo; participação na análise de dados e na redação dos relatórios.

2.4 Critérios de sustentabilidade

A contratada deverá observar, no que couber o Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ (Portaria CNJ/Presi nº18/2020).

2.5 Descrição do produto/serviço

Pesquisa sobre o tema "Diagnóstico sobre o Contencioso Tributário no Poder Judiciário Brasileiro"

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE UNIT.	QTDE. TOTAL
1	i) Elaboração dos instrumentos de pesquisa quantitativa e qualitativa a serem utilizados para o levantamento de dados e informações junto Tribunais em que realizará a pesquisa, como por exemplo: formulários eletrônicos para coleta de dados, roteiros de entrevistas, etc. (ii) Apresentação das ferramentas para o levantamento dos dados e informações disponíveis em bancos de dados públicos ou privados, desde que autorizado.	Produto Parcial 1 - Relatório	1	1	1
2	Relatório parcial com apresentação de resultados sistematizados de 25% das entrevistas planejadas e análise descritiva de todos os dados quantitativos.	Produto Parcial 2 - Relatório	1	1	1
3	Relatório técnico que contenha análise de todos os dados quantitativos e qualitativos.	Produto Parcial 3 - Relatório	1	1	1
4	Entrega de Relatório final da pesquisa ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) que reúna as informações apresentadas nos produtos parciais 1, 2 e 3, estruturado da seguinte forma: a) sumário executivo; b) introdução; c) descritivo metodológico; d)	Produto Final - Relatório	1	1	1

	desenvolvimento, com apresentação de dados, resultados, análises e interpretações; e) síntese dos principais resultados encontrados; e f) apresentação de diretrizes e recomendações técnicas para o seu aperfeiçoamento				

2.6 Métricas utilizadas

Entrega de uma pesquisa conforme tema e requisitos previstos neste Projeto Básico e no Edital.

2.7 Necessidade de Agrupamento de Itens

Trata-se da contratação de pesquisas em tema específico, integrante da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa. O contrato representa o detalhamento do tema e é impossível a sua subdivisão em itens.

A produção de pesquisa e de um relatório final contendo achados, análises e proposições para o aperfeiçoamento de políticas públicas, envolve a acumulação de atividades e conhecimentos; implementação de metodologias de pesquisa; aplicação de diversas técnicas de investigação; e a elaboração conceitual/analítica em cada uma das etapas em execução.

Nesse sentido, não é possível conceber a divisibilidade da pesquisa. O fim último de uma pesquisa é a realização de atividades/etapas que vão se somando e, dessa forma, contribuindo para um conjunto de saberes que culminam em um relatório final.

2.8 Serviços prestados de forma contínua ou não contínua

Trata-se de serviço de natureza não contínua, pois a sua interrupção não compromete a atuação finalística do Conselho Nacional de Justiça.

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Fase	Descrição	Atividades	Prazo
1	Reunião de Alinhamento e entrega de estratégias metodológicas	Reunião de Alinhamento e entrega de estratégias de metodologia (quantitativa e qualitativa) e apresentação de todos os instrumentos de coleta de dados de todos os objetivos e amostras definidos no projeto de pesquisa	Até 15 dias após assinatura do contrato
2	Produto Parcial 1	(i) Elaboração dos instrumentos de pesquisa	Até 30 dias após assinatura do contrato e

		quantitativa e qualitativa a serem utilizados para o levantamento de dados e informações junto Tribunais em que realizará a pesquisa, como por exemplo: formulários eletrônicos para coleta de dados, roteiros de entrevistas, etc. (ii) Apresentação das ferramentas para o levantamento dos dados e informações disponíveis em bancos de dados públicos ou privados, desde que autorizado.	aprovação do Produto Parcial 1
3	Produto Parcial 2	Relatório parcial com apresentação de resultados sistematizados de 25% das entrevistas planejadas e análise descritiva de todos os dados quantitativos.	90 dias após assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 1)
4	Produto Parcial 3	Relatório técnico que contenha análise de todos os dados quantitativos e qualitativos.	120 dias após a assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 2)
5	Produto Final	Entrega de Relatório final da pesquisa ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) que reúna as informações apresentadas nos produtos parciais 1, 2 e 3, estruturado da seguinte forma: a) sumário executivo; b) introdução; c) descritivo metodológico; d) desenvolvimento, com apresentação de dados, resultados, análises e interpretações; e) síntese dos principais resultados encontrados; e f) apresentação de diretrizes e recomendações técnicas para o seu aperfeiçoamento	150 dias após a assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 3)

3.1 Local e Horário

O serviço será prestado nas dependências da contratada.

3.2 Dias e Horários do Funcionamento do CNJ

Os servidores responsáveis pela contratação estão lotados no DPJ e prestam serviços em expediente regular do órgão, de forma remota, podendo ser acionados pelas plataformas e meios de comunicação disponibilizados pelo Conselho (tais como: e-mail institucional, ferramentas do Office 365 e telefone institucional).

3.3 Frequência e periodicidade da prestação dos serviços;

Trata-se de pesquisa a ser desenvolvida em 150 dias, com período de contratação de 07 (sete) meses.

3.4 Ordem de Execução

Será adotado o Instrumento de Contrato para a formalização da presente contratação.

4. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

Trata-se de seleção de instituição, com fundamento na dispensa do art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/1993 e que atenda as condições especificadas nesse Projeto Básico e no Edital.

5. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

5.1 Qualificação técnica

Serão exigidos os documentos descritos na alínea “f” do Item 1.4 deste Projeto Básico.

5.2 Qualificação jurídica

São aqueles que comprovam que a instituição está incumbida, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e/ou pesquisa, sem fins lucrativos, conforme disposto no item 2.1 deste Projeto Básico, ou seja:

5.2.1) Instituições públicas ou privadas de ensino superior e demais entidades incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e/ou pesquisa, desde que sem fins lucrativos.

5.2.2) É vedada a participação, no Edital de Convocação Pública e de Seleção, de pessoas jurídicas de direito privado que desempenhem finalidade lucrativa e de fundações de apoio vinculadas às universidades e/ou instituições de ensino superior e pesquisa.

5.2.3) No momento da contratação, a entidade selecionada não poderá estar em situação de mora ou de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta e indireta, conforme prevê a legislação vigente.

5.2.4) Para a participação, os interessados deverão apresentar, no que couber, os seguintes documentos:

a) atos constitutivos devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;

b) prova de inscrição no CNPJ.

5.2.5) O estatuto da entidade deverá prever a realização de atividades que sejam compatíveis com o objeto deste Projeto Básico.

5.3 Qualificação econômica e financeira

Não se aplica

6. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

Serão consideradas habilitadas à seleção, as propostas das instituições que apresentarem a documentação indicada na alínea "f" do item 1.4 deste Projeto. As propostas apresentadas pelas instituições habilitadas serão analisadas e selecionadas por Comissão Avaliadora, mediante aplicação dos critérios mencionados no item 5.1 deste Projeto.

O tema a ser pesquisado é apenas aquele indicado pelo Conselho Nacional de Justiça nesse Projeto Básico e as instituições proponentes apresentarão projetos para demonstrar como alcançarão os objetivos da pesquisa.

O CNJ não oferecerá linhas metodológicas específicas, nem a designação de nenhuma técnica de pesquisa ou ferramenta para análise de dados, bem como não se responsabilizará pela entrega de nenhum documento ou banco de dados para subsidiar o trabalho de campo.

O CNJ reserva-se o direito de propor ajustes aos projetos de pesquisa para que eles melhor atendam aos seus objetivos. Caso, a instituição proponente não aceite os ajustes propostos, a proposta será desclassificada, assegurados os termos previstos no artigo 56 da Lei nº 9.784/99.

São elegíveis para a contratação instituições públicas ou privadas de ensino superior e demais entidades incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e/ou pesquisa, desde que sem fins lucrativos.

É vedada a participação, no Edital de Convocação Pública e de Seleção, de pessoas jurídicas de direito privado que desempenhem finalidade lucrativa e de fundações de apoio vinculadas às universidades e/ou instituições de ensino superior e pesquisa.

No momento da contratação, a entidade selecionada não poderá estar em situação de mora ou de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta e indireta, conforme prevê a legislação vigente.

No momento da contratação deverão ser apresentados os documentos e certidões abaixo enumerados:

a. Os atos constitutivos devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;
b. A prova de inscrição no CNPJ;
c. O estatuto da entidade indicando a ausência de fins de lucrativos e realização de atividades institucionais relacionadas ao objeto da presente contratação;
d. Artigos, relatórios e demais produções acadêmicas e científicas sobre pesquisas empíricas em direito realizadas no âmbito da instituição;
e. Currículo atualizado da Plataforma Lattes dos membros da Equipe Básica de Pesquisa;
f. Declaração de vinculação mútua entre a instituição e os pesquisadores da Equipe Básica; e
g. Comprovação da vinculação da Instituição com os pesquisadores da Equipe Básica mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho ou do Livro de Registro de Empregado ou de contrato de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura dos pesquisadores, acompanhada da anuência destes.

A documentação mencionada acima deverá permitir a avaliação dos seguintes requisitos sobre a instituição a ser contratada:

a) Atuação nacional, de modo a ter capacidade técnica na realização de pesquisa capaz de abranger a totalidade do território nacional, ainda que a partir de critérios amostrais, bem como do Poder Judiciário, segundo os critérios a serem fixados no Edital;

b) Dispor de infraestrutura de tecnologia de dados capaz de executar as pesquisas quantitativas decorrentes da execução do objeto;

c) Possuir em seu Estatuto ou ato de criação e/ou documento equivalente a função de produção de pesquisas;

d) Possuir experiência de, no mínimo, 5 anos na produção de pesquisas e relatórios correspondentes;

e) Possuir documentos de habilitação jurídica definidos no Edital; e

f) Contar com equipe de pesquisadores qualificados que atendam aos requisitos a serem definidos no Edital. A instituição selecionada que não apresentar as certidões exigidas no momento da contratação será excluída, e será convocada a próxima habilitada.

Serão consideradas habilitadas à seleção, as propostas das instituições que apresentarem a documentação indicada no item 5.2 deste Projeto. As propostas apresentadas pelas instituições habilitadas serão analisadas e selecionadas por Comissão Avaliadora, mediante aplicação dos critérios abaixo discriminados e atribuição, às propostas apresentadas, de pontuação que variará entre 0 (zero) e 100 (cem) pontos:

CRITÉRIOS	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**

I - Adequação da proposta ao objeto da pesquisa	ATÉ 30 pontos, sendo: - até 10 (dez) pontos para apresentação do recorte territorial. Um ponto para cada unidade da federação pesquisada, limitado ao total de 10 (dez) pontos. Não são computadas as oito unidades da federação mínimas obrigatórias, definidas na descrição do campo temático (DF, RJ, SP, RS, PE, MG, PA, CE); - até 5 (cinco) pontos para apresentação do recorte temporal. Um ponto para cada ano que exceder o mínimo de 5 (cinco) anos definido na descrição do campo temático, limitado ao total de 5 (cinco) pontos; - até 5 (cinco) pontos para apresentação de problemas/perguntas aderentes em relação à descrição do tema; - até 5 (cinco) pontos para apresentação de hipóteses aderentes em relação à descrição do tema; e - até 5 (cinco) pontos para proposição de resultados a serem alcançados ao final da pesquisa; **Mínimo: 10 pontos**
II - Adequação de levantamento bibliográfico ao projeto de pesquisa	ATÉ 20 pontos, sendo: - até 10 (dez) pontos para a inclusão de revisão bibliográfica que esteja em consonância com os problemas/perguntas levantados, no sentido de relacionar e justificar as escolhas teórico-conceituais e metodológicas de exploração do campo temático em questão; - até 10 (dez) pontos para a inclusão de revisão bibliográfica que esteja em consonância com as hipóteses levantadas, no sentido de relacionar e justificar as escolhas teórico-conceituais e metodológicas de exploração do campo temático em questão; **Mínimo: 10 pontos**
III - Adequação da metodologia e outros aspectos técnicos ao objeto da pesquisa	ATÉ 50 pontos, sendo: - até 30 (trinta) pontos para o detalhamento da metodologia de coleta e geração de dados, considerando opções quantitativas e/ou qualitativas, nos limites do recorte do tema; - até 10 (dez) pontos para a adequação da proposta de pesquisa aos métodos e técnicas de coleta/geração de dados, considerando diversidade de fontes de dados, nos limites do recorte do tema; - até 10 (dez) pontos para a descrição detalhada das técnicas de análise dos dados a serem empregadas. **Mínimo: 25 pontos**
	Mínimo Geral: 60 pontos

Para classificação, as Propostas de Pesquisa deverão atingir a pontuação mínima definida em cada um dos critérios I, II e III, concomitantemente com a obtenção mínima de 60 (sessenta) pontos totais. Serão selecionadas aquelas propostas que obtiverem maior pontuação em cada um dos campos temáticos.

A relação das propostas selecionadas será divulgada no Diário Oficial da União (DOU), no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) e no sítio eletrônico do CNJ até o dia ____ de _____ de 2020.

Em caso de empate de Propostas de Pesquisa em um determinado campo temático, prevalecerá a proposta de menor preço. Persistindo o empate, será realizado sorteio entre os proponentes, pela Comissão Avaliadora, em ato público, para o qual todos os interessados serão convocados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Participar de reunião de alinhamento com a Comissão de Acompanhamento designada pelo CONTRANTE. A reunião será realizada até 15 dias após a assinatura do contrato, podendo ser presencial ou por videoconferência, e deverá contar com a participação de pelo menos um dos Coordenadores de Pesquisa;

Executar integralmente a pesquisa contratada, sendo vedada a subcontratação e/ou terceirização parcial ou integral;

Entregar os produtos e relatórios constantes do contrato, nos prazos e condições estabelecidos;

Manter Equipe Básica de pesquisa com os níveis de formação acadêmica e experiência profissional exigidos no Edital;

Apresentar e manter atualizados os nomes e outros dados de identificação pessoais (CPF, registro geral) dos membros da Equipe Básica e, se houver, da Equipe de Apoio;

Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

Apresentar nota fiscal ao final de cada fase da pesquisa;

Apresentar ao CONTRATANTE, ao final da última fase da pesquisa, relatório analítico propositivo do cumprimento dos objetivos fixados pelo Edital de Convocação, apresentação e sumário executivo, além dos requisitos sobre desenvolvimento de competências relativos à indicação das lacunas para desenvolvimento de competências de magistrados e servidores;

Garantir livre acesso de servidores do CNJ e dos órgãos internos e externos de fiscalização, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta e indiretamente com o contrato firmado, quando em missão técnica, de fiscalização ou de auditoria;

Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a contratação especialmente quanto à regularidade fiscal (TCU, Acórdão 964/2012-P);

Responsabilizar-se por toda e quaisquer despesas necessárias à execução do contrato;

Designar preposto, quando da assinatura do contrato, com poderes de representação e disponibilidade para prestar pronto atendimento ao gestor nomeado pelo CNJ. O preposto deverá ter capacidade gerencial e poderes para tratar de todos os assuntos previstos no

instrumento contratual, inclusive, para receber notificações, em nome da instituição representada;

Apresentar, no momento da assinatura do contrato, ao menos 3 (três) endereços eletrônicos diferentes entre si, sendo ao menos 1 (um) preferencialmente associado a domínio próprio, para os quais, a critério do CNJ, possam ser encaminhadas notificações, informações e cópias de documentos;

Manter atualizadas as informações integrantes do respectivo cadastro, tais como denominação, nome do representante, endereços virtuais e não virtuais, dentre outras. Só serão consideradas válidas as notificações encaminhadas, pelo CNJ, para os endereços constantes dos autos;

Responsabilizar-se pelas despesas nas quais o CNJ eventualmente incorra com a publicação de editais, nas hipóteses em que notificações por outros meios sejam frustradas ou tornem-se inviáveis, devendo fazer o recolhimento em 30 dias;

Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como as relativas a tributos (impostos, taxas ou contribuições), preços públicos, salários, retribuições de quaisquer espécies, benefícios e/ou encargos previdenciários e/ou trabalhistas e seguros, dentre outras;

Comprometer-se com o sigilo e confidencialidade dos dados coletados, enviando à Comissão de Acompanhamento Termo de Confidencialidade (conforme anexo C) assinado por todos membros da Equipe em até 48 horas após a assinatura do Contrato.

Responsabilizar-se pela assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por parte dos informantes/participantes, quando a pesquisa envolver seres humanos;

a) O modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -- TCLE, será disponibilizado pela Comissão de Acompanhamento e deverá ser apresentado pelos pesquisadores em linguagem acessível à compreensão do participante da pesquisa. A proteção do participante da pesquisa constitui a razão fundamental das Normas e Diretrizes Brasileiras que ordenam as pesquisas envolvendo seres humanos.

b) O TCLE deverá ser obtido após o participante da pesquisa e/ou seu responsável legal estar suficientemente esclarecido de todos os possíveis benefícios e riscos de todas as informações pertinentes à pesquisa.

Gravar e/ou transcrever as entrevistas realizadas, mediante prévia assinatura do termo a que se refere o item 10.2.19;

Atender ao número máximo de páginas por produto (parcial e final) previamente estipulado pelo CNJ; e

Responsabilizar-se pela assinatura de termo de cessão de direitos autorais, patrimoniais e imateriais correlatos aos serviços prestados e à respectiva resultante por parte de todas as pessoas que participem da execução do contrato.

Transferir para o Conselho Nacional de Justiça todos os bancos de dados, scripts e demais instrumentos técnicos utilizados na realização da pesquisa.

Observar, no que couber, o Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ (Portaria CNJ/Presi nº18/2020).

Assinar o Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços Anexo ao Projeto Básico.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Exercer função gerencial e fiscalizadora durante a execução do contrato, ficando assegurado aos seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar ações e de acatar, ou não, justificativas quanto às eventuais disfunções havidas na execução do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

Convocar reunião de alinhamento com a CONTRATADA, a ser realizada até 15 dias após assinatura do contrato;

Acompanhar e atestar a execução do objeto do contrato por meio de comissão especialmente designada;

Realizar o pagamento da pesquisa objeto do contrato, na forma do cronograma de pagamento estabelecido no contrato;

Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

Assumir ou transferir a outro órgão ou entidade do Poder Judiciário a responsabilidade pela execução das pesquisas, na ocorrência de fato relevante que resulte em paralisação, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa e contraditório, de modo a evitar a sua descontinuidade

Aplicar as sanções previstas na legislação e no contrato, assegurado à CONTRATADA a ampla defesa e contraditório; e

Exercer autoridade normativa, controlar e fiscalizar a execução das pesquisas por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ).

9. RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto contratado será recebido pela Comissão de Acompanhamento, observada a seguinte dinâmica:

I – provisoriamente, após a entrega, por e-mail, de cada produto por parte da instituição contratada, ocasião em que a Comissão de Acompanhamento acusará recebimento do arquivo por e-mail no prazo de 5 dias;

II – definitivamente, conforme os seguintes níveis de complexidade:

A) complexidade 1: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares de caráter informativo e descritivo com ausência ou baixo teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 10 dias, prorrogáveis por mais 5, a critério da Comissão de Acompanhamento.

B) complexidade 2: aqueles produtos que implicam em relatório preliminares que já apresentam dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) com médio teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 20 dias, prorrogáveis por mais 10, a critério da Comissão de Acompanhamento.

C) complexidade 3: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares ou finais que além de apresentar dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) apresentam modelos analíticos, apontam para conclusões do estudo e de alguma forma apresentam informações que poderão ser tornadas públicas e/ou utilizadas para a elaboração de políticas públicas, nesses casos, o prazo será de até 30 dias, prorrogáveis por mais 15, a critério da Comissão de Acompanhamento.

A Comissão de Acompanhamento, ao receber o produto, definirá, em 5 dias, o grau de complexidade e informará à Seção de Gestão de Contratos do CNJ e à Contratada.

A análise de nenhum produto excederá a 45 dias.

10. PAGAMENTO DO OBJETO

O valor do contrato será pago em quatro parcelas, após a entrega e aprovação de cada um dos produtos relativos a cada fase conforme item 3, nos prazos e percentuais indicados na tabela a seguir:

Fase	Produto	Prazo	Pagamento
1	Reunião de Alinhamento e entrega de estratégias de metodologia (quantitativa e qualitativa) e apresentação de todos os instrumentos de coleta de dados	Até 15 dias após assinatura do contrato	Não se aplica
2	Produto Parcial 1	Até 30 dias após assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 1)	20% do valor total
3	Produto Parcial 2	90 dias após assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 1)	20% do valor total
4	Produto Parcial 3	120 dias após a assinatura do contrato (e condicionada à aprovação do Produto Parcial 2)	30% do valor total
5	Produto Final	150 dias após a assinatura do contrato (e	30% do valor total

		condicionada à aprovação do Produto Parcial 3)	

A fonte de recursos financeiros previstos é a Ação **21BH** - Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e Gestão de Políticas Judiciárias, **Plano Orçamentário 0006** - Pesquisas e Diagnósticos do Poder Judiciário. Para o ano de 2021, está previsto o valor de R$700.000,00 (setecentos mil reais) para provisão e pagamentos.

11. PENALIDADES APLICÁVEIS

11.1) Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a instituição contratada ficará sujeita, nos casos de inexecução parcial ou total da obrigação ou de atraso injustificado, assim considerados pela Administração, às seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e assegurados o contraditório e ampla defesa:

a) Advertência;

a.1) por não entrega de documentação simples;

b) Multa de:

b.1) 0,5% do valor do produto, por ocorrência, no caso de desatendimento às solicitações do CNJ;

b.2) 0,5% do valor do produto, no caso de atraso na execução de obrigação auxiliar ou na reparação de erro ou imperfeição na obrigação auxiliar, a depender do impacto;

b.3) 2% do valor do produto, por ocorrência, nos casos de erros ou imperfeições na execução do objeto;

b.4) 2% do valor do produto, no caso de atraso na execução ou na reparação de erro ou imperfeição na execução, a depender do impacto;

b.5) 3% do valor total do contrato, no caso de não manutenção das condições de habilitação. Podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato.

b.6) 5% do valor total do contrato, nos casos de descumprimento de legislação (legal e infralegal), que afete a execução do contrato;

b.7) 10% valor total do contrato, nos casos de inexecução parcial, podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato. A não entrega ou recusa de produto, que não seja enquadrada nos itens anteriores, poderá configurar inexecução parcial ou total objeto, cuja configuração dependerá das circunstâncias do caso concreto, do estágio de cumprimento das etapas e da prestabilidade, para o CNJ, dos produtos já recebidos;

b.8) 20% valor total do contrato, nos casos de inexecução total. Podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato. A não entrega ou recusa de produto, que não seja enquadrada nos itens anteriores, poderá configurar inexecução parcial ou total objeto, cuja configuração dependerá das circunstâncias do caso concreto, do estágio de cumprimento das etapas e da prestabilidade, para o CNJ, dos produtos já recebidos;

11.2) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

11.3) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III deste artigo.

11.4) Para fins de aplicação das penalidades previstas no item 11.1, cabem as seguintes definições:

a) entender-se-á como "desatendimento às solicitações do CNJ" quando a contratada não cumprir com instruções expressas por meio de Edital, Contrato e proposta de pesquisa apresentada pela instituição, bem como aquelas complementações definidas como "obrigatórias" em Notas Técnicas emitidas pela Comissão de Acompanhamento. Salvo impedimentos metodológicos e técnicos encontrados no trajeto da pesquisa e que sejam explicitados em Nota Técnica da Comissão de Acompanhamento como dispensados de serem executados acompanhados de devida justificativa e, quando pertinente, de Termo Aditivo;

b) entender-se-á como "atraso" o envio após prazos estabelecidos em contrato e nas Notas Técnicas da Comissão de Acompanhamento;

c) entender-se-á como "erro ou imperfeição na execução" todos aqueles assim devida e explicitamente identificados por meio de Nota Técnica emitida pela Comissão de Acompanhamento. Não serão considerados como erros ou imperfeições na execução do objeto os apontamentos constantes das Notas Técnicas emitidas pela Comissão de Acompanhamento que indiquem a necessidade de ajustes nos produtos, visto que as etapas de construção, adequação e correção são inerentes à atividade de pesquisa.

d) as definições de "inexecução total ou parcial" serão analisadas frente aos casos concretos pelo Conselho Nacional de Justiça.

11.5) Os casos de rescisão contratual, quando não incorrerem em infração à lei ou prejuízo à Administração, darão preferência ao procedimento amigável, nos termos do art. 79, inciso II da Lei nº 8.666/93:

> *Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:*
> *II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;*

.

11.6) Nenhuma penalidade excederá ao valor recebido pela contratada.

12. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

O período de vigência do Contrato é de até 07 (sete) meses.

13. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução do objeto será acompanhada por comissão especialmente designada pelo **CNJ** para esse fim, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas. No acompanhamento e fiscalização do objeto serão verificados:

I o cumprimento da Proposta de Pesquisa nas condições estabelecidas;

II – o cumprimento dos prazos definidos no momento da assinatura do contrato; e

III – a regular apresentação dos produtos previstos para cada fase da pesquisa.

Os relatórios parciais e final deverão ser entregues na forma eletrônica para fins de editoração e publicação pelo DPJ.

De acordo com o interesse do **CNJ**, poderão ser realizadas reuniões presenciais, preferencialmente em Brasília, ou por meio de videoconferência, em qualquer uma das fases da pesquisa, às expensas da **CONTRATADA.**

O **CNJ** comunicará à **CONTRATADA** sobre quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, suspendendo, se for o caso, os pagamentos restantes, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

No prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação, o **CNJ** analisará as justificativas e emitirá parecer em igual prazo.

Em caso de dano, o **CONTRATANTE** realizará a apuração e comunicará o fato à instituição selecionada para que seja ressarcido o valor correspondente em 30 dias. O não atendimento das medidas saneadoras ensejará a instauração do processo adequado.

Ao longo da execução do contrato, caso haja necessidade de alterações no Cronograma de Pagamento, Cronograma de Execução do Projeto de Pesquisa ou de prazos e atividades específicas do projeto de pesquisa, estas deverão ser acordadas entre o Departamento de Pesquisas Judiciárias do **CNJ** e o Coordenador da pesquisa, devendo constar o registro das alterações nos autos do processo administrativo.

14. ESTUDO PRELIMINAR

O presente Projeto Básico foi elaborado de acordo com os estudos preliminares anexos ao processo pertinente.

VALOR ESTIMADO

Conforme Anexo B, o preço máximo permitido, foi construído por meio de consulta às instituições de pesquisa e é o preço médio das propostas apresentadas.

Foram consultadas as seguintes instituições: a) Instituto de Ensino e Pesquisa – Insper; Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo; e Associação Brasileira de Jurimetria – ABJ.

Dessas, as seguintes apresentaram propostas, conforme Mapa Comparativo:

ABJ – Valor total R$360.000,00
USP – Valor total R$346.380,00
INSPER – Valor total R$324.819,00

Na construção do preço médio, foram desconsiderados os valores decorrentes da taxa de administração e de tributos e impostos quando destacados como item componente do preço total.
O preço construído se mostra compatível ainda com os valores pagos nos contratos decorrentes dos editais de convocação das duas últimas séries do Justiça Pesquisa.
As propostas apresentadas pelas instituições de pesquisa se mostraram metodologicamente adequadas ao objeto.

ANEXO A

TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a)_____, inscrito(a) no CNPJ nº_____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

_____, _____ de _____ de _____

ANEXO B

				Empresa: Associação Brasileira de Jurimetria CNPJ: 13.612.840/0001-57			Empresa: Universidade de São Paulo CNPJ: 24.206.696/0001-75			Empresa: Instituto de Ensino e Pesquisa CNPJ: 06.070.152/0001-47		
				Valor			Valor			Valor		
				Considerar?		Parcial	Considerar?		Parcial	Considerar?		Sim
Objeto	ITEM	UM	Qtde	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado	Unitário	Total	Total Considerado
Pesquisadores	1	UN	1	340.000,00	340.000,00	340.000,00	220.380,00	220.380,00	220.380,00	280.578,05	280.578,05	280.578,05
Custos administrativos (armazenamento de dados, passagens, diárias, despesas diversas)	2	UN	1	20.000,00	20.000,00	20.000,00	126.000,00	126.000,00	126.000,00	44.240,95	44.240,95	44.240,95
Taxa de administração (impostos)	3	UN	1	~~40.000,00~~	~~40.000,00~~		~~34.600,00~~	~~34.600,00~~				
		UN										
VALOR TOTAL						360.000,00			346.380,00			324.819,00

OBS: Os valores hachurados foram desconsiderados por estarem muito superiores ou inferiores aos demais.

Valor médio total estimado:	343.733,00	(xxxxx mil reais.....)
Valor mínimo total estimado:	240.380,00	(Doze mil e quatrocentos reais)

Observação: Toda a planilha consta no processo.

ANEXO C - TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

O/a [*instituto/instituição*]**,** com sede em [*endereço*], inscrita no CNPJ nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], doravante denominada **CONTRATADA**, representada por seu [*cargo do representante*], [*nome completo do representante*], RG [*xxxxxxx órgão expedidor*], e CPF [*xxxxxxxxx*] apresenta o presente **TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE** e, por seu intermédio, a **CONTRATADA** obriga-se a não divulgar, sem autorização do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**, segredos e informações confidenciais de sua propriedade, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - A **CONTRATADA** reconhece que, com a aceitação do presente termo pelo **CNJ**, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações sigilosas. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas física ou jurídica não autorizadas, sem a expressa autorização do **CNJ**.

Parágrafo primeiro. As informações consideradas sigilosas para o presente **TERMO** são aquelas de interesse restrito ou confidencial do **CNJ**, cujo conhecimento não pode ser dado a terceiros, em especial:

Os dados armazenados em arquivos ou bases de dados disponibilizados pelo CNJ, sejam elas originárias das bases de dados do próprio órgão sejam bases de dados de outros órgãos ou instituições passíveis de disponibilização, mediante cooperação firmada junto ao CNJ, além de informações confidenciais para fins de uso em pesquisa ou qualquer outra atividade tal como processamento em softwares e modelos de inteligência artificial.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** reconhece ser a lista acima meramente exemplificativa e ilustrativa e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam, ou que venham a surgir no futuro, devem ser mantidas em segredo.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atuará nas ações e/ou iniciativas relativas à pesquisa intitulada [*título da pesquisa*].

CLÁUSULA SEGUNDA - A **CONTRATADA** reconhece que em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação essa deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo **CNJ**, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do **CNJ** deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA TERCEIRA - A **CONTRATADA** reconhece expressamente que ao término da atividade que demandou a formalização do presente Termo deverá entregar ao **CNJ** todo e qualquer material fornecido, inclusive anotações envolvendo informações sigilosas relacionadas, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido usados, criados ou estado sob seu controle. A **CONTRATADA** também assume o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua atividade junto ao **CNJ**.

CLÁUSULA QUARTA - A **CONTRATADA** obriga-se perante o **CNJ** a lhe informar imediatamente qualquer violação das regras de sigilo por parte dele ou de quaisquer

outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes.

CLÁUSULA QUINTA - O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo poderá implicar a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação.

CLÁUSULA SEXTA - As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre a **CONTRATADA** e o **CNJ**.

CLÁUSULA SÉTIMA – A **CONTRATADA** não deverá utilizar qualquer informação para fim diverso daquele destinado à execução das atividades inerentes ao contido no PARÁGRAFO TERCEIRO DA CLÁUSULA PRIMEIRA do presente TERMO.

CLÁUSULA OITAVA - Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Neste caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas.

CLÁUSULA NONA – Para realização de transferência de dados, deverão ser observados os termos da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA - Toda e qualquer modificação concernente às condições aqui estabelecidas só serão válidas mediante autorização expressa da outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, em privilégio a qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

_____

PESQUISADOR

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

_____

JOHANESS ECK

Diretor Geral - CNJ

PARECER - AJU

PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ SEI N. 08400/2020

Assunto: 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa. Contratação por dispensa de licitação. Análise e chancela da minuta do Edital de convocação.

Senhora Assessora-Chefe,

Os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica para análise e, se for o caso, chancela da minuta do Edital da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa - Convocação nº 01/2020 (arquivo SEI 1008408), que tem por objeto a contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, sem fins lucrativos para a execução de pesquisa a ser desenvolvida com o tema "Diagnóstico sobre o Contencioso Tributário no Poder Judiciário Brasileiro".

2. Constam na instrução processual os Estudos Preliminares (arquivo SEI 1008207) e o Projeto Básico (arquivo SEI 1008209), ambos aprovados pelo Secretário de Administração (arquivo SEI 1008424), além do Documento de Oficialização da Demanda (arquivo SEI 0993122) e o Edital (arquivo SEI 1008408).

3. O documento "Estudos Preliminares" contempla análise acerca de: a) viabilidade da contratação; b) justificativa da aquisição; c) requisitos da solução; d) levantamento das opções disponíveis no mercado e histórico da aquisição no Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e) contratações públicas similares; f) comparação entre os custos totais das opções identificadas; g) indicação da solução mais adequada; h) dispensabilidade de licitação; i) vigência do contrato; i) resultados da contratação; e, j) análise de riscos.

4. Por sua vez, o "Projeto Básico" contém a justificativa da futura contratação, motivação, descrição de objetivos e benefícios, da aderência entre o objetivo e o planejamento estratégico do CNJ, além da justificativa para contratação por dispensa de licitação. Foram descritos os critérios para a futura contratação, para apresentação de propostas pelas instituições interessadas, as obrigações das partes, os critérios para recebimento dos objetos executados e pagamento dos serviços prestados, bem como as penalidades aplicáveis às hipóteses de inadimplemento.

5. Finalmente, o documento "Edital de Convocação Pública" está integrado pela observância dos "Estudos Preliminares", por informações constantes do "Projeto Básico" e por minuta do contrato que será assinado pela instituição que venha a ser contratada pelo CNJ, no âmbito da 5ª Edição da Série "Justiça Pesquisa", cujo campo temático é o Contencioso Tributário Judicial.

6. O detalhamento do objeto do futuro contrato está expresso no Anexo I do Edital de Convocação; o modelo de apresentação da proposta de projeto de pesquisa, no Anexo II. O Anexo III contém formulário indicativo dos profissionais que integrarão a equipe básica de pesquisa, os quais apresentarão declaração de compromisso de participação efetiva nas etapas de pesquisa – Anexo IV. Os Anexos V e VI trazem os termos a serem firmados: Termo de responsabilidade e compromisso com o código de conduta para fornecedores de bens e serviços do CNJ e o Termo de Sigilo e Confidencialidade, respectivamente. E, por fim, o anexo VII, apresenta a minuta de contrato.

É o necessário a relatar.

ANÁLISE

7 . Para melhor compreensão e leitura das considerações apresentadas, os temas a serem tratados foram segmentados conforme os itens a seguir:

a) Da necessidade pública a ser atendida

8. Conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 11.364/2006, que dispõe sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça, constituem objetivos do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), unidade demandante da contratação objeto deste processo administrativo:

> Art. 5º Funcionará, junto ao Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ, com sede na Capital Federal.
>
> § 1º **Constituem objetivos do DPJ:**
>
> I – (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.618, de 2007)
>
> II - **desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira;**
>
> III - **realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário**;
>
> IV - **fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias**;
>
> V – (revogado). (Redação dada pela Lei nº 11.618, de 2007)
>
> § 2º Para a consecução dos objetivos institucionais do DPJ, o Conselho Nacional de Justiça poderá: (Redação dada pela Lei nº 11.618, de 2007)
>
> I - **estabelecer vínculos de cooperação e intercâmbio com órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais, no campo de sua atuação;**
>
> II - **celebrar contratos com pessoas físicas e jurídicas especializadas.**

9. Nesse sentido, na instrução processual consta descrita a necessidade pública que demanda a contratação que ocorrerá no âmbito da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa – "a contratação de pesquisa empírica sobre o tema 'Diagnóstico sobre o Contencioso Tributário no Poder Judiciário Brasileiro' para subsidiar políticas públicas do Poder Judiciário para a promoção dos Direitos e

Garantias Fundamentais" – e a solução identificada, pela unidade demandante das contratações – Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ/CNJ) – para atendimento da necessidade pública.

10. Assim, verifica-se que a pesquisa objeto da contratação em foco subsidiará o Departamento de Pesquisas Judiciárias no desempenho de atividades relacionadas à missão institucional do CNJ, em consonância com a Lei nº 11.364/2006 e o art. 103-B, §4º da Constituição Federal de 1988.

b) Da possibilidade de dispensa de licitação

11. Para atendimento da demanda, após a convocação pública, e examinados a proposta e outros documentos apresentados por equipe do DPJ/CNJ, poderá ser firmado contrato, mediante dispensa de licitação, com instituição de ensino superior ou instituição pública ou privada sem fins lucrativos, que seja incumbida, regimental ou estatutariamente de atividades de ensino e pesquisa.

12. A possibilidade de contratação por dispensa vem prevista no art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/1993, que faculta a dispensa de licitação na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

> Art. 24**. É dispensável a licitação**:
>
> (...)
>
> XIII - **na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos**;
> (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

13. Portanto, preenchidos os requisitos legais pela instituição selecionada, a futura contratação será direta, sob dispensa autorizada pelo inciso XIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993 e parametrizada por decisões do Tribunal de Contas da União, dentre elas, pela Súmula 250:

> (...)
>
> **Súmula 250 - A contratação de instituição sem fins lucrativos, com *dispensa* de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei n.° 8.666/93, somente é admitida nas hipóteses em que houver nexo efetivo entre o mencionado dispositivo, a natureza da instituição e o objeto contratado, além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado.**
>
> (...)

14. O nexo entre a resultante da interpretação literal do inciso XIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993, a natureza das instituições que serão futuramente contratadas e os objetos contratados devem estar de acordo com o previsto na Súmula TCU n. 250.

15. O produto pretendido pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias demanda processos de produção circunstanciados pela atuação de profissionais

especializados. Não é, conforme informações prestadas pelo DPJ/CNJ na instrução processual, serviço ordinário, serviço de prateleira, não é serviço comum, aquele que pode ser adquirido com a qualidade almejada mediante prévia licitação, pois busca atender a necessidades específicas do CNJ.

c) Da pesquisa de preços

16. A compatibilidade entre os preços dos futuros contratos e os preços de mercado foi aferida pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), mediante pesquisa de mercado junto às principais instituições de pesquisa do país (arquivos SEI 1003398, 1003400 e 1003402), conforme justificativa apresentada nos Estudos Preliminares (arquivo SEI 1008207):

> (...)
>
> Trata-se de contratação cujo **objeto possui características singulares que a distingue das demais encontradas no mercado ou mesmo daquelas realizadas por meio de contratados similares da Administração Pública,** pois busca atender às necessidades do Conselho Nacional de Justiça, por esta razão será feita pesquisa de mercado junto às principais instituições de pesquisa do país.

17. Finalizada essa etapa, o resultado foi agrupado em mapa comparativo (arquivo SEI 1003403), produzido pela unidade demandante (arquivo SEI 1003407), que indicou, já na Minuta do Edital (item 9.1), a adoção do valor médio para a contratação (arquivo SEI 1008210).

18. Apesar da conformidade do procedimento adotado com o inciso IV, do art. 2º da Instrução Normativa SLTI/ MPOG nº 5/2014, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, a justificativa apresentada pela unidade demandante para a utilização da pesquisa de preços somente com fornecedores no mercado aparenta certa fragilidade, já que, apesar da singularidade do objeto, há, nos Estudos Preliminares, a indicação de contratos administrativos de outros órgãos também relativos à contratação de pesquisas. Ademais há, no âmbito do próprio CNJ, os contratos da 4ª Edição da Série Justiça Pesquisa/2019.

19. Nessa perspectiva, recomenda-se à Administração que, sempre que possível, combine os parâmetros de pesquisa de preços, utilizando-se, por exemplo, além dos preços cotados com fornecedores, de valores de contratos similares realizados pelo CNJ e por outros órgãos públicos, a fim de obter uma 'cesta de preços aceitáveis' capaz de melhor subsidiar a escolha da Administração para a composição do mapa comparativo de preços.

20. Ademais, em que pese à elaboração pela própria unidade demandante, tanto do Mapa Comparativo de Preços quanto do Edital, que indicou o valor da contratação, não localizaram-se nos autos a avaliação e a manifestação da unidade demandante "quanto aos valores máximos unitário e global do objeto, indicando quais valores devem ser considerados para licitação ou contratação direta, e apresentando o valor máximo sugerido para as aquisições pretendidas, juntamente com as informações que subsidiaram o valor identificado, com vistas à aprovação da autoridade competente", conforme determina o Manual de Aquisições deste Conselho [1].

21. Recomenda-se, assim, que haja expressa manifestação e análise da unidade quanto ao valor a ser adotado, juntamente com as informações que

subsidiaram a opção escolhida. Além disso, entende-se necessário constar dos autos aprovação do Mapa Comparativo de Preços (arquivo SEI 1003403) pelo Secretário de Administração, conforme art. 1º, III da Portaria DG nº 411/2018.

d) Dos documentos de habilitação

22. Prosseguindo na análise, verifica-se que, nos Estudos Preliminares (arquivo SEI 1008207), a unidade demandante propôs que, na entrega da proposta, não fossem exigidos todos os documentos de habilitação normalmente exigidos em certames licitatórios, por considerar que o acúmulo de exigências, no momento da seleção tem contribuído para a diminuição no número de instituições interessadas. Assim, sugeriu que demais certidões e documentos fossem exigidas apenas no momento da contratação e do pagamento, como forma de evitar a evasão das instituições da seleção e ainda o retrabalho, colacionando ainda jurisprudência do TCU sobre o tema. Confira-se:

> 6. Considerações sobre a habilitação das proponentes
>
> **O 4º Edital da Série Justiça Pesquisa previu como requisito para a apresentação do projeto de pesquisa a entrega de toda documentação relativa à habilitação normalmente exigida em certames licitatórios, contudo cabe destacar que a presente contração decorre de hipótese de dispensa de licitação e que acúmulo de exigências, no momento da seleção tem contribuído para a diminuição no número de instituições interessadas.**
>
> O art. 27 da Lei nº 8.666/93, trata-se da habilitação nas licitações, e no presente caso, temos processo de seleção de instituições que se mostrem aptas a executar pesquisa, para a contratação em razão de dispensa.
>
> O que se busca com a realização desse modelo público de convocação e seleção é selecionar a melhor proposta de formas a resguardar a isonomia e a impessoalidade da contratação, ainda que por meio de dispensa de licitação.
>
> **Nesse caso, da seleção de instituições sem fins lucrativos, contudo, entende-se necessária a comprovação dessa característica pela juntada, no momento de envio da proposta do estatuto social contendo tal informação. Quanto as demais certidões e comprovantes, sugere-se que sejam exigidas apenas no momento da contração e do pagamento como forma de evitar a evasão das instituições da seleção e ainda de evitar retrabalho, visto que novas certidões e comprovantes são colhidos por ocasião da efetiva assinatura do contrato.**
>
> Ademais o **TCU tem decisões que expressam sua posição quantos documentos exigidos nas dispensas de licitação, conforme a Decisão nº 1.241/2002** – Plenário que estabeleceu que:
>
> **à exigência de comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS quando da dispensa ou inexigibilidade de licitação, tanto na contratação como na efetuação de pagamentos** (art. 195, Inciso I, § 3º da CF 88 art. 47, I, alínea "a" da Lei nº 8.212/9, art. 27, alínea "a" da Lei nº 8.036/90 e art. 2º da Lei nº 9.012/95).

23. Nesse sentido, o Edital trouxe como requisitos de habilitação da proposta tão somente os seguintes documentos:

> 3.4) Para a participação, os interessados deverão apresentar, no que couber, os seguintes documentos:
>
> 3.4.1) Os atos constitutivos devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;
>
> 3.4.2) A prova de inscrição no CNPJ;
>
> 3.4.3) O estatuto da entidade indicando a ausência de fins de lucrativos e realização de atividades institucionais relacionadas ao objeto da presente contratação;
>
> 3.4.4) Documentos pessoais do representante legal e comprovação por meio de ata ou outros meios de constituir-se representante legal da instituição;
>
> 3.4.5) Artigos, relatórios e demais produções acadêmicas e científicas sobre pesquisas empíricas em direito realizadas no âmbito da instituição
>
> 3.4.6) Currículo atualizado da Plataforma Lattes dos membros da Equipe Básica de Pesquisa;
>
> 3.4.7) Declaração de vinculação mútua entre a instituição e os pesquisadores da Equipe Básica; e
>
> 3.4.8) Comprovação da vinculação da Instituição com os pesquisadores da Equipe Básica mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho ou do Livro de Registro de Empregado ou de contrato de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura dos pesquisadores, acompanhada da anuência destes.

24. E, quanto aos demais documentos exigidos pela Lei nº 8.666/1993, dispôs:

> 13.2 **A Entidade proponente, uma vez selecionada e firmado o contrato, nos termos do Edital, deverá apresentar** à Comissão de Acompanhamento, **ao final de cada fase da pesquisa, para fins de pagamento, os seguintes documentos:**
>
> 13.2.a) Nota Fiscal, no valor total das despesas efetuadas, conforme item 10.2.7 deste Edital:
>
> 13.2.b) Relatório/Produto indicado para a respectiva fase, que deverá ser assinado pelo Coordenador da equipe de pesquisa, devendo observar os critérios estabelecidos no item 10 deste Edital e, em especial, no subitem 10.2.8.
>
> **13.2.c) Os documentos exigidos pela Lei nº 8.666/1993 como condição de pagamento.**
>
> _____
>
> **Anexo VII - Minuta de Contrato**
>
> (...)
>
> **CLÁUSULA QUARTA –** Constituem obrigações da **CONTRATADA**:
>
> (...)
>
> j) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a contratação especialmente quanto à regularidade fiscal (TCU, Acórdão 964/2012-P);

25. Pois bem. A nosso ver, a jurisprudência do TCU, citada pela unidade demandante, não se aplica ao contexto dessa contratação, ainda que se refira à dispensa de licitação. Aquela decisão considerou ser necessária nas dispensas a exigência de comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), tanto na contratação quanto na efetuação de pagamentos.

26. Posteriormente, no entanto, o Tribunal no Acórdão nº 2616/2008-Plenário [2], em uma interpretação extensiva do artigo 32, §1º da Lei 8.666/93 [3], admitiu, nos casos de dispensa de licitação fundamentados no art. 24, incisos I e II (dispensa em razão do valor), que não fossem exigidos os documentos de comprovação de regularidade fiscal. Tal hipótese, todavia, difere da aventada nos autos.

27. A contratação que se objetiva com o Edital de Convocação em análise não é hipótese de dispensa em razão do valor, que, de fato, poderia ensejar a dispensa das certidões. Ademais, deve-se considerar que a presente contratação dispõe de fase anterior à efetiva contratação, qual seja a convocação das instituições e análise de suas propostas.

28. Nesse aspecto, parece contraproducente a sugestão da unidade demandante com a exigência da documentação fiscal e trabalhista somente quando da assinatura do contrato e pagamento. Diante dos modernos avanços em tecnologia da informação, e notadamente da facilidade de obtenção de certidões negativas de débitos pela Internet, não se vislumbra ganho de tempo ou de recursos públicos na adoção dessa perspectiva, capazes de superar as necessidades de garantia de isonomia ou moralidade aos procedimentos de licitação. Pelo contrário, entende-se que a inversão dessas fases pode levar a Administração a se deparar, somente no momento da assinatura do contrato, com eventual impedimento de contratar da instituição com a proposta selecionada, o que exigirá o retorno da fase de seleção e, aí sim, maior retrabalho das unidades envolvidas.

29. Deve-se ter em vista que o objetivo da apresentação dos documentos, já na apresentação da proposta, é certificar-se de que o futuro contratado terá condições de executar o objeto, sem o comprometimento do interesse público. Assim, primando-se pela celeridade e eficiência, recomenda-se que os documentos de habilitação necessários à assinatura do contrato sejam exigidos durante a etapa de seleção.

d) Da vigência contratual

30. No que se refere à vigência contratual, a SEEDI identificou, conforme Despacho nº 1008410, uma aparente contradição nos prazos de vigência contratual previstos nos Estudos Preliminares (Item 2) e no Projeto Básico (item 12), que previram uma vigência de **12 (doze) meses,** enquanto o item 12 do Edital e a Cláusula doze da Minuta previram prazo de **6 (seis) meses**. Em contato com a unidade demandante, que informou que deveria ser mantida a vigência contratual de **6 (seis) meses**, a SEEDI manteve a redação original no Edital e na minuta de contrato.

31. Importa observar, todavia, que a vigência contratual foi objeto de consideração pela unidade demandante nos Estudos Preliminares (arquivo SEI 1008207), que discorreu:

> 2. Considerações Sobre a Vigência dos Contratos da "Série Justiça Pesquisa".
>
> (...)

> Conforme, a planilha apresentada acima no item 3.1, **todos os aditivos realizados nos contratos da Série Justiça Pesquisa versaram sobre a necessidade de prorrogar os prazos contratuais, o que demonstra fragilidade do modelo adotado até o presente momento e gera sobrecarga aos demais setores administrativos envolvidos na publicação dos mencionados atos contratuais**.
>
> É possível verificar ainda, a existência de contratos que contaram com permissão especial para o recebimento do objeto após o encerramento do prazo de vigência do contrato referido.
>
> Desta maneira, **o prazo de vigência de 12 meses sem possiblidade de prorrogação mostra-se insuficiente para a realização de determinados objetos contratuais pesquisados,** ou seja, a possibilidade de prorrogação adequaria as situações em que se trata de pesquisas complexas ou que encontram durante a sua execução empecilhos ou dificuldades incialmente não previstas.
>
> (...)
>
> **Assim, a previsão inicial de vigência de 12 meses com a possiblidade de prorrogação solucionaria as dificuldades apresentadas acima.**
>
> **Contudo, em razão da necessidade específica de se ter em curto espaço de tempo uma pesquisa específica sobre o contencioso tributário, sugere-se, excepcionalmente para esta edição, a manutenção do prazo de 12 (doze) meses de duração na contratação do presente edital**. Conforme dados do Justiça em Números 2020, a execução fiscal representa 39% do total de casos pendentes no Judiciário e uma taxa de congestionamento de 87%. Tais dados demandam uma resposta célere e atual por parte do Conselho Nacional de Justiça, o que justifica um prazo menor especificamente para a pesquisa referente ao contencioso tributário. Porém, pugnamos pela concessão de prazo de duração maior nas pesquisas subsequentes, que terão uma abrangência territorial e complexidade metodológica maiores.

32. Assim, mesmo a unidade tendo confirmado que a vigência que agora quer é de 6 (seis) meses, a instrução processual está desconexa. Dos Estudos Preliminares decorrem o Projeto Básico, e deste último nasce o edital, que deve refletir a etapa do planejamento. Dessa forma, é necessário que os documentos sejam adequados e guardem consonância entre si.

33. Ademais, verificam-se divergências dentro do próprio Edital. O modelo de Cronograma de Execução (item 3) juntado ao Anexo II, indica, na fase 6, que o encerramento e a apresentação ocorrerão em 330 (trezentos e trinta) dias, após a assinatura do contrato, o que não está coberto pelo prazo de vigência previsto de 6 (seis) meses. Além disso, na página 3 do Edital informa-se que "a pesquisa contratada será realizada em 5 (cinco) meses e o contrato poderá ter duração de até 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, com possibilidade de prorrogação por igual período". Já na Cláusula Doze da Minuta do Contrato, o prazo de vigência é de até 6 (seis) meses, mas sem a previsão quanto à possibilidade de prorrogação. Novamente, é necessário que as previsões sejam adequadas.

34. A vigência contratual deve ser definida de forma que abranja todas as etapas de execução, inclusive para o recebimento definitivo do objeto. O prazo

deve ser determinado e compatível com as etapas de execução programadas, contemplando, inclusive, os prazos que o próprio CNJ precisa para realizar as análises e os recebimentos dos produtos acordados, levando em consideração os prazos definidos de acordo com as complexidades previstas no item 15.2 do Edital, que, no entanto, parecem não ter sido computados.

35. Em relação à prorrogação, a SEEDI, quando da análise inicial dos documentos de planejamento da contratação, questionou, considerando que a unidade expôs, tanto nos EPs (item 10) quanto no Projeto Básico (item 12), que a vigência seria de 12 meses, prorrogável por igual período, e que a pesquisa não se trata de objeto de natureza continuada, qual seria o enquadramento dado para o previsão de prorrogação contida neste contrato, considerando o art. 57 da Lei nº 8.666/1993. A SEEDI afirmou entender, ainda, que a prorrogação anteriormente realizada no Contrato CNJ n.º 18/2019 foi medida de exceção, mas que não deveria abrir precedente para, na fase do planejamento, prever a possibilidade de prorrogação (arquivo SEI 0993572).

36. Por sua vez, a unidade demandante, no Despacho DPJ 1003407, informou sobre o tema que gostaria de consultar a AJU, nos seguintes termos:

> Considerando as observações contidas na alínea h do item 4 do Despacho SEEDI (0993572) gostaríamos de consultar a AJU sobre a possibilidade de ser avaliada a vigência do contrato a luz da Lei 8.958/1994 e do Manual de Licitações e Contratações Administrativas da AGU que ao mencionar os casos de dispensa de licitação na contratação de instituições de ensino e pesquisa apenas mencionam que tais contratações devem ocorrer por "prazo determinado". Conforme trecho do Manual abaixo:
>
> 8.2 recomendar que na efetivação do disposto no item anterior sejam observadas, quando de análises de contrato por dispensa de licitação, com base no art. 1º da Lei nº 8.958/94, os seguintes quesitos:
>
> (...)
>
> c) o contrato deve estar diretamente vinculado a projeto a ser cumprido em prazo determinado e que resulte produto bem definido, não cabendo a contratação de atividades continuadas nem de objeto genérico, desvinculado de projeto específico.
>
> Solicita-se ainda a avaliação de ser utilizada a excepcionalidade prevista no § 4º, art. 57:
>
> Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.
>
> A excepcionalidade se dá pelo caráter e pela especificidade desses contratos. Além de se tratar de contratação por chamada pública de instituição sem fins lucrativos, o objeto de contratação diz respeito a pesquisas científicas que habitualmente são contratadas e financiadas por períodos superiores a 24 meses. Complemente-se a isso que a prorrogação não incidiria em aumento do valor a ser pago, dado que não se trata de pagamento por serviço fornecido, mas sim por produtos apresentados, os quais não serão alterados ou acrescidos e o valor global do contrato permaneceria o mesmo.

37. Inicialmente, impende observar que tal assunto não chegou a ser

objeto de consulta à AJU, que só teve conhecimento desse Despacho neste momento, já na análise e manifestação quanto ao Edital de Convocação.

38. De fato, como exposto pela SEEDI a prorrogação anteriormente realizada no Contrato CNJ nº 18/2029 foi medida de exceção, que não deve abrir precedente para, na fase do planejamento, prever a possibilidade de prorrogação. Como indicado no Parecer AJU 0992201, que admitiu a prorrogação naquele contrato, a possibilidade, excepcional, "de extensão da vigência contratual não é carta branca para avalizar um planejamento deficiente, que enseje prorrogações contínuas, motivadas somente na perda de prazo para a realização de alguma atividade contratada ou a concessão de dilações à revelia do cronograma contratual".

39. A previsão, de antemão, da possibilidade de prorrogação, pode ser considerada, assim, como um reconhecimento da administração da deficiência do planejamento e até mesmo um incentivo para o descumprimento dos prazos acordados, especialmente diante dos argumentos apresentados pela unidade demandante nas considerações levantadas nos Estudos Preliminares, que consideraram o histórico dos contratos anteriores da Série Justiça Pesquisa (arquivo SEI 1008201).

40. Além disso, demonstra-se inviável a solicitação do DPJ quanto à avaliação de ser utilizada a excepcionalidade prevista no § 4º, art. 57. Como a própria unidade informa, tal hipótese é excepcional, e não deve ser prevista como regra nos contratos administrativos. Ainda mais importante de se observar é o fato de que o §4º do artigo 57 refere-se ao prazo de que trata o inciso II do *caput*, que, por sua vez, se refere à prestação de serviços a serem executados de forma contínua.

41. Como bem indicado pela SEEDI, a contratação em tela não trata de objeto de natureza continuada, dado que sua interrupção, apesar de eventualmente causar prejuízos ao órgão, não compromete a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional do CNJ. Além disso, a necessidade a ser atendida e o vínculo contratual se encerram com a entrega dos relatórios pela instituição selecionada. Assim, não há como se aplicar o § 4º, art. 57 para a contratação em análise.

42. A despeito da louvável iniciativa de que a pesquisa de temática tão importante para este órgão, e para o Poder Judiciário como um todo, seja efetuada de forma célere e atual, a Administração não pode deixar de realizar o adequado planejamento dos prazos necessários a sua execução, para que não haja comprometimento à qualidade do objeto perquirido, e que, de fato, tal pesquisa atenda ao interesse público. Assim, torna-se necessária a completa revisão dos prazos de vigência contratual previstos pela unidade demandante, tanto nos Estudos Preliminares quanto no Projeto Básico e no Edital de Convocação.

43. Quanto à consulta do DPJ sobre a vigência do contrato à luz da Lei nº 8.958/1994 e do Manual de Licitações e Contratações Administrativas da AGU, que mencionam que tais contratações devem ocorrer por "prazo determinado", não há maiores considerações a serem feitas, já que se entende que a definição do prazo de vigência conforme o planejamento e as etapas de execução necessárias é exatamente essa determinação de prazo a que se referem os documentos.

e) Das penalidades aplicáveis

44. Em relação às penalidades, verifica-se que o Edital, no item 11, trouxe o rol de penalidades aplicáveis à contratada nos casos de inexecução parcial ou total da obrigação ou de atraso injustificado.

45. Consigna-se, todavia, que o item 11.3, bem como a alínea "d" da Cláusula Sexta do Contrato, cuja previsão é o "Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos", refere-se à penalidade aplicável no âmbito dos pregões eletrônicos, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, devendo, portanto, serem suprimidas do Edital em análise.

46. Por sua vez, quanto à dosimetria das multas, o DPJ, nos Estudos Preliminares (arquivo SEI 1008207), indicou a necessidade de uma revisão dos percentuais fixados para as multas contratuais em relação aos demais contratos da 4ª "Série do Justiça Pesquisa", de modo a preservar a proporcionalidade e razoabilidade na aplicação das sanções administrativas previstas.

47. Verifica-se que a unidade demandante, também no Despacho DPJ 1003407, informou sobre o tema que gostaria de consultar à AJU sobre a possibilidade dessas multas referentes ao valor total do contrato serem limitadas ao valor total já pago à contratada. Reitera-se que tal assunto não chegou a ser objeto de consulta à AJU, que só teve conhecimento desse Despacho neste momento, já na análise e manifestação quanto ao Edital de Convocação.

48. Quanto ao ponto, não se vislumbra prejuízos a que as multas sejam definidas com base no valor dos produtos, isso porque, a Lei nº 8.666/93 informa no artigo 87, que a multa será na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

49. Assim, o Edital estabeleceu:

> 11) PENALIDADES
>
> 11.1) Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a instituição contratada ficará sujeita, nos casos de inexecução parcial ou total da obrigação ou de atraso injustificado, assim considerados pela Administração, às seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e assegurados o contraditório e ampla defesa:
>
> (...)
>
> b) Multa de:
>
> b.1) 0,5% do valor do produto, por ocorrência, no caso de desatendimento às solicitações do CNJ;
>
> b.2) 0,5% do valor do produto, no caso de atraso na execução de obrigação auxiliar ou na reparação de erro ou imperfeição na obrigação auxiliar, a depender do impacto;
>
> b.3) 2% do valor do produto, por ocorrência, nos casos de erros ou imperfeições na execução do objeto;
>
> b.4) 2% do valor do produto, no caso de atraso na execução ou na reparação de erro ou imperfeição na execução, a depender do impacto;
>
> b.5) 3% do valor total do contrato, no caso de não manutenção das condições de habilitação. Podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato.
>
> b.6) 5% do valor total do contrato, nos casos de descumprimento de legislação (legal e infralegal), que afete a execução do contrato;
>
> b.7) 10% valor total do contrato, nos casos de inexecução parcial. Podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato;
>
> b.8) 20% valor total do contrato, nos casos de inexecução total. Podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato;
>
> (...)
>
> 11.5) Para fins de aplicação das penalidades previstas no

item 11.1, cabem as seguintes definições:

a) entender-se-á como “desatendimento às solicitações do CNJ” quando a contratada não cumprir com instruções expressas por meio de Edital, Contrato e proposta de pesquisa apresentada pela instituição, bem como aquelas complementações definidas como “obrigatórias” em Notas Técnicas emitidas pela Comissão de Acompanhamento. Salvo impedimentos metodológicos e técnicos encontrados no trajeto da pesquisa e que sejam explicitados em Nota Técnica da Comissão de Acompanhamento como dispensados de serem executados acompanhados de devida justificativa e, quando pertinente, de Termo Aditivo;

b) entender-se-á como “atraso” o envio após prazos estabelecidos em contrato e nas Notas Técnicas da Comissão de Acompanhamento;

c) entender-se-á como “erro ou imperfeição na execução” todos aqueles assim devida e explicitamente identificados por meio de Nota Técnica emitida pela Comissão de Acompanhamento. Não serão considerados como erros ou imperfeições na execução do objeto os apontamentos constantes das Notas Técnicas emitidas pela Comissão de Acompanhamento que indiquem a necessidade de ajustes nos produtos, visto que as etapas de construção, adequação e correção são inerentes à atividade de pesquisa.

d) as definições de “inexecução total ou parcial” serão analisadas frente aos casos concretos pelo Conselho Nacional de Justiça.

50. Todavia, impende observar que, do texto presente no Edital, não parece clara a diferença de conduta entre as hipóteses de aplicação da penalidade de inexecução parcial e as de "desatendimento às solicitações do CNJ", "atraso" ou “erro ou imperfeição na execução". S.m.j, todas essas também podem ser vistas hipóteses de inexecução parcial, a ensejar a aplicação do percentual de 10% do valor total do contrato, conforme a alínea b.7.

51. Assim, recomenda-se à unidade técnica, com base na experiência adquirida nos contratos anteriores da Série "Justiça e Pesquisa", que complemente e defina às informações relativas ao que seriam as inexecuções parciais, diferenciando-as das demais hipóteses de descumprimento.

f) Do Documento de Oficialização da Demanda e do Plano de Aquisições

52. Consta dos autos o Documento de Oficialização da Demanda (arquivo SEI 0993122), devidamente aprovado pelo Secretário de Administração, com fundamento no art. 1º, inciso II da Portaria DG nº 411/2018 (arquivo SEI 0995445), após a autorização do Diretor-Geral de inclusão do referido objeto no Plano Anual de Aquisições de 2020 (arquivo SEI 0994449).

g) Da disponibilidade orçamentária

53. Por fim, informa-se que é necessário constar dos autos a classificação da despesa, e informação sobre a disponibilidade orçamentária para atender a despesa. Sugere-se, portanto, o envio dos autos à Secretaria de Orçamento e Finanças.

54. Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Incumbe à Assessoria Jurídica manifestar-se sobre as questões estritamente jurídicas, não lhe competindo analisar a conveniência e a oportunidade dos atos praticados no âmbito do CNJ, tampouco as especificações técnicas do objeto do Edital.

CONCLUSÃO

55. Ante o exposto, previamente à chancela da Assessoria Jurídica do Edital de Justiça e Pesquisa nº 01/2020 (arquivo SEI 1008408), entende-se cabível o retorno dos autos à unidade demandante, para análise e manifestação quanto às considerações apresentadas neste Parecer, assim como para promover as adequações cabíveis.

Ana Luiza Gama Lima de Araújo

Assessora Jurídica

Senhor Diretor-Geral,

Estou de acordo com os termos deste parecer. Seguem os autos à consideração de Vossa Senhoria.

Luciana Cristina Gomes Coêlho Matias

Assessora-Chefe

AJU/DG/CNJ

---

[1] Manual de Aquisições do Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/original215510202009015f4ec33e3fe12.pdf

[2] Voto do Acórdão 2616/2008 - Plenário TCU:

> (...)
>
> 5. Outro dispositivo da Lei nº 8.666/93 que merece ser destacado é o art. 32, § 1º, que permite a dispensa dos documentos relativos à habilitação de licitantes (arts. 28 a 31 da referida Lei), no todo ou em parte, nos casos de convite, concurso, fornecimento de bens para pronta entrega e leilão. Quanto a essa dispensa, cabe salientar entendimento deste Tribunal acerca da regularidade fiscal, conforme consta da **Decisão nº 705/94-Plenário:**
>
> "1. firmar o entendimento de que:

a) **por força do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal - que torna sem efeito, em parte, o permissivo do § 1º do art. 32 da Lei nº 8666/93 -, a documentação relativa à regularidade com a Seguridade Social, prevista no inciso IV do art. 29 da Lei nº 8666/93** e, mais discriminadamente, no art. 27-a da Lei nº 8036/90, no art. 47-I-a da Lei nº 8212/91, no art. 2º-a da IN nº 93/93-SRF e no item 4-I-a da Ordem de Serviço INSS/DARF nº 052/92 **é de exigência obrigatória nas licitações públicas, ainda que na modalidade convite, para contratação de obras, serviços ou fornecimento, e mesmo que se trate de fornecimento para pronta entrega;**

b) a **obrigatoriedade de apresentação da documentação referida na alínea "a" acima é aplicável igualmente aos casos** de contratação de obra, serviço ou fornecimento com **dispensa** ou inexigibilidade de licitação "ex vi" do disposto no § 3º do art. 195 da CF, citado;

c) nas tomadas de preços, do mesmo modo que nas concorrências para contratação de obra, serviço ou fornecimento de bens, deve ser exigida obrigatoriamente também a comprovação de que trata o inciso III do art. 29 da Lei nº 8666/93 a par daquela a que se refere o inciso IV do mesmo dispositivo legal;

d) nos contratos de execução continuada ou parcelada, a cada pagamento efetivado pela administração contratante, há que existir a prévia verificação da regularidade da contratada com o sistema da seguridade social, sob pena de violação do disposto no § 3º do art. 195 da Lei Maior;

(...)"

6. Feitos esses registros, entendo ser essencial à resolução deste recurso a exata compreensão dos dispositivos constitucionais aplicáveis, bem como a ponderação dos princípios também aplicáveis.

7. Nesse sentido, é de se destacar inicialmente o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, haja vista estar ali contido o princípio constitucional da licitação: "XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.".

8. Por sua vez, o art. 195 da Constituição Federal, ao dispor sobre o financiamento da seguridade social, estabelece em seu § 3º que "A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.".

9. Pelo art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, tem-se que a Administração, ao contratar, não tem autorização para exorbitar nas exigências de qualificação técnica e econômica de concorrentes, de modo a assegurar ampla participação de interessados e, ao mesmo tempo, permitir a seleção da proposta mais vantajosa, certificando-se de que o futuro contratado terá condições de executar o objeto, sem o comprometimento do interesse público, que é o bem tutelado pelo princípio da licitação.

10. Em paralelo, pelo art. 195, § 3º, da Constituição Federal, restringe-se a participação de interessados em contratar com a Administração Pública que não estejam em situação de regularidade perante a seguridade social.

11. Conjugando-se essas disposições, verifica-se, conforme ensinamento de Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª edição, Ed. Dialética, págs. 315/316), ser excepcional a regra do referido art. 195, § 3º, consagrando espécie de "punição" determinada pela própria Constituição Federal. Seria, portanto, ao ver do doutrinador, "a única ressalva permitida, no âmbito de regularidade fiscal, ao disposto no art. 37, inciso XXI (...)". Nesse sentido, não haveria permissão ao aplicador da lei para incluir outras restrições, em face do art. 29, inciso III, da Lei nº 8.666/93 ("III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;"), por ser incompatível com o texto constitucional.

12. **Com relação à dispensa de que trata o art. 32, § 1º, da Lei nº 8.666/93, a**

sua compreensão remete, a meu ver, à relação custo x benefício da contratação. A dispensa deve decorrer do fato de a Administração não identificar na situação risco à satisfação do interesse público, uma vez que não se vislumbraria a possibilidade de ocorrência de inadimplência do contratado. Significa dizer que o gestor está capacitado a identificar a desnecessidade de verificação da habilitação do licitante em face da certeza da satisfação da futura contratação. Nesse sentido, ensinamento do já mencionado Marçal Justen Filho (pág. 353 da citada obra):

"Alterando entendimento anterior, reputa-se que a previsão do § 1º do artigo 32 não é exaustiva. A dispensa da apresentação dos documentos será admissível não apenas quando o montante quantitativo da contratação for reduzido ou quando a natureza do contrato não exigir maiores indagações sobre a situação subjetiva do interessado. Também se admitirá que o ato convocatório deixe de exigir a comprovação de outras exigências facultadas em lei se tal for desnecessário para assegurar a execução satisfatória da futura contratação. Assim, por exemplo, não teria sentido exigir a comprovação da experiência anterior em toda e qualquer contratação, eis que há aquelas em que tal poderá ser dispensado."

13. Com efeito, entendi necessário ao exame da matéria trazer essas considerações para permitir uma reflexão acerca da ponderação dos princípios que devem ser observados nos atos do administrador público. Por certo aqueles insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal são de observância obrigatória: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Quanto a outros, verifico ser de capital importância para o caso que se examina destacar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, haja vista que não se pode pretender inviabilizar a gestão de nenhum órgão ou entidade públicos.

14. **As contratações tratadas neste recurso são de pequena monta e, regra geral, referem-se a situações urgentes ou imprevistas, além de envolverem objetos de extrema simplicidade**. Criar exigências para esse tipo de contratação significa, a meu ver, afrontar os princípios da eficiência e da proporcionalidade. Impor ao gestor que cumpra, nesses casos, fases preliminares de verificação de habilitação acrescenta pesado ônus ao interesse público, tanto de satisfação de objeto, quanto financeiro, que não encontram justificativas na exata compreensão dos dispositivos constitucionais e legais mencionados. **Diante de eventuais obstáculos, que, na verdade, não têm qualquer relevância perante o diminuto objeto que se pretende ver satisfeito, os diversos interesses devem ser sopesados para, em nome dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, assegurar a satisfação do interesse essencial que deve ser suprido, no caso, o público.**

15. A manutenção da determinação ora recorrida pode representar a inversão, no meu entendimento, da prevalência da segurança de que o bem jurídico tutelado - o interesse público - será sempre o fator determinante nas contratações. Por isso, manifesto minha total concordância com as palavras da representante do Ministério Público, quando salienta que **"a busca por uma solução harmônica, diante da colisão entre os princípios, nos conduz à intelecção de que há de prevalecer - nos exatos limites da questão em debate, isto é, nas hipóteses adstritas aos preceitos do art. 24, incisos I e II, da Lei n.º 8.666/93 - os requisitos da eficiência, economicidade e racionalidade administrativa, sob pena de se afastar, visceralmente a incidência dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, igualmente abrigados pela Carta Magna e também norteadores da administração pública".** Assim, ciente de que essa é a melhor compreensão para as disposições constitucionais e legais aplicáveis, deve ser provido o recurso.

16. Por fim, saliento que não se pretende aqui esgotar a discussão acerca da exceção à regra criada pelo art. 195, § 3º, da Constituição Federal, mas, apenas, suscitar novas reflexões sobre o tema, em especial em decorrência do seu caráter punitivo e das possibilidades de questionamento de débitos previdenciários e conseqüentes alternativas de regularização conferidas pelo próprio Estado.

[3] Lei nº 8.666/93

Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou

por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 1º **A documentação de que tratam os arts. 28 a 31 desta Lei poderá ser dispensada, no todo ou em parte, nos casos de convite, concurso, fornecimento de bens para pronta entrega e leilão.**

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COÊLHO MATIAS**, **ASSESSOR-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 18/12/2020, às 19:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ANA LUIZA GAMA LIMA DE ARAÚJO**, **ASSISTENTE VI - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 18/12/2020, às 19:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1008919** e o código CRC **4EFDDE15**.

PARECER - AJU

PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ SEI N. 08400/2020

5ª Edição da Série Justiça Pesquisa. Contratações por dispensa de licitação. Análise e chancela da minuta do Edital de convocação.

Senhor Assessor-Chefe em substituição,

Retornaram os autos à Assessoria Jurídica para análise e, se for o caso, chancela da minuta do Edital da 5ª Edição da Série "Justiça Pesquisa" - Convocação nº 01/2020 (arquivo SEI 1010635), que tem por objeto a contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, sem fins lucrativos para a execução de pesquisa a ser desenvolvida com o tema "Diagnóstico sobre o Contencioso Tributário no Poder Judiciário Brasileiro".

2. Em análise preliminar, esta Assessoria entendeu cabível o retorno dos autos à unidade demandante, para análise e manifestação quanto às considerações apresentadas no Parecer AJU 1008919, assim como para promover as adequações cabíveis.

3. Neste momento, o Departamento de Pesquisas Judiciárias apresenta as versões atualizadas dos documentos Estudos Preliminares, Projeto Básico e Edital de Convocação (arquivos SEI 1010633, 1010634 e 1010635), informando que foram ajustadas conforme as recomendações da Assessoria Jurídica do CNJ (arquivo SEI 1010637).

4. Os autos foram então encaminhados à Secretaria de Administração, que aprovou as novas versões anexadas, bem como o Mapa Comparativo de Preços (arquivo SEI 1003403), que define o valor médio como máximo admitido para contratação pretendida, e à Assessoria Jurídica para análise complementar, tendo em vista as alterações promovidas pelo DPJ e o saneamento da instrução providenciado pela SAD (arquivo SEI 1010640).

5. É o breve relatório.

ANÁLISE

6. Preliminarmente, frisa-se que a análise em curso restringe-se aos aspectos estritamente jurídicos e de regularidade procedimental da matéria proposta, abstendo-se quanto ao exercício da discricionariedade administrativa das demais unidades e dos gestores do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ademais, o exame em curso não contempla crítica acerca dos juízos de valor que: a) identificaram e mensuraram a necessidade pública; b) definiram a melhor solução para atendimento àquela necessidade pública identificada e mensurada.

7. Em linhas gerais, verifica-se que a instrução processual e a minuta ora em análise atenderam as recomendações anteriormente apresentadas no Parecer AJU 1008919, que analisou os aspectos relativos à possibilidade de contratação direta por dispensa de licitação, os quais seguem ratificados, e sugeriu, em síntese:

a) a expressa manifestação e análise da unidade demandante quanto à pesquisa de preços e ao valor a ser adotado para a contratação direta, juntamente com as informações que subsidiaram a opção escolhida;

b) a aprovação do Mapa Comparativo de Preços (arquivo SEI 1003403) pelo Secretário de Administração, conforme art. 1º, III da Portaria DG nº 411/2018.

c) primando-se pela celeridade e eficiência, a solicitação dos documentos de habilitação necessários à assinatura do contrato ainda durante a etapa de seleção;

d) a adequação e consonância entre os prazos de vigência contratual previstos nos Estudos Preliminares, no Projeto Básico, e no Edital;

e) a supressão do item 11.3, bem como a alínea "d" da Cláusula Sexta do Contrato, cuja previsão era o "Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos", aplicável no âmbito dos pregões eletrônicos, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

f) a complementação e definição das informações relativas ao que seriam as inexecuções parciais, diferenciando-as das demais hipóteses de descumprimento previstas no item "Penalidades"

g) a necessária a classificação da despesa, e informação sobre a disponibilidade orçamentária para atender a despesa.

8. Em relação à pesquisa de preços, verifica-se que a unidade demandante no Despacho DPJ 1010637, fez uma análise dos valores pesquisados, juntamente com as informações que subsidiaram o valor identificado, nos seguintes termos:

> "Quanto ao valor estipulado como máximo para realização da pesquisa, informa-se ainda que, conforme Manual de Aquisições deste Conselho, a Pesquisa de Preços deve considerar "contratos ou atas de objeto similar de outros órgãos da administração pública" e "pesquisa de preços com fornecedores do ramo do objeto a ser contratado". Nesse sentido, o Departamento de Pesquisas Judiciárias realizou dois levantamentos de preços que se complementam:
>
> 1. levantamento junto a instituições públicas que também contratam empresas para realização de pesquisas;
>
> 2. levantamento junto a instituições de pesquisa para verificar o preço total que seria cobrado para realizar pesquisa sobre o tema do contencioso tributário brasileiro.
>
> Os dois levantamentos não se contradizem, mas se complementam e trazem informações de preços que se coadunam e se assemelham como média dos preços praticados (seja por quem contrata; seja por quem é contratado). Pretendia-se com os dois levantamentos, atender duas solicitações que eram oferecer as informações solicitadas no formulário de Estudos Preliminares e preencher os critérios do Mapa Comparativo de Preços apresentado e encaminhado pela Secretaria de Administração deste Conselho. Assim, seguem as explicações sobre cada um desses levantamentos.
>
> Dessa forma, as pesquisas realizadas nos Estudos Preliminares apresentam preços relativos a instituições públicas que realizam contratações de empresas privadas para execução de serviços de pesquisa. Nesse sentido, os preços praticados constam no item 4 "Indicação da solução mais adequada". De todo modo, reproduzimos aqui, todos os preços praticados pelas instituições que nos serviram de base para verificação dos preços praticados no mercado. São elas:
>
> 1. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
> 2. Financiadora de Inovação e Pesquisa (FINEP)
> 3. Senado Federal (SF)
> 4. Ministério da Justiça (MJ)
> 5. Secretaria Geral da Presidência da República (PR)

Instituição	Duração (meses)	Edital	Objeto	Proponente	Remuneração
DEPEN/Ministério da Justiça	07	Convocação n. 03/2018	Pesquisas sobre as políticas públicas voltadas ao sistema prisional	Instituições de ensino, pública ou privada, centro de pesquisa, fundação ou instituto que atue com pesquisa	R$260.000,00
Senado Federal	12	Pregão Eletrônico n. 013/2018	Pesquisa de opinião sobre políticas públicas	Empresa para coleta de dados	R$288.000,00
CNPq	36	Chamada CNPq n. 22/2016	Pesquisa para subsidiar políticas públicas sobre educação básica, cidadania, violência e direitos humanos	Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação	R$1.000.000,00
FINEP	24	Chamada Pública MCT/FINEP/FNDCT n. 01/2016	Pesquisa e desenvolvimento tecnológico aplicados ao combate do vírus da Zika	Instituições de pesquisa	Valor mínimo de R$500.000,00 e máximo de R$5.000.000,00
Secretaria Geral da Presidência da República	12	Contratação de empresa Pregão Eletrônico nº 002/2018	Pesquisas de caráter qualitativo e quantitativo com profundidade e representatividade relevantes	Contratação de empresa, instituto ou entidade especializada em pesquisa de opinião pública	R$ 7.204.828,79 (divisão em quali e quanti)

CNJ	12	4ª Edição da Série Justiça Pesquisa/2019	Pesquisa empírica sobre campo temático específico	Instituição de pesquisa (Mínimo de um doutor e três mestres)	Valor máximo de R$300.000,00

Esse é o levantamento de preços para verificação das contratações que são realizadas pelas instituições públicas. A partir dele, foi possível verificar que os valores acima registrados são similares se compararmos tempo de contrato e teor da pesquisa – como pesquisas de opinião e/ou sobre a implementação de políticas públicas.

Além desse levantamento, feito na rede mundial de computadores, foi solicitado a quatro instituições de pesquisa que enviassem orçamentos com base no objeto do Edital a ser publicado. Esse novo levantamento tinha como objetivo verificar, do lado que quem realiza a pesquisa/de quem é contratado, qual seria o valor total cobrado.

Três instituições encaminharam orçamento:

1. ABJ – Valor total R$360.000,00
2. USP – Valor total R$346.380,00
3. INSPER – Valor total R$324.819,00

Tal Mapa evidencia três questões:

1. As instituições elencaram elementos de despesa compatíveis com os gastos a serem feitos na execução de uma pesquisa (despesas com equipe/pesquisadores, custos administrativos relativos a viagens, armazenamento de dados e outras despesas);

2. As instituições apresentaram preços bastante próximos do que consta como levantamento de preços médios nos Estudos Preliminares, e também, preços muito aproximados aos praticados no âmbito da Série Justiça Pesquisa;

3. Bastaria uma atualização monetária e correção inflacionária, com base no IPCA ou INPC, índices do IBGE, para constatar que a média de preço indicada no Mapa Comparativo (R$343.733,00) está próxima de um ajuste, necessário e em tempo, no valor do Justiça Pesquisa.

O valor máximo por contratação da 4ª Edição da Série Justiça Pesquisa foi de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Na ocasião de lançamento daquele edital, entendia-se que o montante possuía compatibilidade com as contratações públicas similares, respeitadas as especificidades da contratação pretendida. Esse preço permaneceu por duas últimas edições (3ª e 4ª Edições).

Na 5ª Edição em análise, espera-se, a partir da média indicada pela planilha do Mapa Comparativo, oferecer pagamento razoável e atualizado às instituições de pesquisa. O valor mínimo indicado no Mapa Comparativo foi de R$240.380,00 e o valor médio estimado foi de R$343.733,00. Tais valores se formaram a partir de itens fundamentais à execução de uma pesquisa: equipe de pesquisadores e despesas relativas a eventuais viagens, armazenamento de dados e outros gastos. Dessa forma, indicamos que o valor máximo de contratação será R$343.733,00. Tal opção foi feita considerando que este Departamento está de acordo com a pesquisa de preços realizada a partir do Mapa Comparativo considerando que o resultado se encontra próximo ao apresentado nos Estudos Preliminares, bem como ao praticado nos últimos anos na Série Justiça Pesquisa, pós atualização monetária."

9. Diante das justificativas apresentadas, o Mapa Comparativo de Preços foi aprovado pelo Secretário de Administração, conforme Despacho SAD 1010640.

10. Quanto aos documentos de habilitação, de acordo com o indicado no Despacho DPJ 1010367 e no Cronograma de Recebimento, Seleção e Divulgação dos Resultados (item 6 do Edital), verifica-se que essa fase foi incluída ainda durante o processo seletivo após a avaliação de mérito das propostas classificadas (resultado preliminar), o que atende à recomendação da AJU. Nota-se ainda que foi acrescido ao Edital, o rol das documentações e certidões que deverão ser apresentadas pelas instituições interessadas, conforme item 3.6.

11. Ademais, verifica-se que os Estudos Preliminares (arquivo SEI 1010633), o Projeto Básico (arquivo SEI 1010634) e o Edital (arquivo SEI 1010635) agora guardam consonância entre os prazos de vigência contratual previstos, definido em 7 (sete) meses.

12. Consigna-se que o Edital suprimiu o item relativo à penalidade aplicável no âmbito dos pregões eletrônicos, e trouxe previsão quanto às inexecuções parciais, diferenciando-as das demais hipóteses de descumprimento previstas (item 11.4, alínea d).

13. Por fim, constata-se haver informação quanto à classificação da despesa (arquivo SEI 1010105); e indicação, pela Secretaria de Orçamento e Finanças, de que consta na Proposta Orçamentária de 2021 (arquivo SEI 0917832), o valor de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais) para atendimento da demanda (arquivo SEI 1010436).

14. Cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Incumbe à Assessoria Jurídica manifestar-se sobre as questões estritamente jurídicas, não lhe competindo analisar a conveniência e a oportunidade dos atos praticados no âmbito do CNJ, tampouco as especificações técnicas do objeto do Edital.

CONCLUSÃO

15. Ante o exposto, ratifica-se o Parecer AJU 1008919, e opina-se pela existência de compatibilidade entre as normas constantes da minuta do Edital (arquivo SEI 1010636) e o Ordenamento Jurídico, razão pela qual chancela-se o aludido documento.

Ana Luiza Gama Lima de Araújo

Assessora Jurídica

Senhor Diretor-Geral,

Estou de acordo com os termos deste parecer. Seguem os autos à consideração de Vossa Senhoria.

Rodrigo Moraes Godoy

Assessor-Chefe em substituição

AJU/DG/CNJ

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO MORAES GODOY**, **ASSESSOR-CHEFE EM SUBSTITUIÇÃO - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 22/12/2020, às 11:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ANA LUIZA GAMA LIMA DE ARAÚJO**, **ASSISTENTE VI - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 22/12/2020, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1010681** e o código CRC **6C72D400**.

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PORTARIA Nº 24, DE 25 DE JANEIRO DE 2021.

Institui Comissão Avaliadora para seleção de propostas do Edital de Convocação Pública e de Seleção nº 1/2020 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o Edital de Convocação Pública e de Seleção nº 1/2020 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa;

CONSIDERANDO a necessidade de seleção de propostas para a execução do objeto do mencionado Edital;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão Avaliadora para seleção das propostas de pesquisas referentes ao Edital de Convocação Pública e de Seleção nº 1/2020 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa.

Art. 2º Integram a Comissão Avaliadora:

I – Candice Lavocat Galvão Jobim, Conselheira do CNJ;

II – Marcus Livio Gomes, Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ;

III – Lívia Cristina Marques Peres, Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ;

IV – Ana Lúcia Andrade de Aguiar, Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ;

V – Ricardo Lodi Ribeiro, Reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e integrante do Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ;

VI – Adriana Gomes de Paula Rocha, Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria e Estratégia da Representação Judicial;

VII – José Barroso Tostes Neto, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil;

VIII – Doris Canen, Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ;

IX – Gabriela Moreira de Azevedo Soares, Diretora-Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ; e

X – Wilfredo Enrique Pires Pacheco, Diretor de Projetos do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ.

Parágrafo único. A coordenação dos trabalhos ficará a cargo da Diretora-Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias.

Art. 3º A Comissão deverá analisar as propostas apresentadas, observando o disposto no Edital de Convocação Pública e de Seleção nº 1/2020, e classificá-las conforme o resultado da pontuação nos respectivos campos temáticos.

Art. 4º A Comissão anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas ao processo seletivo e adotará as medidas necessárias à divulgação de seus resultados.

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Avaliadora.

Art. 6º As reuniões da Comissão se darão preferencialmente por videoconferência.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **LUIZ FUX**

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PORTARIA Nº 32, DE 29 DE JANEIRO DE 2021.

Altera a Portaria nº 24/2021, que institui a Comissão Avaliadora para seleção de propostas do Edital de Convocação Pública e de Seleção nº 1/2020 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 2º da Portaria nº 24/2021 passa a vigorar acrescido dos incisos XI e XII:

"Art. 2º .....
XI – Maria de Fátima Cartaxo, Maria de Fátima Pessoa de Mello Cartaxo, Consultora do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e
XII – Sandro de Vargas Serpa, Subsecretário de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil (RFB)." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **LUIZ FUX**

PARECER - AJU

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 08400/2020

Ementa: Edital da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa. Análise da regularidade do procedimento. Consulta acerca da participação de fundação de apoio. Dispensa com base na Lei nº 8.666/1993, art. 24, XIII.

Senhora Assessora-chefe,

Trata-se de processo administrativo que tem por objeto a contratação de pesquisa empírica sobre o tema "Diagnóstico sobre o Contencioso Tributário no Poder Judiciário Brasileiro", para subsidiar políticas públicas do Poder Judiciário para a promoção dos Direitos e Garantias Fundamentais, em decorrência de convocação pública a ser realizada no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Edital da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa (1010635).

2. Os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica para análise da regularidade do procedimento, nos termos do Despacho DPJ 1028368, por meio do qual o Departamento de Pesquisas Judiciárias solicita, além da verificação de regularidade procedimental, análise da possibilidade de participação de fundações de apoio em futuras convocações. Nos termos do referido Despacho, poucas instituições manifestaram interesse na participação, bem como houve questionamento quanto à possibilidade de participação de fundações de apoio às instituições de pesquisa.

3. Constam da instrução processual: os Estudos Preliminares (1008207) e o Projeto Básico (1008209), ambos aprovados pelo Secretário de Administração (1008424), com fundamento na Portaria Diretoria-Geral nº 411, de 30 de novembro de 2018, o Edital (1010635), a classificação da despesa e a informação sobre a disponibilidade orçamentária com a notícia de que a demanda consta da Proposta Orçamentária de 2021, no valor de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais) (1010105 e 1010436).

4. Por sua vez, o Diretor-Geral do CNJ autorizou a publicação do Edital de Convocação Pública (1010732), visando à convocação de Instituições de Ensino Superior e outras Instituições públicas ou privadas incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e pesquisa, que atendam aos termos e às condições estabelecidos no Edital.

5. A Comissão Permanente de Licitação (CPL) promoveu a publicação do extrato do Edital no Diário Oficial da União do dia 23 de dezembro de 2020 (1011180), a Secretaria Processual (SPR) promoveu a disponibilização do Edital para publicação no DJe nº 400/2020 em 23 de dezembro de 2020 (1011303) e a Secretaria de Comunicação Social (SCS) disponibilizou a íntegra do Edital no Portal do CNJ, conforme arquivo SEI 1011222.

6. Por meio das Portarias nº 24, de 25 de janeiro de 2021 e n° 32, de 29 de janeiro de 2021, o Presidente do CNJ instituiu Comissão Avaliadora para seleção

de propostas do Edital de Convocação Pública nº 01/2020, da 5ª Edição da Séria Justiça Pesquisa (arquivos SEI 1023417 e 1026265).

7. Conforme recomendado no Relatório Final de Auditoria nº 06/2018 (0675324), consigna-se que constam do Edital de convocação pública em foco os critérios de desempate (item 7.4 do Edital), nota mínima (item 7.1 do Edital) e previsão clara de que serão selecionadas as propostas com maior pontuação (item 7.1 do Edital).

8. As propostas e documentos exigidos no Edital recebidos em decorrência do chamamento foram juntados aos autos, conforme esclarecimentos prestados na Informação DPJ 1028269. Conforme indicado no referido documento, em que pese à participação de 5 (cinco) instituições na seleção pública, nenhuma delas logrou êxito na fase de "habilitação" das propostas, ante o fato de não terem comprovado o cumprimento dos requisitos técnicos elencados nos itens 3.5.1, 3.5.2 e 3.5.4 do Edital. Ressalta-se que a avaliação do cumprimento de tais exigências foi realizada pela unidade demandante, área técnica responsável pela condução da seleção pública.

9. O resultado das inabilitações foi publicado no Portal CNJ, disponível em https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-pesquisa/editais-3/ e em https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/chamadas-publicas/, nos termos do documento SEI 1028867. Registra-se que não há informação nos autos acerca da publicação do resultado da avaliação da Comissão de Avaliação no Diário Oficial da União (DOU) e no Diário da Justiça Eletrônico (DJe). Recomenda-se que o resultado seja publicado nos referidos meios de comunicação.

10. Nesse sentido, considerando a inexistência de participantes habilitados a prosseguir na seleção pública, destaca-se que compete à Administração analisar os motivos pelos quais houve a não habilitação de interessados e verificar, se e onde cabível, a pertinência das especificações técnicas previamente apresentadas, com o intuito de evitar nova inabilitação. Quanto aos demais aspectos procedimentais, verifica-se a compatibilidade do procedimento com as previsões do ordenamento jurídico.

11. Quanto à consulta formulada pelo DPJ por meio do Despacho 1028368 acerca da possibilidade de retirada da vedação à participação de fundações de apoio, importa pontuar que a contratação por dispensa está prevista no art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/1993, que faculta a dispensa de licitação na contratação de **instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos**.

> Art. 24**. É dispensável a licitação**:
>
> (...)
>
> XIII - **na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos**; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

12. Portanto, preenchidos os requisitos legais pela instituição selecionada, ao menos em tese, a futura contratação poderá ser direta, sob dispensa autorizada pelo inciso XIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993. Do texto legal, observa-se que foi imposta a obrigação de a instituição cumprir cumulativamente os seguintes requisitos para tal contratação:

a) ser brasileira;

b) ser incumbida regimental ou estatuariamente da pesquisa, ensino ou do desenvolvimento institucional;

c) deter inquestionável reputação ético-profissional; e

d) não ter fins lucrativos.

13. Em complementação aos requisitos da norma, encontra-se o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), consubstanciado no Enunciado nº 250 da Súmula do TCU, que veio esclarecer os requisitos pertinentes ao objeto da contratação:

> Súmula 250 - A contratação de instituição sem fins lucrativos, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei n° 8.666/93, **somente é admitida nas hipóteses em que houver nexo efetivo entre o mencionado dispositivo, a natureza da instituição e o objeto contratado**, além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado.

14. Quer dizer: para a contratação de instituição por dispensa de licitação com base no art. 24. XIII, da Lei nº 8.666/1993, não basta que essa instituição preencha os requisitos subjetivos elencados no dispositivo legal. A instituição a ser contratada deve estar regimentalmente incumbida de apoiar a realização de pesquisa, de ensino ou de desenvolvimento institucional (no caso em tela, que trata de contratação de pesquisa pelo CNJ) e o objeto do contrato deverá guardar estreita relação com essa atividade de pesquisa, de ensino ou de desenvolvimento institucional.

15. A respeito das fundações de apoio, em específico, foi publicada a Lei nº 8.958/1994, que dispôs sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior (IFES) e de pesquisa científica e tecnológica (ICTs) e as fundações de apoio. No art. 1º, a norma estabeleceu os mesmos requisitos da Lei nº 8.666/1993 para a contratação de tais fundações, por dispensa de licitação fundada no art. 24, XIII da Lei nº 8.666/1993. Registra-se, aqui, que a norma regulamenta, ainda, nos arts. 1º-A e 1º-B, a possibilidade de a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), as agências financeiras oficiais de fomento, as empresas públicas, as sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas, as organizações sociais e as entidades privadas também poderem celebrar contratos e convênios com as fundações de apoio.

> Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, de que trata a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do caput do art. 24 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, **com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos**. (Redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013)
>
> Art. 1º-A. A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, como secretaria executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, as agências financeiras oficiais de fomento e empresas públicas ou sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do caput do art. 24 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com as fundações de apoio, com finalidade de dar apoio às IFES e às demais ICTs, inclusive na gestão administrativa e financeira dos projetos mencionados no caput do art. 1o, com a anuência expressa das instituições apoiadas. (Redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013)
>
> Art. 1º-B. As organizações sociais e entidades privadas poderão realizar convênios e contratos, por prazo determinado, com as fundações de apoio, com a finalidade de dar apoio às IFES e às demais ICTs, inclusive na gestão administrativa e financeira dos projetos mencionados no caput do art. 1o, com a anuência expressa das instituições apoiadas. (Incluído pela Lei nº 12.863, de 2013) (Regulamento)

> Parágrafo único. A celebração de convênios entre a IFES ou demais ICTs apoiadas, fundação de apoio, entidades privadas, empresas públicas ou sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas, e organizações sociais, para finalidades de pesquisa, desenvolvimento, estímulo e fomento à inovação, será realizada mediante critérios de habilitação das empresas, regulamentados em ato do Poder Executivo federal, não se aplicando nesses casos a legislação federal que institui normas para licitações e contratos da administração pública para a identificação e escolha das empresas convenentes. (Incluído pela Lei nº 12.863, de 2013)

16. Nesse ponto, é possível desenvolver 2 linhas de pensamento acerca da possibilidade de contratação, por outros órgãos públicos, das fundações de apoio. A primeira seria no sentido de ser vedada essa possibilidade, ante o fato de que não há expressa menção a essa viabilidade na Lei nº 8.958/1994. Referida lei, por dispor especificamente das relações entre IFES/ICTs e fundações de apoio, não disciplinou outras situações em que as fundações de apoio poderia firmar contratos com a Administração Pública. Por outro lado, numa segunda corrente, é possível admitir, com base em interpretação conjunta da Lei nº 8.666/1993 com a Lei nº 8.958/1994, que esta última tratou da relação específica entre IFES/ICTs e fundações e apoio, não afastando de forma absoluta a norma geral que permite que outros órgãos/entidades da Administração Pública possam contratar, mediante dispensa de licitação, fundações de apoio. A exegese aqui feita, salvo melhor juízo, decorre da ideia de que, **cumprindo a fundação de apoio tanto os requisitos dispostos no art. 24, XIII da Lei nº 8.666/1993, na Súmula 250 do TCU, bem como os requisitos dispostos na Lei nº 8.958/1994 (quanto à forma de criação, nacionalidade, objeto social, credenciamento e outros)**, não há vedação normativa a que outros órgãos/entidades da Administração possam contratar fundações de apoio.

17. Pontua-se que as fundações de apoio, conquanto fundações criadas para prestar apoio a instituições de ensino e instituições que produzem conhecimento científico e técnico, com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, não são organismos públicos, mas pessoas jurídicas de direito privado. Nesse sentido, são pessoas jurídicas autônomas, vinculadas a uma IFES/ICTs em relação de apoio institucional, mas que com estas não se confundem. Por isso, há a necessidade de que eventual contratação de fundação de apoio seja justificada e que a natureza do objeto a ser contratado esteja atrelada à execução de projetos de ensino, pesquisa ou desenvolvimento institucional para o qual foi criada. Nos termos do Acórdão TCU 297/2018-Plenário:

> (...)
>
> 19. Perquirindo o sentido da norma, **o propósito foi evitar que as fundações de apoio sejam contratadas para realizar meros serviços burocráticos da entidade apoiada**, como os listados acima. Afinal, **a contratação de uma fundação de apoio por dispensa de licitação somente se justifica se a natureza dos serviços prestados for de tal forma imbricada à execução dos projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, que a participação da fundação, dada a sua experiência e qualificação, se mostre importante para a realização com sucesso dos projetos**.
>
> (...)

18. Diante disso, entende-se que não há, neste momento, inviabilidade de eventual contratação de fundação de apoio para a realização de pesquisas, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/1993, desde que cumpridos os requisitos constantes de referida lei, da Lei nº 8.958/1994 e da Súmula 250 do TCU.

19. Ante o exposto, opina-se pela regularidade jurídica do procedimento de seleção que acarretou a inabilitação das instituições participantes,

com observação dos parágrafos 9 e 10, bem como opina-se pela possibilidade, em futuro novo procedimento, de ser permitida a participação de fundações de apoio, nos termos da presente manifestação.

É o parecer.

Brasília-DF, 5 de fevereiro de 2021.

Camila Neves Bezerra
Assessora Jurídica

Senhor Diretor-Geral,

Estou de acordo com os termos deste parecer. À consideração de Vossa Senhoria.

Brasília-DF, 5 de fevereiro de 2021.

Luciana Cristina Gomes Coelho Matias
Assessora-Chefe
AJU/DG/CNJ



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COÊLHO MATIAS**, **ASSESSOR-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 05/02/2021, às 14:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA NEVES BEZERRA**, **ASSISTENTE VI - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 05/02/2021, às 14:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1030709** e o código CRC **A1C0F530**.

PARECER - AJU

PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ SEI N. 08400/2020

Assunto: 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa. Contratação por dispensa de licitação. Análise e chancela da nova minuta do Edital de convocação.

Senhora Assessora-Chefe,

Os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica para análise e, se for o caso, chancela da nova minuta do Edital da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa - Convocação nº 01/2021 (arquivo SEI 1037873), que tem por objeto a contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, sem fins lucrativos para a execução de pesquisa a ser desenvolvida com o tema "Diagnóstico sobre o Contencioso Tributário no Poder Judiciário Brasileiro".

2. Diante da inabilitação das instituições participantes verificada no anterior procedimento de seleção, e da possibilidade de ser permitida a participação de fundações de apoio (Parecer AJU 1030709), o Departamento de Pesquisas Judiciárias apresenta, neste momento, Minuta para Reabertura de Edital (arquivo SEI SEI 1037873), pontuando os seguintes ajustes (Despacho DPJ 1037874):

> 4. A Minuta para Reabertura de Edital (1037873) considera as análises e ajustes pontuados a seguir:
>
> a) A necessidade de ampliar a concorrência gerou consulta à Assessoria Jurídica sobre a inclusão de fundações de apoio que sejam à pesquisa ao rol de possíveis contratadas. Conforme Parecer AJU (1030709), será possível realizar tal contratação tendo sido necessário, portanto, a retirada da vedação constante no item 3.2 do Edital anteriormente publicado. Diante dessa alteração ao longo da Minuta do Edital a ser republicado passou-se a mencionar que a contratação será de "instituição/fundação de apoio à pesquisa".
>
> b) Com relação aos documentos a serem apresentados, decidiu-se pela exclusão do item 3.4.5 que previa a apresentação de "artigos, relatórios e demais produções acadêmicas e científicas sobre pesquisas empíricas em direito, realizadas no âmbito da instituição", tendo em vista entender que a capacidade da instituição e da equipe básica serão aferidas a partir de novos critérios de avaliação a que se apresentarão na sequência.
>
> c) Com relação ao que se pretendia avaliar com a documentação apresentada, decidiu-se por suprimir os itens 3.5.1, 3.5.2 e 3.5.4 que previam a avaliação dos seguintes requisitos, respectivamente: "Atuação nacional, de modo a ter capacidade técnica na realização de pesquisa capaz de abranger a totalidade do território

nacional, ainda que a partir de critérios amostrais, bem como do Poder Judiciário, segundo os critérios a serem fixados no Edital"; "Dispor de infraestrutura de tecnologia de dados capaz de executar as pesquisas quantitativas decorrentes da execução do objeto"; e "Possuir experiência de, no mínimo, 5 anos na produção de pesquisas e relatórios correspondentes". A exclusão deve-se principalmente dada a dificuldade de comprovação desses elementos a partir dos documentos solicitados, que levou à inabilitação de todas as instituições proponentes, ainda que as instituições sejam reconhecidas e haja outras formas de comprovação dos requisitos, mas que não constavam na lista de documentação solicitada no Edital publicado. Buscando dirimir o problema apresentado e ampliar a possibilidade de receber novos proponentes, as capacidades técnica e de infraestrutura deverão ser suplementadas pelos acréscimos a serem apresentados a seguir.

d) Para fins de comprovação da capacidade técnica da equipe, foi então acrescido o item 4.1.3 que solicita a adequação curricular da equipe básica. Para tanto, foi acrescido ao Modelo de Apresentação da Proposta de Projeto de pesquisa (Anexo II) o item 3 que constará a indicação de projetos, grupos de pesquisas, estudos e publicações de autoria e/ou participação, relacionados ao tema da pesquisa por parte de cada membro da Equipe Básica, além da indicação do link para Currículo Lattes. Com base nessas informações será possível atribuir a pontuação conforme os Critérios de Avaliação (item 7) que sofreram as alterações a seguir:

i. Pontuação para a Equipe Básica: atribuição de até 10 pontos para comprovação das experiências com metodologia de pesquisa empírica e pesquisa na área de Direito Tributário de cada membro da equipe.

ii. Remanejamento da pontuação do subitem "Adequação da proposta ao objeto da pesquisa" de até 30 pontos para até 25 pontos e do subitem "Adequação da metodologia e outros aspectos técnicos ao objeto da pesquisa" de até 50 pontos para até 45 pontos. Garantindo assim, que o total da pontuação permanecesse com o máximo de 100 pontos e mínimo de 60 pontos.

iii. Alteração dos quesitos constantes no subitem "Adequação da metodologia e outros aspectos técnicos ao objeto da pesquisa" para que se contemplasse as três principais estratégias de realização da pesquisa: análise de dados quantitativos, análise de dados qualitativos e análise de peças processuais.

e) Decidiu-se também por breve alteração da redação do atual item 4.1.6 para que seja solicitado no formulário eletrônico o envio da proposta assinada sem necessidade da autenticação em cartório.

f) Por fim, a Comissão Avaliadora decidiu por elaborar maior detalhamento técnico das perguntas de pesquisa a serem respondidas pelos proponentes de modo a acrescentar elementos ao Plano Básico do Projeto de Pesquisa (Anexo I) no subitem "Problematização do tema". Acrescentou-se questões ao subitem B (com perguntas que devem ser preferencialmente respondidas) e criação do subitem C (com acréscimo de perguntas que poderão ser respondidas a depender das estratégias metodológicas a serem adotadas).

É o breve relatório.

ANÁLISE

3. Preliminarmente, frisa-se que a análise em curso restringe-se aos aspectos estritamente jurídicos e de regularidade procedimental da matéria proposta, abstendo-se quanto ao exercício da discricionariedade administrativa das demais unidades e dos gestores do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ademais, o exame em curso não contempla crítica acerca dos juízos de valor que: a) identificaram e mensuraram a necessidade pública; b) definiram a melhor solução para atendimento àquela necessidade pública identificada e mensurada.

4. Em linhas gerais, verifica-se que as alterações promovidas na Minuta de Edital de Reabertura (arquivo SEI 1037873) são, em sua maioria, pontuais e provenientes de avaliações quanto a critérios técnicos e de análise documental, realizadas pela Comissão Avaliadora, instituída pela Portaria nº 24/2021, ante a inexistência de participantes habilitados na seleção pública anterior, conforme justificativas apresentadas no Despacho DPJ 1037874.

5. Por sua natureza técnica, tais alterações não estão no escopo de análise desta Assessoria Jurídica, competindo à área técnica responsável pela condução da seleção pública se certificar quanto à adequação e à suficiência especificações técnicas requeridas, visando à efetiva verificação de que o futuro contratado terá condições de executar o objeto, sem o comprometimento do interesse público.

6. No que se refere à participação das fundações de apoio, a matéria já foi analisada no Parecer AJU 1030709, destacando-se a necessidade de cumprimento dos requisitos constantes no art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/1993, da Lei nº 8.958/1994 e da Súmula 250 do TCU.

7. Quanto à instrução processual, por força dos princípios da celeridade e da economia processual, admite-se o aproveitamento dos Estudos Preliminares (arquivo SEI 1010633) e do Projeto Básico (arquivo SEI 1010634), ambos aprovados pelo Secretário de Administração (arquivo SEI 1010640), além do Documento de Oficialização da Demanda (arquivo SEI 0993122)

8. Registra-se que, conforme recomendado no Parecer AJU 1030709, o resultado da avaliação e consequente inabilitação das proponentes da primeira edição do Edital, por parte da Comissão de Avaliação, foi divulgado no Diário Oficial da União (DOU) (arquivo SEI 1037481) e no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) (arquivo SEI 1037680).

9. Em tempo, em relação ao Despacho DPJ 1037842, que sugeriu o envio para manifestação da Assessoria Jurídica quanto ao pedido de reconsideração encaminhado pela Universidade de São Paulo - USP/Ribeirão (arquivo SEI 1037840), importa observar que o recurso foi interposto tempestivamente (item 16.14 do Edital), e haja vista que se embasa nas previsões constantes do edital e legais, e na análise técnica realizada pela área responsável, não se constata procedimento diferente daquele adotado pela Comissão de Avaliação, apto a oportunizar orientação administrativa distinta.

CONCLUSÃO

10. À vista do exposto, sob os aspectos estritamente jurídicos, opina-se pela existência de compatibilidade entre as normas constantes da minuta do Edital (arquivo SEI 1037873) e o Ordenamento Jurídico, razão pela qual chancela-se o aludido documento.

É o parecer.

Ana Luiza Gama Lima de Araújo

Assessora Jurídica

Senhor Diretor-Geral,

Estou de acordo com os termos deste parecer. Seguem os autos à consideração de Vossa Senhoria.

Luciana Cristina Gomes Coêlho Matias

Assessora-Chefe

AJU/DG/CNJ

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COÊLHO MATIAS**, **ASSESSOR-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 23/02/2021, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ANA LUIZA GAMA LIMA DE ARAÚJO**, **ASSISTENTE VI - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 23/02/2021, às 14:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1038851** e o código CRC **205ECBA1**.

PORTARIA Nº 98, DE 25 DE MARÇO DE 2021.

Institui a Comissão Avaliadora para seleção de propostas do Edital de Convocação Pública e Seleção nº 1/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o Edital de Convocação Pública e de Seleção nº 1/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa;

CONSIDERANDO a necessidade de seleção de propostas para a execução do objeto do mencionado Edital;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão Avaliadora para seleção das propostas de pesquisas referentes ao Edital de Convocação Pública e de Seleção nº 1/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa.

Art. 2º Integram a Comissão Avaliadora:

I – Candice Lavocat Galvão Jobim, Conselheira do CNJ;

II – Marcus Livio Gomes, Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ;

III – Lívia Cristina Marques Peres, Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ;

IV – Ana Lúcia Andrade de Aguiar, Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ;

V – Ricardo Lodi Ribeiro, Reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e integrante do Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ;

VI – Adriana Gomes de Paula Rocha, Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria e Estratégia da Representação Judicial;

VII – José Barroso Tostes Neto, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil;

VIII – Doris Canen, Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ;

IX – Gabriela Moreira de Azevedo Soares, Diretora-Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ;

X – Wilfredo Enrique Pires Pacheco, Diretor de Projetos do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ;

XI – Maria de Fátima Pessoa de Mello Cartaxo, Consultora do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

XII – Sandro de Vargas Serpa, Subsecretário de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil; e

XIII – Aristóteles de Queiróz Camara, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Parágrafo único. A coordenação dos trabalhos ficará a cargo do Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica e os trabalhos serão secretariados pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias.

Art. 3º A Comissão deverá analisar as propostas apresentadas, observando o disposto no Edital de Convocação Pública e de Seleção nº 1/2021, e classificá-las conforme o resultado da pontuação.

Art. 4º A Comissão anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas ao processo seletivo.

Art. 5º O Departamento de Pesquisas Judiciárias adotará as medidas necessárias à divulgação de seus resultados.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Avaliadora.

Art. 7º Ficam revogadas as Portarias CNJ nº 24 de 25/2021 e nº 32/2021.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Ministro **LUIZ FUX**

PARECER - AJU

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 08400/2020

Ementa: Edital da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa. Análise da regularidade do procedimento. Dispensa com base na Lei nº 8.666/1993, art. 24, XIII.

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo administrativo que tem por objeto a contratação de pesquisa empírica sobre o tema "Diagnóstico sobre o Contencioso Tributário no Poder Judiciário Brasileiro" para subsidiar políticas públicas do Poder Judiciário para a promoção dos Direitos e Garantias Fundamentais, em decorrência de convocação pública a ser realizada no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Edital da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa (arquivo SEI 1040934).

2. Os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica para análise da regularidade do procedimento, nos termos da Informação DPJ 1073012 e do Despacho DPJ 1073030, bem como do Despacho DG 1073403. Registra-se que essa é segunda publicação de edital para a 5ª Série Justiça Pesquisa, já que na primeira publicação não houve instituições habilitadas, conforme indicado na Informação DPJ 1028269 e no Parecer AJU 1030709. Após a interposição de recurso contra a decisão anterior (arquivo SEI 1037840), a nova minuta de edital foi analisada e aprovada pela Assessoria Jurídica (arquivos SEI 1037873 e 1038851) e publicada no Diário Oficial da União (arquivo SEI 1041227) de 25/2/2021. Destaca-se que, nos termos do Despacho DG 1041011 e do Despacho DPJ 1037842, o recurso outrora interposto pela Universidade de São Paulo (USP) restou prejudicado, já que houve republicação do edital, com nova oportunidade de todas as participantes da primeira publicação participarem do novo certame.

3. Constam da instrução processual: os Estudos Preliminares (arquivo SEI 1008207) e o Projeto Básico (arquivo SEI 1008209), ambos aprovados pelo Secretário de Administração (arquivo SEI 1008424), com fundamento na Portaria Diretoria-Geral nº 411, de 30 de novembro de 2018, e aproveitados para a republicação do edital; o Edital (arquivo SEI 1040934), a classificação da despesa e a informação sobre a disponibilidade orçamentária com a notícia de que a demanda consta da Proposta Orçamentária de 2021, no valor de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais) (arquivos SEI 1010105 e 1010436).

4. Por sua vez, o Diretor-Geral do CNJ autorizou a republicação do Edital de Convocação Pública (arquivo SEI 1040424), visando à convocação de Instituições de Ensino Superior e outras Instituições públicas ou privadas incumbidas, regimental ou estatutariamente, de atividades de ensino e pesquisa, que atendam aos termos e condições estabelecidos no Edital, desde que não houvesse novas alterações a serem feitas no edital.

5. A Comissão Permanente de Licitação – CPL promoveu a publicação do extrato do Edital no Diário Oficial da União do dia 25 de fevereiro de 2021 (arquivo

SEI 1041227), a Secretaria Processual – SPR promoveu a disponibilização do Edital para publicação no DJe nº 44/2021 em 25 de fevereiro de 2021 (arquivo SEI 1041239) e a Secretaria de Comunicação Social – SCS disponibilizou a íntegra do Edital no Portal do CNJ, conforme arquivo SEI 1040986.

6. Por meio da Portaria nº 98, de 25 de março de 2021, o Presidente do CNJ instituiu Comissão Avaliadora para seleção de propostas do Edital de Convocação Pública nº 01/2021, da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa (arquivo SEI 1059653).

7. Conforme recomendado no Relatório Final de Auditoria nº 06/2018 (arquivo SEI 0675324), consigna-se que constam do Edital de convocação pública em foco os critérios de desempate (item 7.4 do Edital), nota mínima (item 7.1 do Edital) e previsão clara de que serão selecionadas as propostas com maior pontuação (item 7.1 do Edital).

8. As propostas e documentos exigidos no Edital recebidos em decorrência do chamamento foram parcialmente juntados aos autos, conforme esclarecimentos prestados na Ata DPJ 1065241 (elaborada pela Comissão de Avaliação) e na Informação DPJ 1073012. Conforme indicado nos referidos documentos, as propostas selecionadas correspondem às instituições que obtiveram maior pontuação, conforme requisitos objetivos definidos no Edital de Convocação Púbica e de Seleção n. 01/2021, da 5ª Edição da Séria Justiça Pesquisa, e detalhados na aludida Ata. Ressalta-se que a avaliação do cumprimento de tais exigências foi realizada pela unidade demandante, área técnica responsável pela condução da seleção pública.

8.1. Não se localizou a juntada aos autos da documentação de habilitação jurídica (item 3.4 do edital) e das propostas que foram analisadas pela Comissão Avaliadora (item 5.1 do edital), fazendo-se necessária a juntada para fins de saneamento processual.

8.2. Ainda, a Ata DPJ 1065241 deverá ser assinada por todos os membros da Comissão designada pela Portaria n. 98/2021.

9. O resultado da seleção foi publicado no Portal CNJ (disponível em https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-pesquisa/editais-3/ bem como em https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/chamadas-publicas/), no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) (DJe nº 99, em 20 de abril de 2021) e no Diário Oficial da União (DOU) (DOU nº 74, de 20 de abril de 2021) e conforme indicam os arquivos SEI 1073516, 1074062 e 1075081, constando como 1° colocada o Instituto de Ensino e Pesquisa/INSPER:

> A Comissão Avaliadora para seleção de propostas do Edital de Convocação Pública nº 1/2021, instituída pela Portaria nº 98, de 25 de março de 2021, divulga a instituição e respectiva proposta de pesquisa selecionada nos termos do Edital de Convocação nº 01/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ):
>
> 1ª Colocada – Instituto de Ensino e Pesquisa/INSPER;
>
> 2ª Colocada – Associação Brasileira de Jurimetria/ABJ;
>
> 3ª Colocada – Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN;
>
> 4ª Colocada – Universidade do Vale dos Sinos/Unisinos;
>
> Desclassificada Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

10. Ato contínuo, o Diretor-Geral do CNJ encaminhou os autos à SAD para formalização das propostas selecionadas e demais providências cabíveis pela

Seção de Gestão de Contratos (arquivo SEI 1073403).

11. Quanto às contratações, observa-se do Projeto Básico (arquivo SEI 1008209) previsão de contratação por dispensa de licitação. O art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/1993, faculta a dispensa de licitação na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

12. Portanto, preenchidos os requisitos legais pelas instituições selecionadas, as futuras contratações poderão ser diretas, sob dispensa autorizada pelo inciso XIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993 e parametrizada por decisões do Tribunal de Contas da União, dentre elas, pela Súmula 250:

> (...)
>
> Súmula 250 - A contratação de instituição sem fins lucrativos, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei n.° 8.666/93, somente é admitida nas hipóteses em que houver nexo efetivo entre o mencionado dispositivo, a natureza da instituição e o objeto contratado, além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado.
>
> (...)

13. Além disso, conforme delineado no Parecer AJU 1030709, eventual contratação de fundação de apoio, além do cumprimento dos requisitos acima mencionados (Lei nº 8.666/1993, art. 24, XIII e Súmula 250 do TCU), deve cumprir os requisitos da Lei nº 8.958/1994. Dessa feita, o nexo entre a resultante da interpretação literal do inciso XIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993, a natureza das instituições que serão futuramente contratadas e os objetos contratados devem estar de acordo com as normas indicadas.

14. *In casu*, a formalização do contrato com a Instituição selecionada dependerá do atendimento dos requisitos legais, conforme item 3.1 do edital, sendo imprescindível a juntada dos documentos indicados no item 8.1 deste parecer, a fim de que a Administração se certifique da possibilidade da contratação direta na espécie. Ademais, na etapa de celebração do instrumento contratual deverá ser observado o item 8 do edital e a proposta da Instituição selecionada, a qual também não fora juntada ao processo (item 8.1 deste parecer). A documentação de regularidade da Instituição para contratar com o Poder Público deverá ser novamente consultada previamente à celebração do instrumento, a fim de atestar a higidez da Instituição.

15. Os produtos pretendidos pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias demandam processos de produção circunstanciados pela atuação de profissionais especializados. Não são, conforme informações prestadas pelo DPJ/CNJ na instrução processual, serviços ordinários, serviços de prateleira, não são serviços comuns, daqueles que podem ser adquiridos com as qualidades almejadas mediante prévia licitação, pois buscam atender às necessidades específicas do CNJ.

16. Verifica-se que as pesquisas objeto das contratações em foco subsidiarão o Departamento de Pesquisas Judiciárias no desempenho de atividades relacionadas à missão institucional do Conselho Nacional de Justiça, em consonância com a Lei nº 11.364, de 26 de outubro de 2006 e o art. 103-B, §4º da Constituição Federal de 1988.

17. Ante o exposto, ressalvado o disposto nos itens 8.1 e 8.2 desta manifestação, opina-se pela regularidade jurídica do procedimento de seleção decorrente do Edital nº 1/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa, conforme publicação no Diário Oficial da União, recomendando-se proceder o saneamento processual previamente à homologação do resultado. Na mesma seara, entende-se possível a contratação da instituição selecionada para a realização de pesquisa por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/1993, desde que cumpridos os requisitos constantes de referida lei e da Súmula 250 do TCU, conforme itens 11 a 14 deste parecer.

É o parecer.

Brasília-DF, 26 de abril de 2021.

Luciana Cristina Gomes Coelho Matias
Assessora-Chefe
AJU/DG/CNJ

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COÊLHO MATIAS**, **ASSESSORA-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 26/04/2021, às 19:11, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1077461** e o código CRC **9037098B**.

DESPACHO

À Diretoria Geral,

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo administrativo que tem por objeto a contratação de pesquisa empírica sobre o tema "Diagnóstico sobre o Contencioso Tributário no Poder Judiciário Brasileiro" para subsidiar políticas públicas do Poder Judiciário para a promoção dos Direitos e Garantias Fundamentais, nos termos do Edital da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa (arquivo SEI 1040934).

Conforme "Resultado de Seleção da Convocação Pública n. 1/2021" (1075081), publicada no DOU n. 74, de 22 de abril de 2021, a seguinte instituição e respectiva proposta foram selecionadas como 1º colocada:

- INSPER - INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA – Projeto de Pesquisa (1078934).

As unidades da Secretaria de Orçamentos e Finanças (SOF) fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Classificação da Despesa SCONT n. 1010105) e a disponibilidade orçamentária (Despacho SOF n. 1010436).

Os documentos que comprovam a habilitação fiscal do INSPER - INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA para contratar com a Administração consta nos documentos SEI (1082564, 1082565, 1082566).

Conforme demonstrado na Lista de Verificação 1082567, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos.

Considerando o teor do Parecer AJU n. 1077461, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no **inciso XIII do artigo 24 da Lei n. 8.666/93**, que consigna:

> *Art. 24. É dispensável a licitação:*
>
> *[...]*
>
> *XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.*

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria 112/2010, de 04/06/2010, e no inciso XIII do art. 24 da Lei n. 8.666/93, **declaro a dispensa de licitação** para contratar o **INSPER - INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA, inscrito no CNPJ sob o**

n. 06.070.152/0001-47, no valor total de **R$ 324.819,00 (trezentos e vinte quatro mil, oitocentos e dezenove reais)**, com vistas à realização de pesquisa empírica sobre o tema "Diagnóstico sobre o Contencioso Tributário no Poder Judiciário Brasileiro" para subsidiar políticas públicas do Poder Judiciário para a promoção dos Direitos e Garantias Fundamentais.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para que, caso esteja de acordo, ratifique a dispensa de licitação, aprove a despesa, autorize a contratação da mencionada instituição e a emissão de empenho.

Após, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato de dispensa no Portal do CNJ, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666/93 e à Seção de Gestão de Contratos, para formalização contratual.

Getulio Vaz
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 04/05/2021, às 12:24, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1082702** e o código CRC **DBD5B04B**.

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 38/2021

O pregoeiro torna público o resultado do Pregão 38/2021 que trata da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção/instalação de aparelhos de ar condicionado para a DPU em Boa Vista/RR, cujo objeto fora adjudicado e homologado pelas autoridades competentes para a empresa LUCRAFE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ 19.007.136/0001-51, visto que atendeu a todos os requisitos do edital do pregão supracitado.

RODRIGO KATIBONE HOLANDA

(SIDEC - 05/05/2021) 290002-00001-2021NE800150

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA-GERAL

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

SECRETARIA EXECUTIVA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2021 - UASG 10001

Nº Processo: 364.262/2021. Objeto: Fornecimento de Testes Rápidos Imunocromatográficos para determinação qualitativa de antígeno de Sars-Cov-2, pelo período de 12 (doze) meses.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 06/05/2021 das 08h00 às 17h59. Endereço: Camara Dos Deputados Edif. Anexo 1 - 14 Andar, Zona Cívico Administrativa - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/10001-5-00026-2021. Entrega das Propostas: a partir de 06/05/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 18/05/2021 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no ComprasNet e as especificações constantes do Edital, prevalecerão as do Edital. O Edital está disponível também no site www.camara.leg.br..

DANIEL DE SOUZA ANDRADE
Presidente da Cpl

(SIASGnet - 04/05/2021) 10001-00001-2021NE000291

SENADO FEDERAL

DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Espécie: Termo de Credenciamento TCR2021/0029. Processo: 00200.005308/2021-28. Celebrado com PERFECTA DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA. CNPJ: 38.020.020/0002-88. Data da assinatura: 04/05/2021. Modalidade: Não aplicável. Objeto: Prestação de serviços de atendimento médico-hospitalar nas especialidades constantes dos objetivos da credenciada e descritas em seu contrato social aos Senadores e seus dependentes, ex-Senadores e cônjuges, bem como aos beneficiários do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal (SIS). Vigência: início: 04/05/2021 final: 16/12/2024. Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pela contratada: Daniela Vieira de Queiroz Cavalcanti.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Espécie: Termo de Credenciamento TCR2021/0026. Processo: 00200.011521/2020-98. Celebrado com OLIVEIRA E MELLO SERVIÇOS MÉDICOS E DE SAÚDE LTDA. CNPJ: 14.864.244/0002-08. Data da assinatura: 04/05/2021. Modalidade: Não aplicável. Objeto: Prestação de serviços de atendimento médico-hospitalar nas especialidades constantes dos objetivos da credenciada e descritas em seu contrato social aos Senadores e seus dependentes, ex-Senadores e cônjuges, bem como aos beneficiários do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal (SIS). Vigência: início: 04/05/2021 final: 16/12/2024. Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pela contratada: Sebastião Maluf e Andrea Carla Braga Diniz Gaertner.

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 42/2019, celebrado entre o STF e a empresa AUTO VIP LOCADORA CENTER CAR EIRELI (Processo Eletrônico n. 004055/2019). Objeto: retificação da cláusula doze do Contrato. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. Assinatura: 05/05/2021. Vigência: a partir da assinatura. Assinam: pelo STF, Jean Mary Almeida Soares, Secretário de Orçamento, Finanças e Contratações Substituto; e, pela empresa, Clecio Gilvan Ribeiro da Silva.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE ADESÃO

Adesão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás ao Termo de Cooperação Técnica CNJ n. 015/2019, celebrado entre o CNJ e a SERASA S.A. Objeto: permitir ao Tribunal o envio de ordens judiciais e o acesso às respostas da SERASA, via internet, por meio do Sistema SERASAJUD. Processo: 02955/2015. Assinatura: 1º de maio de 2021. Signatário: Desembargador Carlos Alberto França - Presidente.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº processo: 08400/2020 Objeto: Realização de pesquisa empírica sobre o tema "Diagnóstico sobre o Contencioso Tributário no Poder Judiciário Brasileiro" para subsidiar políticas públicas do Poder Judiciário para a promoção dos Direitos e Garantias Fundamentais. Contratado: Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER). CNPJ: 06.070.152/0001-47. Fundamento Legal: inciso XIII do art. 24 da Lei n. 8666/93. Valor total: R$ 324.819,00 (trezentos e vinte quatro mil e oitocentos e dezenove reais). Declaração de Dispensa: em 04/05/2021, por Getúlio Vaz. Secretário de Administração, CPF nº 151.348.651-91. Ratificação: em 05/05/2021, Johaness Eck. Diretor Geral, CPF n° 006.583.638-32.

EXTRATO DE RESCISÃO

Termo de Rescisão Amigável do Contrato n. 02/2018, firmado entre o CNJ e a CONTROLES CONTÁBEIS SERVIÇOS LTDA-ME. CNPJ 10.534.960/0001-95. Processo n. 10094/2017. Objeto: rescisão do Contrato n. 02/2018, a contar de 30 de abril de 2021, referente à prestação de serviços de apoio administrativo na área de copeiragem, por meio de postos de trabalho. Fundamento Legal: Lei nº. 8.666/93. Data da Assinatura: 04/05/2021. Signatário: pelo CNJ, Getúlio Vaz - Secretário de Administração, pela outra parte, Maria Valdeide Dutra de Queiroz - Representante Legal.

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Termo de Cooperação Técnica n. 045/2021, firmado entre o CNJ e o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Processo: SEI n. 01554/2021. Objeto: conjugação de esforços entre os partícipes para a implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro - PDPJ-Br no Tribunal. Data da Assinatura: 26/04/2021. Vigência: 24 meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, automaticamente, por conveniência das partes, até o limite de 60 meses, exceto se houver manifestação expressa em sentindo contrário, nos termos da lei. Signatários: pelo CNJ, Ministro Luiz Fux - Presidente; e pelo TRE-MA, Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos - Presidente.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

SECRETARIA DO TRIBUNAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Nota de Empenho Ordinário nº 2021NE000416, emitida em 03.05.2021. FAVORECIDO: Compex Tecnologia Ltda. OBJETO: Aquisição de 3 aparelhos coletores de dados por meio da leitura de código de barras. VALOR: R$ 15.521,34. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8666/93. PA 2020.00.00008239-7.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Nota de Empenho Global nº 2021NE000413, emitida em 03.05.2021. FAVORECIDO: Santos & Duarte Suprimentos para Informática. OBJETO: Aquisição de suprimentos para impressora Kyocera. VALOR: R$ 7.980,00. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8666/93. PA 2021.00.00001814-7.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE CONTRATO

Processo STJ 10956/2020. Contrato STJ n. 24/2021. CONTRATADA: COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS. CNPJ: 57.494.031/0010-54. OBJETO: Fornecimento de equipamento de proteção balística - coletes balísticos. VIGÊNCIA: 03/05/2021 a 02/11/2021. ASSINATURA: 03/05/2021. FUNDAMENTO: Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e Decretos n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, n. 8.538, de 06 de outubro de 2015,e, subsidiariamente, Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n 098/2020. VALOR DO CONTRATO: R$ 14.095,00. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO PTRES: 167525. NE: 2021NE000481 no VALOR de R$ 14.095,00, E.D. 44.90.52. Ordinário, em 23/04/2021. SIGNATÁRIOS: LUIZ ANTONIO DE SOUZA CORDEIRO - SAD/STJ e JOÃO CARLOS SANCHEZ DE OLIVEIRA JÚNIOR - Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo STJ 219/2020. 1º Termo Aditivo ao Contrato STJ n. 49/2020. CONTRATADA: GJ COMERCIO DE GLP LTDA ME. CNPJ: 15.330.626/0001-33. OBJETO: Reequilíbrio econômico-financeiro. FUNDAMENTO: Art. 65, II, "d", da Lei n. 8.666/1993. VIGÊNCIA: 04/05/2021 a 02/07/2021. ASSINATURA: 04/05/2021. VALOR DO CONTRATO: R$ 5.525,40. SIGNATÁRIOS: Luiz Antonio de Souza Cordeiro - SAD/STJ, Luis Eduardo Marques - Contratada.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2021 - UASG 90026

Nº Processo: 0004544-30.2020. Objeto: Confecção de pares: Jogos com duas unidades de capa dura com fita de cetim e fixação de elástico chato, para aplicação em agendas com Wire-o, e confecção de capa dura para livros, costura mecanizada e acoplamento em capa dura de livros e ainda à aplicação de verniz localizado com saída ultravioleta, em capas de periódicos.. Total de Itens Licitados: 5. Edital: 06/05/2021 das 08h00 às 11h59 e das 13h59 às 17h59. Endereço: Sces, Lote 09, Trecho 03, Polo 08, - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/90026-5-00012-2021. Entrega das Propostas: a partir de 06/05/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 18/05/2021 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

TAMIRES HANIERY DE SOUZA SILVA
Pregoeira

(SIASGnet - 05/05/2021) 90026-00001-2021NE000001

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO STJ 010455/2021. Termo de Credenciamento PRÓ-SER STJ n. 81/2021. CREDENCIADA: FISIOTERAPE - SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA LTDA. CNPJ: 10.666.995/0001-88. OBJETO: Prestação de Serviços de Assistência e Atendimento à Saúde aos beneficiários do Programa de Assistência aos Servidores do STJ - PRÓ-SER. FUNDAMENTO: Artigo 230 da Lei n. 8.112/90, Lei n. 8.666/93 e AD STJ n. 82/2007. ASSINATURA: 05/05/2021. VIGÊNCIA: 01/06/2021 a 31/05/2024. SIGNATÁRIOS: Luiz Antonio de Souza Cordeiro - SAD/STJ, Ana Terra Andrade Ribeiro - Credenciada.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

SECRETARIA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: inexigibilidade de licitação. Objeto: contratação da empresa ESPAÇO SALUTAR FISIOTERAPIA EIRELI - EPP, CNPJ 26.072.345/0001-44, com vistas à prestação de serviços de assistência médica aos beneficiários do Programa de Assistência à Saúde do Tribunal Superior do Trabalho - TST/Saúde, nos termos estabelecidos no Edital de Credenciamento nº 001/2020. Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93. Ratificada por: Gustavo Caribé de Carvalho, Diretor-Geral da Secretaria, nos termos do art. 26, caput, da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: inexigibilidade de licitação. Objeto: contratação do CENTRO DE ODONTOLOGIA BIOLÓGICA EIRELI, CNPJ 34.784.481/0001-95, com vistas à prestação de serviços de assistência odontológica aos beneficiários do Programa de Assistência à Saúde do Tribunal Superior do Trabalho - TST/Saúde, nos termos estabelecidos no Edital de Credenciamento nº 001/2019. Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93. Ratificada por: Gustavo Caribé de Carvalho, Diretor-Geral da Secretaria, nos termos do art. 26, caput, da Lei nº 8.666/93.

Publicação DOU edição 06/05/2021 (1084408) SEI 08400/2020 / pg. 40

Data e hora da consulta: 10/05/2021 10:15
Usuário: 77582322134

Nota de Empenho

UG Emitente	Nome da UG Emitente	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

Ano	Tipo	Número
2021	NE	211

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167507	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
10/05/2021	Global	08400/2020	-	324.819,00

Favorecido	Nome do Favorecido
06070152000147	INSPER - INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
22	DISPENSA DE LICITACAO	LEI 8.666 / 1993	24	-	XIII	-

Descrição

08400/2020 - CONTRATAÇÃO DE PESQUISA EMPÍRICA SOBRE O TEMA: DIAGNÓSTICO SOBRE O CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO, - PARA SUBSIDIAR POLÍTICAS PÚBLICAS DO PODER JUDICIÁRIO PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. CONFORME DESPACHO DG 1083164 E SAD 1084661.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
000	10/05/2021 10:10:07	Inclusão

Data e hora da consulta: 10/05/2021 10:15
Usuário: 77582322134

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	324.819,00

Subelemento 51 - SERVICOS DE ANALISES E PESQUISAS CIENTIFICAS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	REALIZAÇÃO DE PESQUISA EMPÍRICA SOBRE O TEMA "DIAGNÓSTICO SOBRE O CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO" PARA SUBSIDIAR POLÍTICAS PÚBLICAS DO PODER JUDICIÁRIO PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME PROJETO BÁSICO (1010634).	324.819,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
10/05/2021	Inclusão	1,00000	324.819,0000	324.819,00

Versão	Data/Hora	Operação
000	10/05/2021 10:10:07	Inclusão

CONTRATO

CONTRATO N. 05/2021

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E O INSPER - INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA, PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA A RESPEITO DO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL (Dispensa de Licitação - Processo n° 08400/2020).

A UNIÃO, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA,** sediado no SAF/SUL, Quadra 2, Lotes 5/6, Brasília - Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o n. 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor-Geral, **Johaness Eck**, RG n. 6.997.231-X SSP/SP e CPF n. 006.583.638-32, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n. 89, de 13 de setembro de 2018 e art. 3º, inciso XI, alínea "al", da Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, e o **INSPER - INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA**, com sede Rua. Quatá, nº 300, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP: 04.546-042, telefone (11) 4504-2547/98442-4214, e-mail: vanessarc@insper.edu.br, inscrita no CNPJ sob o n. 06.070.152/0001-47, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Diretor Presidente, **Marcos de Barros Lisboa**, RG n. 6.653.074-2 SSP/RJ e CPF n. 806.030.257-49, e por seu Diretor Executivo, **Marcelo Luis Orticelli**, RG n. 129.935.347 SSP/SP e CPF n. 040.509.508-20, celebram o presente contrato com fundamento no artigo 24, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993, no Edital de Convocação n. 01/2021 do **CNJ**, publicado no Diário Oficial da União de 25 de fevereiro de 2021, observando-se o que consta no Processo SEI 08400/2020, e mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente contrato é a realização de pesquisa intitulada **"A Efetividade do Contencioso Judicial Tributário Brasileiro"**, referente ao Campo Temático **"Contencioso Tributário Judicial"**, com o objetivo de investigar assuntos de interesse do **CONTRATANTE**, observados o Edital de Convocação n. 01/2021 do **CNJ**, 5ª Edição da Séria Justiça Pesquisa, e a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, os quais, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste instrumento, naquilo que não o contrariem.

Parágrafo único – O presente contrato fica vinculado ao Edital de Convocação, à portaria de dispensa de licitação e à proposta vencedora do chamamento público.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto do presente contrato será indireta por empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666/1993.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA TERCEIRA – Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

a) Exercer função gerencial e fiscalizadora durante a execução do contrato, ficando assegurado aos seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar ações e de acatar, ou não, justificativas quanto às eventuais disfunções havidas na execução do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

b) Convocar reunião de alinhamento com a **CONTRATADA**, a ser realizada até 15 dias após assinatura do contrato;

c) Acompanhar e atestar a execução do objeto deste contrato por meio de comissão especialmente designada;

d) Realizar o pagamento da pesquisa objeto do contrato, na forma do cronograma de pagamento estabelecido no contrato;

e) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da **CONTRATADA**;

f) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

g) Assumir ou transferir a outro órgão ou entidade do Poder Judiciário a responsabilidade pela execução das pesquisas, na ocorrência de fato relevante que resulte em paralisação, assegurada à **CONTRATADA** a ampla defesa e contraditório, de modo a evitar a sua descontinuidade

h) Aplicar as sanções previstas na legislação e no contrato, assegurado à **CONTRATADA** a ampla defesa e contraditório; e

i) Exercer autoridade normativa, controlar e fiscalizar a execução das pesquisas por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ).

CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

a) Participar de reunião de alinhamento com a Comissão de Acompanhamento designada pelo **CONTRATANTE**. A reunião será realizada até 15 dias após a assinatura do contrato, podendo ser presencial ou por videoconferência, e deverá contar com a participação de pelo menos um dos Coordenadores de Pesquisa;

b) Executar integralmente a pesquisa contratada, sendo vedada a subcontratação e/ou terceirização parcial ou integral;

c) Entregar os produtos e relatórios constantes do contrato, nos prazos e condições estabelecidos;

d) Manter uma Equipe Básica de pesquisa com os níveis de formação acadêmica e experiência profissional exigidos no Edital;

e) Apresentar e manter atualizados os nomes e outros dados de identificação pessoais (CPF, registro geral) dos membros da Equipe Básica e, se houver, da Equipe de Apoio;

f) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais,

trabalhistas e previdenciárias incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

g) Apresentar nota fiscal ao final de cada fase da pesquisa;

h) Apresentar ao **CONTRATANTE**, ao final da última fase da pesquisa, relatório analítico propositivo do cumprimento dos objetivos fixados pelo Edital de Convocação, apresentação e sumário executivo, além dos requisitos sobre desenvolvimento de competências relativos à indicação das lacunas para desenvolvimento de competências de magistrados e servidores;

i) Garantir livre acesso de servidores do CNJ e dos órgãos internos e externos de fiscalização, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta e indiretamente com o contrato firmado, quando em missão técnica, de fiscalização ou de auditoria;

j) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a contratação especialmente quanto à regularidade fiscal (TCU, Acórdão 964/2012-P);

k) Responsabilizar-se por toda e quaisquer despesas necessárias à execução do contrato;

l) Designar preposto, quando da assinatura do contrato, com poderes de representação e disponibilidade para prestar pronto atendimento ao gestor nomeado pelo CNJ. O preposto deverá ter capacidade gerencial e poderes para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual, inclusive, para receber notificações, em nome da instituição representada;

m) Apresentar, no momento da assinatura do contrato, ao menos 3 (três) endereços eletrônicos diferentes entre si, sendo ao menos 1 (um) preferencialmente associado a domínio próprio, para os quais, a critério do CNJ, possam ser encaminhadas notificações, informações e cópias de documentos;

n) Manter atualizadas as informações integrantes do respectivo cadastro, tais como denominação, nome do representante, endereços virtuais e não virtuais, dentre outras. Só serão consideradas válidas as notificações encaminhadas, pelo CNJ, para os endereços constantes dos autos;

o) Responsabilizar-se pelas despesas nas quais o CNJ eventualmente incorra com a publicação de editais, nas hipóteses em que notificações por outros meios sejam frustradas ou tornem-se inviáveis, devendo fazer o recolhimento em 30 dias;

p) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como as relativas a tributos (impostos, taxas ou contribuições), preços públicos, salários, retribuições de quaisquer espécies, benefícios e/ou encargos previdenciários e/ou trabalhistas e seguros, dentre outras;

q) Comprometer-se com o sigilo e confidencialidade dos dados coletados, enviando à Comissão de Acompanhamento **Termo de Confidencialidade** (conforme Anexo VII) assinado por todos membros da Equipe em até 48 horas após a assinatura do Contrato.

r) Responsabilizar-se pela assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por parte dos informantes/participantes, quando a pesquisa envolver seres humanos;

s) O modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -- TCLE, será disponibilizado pela Comissão de Acompanhamento e deverá ser apresentado pelos pesquisadores em linguagem acessível à compreensão do participante da pesquisa. A proteção do participante da pesquisa constitui a razão fundamental das Normas e

Diretrizes Brasileiras que ordenam as pesquisas envolvendo seres humanos.

t) O TCLE deverá ser obtido após o participante da pesquisa e/ou seu responsável legal estar suficientemente esclarecido de todos os possíveis benefícios e riscos de todas as informações pertinentes à pesquisa.

u) Gravar e/ou transcrever as entrevistas realizadas, mediante prévia assinatura do termo a que se refere o item 10.2.18;

v) Atender ao número máximo de páginas por produto (parcial e final) previamente estipulado pelo CNJ;

x) Responsabilizar-se pela assinatura de termo de cessão de direitos autorais, patrimoniais e imateriais correlatos aos serviços prestados e à respectiva resultante por parte de todas as pessoas que participem da execução do contrato;

z) Transferir para o Conselho Nacional de Justiça todos os bancos de dados, scripts e demais instrumentos técnicos utilizados na realização da pesquisa;

aa) Observar, no que couber, o Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ (Portaria CNJ/Presi nº 18/2020); e

ab) Assinar o Termo de Responsabilidade e Compromisso com o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços Anexo ao Projeto Básico.

Parágrafo primeiro - A inadimplência da **CONTRATADA** na quitação dos encargos estabelecidos na alínea "q" desta cláusula, não resultará em vínculo de subsidiariedade com a **CONTRATANTE** pelo seu pagamento, também não onerará o objeto deste contrato.

Parágrafo segundo – A **CONTRATADA** será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais e distritais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste contrato, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações, ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas na execução dos trabalhos ou na utilização de materiais.

Parágrafo terceiro - Qualquer ação promocional ou publicação dos produtos resultantes das pesquisas do presente contrato somente poderá ser realizada mediante prévia autorização e aprovação do **CONTRATANTE**, e, ademais, deverá ocorrer, necessariamente, menção expressa ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do **CNJ** e à Série "Justiça Pesquisa", com referência específica à edição de correspondência.

Parágrafo quarto – A **CONTRATADA** deverá executar integralmente o objeto da contratação, sendo vedado subcontratar e/ou terceirizar parcial ou integralmente a execução do objeto do contrato.

Parágrafo quinto - Os Coordenadores de Pesquisa deverão prever duas visitas à sede do CNJ para discussão do andamento da pesquisa. A data de cada uma das visitas será informada tempestivamente pela Comissão de Acompanhamento.

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - A execução do objeto será acompanhada por comissão especialmente designada pelo **CNJ** para esse fim, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas. No acompanhamento e fiscalização do objeto serão verificados:

I o cumprimento da Proposta de Pesquisa nas condições estabelecidas;

II – o cumprimento dos prazos definidos no momento da assinatura do contrato; e

III – a regular apresentação dos produtos previstos para cada fase da pesquisa.

Parágrafo primeiro. Os relatórios parciais e final deverão ser entregues na forma eletrônica para fins de editoração e publicação pelo DPJ.

Parágrafo segundo. De acordo com o interesse do **CNJ**, poderão ser realizadas reuniões presenciais, preferencialmente em Brasília, ou por meio de videoconferência, em qualquer uma das fases da pesquisa, às expensas da **CONTRATADA.**

Parágrafo terceiro. O **CNJ** comunicará à **CONTRATADA** sobre quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, suspendendo, se for o caso, os pagamentos restantes, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo quarto. No prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação, o **CNJ** analisará as justificativas e emitirá parecer em igual prazo.

Parágrafo quinto. Em caso de dano, o **CONTRATANTE** realizará a apuração e comunicará o fato à instituição selecionada para que seja ressarcido o valor correspondente em 30 dias. O não atendimento das medidas saneadoras ensejará a instauração do processo adequado.

Parágrafo sexto. Ao longo da execução do contrato, caso haja necessidade de alterações no Cronograma de Pagamento, Cronograma de Execução do Projeto de Pesquisa ou de prazos e atividades específicas do projeto de pesquisa, estas deverão ser acordadas entre o Departamento de Pesquisas Judiciárias do **CNJ** e o Coordenador da pesquisa, devendo constar o registro das alterações nos autos do processo administrativo.

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA SEXTA – Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a instituição contratada ficará sujeita, nos casos de inexecução parcial ou total da obrigação ou de atraso injustificado, assim considerados pela Administração, às seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e assegurados o contraditório e ampla defesa:

a) Advertência:

a.1) por não entrega de documentação simples;

b) Multa de:

b.1) 0,5% do valor do produto, por ocorrência, no caso de desatendimento às solicitações do CNJ;

b.2) 0,5% do valor do produto, no caso de atraso na execução de obrigação auxiliar ou na reparação de erro ou imperfeição na obrigação auxiliar, a depender do impacto;

b.3) 2% do valor do produto, por ocorrência, nos casos de erros ou imperfeições na execução do objeto;

b.4) 2% do valor do produto, no caso de atraso na execução ou na reparação de erro ou imperfeição na execução, a depender do impacto;

b.5) 3% do valor total do contrato, no caso de não manutenção das condições de habilitação. Podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato.

b.6) 5% do valor total do contrato, nos casos de descumprimento de legislação (legal e infralegal), que afete a execução do contrato;

b.7) 10% do valor total do contrato, nos casos de inexecução parcial, podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato. A não entrega ou recusa de produto, que não seja enquadrada nos itens anteriores, poderá configurar inexecução parcial ou total objeto, cuja configuração dependerá das circunstâncias do caso concreto, do estágio de cumprimento das etapas e da prestabilidade, para o CNJ, dos produtos já recebidos;

b.8) 20% do valor total do contrato, nos casos de inexecução total, podendo ainda, ser causa de rescisão unilateral do contrato. A não entrega ou recusa de produto, que não seja enquadrada nos itens anteriores, poderá configurar inexecução parcial ou total objeto, cuja configuração dependerá das circunstâncias do caso concreto, do estágio de cumprimento das etapas e da prestabilidade, para o CNJ, dos produtos já recebidos

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c";

e) Para fins de aplicação das penalidades previstas no item 11.1, cabem as seguintes definições:

e.1) entender-se-á como "desatendimento às solicitações do CNJ" quando a contratada não cumprir com instruções expressas por meio de Edital, Contrato e proposta de pesquisa apresentada pela instituição, bem como aquelas complementações definidas como "obrigatórias" em Notas Técnicas emitidas pela Comissão de Acompanhamento e que são passíveis de ajustes em complementação do produto, dada a natureza própria da atividade de pesquisa científica. Não serão considerados "desatendimento às solicitações do CNJ" impedimentos metodológicos e técnicos encontrados no trajeto da pesquisa e que sejam explicitados em Nota Técnica da Comissão de Acompanhamento como dispensados de serem executados acompanhados de devida justificativa e, quando pertinente, de Termo Aditivo;

e.2) entender-se-á como "atraso" o envio após prazos estabelecidos em contrato e nas Notas Técnicas da Comissão de Acompanhamento;

e.3) entender-se-á como "erro ou imperfeição na execução" todos aqueles assim devida e explicitamente identificados por meio de Nota Técnica emitida pela Comissão de Acompanhamento. Não serão considerados como erros ou imperfeições na execução do objeto os apontamentos constantes das Notas Técnicas emitidas pela Comissão de Acompanhamento que indiquem a necessidade de ajustes nos produtos, visto que as etapas de construção, adequação e correção são inerentes à atividade de pesquisa.

e.4) as definições de "inexecução total ou parcial" serão analisadas frente aos casos concretos pelo Conselho Nacional de Justiça.

Parágrafo primeiro. As sanções previstas nos itens *"a"*, "*c"* e "*d"* desta cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do Contrato por inexecução total da obrigação nos termos da Lei.

Parágrafo segundo. Excepcionalmente, desde que devidamente justificado no processo administrativo, o **CONTRATANTE** poderá efetuar a retenção do valor

presumido da multa, e, concomitantemente, instaurar regular processo administrativo, assegurando à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo terceiro. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para a **CONTRATADA**, na forma da lei.

Parágrafo quarto - Para exigir a pena convencional, não é necessário que a **CONTRATANTE** alegue prejuízo (Código Civil, artigo 402). No entanto, de comum acordo, em conciliação, desde que não haja prejuízo ao Erário e/ou desde que o prejuízo ao Erário esteja integralmente ressarcido, a **CONTRATANTE** poderá substituir a **possível** aplicação da pena de multa pela pena de advertência, em atendimento a pedido que seja expressamente veiculado pela contratada, na defesa prévia. A substituição prevista neste dispositivo:

I - poderá ser realizada no máximo duas vezes, ao longo da vigência do contrato, desde que referida a condutas diferentes entre si identificadas pela primeira vez na execução do contrato;

II - somente ocorrerá nas hipóteses em que o gestor do contrato apresente manifestação favorável, fundamentada:

a) no histórico do relacionamento existente entre a contratada e o CNJ;

b) na descrição dos indícios eventualmente existentes de que a substituição requerida atenderá ao interesse público; e

c) na descrição dos indícios, eventualmente existentes, de que o inadimplemento identificado não causará prejuízo significativo ao prazo previsto para cumprimento do objeto do contrato.

III - estará condicionada à assunção, pela contratada, em documento subscrito pelo preposto e pelo representante legal/convencional, do compromisso de que serão adotadas providências eficazes:

a) para saneamento dos efeitos do inadimplemento identificado, em prazo a ser definido pela Secretaria de Administração do CNJ; e

b) para evitar que outros inadimplementos quaisquer ocorram.

Parágrafo quinto - Os casos de rescisão contratual, quando não incorrerem em infração à lei ou prejuízo à Administração, darão preferência ao procedimento amigável.

Parágrafo sexto - Nenhuma penalidade excederá ao valor recebido pela contratada.

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA – O objeto do presente contrato será recebido na forma dos arts. 73 a 76 da Lei 8.666/1993:

Parágrafo primeiro. O recebimento não exclui a responsabilidade civil, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

Parágrafo segundo. O objeto contratado será recebido pelaComissão de Acompanhamento, observada a seguinte dinâmica:

I – provisoriamente, após a entrega, por e-mail, de cada produto por parte da instituição contratada, ocasião em que aComissão de Acompanhamento acusará recebimento do arquivo por e-mail no prazo de 5 dias;

II – definitivamente, conforme os seguintes níveis de complexidade:

a) complexidade 1: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares de caráter informativo e descritivo com ausência ou baixo teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 10 dias, prorrogáveis por mais 5, a critério da Comissão de Acompanhamento.

b) complexidade 2: aqueles produtos que implicam em relatório preliminares que já apresentam dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) com médio teor de análise de dados, nesses casos, o prazo será de até 20 dias, prorrogáveis por mais 10, a critério da Comissão de Acompanhamento.

c) complexidade 3: aqueles produtos que implicam em relatórios preliminares ou finais que além de apresentar dados coletados (quantitativa ou qualitativamente) apresentam modelos analíticos, apontam para conclusões do estudo e de alguma forma apresentam informações que poderão ser tornadas públicas e/ou utilizadas para a elaboração de políticas públicas, nesses casos, o prazo será de até 30 dias, prorrogáveis por mais 15, a critério da Comissão de Acompanhamento.

Parágrafo terceiro. A Comissão de Acompanhamento, ao receber o produto, definirá,em 5 dias, o grau de complexidade e informará àSeção de Gestão de Contratos do CNJ e à Contratada.

Parágrafo quarto. A análise de nenhum produto excederá a 45 dias.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA OITAVA – O pagamento será efetuado ao término da execução de cada fase da pesquisa, nos termos do cronograma de pagamento previsto no Anexo "A", mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, por ordem bancária, no prazo disposto nos art. 5º, §3º, ou art. 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação, cumpridos os seguintes requisitos:

a) Apresentação de nota fiscal, de acordo com a legislação vigente à época da emissão, acompanhada da Certidão Negativa de Débito - CND, comprovando regularidade com o INSS; da Certidão Negativa de Débito de Tributos Federais, comprovando regularidade com a Fazenda Federal; do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, comprovando regularidade com o FGTS; da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; e de prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;

b) Entrega do relatório/produto indicado na proposta para a respectiva fase, que deverá ser assinado pelo Coordenador da pesquisa, devendo observar os critérios estabelecidos na Cláusula Quarta; e

c) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA.**

Parágrafo primeiro – A **CONTRATADA** deverá apresentar ao final de cada fase da pesquisa, para fins de pagamento, os seguintes documentos:

a) Nota Fiscal, no valor total das despesas efetuadas, conforme item 10.2.7 do Edital de Convocação:

b) Relatório/Produto indicado para a respectiva fase, que deverá ser assinado pelo Coordenador da equipe de pesquisa, devendo observar os critérios estabelecidos item 10 do Edital e, em especial, o subitem 10.2.8 do Edital de Convocação.

Parágrafo segundo - As notas fiscais em desacordo com o estabelecido neste

instrumento contratual, ou com qualquer circunstância que desaconselhe o seu pagamento, serão devolvidas à **CONTRATADA** e, neste caso, o prazo previsto nesta cláusula será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

Parágrafo terceiro - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

Parágrafo quarto – Para o pagamento relativo à última fase da pesquisa, deverá ser observado o disposto na alínea "h" da Cláusula Quarta.

CLÁUSULA NONA – Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços descritos neste contrato, devendo os custos respectivos estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta da **CONTRATADA**.

DO VALOR

CLÁUSULA DEZ – O valor global do presente contrato é de **R $ 324.819,00 (trezentos e vinte e quatro mil, oitocentos e dezenove reais)**.

Parágrafo único. O pagamento será parcelado, na forma do cronograma de pagamento previsto no Anexo "A" deste contrato.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA ONZE – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DOZE – Este contrato terá vigência de até **07 (sete) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA TREZE – As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de recursos consignados ao **CONTRATANTE** no Orçamento Geral da União de 2021, no Programa de Trabalho PTRES 167507, Natureza de Despesa: 339039, tendo sido emitida a Nota de Empenho 2021NE211, data de 10 de maio de 2021.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA QUATORZE – O inadimplemento de cláusula estabelecida neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

CLÁUSULA QUINZE – Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, constitui motivos para a rescisão deste contrato:

a) atraso injustificado na execução dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;

b) cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pela comissão responsável pela fiscalização do contrato.

Parágrafo único – Caso a **CONTRATADA** venha a sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste contrato, desde que sua execução não seja afetada e que a **CONTRATADA** mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

CLÁUSULA DEZESSEIS – Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

DO FORO

CLÁUSULA DEZESSETE – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente contrato é eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA DEZOITO – O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, Seção III, conforme dispõe o artigo 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DEZENOVE – Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelo Diretor-Geral do **CONTRATANTE**, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Pelo **CONTRATANTE**

Johaness Eck

Diretor-Geral do Conselho Nacional de Justiça

Pela **CONTRATADA**

Marcos de Barros Lisboa

Diretor Presidente

Marcelo Luis Orticelli

Diretor de Executivo

ANEXO “A” DO CONTRATO N. 05/2021 CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E O INSPER - INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA, PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA A RESPEITO DO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL (Dispensa de Licitação - Processo n° 08400/2020).

Valor e Cronograma de Pagamento

Fases	% de Pagamento	Valores (em R$)
1	Não se aplica	-
2	20% do valor total, após a aprovação do Produto Parcial 1	64.963,80
3	20% do valor total, após a aprovação do Produto Parcial 2	64.963,80
4	30% do valor total, após a aprovação do Produto Parcial 3	97.445,70
5	30% do valor total, após a aprovação do Produto Final	97.445,70
Valor Total da Proposta		**324.819,00**

ANEXO “B” DO CONTRATO N. 05/2021 CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E O INSPER - INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA, PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA A RESPEITO DO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL (Dispensa de Licitação - Processo n°

08400/2020).

Cronograma de Execução do Projeto de Pesquisa (por etapa)

Fase	Produtos	Duração (meses)
1	Não se aplica	15 dias, após a assinatura do contrato
2	Produto Parcial 1	30 dias, após a assinatura do contrato
3	Produto Parcial 2	70 dias, após a assinatura do contrato
4	Produto Parcial 3 - Apresentação	110 dias, após a assinatura do contrato
5	Produto Final CNJ	150 dias, após a assinatura do contrato
6	Encerramento e apresentação	210 dias, após a assinatura do contrato

ANEXO “C” DO CONTRATO N. 05/2021 CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E O INSPER - INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA, PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA A RESPEITO DO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL (Dispensa de Licitação - Processo n° 08400/2020).

TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, **Marcos de Barros Lisboa**, inscrito no CPF sob nº 806.030.257-49, neste ato representando o **INSPER - INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA**, inscrito no CNPJ nº 06.070.152/0001-47, declaro:

Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça";

Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível;

Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais);

Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

Marcos de Barros Lisboa

Diretor Presidente

TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, **Marcelo Luis Orticelli**, inscrito no CPF sob nº 040.509.508-20, neste ato representando o **INSPER - INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA**, inscrito no CNPJ nº 06.070.152/0001-47, declaro:

Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça";

Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível;

Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais);

Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

Marcelo Luis Orticelli

Diretor Executivo

ANEXO “D” DO CONTRATO N. 05/2021 CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E O INSPER - INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA, PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA A RESPEITO DO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL (Dispensa de Licitação - Processo n° 08400/2020).

TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

O **INSPER - INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA,** com sede Rua. Quatá, nº 300, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP: 04.546-042, inscrita no CNPJ nº 06.070.152/0001-47, doravante denominada **CONTRATADA**, representada por seu Diretor Presidente, **Marcos de Barros Lisboa**, RG n. 6.653.074-2 SSP/RJ e CPF n. 806.030.257-49, e por seu Diretor Executivo, **Marcelo Luis Orticelli**, RG n. 129.935.347 SSP/SP e CPF n. 040.509.508-20, apresenta o presente **TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE** e, por seu intermédio, a **CONTRATADA** obriga-se a não divulgar, sem autorização do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**, segredos e informações confidenciais de sua propriedade, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - A **CONTRATADA** reconhece que, com a aceitação do presente termo pelo **CNJ**, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações sigilosas. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas física ou jurídica não autorizadas, sem a expressa autorização do **CNJ**.

Parágrafo primeiro. As informações consideradas sigilosas para o presente **TERMO** são aquelas de interesse restrito ou confidencial do **CNJ**, cujo conhecimento não pode ser dado a terceiros, em especial:

Os dados armazenados em arquivos ou bases de dados disponibilizados pelo CNJ, sejam elas originárias das bases de dados do próprio órgão sejam bases de dados de outros órgãos ou instituições passíveis de disponibilização, mediante cooperação firmada junto ao CNJ, além de informações confidenciais para fins de uso em pesquisa ou qualquer outra atividade tal como processamento em softwares e modelos de inteligência artificial.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** reconhece ser a lista acima meramente exemplificativa e ilustrativa e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam, ou que venham a surgir no futuro, devem ser mantidas em segredo.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atuará nas ações e/ou iniciativas relativas à pesquisa intitulada **"A Efetividade do Contencioso Judicial Tributário Brasileiro"**, referente ao Campo Temático **"Contencioso Tributário Judicial"**.

CLÁUSULA SEGUNDA - A **CONTRATADA** reconhece que em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação essa deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo **CNJ**, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do **CNJ** deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA TERCEIRA - A **CONTRATADA** reconhece expressamente que ao término da atividade que demandou a formalização do presente Termo deverá entregar ao **CNJ** todo e qualquer material fornecido, inclusive anotações envolvendo informações sigilosas relacionadas, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido usados, criados ou estado sob seu controle. A **CONTRATADA** também assume o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua atividade junto ao **CNJ**.

CLÁUSULA QUARTA - A **CONTRATADA** obriga-se perante o **CNJ** a lhe informar imediatamente qualquer violação das regras de sigilo por parte dele ou

de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes.

CLÁUSULA QUINTA - O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo poderá implicar a responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação.

CLÁUSULA SEXTA - As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre a **CONTRATADA** e o **CNJ**.

CLÁUSULA SÉTIMA – A **CONTRATADA** não deverá utilizar qualquer informação para fim diverso daquele destinado à execução das atividades inerentes ao contido no PARÁGRAFO TERCEIRO DA CLÁUSULA PRIMEIRA do presente TERMO.

CLÁUSULA OITAVA - Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Neste caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas.

CLÁUSULA NONA – Para realização de transferência de dados, deverão ser observados os termos da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA - Toda e qualquer modificação concernente às condições aqui estabelecidas só serão válidas mediante autorização expressa da outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, em privilégio a qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

INSPER - INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA

Marcos de Barros Lisboa

Diretor Presidente

Marcelo Luis Orticelli

Diretor de Executivo

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COÊLHO MATIAS**, **ASSESSORA-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 17/05/2021, às 17:13, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Luis Orticelli**, **Usuário Externo**, em 25/05/2021, às 14:47, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcos de Barros Lisboa**, **Usuário Externo**, em 31/05/2021, às 15:00, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 31/05/2021, às 17:11, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1086266** e o código CRC **2A94376E**.

i) diploma de graduação, se for o caso;
j) comprovante de participação em grupo de pesquisa, se for o caso;
k) comprovante de que apresentou trabalho em Congresso da área para a qual pleiteia a vaga, se for o caso;
l) artigos ou livros publicados, se for o caso;
m) boletim de desempenho individual no Enem, se for o caso.

6.3 A Câmara dos Deputados não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

6.4 Será sumariamente desconsiderada a inscrição da qual não constem os documentos previstos nas alíneas de "a" a "f" do subitem 6.2 ou que contiver documento ilegível ou preenchido de forma incompleta ou incorreta.

6.5 Não será aceita solicitação de inscrição que não atenda rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

7.1 O candidato que cumprir todas as normas estabelecidas neste Edital terá a inscrição homologada para participar do processo seletivo.

7.2 O candidato que tiver a inscrição homologada concorrerá às vagas ofertadas para o grupo de pesquisa para o qual se inscreveu.

7.3 O candidato que não tiver a inscrição homologada está eliminado do processo seletivo.

8. DO PROCESSO SELETIVO

8.1 O processo seletivo obedecerá à seguinte ordem:

8.1.1 1ª Etapa - Análise Curricular

8.1.1.1 Os candidatos que tiveram, na forma do item 7, a inscrição homologada no processo seletivo serão convocados a participar da 1ª Etapa da seleção.

8.1.1.2 A 1ª Etapa tem caráter classificatório e valerá até 80 (oitenta) pontos.

8.1.1.3 A pontuação da 1ª Etapa - Análise Curricular se dará conforme estabelecido no quadro abaixo:

Análise Curricular	
Critério a ser analisado	Pontuação máxima por item
a) Não possuir reprovação no histórico escolar (10 pontos); Possuir uma reprovação no histórico escolar (5 pontos); possuir duas ou mais reprovações no histórico escolar (0 ponto);	10
b) Ter concluído outro curso de graduação (5 pontos);	5
c) Possuir certificado de proficiência em Língua Inglesa;	10
d) Possuir certificado de conclusão de curso do pacote *office* ou similar;	5
e) Participar ou ter participado de grupo de pesquisa na instituição a qual está vinculado, desde que não seja bolsista;	10
f) Artigo publicado em periódico científico classificado pela Capes com Qualis A1, 5,0 pontos por artigo; Qualis A2, 4,0 pontos por artigo; Qualis B1, 3,0 pontos por artigo; Qualis B2, 2,0 pontos por artigo; Qualis B3, 1,0 ponto por artigo; Qualis B4, 0,8 ponto por artigo; Qualis B5, 0,6 ponto por artigo e Qualis C, 0,4 ponto por artigo; até o limite total de 20 (vinte) pontos;	20
g) Livro publicado, 2.5 pontos por livro, até o limite de 5 (cinco) pontos;	5
h) Apresentação de trabalho em Congresso da área para a qual pleiteia a vaga, 1,0 ponto por trabalho apresentado.	5
i) Ter obtido, no Enem: nota acima de 900 (10 pontos); nota de 850 a 900 (9 Pontos); Nota de 800 a 849 (8 Pontos); Nota de 750 a 799 (7 Pontos); Nota de 700 a 749 (6 Pontos); Nota de 650 a 699 (6 Pontos); Nota de 600 a 649 (5 Pontos); Nota de 550 a 599 (4 Pontos); Nota de 500 a 549 (3 pontos); Nota de 450 a 499 (2 pontos); Nota de 400 a 449 (1 ponto). Obs: a participação do candidato será pontuada apenas uma vez, considerando-se a maior nota apresentada pelo candidato.	10
Pontuação máxima	80

8.1.1.4 A nota da 1ª Etapa - Análise Curricular, será obtida pelo somatório das pontuações obtidas pelo candidato no quadro constante do subitem 8.1.1.3, deste Edital.

8.1.1.5 Serão convocados a participar da 2ª Etapa - Entrevista com o Coordenador do Grupo de Pesquisa, os candidatos que ocuparem até a 4ª (quarta) classificação dentro do grupo de pesquisa para o qual está concorrendo.

8.1.2. 2ª Etapa: Entrevista com o Coordenador do Grupo de Pesquisa

8.1.2.1 A entrevista terá caráter classificatório e valerá 20 (vinte) pontos.

8.1.2.2 A entrevista terá duração aproximada de 10 minutos e será realizada na modalidade remota, na forma estabelecida pelo Aviso de Convocação, que será publicado na página do processo seletivo em data oportuna.

8.1.2.3 Na entrevista, os critérios a serem avaliados pelos examinadores serão:
a) conhecimento e domínio do método científico de pesquisa;
b) trajetória acadêmico-profissional e seu alinhamento com os objetivos do PIC;
c) comprometimento, interesse e condições do candidato em participar do PIC.

9. DA PONTUAÇÃO FINAL NO PROCESSO SELETIVO

9.1 A pontuação final do processo seletivo será calculada pela soma dos pontos obtidos na 1ª Etapa - Análise Curricular e na 2ª Etapa - Entrevista com o Coordenador do Grupo de Pesquisa.

9.2 Os candidatos serão ordenados dentro de cada Grupo de Pesquisa e Extensão de acordo com o valor decrescente da pontuação final no processo seletivo.

9.3 Os candidatos classificados dentro das vagas ofertadas serão convocados a efetivar matrícula no PIC.

9.4 Havendo desistência, será convocado para a vaga o próximo candidato na lista de espera, até o preenchimento das vagas ofertadas.

9.5 O Programa de Pós-Graduação do Cefor reserva-se o direito de não preencher todas as vagas.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 Em caso de empate na pontuação final do processo seletivo, terá preferência o candidato que apresentar, na seguinte ordem:
a) idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição no processo seletivo, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;
b) maior pontuação na 1ª Etapa - Análise Curricular;
c) maior pontuação na 2ª Etapa - Entrevista com Coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão;
d) maior carga horária faltando para concluir o curso de graduação.

11. DOS RECURSOS

11.1 O candidato que desejar interpor recurso contra o resultado da 1ª Etapa - Análise Curricular disporá de 2 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado para encaminhá-lo, via e-mail, na forma estabelecida no Aviso que divulgar o respectivo resultado.

12. DA DIVULGAÇÃO

12.1 A divulgação oficial do presente Edital dar-se-á no Diário Oficial da União, na Internet, no endereço eletrônico www.camara.leg.br/posgraduacao e no Boletim Administrativo da Câmara dos Deputados.

12.2 A divulgação das futuras Notas Oficiais relativas à execução das etapas do Processo Seletivo, assim como das datas, horários, locais de realização de provas e resultados, dar-se-á por meio da Internet, no endereço eletrônico www.camara.leg.br/posgraduacao e no Boletim Administrativo da Câmara dos Deputados.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 A inscrição do candidato implica conhecimento e aceitação dos termos deste Edital, das normas do Programa de Pós-Graduação, particularmente o Regulamento do Programa de Iniciação Científica da Câmara dos Deputados (Portaria nº 307, de 30 de novembro de 2020) e do Regulamento do Cefor, disponíveis no endereço eletrônico www.camara.leg.br/posgraduacao.

13.2 O período de matrícula dos candidatos convocados para o PIC será divulgado por meio do Edital que publicará o resultado final do processo seletivo.

13.3 A não efetivação da matrícula no prazo determinado implica a perda do direito à vaga e a convocação do próximo candidato aprovado, por ordem de classificação no Grupo de Pesquisa e Extensão.

13.4 Os casos omissos atinentes a este edital serão resolvidos pela Diretora do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento.

13.5 Demais situações de caráter administrativo não previstas neste edital serão submetidas ao Diretor de Recursos Humanos da Câmara dos Deputados.

JULIANA WERNECK DE SOUZA

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 11/2021 entre o STF e a empresa ASPER TECNOLOGIA LTDA (Processo nº 008411/2020). Objeto prestação de serviços de mentoria da integração da solução Elasticsearch. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Assinatura: 28/05/2021. Vigência: a partir da assinatura. Assinam: pelo STF, Mônica Maria Gomide Madruga Ribeiro, Secretária de Orçamento, Finanças e Contratações; pela Contratada, Lucio Fittipaldi Gonçalves.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento n. 020/2021 celebrado entre o STF e a empresa DDMA INTERNAÇÃO DOMICILIAR LTDA., CNPJ 32.104.734/0001-07 (Proc. n. 012986/2020). Objeto: prestação de serviços médicos no Distrito Federal, conforme estipulado em contrato vigente. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. Assinatura/Vigência: 26/05/2021 Assinam: Pelo Contratante, Sr. Edmundo Veras dos Santos Filho - Diretor-Geral e o Sra. Alda Mitie Kamada- Secretária de Gestão de Pessoas; pela Contratada, Sras. Denise Franco Mesquita Antunes de Almeida e Daniele Amaral Carneiro Matta, Representante Legais.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 43/2020, celebrado entre o STF e a empresa BELFORT GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA (Processo Eletrônico n. 004440/2020). Objeto: prorrogar o Contrato por 12 meses a partir de 29/09/2021. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. Assinatura: 28/05/2021. Vigência: a partir da assinatura. Assinam: pelo STF, Mônica Maria Gomide Madruga Ribeiro, Secretária de Orçamento, Finanças e Contratações; e, pela empresa, Rodrigo Lara de Sousa.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE ADESÃO

Referência: Termo de Cooperação Técnica n. 073/2021, celebrado entre o CNJ e o CJF. Processo n. 02780/2021. Objeto: conjugação de esforços para a adesão e o desenvolvimento colaborativo de produtos e serviços para a Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDPJ-Br, ficando o CJF com a função de orquestrador dos Tribunais Regionais Federais do presente acordo. Órgão aderente: TRF3. Data da Adesão: 11/05/2021. Signatário: Des. Mairan Gonçalves Maia Júnior - Presidente. Órgão aderente: TRF4. Data da Adesão: 28/05/2021. Signatário: Des. Victor Luiz dos Santos Laus - Presidente.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n. 05/2021, firmado entre o CNJ e o INSPER - INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA. CNPJ: 06.070.152/0001-47. Processo SEI n. 08400/2020. Objeto: realização de pesquisa intitulada "A Efetividade do Contencioso Judicial Tributário Brasileiro", referente ao Campo Temático "Contencioso Tributário Judicial", com o objetivo de investigar assuntos de interesse do CNJ. Procedimento Licitatório: Dispensa de licitação. Fundamento Legal: artigo 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93. Valor: R$ 324.819,00. Programa de Trabalho: PTRES 167507. Natureza de Despesa: 339039. Data da Assinatura: 31/05/2021. Vigência: 07 (sete) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Signatários: pelo CNJ, Johaness Eck - Diretor Geral; pela Contratada, Marcos de Barros Lisboa e Marcelo Luis Orticelli - Diretor Presidente e Diretor de Executivo, respectivamente.

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Acordo de Cooperação Técnica n. 082/2021 firmado entre o CNJ e o TRF 4ª Região. Processo: SEI n. 11211/2020. Objeto: desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes para a execução do Plano Executivo Estadual - PEE, elaborado de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça. Data da Assinatura: 28/05/2021. Vigência: 24 meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, até o limite de 60 meses, nos termos da lei. Signatários: pelo CNJ, Ministro Luiz Fux - Presidente; pelo TRF4, Desembargador Federal Victor Luiz dos Santos Laus - Presidente.

Publicação DOU 01-06-2021 (1099571) SEI 08400/2020 / pg. 59

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo administrativo para a seleção de instituições de pesquisa a serem contratadas para a realização das pesquisas empíricas objeto do Edital de Convocação nº 02/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa (1148480).

2. Conforme o "Edital Resultado de Seleção da Convocação Pública n. 2/2021" (1211207), publicado no DOU, de 19 de novembro de 2021, as seguintes instituições e respectivas propostas foram selecionadas como 1ª colocadas:

- Fundação Getúlio Vargas – FGV, para o **Tema 1**: Estudos empíricos sobre a efetividade da jurisdição ambiental na Amazônia Legal, com a Proposta (1177187);
- Universidade de São Paulo – USP, para o **Tema 2**: A Lei Brasileira de Inclusão e o Poder Judiciário, com a Proposta (1177289);
- Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER, para o **Tema 3**: Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos; e **Tema 5**: Mortes sob custódia prisional no Brasil - Procedimentos de registro, apuração, compreensão do fenômeno, proposição de estratégias de enfrentamento e sugestões de aprimoramento, com as Propostas (1177311 e 11778303, respectivamente);
- Associação Paranaense de Cultura – APC / Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, para o tema **Tema 4**: "Comportamento judicial em relação à Convenção Americana de Direitos Humanos" - pesquisa de campo sobre o comportamento das juízas e juízes, mapeamento de interesses e de boas práticas nos Tribunais, com a Proposta (1177375);
- Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – FUNDAPE, para o **Tema 6**: Grupos vulnerabilizados e privação de liberdade, com a Proposta (1177971).

3. As unidades da Secretaria de Orçamentos e Finanças (SOF) fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Classificação da Despesa SCONT n. 1113902 e Despacho SCONT n. 1123371) e a disponibilidade orçamentária (Despacho SEPOR n. 1146610 e itens 4 e 5 do Despacho DG n. 1147380).

4. Cabe registrar que, por meio do SICAF e Certidão Estadual (fls. 1 e 2, respectivamente do arquivo SEI n. 1228077), foi possível verificar apenas a regularidade Federal e Estadual da Universidade de São Paulo - USP, selecionada para o Tema 2. Como a certidão municipal constante dos autos (fls. 4/6 do arquivo SEI n. 1200591) está vencida, mesmo considerando a prorrogação de sua vigência por mais 90 (noventa) dias, concedida pela Portaria (fl. 7 do arquivo SEI n. 1200591), foi solicitado à USP, por *e-mail*, o envio de documentos que comprovassem a regularidade municipal da instituição. Após tratativas internas, em resposta (*e-mail* fl. 3 do arquivo SEI n. 1228077), a USP informou o que segue transcrito abaixo:

> "Acabo de conversar com o Departamento Financeiro da Reitoria (DF) e a informação que nos deram foi a seguinte.
>
> A USP e a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) estão envolvidas em um processo que tramita no judiciário devido a um desacordo em relação à cobrança do IPTU referente aos imóveis doados à Universidade por conta de heranças vacantes.
>
> A PMSP entende que a USP deve se responsabilizar por todo o débito existente, inclusive aquele anterior à data da doação, enquanto a Universidade entende o contrário, isto é, que

só pode ser cobrada pelos valores apurados após o imóvel ter se tornado seu.

Por este motivo, a certidão não pode ser emitida, o que está afetando vários convênios, e a Procuradoria Geral da USP (PG) está empenhada em obter uma nova portaria da Secretaria da Fazenda da PMSP que prorrogue novamente a validade da certidão que a Profa. Luciana já apresentou.

Infelizmente, é impossível prever uma data para a solução da questão, mas, ainda segundo o DF da Reitoria, há a expectativa de que isto ocorra a qualquer momento já que a PG permanece atuando neste caso diariamente. "

5. Como não foi possível comprovar a regularidade municipal da USP, conforme relatado acima, neste momento, deixarei de incluir a referida instituição no ato de declaração de dispensa de licitação para contratar a pesquisa relativa ao Tema 2 do Edital de Convocação nº 02/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa (1148480). Todavia, a Secretaria de Administração, juntamente com a unidade demandante (Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ), acompanhará a regularização da situação fiscal da instituição, visando a declaração de dispensa de licitação e formalização de contrato para o Tema 2.

6. Em relação às demais instituições, os documentos que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista para contratar com a Administração constam dos SICAFs e Certidões descritos na tabela abaixo:

INSTITUIÇÃO	TEMA	SICAF e Certidões
Fundação Getúlio Vargas - FGV	Tema 1	1228073
Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	Tema 3	1228083
	Tema 5	
Associação Paranaense de Cultura – APC / Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR	Tema 4	1228086 (SEDE)
		1228089 (FILIAL)
Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – FUNDAPE	Tema 6	1228089

7. Registre-se que, em resposta ao questionamento enviado pelo CNJ, a instituição APC/PUCPR (Tema 4) informou (por *e-mail*, fl. 4 do arquivo SEI n. 1228089) que o CNPJ que deverá constar do contrato é o 76.659.820/0003-13 relativo à filial.

8. Conforme demonstrado na Lista de Verificação 1228098, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos.

9. Considerando o teor dos itens 19 a 22 do Parecer AJU n. 1124646, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso XIII do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que consigna:

> *"Art. 24. É dispensável a licitação:*
>
> *[...]*
>
> *XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos."*

10. Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria 112/2010, de 04/06/2010, e no inciso XIII do art. 24 da Lei n. 8.666/93, e considerando os fatos relatados no item 5 deste expediente, **declaro a dispensa de licitação** para contratar as instituições descritas no quadro abaixo, no valor total de **R$ 1.886.803,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e três reais)**, com vistas à realização de pesquisas empíricas sobre os temas objeto do Edital de Convocação nº 02/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa (1148480):

INSTITUIÇÃO	TEMA	CNPJ	VALOR

Fundação Getúlio Vargas - FGV	Tema 1	33.641.663/0001-44	R$ 377.567,00
Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	Tema 3	06.070.152/0001-47	R$ 377.000,00
	Tema 5		R$ 377.618,00
Associação Paranaense de Cultura – APC / Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR	Tema 4	76.659.820/0003-13 (conforme e-mail, fl. 04 do arquivo SEI n. 1228089)	R$377.618,00
Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – FUNDAPE	Tema 6	02.646.829/0001-91	R$ 377.000,00
VALOR TOTAL			R$ 1.886.803,00

11. Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para que, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação das instituições supramencionadas.

12. Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos **à Seção de Compras** para a publicação do ato no Diário Oficial da União, com posterior remessa **à Secretaria de Orçamento e Finança**s para emissão das notas de empenho, considerando os valores indicados para 2021 no Despacho DPJ n. 1218806, e após, à Seção de Gestão de Contratos, para providências afetas à formalização das contratações.

GETULIO VAZ
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 15/12/2021, às 10:43, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1228137** e o código CRC **A7245E8B**.

02141/2021 1228137v22



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor dos itens 19 a 22 do Parecer AJU 1124646 e do Despacho SAD 1228137, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. XIII, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de R$ 1.886.803,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e três reais), e **autorizo** a contratação das empresas listadas abaixo, com vistas à realização de pesquisas empíricas sobre os temas objeto do Edital de Convocação nº 02/2021 da 5ª Edição da Série Justiça Pesquisa.

INSTITUIÇÃO	TEMA	CNPJ	VALOR
Fundação Getúlio Vargas - FGV	Tema 1	33.641.663/0001-44	R$ 377.567,00
Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER	Tema 3	06.070.152/0001-47	R$ 377.000,00
	Tema 5		R$ 377.618,00
Associação Paranaense de Cultura – APC / Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR	Tema 4	76.659.820/0003-13 (conforme e-mail, fl. 04 do arquivo SEI n. 1228089)	R$377.618,00
Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – FUNDAPE	Tema 6	02.646.829/0001-91	R$ 377.000,00
VALOR TOTAL			R$ 1.886.803,00

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho em favor das mencionadas empresas, considerando os valores indicados para 2021 no Despacho DPJ 1218806.

4. À Seção de Gestão de Contratos (SEGEC), para providências afetas à formalização das contratações.

5. À Secretaria de Administração (SAD), para as demais providências subsequentes.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 15/12/2021, às 15:51, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1229700** e o código CRC **0012D111**.

02141/2021 1229700v4



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo administrativo que tem por objeto a contratação de empresa especializada na distribuição diária e semanal, inclusive nos sábados, domingos e feriados, de jornais e revistas impressos, por dispensa de licitação.

2. Após a dispensa de licitação ser declarada (Despacho SAD n. 1215850) e ratificada (Despacho DG n. 1217256), no momento da análise da minuta de contrato (1220701), a Assessoria Jurídica - AJU trouxe aos autos, por meio do item 10 do Parecer AJU n. 1221553, a seguinte ressalva:

> "cumpre repisar a existência do Parecer Técnico Sustentabilidade nº 0724248, exarado no âmbito do procedimento tendente à contratação similar pretérita (Processo SEI nº 09034/2019), que considerou DISPENSÁVEL a contratação de jornais e revistas em versão impressa. Tal alerta se faz ainda mais importante no cenário atual, no qual o trabalho remoto é realidade no âmbito deste Conselho."

3. Em razão da ressalva acima, os autos foram remetidos à Secretaria de Comunicação Social (unidade demandante) para manifestação, visando demonstrar de modo inequívoco a imprescindibilidade das publicações impressas. Em resposta, aquela Secretaria emitiu o Despacho SCS n. 1227020, com o entendimento transcrito abaixo:

> 1. Em referência ao despacho SAD 1227020 informo que não haverá mais a contratação desse objeto de jornais revista impressos tendo em vista termos considerado dispensável, podendo ser feito a leitura das matérias em acesso ao contrato de jornais e revistas on-line.
>
> 2. Solicitamos o cancelamento dessa contratação bem como o cancelamento da Nota de Empenho 371 (1220219), no valor de R$ 611,89 (seiscentos e onze reais e oitenta e nove centavos).

4. Diante da desistência, por parte da unidade demandante, no prosseguimento da formalização do contrato para o objeto em epígrafe e com a finalidade de tornar sem efeito os atos administrativos que não estão mais aptos a produzir seus efeitos legais, **revogo** o ato de declaração de dispensa de licitação, constante do Despacho SAD n. 1215850 - o qual visava a contratação da empresa SEISELLES DISTRIBUICAO E LOGISTICA EIRELI, inscrita no CNPJ n. 10.445.514/0001-04, no valor total de R$ 7.867,20 (sete mil, oitocentos e sessenta e sete reais e vinte centavos), para a distribuição diária e semanal, inclusive nos sábados, domingos e feriados, de jornais e revistas impressos. Ademais, **autorizo** o cancelamento da Nota de Empenho n. 371/2021 (1220219), no valor de R$ 611,89 (seiscentos e onze reais e oitenta e nove centavos).

5. Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo, **revogar** o ato, constante do Despacho DG n. 1217256, que ratificou a dispensa de licitação e autorizou a contratação.

6. Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato de revogação da dispensa e da respectiva ratificação, bem como à Secretária de Orçamento e Finanças, para cancelamento da Nota de Empenho n. 371/2021 (1220219), no valor de R$ 611,89 (seiscentos e onze reais e oitenta e nove centavos).

Getulio Vaz
Secretário de Administração



Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 16/12/2021, às 09:47, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1230214** e o código CRC **9DAE2441**.

05896/2021 1230214v10

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Trata-se de processo administrativo que tem por objeto a contratação de empresa especializada na distribuição diária e semanal, inclusive nos sábados, domingos e feriados, de jornais e revistas impressos, por dispensa de licitação.

2. Conforme relatado no Despacho SAD 1230214, após a dispensa de licitação ser declarada no Despacho SAD 1215850) e ratificada no Despacho DG 1217256), a unidade demandante desistiu da formalização do contrato em resposta ao Parecer AJU 1221553, no qual a Assessoria Jurídica informa a " *existência do Parecer Técnico Sustentabilidade nº 0724248, exarado no âmbito do procedimento tendente à contratação similar pretérita (Processo SEI nº 09034/2019), que considerou DISPENSÁVEL a contratação de jornais e revistas em versão impressa."*

3. Dessa forma, e tendo em vista a revogação do ato de dispensa pela Secretaria de Administração (Despacho SAD 1230214), **revogo** o ato de ratificação da dispensa de licitação exarado por esta Unidade no Despacho DG 1217256.

4. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de revogação da dispensa e da respectiva ratificação.

5. À Secretária de Orçamento e Finanças (SOF), para cancelamento da Nota de Empenho nº 371/2021 (1220219), no valor de R$ 611,89 (seiscentos e onze reais e oitenta e nove centavos).

6. À Secretaria de Administração (SAD), para ciência e demais providências eventualmente cabíveis

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 16/12/2021, às 14:46, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1230991** e o código CRC **67042EBD**.



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a contratação de serviço de jardinagem para manutenção de área verde do CNJ, com poda de grama e plantas com recolhimento e descarte em local apropriado do lixo oriundo do serviço prestado.

Aprovados os Estudos Preliminares (1169966) e o PAMS - Contratação de Serviços SESER (1175591), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços v. 4 (1224109), o qual foi ratificado pela unidade demandante (1225420). Assim, com fulcro na Portaria DG n. 411/2018 (0578958), **aprovo** o referido documento. Destarte, a partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1224172, constatou-se que a proposta mais vantajosa foi apresentada pela empresa BRANT PAISAGISMO.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Classificação de Despesa SCONT 1201776) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1216163). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa BRANT PAISAGISMO, para contratar com a Administração, consta no arquivo 1225221.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação SAD 1225222, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> (...)
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, no inciso IV do art. 1o. da Portaria 411/2018 e no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, **declaro a dispensa de licitação** para contratar a empresa PEDRO MARETTI BRANT ***.378.211-**, nome fantasia BRANT PAISAGISMO, inscrita no **CNPJ** sob o n. **27.722.392/0001-59** no valor de R$ **17.496,00 (dezessete mil quatrocentos e noventa e seis reais)**, com vistas à contratação de serviço de jardinagem para manutenção de área verde do CNJ, com poda de grama e plantas com recolhimento e descarte em local apropriado do lixo oriundo do serviço prestado.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Getulio Vaz
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 09/12/2021, às 15:49, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1225224** e o código CRC **EC611DD2**.

07375/2021 1225224v12

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Despacho SAD 1225224, **ratifico** a dispensa do procedimento licitatório, com fundamento na alínea "aj", inc. II, do art. 3º, da Portaria nº 112/2010 e no inc. II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de R$ 17.496,00 (dezessete mil quatrocentos e noventa e seis reais), e **autorizo** a contratação da empresa PEDRO MARETTI BRANT ***.378.211-**, CNPJ nº 27.722.392/0001-59, com vistas à contratação de serviço de jardinagem para manutenção de área verde do CNJ, com poda de grama e plantas com recolhimento e descarte em local apropriado do lixo oriundo do serviço prestado.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para demais providências subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 09/12/2021, às 16:45, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1225545** e o código CRC **A2BC5A7C**.

07375/2021 1225545v2

Ato de inexigibilidade



Fornecimento de ISBN às publicações
do Conselho Nacional de Justiça

CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

Sumário

Estudos preliminares **1**
Documento de oficialização da demanda **4**
Lista AJU **9**
Parecer AJU **14**
Certidão negativa de licitantes inidôneos - TCU **19**
Certidões negativas - Estadual **20**
Certidões negativas - Federal **21**
Certidões negativas - Municipal **22**
Termo de referência **23**
Despacho SAD **29**
Nota de empenho **31**
Portaria SAD **33**
SICAF **35**

ESTUDOS PRELIMINARES

Apresente a necessidade a ser atendida:

Atribuição de ISBN (International Standard Book Number) aos livros do CNJ já publicados e os que serão publicados no próximo ano.

Indique o Público-Alvo (unidades orgânicas, autoridades, servidores, outros) da contratação:

Unidades do CNJ que produzem de conhecimento, gestores das políticas judiciárias, tribunais, comunidade acadêmica e sociedade em geral.

Indique a(s) consequência(s), caso não haja atendimento da necessidade:

O Conselho Nacional de Justiça publica diversas pesquisas e relatórios destinados ao conhecimento da função jurisdicional brasileira. E para a formalização da edição dessas publicações é necessária a atribuição do ISBN. Segundo o art. 6º, capítulo III, da Lei 10753/2003, "na editoração do livro, é obrigatória a adoção do Número Internacional Padronizado", sendo que o ISBN deve ser atribuído a publicações impressas, softwares e livros eletrônicos. O ISBN facilita o controle bibliográfico, pois simplifica a busca e a atualização bibliográfica.

Indique o alinhamento da necessidade ao Planejamento Estratégico do CNJ:

I – aperfeiçoar a gestão das políticas judiciárias e demais instrumentos de governança do CNJ e do Poder Judiciário;

II – realizar e incentivar pesquisas, estudos e diagnósticos sobre o Poder Judiciário;

Indique o resultado da pesquisa de mercado feita para identificação das soluções que atendem às necessidades explicitadas:

	Solução Identificada	Detalhamento das Soluções
1ª	Câmara Brasileira do Livro.	O ISBN é um produto exclusivo, fornecido somente pela Câmara Brasileira do Livro.
2ª		
3ª		
4ª		
5ª		

Indique as Soluções implantadas por órgãos públicos:

Solução	Órgão	Descrição da Solução
1ª	STF	ISBN
2ª	STJ	ISBN
3ª		
4ª		

Indique a descrição completa da Solução que, por entendimento do signatário deste documento, melhor atenderá à necessidade especificada neste documento:

O Conselho Nacional de Justiça já possui cadastro como editor na instituição responsável por atribuir ISBN às publicações, conforme Processo Sei n. 02314/2015.

Desde março de 2020, a Câmara Brasileira do Livro (CBL) passou a ser a instituição responsável pela emissão de ISBN. Anteriormente, a responsável era a Fundação Miguel de Cervantes. No Brasil, somente a CBL pode emitir o ISBN.

O cadastro do CNJ como editor foi transferido à CBL e a nova instituição tem novas formas de solicitação de ISBN, sendo possível adquirir “lotes”, de 10, 30, 50, 80, 100, 250, 500 e 1000 unidades.

O ISBN (International Standard Book Number) é um sistema internacional padronizado que identifica numericamente os livros segundo o título, o autor, o país, a editora, individualizando-os inclusive por edição. Utilizado também para identificar software, seu sistema numérico é convertido em código de barras, o que elimina barreiras lingüísticas e facilita a circulação e comercialização das obras.

Uma vez fixada a identificação, ela só se aplica àquela obra e edição, não se repetindo jamais em outra. A versatilidade deste sistema de registro facilita a interconexão de arquivos e a recuperação e transmissão de dados em sistemas automatizados, razão pela qual é adotado internacionalmente. O ISBN simplifica a busca e a atualização bibliográfica.

A atribuição de números ISBN facilita a circulação da obra, a interconexão de arquivos e a recuperação e transmissão de dados em sistemas automatizados, além de simplificar a busca e atualização bibliográfica.

Indique o(s) estudo(s) realizado(s) ou o(s) critério(s) adotado(s) para definir o cálculo e a quantidade da necessidade:

Foi realizado levantamento no portal do CNJ contabilizando 304 publicações sem ISBN. Considerando as publicações dos próximos anos e que a Câmara Brasileira do Livro (CBL) permite a compra de lotes de 10, 30, 50, 80, 100, 250, 500 e 1000 unidades. Propõe-se a compra do lote de 500 unidades.

Indique se a Solução eleita é divisível ou não, levando em consideração o mercado que a fornece:

A Câmara Brasileira do Livro (CBL) permite a compra de lotes de 10, 30, 50, 80, 100, 250, 500 e 1000 unidades.

Indique, entre outras, as restrições internas de caráter técnico, operacional, regulamentar, financeiro e orçamentário, que possam dificultar a implementação da Solução eleita:

Será preciso regulamentar o processo de novas solicitações de aquisição de ISBN.

Indique o valor estimado para a contratação:

O valor unitário do ISBN é de R$ 22,00. Considerando a compra do lote de 500 unidades, o valor total para contratação é de 11.000,00.

Aquisição anterior no CNJ:

Nº do Processo: 02314/2015

Fornecedor: Fundação Miguel de Cervantes

Resultado do Análise: O resultado da contratação foi positivo, uma vez que foi adquirido o prefixo editorial do CNJ e atribuído ISBN ao livro de 10 anos do CNJ. No processo Sei 02314/2015 não foi considerada a atribuição de ISBN aos livros já publicados e os que seriam publicados posteriormente.

Apresente os Indicadores para avaliar a economicidade, a eficácia e a efetividade:

A atribuição de ISBN às publicações do CNJ busca formalizar o conhecimento produzido pelo órgão. A atribuição do ISBN busca tornar o conhecimento produzido no âmbito do CNJ visível e recuperável, uma vez que o ISBN simplifica a busca e a atualização bibliográfica.

Indicação Orçamentária:

A indicação orçamentária correrá por conta do Programa “Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativo”, cuja disponibilidade será informada posteriormente pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).

Análise de Risco:

RISCO 1:	Descentralização da solicitação de ISBN		
Probabilidade (Alta, média e Baixa)	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Médio	1	Falta de controle, gerado pela não regulamentação adequada das solicitações, podendo ocasionar em despesas desnecessárias.	Médio
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**
	Centralização da solicitação de ISBN no DPJ.		DPJ
RISCO 2:			
Probabilidade (Alta, média e Baixa	**Id**	**Dano**	**Impacto (Alto, Médio e Baixo)**
Id	**Ação de Mitigação e Contingência**		**Responsável**

Servidor responsável pelos Estudos Preliminares e pelo acompanhamento da entrega do material/execução do serviço:

Pâmela Tieme Barbosa Aoyama

Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA MOREIRA DE AZEVEDO SOARES**, **DIRETORA EXECUTIVA**, em 26/10/2020, às 21:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **0940339** e o código CRC **5E837234**.

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA (DOD) Nº 0941406 / DPJ

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

1 INFORMAÇÕES INICIAIS

Este formulário tem a finalidade de coletar e registrar as informações iniciais necessárias à solicitação de nova solução de software ou melhoria em solução existente.

A partir dessas informações serão realizados diversos trabalhos, tais como, análise de viabilidade técnica, estimativa de tempo, definição do tipo de solução mais apropriada ao atendimento da demanda e engenharia de valor (atribuição de uma nota à solicitação mediante critérios objetivos) por parte dos representantes do Comitê Gestor relacionado.

Dada a importância do adequado preenchimento das informações, seguem algumas recomendações:

1. Antes de iniciar o preenchimento, leia todo o formulário. Isso facilitará o seu trabalho e permitirá um melhor entendimento de quais informações devem ser fornecidas em cada item;
2. Seja preciso, claro, conciso e coeso em suas respostas;
3. Evite a utilização de termos técnicos. Se ainda assim forem necessários, inclua uma sucinta explicação;
4. As respostas devem ser adequadamente justificadas, quando for o caso, para maximizar seu entendimento e tornar a engenharia de valor mais precisa;
5. Os textos em azul, que acompanham algumas perguntas, contêm informações úteis e exemplos para o preenchimento da respectiva resposta.

O Departamento de Tecnologia da Informação está à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

2 IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

2.1 Título:

Atribuição de ISBN (International Standard Book Number) aos livros do CNJ já publicados e os que serão publicados no próximo ano.

2.2 Unidade Demandante:

Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário

2.3 Responsável pela Demanda:

Nome: Pâmela Tieme Barbosa Aoyama

Matrícula: 1644

Telefone: 2326-5277

E-mail: pamela.aoyama@cnj.jus.br

2.4 Sumário:

Atribuição de ISBN (International Standard Book Number) aos livros do CNJ já publicados e os que serão publicados no próximo ano.

3 CONTEXTO DE NEGÓCIO

3.1 Situação Atual:

O Conselho Nacional de Justiça publica diversas pesquisas e relatórios destinados ao conhecimento da função jurisdicional brasileira. E para a formalização da edição dessas publicações é necessária a atribuição do ISBN. Segundo o art. 6º, capítulo III, da Lei 10753/2003, "na editoração do livro, é obrigatória a adoção do Número Internacional Padronizado", sendo que o ISBN deve ser atribuído a publicações impressas, softwares e livros eletrônicos. O ISBN facilita o controle bibliográfico, pois simplifica a busca e a atualização bibliográfica.

3.2 Descrição da Oportunidade ou do Problema:

A atribuição de ISBN às publicações do CNJ busca formalizar o conhecimento produzido pelo órgão.

3.3 Objetivos da Solução Demandada:

A atribuição do ISBN busca tornar o conhecimento produzido no âmbito do CNJ visível e recuperável, uma vez que o ISBN simplifica a busca e a atualização bibliográfica.

3.4 Alinhamento Estratégico:

A solicitação alinha-se aos seguintes objetivos estratégicos:

I – aperfeiçoar a gestão das políticas judiciárias e demais instrumentos de governança do CNJ e do Poder Judiciário;

II – realizar e incentivar pesquisas, estudos e diagnósticos sobre o Poder Judiciário;

V – incentivar a disseminação de conhecimento e boas práticas no âmbito do Poder Judiciário;

VI – estimular a comunicação interna, a integração e a colaboração no CNJ e ampliar a divulgação externa das ações institucionais;

3.5 Processo de Trabalho:

Processo de trabalho é um conjunto de atividades coordenadas para realização de um determinado fim. Não confundir com procedimento de trabalho, que é a forma como um processo ou uma atividade é executada.

3.5.1 Qual é o processo de trabalho e respectivas atividades associadas à solução de software proposta? Se possível, incluir fluxogramas.

Não se aplica. A solução não é um software.

3.5.2 Há quanto tempo esse processo é executado no CNJ?

Selecione uma das opções seguintes:

[ ] Novo [ ] Menos de 3 meses [ ] De 3 meses a um ano [x] Acima de um ano

3.6 Alternativas da Solução Demandada:

Foram identificadas possíveis mudanças de procedimento de trabalho ou alternativas não baseadas em software que visam à solução do problema ou ao aproveitamento da oportunidade?

Não se aplica. A solução não é um software.

3.7 Há algum risco ou implicação em especial caso a solução não possa ser fornecida?

O risco é manter o processo de inclusão de ISBN nas publicações do CNJ de forma não sistemática e não oficial, fazendo com que suas publicações oficiais não fiquem registradas, o que dificulta o processo de busca e captura da informação pela sociedade.

4 CONTEXTO DA SOLUÇÃO: PERSPECTIVA DE VALOR

Não se aplica.

4.1 Ciclo de Vida da Solução.

1. Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade da solução?

[ ] Menos de 1 ano [ ] De 1 a 3 anos [x] Mais de 3 anos

1. Trata-se de uma solução com caráter definitivo ou temporário? Há algum fato já conhecido que poderá implicar a descontinuidade da solução ou a sua substituição?

A solução tem caráter definitivo.

4.2 Clientes que farão uso ou se beneficiarão da solução.

Unidades do CNJ que produzem de conhecimento, gestores das políticas judiciárias, tribunais, comunidade acadêmica e sociedade em geral.

4.2.1 Âmbito Interno:

Selecione uma das opções seguintes:

[ ] Até 1 Unidade [ ] 2 ou 3 Unidades [x] 4 ou mais Unidades do CNJ

Caso a sua demanda tenha impacto em mais de uma unidade, justifique a opção selecionada:

A solução beneficiará todas as unidade do CNJ que produzem conhecimento.

4.2.2 Âmbito Externo:

Selecione uma ou mais opções de classes de usuários seguintes:

[ ] Não se aplica

[x] Cidadãos, partes e representantes (advogado privado e público)

[ ] Órgãos associados (STF, AGU, PGR, TCU, etc.)

[ ] Tribunais associados

Justifique cada um dos itens marcados (exceto o item “Não se aplica”):

A sociedade em geral é beneficiada, uma vez que a atribuição de ISBN busca tornar o conhecimento mais visível e recuperável das informações produzidas pelo CNJ.

4.2.3 Conselheiros:

Para fins deste item, entende-se que Conselheiro é cliente ou beneficiário quando a solução: (1) possuir recursos diferenciados para Conselheiros; (2) for solicitada diretamente ou indiretamente por Conselheiro. Considerando essas informações, selecione uma das opções seguintes:

[x] Não se aplica [ ] 1 Conselheiro [ ] 2 ou 3 Conselheiros [ ] 4 ou mais Conselheiros

Caso a sua demanda tenha impacto em um ou mais Conselheiros, justifique a opção selecionada:

4.3 A solução está relacionada à padronização de processos de trabalho, atividades ou documentos?

Caso haja padronização, justifique a sua resposta para cada item afetado: processo de trabalho, atividade e documento. Considera-se processo de trabalho como algo constituído por um conjunto de atividades que devem ser executadas para produzir pelo menos um resultado identificável e utilizável. Atividade é uma etapa inserida em um processo de trabalho. Entende-se por documento, para fins deste formulário, quaisquer relatórios, gráficos e outros tipos de documentos, impressos ou em tela,

produzidos durante ou ao fim de um processo de trabalho.

As fichas catalográficas, que já são elaboradas em cada publicação, passará a constar o número ISBN correspondente.

4.4 Há processos de trabalho, atividades e documentos que serão simplificados ou eliminados com a entrega da solução?

Caso haja simplificação ou eliminação, justifique a sua resposta para cada item afetado: processo de trabalho, atividade e documento. Utilize os conceitos no item anterior.

Atualmente a cada solicitação de ISBN é feito um pedido à parte, que por seu baixo valor acaba sendo arcado financeiramente pelo próprio servidor ou magistrado que requereu. Por esse motivo, as publicações acabam por ficar sem o adequado registro.

Com a compra do lote do ISBN o CNJ passará a dispor de quantidade suficiente para retroagir ao passado e registrar oficialmente suas publicações, assim como, de forma simples e oficial, conceder novos números de ISBN para as publicações futuras.

4.5 Expectativa de entrega da solução.

Em até quanto tempo ou em até que data a solução demandada deveria ser implantada para não perder sua utilidade ou a oportunidade que se apresenta?

Não se aplica.

5 CONTEXTO DA SOLUÇÃO: PERSPECTIVA DE CUSTO

5.1 Há atividades ou ações que a futura solução dependa para que possa vir a ter efeito?

Exemplos:

- Aquisição de equipamentos ou materiais específicos;
- Contratação de serviços específicos;
- Edição de um ato normativo;
- Realização de treinamentos específicos (não se refere ao treinamento para utilização da própria solução).

Não foram identificadas atividades que a solução dependa para ter efeito. Entretanto, após a compra do lote de ISBN, será necessário estabelecer um procedimento interno formal tramitação interna e criação de SEI específico. Havendo necessidade, poderá ser editada uma instrução normativa para regulamentação da forma de solicitação.

6 CENÁRIOS DE USO DA SOLUÇÃO PROPOSTA

Título: solicitar ISBN. Cenários:

1. Preenchimento de formulário SEI específico com as informações da publicação;

2. Avaliação do requerimento pelas unidades responsáveis;

3. Inclusão na ficha catalográfica o número de registro do IBSN, conforme padrão adotado.

AOYAMA, **ANALISTA JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - BIBLIOTECONOMIA**, em 29/10/2020, às 14:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA MOREIRA DE AZEVEDO SOARES**, **DIRETORA EXECUTIVA**, em 29/10/2020, às 14:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **0941406** e o código CRC **2E85E6BB**.

LISTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ SEI nº 07418/2020

LISTA DE VERIFICAÇÃO - CONTRATAÇÃO DIRETA

Item	Questionário	SIM NÃO N/A	Folha
1	O processo administrativo foi devidamente autuado? Ref. art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da IN CNJ n. 82/2020	Sim	07418/2020
2	Consta a solicitação/requisição da alienação, da compra, serviço ou obra, elaborada pelo agente ou setor competente? Ref. Acórdão 254/2004-Segunda Câmara-TCU	Sim	0941406
3	Há justificativa fundamentada dos quantitativos (bens/serviços) requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do almoxarifado e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado da aquisição/contratação?	Sim	0940339
4	A unidade demandante justificou a necessidade do objeto da contratação direta? Ref. (art. 26, caput, Lei n° 8.666/93 e art. 2º, caput, e parágrafo único, VII, da Lei nº 9.784/99)	Sim	0940339 0997232

5	A justificativa contempla a caracterização da situação de dispensa (art. 17, art. 24 e seguintes da Lei 8.666/93) ou de inexigibilidade de licitação (art. 25, Lei 8.666/93), com os elementos necessários à respectiva configuração? Ref. (art. 26, caput, e parágrafo único, I, Lei n° 8.666/93).	Sim	0940339 0997232
6	O ordenador de despesa ratificou a necessidade da contratação?	Sim	0997232
7	Existe parecer técnico apto a justificar e/ou configurar a hipótese legal de contratação direta aplicável ao caso concreto? Ref. art. 38, inc. VI, da Lei nº 8.666/93	Ainda não	
8	No caso de aquisição de bens, consta documento contendo as especificações e a quantidade estimada do objeto, observadas as demais diretrizes do art. 15 da Lei 8.666/93?	É serviço, mas consta a quantidade de ISBN a ser adquirida	0940339 0997232
9	Existe declaração de exclusividade expedida pela entidade competente, no caso de inexigibilidade de licitação do art. 25, I, Lei 8.666/93?	Sim	1006624
10	A administração averiguou a veracidade do atestado de exclusividade apresentado nos termos do art. 25, I, da Lei n 8.666/93? Ref. Orientação Normativa AGU n° 16, de 1° de abril de 2009	É serviço, mas há demonstração de ser o único fornecedor	1006624 1008466
11	Em se tratando de contratação de obra ou serviço, há Projeto Básico? Ref. arts. 6°, IX, 7°, § 2°, I, e § 9°, Lei 8.666/93	Sim	0997232
12	No caso do item anterior, consta a aprovação motivada do Projeto Básico pela autoridade competente? Ref. art. 7º, § 2º, I da Lei nº 8.666/93	Sim	1001517
	Para contratação de obras ou serviços, foi		

13	elaborado, se for o caso, o projeto executivo (art. 6°, X e 7° II e § 9°, Lei n° 8.666/93), ou autorizado que seja realizado concomitantemente com a sua execução (art. 7°, §§ 1° e 9°, Lei 8.666/93)?	N/A	
14	Em sendo objeto da contratação direta, obra ou serviço, existe orçamento detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação (art. 7º, § 2º, II e art. 15, XII, "a", IN/SLTI 02/2008), assim como a respectiva pesquisa de preços realizada (art. 43, IV da Lei nº 8.666/93 e art. 15, XII, "b", IN/SLTI 02/2008 e IN/SLTI 05/2014)?	Sim	1006622 1008466
15	No caso de compra de bens, foi realizada pesquisa de preços e elaborado Mapa Comparativo? Ref. art. 15, III da Lei nº 8.666/93 e Portaria CNJ DG n. 283/2014	Sim, apesar de ser um serviço	1006622 1008466
16	A unidade demandante avaliou o Mapa Comparativo de Preços e atestou a compatibilidade do preço cotado com aquele praticado no mercado do ramo do objeto a ser contratado?	Sim	1007119

17	A obtenção de menos de três propostas de potenciais fornecedores (diferentes entre si) e/ou a formação de mapa comparativo com os preços propostos por menos de três potenciais fornecedores (diferentes entre si) está devidamente justificada? Ref. Portaria CNJ DG n. 283/2014 e art. 2º, § 5º da IN/SLTI 05/2014)	N/A	
18	Existe justificativa quanto à aceitação do preço ofertado pela futura contratada? Ref. parágrafo único, III, art. 26, Lei n° 8.666/93	Sim	1007119
19	Foram indicadas as razões de escolha do adquirente do bem, do executante da obra, do prestador do serviço ou do fornecedor do bem?	Sim	0940339 0997232

	Ref. parágrafo único, II, art. 26, Lei 8.666/93		
20	Em face do valor do objeto, as participantes são microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas? Ref. art. 47, 48, I e 49, IV da LC nº 123/06, art. 6º do Decreto nº 8.538/15 e art. 34 da Lei nº 11.488/07.	N/A	
21	Incide uma das exceções previstas no art. 10 do Decreto nº 8.538/15, devidamente justificada, a afastar a exclusividade?	N/A	
22	Foram observadas normas que dispõem sobre a margem de preferência? Ref. Decretos n. 7546/2011 e 8538/2015 e outros.	N/A	
23	Há previsão de recursos orçamentários, com indicação das respectivas rubricas? Ref. arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei nº 8.666/93.	Sim	1008332
24	Os autos do processo contêm documento com a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa? Ref. art. 16, inc. I da LC n. 101/2000	NA	
25	Os autos do processo contêm a declaração, prestada pelo ordenador de despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias? Lei Complementar n. 101/2000, artigo 16, II.	N/A	
26	Constam dos autos documentos que comprovem a regularidade da futura contratada junto à Fazenda Pública, INSS, FGTS, Justiça do Trabalho, bem como foi colhida declaração de cumprimento aos termos da Lei 9.854/99?	Sim	1006626 1006630 1006633
27	Foram consultados SICAF, CADIN, CEIS, lista de inidôneos do TCU e verificada eventual proibição para contratar com a Administração?	Somente o SICAF	1006626 1006630 1006633

28	A contratação direta foi autorizada motivadamente pela autoridade competente? Ref. art. 50, IV, Lei n° 9.784/99	Ainda não	
29	Foi juntada a minuta de termo de contrato? A não juntada da minuta de termo de contrato foi justificada?	Não	

Documento assinado eletronicamente por **RODOLPHO DOS SANTOS ARPON MARANDINO**, **TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 05/01/2021, às 18:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1012972** e o código CRC **15EE437F**.

PARECER - AJU

PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ SEI nº 07418/2020

Ementa: Contratação para fornecimento de International Standard Book Number (IBSN) às publicações do CNJ. Câmara Brasileira do Livro (CBL). Inexigibilidade de licitação. Fornecedor exclusivo. Análise e chancela.

Senhora Assessora-Chefe,

Vieram os autos à Assessoria Jurídica, mediante o Despacho SAD nº 1008566, em atendimento ao parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993, para análise jurídica da contratação da Câmara Brasileira do Livro (CBL), objetivando o fornecimento de International Standard Book Number (IBSN) às publicações deste Conselho, mediante inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, caput da mencionada Lei nº 8.666/1993.

2. Para tanto, os autos foram instruídos com os principais documentos e informações necessários à regular formação do procedimento de inexigibilidade, que são a seguir mencionados:

I – Documento de Oficialização de Demanda (DOD) nº 117 (arquivo SEI 0941406);

II – Estudos Preliminares (arquivo SEI 0940339);

III – Projeto Básico (arquivo SEI 0997232), elaborado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), unidade técnica demandante da contratação;

IV – Proposta de preço e mapa comparativo de preços (arquivos SEI 1006614 e 1006622), devidamente ratificados pela unidade demandante (arquivo SEI 1007119);

V – Classificação da despesa e indicação da disponibilidade orçamentária (arquivos SEI 1007781 e 0897565); e

VI – Declaração do SICAF e demais certidões visando atestar a capacidade da referida associação privada em contratar com a Administração (arquivos SEI 1006626, 1006630 e 1006633).

3. O DOD (arquivo SEI 0941406) e os Estudos Preliminares (arquivo SEI 0940339) foram aprovados pelo Sr. Secretário de Administração por meio dos Despachos SAD nº 0978966 e nº 0980615, com fundamento na Portaria DG CNJ nº 411, de 30 de novembro de 2018. Já o Projeto Básico foi aprovado pelo Sr. Secretário de Administração por meio do Despacho SAD nº 1001517, nos termos do inciso I do § 2º e § 9º do art. 7º da Lei nº 8.666/1993.

4. Conforme consta do Despacho SAD nº 1008566, após narrativa da instrução processual, foi solicitada a análise jurídica do procedimento tendente à contratação.

É o relatório.

ANÁLISE

5. Precede esta análise a averiguação do atendimento aos requisitos elencados na lista de verificação constante do arquivo SEI nº 1012972.

6.Ademais, destaca-se que a análise em cursose limita aos aspectos estritamente jurídicos e de regularidade procedimental da matéria proposta, abstendo-se quanto ao exercício da discricionariedade administrativa das demais unidades e dos gestores do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

7. O art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, determinou a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra, ao ressalvar os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, especificados na legislação.

8. O objeto da contratação, por ser serviço que somente pode ser disponibilizado por fornecedor único, encontra guarida legal no *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/1993. Isso se dá pois, conformeconsta do manual de compras diretas do Tribunal de Contas da União (TCU), a principal característica a ser observada é a inviabilidade de competição, que impossibilita a realização de certame licitatório:

> c) Caracterização da inexigibilidade
>
> No art. 25, caput, é prevista a inexigibilidade de licitação, tendo como principal característica a inviabilidade de competição, o que torna inviável a realização de certame licitatório. Em complemento à regra prevista no caput do artigo, a norma apresenta em seus incisos três situações em que se caracterizaria a inexigibilidade.
>
> (...)
>
> Portanto, o requisito principal da inexigibilidade está no caput do artigo, sendo os seus incisos hipóteses meramente exemplificativas.
>
> (...)
>
> No inciso I, caso em que a licitação é inexigível pela existência de fornecedor exclusivo, é necessária a sua comprovação por meio de carta de exclusividade fornecida pela junta comercial ou registro de propriedade intelectual (INPI) ou pelo Sindicato ou entidade semelhante que represente as empresas do ramo. Em casos específicos, em que não for possível a emissão da referida carta, deve o gestor apresentar, documentalmente, todos os elementos suficientes à caracterização da inviabilidade de competição, sendo a inexigibilidade fundamentada na regra do caput do artigo.

9. Ainda nessa seara, cumpre trazer excerto do Acórdão nº 1.096/2007 - Plenário, exarado pelo TCU, *in verbis*:

> Abstenha-se de realizar a contratação de serviços com fundamento no inciso I do art. 25 da Lei no 8.666/1993, já que este dispositivo e especifico para a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo. Contrate serviços diretamente, por inexigibilidade de licitação, somente quando restar comprovada a inviabilidade de competição, em consonância com o disposto nos arts. 25 e 26 da Lei no 8.666/1993.

10. No caso em tela, a inexigibilidade se baseia no fato de a CBL ser a agência da ISBN no Brasil, sendo a única pessoa jurídica responsável por realizar os serviços de International Standard Book Number (IBSN), inviabilizando procedimento competitivo.

11. A contratação pretendida atende a objetivos estratégicos traçados nos incisos I, II, V e VI, do §1º do art. 2º da Portaria CNJ nº 167 de 15 de dezembro de 2015, conforme consignado no DOD (arquivo SEI 0941406), tendo sido incluída no Plano de Anual de Contratações por meio da autorização contida no Despacho DG nº 0978734.

12. No que se refere ao cumprimento dos requisitos elencados nos incisos do art. 26 da Lei nº 8.666/1993, observa-se da instrução processual que foi justificada a razão da escolha do fornecedor (arquivos SEI 0940339, 0997232, 1006624, 1007119 e 1008466), bem como a adequação dos valores a serem despendidos para a obtenção do objeto pretendido (arquivos SEI 1006614, 1006622 e 1007119).

13. Não custa salientar que, conforme preconizado no *caput* do art. 26 da Lei nº 8.666/1993, as situações de inexigibilidade deverão ser comunicadas, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

14. No que tange à regularidade da pessoa jurídica a ser contratada, consta dos autos documentação visando atestar a sua higidez (arquivos SEI 1006626, 1006630 e 1006633). Ainda que as certidões estivessem válidas no momento da consulta, algumas já se encontram vencidas, recomendando-se proceder à nova consulta, previamente à formalização da contratação, para que se efetivamente ateste a aptidão da Associação para contratar coma Administração.

15. É necessária, ainda, a juntada das certidões referentes às consultas encetadas no cadastro de licitantes inidôneos, do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), do portal da transparência, e no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados (CADIN), do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo federal (SIAFI).

16. Em que pese à menção contida no item 5.2 do Projeto Básico (arquivo SEI 0997232), não foram acostados aos autos os atos constitutivos da pessoa jurídica que se visa contratar, restando essencial sua juntada.

17. No que concerne à necessidade do instrumento de Contrato, apesar de não constar do processo a justificativa para sua substituição, o conteúdo do art. 62 da Lei nº 8.666/1993 alberga a escolha de documento diverso, desde que cumpridos os requisitos insculpidos no art. 55 do mesmo diploma legal.

18. Ocorre que consta do Projeto Básico (arquivo SEI 0997232), mais

precisamente do item 12, que a aquisição terá vigência de 12 (doze) meses, em aparente contraponto ao que dispõe o item 9 do mesmo documento, que prevê o recebimento definitivo do objeto em até 15 (quinze) dias úteis após a emissão da nota de empenho.

19. Desta maneira, deve-se explanar pela unidade responsável se, da contratação, resultarão obrigações futuras que exijam a elaboração de instrumento contratual, ou se a vigência do instrumento a ser firmado se aterá ao prazo do recebimento definitivo do objeto, já que a vigência deve abranger o prazo necessário para a execução, recebimento e pagamento do objeto.

20. Ainda, no que se refere às penalidades aplicáveis constantes do item 11 do Projeto Básico (arquivo SEI 0997232), por tratar-se de hipótese de inexigibilidade, fundamentada nos ditames da Lei nº 8.666/1993, recomenda-se a limitação do *quantum* sancionatório aos patamares constantes do art. 87 daquele diploma legal.

21. Conforme consta do item 5 do Despacho SAD nº 1008566, redigido em decorrência do teor do Despacho SEPOR nº 1008332, deverá ser realizado o ajuste da programação orçamentária, uma vez que não consta na captação de demandas previsão de recursos para a despesa.

CONCLUSÃO

22. Ante o exposto, **ressalvadas as observações e recomendações contidas nos itens de 13 a 16 e de 18 a 20** do presente opinativo, esta Assessoria Jurídica opina pela legalidade da contratação direta da Câmara Brasileira do Livro (CBL), por inexigibilidade de licitação, com fulcro no *caput* do art. 25, da Lei nº 8.666/1993.

É o parecer.

Brasília, 4 de janeiro de 2020.

Rodolpho dos Santos Arpon Marandino

Assessor Jurídico

Senhor Secretário de Administração,

Estou de acordo com o parecer acima. Seguem os autos para as providências subsequentes.

Brasília, 4 de janeiro de 2020.

Luciana Cristina Gomes Coêlho Matias

Assessora-Chefe

AJU/DG/CNJ

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COÊLHO MATIAS**, **ASSESSOR-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 05/01/2021, às 15:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **RODOLPHO DOS SANTOS ARPON MARANDINO**, **TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 05/01/2021, às 18:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1012974** e o código CRC **088EBE7E**.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **CAMARA BRASILEIRA DO LIVRO**

CPF/CNPJ: **60.792.942/0001-81**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:47:22 do dia 14/01/2021, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: EZLE140121094722

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 60.792.942/0001-81

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº	20110065360-90
Data e hora da emissão	10/11/2020 14:23:22
Validade	6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CAMARA BRASILEIRA DO LIVRO
CNPJ: 60.792.942/0001-81

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 22:58:19 do dia 16/12/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 14/06/2021.
Código de controle da certidão: **8D64.EC9E.F709.AF3A**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Certidões Negativas - Federal (1018490) SEI 07418/2020 / pg. 21

PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 1071551 - 2020

CPF/CNPJ Raiz: 60.792.942/
Contribuinte: CAMARA BRASILEIRA DO LIVRO

Liberação: 30/11/2020
Validade: 28/02/2021

Tributos Abrangidos:
Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 1.094.417-6- Inicio atv :20/09/1946 (R CRISTIANO VIANA, 00091 - CEP: 05411-000)
CCM 3.673.280-0- Inicio atv :03/08/2007 (AV IPIRANGA, 01267 - CEP: 01039-000)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/.
Qualquer rasura invalidará este documento.

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019.

Certidão emitida às 14:39:14 horas do dia 30/11/2020 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: E7EE1328

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

	TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

1. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO

1.1 Necessidade (demanda) a ser atendida:

Atribuição de ISBN (International Standard Book Number) aos livros do CNJ já publicados e os que serão publicados no próximo ano.

1.2 Indique as partes interessadas

Unidades do CNJ que produzem conhecimento, gestores das políticas judiciárias, tribunais, comunidade acadêmica e sociedade em geral.

1.3 Indique os resultados esperados da aquisição

Formalização das obras publicadas e produzidas pelo CNJ.

1.4 Justificativa da contratação

O Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), no desenvolvimento dos objetivos estabelecidos na Lei nº 11.364/2006, publica pesquisas e relatórios destinados ao conhecimento da função jurisdicional brasileira.

Para a formalização dessas publicações é necessária a atribuição do número ISBN. Segundo o art. 6º, capítulo III, da Lei 10753/2003, “na editoração do livro, é obrigatória a adoção do Número Internacional Padronizado”, sendo que o ISBN deve ser atribuído a publicações impressas, softwares e livros eletrônicos.

O ISBN (International Standard Book Number) é um sistema internacional padronizado que identifica numericamente os livros segundo o título, o autor, o país, a editora, individualizando-os inclusive por edição. Utilizado também para identificar software, seu sistema numérico é convertido em código de barras, o que elimina barreiras linguísticas e facilita a circulação e comercialização das obras.

A contratação tem conexão direta com o objetivo estratégico de: Realizar e incentivar pesquisas, estudos e diagnósticos sobre o Poder Judiciário, conforme art. 2º, §1 º, II da Portaria CNJ nº 167/2015.

2. OBJETO

2.1 Definição do Produto / Serviço a ser contratado

Fornecimento de ISBN às publicações do CNJ.

2.2 Especificação do Produto / Serviço a ser contratado

Compra de 500 ISBN para as obras já publicadas pelo CNJ e as previstas para o próximo ano.

2.3 Sujeição às normas técnicas

ABNT NBR ISO 2108/2006.

2.4 Critérios de sustentabilidade

A Contratada deverá observar, no que cabível, a Portaria CNJ nº 18/2020, que instituiu o Código de Conduta dos Fornecedores de Bens e Serviços ao CNJ.

2.5 Em caso de posto de trabalho:

Não se aplica.

2.6 Em caso de produtos/serviços

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE UNIT.	QTDE. TOTAL
1	International Standart Book Number (ISBN)	Produto	1 por publicação	1	500

2.7 Métricas utilizadas

Trata-se de produto adquirido por unidade, cujo pagamento se dará em virtude da quantidade a ser adquirida.

2.8 Necessidade de Agrupamento de Itens

Não se aplica.

2.9 Serviços prestados de forma contínua ou não contínua

Serviço de natureza não-continuada, visto que sua interrupção não compromete a prestação do serviço público e o cumprimento da missão institucional do Conselho Nacional de Justiça.

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Sugere-se usar a seguinte tabela, se oportuno.

Etapa	Descrição	Prazo	Atores	Artefato
1	Solicitação de ISBN	5 dias úteis	DPJ	ISBN

3.1 Local e Horário

Não se aplica, a solução é entregue de forma digital.

3.2 Dias e Horários do Funcionamento do CNJ

Local: SAF Sul, Quadra 2, lotes 5/6, CEP: 70070-600

Horário de funcionamento: 12h às 19h.

3.3 Frequência e periodicidade da prestação dos serviços;

Não se aplica.

3.4 Ordem de Execução

Os produtos são requisitados por meio do sistema *online* da Câmara Brasileira do Livro, com o cadastro do CNJ como editor.

4. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

Trata-se de objeto fornecido por apenas um fornecedor, o que torna a licitação inexigível, por inviabilidade da competição, conforme art. 25, caput da Lei nº 8.666/93.

5. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

Informar se haverá a necessidade de exigência de documentos específicos de conhecimento relativos à qualificação técnica, jurídica e à qualificação econômico-financeira.

5.1) Qualificação técnica

Não será exigida qualificação técnica para essa contratação.

5.2) Qualificação jurídica

a) registro comercial, no caso de empresário individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

5.3) Qualificação econômica e financeira

a) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Economia;

b) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da licitante;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

d) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;

e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

f) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

6. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

Não se aplica, a modalidade será por inexigibilidade.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Fornecer o ISBN conforme especificações, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas neste Projeto Básico;

7.2. Comunicar formal e imediatamente ao Gestor ou Responsável Técnico do CNJ

sobre mudança ou atualização que houver;

7.3. Comunicar ao Gestor ou Responsável Técnico do CNJ, formal e imediatamente, todas as ocorrências anormais e/ou que possam comprometer a execução do objeto;

7.4. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CNJ ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

7.5. A contratada deverá manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas durante a execução do contrato, conforme disciplina o art. 55, XIII da lei 8666/93;

7.6. A CONTRATADA deverá declarar, no ato da assinatura do contrato, ciência do Código de Conduta para fornecedores de bens e serviços do Conselho Nacional de Justiça, por meio do Termo de Responsabilidade e compromisso com o Código de Conduta dos Fornecedores, instituído pela Portaria nº 18, de 31 de janeiro de 2020", conforme Anexo A.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento à Contratada, após o recebimento dos ISBN;

8.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Projeto Básico, por meio de servidor(es) designado(s), de modo a garantir o fiel cumprimento do mesmo;

8.3. Manter arquivo, junto ao processo administrativo ao qual está vinculado o presente Projeto Básico, toda a documentação referente ao mesmo;

8.4. Aplicar as sanções conforme previsto no contrato, assegurando à Contratada o contraditório e ampla defesa.

8.5. Prestar, por meio de seu Gestor do Contrato, as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

8.6. Registrar os incidentes e problemas ocorridos durante a execução do Contrato;

8.7. Comunicar oficialmente à Contratada sobre quaisquer falhas verificadas na fiscalização do cumprimento do contrato;

8.8. Efetuar o pagamento devido pela execução do objeto do contrato dentro do prazo estipulado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;

8.9. Exercer permanente fiscalização na execução do contrato, registrando ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado e determinando as medidas necessárias à regularização dos problemas observados;

8.10. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais.

9. RECEBIMENTO DO OBJETO

Não se aplica a figura do recebimento provisório, uma vez que o valor é menor que o previsto no art. 23, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e não se trata de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionalidade e de produtividade.

O recebimento do objeto se dará em até 15 (quinze) dias úteis após a emissão da Nota de Empenho.

10. PAGAMENTO DO OBJETO

O pagamento será efetuado em parcela única pelo Contratante mediante crédito em conta corrente da Contratada, por ordem bancária, no prazo de 5 (cinco) dias úteis conforme disposto no artigo 5º, § 3º da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

a) Apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da Certidão Negativa de Débito – CND, comprovando regularidade com o INSS; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS; da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da

Receita Federal; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho; e da prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do Fornecedor; e

b) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido o Fornecedor.

11. PENALIDADES APLICÁVEIS

11.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a instituição contratada ficará sujeita, nos casos de inexecução parcial ou total da obrigação ou de atraso injustificado, assim considerados pela Administração, às seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e assegurados o contraditório e ampla defesa:

a) Advertência;

b) Multa de:

b.1) 0,2% (dois décimos por cento) por dia ou fração sobre o valor do pedido, limitado a 30 (trinta) dias, no caso de atraso injustificado na entrega.

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor do pedido, no caso de atraso injustificado na entrega do produto por prazo superior ao estabelecido na alínea b.1;

b.3) no caso de atraso injustificado na entrega do produto por prazo superior ao estabelecido na alínea b.1, com a não aceitação do objeto da fase pelo CNJ, será aplicada a penalidade prevista na alínea b.6;

b.4) 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento de quaisquer outras obrigações previstas no contrato que não tenham sido objeto de previsão específica. A penalidade será aplicada a partir do segundo registro do acontecimento de mesma natureza, pelo CONTRATANTE, por ocorrência ou por dia, conforme o caso;

b.5) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, nos casos em que se configure inexecução parcial do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença; e

b.6) 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, nos casos em que se configure inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

11.2) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o CNJ pelo prazo de até dois anos; e

11.3) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 11.2.

12. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

Este contrato encerra-se com o recebimento definitivo do objeto.

13. GARANTIA DO CONTRATO

Não há necessidade de exigir garantia contratual.

14. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O CNJ indicará gestor e gestor substituto para acompanhar a execução da contratação, fiscalizando e intervindo, a fim de garantir o exato cumprimento das obrigações assumidas.

15. ESTUDO PRELIMINAR

Anexo no Processo Sei nº. 07418/2020.

ANEXO A

TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, neste ato representando o(a)_____, inscrito(a) no CNPJ nº_____, declaro: Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça"; Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível; Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais). Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

_____, _____ de _____ de _____

Documento assinado eletronicamente por **PÂMELA TIEME BARBOSA AOYAMA**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - BIBLIOTECONOMIA**, em 19/01/2021, às 19:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1018506** e o código CRC **F8FFB93D**.

DESPACHO

À Diretoria-Geral,

Trata-se de processo administrativo que tem por objeto a contratação, por meio de inexigibilidade de licitação, da Câmara Brasileira do Livro (CBL) para o fornecimento de ISBN às publicações do CNJ.

Inicialmente, destaco que o Documento de Oficialização de Demanda (DOD) 117 - 0941406 e os Estudos Preliminares 0940339 se encontram devidamente aprovados pela Secretaria de Administração, conforme Despachos SAD 0978966 e 0980615.

Considerando as recomendações da Assessoria Jurídica, através do Parecer AJU 1012974, o Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) juntou aos autos nova versão do Projeto Básico (1018506). Dessa forma, considerando que a unidade atendeu plenamente as orientações da AJU no que se refere: 1) à juntada aos autos dos atos constitutivos da pessoa jurídica, conforme documento SEI n. 1018497; 2) à manifestação da unidade quanto à inexistência de obrigações futuras, conforme Despacho DPJ 1020165, e ao ajuste do item 12; 3) ao ajuste do item 11, quanto às penalidades aplicáveis e, por fim, 4) à manifestação quanto ao ajuste orçamentário, através do Despacho DPJ 1029924, com fundamento no inciso II da Portaria DG nº 411 de 30 de novembro de 2018, a qual delega competências para a Secretaria de Administração, **aprovo** o Projeto Básico de n. 1018506.

Prosseguindo a instrução dos autos, a Seção de Compras verificou a compatibilidade do preço da proposta da empresa CAMARA BRASILEIRA DO LIVRO em outros contratos firmados com a Administração Pública, a qual resultou no Mapa Comparativo de Preços 1006624, cujos procedimentos percorridos para sua elaboração constam delineados no Despacho SECOM 1008466.

Para comprovar a exclusividade do fornecimento do objeto pela empresa CAMARA BRASILEIRA DO LIVRO**,** foi juntada aos autos a Carta de Exclusividade 1006624.

Posteriormente, a Assessoria Jurídica emitiu o Parecer AJU 1012974, que se manifestou pela legalidade da contratação direta da empresa CAMARA BRASILEIRA DO LIVRO, por inexigibilidade de licitação. Ressalto o atendimento da recomendação exposta no parágrafo 15 do mencionado expediente através da consulta ao CADIN (1031907) e CEIS (1031895) e as demais conforme exposto no terceiro parágrafo desse expediente.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamentos e Finanças (SOF) fizeram constar dos autos a classificação da despesa (1007781) e a disponibilidade orçamentária (Despacho SEPOR 1008332 c/c Despacho DPJ 1029924).

Os documentos que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista

da empresa para contratar com a Administração constam do SICAF 1031882.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação SAD 1031613, os requisitos para a declaração de inexigibilidade de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos.

Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no *caput* do artigo 25 da Lei nº 8.666/93, que preceitua:

> *Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*
>
> *(...)*

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" base da Portaria n. 112/2010, de 04/06/2010 e no *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/93, **declaro a inexigibilidade de licitação** para contratar a empresa CAMARA BRASILEIRA DO LIVRO, CNPJ nº 60.792.942/0001-81, no valor total de **R$ 11.000,00 (onze mil reais)**, com vistas à contratação da Câmara Brasileira do Livro (CBL) para o fornecimento de ISBN às publicações do CNJ.

Dessa forma, nos termos do artigo 26 da Lei n. 8.666/1993, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a inexigibilidade de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, como condição de eficácia do ato, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão de Nota de Empenho.

Silvia Maria Guapindaia Peixoto
Secretária de Administração Substituta

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO**, **SECRETÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 08/02/2021, às 18:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1031924** e o código CRC **D7925592**.

Data e hora da consulta: 09/02/2021 14:44
Usuário: 51228335168

Nota de Empenho

UG Emitente	Nome da UG Emitente	Moeda
40003	CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	REAL - (R$)

Ano	Tipo	Número
2021	NE	151

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167507	0100000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
09/02/2021	Global	07418/2020	-	11.000,00

Favorecido	Nome do Favorecido
60792942000181	CAMARA BRASILEIRA DO LIVRO

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
96	INEXIGIBILIDADE	LEI 8.666 / 1993	25	-	-	-

Descrição

07418/2020. Compra de 500 ISBN (International Standard Book Number) para as obras já publicadas pelo CNJ e as previstas para o próximo ano.
Conforme Despacho DG 1032184.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
000	09/02/2021 14:43:43	Inclusão

Data e hora da consulta: 09/02/2021 14:44
Usuário: 51228335168

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	11.000,00

Subelemento 63 - SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Compra de 500 ISBN (International Standard Book Number) para as obras já publicadas pelo CNJ e as previstas para o próximo ano. Demais condições conforme Projeto Básico (1018506).	11.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
09/02/2021	Inclusão	1,00000	11.000,0000	11.000,00

Versão	Data/Hora	Operação
000	09/02/2021 14:43:43	Inclusão

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PORTARIA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO N. 6 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre designação de gestores do objeto da Nota de Empenho n. 2021NE000151.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, com fundamento na Portaria n. 411 de 30 de novembro de 2018, e tendo em vista o que consta do Processo n. 07418/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **Pâmela Tieme Barbosa Aoyama**, matrícula n. 1644, e a servidora **Renata Lima Guedes**, matrícula n. 2035, como gestora e gestora substituta, respectivamente, da Nota de Empenho n. 2021NE000151, emitida em favor da empresa CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO (CNPJ nº 60.792.942/0001-81), tendo por objeto o fornecimento de ISBN às publicações do CNJ.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Getúlio Vaz
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 12/02/2021, às 15:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1034987** e o código CRC **7397FD7D**.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**60.792.942/0001-81**	DUNS®:	**901327614**
Razão Social:	**CAMARA BRASILEIRA DO LIVRO**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**26/04/2021**
Natureza Jurídica:	**ASSOCIAÇÃO PRIVADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**14/06/2021**
FGTS		Validade:	**11/03/2021**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**26/07/2021**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**10/05/2021**
Receita Municipal	Validade:	**28/02/2021**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2021**



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a contratação do serviço de inspeção da fachada do edifício da 514N por engenheiro especialista em patologias de revestimentos.

2. Conforme exposto no Projeto Básico 1191775, a necessidade do objeto foi ocasionada pela queda espontânea de duas placas de mármore no dia 13/09/2021.

3. Aprovados os Estudos Preliminares (1189618) e o Projeto Básico (1191775), a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços (1192002), o qual foi ratificado pela unidade demandante (Despacho SEEMP 1192118). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1194573, constatou-se que o valor ofertado pela empresa está em conformidade com o preço praticado em outros contratos.

4. Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (1192964) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1193856). As certidões que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista da empresa NDTEC - ENGENHARIA LTDA, para contratar com a Administração, constam nos arquivos 1201227, 1201230, 1201240, 1201242, 1201244 e 1201245.

5. Os autos foram então encaminhados à Assessoria Jurídica para análise jurídica quanto à possibilidade de contratar, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no Art. 25, II, da Lei nº 8.666/93 a citada empresa. Em resposta, aquela unidade jurídica informou que não há óbice jurídico à contratação direta da empresa NDTEC Engenharia e Consultoria Ltda ME, embasada no art. 25, II da Lei nº 8.666/1993, desde que cumpridos todos os requisitos elencados na norma para tal, conforme descrito no Parecer AJU 1200237:

> (...)
>
> **16.** Cotejando-se os elementos trazidos aos autos com os entendimentos esposados e a base legal exposta, é possível constatar que **quase** todos os requisitos autorizadores da contratação direta do objeto almejado, por inexigibilidade de licitação, estão presentes.
>
> (...)
>
> **16.3.** Por derradeiro, no atinente à caracterização da singularidade do serviço, parece **carecer os autos de justificativa hábil a atestar que o serviço a ser prestado apresente alguma singularidade**, ou seja, que apresente alguma característica que inviabilize a

competição entre os diversos profissionais técnicos especializados que atuem na área.

(...)

16.3.6. É certo que o enquadramento de um serviço como sendo singular, e a consequente justificativa a ser trazida aos autos, contem cunho eminentemente técnico, razão pela qual **recomenda-se à unidade demandante que analise detidamente os aspectos da contratação e do serviço proposto, a fim de determinar se tal serviço pode, ou não, ser considerado singular. Caso a resposta seja afirmativa, cumpre carrear aos autos a justificativa técnica que ensejou tal entendimento, momento no qual restará juridicamente viável a contratação pretendida com base no art. 25, II, da Lei nº 8.666/1993.** [grifo nosso]

6. Em atenção às observações transcritas, a Seção de Engenharia e Manutenção Predial se expressou nos seguintes termos (Despacho SEEMP 1200842):

2. Em atenção aos §§ 16.3 e 16.3.1 a 16.3.6 do Parecer AJU 1200237, apresenta-se a seguir as justificativas acerca da singularidade do objeto a ser contratado.

3. A inspeção da fachada do edifício da 514N é singular devido à complexidade e especificidade do serviço a ser prestado. Conforme consta do item 2.2 do Projeto Básico 1191775, a emissão do mapa de danos, do relatório técnico e da planilha orçamentária deverão necessariamente serem precedidos dos seguintes serviços:

- ensaio de percussão em 100% da fachada, por meio de cadeiras suspensas (balancins), para identificação das regiões com falha de aderência;

- uso de termografia de infravermelho para verificar possíveis defeitos ocultos;

- determinação da resistência de aderência a tração, com o arranque de peças aparentemente firmes para atestar a confiabilidade da argamassa de assentamento.

4. Assim, este Conselho intenciona contratar serviço de grau de complexidade e especificidade superior, utilizando-se de técnicas avançadas de engenharia para a identificação de vícios ocultos na fachada, cujas peças de mármore encontram-se assentadas há mais de 46 anos.

5. Diferentemente do exemplo mencionado no §26 do Parecer AJU 1200237, em que o Departamento de Polícia Federal da Superintendência Regional do Rio Grande do Sul contratou a elaboração de laudo técnico lastreado apenas em inspeção visual (possivelmente porque naquele caso o vício pudesse ser facilmente observável, a exemplo de uma trinca em alvenaria).

6. Corrobora com essa percepção o fato de que o Projeto Básico da contratação daquele órgão menciona explicitamente a "identificação de anomalias aparentes a olho nú", conforme item 5.2 transcrito a seguir:

> 5.2 O nível de inspeção para a realização do presente Laudo de Inspeção Predial é o NÍVEL DE RIGOR 1 (IBAPE SP), definido como “vistoria para a identificação de anomalias aparente **a olho nú**, sem equipamentos especiais e elaborado por profissional de uma especialidade, contendo indicações de orientação técnica pertinentes" [grifo nosso]

7. O documento segue excluindo taxativamente o uso de qualquer método invasivo para a identificação das anomalias e falhas, conforme item 7.2 transcrito a seguir:

> 7.2 As manifestações patológicas encontradas no sistema de fachadas do Edifício Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal/RS deverão ser constatadas por vistoria a olho nú e digitalização de imagens, **não** se procedendo o uso de métodos invasivos, de testes de laboratórios ou mapeamento com a utilização de equipamentos (balancins) para testes a percussão com martelo de borracha. [grifo nosso]

> 8. Portanto, a citada contratação do Departamento de Polícia Federal não resguarda similaridade com a contratação almejada por este órgão, pois a mera inspeção visual, no caso deste Conselho, não será capaz de identificar eventual degradação existente atrás das peças de mármore da fachada.
>
> 9. Diante do exposto, reitera-se o enquadramento já posto em relação à contratação em epígrafe, justificando-se a singularidade do objeto a ser contratado pela aplicação de técnicas avançadas de engenharia para a identificação de vícios ocultos na fachada do edifício da 514N, cujas peças de mármore encontram-se assentadas há mais quatro décadas.

7. Dessa forma, considerando que a Seção de Engenharia e Manutenção Predial é a unidade técnica competente para análise das particularidades relacionadas ao objeto, as justificativas apresentadas, as orientações prestadas pela Assessoria Jurídica e os documentos juntados aos autos, entendo que resta caracterizada a singularidade do objeto a ser contratado.

8. Ademais, em relação a inclusão do objeto no Plano Anual de Aquisições de 2021, embora a unidade demandante tenha realizado o pedido (Despacho SEEMP 1186574), não houve deliberação dessa Diretoria-Geral acerca da solicitação. Dessa forma, com vistas ao saneamento processual e atendimento às disposições da Instrução Normativa n. 82/2020, solicitamos a análise e, se estiver de acordo, autorização para inclusão do objeto no referido controle.

9. Posto isso, consoante demonstrado na Lista de Verificação 1201253, os requisitos para a declaração de dispensa de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 25 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
>
> (...)
>
> II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

10. Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no inciso II do art. 25 da Lei n. 8.666/93, declaro a inexigibilidade de licitação para contratar a empresa NDTEC - ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 24.552.510/0001-30 no valor de R$ 22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais), com vistas à inspeção da fachada do edifício da 514N por engenheiro especialista em patologias de revestimentos.

11. Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a dispensa de licitação;

b) aprovar a despesa;

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada; e

d) autorizar a inclusão do objeto no Plano Anual de Aquisições.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Respeitosamente,

À Seção de Engenharia e Manutenção Predial

Em atenção ao exposto no item 16.2.1 do Parecer AJU 1200237, encaminho os autos para ciência da recomendação e para, caso haja a ratificação da declaração de inexigibilidade pela Diretoria-Geral, durante a execução dos serviços, observar a respectiva instrução.

Atenciosamente,

SÍLVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO
Secretária de Administração Substituta

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO**, **SECRETÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 05/11/2021, às 15:25, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1201328** e o código CRC **D15A0F7F**.

08205/2021 1201328v27

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1200237 e do Despacho SAD 1201328, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no inc. II, do art. 25, c/c caput do art. 26, todos da Lei nº 8.666/93, utilizando-se da competência disposta na Portaria CNJ nº 112/2010, art. 3º, inc. XI, alínea "aj", **aprovo** a realização da despesa, no valor de R$ 22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais), e **autorizo** a contratação da empresa NDTEC - ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 24.552.510/0001-30, com vistas à inspeção da fachada do edifício da 514N por engenheiro especialista em patologias de revestimentos.

2. Em atenção ao disposto no item 8 do Despacho SAD 1201328, e considerando a existência de disponibilidade orçamentária para atendimento da presente demanda, **autorizo** a inclusão da presente contratação no PAA de 2021.

3. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

4. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho em favor da mencionada empresa.

5. À DAGI, para inclusão da presente contratação no PAA de 2021.

6. À Secretaria de Administração (SAD), para as demais providências.

Getúlio Vaz

Diretor-Geral Substituto

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **DIRETOR-GERAL EM SUBSTITUIÇÃO - DIRETORIA GERAL**, em 05/11/2021, às 17:22, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1201524** e o código CRC **A6C20F39**.

08205/2021 1201524v6

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Informação SEDUC 1097916
Processo: 03251/2021
Assunto: **Palestras e oficina na Semana do Meio Ambiente de 2021**

1. Trata-se de projeto para a realização de três eventos internos na Semana do Meio Ambiente de 2021, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente (Despacho SESAM 1077374):

- Palestra **"Entenda mais sobre o aproveitamento integral de alimentos":**

Será realizada no dia 8 de junho, das 14h às 15h, com carga horária de 1h, promovida pelas **instrutoras voluntárias Dayanne da Costa Maynard, Priscila Cortês do Prado Miranda e Raquel Braz (**1077373**)**. Esta palestra será realizada **sem ônus de capacitação para o CNJ.** O único custo será o da aquisição dos alimentos que serão utilizados na produção dos 4 vídeos de aulas práticas, por meio de suprimento de fundos (03167/2021).

- Palestra **"A problemática do plástico e a atuação individual para a redução da poluição":**

Será realizada no dia 9 de junho, em horário a definir, com carga horária de 1h, promovida pela **microempreendedora individual Fernanda Altoé Daltro Consultoria em Estratégias de Sustentabilidade, CNPJ: 34.581.429/0001-31 (**1077366**).**

- Oficina **"Compostagem doméstica":**

Será realizada no dia 10 de junho, em horário a definir, com carga horária de 1h30, promovida pela **microempreendedora individual Gabriella Casimiro Guimaraes 92430422115, CNPJ: 41.748.683/0001-47 (**1077368**)**.

2. O projeto tem o intuito de conscientizar e sensibilizar servidores quanto às questões relacionadas à proteção do meio ambiente, buscando desenvolver cidadãos mais críticos e engajados, que atuem de forma ativa na sociedade, dando efetividade ao processo de gestão socioambiental.

3. Além disso, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) 2020/2021 prevê o desenvolvimento de **ações de cidadania corporativa e sustentabilidade**, que são destinadas à disseminação de conhecimentos e práticas vinculadas à sustentabilidade, racionalização dos recursos públicos e redução do passivo ambiental. A cidadania corporativa baseia-se nas ações de sustentabilidade e responsabilidade social que, combinados, tornam-se ações que beneficiam tanto o CNJ, como a sociedade em geral.

4. Cumpre ressaltar que as empresas que promoverão os eventos foram indicadas pela área técnica demandante (SESAM), conforme Despacho 1077374.

5. Observa-se que os conhecimentos abordados nos treinamentos podem proporcionar uma atualização dos conhecimentos de servidores, colaboradores e estagiários de todas as unidades, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (Doc. SEI 1091332). Dessa forma, os eventos serão **contabilizados para Adicional de Qualificação (AQ).**

6. As ações de capacitação sugerida estão alinhadas aos objetivos estratégicos *"Promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica"* e *"Impulsionar a implantação e a gestão das Políticas de Sustentabilidade e Acessibilidade", previstos no art. 3º, IV e XIV, respectivamente, da* Portaria CNJ nº 104/2020, que instituiu o Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021-2026.

7. Vale ressaltar que, embora os valores cobrados ao CNJ estejam acima da média dos preços praticados pelas empresas a outras instituições/pessoas físicas e a falta de notas fiscais de treinamentos semelhantes que fundamentem a análise do comparativo de preços para contratação direta, a unidade técnica demandante apresentou justificativa para a escolha das empresas, manifestando-se favorável ao prosseguimento da contratação, conforme Despacho SESAM 1093411, corroborado pelo Despacho DGE 1094536.

7.1. Por essa razão, os autos foram submetidos à Assessoria Jurídica (AJU), que se manifestou por meio do Parecer AJU 1095892 quanto aos aspectos legais relativos à contratação mediante inexigibilidade de licitação, afirmando **não haver óbice legal** para a contratação.

7.2. Em atenção à recomendação contida no item 12 do Parecer AJU 1095892, ratificada pelo Parecer AJU 1097124, informa-se que **foi juntada aos autos a Certidão de Regularidade perante o FGTS da microempreendedora individual Gabriella Casimiro Guimaraes**, conforme Doc. SEI nº 1097914.

8. Sobre os demais aspectos, verifica-se que a presente contratação **cumpre os requisitos elencados no Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ** (0801055), para contratações de serviços técnicos profissionais especializados relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, a saber:

i) declaração expressa de que o objeto de contratação configura hipótese abarcada pela presente manifestação, conforme indicado nos parágrafos 3 a 5 desta manifestação:

Item 8 desta Informação

ii) justificativas para caracterização do objeto como integrante do rol do artigo 13 da Lei nº 8.666/1993, caracterização do objeto/serviço como singular e a caracterização da notória especialização do profissional a ser contratado/empresa a ser contratada, conforme abordado nos parágrafos 15 a 29 desta manifestação:

Item IX - Contratação do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1094623)

iii) Projeto Básico elaborado pela unidade demandante, o qual contemple, no mínimo, o objeto, a justificativa, os objetivos, o conteúdo programático, a metodologia, as especificações técnicas, qualificação técnica do(s) instrutor(es), motivação econômico-financeira, as responsabilidades das partes, as etapas de execução, as condições de recebimento e pagamento, as sanções eventualmente aplicáveis e a análise de riscos, conforme indicado no parágrafo 41 deste parecer:

Projeto Básico 1094623

iv) proposta da empresa ou do instrutor, com descrição dos serviços e concordância expressa com o Projeto Básico aprovado:

Propostas 1077366, 1077368 e 1077373

v) justificativas para o preço, com a apresentação de notas de empenho comprovantes da contratação do serviço objeto deste expediente por outros órgãos, e indicação da economicidade afeta à contratação. conforme indicado nos parágrafos 37 a 40 desta manifestação:

Notas Fiscais 1090648 e 1091324 e Item IX - Contratação do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1094623)

vi) documentos hábeis à prova do estado de regularidade fiscal e trabalhista da fornecedora junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal e à Justiça do Trabalho (tais como CPF/CNPJ, certidões de regularidade elencadas no parecer, SICAF e outros), conforme indicado nos parágrafos 49 a 53 desta manifestação:

Certidões Negativas 1090650 e 1091328

vii) documentos hábeis à prova do estado de regularidade jurídica do prestador do serviço (documento de identidade, ato constitutivo e outros), conforme indicado no parágrafo 56 desta manifestação:

Fichas Cadastrais 1090647 e 1090658

viii) *curriculum vitae* dos instrutores:

Curriculum Vitae 1090637, 1090657 e 1091658

ix) informação de que há disponibilidade orçamentária para atendimento da demanda, conforme indicado no parágrafo 43 desta manifestação:

Despacho SEPOR 1095518

x) atendimento aos requisitos previstos na Instrução Normativa CNJ nº 35/2015, quando aplicável, com ênfase na pertinência entre as atribuições da unidade demandante, nas funções exercidas pelos servidores a serem beneficiados e os conhecimentos a serem providos pela contratação almejada:

Item 5 da presente Informação e Item II - Justificativa do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1094623)

xi) juntada e preenchimento das listas de verificação aprovadas pelo Diretor-Geral (arquivo SEI 0170165), referentes às contratações de cursos de capacitação (disponíveis no arquivo SEI 0166776), conforme o caso (parágrafo 58):

Lista de verificação SEDUC 1091337

xii) atendimento do procedimento legal previsto no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993:

Será cumprido após a aprovação do Projeto Básico e declaração de Inexigibilidade por parte da SGP, conforme proposto no Item 6, "c", da presente Informação.

9. Por fim, tendo em vista a disponibilidade orçamentária informada pela SEPOR no Despacho 1095518, entendemos ser possível a contratação dos eventos.

10. Diante do exposto, encaminho os autos à **Secretaria de Gestão de Pessoas**, caso de acordo, para:

a) Aprovação do Projeto Básico 1094623;

b) **Declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, com fundamento legal no inciso II do art. 25 combinado com o inciso VI do art. 13 da 8.666/93, caso esteja de acordo com o evento em tela.

c) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor de **R$ 2.247,00 (dois mil duzentos e quarenta e sete reais) e autorização** da contratação das microempreendedoras individuais **Fernanda Altoé Daltro Consultoria em Estratégias de Sustentabilidade (CNPJ: 34.581.429/0001-31)** e **Gabriella Casimiro Guimaraes 92430422115 (CNPJ: 41.748.683/0001-47)**, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SOF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor das referidas entidades.

Após, favor retornar os autos para providências relativas a esta Seção.

Respeitosamente,

Fábio Lopes Fernandes

Chefe da Seção de Educação Corporativa em exercício

Senhor Diretor-Geral,

1. Estou de acordo com os termos da informação supra. **Aprovo o Projeto Básico (**1094623**) e declaro a inexigibilidade** da licitação relativa à contratação dos treinamentos:

- Palestra **"A problemática do plástico e a atuação individual para a redução da poluição",** que será realizada no dia 9 de junho, em horário a definir, com carga horária de 1h, promovida pela microempreendedora individual **Fernanda Altoé Daltro Consultoria em Estratégias de Sustentabilidade, CNPJ: 34.581.429/0001-31 (1077366).**

- Oficina **"Compostagem doméstica",** que será realizada no dia 10 de junho, em horário a definir, com carga horária de 1h30, promovida pela microempreendedora individual **Gabriella Casimiro Guimaraes 92430422115, CNPJ: 41.748.683/0001-47 (1077368).**

2. Vale informar que a palestra **"Entenda mais sobre o aproveitamento integral de alimentos"** será realizada **sem ônus de capacitação para o CNJ.**

3. Por fim, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo com a contratação pleiteada, **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório, **aprovar** a despesa no valor de **R$ 2.247,00 (dois mil duzentos e quarenta e sete reais) e autorizar** a contratação das microempreendedoras individuais **Fernanda Altoé Daltro Consultoria em Estratégias de Sustentabilidade (CNPJ: 34.581.429/0001-31)** e **Gabriella Casimiro Guimaraes 92430422115 (CNPJ: 41.748.683/0001-47)**, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SOF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor das referidas entidades.

Respeitosamente,

Mariana Cabral Nogueira de Sá

Secretária de Gestão de Pessoas em exercício

Documento assinado eletronicamente por **MARIANA CABRAL NOGUEIRA DE SA**, **SECRETÁRIO(A) EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 28/05/2021, às 18:12, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIO LOPES FERNANDES RAMOS**, **CHEFE DE SEÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 28/05/2021, às 18:13, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1097916** e o código CRC **F8C0955E**.

03251/2021 1097916v9

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando a Informação SEDUC 1097916, que aprova o Projeto Básico (doc. 1094623) e declara a inexigibilidade do procedimento licitatório, **ratifico** o ato de inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no art. 25, II, c/c o art. 13, VI, da Lei n° 8.666/93, no Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ (doc. 0801055), proferido nos autos do Processo SEI nº 10497/2019, bem como no Parecer AJU 1095892, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de R$ 2.247,00 (dois mil duzentos e quarenta e sete reais), e **autorizo** a contratação da(s):

1.a) instrutoras voluntárias Dayanne da Costa Maynard, Priscila Cortês do Prado Miranda e Raquel Braz **(**1077373**)** para ministrarem a palestra **"Entenda mais sobre o aproveitamento integral de alimentos"**, **sem ônus de capacitação para o CNJ**, que será realizada no dia 8 de junho, das 14h às 15h, com carga horária de 1h . O único custo será o da aquisição dos alimentos que serão utilizados na produção dos 4 vídeos de aulas práticas, por meio de suprimento de fundos (03167/2021);

1.b) microempreendedora individual Fernanda Altoé Daltro Consultoria em Estratégias de Sustentabilidade (CNPJ: 34.581.429/0001-31) para ministrar a palestra **"A problemática do plástico e a atuação individual para a redução da poluição",** que será realizada no dia 9 de junho, em horário a definir, com carga horária de 1h; e

1.c) microempreendedora individual Gabriella Casimiro Guimaraes 92430422115 (CNPJ: 41.748.683/0001-47), para realizar a oficina **"Compostagem doméstica",** que será realizada no dia 10 de junho, em horário a definir, com carga horária de 1h30.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista das aludidas contratadas e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), para ciência e demais atos subsequentes.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 31/05/2021, às 18:42, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1098373** e o código CRC **AA2554DB**.

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Informação SEDUC 1057033
Processo: 02109/2021
Assunto: Treinamentos sobre "Propósito e felicidade no trabalho" e "Liderança positiva"

1. Trata-se de projeto para a realização da palestra **"Felicidade, engajamento e propósito no trabalho"**, com carga horária de 1h30; do curso **"Comportamento Organizacional Positivo e Liderança"**, com carga horária de 15 horas; e do curso **"Felicidade, engajamento e propósito no trabalho"** , com carga horária de 12 horas, previstos para **abril e maio de 2021**, promovidos pelo Instituto Flow Psicologia Positiva, Coaching e Liderança, CNPJ: 19.028.788/0001-72, conforme Doc. SEI nº 1051352.

2. O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) 2020/2021, desenvolvido pela Seção de Educação Corporativa (SEDUC), propõe ações de capacitação alinhadas à Gestão por Competências (GPC), Planejamento Estratégico do CNJ e compromissadas com metodologias de aprendizagem ativa e colaborativa. Dentre essas ações, o PPI 2020/2021 prevê o desenvolvimento de competências emergentes, em ascensão, alinhadas a projetos institucionais, que são estratégicas para o órgão, situação em que se enquadra as competências emergentes *"Propósito e felicidade no trabalho" e "Liderança positiva".*

2.1. Atendendo à Instrução Normativa n. 1/2010 (1051362), o PPI 2020/2021 também estabelece o Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL), que tem por objetivo elevar o grau das competências gerenciais associadas à gestão pública contemporânea na consecução das metas institucionais. Pensando em atender o público-alvo do programa (líderes, potenciais líderes e sucessores), a SEDUC planeja ofertar no mínimo 30 horas de capacitação a cada biênio, sendo 15 horas por ano. Essa carga-horária, por sua vez, poderá ser suprida com o curso **"Comportamento Organizacional Positivo e Liderança"**, voltado preferencialmente a gestores e substitutos.

2.2. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento podem proporcionar uma atualização dos conhecimentos dos servidores e gestores de todas as unidades do Conselho Nacional de Justiça, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (Doc. SEI 1051360). Dessa forma, os eventos serão **contabilizados como horas no Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL) e para Adicional de Qualificação (AQ).**

3. A ação de capacitação sugerida está alinhada aos objetivos estratégicos *"Promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica"* e "*Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas"*, previstos no art. 3º, IV e XVI, respectivamente, da Portaria CNJ nº 104/2020, que instituiu o Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021-2026.

4. Verifica-se ainda que a presente contratação **cumpre os requisitos elencados no Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ** (0801055), para contratações de serviços técnicos profissionais especializados relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, **o que torna dispensável a análise individualizada pela Assessoria Jurídica,** a saber:

i) declaração expressa de que o objeto de contratação configura hipótese abarcada pela presente manifestação, conforme indicado nos parágrafos 3 a 5 desta manifestação:

Item 4 desta Informação

ii) justificativas para caracterização do objeto como integrante do rol do artigo 13 da Lei nº 8.666/1993, caracterização do objeto/serviço como singular e a caracterização da notória especialização do profissional a ser contratado/empresa a ser contratada, conforme abordado nos parágrafos 15 a 29 desta manifestação:

Item IX - Contratação do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1051393)

iii) Projeto Básico elaborado pela unidade demandante, o qual contemple, no mínimo, o objeto, a justificativa, os objetivos, o conteúdo programático, a metodologia, as especificações técnicas, qualificação técnica do(s) instrutor(es), motivação econômico-financeira, as responsabilidades das partes, as etapas de execução, as condições de recebimento e pagamento, as sanções eventualmente aplicáveis e a análise de riscos, conforme indicado no parágrafo 41 deste parecer:

Projeto Básico 1051393

iv) proposta da empresa ou do instrutor, com descrição dos serviços e concordância expressa com o Projeto Básico aprovado:

Proposta 1051352

v) justificativas para o preço, com a apresentação de notas de empenho comprovantes da contratação do serviço objeto deste expediente por outros órgãos, e indicação da economicidade afeta à contratação. conforme indicado nos parágrafos 37 a 40 desta manifestação:

Notas Fiscais 1051358 e Item IX - Contratação do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1051393)

vi) documentos hábeis à prova do estado de regularidade fiscal e trabalhista da fornecedora junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal e à Justiça do Trabalho (tais como CPF/CNPJ, certidões de regularidade elencadas no parecer, SICAF e outros), conforme indicado nos parágrafos 49 a 53 desta manifestação:

Certidões Negativas 1051359

vii) documentos hábeis à prova do estado de regularidade jurídica do prestador do serviço (documento de identidade, ato constitutivo e outros), conforme indicado no parágrafo 56 desta manifestação:

Ficha Cadastral 1051356

viii) *curriculum vitae* dos instrutores:

Curriculum Vitae 1051355

ix) informação de que há disponibilidade orçamentária para atendimento da demanda, conforme indicado no parágrafo 43 desta manifestação:

Despacho 1056989

x) atendimento aos requisitos previstos na Instrução Normativa CNJ nº 35/2015, quando aplicável, com ênfase na pertinência entre as atribuições da unidade demandante, nas funções exercidas pelos servidores a serem beneficiados e os conhecimentos a serem providos pela contratação almejada:

Item 3 da presente Informação e Item II - Justificativa do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1051393)

xi) juntada e preenchimento das listas de verificação aprovadas pelo Diretor-Geral (arquivo SEI 0170165), referentes às contratações de cursos de capacitação (disponíveis no arquivo SEI 0166776), conforme o caso (parágrafo 58):

Lista de verificação SEDUC 1051365

xii) atendimento do procedimento legal previsto no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993:

Será cumprido após a aprovação do Projeto Básico e declaração de Inexigibilidade por parte da SGP, conforme proposto no Item 6, "c", da presente Informação.

5. Por fim, tendo em vista a disponibilidade orçamentária informada pela SEPOR no Despacho 1056989, entendemos ser possível a contratação dos eventos.

6. Diante do exposto, encaminho os autos à **Secretaria de Gestão de Pessoas**, caso de acordo, para:

a) Aprovação do Projeto Básico 1051393;

b) **Declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, com fundamento legal no inciso II do art. 25 combinado com o inciso VI do art. 13 da 8.666/93, caso esteja de acordo com o evento em tela.

c) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor de **R$ 32.600,00 (trinta e dois mil e seiscentos reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SOF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Após, favor retornar os autos para providências relativas a esta Seção.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

Estou de acordo com os termos da informação supra. **Aprovo o Projeto Básico (1051393) e declaro a inexigibilidade** da licitação relativa à contratação da palestra **"Felicidade, engajamento e propósito no trabalho"**, com carga horária de 1h30; do curso **"Comportamento Organizacional Positivo e Liderança"**, com carga horária de 15 horas; e do curso **"Felicidade, engajamento e propósito no trabalho"** , com carga horária de 12 horas, previstos para **abril e maio de 2021**, promovidos pelo Instituto Flow Psicologia Positiva, Coaching e Liderança, CNPJ: 19.028.788/0001-72, conforme Doc. SEI nº 1051352.

Por fim, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo com a contratação pleiteada, **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório, **aprovação** da despesa no valor de **R$ 32.600,00 (trinta e dois mil e seiscentos reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SOF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Raquel Wanderley da Cunha Chaussê

Secretária de Gestão de Pessoas

Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL WANDERLEY DA CUNHA**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 22/03/2021, às 19:24, conforme art. 1º, §2º, III, "b",

da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 23/03/2021, às 11:17, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1057033** e o código CRC **A485A3C1**.

02109/2021 1057033v5



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando a Informação SEDUC 1057033, ratificada pela Secretaria de Gestão de Pessoas, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no art. 25, II, c/c o art. 13, VI, da Lei n° 8.666/93, bem como no Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ (doc. 0801055), proferido nos autos do Processo SEI nº 10497/2019, **aprovo** a realização da despesa no valor total de **R$ 32.600,00 (trinta e dois mil e seiscentos reais)** e **autorizo** a contratação do Instituto Flow Psicologia Positiva, Coaching e Liderança, CNPJ nº 19.028.788/0001-72, com vistas à realização da palestra **"Felicidade, engajamento e propósito no trabalho"**, com carga horária de 1h30; e das ações de capacitação **"Comportamento Organizacional Positivo e Liderança"**, com carga horária de 15 horas; e **"Felicidade, engajamento e propósito no trabalho"**, com carga horária de 12 horas, previstos para **abril e maio de 2021.**

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista do Instituto supramencionado e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), para ciência e demais atos subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 23/03/2021, às 16:02, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1057711** e o código CRC **298FA118**.

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Informação SEDUC 1174495
Processo: 07295/2021
Assunto: Palestra "**Três Desafios para Execução da Estratégia - sobre mudanças, cultura e decisões"**

1. Trata-se de projeto para a realização da palestra "**Três Desafios para Execução da Estratégia - sobre mudanças, cultura e decisões"**, prevista para ocorrer no dia 7 de dezembro de 2021, das 15h às 16h, promovida pela empresa Gino Terentim Academia de Desenvolvimento Empresarial Ltda, CNPJ 36.610.570/0001-40**,** conforme Doc. SEI nº 1171253.

2. O Departamento de Gestão Estratégica (DGE) promoverá, no dia 07 de dezembro de 2021, o Encontro de Gestão Estratégica dos órgãos do Poder Judiciário, cujo objetivo é proporcionar a troca de experiências entre tribunais e conselhos acerca dos desafios enfrentados na execução e no monitoramento da estratégia, além de servir como mais um canal de conhecimento do planejamento estratégico do CNJ ao público interno do órgão.

2.1. Por meio da Solicitação de Capacitação de Evento Interno (1168011), a Seção de Planejamento Institucional (SEPIN) solicitou a contratação da palestra "**Três Desafios para Execução da Estratégia - sobre mudanças, cultura e decisões",** que abordará aspectos relevantes e desafios relacionados à etapa de execução e monitoramento do planejamento estratégico do Conselho Nacional de Justiça. Embora o tema em questão conste no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) como uma competência técnica, esse assunto é de interesse de todas as unidades deste Conselho, já que trabalham para o atingimento da estratégia organizacional.

2.2. Assim, tendo em vista a promoção da boa execução da estratégia do CNJ e a necessidade de sensibilização e disseminação do conhecimento em planejamento estratégico aos servidores do CNJ, a SEDUC e o DGE propõem que a palestra seja realizada junto com o Encontro de Gestão Estratégica dos órgãos do Poder Judiciário.

3. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento podem proporcionar uma atualização dos conhecimentos dos servidores e gestores de todas as unidades do CNJ, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (Doc. SEI 1172565). Dessa forma, o evento será **contabilizado para Adicional de Qualificação (AQ).**

4. A ação de capacitação sugerida está alinhada aos objetivos estratégicos *"Promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica"* e "*Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas"*, previstos no art. 3º, IV e XVI, respectivamente, da Portaria CNJ nº 104/2020, que instituiu o Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021-2026.

5. Verifica-se ainda que a presente contratação **cumpre os requisitos elencados no Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ** (0801055), para contratações de serviços técnicos profissionais especializados relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, **o que torna dispensável a análise individualizada pela Assessoria Jurídica,** a saber:

i) declaração expressa de que o objeto de contratação configura hipótese abarcada pela presente manifestação, conforme indicado nos parágrafos 3 a 5 desta manifestação:

Item 5 desta Informação.

ii) justificativas para caracterização do objeto como integrante do rol do artigo 13 da Lei nº 8.666/1993, caracterização do objeto/serviço como singular e a caracterização da notória especialização do profissional a ser contratado/empresa a ser contratada, conforme abordado nos parágrafos 15 a 29 desta manifestação:

Item XIII - Contratação do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1172585).

iii) Projeto Básico elaborado pela unidade demandante, o qual contemple, no mínimo, o objeto, a justificativa, os objetivos, o conteúdo programático, a metodologia, as especificações técnicas, qualificação técnica do(s) instrutor(es), motivação econômico-financeira, as responsabilidades das partes, as etapas de execução, as condições de recebimento e pagamento, as sanções eventualmente aplicáveis e a análise de riscos, conforme indicado no parágrafo 41 deste parecer:

Projeto Básico 1172585.

iv) proposta da empresa ou do instrutor, com descrição dos serviços e concordância expressa com o Projeto Básico aprovado:

Proposta 1171253.

v) justificativas para o preço, com a apresentação de notas de empenho comprovantes da contratação do serviço objeto deste expediente por outros órgãos, e indicação da economicidade afeta à contratação. conforme indicado nos parágrafos 37 a 40 desta manifestação:

Notas Fiscais 1168505, 1168506 e 1168507 e Item XIII - Contratação do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1172585).

vi) documentos hábeis à prova do estado de regularidade fiscal e trabalhista da fornecedora junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal e à Justiça do Trabalho (tais como CPF/CNPJ, certidões de regularidade elencadas no parecer, SICAF e outros), conforme indicado nos parágrafos 49 a 53 desta manifestação:

Certidões Negativas 1172563.

vii) documentos hábeis à prova do estado de regularidade jurídica do prestador do serviço (documento de identidade, ato constitutivo e outros), conforme indicado no parágrafo 56 desta manifestação:

Contrato Social 1172562.

viii) *curriculum vitae* dos instrutores:

Curriculum Vitae 1168502.

ix) informação de que há disponibilidade orçamentária para atendimento da demanda, conforme indicado no parágrafo 43 desta manifestação:

Despacho 1174464.

x) atendimento aos requisitos previstos na Instrução Normativa CNJ nº 35/2015, quando aplicável, com ênfase na pertinência entre as atribuições da unidade demandante, nas funções exercidas pelos servidores a serem beneficiados e os conhecimentos a serem providos pela contratação almejada:

Item 3 da presente Informação e Item II - Justificativa do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1172585).

xi) juntada e preenchimento das listas de verificação aprovadas pelo Diretor-Geral (arquivo SEI 0170165), referentes às contratações de cursos de capacitação (disponíveis no arquivo SEI 0166776), conforme o caso (parágrafo 58):

Lista de verificação SEDUC 1172584

xii) atendimento do procedimento legal previsto no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993:

Será cumprido após a aprovação do Projeto Básico e declaração de Inexigibilidade por parte da SGP, conforme proposto no Item 6, "c", da presente Informação.

6. Por fim, tendo em vista a disponibilidade orçamentária informada pela SEPOR no Despacho 1174464, entendemos ser possível a contratação do evento.

7. Diante do exposto, encaminho os autos à **Secretaria de Gestão de Pessoas**, caso de acordo, para:

a) **Aprovar** o Projeto Básico 1172585;

b) **Declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, com fundamento legal no inciso II do art. 25 combinado com o inciso VI do art. 13 da 8.666/93, caso esteja de acordo com o evento em tela.

c) Submeter os autos à Diretoria-Geral para: **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor de **R$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SOF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

8. Após, favor retornar os autos para providências relativas a esta Seção.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

1. Estou de acordo com os termos da informação supra. **Aprovo o Projeto Básico (1172585) e declaro a inexigibilidade** da licitação relativa à contratação da palestra "**Três Desafios para Execução da Estratégia - sobre mudanças, cultura e decisões"**, prevista para o dia 7 de dezembro de 2021, das 15h às 16h, promovida pela empresa Gino Terentim Academia de Desenvolvimento Empresarial Ltda, CNPJ 36.610.570/0001-40**,** conforme Doc. SEI nº 1171253.

2. Por fim, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo com a contratação pleiteada, **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório, **aprovar** a despesa no valor de **R$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais) e autorizar** a contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SOF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

João D'arc Ramos de Oliveira

Secretário de Gestão de Pessoas em exercício

Documento assinado eletronicamente por **JOÃO D'ARC RAMOS DE OLIVEIRA**, **SECRETÁRIO(A) EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 29/09/2021, às 15:24, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 29/09/2021, às 16:12, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1174495** e o código CRC **066F8638**.

07295/2021 1174495v19

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando a Informação SEDUC 1174495, que aprova o Projeto Básico (doc. 1172585) e declara a inexigibilidade do procedimento licitatório, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no art. 25, II, c/c o art. 13, VI, da Lei n° 8.666/93, bem como no Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ (doc. 0801055), proferido nos autos do Processo SEI nº 10497/2019, **aprovo** a realização da despesa no valor total de R$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais) , e **autorizo** a contratação da empresa Gino Terentim Academia de Desenvolvimento Empresarial Ltda, CNPJ nº 36.610.570/0001-40, com vistas à realização da palestra **"Três Desafios para Execução da Estratégia - sobre mudanças, cultura e decisões"**, com carga horária de 1h, na modalidade On-line na plataforma Zoom, previstas para o dia 7 de dezembro de 2021, das 15h às 16h.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), para ciência e demais atos subsequentes.

Getúlio Vaz
Diretor-Geral Substituto

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **DIRETOR-GERAL EM SUBSTITUIÇÃO - DIRETORIA GERAL**, em 30/09/2021, às 16:16, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1176161** e o código CRC **1AC5BC6B**.

07295/2021 1176161v3



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata de processo administrativo que tem por objeto a estipulação das condições gerais para execução dos serviços de confecção, personalização, impressão, distribuição e controle de papel seguro para impressão da Apostila de Haia, mediante a formalização de contrato com a Casa da Moeda do Brasil (CMB), por inexigibilidade de licitação.

2. Após a inexigibilidade de licitação ser declarada (Despacho SAD n. 1089274) e ratificada (Despacho DG n. 1089657) e antes de ser formalizado o instrumento de contrato, a Seção de Gestão de Contratos trouxe aos autos, por meio do Despacho n. 1101650, a informação sobre a publicação da Resolução CNJ n. 392, de 26 de maio de 2021 (arquivo SEI 1101631), a qual altera a Resolução CNJ n. 228/2016.

3. Diante disso, os autos foram encaminhados aos gestores do atual contrato (16/2016) para ciência das alterações implementadas e nova análise acerca da futura contratação. Assim, a Corregedoria Nacional de Justiça (unidade demandante) tomou ciência do fato e, dentre outras questões delineadas no Despacho CN n. 1115620, ressaltou que permanece a necessidade de contratação da Casa da Moeda, bem como juntou ao processo nova versão do Projeto Básico (1115175), que foi aprovada por essa Diretor-Geral mediante Despacho n. 1116753.

4. Em razão das alterações trazidas pela Resolução CNJ n. 392/2021, a nova versão do Projeto Básico foi encaminhada à Casa da Moeda, para análise e manifestação de concordância, observada a intenção de vincular as condições atuais do Projeto Básico à proposta de preços já enviada (documento SEI 1096160). Em resposta (*e-mail* - 1120489), a CMB registrou não haver impedimentos ao prosseguimento da contratação.

5. Ato contínuo, os autos foram remetidos à Assessoria Jurídica para analisar novamente a possibilidade de declarar inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93, para a contratação da Casa da Moeda do Brasil, levando em consideração a nova resolução e a nova versão do projeto básico.

6. Do opinativo da AJU, transcreve-se abaixo os pontos relativos a principal alteração trazida pela Resolução n. 392/2021 que, consequentemente, gerou a necessidade de alteração no Projeto Básico, haja vista o impacto direto que exerce na escolha da contratada (Casa da Moeda do Brasil) e na vigência do futuro contrato, bem como as justificativas explicitadas pela unidade demandante em relação à manutenção da necessidade de contratação da CMB para a prestação dos serviços:

> **"10.** Sobre a versão atualizada da norma, verifica-se que a celeuma se concentra na nova redação do art. 8º, já que nele não consta mais a obrigatoriedade do papel seguro ser fornecido pela Casa da Moeda do Brasil (CMB).
>
> **11.** A nova redação do dispositivo visa permitir que, no futuro, outras empresas possam fornecer o papel seguro, nos moldes em que exigido pelo CNJ, abrindo-se campo fértil para a competitividade nessa seara.

12. Ocorre que, como informado nos itens 1.4 e 3 do Projeto Básico (arquivo SEI 1115963), o Provimento nº 62 da Corregedoria Nacional de Justiça, documento que dispõe sobre a uniformização dos procedimentos para a aposição de apostila, no âmbito do Poder Judiciário, e que está em fase final de atualização, ainda irá estipular os requisitos de segurança necessários para o papel de impressão, razão pela qual optar-se-á por estabelecer um período de transição, de 12 (doze) meses, nos quais permanecerá como de suma importância o fornecimento de papel seguro pela CMB. Pela relevância das informações, cumpre replicar os trechos citados do Projeto Básico, *in verbis*:

> 1.4 Justificativa da contratação
>
> a) Motivação da contratação:
>
> (...)
>
> Com a nova redação dada à Resolução 228/2016 pela Resolução CNJ 392, de 26/05/2021, as apostilas serão emitidas e registradas em sistema eletrônico disponibilizado pelo CNJ, e, nos termos do art. 11, o solicitante poderá requerer a apostila impressa em papel, conforme normatização da Corregedoria Nacional de Justiça, carimbada na forma do Anexo II da Resolução e rubricada em campo próprio pela autoridade competente.
>
> Diante dessas alterações, encontra-se em fase final a atualização do Provimento 62, da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre a uniformização dos procedimentos para a aposição de apostila, no âmbito do Poder Judiciário. Dentre as modificações, será estabelecida a utilização de papel de segurança padronizado, conforme requisitos de segurança submetidos pela ANOREG-BR e aprovados pela Corregedoria Nacional de Justiça, numerado sequencialmente e vinculado ao CNS – Cadastro Nacional de Serventia de cada unidade, permanecendo válidos, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da publicação da alteração do Provimento CN 62, os papéis de segurança previamente adquiridos junto à Casa da Moeda do Brasil, na forma estabelecida em contrato firmado pelo Conselho Nacional de Justiça.
>
> Assim, a fim de se evitar a descontinuidade dos serviços de apostilamento no território nacional durante esse prazo de transição, permanece a possibilidade de que a impressão ocorra em papel seguro fornecido pela Casa da Moeda do Brasil, nos termos do § 3º do art. 8º Resolução 228/2016 que foi revogado pela Resolução 392. Durante esse período, a Casa da Moeda deverá fornecer o papel conforme Anexo I deste Projeto Básico.
>
> (...)
>
> 3. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO
>
> A natureza do objeto é comum e, em tese, poderia ser contratado por meio de licitação na modalidade pregão eletrônico. Ocorre que, conforme já discorrido no item 3.2 dos Estudos Preliminares, a produção e comercialização do papel seguro havia sido entregue, nos termos do § 3º do art. 8º da Resolução CNJ 228/2016, posteriormente revogado pela Resolução CNJ 392/2021, à Casa da Moeda do Brasil,

> para garantir a produção de um produto seguro, confiável e padronizado.
>
> Embora tenha sido revogado o dispositivo que vinculava a obrigatoriedade de utilização do papel fornecido exclusivamente pela Casa da Moeda, há um prazo de transição até que o novo modelo de papel seguro seja aprovado pela Corregedoria Nacional de Justiça e, na sequência, que as possíveis empresas fornecedoras tenham condições de se mobilizarem para fornecer o produto com capilaridade no território nacional. Por essa razão, impõe-se a necessidade de previsão de cláusula resolutória na presente contratação.
>
> Desse modo, até que os novos requisitos de segurança sejam aprovados, permanecem os que foram estabelecidos na redação anterior do § 3º do art. 8º da Resolução 228, tornando-se inviável, neste momento, a competição entre possíveis interessados, sendo, portanto, inexigível a licitação.

13. Complementando o disposto acima, o já citado Despacho CN nº 1115620 justifica a manutenção da necessidade de contratação da CMB para a prestação dos serviços, evitando a descontinuidade no fornecimento do papel seguro, o que acabaria por macular o interesse público subjacente:

> Em atenção ao Despacho SEGEC 1101650, informo que a publicação da Resolução CNJ n. 392, de 26 de maio de 2021, não dispensa, por ora, a futura contratação com a Casa da Moeda do Brasil, uma vez que será necessário definir e aprovar os requisitos do papel de segurança que poderá ser fornecido por outras empresas, dentre os quais a necessidade de que o papel seguro seja numerado sequencialmente e vinculado ao CNS – Cadastro Nacional de Serventia de cada unidade.
>
> Logo, os possíveis fornecedores demandarão tempo de mobilização até que tenham capacidade de atender aos requisitos de segurança que serão aprovados pela Corregedoria Nacional de Justiça, além da capacidade de entrega em todas localidades onde há autoridades apostilantes.
>
> Também está em curso a formalização para a delegação da gestão e manutenção do sistema Apostil, a fim de que a ferramenta possa ser adaptada para possibilitar a emissão da apostila eletrônica.
>
> Como tais providências demandarão prazo para que sejam concluídas, o Provimento CN n. 62/2017, que está em fase final de atualização, facultará a utilização do papel fornecido pela Casa da Moeda pelo período de 12 meses, contados da publicação de sua nova redação.
>
> Diante desse contexto, o Projeto Básico e os seus anexos foram alterados para contemplar esse período de transição, evitando-se a descontinuidade dos serviços de apostilamento. "

7. Ainda com relação ao Parecer AJU, seguem abaixo transcritos os pontos da instrução processual que justificam a contratação da CMB, as recomendações que devem ser observadas e a opinião quanto a possibilidade da contratação direta da Casa da Moeda do Brasil (CMB), com fulcro no *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/1993:

14. Frise-se que o contrato atual (Contrato CNJ nº 16/2016 - arquivos SEI 0160089 e 0914887) terá sua vigência encerrada em 21 de julho de 2021, o que torna ainda mais premente a nova contratação. Ainda que viável a realização de procedimento licitatório, embasado na interpretação do novo texto do art. 8º da Resolução CNJ nº 228/2016, a exiguidade de tempo experimentada entre a vigência da nova norma e o fim dos procedimentos competitivos, ultimaria por dar solução de continuidade à prestação de serviço reputado imprescindível.

15. Desse modo, diante da alegada necessidade da manutenção na prestação dos serviços de confecção, personalização, impressão, distribuição e controle de papel seguro para impressão da Apostila de Haia e da justificativa acerca da permanência de condições que afastam a viabilidade de competição, não se vislumbra óbice jurídico na contratação da CMB embasada no *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/1993.

16. Importa salientar que tal constatação tem lugar após a interpretação dos ditames normativos, cotejados com a situação concreta suscitada. Em que pese à alteração do teor do art. 8º da Resolução CNJ nº 228/2016, verifica-se que, de acordo com o que se depreende da instrução processual, não parece haver empresa capaz de prestar o serviço, nos moldes em que exigido pelo CNJ, haja vista a necessidade de tempo de adaptação do mercado para atendimento dos requisitos de segurança que ainda serão estipulados, e que decorrerão da regulamentação da nova redação da norma (arquivos SEI 1115620 e 1115963).

17. O período de adaptação supracitado, pelo que afirma a Corregedoria Nacional de Justiça, será de 12 (doze) meses, mesmo período de duração do futuro contrato com a CMB (Cláusula Dez do Anexo II do Projeto Básico). Importa recordar que, caso se apurem condições mercadológicas para atender a demanda, deve se fazer uso da cláusula de resolução antecipada do ajuste, de modo a garantir a competitividade, mas sem ofensa à continuidade dos serviços e ao atendimento do interesse público.

18. Por derradeiro, é possível constatar que a atualização realizada no Projeto Básico (arquivo SEI 1115963) se refere tão somente à adequação do teor dos seus dispositivos às mudanças trazidas pela *novel* Resolução CNJ nº 392/2021. A nova versão do documento, além de ter passado pelo crivo da SEEDI, foi devidamente aprovada pelo Sr. Diretor-Geral (arquivos SEI 1115787 e 1116753). Dessa maneira, não se vislumbra qualquer empecilho à manutenção de seu texto.

19. Assim, caso cumpridas as recomendações contidas no Parecer AJU nº 1055943 (itens 16 a 18), é possível afastar o procedimento licitatório e contratar a CMB, pelo prazo estritamente necessário à manutenção dos serviços objetivados, com fulcro no *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/1993. Ressalta-se, todavia, a necessidade de atendimento ao conteúdo do *caput* do art. 26 da Lei nº 8.666/1993, que determina que nas situações de inexigibilidade licitatória "deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos".

CONCLUSÃO

20. Ante o exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela possibilidade da contratação direta da Casa da Moeda do Brasil (CMB), com fulcro no *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, desde que, de maneira prévia à formalização do contrato, sejam observadas as recomendações contidas no item 19 do presente opinativo.

Da Atualização da Instrução do Processo

8. Como a alteração normativa gerada pela vigência da Resolução CNJ nº 392/2021 resultou apenas em ajustes no Projeto Básico para contemplar novo entendimento, ratifico as informações contidas no Despacho SAD 1089274 por permanecerem hígidas e terem contribuído para o aperfeiçoamento da instrução processual, no que ainda for admissível, mas a fim de sanear a presente instrução processual, **torno sem efeito o ato constante do referido despacho que declarou a inexigibilidade de licitação.**

9. No que tange a pesquisa de preços, mantiveram-se inalterados os procedimentos realizados pela Seção de Compras e expostos no Despacho SECOM n. 1045631, bem como o preço ofertado pela CBM. No entanto, houve a necessidade de revalidação da proposta de preços que estava vencida. Assim, a nova proposta foi anexada aos autos e consta do arquivo SEI n. 1096160.

10. Em relação a regularidade fiscal da CBM, conforme SICAF (1126057), verificou-se que apenas a filial da empresa permanece em situação irregular. De toda forma, mantemos nosso posicionamento externado através do Despacho SAD 1045859, no sentido de ser a contratação primordial para a continuidade da prestação do serviço público de legalização de documentos, tendo em vista as determinações da Resolução CNJ n. 392/2021, bem como a importância da Apostila de Haia. Portanto, nos posicionamos, excepcionalmente, pela continuação dos trâmites contratuais mesmo diante de pendência fiscal da CMB. Por oportuno, informamos que notificaremos novamente a CBM para regularização fiscal, conforme Ofício 186 (1126065).

Do Novo Ato de Declaração de Dispensa

11. Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1126069, os requisitos para a declaração de inexigibilidade de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos, com a ressalva da pendência em relação a regularidade fiscal da empresa. Do mesmo modo, informo que, no momento oportuno, serão atendidas as recomendações residuais apontadas pela Assessoria Jurídica, através do Parecer AJU n. 1123538. Desse modo, a presente contratação pode ser realizada com fundamento no *caput* do artigo 25 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> *"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:"*

12. Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso XI, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no *caput* do art. 25 da Lei n. 8.666/93, **declaro** a inexigibilidade de licitação para contratar a empresa Casa da Moeda do Brasil (CMB), inscrita no **CNPJ** sob os n. **34.164.319/0005-06** e **34.164.319/0001-74**, com vistas à estipulação das condições gerais para execução dos serviços de confecção, personalização, impressão, distribuição e controle de papel seguro para impressão da Apostila de Haia.

13. Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) tornar sem efeito o Despacho DG n. 1089657 que ratificou a inexigibilidade de licitação e autorizou a contratação, visando sanear a presente instrução processual;

b) ratificar o novo ato a inexigibilidade de licitação; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

14. Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a retificação da publicação do ato de inexigibilidade, com posterior remessa à Seção de Gestão de Contratos, para formalização contratual.

Getulio Vaz
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 15/07/2021, às 12:31, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador

1126143 e o código CRC **AB1A05E6**.

05715/2020 1126143v15

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1123538, manifestando-se pela legalidade da presente contratação, bem como o disposto no Despacho SAD 1126143, **torno sem efeito** a decisão proferida no Despacho DG 1089657, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do artigo 25 da Lei nº 8.666/93, e **autorizo** a contratação da Casa da Moeda do Brasil, CNPJ nº 34.164.319/0005-06 e 34.164.319/0001-74, com vistas à estipulação das condições gerais para execução dos serviços de confecção, personalização, impressão, distribuição e controle de papel seguro para impressão da Apostila de Haia.

2.À Seção de Compras (SECOM), para publicação/retificação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

3.À Seção de Gestão de Contratos (SEGEC), para formalização do instrumento contratual.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 15/07/2021, às 18:04, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1126652** e o código CRC **8C842A9D**.

05715/2020 1126652v5

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

Trata-se do processo instruído com a finalidade de contratação da Casa da Moeda do Brasil (CMB), haja vista a demanda relativa à estipulação de condições gerais para execução dos serviços de confecção, personalização, impressão, distribuição e controle de papel seguro para emissão da Apostila de Haia, mediante formalização de contrato com a citada empresa pública.

2. Os procedimentos inerentes à contratação em questão foram devidamente consignados nestes autos, bem como as tratativa necessárias, dadas as intercorrências no decorrer da instrução do processo.

3. Todavia, consoante se depreende dos despachos exarados pela Corregedoria Nacional de Justiça (documentos SEI 1131232 e 1133771), não há mais interesse do CNJ em celebrar contrato com a Casa da Moeda do Brasil para fornecimento do objeto em tela.

> (...)
>
> Diante da futura implementação das novas regras tornadas a efeito pela Resolução CNJ n. 392, de 26/05/2021, e pelo Provimento CN n. 119, de 07/07/2021, o fornecimento do papel diretamente aos cartórios, conforme possibilidade aventada na reunião com a CMB, dispensa a necessidade de celebração do contrato nas condições então propostas ao CNJ.
>
> Ciente do contido no Despacho DG 1132401, restituímos os autos com a sugestão de que a Casa da Moeda do Brasil (CMB) seja comunicada da decisão de não celebração de novo contrato para o fornecimento de papel seguro para impressão da Apostila de Haia, em substituição ao Contrato n. 16/2016, e, caso tenha interesse em fornecer o papel seguro aos cartórios, da necessidade de observância do art. 7º, § 1º, do Provimento CN n. 62/2017, com nova redação dada pelo Provimento CN n. 119, de 7 de julho de 2021.

4. Em sendo assim, considerando que a intenção era contratar a CMB por inexigibilidade de licitação, os atos de declaração e ratificação de inexigibilidade de licitação foram levados a termos e estavam aptos a produzir seus efeitos, restando pendente apenas a celebração de contrato. Logo, entende-se pela necessidade de revogação da declaração e ratificação dos respectivos atos administrativos que legitimaram o feito.

5. A Lei nº 9.784/99 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal dispõe que:

> CAPÍTULO XIV
> DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO
>
> Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

6. Desse modo, tendo em vista as informações apresentadas na instrução processual e o acima explicitado, **revogo** o ato de declaração de inexigibilidade de licitação registrado no Despacho SAD 1126143, uma vez que não é mais necessário contratação da Casa da Moeda do Brasil, para execução dos serviços de confecção, personalização, impressão, distribuição e controle de papel seguro para impressão da Apostila de Haia.

7. Encaminho os autos para, se estiver de acordo, de igual modo, revogar o ato de ratificação da inexigibilidade de licitação exarado no Despacho DG 1126143.

8. Posteriormente, sugiro a remessa do processo à Seção de Compras para publicação do ato, como condição de eficácia.

Getulio Vaz
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 13/08/2021, às 18:20, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1143592** e o código CRC **922591B3**.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Trata-se do processo instruído com a finalidade de contratação da Casa da Moeda do Brasil (CMB), haja vista a demanda relativa à estipulação de condições gerais para execução dos serviços de confecção, personalização, impressão, distribuição e controle de papel seguro para emissão da Apostila de Haia, mediante formalização de contrato com a citada empresa pública.

2. Em atenção ao disposto no item 7 do Despacho SAD 1143592, bem como considerando o Despacho CN 1133771, que decidiu pela não celebração de novo contrato com a CMB para o fornecimento de papel seguro para impressão da Apostila de Haia, **revogo** o ato de ratificação da inexigibilidade de licitação, exteriorizado no Despacho DG 1126652, e, por consequência disso, **revogo** o ato de autorização para contratação da Casa da Moeda do Brasil.

3. Com efeito do exposto, **encaminhem-se** os autos à Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato, como condição de eficácia.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 16/08/2021, às 18:13, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1144260** e o código CRC **4D1D4D2C**.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria Geral,

1. Trata-se da contratação de **trinta e seis tutores com vínculo com a Administração Pública** para o segundo ciclo do curso a distância **"Marco Legal da Primeira Infância e suas implicações jurídicas – destinado a operadores de direito",** a ser ministrado no período de 13 de setembro a 18 de novembro de 2021, conforme 2º Termo Aditivo (Doc SEI nº 1119954).

2. O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJUD) elaborou os Estudos Preliminares (Doc. SEI nº 0965922) e o Projeto Básico (Doc. SEI nº 1037250), os quais tiveram por finalidade a instrumentalização das contratações de profissionais para atuarem como conteudistas e instrutores no curso acima citado. O Projeto Básico em questão foi aprovado pelo Secretário de Administração, por meio do Despacho SAD nº 1043656. O primeiro aditivo, relativo ao 1º ciclo de capacitação (1052645), foi submetido à SAD e DG e autorizada a contratação dos profissionais, conforme Despacho SAD 1054169, e DG 1055569, tendo o curso ocorrido regularmente no período de 05 de abril a 10 de junho.

3. Destaca-se que a demanda teve como nascedouro o **Pacto Nacional pela Primeira Infância (Doc. SEI nº 0735988).** Dessa forma, no intuito de dar concretude a cada um dos objetivos e etapas do Pacto, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do Fundo de Direitos Difusos (FDD), firmou parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a quem competirá executar as atividades inerentes ao elemento pactuado. Assim, os gastos decorrentes das capacitações foram inseridos no cronograma de contratações do CNJ, por meio do Despacho nº 0739648. Os recursos que serão utilizados na realização das atividades do Pacto têm sua origem nas rubricas do Poder Executivo, o que se verifica no Doc. SEI nº 0735998.

4. A contratação capacitará **1.250 operadores do Direito** cujas atribuições sejam direcionadas aos temas inerentes à primeira infância. Destarte, dada a especificidade do curso e os temas a serem abordados, bem como o exíguo prazo para a realização e as finalidades a serem atingidas, optou-se por contratar profissionais especialistas nas áreas de neurociência/psicologia, políticas públicas e sistema de justiça na rede de proteção. O termo aditivo 1119954 detalha o período do curso a ser oferecido no segundo ciclo de capacitação, o número de capacitados (750) e também o perfil de cada um dos instrutores a serem contratados. Destaca-se que o termo aditivo elenca todos os instrutores que serão contratados, com e sem vínculo com a administração pública, cabendo à SAD a análise dos profissionais sem vínculo e à **Diretoria-Geral a contratação dos profissionais que possuem vínculo.**

5. Preliminarmente, importante esclarecer que a norma que regulamenta a gratificação por encargo de curso no âmbito do Conselho Nacional de Justiça é a Instrução Normativa n. 20/2009, a qual dispõe em seu artigo 3º da seguinte maneira:

> Art. 3º Podem inscrever-se como instrutor interno o servidor efetivo do CNJ, ativo ou inativo, o requisitado e o ocupante exclusivamente de cargo em comissão, além de **servidor e empregado público**, ativo ou inativo, de qualquer esfera de Poder, previamente habilitado para ministrar cursos e/ou palestras no âmbito da Administração Pública. (grifo nosso)

6. Noutra senda, a fim de selecionar o servidor que melhor atenda à consecução dos objetivos pretendidos, por ocasião da realização de atividades de curso, a Instrução Normativa CNJ nº 20/2013 estabeleceu em seu artigo 4º alguns critérios a serem analisados pela área de Gestão de Pessoas, quais sejam:

> (...)
>
> I - análise curricular;
>
> II - existência de indicação por parte da unidade solicitante, devidamente justificada;
>
> III - domínio do conteúdo a ser ministrado;
>
> IV - experiência profissional;
> V - desempenho anterior em ações de capacitação, promovidas ou não pelo Conselho;
>
> VI - outros critérios relacionados com a natureza, complexidade e finalidade da ação de capacitação.
>
> (...)

7. Com o fito de subsumir o fato à norma, o CEAJUD efetuou a análise quanto às exigências contidas nos artigos 3º e 4º supracitados:

7.1 Análise Curricular:

Conforme item 2 do referido termo aditivo, a indicação dos tutores para contratação foi baseada no perfil especializado, garantindo a profundidade e a qualidade necessárias ao curso. Todos possuem vínculo com a administração pública, sendo servidores, magistrados ou defensores e atenderam aos critérios, estando seus currículos e qualificações elencados no aditivo.

7.2 Existência de indicação por parte da unidade solicitante, devidamente justificada (inciso II):

O curso foi solicitado pela Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica (SEP), a qual levou em consideração a atuação do CNJ como responsável pela execução das atividades inerentes ao Pacto acima citado. Além disso, os assuntos a serem abordados na capacitação guardam em si a relevância da boa prestação do papel do Estado, não só no que diz respeito à missão do Poder Judiciário, como também dos demais órgãos responsáveis pelo acolhimento das questões relacionadas à primeira infância.

7.3. Domínio do conteúdo a ser ministrado (inciso III), experiência profissional (inciso IV), desempenho anterior em ações de capacitação, promovidas ou não pelo Conselho (inciso V), outros critérios relacionados com a natureza, complexidade e finalidade da ação de capacitação (inciso VI):

Conforme documentações acostadas, verifica-se que os tutores possuem variados títulos acadêmicos e ampla formação na área do conhecimento que será explorada na capacitação pretendida. Destaca-se ainda que vários já atuaram como instrutores na etapa presencial e etapa EaD do Curso Marco Legal da Primeira Infância e suas implicações jurídicas, promovidos em 2020 e também no 1º ciclo de capacitação, encerrado em junho. Dessa forma, não resta dúvida quanto à capacitação dos instrutores.

8. Diante da experiência profissional e educacional comprovada, entende-se que os profissionais cujos perfis foram objeto de análise se mostram capazes de atuar como tutores no curso.

9. Encaminham-se os nomes e as titulações dos instrutores que serão responsáveis por ministrar o curso, assim como os valores correspondentes às respectivas horas/aula a serem contratadas:

Tutor COM vínculo com a Administração Pública – contratação por concessão de GECC						
	CPF	**TITULAÇÃO**	**MÓDULO**	**QTD DE HORAS DO MÓDULO (a)**	**VALOR DA HORA-AULA (b)**	**VALOR TOTAL DA REMUNERAÇÃO c = (a*b)**
ELIANA OLINDA	37938665304	Doutorado	1	**7**	R$313,99	**R$2.197,93**
JOSELAINE ALVES CARVALHO MARQUES	67532977234	Pós-graduação	1	**7**	R$273,04	**R$1.911,28**
JULIANA DE ARRUDA CASTRO	88513068187	Doutorado	1	**7**	R$313,99	**R$2.197,93**
ORDÁLIA ALVES	26108402172	Doutorado	1	**7**	R$313,99	**R$2.197,93**
REGINALDO TORRES	77928261120	Doutorado	1	**7**	R$313,99	**R$2.197,93**
ROSANGELA DE ANDRADE BRAGA	52423140606	Mestrado	1	**7**	R$300,34	**R$2.102,38**
MARÍLIA BIANCHINI	02409389090	Mestrado	1	**7**	R$300,34	**R$2.102,38**
KELLY CRISTINA NUNES SILVA	03385247624	Pós-graduação na área	1	**7**	R$286,69	**R$2.006,83**
ANTONIO MOTTI	19998007100	Mestrado	1	**7**	R$300,34	**R$2.102,38**
TALITA LEÃO	00057635170	Mestrado	1	**7**	R$300,34	**R$2.102,38**
PETER SCHWEIKERT	37033056818	Pós-graduação na área	2	**8**	R$286,69	**R$2.293,52**
ADRIANO LEITINHO	77339746315	Doutorado	2	**8**	R$313,99	**R$2.511,92**
CAROLINA DRUGG	00365128007	Mestrado	2	**8**	R$300,34	**R$2.402,72**
ANA CAROLINA OLIVEIRA	12480598756	Graduação	2	**8**	R$245,73	**R$1.965,84**
IVÂNIA GHESTI	57832404191	Doutorado	2	**8**	R$313,99	**R$2.511,92**
IVONE DE SENA SIMIONI	39162818520	Mestrado	2	**8**	R$300,34	**R$2.402,72**
MÁRCIO FLORESTAN	02522283910	Pós-graduação	2	**8**	R$273,04	**R$2.184,32**
LIA RAQUEL LIMA	68035390325	Pós-graduação	2	**8**	R$273,04	**R$2.184,32**
VIVIANE FERRO	92182089187	Mestrado	2	**8**	R$300,34	**R$2.402,72**
RODRIGO AZAMBUJA	11394567766	Graduação	2	**8**	R$245,73	**R$1.965,84**
MICHELE LESSA	81932120106	Doutorado	2	**8**	R$313,99	**R$2.511,92**
CONCEIÇÃO APARECIDA	4018120097	Pós-graduação	3, 4, 5 e 6	**25**	R$273,04	**R$6.826,00**
PAULO FADIGAS	16381522844	Graduação	3, 4, 5 e 6	**25**	R$245,73	**R$6.143,25**
EDUARDO REZENDE	11206922885	Doutorado	3, 4, 5 e 6	**25**	R$313,99	**R$7.849,75**
HUGO GOMES ZAHER	31914192842	Mestrado	3, 4, 5 e 6	**25**	R$300,34	**R$7.508,50**
RAQUEL CHRISPINO	00087476798	Graduação	3, 4, 5 e 6	**25**	R$245,73	**R$6.143,25**
LUCIANA PEREIRA GRUMBACH	05353554706	Graduação	3, 4, 5 e 6	**25**	R$245,73	**R$6.143,25**
PATRÍCIA DE CARVALHO ARAÚJO	41248635353	Pós-graduação na área	3, 4, 5 e 6	**25**	R$286,69	**R$7.167,25**
FRANCISCO COIMBRA	20932812287	Mestrado	3, 4, 5 e 6	**25**	R$300,34	**R$7.508,50**
LUIZ ANTONIO MIGUEL	01773683810	Mestrado	3, 4, 5 e 6	**25**	R$300,34	**R$7.508,50**
JOSÉ R. POIANI	08043128855	Graduação	3, 4, 5 e 6	**25**	R$245,73	**R$6.143,25**
DANIEL KONDER	05091359605	Pós-graduação	3, 4, 5 e 6	**25**	R$273,04	**R$6.826,00**
REBECA DE MENDONÇA LIMA	44559704287	Pós-graduação	3, 4, 5 e 6	**25**	R$273,04	**R$6.826,00**
MURILLO DIGIACOMO	72511605953	Graduação	3, 4, 5 e 6	**25**	R$245,73	**R$6.143,25**
PATRÍCIA NEVES	92632700744	Graduação	3, 4, 5 e 6	**25**	R$245,73	**R$6.143,25**
TÚLIO DUAILIBI ALVES SOUZA	79874207191	Pós-graduação	3, 4, 5 e 6	**25**	R$273,04	**R$6.826,00**
TOTAL DE DESPESA (tutor com vínculo)						**R$148.163,11**

10. Cabe destacar que, por meio do Despacho SCONT nº 1117949, foi informada a classificação orçamentária sob a qual correrá a despesa da remuneração dos instrutores acima mencionados. A disponibilidade orçamentária necessária à cobertura da despesa foi informada no Despacho SEPOR nº 1119682. Ademais, o instrumento de contrato será na forma de Nota de Empenho. Reforço que este projeto será executado com recursos advindos do Termo de Execução Descentralizada FDD nº 18/2019, entretanto, tendo em vista que ainda não houve o repasse dos recursos, previamente será utilizado o orçamento do CEAJUD, havendo remanejamento quando a descentralização dos recursos ocorrer.

11. Os valores da gratificação por encargo de curso foram calculados com base na Portaria do Ministério da Economia SGP/SEDGG/ME Nº 24.839, de 9 de dezembro de 2020, que estabelece o maior vencimento básico da Administração Pública Federal. A carga horária informada refere-se às horas/aula do curso.

12. Destacamos que a contratação dos tutores sem vínculo com a administração pública foi tratada no Despacho CEAJUD nº 1119978, a fim de tornar viável a contratação por **inexigibilidade de licitação** dos profissionais nessa condição. Conforme Despacho SAD 1121365, foi feita a declaração de inexigibilidade, restando pendente a ratificação, aprovação da despesa e autorização para contratação pelo Senhor Diretor-Geral.

13**.** Isso posto, encaminham-se os autos para análise e providências necessárias, com vistas à autorização, à emissão de nota de empenho com recursos do FDD para a contratação dos tutores, ficando o pagamento sujeito ao cumprimento, por parte destes, dos requisitos constantes na Instrução Normativa CNJ nº 20/2009.

Diogo Albuquerque Ferreira

Chefe do CEAJUD

Documento assinado eletronicamente por **DIOGO ALBUQUERQUE FERREIRA**, **CHEFE DO CEAJUD - CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO**, em 07/07/2021, às 18:36, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1121790** e o código CRC **9DECCE9F**.

08753/2020 1121790v4

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o Despacho SAD 1121365, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no art. 25, II, c/c o art. 13, VI, da Lei n° 8.666/93, bem como no Parecer Referencial 01/2019-AJU/DG/CNJ (1054146), proferido nos autos do Processo SEI 10497/2019, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de **R$ 23.754,22** (vinte e três mil setecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e dois centavos), e **autorizo** a contratação dos tutores abaixo, com vistas à realização do segundo ciclo de capacitação do Curso Marco Legal da Primeira Infância e suas implicações jurídicas, a ser ministrado no período de 13 de setembro a 18 de novembro de 2021.

TUTORES	CPF	TOTAL DA REMUNERAÇÃO
Bruno Moraes da Silva	024.083.110-12	R$2.102,38
Karine Isis Bernardes Verch	001.915.080-63	R$2.102,38
Luiza Campos Menezes	094.434.336-80	R$2.102,38
Maria Emília dos Santos	526.717.047-04	R$2.006,83
Érika da Silva Ferrão	074.973.647-07	R$ 2.197,93
Lígia Rosa de Rezende Pimenta	022.051.618-90	R$2.511,92
Carolina Helena Micheli Velho	619.946.341-20	R$2.402,72
Thais Nascimento Dantas	416.763.238-13	R$2.184,32
Juliana Silva Ribeiro	312.502.988.06	R$2.184,32
Total de Remuneração		**R$ 19.795,18**
INSS Patronal (20%)		R$ 3.959,04
TOTAL		**R$ 23.754,22**

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26, da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota empenho em favor dos tutores citados, observando-se a parte final do item 10 do Despacho CEAJUD 1121790.

4. À SAD e ao CEAJUD, para ciência.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK, DIRETOR-GERAL - DIRETORIA**



GERAL, em 08/07/2021, às 17:13, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1121911** e o código CRC **A1B6FDA6**.

08753/2020 1121911v5



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

Senhor Secretário de Gestão de Pessoas em exercício,

1. Trata-se de solicitação da Seção de Engenharia e Manutenção Predial (SEEMP) para a participação da servidora **Michele Roberta Pedroso dos Santos Monteiro**, matrícula 1634, Chefe da Seção de Engenharia e Manutenção Predial, no seminário "**Manutenção predial, gestão de facilities e planilha de formação de preços para serviços de engenharia - Atualizado com a nova Lei 14.133/21"**, promovido pela Jeane Leite da Silva Canelas - Con Treinamentos, CNPJ: 22.965.437/0001-00 (Doc. SEI n. 1106290).

2. A unidade solicitante justificou a participação no curso informando que "faz-se necessária a reciclagem dos conhecimentos prévios para o fiel cumprimento das atribuições desta Seção de Engenharia e Manutenção, a qual depende exclusivamente da terceirização para a execução dos serviços de manutenção predial".

3. Conforme Documento SEPOR (1108610), informa-se que há disponibilidade orçamentária para participação da servidora no referido evento.

4. Ademais, a Assessoria Jurídica manifestou-se por meio do Parecer AJU (Doc. SEI n. 1110138) quanto aos aspectos legais relativos à contratação mediante inexigibilidade de licitação, afirmando **não haver óbice legal** para a contratação.

5. Ressalta-se que o valor do investimento referente a participação da servidora é de **R$ 1.590,00 (um mil quinhentos e noventa reais)**, conforme Doc. SEI nº 1102802.

6. Ante o exposto, encaminho os autos processuais para que se faça a análise de:

a) **declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, caso esteja de acordo com a participação da servidora no evento em tela; e

b) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor total de **R$ 1.590,00 (um mil quinhentos e noventa reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEORF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

1. Por coadunar com o teor da Informação SEDUC 1106672, com o Parecer AJU 1110138 e com os termos do despacho supra, **declaro a inexigibilidade da licitação relativa** à contratação da **Jeane Leite da Silva Canelas - Con Treinamentos**, CNPJ: 22.965.437/0001-00, para ofertar o seminário "**Manutenção predial, gestão de facilities e planilha de formação de preços para serviços de engenharia - Atualizado com a nova Lei 14.133/21", com fundamento no *"caput"* do art. 25 da Lei 8.666/93.**

2. Diante do exposto, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

i) **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório;

ii) **aprovar** a despesa no valor total de **R$ 1.590,00 (um mil quinhentos e noventa reais);**

iii) **autorizar** a contratação da entidade promotora do evento com posterior encaminhamento do processo à Secretaria de Administração, para publicação do ato de inexigibilidade, e, por fim, remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão do empenho da despesa em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

João D'arc Ramos de Oliveira

Secretário de Gestão de Pessoas em Substituição

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 22/06/2021, às 14:39, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JOÃO D'ARC RAMOS DE OLIVEIRA**, **SECRETÁRIO(A) EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 22/06/2021, às 16:26, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1111885** e o código CRC **56E09D5D**.

04390/2021 1111885v5

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1110138 e do Despacho SEDUC 1111885, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de **R$ 1.590,00 (um mil quinhentos e noventa reais)** e **autorizo** a contratação da empresa Jeane Leite da Silva Canelas - Con Treinamentos, CNPJ: 22.965.437/0001-00, com vista à participação da servidora **Michele Roberta Pedroso dos Santos Monteiro** no seminário "Manutenção predial, gestão de facilities e planilha de formação de preços para serviços de engenharia - Atualizado com a nova Lei 14.133/21", ofertado na modalidade on-line, ao vivo, no período de 30 e 31 de agosto de 2021, com uma carga horária total de 19 horas (Doc. SEI nº 1102802).

2. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e à Seção de Educação Corporativa (SEDUC), para ciência e demais providências.

3. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93.

4. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 22/06/2021, às 19:46, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1112318** e o código CRC **7C53B422**.

04390/2021 1112318v4



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

Senhor Secretário de Gestão de Pessoas em exercício,

1. Trata-se de solicitação da Secretaria de Auditoria (SAU) para a participação da servidora **Thatiane de Morais Rosa**, matrícula 1361, Assistente II da Coordenadoria de Gestão do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário, no curso **"Audi 1"**, promovido pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA Brasil, CNPJ: 62.070.115/0001-00 (Doc. SEI n. 1157843).

2. A unidade solicitante justificou a participação no curso informando que houve mudança de lotação da referida servidora.

3. Conforme Documento SEPOR (1168723), informa-se que há disponibilidade orçamentária para participação da servidora no referido evento.

4. Ademais, a Assessoria Jurídica manifestou-se por meio do Parecer AJU (Doc. SEI n. 1169808) quanto aos aspectos legais relativos à contratação mediante inexigibilidade de licitação, afirmando **não haver óbice legal** para a contratação.

5. Ressalta-se que o valor do investimento referente a participação da servidora é de **R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais)**, conforme Doc. SEI nº 1157888.

6. Ante o exposto, encaminho os autos processuais para que se faça a análise de:

a) **declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, caso esteja de acordo com a participação da servidora no evento em tela; e

b) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor total de **R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEORF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger
Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

1. Por coadunar com o teor da Informação SEDUC 1165058, com o Parecer AJU 1169808 e com os termos do despacho supra, **declaro a inexigibilidade da licitação relativa** à contratação do Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA Brasil, CNPJ: 62.070.115/0001-00, para ofertar o curso **"Audi 1", com fundamento no *"caput"* do art. 25 da Lei 8.666/93.**

2. Diante do exposto, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

i) **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório;

ii) **aprovar** a despesa no valor total de **R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais);**

iii) **autorizar** a contratação da entidade promotora do evento com posterior encaminhamento do processo à Secretaria de Administração, para publicação do ato de inexigibilidade, e, por fim, remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão do empenho da despesa em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

João D'arc Ramos de Oliveira

Secretário de Gestão de Pessoas em Substituição

Documento assinado eletronicamente por **JOÃO D'ARC RAMOS DE OLIVEIRA**, **SECRETÁRIO(A) EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 30/09/2021, às 17:06, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 30/09/2021, às 17:07, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1176510** e o código CRC **B55A1F14**.

06836/2021 1176510v6

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1169808 e do Despacho SEDUC 1176510, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de **R$ 2.600,00** (dois mil e seiscentos reais) e **autorizo** a contratação do Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA Brasil, CNPJ n. 62.070.115/0001-00, com vista à participação da servidora **Thatiane de Morais Rosa**, matrícula 1361, no curso **"Audi 1"**, ofertado na **modalidade on-line**, **de 13 a 15 de outubro de 2021**, com carga horária total de 24 horas (doc SEI nº 1157888 /Informação SEDUC 1165058).

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade do referido Instituto e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e à Seção de Educação Corporativa (SEDUC), para ciência e demais providências.

Getúlio Vaz
Diretor-Geral Substituto

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **DIRETOR-GERAL EM SUBSTITUIÇÃO - DIRETORIA GERAL**, em 01/10/2021, às 14:13, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1176966** e o código CRC **61956532**.



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

Senhora Secretária de Gestão de Pessoas,

1. Trata-se de solicitação da Secretaria de Auditoria (SAU) para a participação dos seguintes servidores no curso **"AudiTI"**, promovido pelo **Instituto dos Auditores Internos do Brasil**, CNPJ: 62.070.115/0001-00 (Doc. SEI n. 1023326):

Alexandre Pinto Vieira de Paula, matrícula 2060, Analista Judiciário;

Danilo Mendes Guimarães matrícula, 1853, Técnico Judiciário;

Evandro Silva Gomes, matrícula 1329, Chefe de Seção de Auditoria da Gestão e da Governança;

Priscila Schubert da Cunha Canto, matrícula 1518, Analista Judiciário;

Saulo Augusto Felix de Araujo Serpa, matrícula 1884, Coordenador de Auditoria Institucional; e

Tatiana Cristine Cassimiro Vieira, matrícula 1938, Analista Judiciário.

2. A unidade solicitante justificou a participação no curso informando que a capacitação tem por finalidade dotar os servidores de conhecimentos técnicos para executar o Plano Anual de Auditoria 2021 - PAA 2021. Convém mencionar que o Plano Anual de Capacitação - PAC - Aud 2021 prevê a realização de capacitações relativas à Auditoria em Tecnologia da Informação.

3. Em atenção à recomendação contida no item 15 do Parecer AJU (Doc. SEI 1035312), cumpre informar que esta SEDUC passará a adotar também a juntada das certidões relativas a licitantes inidôneos, emitida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e a do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), fornecida pelo Portal da Transparência, ambas consolidadas pelo portal do TCU.

4. Quanto ao alerta contido no item 20 do mesmo parecer, vale ressaltar que, caso haja qualquer indício ou documento novo que tenha o condão de alterar a realidade fática constatada no momento, esta SEDUC alertará a Administração para que as providências cabíveis possam ser tomadas.

5. Conforme Documento SEPOR (1034311), informa-se que há disponibilidade orçamentária para participação dos servidores no referido evento.

6. Ademais, a Assessoria Jurídica manifestou-se por meio do Parecer AJU (Doc. SEI n. 1035312) quanto aos aspectos legais relativos à contratação mediante inexigibilidade de licitação, afirmando **não haver óbice legal** para a contratação.

7. Ressalta-se que o valor do investimento referente a participação dos servidores é de **R$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais),** conforme Doc. SEI nº 1033029.

8. Ante o exposto, encaminho os autos processuais para que se faça a análise de:

a) **declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, caso esteja de acordo com a participação dos servidores no evento em tela; e

b) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor total de **R$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais)**, **e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SOF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Fábio Lopes Fernandes

Chefe da Seção de Educação Corporativa em exercício

Senhor Diretor-Geral,

1. Por coadunar com o teor da Informação SEDUC 1033047, com o Parecer AJU 1035312 e com os termos do despacho supra, **declaro a inexigibilidade da licitação relativa** à contratação do **Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA Brasil,** CNPJ: 62.070.115/0001-00, para ofertar o curso "**AudiTI", com fundamento no *"caput"* do art. 25 da Lei 8.666/93.**

2. Diante do exposto, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

i) **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório;

ii) **aprovar** a despesa no valor total de **R$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais);**

iii) **autorizar** a contratação da entidade promotora do evento com posterior encaminhamento do processo à Secretaria de Administração, para publicação do ato de inexigibilidade, e, por fim, remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão do empenho da despesa em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Raquel Wanderley da Cunha Chaussê

Secretária de Gestão de Pessoas

Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL WANDERLEY DA CUNHA**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 17/02/2021, às 14:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIO LOPES FERNANDES RAMOS**, **CHEFE DE SEÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 17/02/2021, às 14:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador



1035721 e o código CRC **E92A6C48**.

00605/2021 1035721v8

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1035312 e do Despacho SEDUC 1035721, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do artigo 25 da Lei n. 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de **R$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais)** e **autorizo** a contratação do **Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA Brasil,** CNPJ nº 62.070.115/0001-00, com vistas à participação dos servidores **Alexandre Pinto Vieira de Paula,** matrícula 2060; **Danilo Mendes Guimarães,** matrícula 1853; **Evandro Silva Gomes,** matrícula 1329; **Priscila Schubert da Cunha Canto,** matrícula 1518; **Saulo Augusto Felix de Araujo Serpa,** matrícula 1884; e **Tatiana Cristine Cassimiro Vieira,** matrícula 1938, no curso "**AudiTI**", a ocorrer por meio de transmissão ao vivo *on line.*

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), para ciência e demais providências.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 18/02/2021, às 09:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1036010** e o código CRC **D070036E**.

00605/2021 1036010v6

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

Senhor Secretário de Gestão de Pessoas em exercício,

1. Trata-se de solicitação do Departamento de Gestão Estratégica (DGE) para a participação dos servidores abaixo listados no curso **"Gestão ágil da estratégia com o OKR - versão online"**, promovido pela **STEX Treinamento e Desenvolvimento Empresarial Ltda,** CNPJ: 26.178.088/0001-20 (Doc. SEI n. 1128104):

Adilson Medeiros da Silva, matrícula 1249, Chefe de Divisão

Benildo Morais Santos, matrícula 1520, Chefe de Seção

Marcos Vinicius Silva Campos, matrícula 1923, Chefe de Seção

Neuma Christina Lopes Nunes, matrícula 1946, Chefe de Seção

2. A unidade solicitante justificou a participação no curso informando que "*o referido curso ajudará na avaliação e supervisão do Planejamento da Gestão Estratégica do CNJ e Nacional, notadamente nas competências: Conduzir Estratégia Institucional e Avaliar e Supervisionar o Planejamento de Gestão Estratégica*".

3. Conforme Documento SEPOR (1132790), informa-se que há disponibilidade orçamentária para participação dos servidores no referido evento.

4. Ademais, a Assessoria Jurídica manifestou-se por meio do Parecer AJU (Doc. SEI n. 1134431) quanto aos aspectos legais relativos à contratação mediante inexigibilidade de licitação, afirmando **não haver óbice legal** para a contratação.

5. Ressalta-se que o valor do investimento referente a participação dos servidores é de **R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)**, conforme Doc. SEI nº 1128114.

6. Ante o exposto, encaminho os autos processuais para que se faça a análise de:

a) **declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, caso esteja de acordo com a participação dos servidores no evento em tela; e

b) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor total de **R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEORF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

1. Por coadunar com o teor da Informação SEDUC 1130756, com o Parecer AJU 1134431 e com os termos do despacho supra, **declaro a inexigibilidade da licitação relativa** à contratação da **STEX Treinamento e Desenvolvimento Empresarial Ltda,** CNPJ: 26.178.088/0001-20, para ofertar o curso **"Gestão ágil da estratégia com o OKR - versão online", com fundamento no *"caput"* do art. 25 da Lei 8.666/93.**

2. Diante do exposto, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

i) **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório;

ii) **aprovar** a despesa no valor total de **R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais);**

iii) **autorizar** a contratação da entidade promotora do evento com posterior encaminhamento do processo à Secretaria de Administração, para publicação do ato de inexigibilidade, e, por fim, remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão do empenho da despesa em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

João D'arc Ramos de Oliveira

Secretário de Gestão de Pessoas em Substituição

Documento assinado eletronicamente por **JOÃO D'ARC RAMOS DE OLIVEIRA**, **SECRETÁRIO(A) EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 30/07/2021, às 16:15, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 30/07/2021, às 16:36, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1135014** e o código CRC **5E43EBCD**.

05504/2021 1135014v10

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1134431 e do Despacho SEDUC 1135014, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no "caput" do art. 25 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, **aprovo** a realização da despesa no valor de R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais) e **autorizo** a contratação da empresa STEX Treinamento e Desenvolvimento Empresarial Ltda, CNPJ nº 26.178.088/0001-20, com vista à participação dos servidores abaixo relacionados no curso **"Gestão ágil da estratégia com o OKR"**, ofertado na modalidade on-line, ao vivo, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2021, das 8h30 às 12h e das 14h às 17h30, com uma carga horária total de 12 horas (Doc. SEI nº 1128108).

Nome	Matrícula	Cargo
Adilson Medeiros da Silva	1249	Chefe de Divisão
Benildo Morais Santos	1520	Chefe de Seção
Neuma Christina Lopes Nunes	1946	Chefe de Seção
Marcos Vinicius Silva Campos	1923	Chefe de Seção

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e à Seção de Educação Corporativa (SEDUC), para ciência e demais providências.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 30/07/2021, às 18:21, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1136249** e o código CRC **E4557858**.



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

Senhor Secretário de Gestão de Pessoas em exercício,

1. Trata-se de solicitação da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica (SEP) para a participação de juíza auxiliar e servidores abaixo listados no curso **"Inteligência Estratégica para órgãos do Judiciário"**, no período de **9 a 12 de agosto de 2021,** promovido pela **Brainstorming Consultoria e Treinamento,** CNPJ: 01.595.655/0001-12 (Doc. SEI n. 1102494):

Dayse Starling Mota, matrícula 2149, Juíza Auxiliar

Fabiana Andrade Gomes e Silva, matrícula 1185, Diretora de Departamento

Priscila Alberti Leite, matrícula 1686, Assistente II

Marina Brazil Bonani, matrícula 1711, Assistente II

Neuma Christina Lopes Nunes, matrícula 1946, Chefe de Seção

Renata Maroja Stochiero, matrícula 1759, Chefe de Seção

Marcos Vinicius Silva Campos, matrícula 1923, Chefe de Seção

Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva, matrícula 1951, Assessor I

2. A unidade solicitante justificou a participação no curso informando que "irá ajudar na avaliação e supervisão do Planejamento da Gestão Estratégica (lacuna de competência deste Departamento)".

3. Conforme Documento SEPOR (1112032), informa-se que há disponibilidade orçamentária para participação da juíza auxiliar e dos servidores no referido evento.

4. Ademais, a Assessoria Jurídica manifestou-se por meio do Parecer AJU (Doc. SEI n. 1115349) quanto aos aspectos legais relativos à contratação mediante inexigibilidade de licitação, afirmando **não haver óbice legal** para a contratação.

5. Ressalta-se que o valor do investimento referente a participação da juíza auxiliar e dos servidores de **R$ 8.000,00 (oito mil reais)**, conforme Doc. SEI nº 1102507.

6. Ante o exposto, encaminho os autos processuais para que se faça a análise de:

a) **declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, caso esteja de acordo com a participação dos servidores no evento em tela; e

b) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor total de **R$ 8.000,00 (oito mil reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEORF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

1. Por coadunar com o teor da Informação SEDUC 1108758, com o Parecer AJU 1115349 e com os termos do despacho supra, **declaro a inexigibilidade da licitação relativa** à contratação da **Brainstorming Consultoria e Treinamento,** CNPJ: 01.595.655/0001-12, para ofertar o curso **"Inteligência Estratégica para órgãos do Judiciário", com fundamento no *"caput"* do art. 25 da Lei 8.666/93.**

2. Diante do exposto, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

i) **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório;

ii) **aprovar** a despesa no valor total de **R$ 8.000,00 (oito mil reais);**

iii) **autorizar** a contratação da entidade promotora do evento com posterior encaminhamento do processo à Secretaria de Administração, para publicação do ato de inexigibilidade, e, por fim, remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão do empenho da despesa em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

João D'arc Ramos de Oliveira

Secretário de Gestão de Pessoas em Substituição

Documento assinado eletronicamente por **JOÃO D'ARC RAMOS DE OLIVEIRA**, **SECRETÁRIO(A) EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 01/07/2021, às 12:19, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 01/07/2021, às 14:11, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1116232** e o código CRC **C075C50D**.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1115349 e do Despacho SEDUC 1116232, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no "caput" do art. 25 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, **aprovo** a realização da despesa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais) e **autorizo** a contratação da empresa Brainstorming Consultoria e Treinamento, CNPJ: 01.595.655/0001-12, com vista à participação dos servidores abaixo relacionados no curso **"Inteligência Estratégica para órgãos do Judiciário"**, ofertado na modalidade on-line, ao vivo, de 9 a 12 de agosto de 2021, das 9h às 12h e das 14h às 17h, com uma carga horária total de 24 horas (Doc. SEI nº 1102507).

Nome	Matrícula	Cargo
Fabiana Andrade Gomes e Silva	1185	Diretora de Departamento
Priscila Alberti Leite	1686	Assistente II
Marina Brazil Bonani	1711	Assistente II
Neuma Christina Lopes Nunes	1946	Chefe de Seção
Renata Maroja Stochiero	1759	Chefe de Seção
Dayse Starling Mota	2149	Juíza Auxiliar
Marcos Vinicius Silva Campos	1923	Chefe de Seção
Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva	1951	Assistente I

2. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e à Seção de Educação Corporativa (SEDUC), para ciência e demais providências.

3. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93.

4. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 01/07/2021, às 17:54, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1117733** e o código CRC **13F85634**.

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Informação SEDUC 1116201
Processo: 04806/2021
Assunto: Curso **"Produção de Textos Oficiais e Atos Normativos"**

1. Trata-se de projeto para a realização do curso **"Produção de Textos Oficiais e Atos Normativos"**, com aulas síncronas previstas para **2, 4, 6, 9 e 12 de agosto**, promovido pela empresa Sousa e Sousa Educação Ltda, CNPJ: 21.792.829/0001-44**,** conforme Doc. SEI nº 1112727.

1.1 O horário do curso foi alterado para 16 às 18, considerando que o horário estava chocando com o da oficina de dimensionamento da força de trabalho feita pela Seção de Seleção e Gestão de Desempenho - SEGED

2. Por meio do processo SEI n. 02584/2021, foi realizado o levantamento das necessidades de capacitação para a área-fim do CNJ, cujo tema foi sugerido por algumas unidades consultadas. Além disso, o Projeto Pedagógico Institucional - PPI 2020/2021 (1078352) prevê o desenvolvimento de competências emergentes, em ascensão, que são estratégicas para o órgão, situação em que se enquadra o tema.

2.1. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento podem proporcionar uma atualização dos conhecimentos dos servidores de todas as unidades do Conselho Nacional de Justiça, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (Doc. SEI 1112734). Dessa forma, o evento será **contabilizado para Adicional de Qualificação (AQ).**

3. A ação de capacitação sugerida está alinhada aos objetivos estratégicos *"Promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica"* e "*Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas"*, previstos no art. 3º, IV e XVI, respectivamente, da Portaria CNJ nº 104/2020, que instituiu o Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021-2026.

4. Verifica-se ainda que a presente contratação **cumpre os requisitos elencados no Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ** (0801055), para contratações de serviços técnicos profissionais especializados relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, **o que torna dispensável a análise individualizada pela Assessoria Jurídica,** a saber:

i) declaração expressa de que o objeto de contratação configura hipótese abarcada pela presente manifestação, conforme indicado nos parágrafos 3 a 5 desta manifestação:

Item 4 desta Informação

ii) justificativas para caracterização do objeto como integrante do rol do artigo 13 da Lei nº 8.666/1993, caracterização do objeto/serviço como singular e a caracterização da notória especialização do profissional a ser contratado/empresa a ser contratada, conforme abordado nos parágrafos 15 a 29 desta manifestação:

Item IX - Contratação do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1112740)

iii) Projeto Básico elaborado pela unidade demandante, o qual contemple, no mínimo, o objeto, a justificativa, os objetivos, o conteúdo programático, a metodologia, as especificações técnicas, qualificação técnica do(s) instrutor(es), motivação econômico-financeira, as responsabilidades das partes, as etapas de execução, as condições de recebimento e pagamento, as sanções eventualmente aplicáveis e a análise de riscos, conforme indicado no parágrafo 41

deste parecer:

Projeto Básico 1112740

iv) proposta da empresa ou do instrutor, com descrição dos serviços e concordância expressa com o Projeto Básico aprovado:

Proposta 1112727

v) justificativas para o preço, com a apresentação de notas de empenho comprovantes da contratação do serviço objeto deste expediente por outros órgãos, e indicação da economicidade afeta à contratação. conforme indicado nos parágrafos 37 a 40 desta manifestação:

Notas de Empenho 1112732 e Item IX - Contratação do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1112740)

vi) documentos hábeis à prova do estado de regularidade fiscal e trabalhista da fornecedora junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal e à Justiça do Trabalho (tais como CPF/CNPJ, certidões de regularidade elencadas no parecer, SICAF e outros), conforme indicado nos parágrafos 49 a 53 desta manifestação:

Certidões Negativas 1112733

vii) documentos hábeis à prova do estado de regularidade jurídica do prestador do serviço (documento de identidade, ato constitutivo e outros), conforme indicado no parágrafo 56 desta manifestação:

Contrato Social 1112731

viii) *curriculum vitae* dos instrutores:

Curriculum Vitae 1112730

ix) informação de que há disponibilidade orçamentária para atendimento da demanda, conforme indicado no parágrafo 43 desta manifestação:

Despacho 1116031

x) atendimento aos requisitos previstos na Instrução Normativa CNJ nº 35/2015, quando aplicável, com ênfase na pertinência entre as atribuições da unidade demandante, nas funções exercidas pelos servidores a serem beneficiados e os conhecimentos a serem providos pela contratação almejada:

Item 2 da presente Informação e Item II - Justificativa do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1112740)

xi) juntada e preenchimento das listas de verificação aprovadas pelo Diretor-Geral (arquivo SEI 0170165), referentes às contratações de cursos de capacitação (disponíveis no arquivo SEI 0166776), conforme o caso (parágrafo 58):

Lista de verificação SEDUC 1112739

xii) atendimento do procedimento legal previsto no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993:

Será cumprido após a aprovação do Projeto Básico e declaração de Inexigibilidade por parte da SGP, conforme proposto no Item 6, "c", da presente Informação.

5. Por fim, tendo em vista a disponibilidade orçamentária informada pela SEPOR no Despacho 1116031, entendemos ser possível a contratação dos eventos.

6. Diante do exposto, encaminho os autos à **Secretaria de Gestão de Pessoas**, caso de acordo, para:

a) Aprovação do Projeto Básico 1112740;

b) **Declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, com fundamento legal no

inciso II do art. 25 combinado com o inciso VI do art. 13 da 8.666/93, caso esteja de acordo com o evento em tela.

c) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor de **R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SOF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Após, favor retornar os autos para providências relativas a esta Seção.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

1. Estou de acordo com os termos da informação supra. **Aprovo o Projeto Básico (1112740) e declaro a inexigibilidade** da licitação relativa à contratação do curso **"Produção de Textos Oficiais e Atos Normativos"**, com aulas síncronas previstas para **2, 4, 6, 9 e 12 de agosto**, promovido pela empresa Sousa e Sousa Educação Ltda, CNPJ: 21.792.829/0001-44**,** conforme Doc. SEI nº 1112727.

2. Por fim, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo com a contratação pleiteada, **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório, **aprovar** a despesa no valor de **R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) e autorizar** a contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SOF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

João D´arc Ramos de Oliveira

Secretário de Gestão de Pessoas em Substituição

Documento assinado eletronicamente por **JOÃO D'ARC RAMOS DE OLIVEIRA**, **SECRETÁRIO(A) EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 01/07/2021, às 12:18, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 01/07/2021, às 14:11, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1116201** e o código CRC **B53F7428**.

04806/2021 1116201v7

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando a Informação SEDUC 1116201, que aprova o Projeto Básico (doc. 1112740) e declara a inexigibilidade do procedimento licitatório, **ratifico** o ato de inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no art. 25, II, c/c o art. 13, VI, da Lei n° 8.666/93, bem como no Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ (doc. 0801055), proferido nos autos do Processo SEI nº 10497/2019, **aprovo** a realização da despesa no valor total de R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) e **autorizo** a contratação da empresa Sousa e Sousa Educação Ltda, CNPJ: 21.792.829/0001-44, com vistas à realização do curso **"Produção de Textos Oficiais e Atos Normativos"**, com carga horária de 32hs, de aulas síncronas, previstas para os dias 2, 4, 6, 9 e 12 de agosto de 2021.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), para ciência e demais atos subsequentes.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 06/07/2021, às 18:12, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1117721** e o código CRC **3934486D**.

04806/2021 1117721v2

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

Senhora Secretária de Gestão de Pessoas em exercício,

1. Trata-se de solicitação do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI) para a participação dos servidores **Thiago de Andrade Vieira,** matrícula 1246, diretor do DTI, e **Igor Guimarães Pedreira,** matrícula 1831, chefe da Seção de Gestão Estratégica de TIC, no **"Programa On-line Transformação Digital: Tecnologias e suas Aplicações Práticas"**, promovido pelo **MIT Professional Education Program Team at Global Alumni** (Doc. SEI nº 1084019).

1.1. Cumpre informar que, embora originalmente constem da solicitação de evento externo 1084019 e 1097434, o juiz auxiliar da presidência Adriano da Silva Araujo e os servidores Silvino César Silveira e Flávio Feitosa Costa **desistiram** de participar do evento, conforme Docs. SEI n. 1135742, 1136439 e 1135337).

2. A unidade solicitante justificou a participação no curso informando que "a Transformação Digital é um tema a ser desenvolvido pelo DTI, conforme estabelecido pela Res. CNJ nº 370/2021, em especial no seu Artigo 15. Com o Treinamento, espera-se capacitar os servidores de forma auxiliar o DTI no atendimento da Resolução".

3. Em atenção às recomendações contidas nos itens 15, 16, 17 e 18 do Parecer AJU (Doc. SEI 1114235), cumpre informar que:

Item 15 - Caso haja o cancelamento do curso por parte da instituição, haverá o reembolso integral do valor pago pelo CNJ ou o adiamento da turma para uma próxima convocatória (Doc. SEI nº 1141255);

Item 16 - A instrução processual foi complementada pelo DTI, no que se refere à elaboração dos Projetos de Participação em Evento Internacional, contendo os itens elencados nas alíneas ***d), e), f) e g)*** do inciso III do art. 21-A da IN 35/2015 (Doc. SEI nº 1132359 e 1132630);

Item 17 - Perda de objeto, tendo em vista a **desistência** do juiz auxiliar da presidência Adriano da Silva Araujo (1135742) e dos servidores Silvino César Silveira (1136439) e Flávio Feitosa Costa (1135337).

Item 18 - Juntada das informações referentes à constituição da instituição prestadora dos serviços e os termos contratuais aplicáveis para a aquisição das vagas em questão (Doc. SEI nº 1141257).

4. Conforme Documento SEPOR (1112243), informa-se que há disponibilidade orçamentária para participação dos servidores no referido evento.

5. Ademais, a Assessoria Jurídica manifestou-se por meio do Parecer AJU (Doc. SEI n. 1114235) quanto aos aspectos legais relativos à contratação mediante inexigibilidade de licitação, afirmando **não haver óbice legal** para a contratação.

6. Ressalta-se que inicialmente o valor total do investimento seria de **USD 8.415,00 (oito mil quatrocentos e quinze dólares)** para as 5 (cinco) participações, aproximadamente **R$ 42.244,14 (quarenta e dois mil duzentos e quarenta e quatro reais e quatorze centavos)** em moeda nacional, com base na cotação do dia 16 de junho de 2021 (Doc. SEI nº 1103110). Entretanto, após a desistência de 3 (três) participantes, a fatura *invoice* foi atualizada para o valor total de **USD 3.564,00 (três mil quinhentos e sessenta e quatro dólares)** para 2 (duas) participações, o que equivale a

aproximadamente **R$ 18.535,29 (dezoito mil quinhentos e trinta e cinco reais e vinte e nove centavos)** em moeda nacional, com base na cotação do dia 11 de agosto de 2021 (Doc. SEI nº 1141252).

6.1. Salienta-se que a fatura *invoice* 1141250, incluídas as taxas bancárias incidentes sobre a transferência, deverá ser paga diretamente pelo CNJ **até o dia 20 de agosto de 2021**. Não haverá custos de hospedagem nem deslocamento, por se tratar de um **evento on-line**.

7. Ante o exposto, encaminho os autos processuais para que se faça a análise de:

a) **declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, caso esteja de acordo com a participação dos servidores no evento em tela; e

b) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor total de **R$ 18.535,29 (dezoito mil quinhentos e trinta e cinco reais e vinte e nove centavos) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEORF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

1. Por coadunar com o teor da Informação SEDUC 1108612, com o Parecer AJU 1114235 e com os termos do despacho supra, **declaro a inexigibilidade da licitação relativa** à contratação do **MIT Professional Education Program Team at Global Alumni,** entidade estrangeira, para ofertar o "**Programa *On-line* Transformação Digital: Tecnologias e suas Aplicações Práticas", com fundamento no art. 25, II c/c art. 13, VI, da Lei n° 8.666/93.**

2. Diante do exposto, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

i) **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório;

ii) **aprovar** a despesa no valor total de **R$ 18.535,29 (dezoito mil quinhentos e trinta e cinco reais e vinte e nove centavos),** conforme cotação do dia 11 de agosto de 2021 (1141252), para **pagamento até o dia 20 de agosto de 2021**. Não haverá custos de hospedagem nem deslocamento, por se tratar de um **evento on-line**.

iii) **autorizar** a contratação da entidade promotora do evento com posterior encaminhamento do processo à Secretaria de Administração, para publicação do ato de inexigibilidade, e, por fim, remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão do empenho da despesa em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Mariana Cabral Nogueira de Sá

Secretária de Gestão de Pessoas em Substituição

Documento assinado eletronicamente por **MARIANA CABRAL NOGUEIRA DE SA**, **SECRETÁRIO(A) EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 12/08/2021, às 17:18, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 12/08/2021, às 17:44, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1141260** e o código CRC **20F33A61**.

03511/2021 1141260v29

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Trata-se de solicitação do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI) para a participação dos servidores Thiago de Andrade Vieira, matrícula 1246, diretor do DTI, e Igor Guimarães Pedreira, matrícula 1831, chefe da Seção de Gestão Estratégica de TIC, no "Programa On-line Transformação Digital: Tecnologias e suas Aplicações Práticas", promovido pelo MIT Professional Education Program Team at Global Alumni (Doc. SEI nº 1084019).

2. Considerando o disposto no Parecer AJU 1114235, bem como no Despacho SEDUC 1141260, que informa a regularidade do procedimento de contratação e, por consequência disso, declara a inexigibilidade do procedimento licitatório, **ratifico** o ato de inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no art. 25, II, c/c o art. 13, VI, da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor total de USD 3.564,00 (três mil quinhentos e sessenta e quatro dólares), valor esse que equivale aproximadamente **R$ 18.535,29 (dezoito mil quinhentos e trinta e cinco reais e vinte e nove centavos)** em moeda nacional, com base na cotação do dia 11 de agosto de 2021, e **autorizo** a contratação do **MIT Professional Education Program Team at Global Alumni**, entidade estrangeira, com vistas à participação dos citados servidores no curso "Programa *On-line* Transformação Digital: Tecnologias e suas Aplicações Práticas", com carga horária total de 68 horas, prevista para o período de 21 de setembro a 14 de novembro de 2021.

3. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

4. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho, ficando incluído neste ato a autorização, ainda, se for o caso, para liquidação/pagamento de eventuais taxas de serviços para conversão do real em dólar no momento do pagamento da presente despesa, bem como para demais providências da alçada dessa Secretaria.

5. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), para ciência e demais atos subsequentes.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 13/08/2021, às 19:07, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1143379** e o código CRC **A1931A82**.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

Senhor Secretário de Gestão de Pessoas em Substituição,

1. Trata-se de solicitação da Secretaria de Auditoria (SAU) para a participação dos seguintes servidores no curso **"Termo de Execução Descentralizada - TED 2021"**, promovido pela **Orzil Cursos e Eventos Ltda,** CNPJ: 08.942.423/0001-32 (Doc. SEI n. 1025260):

- **Alexandre Pinto Vieira de Paula,** matrícula 2060, Analista Judiciário;
- **Danilo Mendes Guimarães matrícula,** 1853, Técnico Judiciário;
- **Evandro Silva Gomes,** matrícula 1329, Chefe de Seção de Auditoria da Gestão e da Governança;
- **Priscila Schubert da Cunha Canto,** matrícula 1518, Analista Judiciário;
- **Saulo Augusto Felix de Araujo Serpa,** matrícula 1884, Coordenador de Auditoria Institucional; e
- **Tatiana Cristina Cassimiro Vieira,** matrícula 1938, Analista Judiciário.

2. A unidade solicitante justificou a participação no curso informando que a ação de capacitação tem por finalidade dotar os servidores de conhecimentos técnicos para executar o Plano Anual de Auditoria 2021 - PAA 2021. Convém mencionar que o Plano Anual de Capacitação - PAC - Aud 2021 prevê a realização de capacitações relativas ao processo auditável mencionado.

3. Conforme Documento SEPOR (1032865), informa-se que há disponibilidade orçamentária para participação dos servidores no referido evento.

4. Ademais, a Assessoria Jurídica manifestou-se por meio do Parecer AJU (Doc. SEI n. 1034333) quanto aos aspectos legais relativos à contratação mediante inexigibilidade de licitação, afirmando **não haver óbice legal** para a contratação.

5. Ressalta-se que o valor do investimento referente a participação dos 6 (seis) servidores é de **R$ 8.817,90 (oito mil oitocentos e dezessete reais e noventa centavos),** conforme Doc. SEI nº 1032027.

6. Ante o exposto, encaminho os autos processuais para que se faça a análise de:

a) **declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, caso esteja de acordo com a participação dos servidores no evento em tela; e

b) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor total de **R$ 8.817,90 (oito mil oitocentos e dezessete reais e noventa centavos) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEORF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Fábio Lopes Fernandes

Chefe da Seção de Educação Corporativa em exercício

Senhor Diretor-Geral,

1. Por coadunar com o teor da Informação SEDUC 1032245, com o Parecer AJU 1034333 e com os termos do despacho supra, **declaro a inexigibilidade da licitação relativa** à contratação da **Orzil Cursos e Eventos Ltda,** CNPJ: 08.942.423/0001-32**,** para ofertar o curso **"Termo de Execução Descentralizada - TED 2021", com fundamento no *"caput"* do art. 25 da Lei 8.666/93.**

2. Diante do exposto, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

i) **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório;

ii) **aprovar** a despesa no valor total de **R$ 8.817,90 (oito mil oitocentos e dezessete reais e noventa centavos);**

iii) **autorizar** a contratação da entidade promotora do evento com posterior encaminhamento do processo à Secretaria de Administração, para publicação do ato de inexigibilidade, e, por fim, remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão do empenho da despesa em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

João D'arc Ramos de Oliveira

Secretário de Gestão de Pessoas em Substituição

Documento assinado eletronicamente por **JOÃO D'ARC RAMOS DE OLIVEIRA**, **SECRETÁRIO(A) EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 12/02/2021, às 19:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIO LOPES FERNANDES RAMOS**, **CHEFE DE SEÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 17/02/2021, às 11:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1034881** e o código CRC **88E39A03**.

00707/2021 1034881v6

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1034333 e do Despacho SEDUC 1034881, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do artigo 25 da Lei n. 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de **R$ 8.817,90 (oito mil oitocentos e dezessete reais e noventa centavos)** e **autorizo** a contratação da Orzil Cursos e Eventos Ltda, CNPJ nº 08.942.423/0001-32, com vistas à participação dos servidores **Alexandre Pinto Vieira de Paula,** matrícula 2060; **Danilo Mendes Guimarães,** matrícula 1853; **Evandro Silva Gomes,** matrícula 1329; **Priscila Schubert da Cunha Canto,** matrícula 1518; **Saulo Augusto Felix de Araujo Serpa,** matrícula 1884; e **Tatiana Cristine Cassimiro Vieira,** matrícula 1938, no curso **"Termo de Execução Descentralizada - TED 2021"**, a ocorrer por meio de transmissão ao vivo *on line.*

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), para ciência e demais providências.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 18/02/2021, às 09:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1036045** e o código CRC **6593AEE3**.

00707/2021 1036045v3

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Informação SEDUC 1153519
Processo: 06269/2021
Assunto: Curso **"Termo de Execução Descentralizada – TED (Decreto nº 10.426/2020 e jurisprudência do TCU)"**

1. Trata-se de projeto para a realização do curso **"Termo de Execução Descentralizada – TED (Decreto nº 10.426/2020 e jurisprudência do TCU)"**, previsto para os dias 6, 7, 8, 11 e 13 de outubro, promovido pela empresa **Orzil Consultoria e Treinamento Ltda**, CNPJ: 21.545.863/0001-14, conforme Doc. SEI nº 1145385.

2. A Secretaria-Geral solicitou, por meio do Despacho SG 1120623, demanda de curso sobre planejamento, execução, acompanhamento e prestação de contas de Termo de Execução Descentralizada, tendo em vista o **Achado 1 - Oportunidade de Fortalecimento e Estruturação do Núcleo de Assistência e Acompanhamento de Instrumentos Celebrados pelo CNJ** constante no Relatório Preliminar de Auditoria 2021/002 (Doc. 1103969 do Processo SEI 02706/2021).

2.1. Cumpre destacar que o CNJ não possui servidor com expertise no assunto, apto a realizar o treinamento solicitado, o que torna-se necessária a contratação de uma empresa especializada. Nesse sentido, vale pontuar que a Secretaria de Auditoria (SAU) realizou, entre os meses de março e abril de 2021, treinamento semelhante promovido pela **Orzil Cursos e Eventos Ltda** (SEI 00707/2021), tendo sido bem avaliado pelos participantes, conforme avaliação de reação (Doc SEI 1065424).

2.2. Vale informar que a Secretaria-Geral, por meio do Despacho SG 1151177, aprovou a proposta apresentada pela empresa (1145385), bem como anuiu com o Projeto Básico SEDUC 1145398.

2.3. Observa-se que o conteúdo abordado no evento pode proporcionar uma atualização dos conhecimentos dos servidores de todas as unidades do Conselho Nacional de Justiça, em especial os da Secretaria-Geral, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (Doc. SEI 1145392). Dessa forma, o evento será **contabilizado para Adicional de Qualificação (AQ).**

3. A ação de capacitação sugerida está alinhada aos objetivos estratégicos *"Promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica"* e "*Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas"*, previstos no art. 3º, IV e XVI, respectivamente, da Portaria CNJ nº 104/2020, que instituiu o Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021-2026.

4. Verifica-se ainda que a presente contratação **cumpre os requisitos elencados no Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ** (0801055), para contratações de serviços técnicos profissionais especializados relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, **o que torna dispensável a análise individualizada pela Assessoria Jurídica,** a saber:

i) declaração expressa de que o objeto de contratação configura hipótese abarcada pela presente manifestação, conforme indicado nos parágrafos 3 a 5 desta manifestação:

Item 4 desta Informação

ii) justificativas para caracterização do objeto como integrante do rol do artigo 13 da Lei nº 8.666/1993, caracterização do objeto/serviço como singular e a caracterização da notória especialização do profissional a ser contratado/empresa a ser contratada, conforme abordado nos parágrafos 15 a 29 desta manifestação:

Item IX - Contratação do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1145398)

iii) Projeto Básico elaborado pela unidade demandante, o qual contemple, no mínimo, o objeto, a justificativa, os objetivos, o conteúdo programático, a metodologia, as especificações técnicas, qualificação técnica do(s) instrutor(es), motivação econômico-financeira, as responsabilidades das partes, as etapas de execução, as condições de recebimento e pagamento, as sanções eventualmente aplicáveis e a análise de riscos, conforme indicado no parágrafo 41 deste parecer:

Projeto Básico 1145398

iv) proposta da empresa ou do instrutor, com descrição dos serviços e concordância expressa com o Projeto Básico aprovado:

Proposta 1145385

v) justificativas para o preço, com a apresentação de notas de empenho comprovantes da contratação do serviço objeto deste expediente por outros órgãos, e indicação da economicidade afeta à contratação. conforme indicado nos parágrafos 37 a 40 desta manifestação:

Notas de Empenho 1145390 e Item IX - Contratação do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1145398)

vi) documentos hábeis à prova do estado de regularidade fiscal e trabalhista da fornecedora junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal e à Justiça do Trabalho (tais como CPF/CNPJ, certidões de regularidade elencadas no parecer, SICAF e outros), conforme indicado nos parágrafos 49 a 53 desta manifestação:

Certidões Negativas 1145391

vii) documentos hábeis à prova do estado de regularidade jurídica do prestador do serviço (documento de identidade, ato constitutivo e outros), conforme indicado no parágrafo 56 desta manifestação:

Contrato Social 1145389

viii) *curriculum vitae* dos instrutores:

Curriculum Vitae 1145388

ix) informação de que há disponibilidade orçamentária para atendimento da demanda, conforme indicado no parágrafo 43 desta manifestação:

Despacho 1153404

x) atendimento aos requisitos previstos na Instrução Normativa CNJ nº 35/2015, quando aplicável, com ênfase na pertinência entre as atribuições da unidade demandante, nas funções exercidas pelos servidores a serem beneficiados e os conhecimentos a serem providos pela contratação almejada:

Item 2 da presente Informação e Item II - Justificativa do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1145398)

xi) juntada e preenchimento das listas de verificação aprovadas pelo Diretor-Geral (arquivo SEI 0170165), referentes às contratações de cursos de capacitação (disponíveis no arquivo SEI 0166776), conforme o caso (parágrafo 58):

Lista de verificação SEDUC 1145396

xii) atendimento do procedimento legal previsto no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993:

Será cumprido após a aprovação do Projeto Básico e declaração de Inexigibilidade por parte da SGP, conforme proposto no Item 6, "c", da presente Informação.

5. Por fim, tendo em vista a disponibilidade orçamentária informada pela SEPOR no Despacho, entendemos ser possível a contratação dos eventos.

6. Diante do exposto, encaminho os autos à **Secretaria de Gestão de Pessoas**, caso de acordo, para:

a) Aprovação do Projeto Básico 1145398;

b) **Declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, com fundamento legal no inciso II do art. 25 combinado com o inciso VI do art. 13 da 8.666/93, caso esteja de acordo com o evento em tela.

c) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor de **R$ 18.947,00 (dezoito mil novecentos e quarenta e sete reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SOF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Após, favor retornar os autos para providências relativas a esta Seção.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

1. Estou de acordo com os termos da informação supra. **Aprovo o Projeto Básico (1145398) e declaro a inexigibilidade** da licitação relativa à contratação do curso **"Termo de Execução Descentralizada – TED (Decreto nº 10.426/2020 e jurisprudência do TCU)"**, previsto para os dias 6, 7, 8, 11 e 13 de outubro, promovido pela empresa Orzil Consultoria e Treinamento Ltda, CNPJ: 21.545.863/0001-14, conforme Doc. SEI nº 1145385.

2. Por fim, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo com a contratação pleiteada, **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório, **aprovar** a despesa no valor de **R$ 18.947,00 (dezoito mil novecentos e quarenta e sete reais) e autorizar** a contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SOF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

João D´arc Ramos de Oliveira

Secretário de Gestão de Pessoas em Substituição

Documento assinado eletronicamente por **JOÃO D'ARC RAMOS DE OLIVEIRA**, **SECRETÁRIO(A) EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 01/09/2021, às 18:36, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 02/09/2021, às 15:04, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1153519** e o código CRC **68E9B7AF**.

06269/2021 1153519v4

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando a Informação SEDUC 1153519, que aprova o Projeto Básico (doc. 1145398) e declara a inexigibilidade do procedimento licitatório, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no art. 25, II, c/c o art. 13, VI, da Lei n° 8.666/93, bem como no Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ (doc. 0801055), proferido nos autos do Processo SEI nº 10497/2019, **aprovo** a realização da despesa no valor total de R$ 18.947,00 (dezoito mil novecentos e quarenta e sete reais), e **autorizo** a contratação da empresa Orzil Consultoria e Treinamento Ltda, CNPJ: 21.545.863/0001-14, com vistas à realização do curso "**Termo de Execução Descentralizada – TED (Decreto nº 10.426/2020 e jurisprudência do TCU)**", com carga horária de 16hs, na modalidade On-line ao vivo pela plataforma Orzil Online, previstas para os dias 6, 7, 8, 11 e 13 de outubro de 2021.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), para ciência e demais atos subsequentes.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 02/09/2021, às 16:26, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1157221** e o código CRC **A0B4E1E2**.

06269/2021 1157221v4

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral,

1. Trata-se da contratação de conteudistas e tutores de **curso a distância** sobre o **Marco Legal da Primeira Infância e suas implicações jurídicas, destinado a 1250 operadores de direito**.

2. A unidade demandante da contratação (CEAJUD) elaborou os Estudos Preliminares (0965922) e o Projeto Básico (1037250), tendo a Secretaria de Administração aprovado os documentos, por meio dos Despachos SAD 0971316 e 1043656. Na análise, a Seção de Editais informou quanto à compatibilidade dos documentos com os normativos aplicáveis à matéria, conforme Despachos SEEDI 0970546, 0982087 e 1040669.

3. Cabe destacar que conforme Despacho SEEDI 0982087, não foi necessário encaminhar os autos à Seção de Compras para realização de pesquisa de mercado, em virtude de o valor da contratação ter sido fixado com base na Instrução Normativa nº 20/2009, conforme explicitado nos itens 2.3, 2.5 e 2.6 do Projeto Básico 1037250 e parágrafo nono do Despacho CEAJUD 1052977, uma vez que o parâmetro definido possibilita a isonomia na remuneração dos integrantes do projeto e do valor estabelecido em normativo para o mesmo objeto.

4. Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a Classificação da Despesa SCONT 1047084 e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despachos SEPOR 1047116 e 1052578 e SIAFI-NS SEPOR 1052575).

5. Vale ressaltar que a Assessoria Jurídica emitiu o Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ (1054146) indicando os pressupostos e requisitos legais para a contratação, por inexigibilidade de licitação, de instrutores para cursos de capacitação de pessoal provida pela Administração Pública. Diante disso, por meio do Despacho nº 1052977, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJUD) informa que o objeto dessa contratação se adéqua às exigências do citado Parecer Referencial AJU:

> 5. Ademais, em consonância com o Parecer Referencial nº 01/2019 da Assessoria Jurídica (Doc. SEI nº 0801055), o qual dispõe sobre a possibilidade de contratação direta de particulares para as capacitações realizadas no âmbito do CNJ, "tanto instrutores e conteudistas quanto os cursos fechados, feitos sob medida para o CNJ, podem ser objeto de contratação direta, via inexigibilidade, desde que preenchidos os requisitos do artigo 25, inciso II da Lei nº 8.666/1993 (...). O preenchimento do requisito do serviço técnico profissional especializado pretendido (treinamento e aperfeiçoamento de pessoal) está previsto no inciso VI do artigo 13 da referida lei". Em relação à singularidade, segue o Parecer: "pode ser verificada pelo grau de subjetividade que se tem na avaliação do objeto, cuja complexidade não pode ser medida por critérios única e essencialmente objetivos. Nesse sentido, verifica-se que a unidade demandante deve qualificar a contratação da empresa ou da pessoa física de forma a explicitar os motivos pelos quais o objeto a ser contratado torna-se singular". Tratando ainda do mesmo tema, segue: "a Corte de Contas também entende que a singularidade do objeto não está relacionada apenas à ideia de unicidade, exclusividade, ineditismo ou raridade. A singularidade de que trata o inciso II do art. 25 refere-se a uma singularidade qualificada, que envolve outros parâmetros subjetivos, como, confiança, metodologia e conhecimento sobre o órgão, que não podem ser objetivamente mensurados". Por derradeiro, ao mencionar a notória especialização, diz que "pode ser comprovada por meio dos documentos que atestam sua vasta experiência e as boas avaliações que recebem dos órgãos públicos para os quais tem prestado serviços em objetos semelhantes ao que se pretende na contratação".

> 6. Dessa forma, em cumprimento ao disposto no Parecer da AJU, na legislação que rege a matéria e nas decisões e orientações emanadas do Tribunal de Contas da União (TCU), o CEAJUD, a fim de atestar o enquadramento desses profissionais nas hipóteses elencadas nos normativos sobre os quais repousam a legalidade do trâmites ora pretendido, elaborou a seguinte análise do perfil dos instrutores a serem contratados via inexigibilidade de licitação:
>
> (...)
>
> 11. Registra-se, por fim, que a análise feita por esta unidade teve como base as documentações encaminhadas pelos instrutores e o atendimento aos requisitos apontados no Parecer Referencial nº 01/2019 da Assessoria Jurídica. Destarte, o CEAJUD, a par das considerações do referido Parecer, procedeu à verificação do cumprimento dos requisitos de habilitação e qualificação técnica necessários ao bom andamento das atividades de capacitação. Assim, em termos de qualificação técnica, experiência, trabalhos anteriores e domínio dos tópicos a serem explorados no curso, os profissionais estão aptos a contratar com a Administração Pública, conforme demonstrado em documentação encaminhada, bem como os requisitos para a declaração de inexigibilidade de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 25 da Lei n. 8.666/93.

6. Posto isso, importa registrar que os profissionais abaixo listados estão aptos a contratar com a Administração Pública, conforme demonstrado nos documentos (1052666, 1052694, 1052721, 1052751, 1052847, 1052865 e 1052923), nas Certidões Negativas (1052671, 1052699, 1052723, 1052753, 1052850, 1052892, 1052928) e Certidões Complementares 1054120, bem como os requisitos para a declaração de inexigibilidade de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos, conforme demonstrado na Lista de Verificação SAD (1054147), Lista de Verificação CEAJUD (1052971) e Despacho CEAJUD 1052977.

7. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no inciso II do artigo 25 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> *Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*
>
> *II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;*

8. Nesses termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 4 de junho de 2010, e no inciso II do art. 25 da Lei n. 8.666/93, **declaro a inexigibilidade de licitação** para contratar os seguintes profissionais, no valor total de **R$ 21.034,71** (vinte e um mil trinta e quatro reais e setenta e um centavos), para atuarem como conteudistas e tutores do **curso a distância** sobre o **Marco Legal da Primeira Infância e suas implicações jurídicas, destinado a 1250 operadores de direito:**

CONTEUDISTA	CPF	TOTAL DA REMUNERAÇÃO
Carolina Helena Micheli Velho	619.946.341-20	R$2.402,72
INSS Patronal (20%)		R$480,54
TOTAL		**R$2.883,26 (a)**

TUTORES	CPF	TOTAL DA REMUNERAÇÃO
Bruno Moraes da Silva	024.083.110-12	R$2.102,38

Karine Isis Bernardes Verch	001.915.080-63	R$2.102,38
Luiza Campos Menezes	094.434.336-80	R$2.102,38
Pedro Affonso Duarte Hartung	368.989.468-97	R$1.720,11
Lígia Rosa de Rezende Pimenta	022.051.618-90	R$2.511,92
Carolina Helena Micheli Velho	619.946.341-20	R$2.402,72
Thais Nascimento Dantas	416.763.238-13	R$2.184,32
Total de Remuneração		**R$ 15.126,21**
INSS Patronal (20%)		R$ 3.025,24
TOTAL		**R$ 18.151,45 (b)**
TOTAL GERAL DA DESPESA (a + b)		**R$ 21.034,71**

9. Ante o exposto, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666/1993, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a inexigibilidade de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação dos profissionais supramencionados

10. Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Getulio Vaz

Secretário de administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 17/03/2021, às 17:49, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1054169** e o código CRC **9336C67A**.

08753/2020 1054169v7

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o Despacho SAD 1054169, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no art. 25, II, c/c o art. 13, VI, da Lei n° 8.666/93, bem como no Parecer Referencial 01/2019-AJU/DG/CNJ 0801055, proferido nos autos do Processo SEI 10497/2019, **aprovo** a realização da despesa, no valor total de **R$ 21.034,71** (vinte e um mil trinta e quatro reais e setenta e um centavos), e **autorizo** a contratação da conteudista e dos tutores abaixo, com vistas à realização do Curso Marco Legal da Primeira Infância e suas implicações jurídicas.

CONTEUDISTA	CPF	TOTAL DA REMUNERAÇÃO
Carolina Helena Micheli Velho	619.946.341-20	R$2.402,72
INSS Patronal (20%)		R$480,54
TOTAL		**R$2.883,26 (a)**

TUTORES	CPF	TOTAL DA REMUNERAÇÃO
Bruno Moraes da Silva	024.083.110-12	R$2.102,38
Karine Isis Bernardes Verch	001.915.080-63	R$2.102,38
Luiza Campos Menezes	094.434.336-80	R$2.102,38
Pedro Affonso Duarte Hartung	368.989.468-97	R$1.720,11
Lígia Rosa de Rezende Pimenta	022.051.618-90	R$2.511,92
Carolina Helena Micheli Velho	619.946.341-20	R$2.402,72
Thais Nascimento Dantas	416.763.238-13	R$2.184,32
Total de Remuneração		**R$ 15.126,21**
INSS Patronal (20%)		R$ 3.025,24
TOTAL		**R$ 18.151,45 (b)**
TOTAL GERAL DA DESPESA (a + b)		**R$ 21.034,71**

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26, da Lei nº 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota empenho em favor da conteudista e dos tutores citados, atentando-se para o procedimento informado no item 9.1 do Despacho CEAJUD 1052977.

4. À SAD e ao CEAJUD, para ciência.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 18/03/2021, às 15:02, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador

1054757 e o código CRC **FA32541B**.

08753/2020 1054757v5

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria Geral,

1. Trata-se da contratação de dois conteudistas e vinte e três tutores **com vínculo com a Administração Pública** para o curso a distância **"Marco Legal da Primeira Infância e suas implicações jurídicas – destinado a operadores de direito",** a ser ministrado no período de 05 de abril a 10 de junho de 2021, conforme Termo Aditivo (Doc SEI nº 1052645).

2. O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJUD) elaborou os Estudos Preliminares (Doc. SEI nº 0965922) e o Projeto Básico (Doc. SEI nº 1037250), os quais tiveram por finalidade a instrumentalização das contratações de profissionais com o Poder Público para atuarem como conteudistas e instrutores no curso acima citado. O Projeto Básico em questão foi aprovado pelo Secretário de Administração, por meio do Despacho SAD nº 1043656.

3. Destaca-se que a demanda teve como nascedouro o **Pacto Nacional pela Primeira Infância (Doc. SEI nº 0735988).** Dessa forma, no intuito de dar concretude a cada um dos objetivos e etapas do Pacto, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do Fundo de Direitos Difusos (FDD), firmou parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a quem competirá executar as atividades inerentes ao elemento pactuado. Assim, os gastos decorrentes das capacitações foram inseridos no cronograma de contratações do CNJ, por meio do Despacho nº 0739648. Os recursos que serão utilizados na realização das atividades do Pacto têm sua origem nas rubricas do Poder Executivo, o que se verifica no Doc. SEI nº 0735998.

4. A contratação capacitará **1.250 operadores do Direito** cujas atribuições sejam direcionadas aos temas inerentes à primeira infância. Destarte, dada a especificidade do curso e os temas a serem abordados, bem como o exíguo prazo para a realização e as finalidades a serem atingidas, optou-se por contratar profissionais especialistas nas áreas de neurociência/psicologia, políticas públicas e sistema de justiça na rede de proteção. O termo aditivo 1052645 detalha o período do curso a ser oferecido no primeiro ciclo de capacitação, o número de capacitados nessa primeira etapa (500) e também o perfil de cada um dos instrutores a serem contratados. Destaca-se que o termo aditivo elenca todos os instrutores que serão contratados, com e sem vínculo com a administração pública, cabendo à SAD a análise dos profissionais sem vínculo e esse despacho segue **para apreciação da Diretoria-Geral quanto à contratação dos profissionais que possuem vínculo.**

5. Preliminarmente, importante esclarecer que a norma que regulamenta a gratificação por encargo de curso no âmbito do Conselho Nacional de Justiça é a Instrução Normativa n. 20/2009, a qual dispõe em seu artigo 3º da seguinte maneira:

> Art. 3º Podem inscrever-se como instrutor interno o servidor efetivo do CNJ, ativo ou inativo, o requisitado e o ocupante exclusivamente de cargo em comissão, além de **servidor e empregado público**, ativo ou inativo, de qualquer esfera de Poder, previamente habilitado para ministrar cursos e/ou palestras no âmbito da Administração Pública. (grifo nosso)

6. Noutra senda, a fim de selecionar o servidor que melhor atenda à consecução dos objetivos pretendidos, por ocasião da realização de atividades de curso, a Instrução Normativa CNJ nº 20/2013 estabeleceu em seu artigo 4º alguns critérios a serem analisados pela área de Gestão de Pessoas, quais sejam:

> (...)
> I - análise curricular;
> II - existência de indicação por parte da unidade solicitante, devidamente justificada;
> III - domínio do conteúdo a ser ministrado;
> IV - experiência profissional;
> V - desempenho anterior em ações de capacitação, promovidas ou não pelo Conselho;
> VI - outros critérios relacionados com a natureza, complexidade e finalidade da ação de capacitação.
> (...)

7. Com o fito de subsumir o fato à norma, o CEAJUD efetuou a análise quanto às exigências contidas nos artigos 3º e 4º supracitados:

7.1 Análise Curricular:

Conforme item 2 do referido termo aditivo, a indicação dos conteudistas e tutores para contratação foi baseada no perfil especializado, garantindo a profundidade e a qualidade necessárias ao curso. Todos possuem vínculo com a administração pública, sendo servidores, magistrados ou defensores e atenderam aos critérios, estando seus currículos e qualificações elencados nos itens 2.1.2 e 2.2.2 do aditivo, respectivamente para os dois conteudistas e os vinte e três tutores **com vínculo com a Administração Pública.**

7.2 Existência de indicação por parte da unidade solicitante, devidamente justificada (inciso II):

O curso foi solicitado pela Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica (SEP), a qual levou em consideração a atuação do CNJ como responsável pela execução das atividades inerentes ao Pacto acima citado. Além disso, os assuntos a serem abordados na capacitação guardam em si a relevância da boa prestação do papel do Estado, não só no que diz respeito à missão do Poder Judiciário, como também dos demais órgãos responsáveis pelo acolhimento das questões relacionadas à primeira infância.

7.3. Domínio do conteúdo a ser ministrado (inciso III), experiência profissional (inciso IV), desempenho anterior em ações de capacitação, promovidas ou não pelo Conselho (inciso V), outros critérios relacionados com a natureza, complexidade e finalidade da ação de capacitação (inciso VI):

Conforme documentações acostadas, verifica-se que os tutores possuem variados títulos acadêmicos e ampla formação na área do conhecimento que será explorada na capacitação pretendida. Destaca-se ainda que vários já atuaram como instrutores na etapa presencial e etapa EaD do Curso Marco Legal da Primeira Infância e suas implicações jurídicas, promovidos em 2020.

Dessa forma, não resta dúvida quanto à capacitação dos instrutores.

8. Assim, diante da experiência profissional e educacional comprovada, entende-se que os profissionais cujos perfis foram objeto de análise se mostram capazes de atuar como tutores no curso.

9. Encaminham-se os nomes e as titulações dos instrutores que serão responsáveis por ministrar o curso, assim como os valores correspondentes às respectivas horas/aula a serem contratadas:

Conteudista COM vínculo com a Administração Pública – contratação por concessão de GECC						
Profissional (Doc SEI)	**CPF**	**TITULAÇÃO**	**MÓDULO ELABORADO**	**QTD DE HORAS DO MÓDULO (a)**	**VALOR DA HORA-AULA (b)**	**VALOR TOTAL DA REMUNERAÇÃO c = (a*b)**
Eduardo Rezende Melo (1054803)	112.069.228-85	Mestrado	3	8	R$300,34	R$2.402,72
Eliana Olinda Alves (1054805)	379.386.653-04	Doutorado	1	7	R$313,99	R$2.197,93
TOTAL DE DESPESA						**R$4.600,65**

Tutor COM vínculo com a Administração Pública – contratação por concessão de GECC						
Profissional (Doc SEI)	**CPF**	**TITULAÇÃO**	**MÓDULO**	**QTD DE HORAS DO MÓDULO (a)**	**VALOR DA HORA-AULA (b)**	**VALOR TOTAL DA REMUNERAÇÃO c = (a*b)**
ELIANA OLINDA 1054805	37938665304	Doutorado	1	**7**	R$313,99	**R$2.197,93**
ORDÁLIA ALVES 1054806	26108402172	Doutorado	1	**7**	R$313,99	**R$2.197,93**
REGINALDO TORRES 1054807	77928261120	Doutorado	1	**7**	R$313,99	**R$2.197,93**
SYLVIA NABINGER 1054809	16513444004	Doutorado	1	**7**	R$313,99	**R$2.197,93**
ÁLVARO JORGE MADEIRO 1054825	16347544415	Doutorado	1	**7**	R$313,99	**R$2.197,93**
MARILIA PINTO BIANCHINI 1054827	02409389090	Mestrado	1	**7**	R$300,34	**R$2.102,38**
ADRIANO LEITINHO 1054828	77339746315	Doutorado	2	**8**	R$313,99	**R$2.511,92**
ANA CAROLINA OLIVEIRA 1054830	12480598756	Graduação	2	**8**	R$245,73	**R$1.965,84**
CAROLINA DRUGG 1054831	00365128007	Mestrado	2	**8**	R$300,34	**R$2.402,72**
IVÂNIA GHESTI 1054832	57832404191	Doutorado	2	**8**	R$313,99	**R$2.511,92**
IVONE DE SENA SIMIONI 1054833	39162818520	Mestrado	2	**8**	R$300,34	**R$2.402,72**
PETER SCHWEIKERT 1054834	37033056818	Pós-graduação na área	2	**8**	R$286,69	**R$2.293,52**
VIVIANE ALVES SANTOS SILVA 1054836	08107148762	Pós-graduação	2	**8**	R$273,04	**R$2.184,32**
KATY BRAUN PRADO 1054837	58207961104	Pós-graduação	3, 4, 5 e 6	**25**	R$273,04	**R$6.826,00**
EDUARDO REZENDE 1054803	11206922885	Mestrado	3, 4, 5 e 6	**25**	R$300,34	**R$7.508,50**
FRANCISCO COIMBRA 1054839	20932812287	Mestrado	3, 4, 5 e 6	**25**	R$300,34	**R$7.508,50**
HUGO GOMES ZAHER 1054841	31914192842	Mestrado	3, 4, 5 e 6	**25**	R$300,34	**R$7.508,50**
JOSÉ R. POIANI 1054842	08043128855	Graduação	3, 4, 5 e 6	**25**	R$245,73	**R$6.143,25**
LUCIANA PEREIRA GRUMBACH 1054843	05353554706	Graduação	3, 4, 5 e 6	**25**	R$245,73	**R$6.143,25**
LUIZ ANTONIO MIGUEL	01773683810	Mestrado	3, 4, 5 e 6	**25**	R$300,34	**R$7.508,50**

1054844						
PATRÍCIA DE CARVALHO ARAÚJO 1054845	41248635353	Pós-graduação na área	3, 4, 5 e 6	**25**	R$286,69	**R$7.167,25**
PAULO FADIGAS 1054846	16381522844	Graduação	3, 4, 5 e 6	**25**	R$245,73	**R$6.143,25**
RAQUEL CHRISPINO 1054847	00087476798	Graduação	3, 4, 5 e 6	**25**	R$245,73	**R$6.143,25**
TOTAL DE DESPESA						**R$97.965,24**

10. Cabe destacar que, por meio do Despacho SCONT nº 1047084, foi informada a classificação orçamentária sob a qual correrá a despesa da remuneração dos instrutores acima mencionados. A disponibilidade orçamentária necessária à cobertura da despesa foi informada no Despacho SEPOR nº 1052578. Ademais, o instrumento de contrato será na forma de Nota de Empenho. Reforço que este projeto será executado com recursos advindos do Termo de Execução Descentralizada FDD nº 18/2019, entretanto, tendo em vista que ainda não houve o repasse dos recursos, previamente será utilizado o orçamento do CEAJUD, havendo remanejamento quando a descentralização dos recursos ocorrer.

11. Os valores da gratificação por encargo de curso foram calculados com base na Portaria do Ministério da Economia SGP/SEDGG/ME Nº 24.839, de 9 de dezembro de 2020, que estabelece o maior vencimento básico da Administração Pública Federal. A carga horária informada refere-se às horas/aula do curso.

12. Em tempo, informamos que a contratação dos conteudistas e tutores sem vínculo com a administração pública foram tratados no Despacho CEAJUD nº 1052977, a fim de tornar viável a contratação por **inexigibilidade de licitação** dos profissionais nessa condição**.**

13**.** Isso posto, encaminham-se os autos para análise e providências necessárias, com vistas à autorização, à emissão de nota de empenho com recursos do FDD para a contratação dos tutores, ficando o pagamento sujeito ao cumprimento, por parte destes, dos requisitos constantes na Instrução Normativa CNJ nº 20/2009.

Diogo Albuquerque Ferreira

Chefe do CEAJUD

Documento assinado eletronicamente por **DIOGO ALBUQUERQUE FERREIRA**, **CHEFE DO CEAJUD - CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO**, em 18/03/2021, às 14:49, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1054848** e o código CRC **CFA46CB9**.

08753/2020 1054848v4

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Trata-se da contratação de dois conteudistas e vinte e três tutores **com vínculo com a Administração Pública** para o curso a distância **"Marco Legal da Primeira Infância e suas implicações jurídicas – destinado a operadores de direito",** a ser ministrado no período de 05 de abril a 10 de junho de 2021, conforme TAP e PGP, autorizados pelo Despacho SEP 0965266 e Termo Aditivo (Doc SEI nº 1052645).

2. Considerando a autorização exarada por meio do supracitado Despacho SEP 0965266 e em atenção ao Despacho CEAJUD 1054848, **autorizo** a emissão de nota de empenho no valor total de R$ 102.565,89 (cento e dois mil quinhentos e sessenta e cinco reais e oitenta e nove centavos), para contratação dos tutores e conteudistas listados no item 9 do Despacho CEAJUD 1054848.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para as devidas providências quanto à emissão da nota de empenho, atentando-se para o procedimento indicado no item 10 do Despacho CEAJUD 1054848, bem como para atendimento do disposto no Despacho DG 1054757.

4. Ao CEAJUD, para ciência e prosseguimento.

5. Por fim, destaco que o pagamento dos profissionais ficará sujeito ao cumprimento, por parte deste, dos requisitos constantes na Instrução Normativa CNJ 20/2009.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 18/03/2021, às 16:45, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1055569** e o código CRC **853AC0E0**.

08753/2020 1055569v4



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

Senhor Secretário de Gestão de Pessoas em exercício,

1. Trata-se de solicitação da Seção de Compras para a participação dos servidores: Winston Barbosa do Nascimento, matrícula 2019 e Nilson Marckzan Lopes Barbosa matrícula 1926, no curso **" Curso de Dispensa Eletrônica conforme Nova Lei de Licitação e IN 67/2021"**, promovido pela empresa: **Saulo Alves David (Consulicitação)**, CNPJ: **62.070.115/0001-00.**

2. A unidade solicitante justificou a participação dos servidores no curso conforme consta na Informação SEDUC 1174924.

3. Conforme Documento SEPOR 1177893, informa-se que há disponibilidade orçamentária para participação dos servidores no referido evento.

4. Ademais, a Assessoria Jurídica manifestou-se por meio do Parecer AJU (Doc. SEI n. 1178959) quanto aos aspectos legais relativos à contratação mediante inexigibilidade de licitação, afirmando **não haver óbice legal** para a contratação.

5. Ressalta-se que o valor do investimento referente as participações dos servidores é de **R$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais)**, conforme Doc. SEI nº 1174921

6. Ante o exposto, encaminho os autos processuais para que se faça a análise de:

a) **declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, caso esteja de acordo com as participações dos servidore no evento em tela; e

b) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor total de **R$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEORF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

1. Por coadunar com o teor da Informação SEDUC 1174924, com o Parecer AJU 1178959 e com os termos do despacho supra, **declaro a inexigibilidade da licitação relativa** à contratação da empresa: **Saulo Alves David (Consulicitação)**, CNPJ: **62.070.115/0001-00**, para ofertar o curso **"" Curso de Dispensa Eletrônica conforme Nova Lei de Licitação e IN 67/2021", com fundamento no *"caput"* do art. 25 da Lei 8.666/93.**

2. Diante do exposto, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

i) **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório;

ii) **aprovar** a despesa no valor total de **R$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais);**

iii) **autorizar** a contratação da entidade promotora do evento com posterior encaminhamento do processo à Secretaria de Administração, para publicação do ato de inexigibilidade, e, por fim, remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão do empenho da despesa em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

João D'arc Ramos de Oliveira

Secretário de Gestão de Pessoas em Substituição

Documento assinado eletronicamente por **JOÃO D'ARC RAMOS DE OLIVEIRA**, **SECRETÁRIO(A) EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 07/10/2021, às 17:37, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 07/10/2021, às 17:44, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1181400** e o código CRC **46BD0E26**.

07088/2021 1181400v7

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1178959 e do Despacho SEDUC 1181400, complementado pelo Despacho SEDUC 1182702, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de R$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais) e **autorizo** a contratação da empresa Saulo Alves David (Consulicitação), CNPJ nº 28.747.440/0001-26, com vista à participação dos servidores Winston Barbosa do Nascimento, matrícula 2019, e Nilson Marckzan Lopes Barbosa, matrícula 1926, no "Curso de Dispensa Eletrônica conforme Nova Lei de Licitação e IN 67/2021", ofertado na modalidade *on-line*, no dia 27 de outubro de 2021, das 8h às 12h e das 13h às 18h, com uma carga horária total de 9 horas (doc SEI nº 1164087 /Informação SEDUC 1174924).

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e à Seção de Educação Corporativa (SEDUC), para ciência e demais providências.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 08/10/2021, às 16:58, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1182743** e o código CRC **5159E4FC**.

07088/2021 1182743v6

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

Senhor Secretário de Gestão de Pessoas em exercício,

1. Trata-se de solicitação da Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário (COIN) para a participação das servidoras **Pâmela Tieme Barbosa Aoyama,** matrícula 1644, Analista Judiciária: Biblioteconomia/Coordenadora CJ-1, e **Renata Lima Guedes Peixoto**, matrícula 2035, Analista Judiciária: Biblioteconomia/Assistente FC-5, nos cursos "**Fontes de indexação para periódicos científicos" e "Oficina on-line sobre atribuição de DOI a periódicos científicos em OJS/SEER"**, promovidos pela **Content Mind Capacitação Profissional Ltda**, CNPJ: 13.389.795/0001-13 (Doc. SEI n. 1129431).

1.1. Cumpre informar que o curso "**Oficina on-line sobre atribuição de DOI a periódicos científicos em OJS/SEER",** objeto da solicitação nº 1129664, será **realizado sem ônus ao CNJ**, porém sem direito à certificação, conforme acordado entre a empresa e a unidade demandante (Doc. SEI nº 1132052).

2. A unidade solicitante justificou a participação no curso informando que *"o conteúdo do evento escolhido atenderá a Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário na coordenação das atividades da Revista Eletrônica do CNJ, atividade de competência da COIN, na obtenção do Qualis para o periódico institucional".*

3. Conforme Documento SEPOR (1135762), informa-se que há disponibilidade orçamentária para participação das servidoras no referido evento.

4. Ademais, a Assessoria Jurídica manifestou-se por meio do Parecer AJU (Doc. SEI n. 1136688) quanto aos aspectos legais relativos à contratação mediante inexigibilidade de licitação, afirmando **não haver óbice legal** para a contratação.

5. Ressalta-se que o valor do investimento referente a participação das servidoras é de **R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)**, conforme Doc. SEI nº 1132034.

6. Ante o exposto, encaminho os autos processuais para que se faça a análise de:

a) **declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, caso esteja de acordo com a participação das servidoras no evento em tela; e

b) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor total de **R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEORF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

1. Por coadunar com o teor da Informação SEDUC 1132055, com o Parecer AJU 1136688 e com os termos do despacho supra, **declaro a inexigibilidade da licitação relativa** à contratação da **Content Mind Capacitação Profissional Ltda**, CNPJ: 13.389.795/0001-13, para ofertar os cursos **"Fontes de indexação para periódicos científicos" e "Oficina on-line sobre atribuição de DOI a periódicos científicos em OJS/SEER", com fundamento no *"caput"* do art. 25 da Lei 8.666/93.**

1.1. Cumpre informar que o curso "**Oficina on-line sobre atribuição de DOI a periódicos científicos em OJS/SEER",** objeto da solicitação nº 1129664, será **realizado sem ônus ao CNJ**, porém sem direito à certificação, conforme acordado entre a empresa e a unidade demandante (Doc. SEI nº 1132052).

2. Diante do exposto, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

i) **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório;

ii) **aprovar** a despesa no valor total de **R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais);**

iii) **autorizar** a contratação da entidade promotora do evento com posterior encaminhamento do processo à Secretaria de Administração, para publicação do ato de inexigibilidade, e, por fim, remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão do empenho da despesa em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

João D'arc Ramos de Oliveira

Secretário de Gestão de Pessoas em Substituição

Documento assinado eletronicamente por **JOÃO D'ARC RAMOS DE OLIVEIRA**, **SECRETÁRIO(A) EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 05/08/2021, às 19:29, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 06/08/2021, às 11:07, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1137916** e o código CRC **14E4C1D1**.

05567/2021 1137916v6

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1136688 e do Despacho SEDUC 1137916, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art.25 da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de **R$ 1.200,00** (um mil e duzentos reais) e **autorizo** a contratação da empresa **Content Mind Capacitação Profissional Ltda**, CNPJ nº 13.389.795/0001-13, com vista à participação das servidoras Pâmela Tieme Barbosa Aoyama, matrícula 1644, e Renata Lima Guedes Peixoto, matrícula 2035, nos cursos "**Fontes de indexação para periódicos científicos" e "Oficina on-line sobre atribuição de DOI a periódicos científicos em OJS/SEER"**, ofertados na modalidade *on-line*, com previsão de duração de 30 dias corridos, com uma carga horária total de 30 horas (Doc. SEI nº 1129656/ 1129720).

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e à Seção de Educação Corporativa (SEDUC), para ciência e demais providências.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 06/08/2021, às 17:26, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1140133** e o código CRC **8589A88F**.

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Informação SEDUC 1114345
Processo: 04121/2021
Assunto: Cursos **"Management 3.0", "Fundamentos e práticas de Design Thinking" e "Liderando a Mudança"**

1. Trata-se de projeto para a realização dos cursos **"Management 3.0" (12 horas-aula), "Fundamentos e práticas de Design Thinking" (15 horas-aula) e "Liderando a Mudança" (12 horas-aula)**, previstos para **setembro, outubro e novembro de 2021,** respectivamente, promovidos pela empresa Gino Terentim Academia de Desenvolvimento Empresarial Ltda, CNPJ 36.610.570/0001-40**,** conforme Doc. SEI nº 1097345.

Curso	Data	Formato	Carga horária	Vagas	Público-alvo
Management 3.0	Setembro de 2021, turno matutino	Síncrono (via Zoom)	12 horas (4 encontros)	30	Gestores e substitutos
Fundamentos e práticas de Design Thinking	Outubro de 2021, turno matutino	Síncrono (via Zoom)	15 horas (5 encontros)	30	Gestores e substitutos
Liderando a Mudança	Novembro de 2021	Assíncrono (videoaulas gravadas e disponibilizadas via Moodle da SEDUC)	12 horas (48 vídeos de 15 minutos cada)	ilimitadas	Gestores e servidores

2. Os cursos em comento são destinados a capacitação de gestores e seus substitutos e, de forma complementar, os servidores do CNJ, em competências gerenciais.

2.1.Vale ressaltar que a capacitação assíncrona será disponibilizada no Moodle da SEDUC e será indicada para os servidores que vierem a ser nomeados para cargos de confiança. Dessa forma, os novos gestores poderão ser capacitados rapidamente e a capacitação poderá ser aplicada inúmeras vezes. Outro ponto positivo para este tipo de capacitação é de que aquele servidor que não pode se ausentar do trabalho para participar das outras ações proposta pela SEDUC esta ficará sempre disponível.

3. O Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL) atende à Instrução Normativa nº 1/2010 (Doc. SEI nº 0837991) e tem por objetivo elevar o grau das **competências gerenciais** associadas à gestão pública contemporânea na consecução das metas institucionais. O público-alvo do programa são: líderes, potenciais líderes e sucessores.

3.1. As competências gerenciais a serem trabalhadas são:

Análise de Cenário: Identificar riscos positivos e negativos para a Organização utilizando técnicas de análise de cenários e dados disponíveis, nos processos da Organização e de acordo com os objetivos da Organização;

Decisões Estratégicas: Tomar decisões com base em uma visão estratégica, de acordo com os objetivos da unidade/Organização, considerando os níveis de prioridade estabelecidos;

Visão Sistêmica: Tomar decisões considerando a interação e a interdependência entre processos de trabalho, setores e unidades, avaliando os impactos de suas ações para a obtenção dos resultados institucionais;

Gestão de Mudanças: Conduzir processos de mudança organizacional de acordo com a realidade e/ou os desafios apresentados;

Planejamento: Definir objetivos, investimentos, ações e resultados de acordo com os objetivos do Planejamento Estratégico da Unidade e da Organização;

Visão Estratégica: Estabelecer estratégias, que considerem o papel e o contexto de atuação da Organização, nos âmbitos interno e externo, alinhadas aos propósitos institucionais de curto, médio e longo prazo;

Orientação Estratégica: Elaborar objetivos, metas e iniciativas para as unidades e equipes alinhadas às estratégias institucionais, identificando necessidades e prioridades para a maximização dos resultados;

Inovação: Propor inovações teóricas, procedimentais e/ou tecnológicas, considerando as necessidades da unidade/Organização e obedecendo às normas vigentes.

3.2. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento podem proporcionar uma atualização dos conhecimentos dos servidores e gestores de todas as unidades do Conselho Nacional de Justiça, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (Doc. SEI 1097352). Dessa forma, os eventos serão **contabilizados como horas no Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL) e para Adicional de Qualificação (AQ).**

4. As ações de capacitação sugeridas estão alinhadas aos objetivos estratégicos *"Promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica"* e "*Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas"*, previstos no art. 3º, IV e XVI, respectivamente, da Portaria CNJ nº 104/2020, que instituiu o Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021-2026.

5. Verifica-se ainda que a presente contratação **cumpre os requisitos elencados no Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ** (0801055), para contratações de serviços técnicos profissionais especializados relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, **o que torna dispensável a análise individualizada pela Assessoria Jurídica,** a saber:

i) declaração expressa de que o objeto de contratação configura hipótese abarcada pela presente manifestação, conforme indicado nos parágrafos 3 a 5 desta manifestação:

Item 4 desta Informação

ii) justificativas para caracterização do objeto como integrante do rol do artigo 13 da Lei nº 8.666/1993, caracterização do objeto/serviço como singular e a caracterização da notória especialização do profissional a ser contratado/empresa a ser contratada, conforme abordado nos parágrafos 15 a 29 desta manifestação:

Item IX - Contratação do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1097358)

iii) Projeto Básico elaborado pela unidade demandante, o qual contemple, no mínimo, o objeto, a justificativa, os objetivos, o conteúdo programático, a metodologia, as especificações técnicas, qualificação técnica do(s) instrutor(es), motivação econômico-financeira, as responsabilidades das partes, as etapas de execução, as condições de recebimento e pagamento, as sanções eventualmente aplicáveis e a análise de riscos, conforme indicado no parágrafo 41 deste parecer:

Projeto Básico 1097358

iv) proposta da empresa ou do instrutor, com descrição dos serviços e concordância expressa com o Projeto Básico aprovado:

Proposta 1097345

v) justificativas para o preço, com a apresentação de notas de empenho comprovantes da contratação do serviço objeto deste expediente por outros órgãos, e indicação da economicidade afeta à contratação. conforme indicado nos parágrafos 37 a 40 desta manifestação:

Notas Fiscais 1097350 e Item IX - Contratação do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1097358)

vi) documentos hábeis à prova do estado de regularidade fiscal e trabalhista da fornecedora junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal e à Justiça do Trabalho (tais como CPF/CNPJ, certidões de regularidade elencadas no parecer, SICAF e outros), conforme indicado nos parágrafos 49 a 53 desta manifestação:

Certidões Negativas 1097351

vii) documentos hábeis à prova do estado de regularidade jurídica do prestador do serviço (documento de identidade, ato constitutivo e outros), conforme indicado no parágrafo 56 desta manifestação:

Contrato Social 1097349

viii) *curriculum vitae* dos instrutores:

Curriculum Vitae 1097348

ix) informação de que há disponibilidade orçamentária para atendimento da demanda, conforme indicado no parágrafo 43 desta manifestação:

Despacho 1114208

x) atendimento aos requisitos previstos na Instrução Normativa CNJ nº 35/2015, quando aplicável, com ênfase na pertinência entre as atribuições da unidade demandante, nas funções exercidas pelos servidores a serem beneficiados e os conhecimentos a serem providos pela contratação almejada:

Item 2 da presente Informação e Item II - Justificativa do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1097358)

xi) juntada e preenchimento das listas de verificação aprovadas pelo Diretor-Geral (arquivo SEI 0170165), referentes às contratações de cursos de capacitação (disponíveis no arquivo SEI 0166776), conforme o caso (parágrafo 58):

Lista de verificação SEDUC 1097357

xii) atendimento do procedimento legal previsto no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993:

Será cumprido após a aprovação do Projeto Básico e declaração de Inexigibilidade por parte da SGP, conforme proposto no Item 6, "c", da presente Informação.

5. Por fim, tendo em vista a disponibilidade orçamentária informada pela SEPOR no Despacho 1114208, entendemos ser possível a contratação dos eventos.

6. Diante do exposto, encaminho os autos à **Secretaria de Gestão de Pessoas**, caso de acordo, para:

a) Aprovação do Projeto Básico 1097358;

b) **Declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, com fundamento legal no inciso II do art. 25 combinado com o inciso VI do art. 13 da 8.666/93, caso esteja de acordo com o evento em tela.

c) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor de **R$ 52.100,00 (cinquenta e dois mil e cem reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SOF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Após, favor retornar os autos para providências relativas a esta Seção.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

1. Estou de acordo com os termos da informação supra. **Aprovo o Projeto Básico (1097358) e declaro a inexigibilidade** da licitação relativa à contratação dos cursos **"Management 3.0" (12 horas-aula), "Fundamentos e práticas de Design Thinking" (15 horas-aula) e "Liderando a Mudança" (12 horas-aula)**, previstos para **setembro, outubro e novembro de 2021,** respectivamente, promovidos pela empresa Gino Terentim Academia de Desenvolvimento Empresarial Ltda, CNPJ 36.610.570/0001-40**,** conforme Doc. SEI nº 1097345.

2. Por fim, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo com a contratação pleiteada, **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório, **aprovação** da despesa no valor de **R$ 52.100,00 (cinquenta e dois mil e cem reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SOF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

João D'arc Ramos de Oliveira

Secretário de Gestão de Pessoas em exercício

Documento assinado eletronicamente por **JOÃO D'ARC RAMOS DE OLIVEIRA**, **SECRETÁRIO(A) EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 28/06/2021, às 16:43, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 28/06/2021, às 18:00, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1114345** e o código CRC **6A9457CC**.

04121/2021 1114345v6

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando a Informação SEDUC 1114345, que aprova o Projeto Básico (doc. 1097358) e declara a inexigibilidade do procedimento licitatório, **ratifico** o ato de inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no art. 25, II, c/c o art. 13, VI, da Lei n° 8.666/93, bem como no Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ (doc. 0801055), proferido nos autos do Processo SEI nº 10497/2019, **aprovo** a realização da despesa no valor total de R$ 52.100,00 (cinquenta e dois mil e cem reais) e **autorizo** a contratação da empresa Gino Terentim Academia de Desenvolvimento Empresarial Ltda, CNPJ 36.610.570/0001-40, com vistas à realização dos cursos **"Management 3.0"** (12 horas-aula), **"Fundamentos e práticas de Design Thinking"** (15 horas-aula) e **"Liderando a Mudança"** (12 horas-aula), previstos para setembro, outubro e novembro de 2021.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista da referida empresa e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), para ciência e demais atos subsequentes.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 29/06/2021, às 10:35, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1115476** e o código CRC **7C5B24DB**.

04121/2021 1115476v4

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1039711, do Despacho SEDUC 1040049 e do Despacho SAU 1042208, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de **R$ 3.000,00 (três mil reais)** e **autorizo** a contratação do Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA Brasil, CNPJ nº 62.070.115/0001-00, com vista à participação do servidor **Pedro Nogueira de Azevedo,** matrícula 1645, Técnico Judiciário – Área Administrativa, no evento **"IA-CM".** (Doc. SEI nº 1028403).

2. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e à Seção de Educação Corporativa (SEDUC), para ciência e demais providências.

3. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93.

4. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade do referido Instituto e posterior emissão de nota de empenho.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 01/03/2021, às 14:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1043169** e o código CRC **BA93D515**.

00868/2021 1043169v3

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Informação SEDUC 1076374
Processo: 02105/2021
Assunto: **Minicurso de assédio moral**

1. Trata-se de projeto para a realização do evento **"Minicurso de assédio moral"**, com carga horária de 6h, previsto para ocorrer nos dias **19 e 21 de maio de 2021,** promovido pelo microempreendedor individual "Arthur Lobato Magalhães Filho 24746924600", CNPJ: *21.117.687/0001-10*, conforme Doc. SEI nº 1051301.

2. O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) 2020/2021, desenvolvido pela Seção de Educação Corporativa (SEDUC), propõe ações de capacitação alinhadas à Gestão por Competências (GPC), Planejamento Estratégico do CNJ e compromissadas com metodologias de aprendizagem ativa e colaborativa. Dentre essas ações, o PPI 2020/2021 prevê o desenvolvimento de competências emergentes, em ascensão, alinhadas a projetos institucionais, que são estratégicas para o órgão, situação em que se enquadram as competências emergentes visando "*promover bem-estar no trabalho com foco na promoção da saúde e prevenção de agravos, além de promover melhorias nas relações socioprofissionais e desenvolvimento pessoal e profissional*".

2.1. A Instrução Normativa nº 41, de 25/1/2018, que instituiu o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho do Conselho Nacional de Justiça (PQVT/CNJ) tem como diretriz o comprometimento institucional com as ações estratégicas que visem ao desenvolvimento e à promoção da QVT, bem como com o bem-estar individual e coletivo, físico, psicológico e social, a prevenção de riscos à saúde e à valorização do servidor (art. 4º, inciso I). No PQVT estão previstas a execução de ações voltadas à adoção de hábitos saudáveis, promoção da saúde e prevenção de agravos (art. 11, inciso III).

2.2. Observa-se que os conhecimentos abordados no evento podem proporcionar uma atualização dos conhecimentos dos servidores e gestores de todas as unidades do Conselho Nacional de Justiça, conforme estipulam os incisos I e II do art. 6º, IN n° 35/2015 (Doc. SEI 1051360). Dessa forma, os eventos serão **contabilizados como horas no Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL) e para Adicional de Qualificação (AQ).**

3. A ação de capacitação sugerida está alinhada aos objetivos estratégicos *"Promover a disseminação das informações, de forma padronizada e sistêmica"* e "*Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas"*, previstos no art. 3º, IV e XVI, respectivamente, da Portaria CNJ nº 104/2020, que instituiu o Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021-2026.

4. Verifica-se ainda que a presente contratação **cumpre os requisitos elencados no Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ** (0801055), para contratações de serviços técnicos profissionais especializados relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, **o que torna dispensável a análise individualizada pela Assessoria Jurídica,** a saber:

i) declaração expressa de que o objeto de contratação configura hipótese abarcada pela presente manifestação, conforme indicado nos parágrafos 3 a 5 desta manifestação:

Item 4 desta Informação

ii) justificativas para caracterização do objeto como integrante do rol do artigo 13 da Lei nº 8.666/1993, caracterização do objeto/serviço como singular e a caracterização da notória especialização do profissional a ser contratado/empresa a ser contratada, conforme abordado nos parágrafos 15 a 29 desta manifestação:

Item IX - Contratação do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1069900)

iii) Projeto Básico elaborado pela unidade demandante, o qual contemple, no mínimo, o objeto, a justificativa, os objetivos, o conteúdo programático, a metodologia, as especificações técnicas, qualificação técnica do(s) instrutor(es), motivação econômico-financeira, as responsabilidades das partes, as etapas de execução, as condições de recebimento e pagamento, as sanções eventualmente aplicáveis e a análise de riscos, conforme indicado no parágrafo 41 deste parecer:

Projeto Básico 1069900

iv) proposta da empresa ou do instrutor, com descrição dos serviços e concordância expressa com o Projeto Básico aprovado:

Proposta 1051301

v) justificativas para o preço, com a apresentação de notas de empenho comprovantes da contratação do serviço objeto deste expediente por outros órgãos, e indicação da economicidade afeta à contratação. conforme indicado nos parágrafos 37 a 40 desta manifestação:

Notas Fiscais 1064661 e Item IX - Contratação do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1069900)

vi) documentos hábeis à prova do estado de regularidade fiscal e trabalhista da fornecedora junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal e à Justiça do Trabalho (tais como CPF/CNPJ, certidões de regularidade elencadas no parecer, SICAF e outros), conforme indicado nos parágrafos 49 a 53 desta manifestação:

Certidões Negativas 1064662, Consulta Consolidada TCU 1064666, Cadastro MEI 1069851, SICAF 1069857 e CADIN1069892 .

vii) documentos hábeis à prova do estado de regularidade jurídica do prestador do serviço (documento de identidade, ato constitutivo e outros), conforme indicado no parágrafo 56 desta manifestação:

Ficha Cadastral 1069851

viii) *curriculum vitae* dos instrutores:

Curriculum Vitae 1064658

ix) informação de que há disponibilidade orçamentária para atendimento da demanda, conforme indicado no parágrafo 43 desta manifestação:

Despacho 1075343

x) atendimento aos requisitos previstos na Instrução Normativa CNJ nº 35/2015, quando aplicável, com ênfase na pertinência entre as atribuições da unidade demandante, nas funções exercidas pelos servidores a serem beneficiados e os conhecimentos a serem providos pela contratação almejada:

Item 3 da presente Informação e Item II - Justificativa do Projeto Básico (Doc. SEI n. 1069900)

xi) juntada e preenchimento das listas de verificação aprovadas pelo Diretor-Geral (arquivo SEI 0170165), referentes às contratações de cursos de capacitação (disponíveis no arquivo SEI 0166776), conforme o caso (parágrafo 58):

Lista de verificação SEDUC 1069894

xii) atendimento do procedimento legal previsto no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993:

Será cumprido após a aprovação do Projeto Básico e declaração de Inexigibilidade por parte da SGP, conforme proposto no Item 6, "c", da presente Informação.

5. Por fim, tendo em vista a disponibilidade orçamentária informada pela SEPOR no Despacho 1075343, entendemos ser possível a contratação dos eventos.

6. Diante do exposto, encaminho os autos à **Secretaria de Gestão de Pessoas**, caso de acordo, para:

a) Aprovação do Projeto Básico 1069900;

b) **Declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, com fundamento legal no inciso II do art. 25 combinado com o inciso VI do art. 13 da 8.666/93, caso esteja de acordo com o evento em tela.

c) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor de **R$ 4.000,00 (quatro mil reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SOF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Após, favor retornar os autos para providências relativas a esta Seção.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

Estou de acordo com os termos da informação supra. **Aprovo o Projeto Básico (1069900) e declaro a inexigibilidade** da licitação relativa à contratação do evento **"Minicurso de assédio moral"**, com carga horária de 6h; previsto para ocorrer nos dias **19 e 21 de maio de 2021,** promovido pelo microempreendedor individual "Arthur Lobato Magalhães Filho 24746924600", CNPJ: *21.117.687/0001-10*, conforme Doc. SEI nº 1051301.

Por fim, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo com a contratação pleiteada, **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório, **aprovação** da despesa no valor de **R$ 4.000,00 (quatro mil reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SOF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

João D'arc Ramos de Oliveira

Secretário de Gestão de Pessoas em exercício

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 26/04/2021, às 10:57, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JOÃO D'ARC RAMOS DE OLIVEIRA**, **SECRETÁRIO(A) EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 26/04/2021, às 17:37, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1076374** e o código CRC **58BAB037**.



02105/2021 1076374v3

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando a Informação SEDUC 1076374, ratificada pela Secretaria de Gestão de Pessoas, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no art. 25, II, c/c o art. 13, VI, da Lei n° 8.666/93, bem como no Parecer Referencial nº 01/2019-AJU/DG/CNJ (doc. 0801055), proferido nos autos do Processo SEI nº 10497/2019, **aprovo** a realização da despesa no valor total de **R$ 4.000,00 (quatro mil reais)** e **autorizo** a contratação do microempreendedor individual "Arthur Lobato Magalhães Filho 24746924600", CNPJ: 21.117.687/0001-10, com vistas à realização da evento **"Minicurso de assédio moral"**, com carga horária de 6h, previstos para os dias **19 e 21 de maio de 2021.**

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade fiscal e trabalhista do referido microempreendedor e posterior emissão de nota de empenho.

4. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), para ciência e demais atos subsequentes.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 27/04/2021, às 15:13, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1077763** e o código CRC **92CE436E**.

02105/2021 1077763v3

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

Senhora Secretária de Gestão de Pessoas,

1. Trata-se de solicitação da Secretaria de Comunicação Social (SCS) para a participação do servidor **Isaías Monteiro dos Santos** no **"Programa Avançado em Comunicação Pública"**, promovido pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), CNPJ: 43.147.693/0001-52 (Doc. SEI n. 1028916).

2. A unidade solicitante justificou a participação no curso informando que "o conhecimento do conteúdo do curso, certamente, irá contribuir para a melhoria no desemprenho das atividades, que aplicam de modo prático o aprendizado, que tem abordagem imediata e traz resultados imediatos à instituição".

3. Conforme Documento SEPOR (1045345), informa-se que há disponibilidade orçamentária para participação do servidor no referido evento.

4. Ademais, a Assessoria Jurídica manifestou-se por meio do Parecer AJU (Doc. SEI n. 1046114) quanto aos aspectos legais relativos à contratação mediante inexigibilidade de licitação, afirmando **não haver óbice legal** para a contratação.

5. Ressalta-se que o valor do investimento referente a participação do servidor é de **R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)**, conforme Doc. SEI nº 1037226.

6. Ante o exposto, encaminho os autos processuais para que se faça a análise de:

a) **declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, caso esteja de acordo com a participação do servidor no evento em tela; e

b) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor total de **R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)**, **e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SOF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

1. Por coadunar com o teor da Informação SEDUC 1037240, com o Parecer AJU 1046114 e com os termos do despacho supra, **declaro a inexigibilidade da licitação relativa** à contratação da **Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje)**, CNPJ: 43.147.693/0001-52, para ofertar o curso **"Programa Avançado em Comunicação Pública"**, **com fundamento no *"caput"* do art. 25 da Lei 8.666/93.**

2. Diante do exposto, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

i) **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório;

ii) **aprovar** a despesa no valor total de **R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais);**

iii) **autorizar** a contratação da entidade promotora do evento com posterior encaminhamento do processo à Secretaria de Administração, para publicação do ato de inexigibilidade, e, por fim, remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão do empenho da despesa em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Raquel Wanderley da Cunha Chaussê

Secretária de Gestão de Pessoas

Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL WANDERLEY DA CUNHA**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 10/03/2021, às 14:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 10/03/2021, às 14:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1049155** e o código CRC **1AFC9638**.

00901/2021 1049155v4

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1046114 e do Despacho SEDUC 1049155, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art.25 da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de **R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)** e **autorizo** a contratação da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), CNPJ nº 43.147.693/0001-52, com vista à participação do servidor **Isaías Monteiro dos Santos** no evento **"Programa Avançado em Comunicação Pública"**, ofertado na modalidade on-line, ao vivo, aos sábados, no período de 15 de maio a 16 de outubro de 2021, com uma carga horária total de 60 horas (Doc. SEI nº 1028916).

2. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e à Seção de Educação Corporativa (SEDUC), para ciência e demais providências.

3. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93.

4. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade da referida Associação e posterior emissão de nota de empenho.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 10/03/2021, às 18:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1049676** e o código CRC **0FD47B94**.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

Senhora Secretária de Gestão de Pessoas,

1. Trata-se de solicitação da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica - SEP, para a participação do servidor **Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva,** matrícula 1951, Técnico Judiciário, no evento **"Tributação da Economia Digital"**, promovido pelo Instituto de Direito PUC-RIO, CNPJ: 33.555.921/0001-70 (Doc. SEI n. 1022803).

2. A unidade solicitante justifica a participação no curso informando que "*o curso consiste em aborda, na prática, os desafios decorrentes da tributação da economia digital, tais como os conflitos de competência entre os entes tributantes e a sua adequação aos conceitos tributários tradicionais. Ademais, o curso possui aulas expositivas, com análise de relatórios internacionais, projetos de lei e jurisprudência. Diana Castro, Doris Canen, Francisco Lisboa Moreira, Gustavo Schwartz e Thiago Bagetti serão os expositores, mestres e doutores no assunto, possuem notória especialização e conhecimento a respeito da matéria*", conforme documento SEI nº 1022803.

3. Em atenção ao item 12 do Parecer AJU (Doc. SEI 1035219), informa-se que o valor negociado para o CNJ ficou **acima da média da hora-aula informada nas notas fiscais** (1030415). A instituição promotora do evento alegou, por meio de contato telefônico, que a capacitação apresenta um tema direcionado a um público específico, e os demais cursos tiveram uma carga horária de no mínimo 360 horas, com isso houve a diluição dos custos operacionais com os docentes. Cumpre salientar que foram realizadas todas as tratativas junto a instituição promotora do evento a fim de enquadrar o preço do curso ofertado com os preços praticados, contudo não foi possível tal redução (Doc. SEI nº 1033756).

4. Conforme Documento SEPOR (1034569), informa-se que há disponibilidade orçamentária para participação dos servidores no referido evento.

5. Ademais, a Assessoria Jurídica manifestou-se por meio do Parecer AJU (Doc. SEI n. 1035219) quanto aos aspectos legais relativos à contratação mediante inexigibilidade de licitação, afirmando **não haver óbice legal** para a contratação.

6. Ressalta-se que o valor do investimento referente a participação do servidor **Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva,** matrícula 1951, é de **R$ 2.120,00 (dois mil e cento e vinte reais)**, conforme Doc. SEI nº 1022803 e 1022889.

7. Ante o exposto, encaminho os autos processuais para que se faça a análise de:

a) **declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, caso esteja de acordo com a participação dos servidores no evento em tela; e

b) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor total de **R$ 2.120,00 (dois mil e cento e vinte reais)**, **e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SOF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Fábio Lopes Fernandes

Chefe da Seção de Educação Corporativa em exercício

Senhor Diretor-Geral,

1. Por coadunar com o teor da Informação SEDUC 1033758, com o Parecer AJU 1035219 e com os termos do despacho supra, **declaro a inexigibilidade da licitação relativa** à contratação do Instituto de Direito PUC-RIO, CNPJ: 33.555.921/0001-70, para ofertar o curso **"Tributação da Economia Digital"**, **com fundamento no *"caput"* do art. 25 da Lei 8.666/93.**

2. Diante do exposto, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

i) **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório;

ii) **aprovar** a despesa no valor total de **R$ 2.120,00 (dois mil e cento e vinte reais);**

iii) **autorizar** a contratação da entidade promotora do evento com posterior encaminhamento do processo à Secretaria de Administração, para publicação do ato de inexigibilidade, e, por fim, remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão do empenho da despesa em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Raquel Wanderley da Cunha Chaussê

Secretária de Gestão de Pessoas

Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL WANDERLEY DA CUNHA**, **SECRETÁRIA - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 19/02/2021, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIO LOPES FERNANDES RAMOS**, **CHEFE DE SEÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 19/02/2021, às 16:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1037719** e o código CRC **2E498ED0**.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1035219 e do Despacho SEDUC 1037719, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de **R$ 2.120,00 (dois mil e cento e vinte reais)** e **autorizo** a contratação do Instituto de Direito PUC-RIO, CNPJ nº 33.555.921/0001-70, com vista à participação do servidor **Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva,** matrícula 1951, Assessor da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, no evento **"Tributação da Economia Digital".** (Doc. SEI nº 1022803).

2. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e à Seção de Educação Corporativa (SEDUC), para ciência e demais providências.

3. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93.

4. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade do referido Instituto e posterior emissão de nota de empenho.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 22/02/2021, às 17:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1038594** e o código CRC **63BB3FEA**.

00587/2021 1038594v3



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a contratação de assinatura de ferramenta de pesquisa de preços, visando auxiliar a Seção de Compras na instrução dos processos de aquisição e contratação do Conselho Nacional de Justiça.

Aprovados os Estudos Preliminares (1147993) e o Projeto Básico 1150484, a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços (1150733), o qual foi ratificado pela unidade demandante (1152695). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1152695, constatou-se que a proposta que atendia as demandas do CNJ foi da empresa NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1151313) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1152551). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista da empresa NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA. para contratar com a Administração, consta nos arquivos 1160141; 1160138; 1160135; 1160134 e os atestados de exclusividade nos arquivos 1150507 e 1150514.

Após os trâmites regulares, os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica para análise da legalidade da contratação direta da empresa NT Tecnologia e Gestão de Dados Ltda., com fulcro no art. 25 da Lei n. 8.666/93, a qual proferiu Parecer AJU 1156616 em favor da legalidade da referida contratação, recomendado os itens 13 e de 15 a 18:

> **13.** Não custa frisar que, conforme preconizado no *caput* do supracitado art. 26 da Lei nº 8.666/1993, as situações de inexigibilidade deverão ser comunicadas dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.
>
> **(...)**
>
> **15.** Recomenda-se, contudo, como medida que objetiva resguardar a Administração, que sejam juntadas as certidões referentes às consultas realizadas no cadastro de licitantes inidôneos, do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), do portal da transparência, e no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados (CADIN), do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo federal (SIAFI).
>
> **16.** Ademais, sugere-se nova verificação da regularidade da empresa de forma imediatamente anterior à contratação, a fim de se confirmar que sua situação não foi alterada, haja vista que as informações contidas nas certidões que visam atestar a sua regularidade poderão expirar com o decurso do tempo.
>
> **17.** No atinente ao instrumento que formalizará a relação entre as partes (CNJ e fornecedor), poderá ser adotada a Nota de Empenho como sendo o instrumento equivalente ao contrato. Tal substituição encontra respaldo legal no *caput* do art. 62, da Lei nº 8.666/1993. Ressalta-se, conforme § 2º do art. 62, que ao instrumento equivalente aplica-se, no que couber, o disposto no art. 55, da Lei nº 8666/1993, devendo, portanto, o gestor, no momento da emissão da Nota de Empenho, observar tal preceito legal.
>
> **18.** Por fim, cumpre salientar que a contratação pretendida está incluída no Plano de Anual de Aquisições (PAA), conforme se observa na planilha contida no arquivo SEI nº 1139648. Contudo,

> conforme consta do Despacho SAD nº 1153276, deverá ser feito ajuste para adequação dos valores atualizados da contratação no referido Plano.

Cabe esclarecer que a Secretaria de Administração procedeu ao atendimento das observações e recomendações de sua competência nos itens 13, 15, 16 e seguirá as orientações do parágrafo 17. No entanto, ressalto que tanto o item 13, como o item 18, referem-se às competências dessa Diretoria.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1160143 e no referido Parecer AJU, os requisitos para a declaração de inexigibilidade de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no artigo 25 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
> I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa
> ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso XI, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no art. 25 da Lei n. 8.666/93, declaro a dispensa de licitação para contratar a empresa NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA., inscrita no **CNPJ** sob o n. 07.797.967/0001-95 no valor de **R$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais)**, com vistas à contratação de assinatura de ferramenta de pesquisa de preços, visando auxiliar a Seção de Compras na instrução dos processos de aquisição e contratação do Conselho Nacional de Justiça.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a inexigibilidade de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Getulio Vaz
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 10/09/2021, às 12:34, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1160171** e o código CRC **22D76FA0**.

05543/2021 1160171v12

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1156616 e do Despacho SAD 1160171, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25 c/c *caput* do art. 26, todos da Lei nº 8.666/93, utilizando-se da competência disposta na Portaria CNJ nº 112/2010, art. 3º, inc. XI, alínea "aj", **aprovo** a realização da despesa, no valor total de R$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais), e **autorizo** a contratação da empresa NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA, CNPJ nº 07.797.967/0001-95, com vistas à contratação de assinatura de ferramenta de pesquisa de preços, visando auxiliar a Seção de Compras na instrução dos processos de aquisição e contratação do Conselho Nacional de Justiça.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho em favor da mencionada empresa.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para as demais providências.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 10/09/2021, às 16:45, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1161910** e o código CRC **8E6ECBDB**.

05543/2021 1161910v3

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se do processo administrativo que tem por objeto a prestação de serviços de manutenção, com suporte técnico e atualização em softwares Oracle.

Inicialmente, considerando a análise realizada pela Seção de Elaboração de Editais, conforme Despacho SEEDI 1112753, no qual informa que o Projeto Básico 1112212 contempla os requisitos mínimos elencados na Resolução 182/2013 e no Manual de Aquisições do CNJ, instituído pela Portaria CNJ nº 168/2020, aprovo o referido documento e o DOD - DTI 2 (1020207).

Em prosseguimento, a Seção de Compras juntou aos autos o Mapa Comparativo de Preços (1161840), o qual foi ratificado pela unidade demandante (Despacho SEGSA 1161870). A partir da análise da pesquisa de preços e de acordo com o detalhado no Despacho SECOM 1167945, constatou-se que o preço ofertado pela empresa está em conformidade com o valor cobrado de outros órgãos públicos.

Além disso, a ABES- Associação Brasileira de Empresas de Software foi consultada e atestou a autenticidade da certidão de exclusividade apresentada pela ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA (1161803), conforme e-mail 1167790.

Ademais, registro que há no presente processo Despacho da Seção de Gestão de Serviços e Aplicações (1162508) na qual esta se manifesta sobre a diferença entre o preço estipulado no Contrato nº 38/2016 e o valor da proposta enviada pela empresa Oracle.

As unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (1163786) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1164703). As certidões que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista da empresa ORACLE, para contratar com a Administração, constam nos arquivos 1186185, 1186189 e 1186196.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1186197, os requisitos para a declaração de inexigibilidade de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no *caput* do artigo 25 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
>
> (...)

Por fim, ressalto que, através do Parecer AJU 1182749, a Assessoria Jurídica opinou pela legalidade da contratação direta da empresa Oracle o Brasil Sistemas Ltda, ressalvadas as observações e recomendações contidas nos parágrafos 13 a 17 da presente manifestação, as quais foram plenamente atendidas, com a ressalva de que, em relação ao item 16, a Seção de Gestão de Contratos irá consultar a regularidade da empresa de forma imediatamente anterior à contratação.

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no *caput* do art. 25 da Lei n. 8.666/93, declaro a inexigibilidade de licitação para contratar a empresa ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 59.456.277/0001-76 no valor de R$ 633.172,32 (seiscentos e trinta e três mil cento e setenta e dois reais e

trinta e dois centavos), com vistas à contratação de serviços de manutenção, com suporte técnico e atualização em softwares Oracle.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a inexigibilidade de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

Respeitosamente,

SÍLVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO
Secretária de Administração Substituta

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO**, **SECRETÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 14/10/2021, às 17:51, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1186269** e o código CRC **53D7D031**.

00445/2021 1186269v24

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1182749 e do Despacho SAD 1186269, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25 c/c *caput* do art. 26, todos da Lei nº 8.666/93, utilizando-se da competência disposta na Portaria CNJ nº 112/2010, art. 3º, inc. XI, alínea "aj", **aprovo** a realização da despesa, no valor total de R$ 633.172,32 (seiscentos e trinta e três mil cento e setenta e dois reais e trinta e dois centavos), e **autorizo** a contratação da empresa ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA, CNPJ nº 59.456.277/0001-76, com vistas à contratação de serviços de manutenção, com suporte técnico e atualização em softwares Oracle.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho em favor da mencionada empresa.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para as demais providências.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 15/10/2021, às 15:50, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1186899** e o código CRC **E3F67ED6**.

00445/2021 1186899v3

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1031216 e do Despacho SEDUC 1032160, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de **R$ 3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais),** e **autorizo** a contratação da Escola Superior de Advocacia do DF – ESA/DF, CNPJ nº 00.368.019/0001-95, com vistas à participação de 21 (vinte e um) servidores listados no Despacho SEDUC 1032160, no curso "Nova Lei de Licitações e Contratos: Teoria e Prática", na modalidade *on-line* ao vivo, nos dias 8, 9, 11, 15, 16, 18 e 22 de março de 2021, das 19h30 às 22h30 (Doc. SEI 1024554).

2. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e à Seção de Educação Corporativa (SEDUC), para ciência e demais providências.

3. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

4. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade da referida contratada e subsequente emissão de nota de empenho.

Getúlio Vaz
Diretor-Geral em substituição

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **DIRETOR-GERAL EM SUBSTITUIÇÃO - DIRETORIA GERAL**, em 10/02/2021, às 16:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1033252** e o código CRC **9BD75B40**.

00599/2021 1033252v4

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

Senhor Secretário de Gestão de Pessoas em exercício,

1. Trata-se de solicitação da Seção de Engenharia e Manutenção Predial (SEEMP) para a participação da servidora **Michele Roberta Pedroso dos Santos Monteiro**, matrícula 1634, Chefe da Seção de Engenharia e Manutenção Predial, no curso **"Novo Gerenciamento de Facilities"**, promovido pela AEA Cursos Ltda, CNPJ: 10.882.019/0001-62 (Doc. SEI n. 1030740).

2. A unidade solicitante justificou a participação no curso informando que "o evento será ministrado por profissionais da área de engenharia, com vastos conhecimentos em gestão de contratos de manutenção, podendo instrumentalizar este Conselho com mecanismos que possam auxiliar na mensuração dos resultados do atual contrato de manutenção".

3. Em atenção à recomendação contida no item 15 do Parecer AJU (Doc. SEI 1034813), cumpre informar que esta SEDUC passará a adotar também a juntada das certidões relativas a licitantes inidôneos, emitida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e a do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), fornecida pelo Portal da Transparência, ambas consolidadas pelo portal do TCU.

4. Conforme Documento SEPOR (1033301), informa-se que há disponibilidade orçamentária para participação da servidora no referido evento.

5. Ademais, a Assessoria Jurídica manifestou-se por meio do Parecer AJU (Doc. SEI n. 1034813) quanto aos aspectos legais relativos à contratação mediante inexigibilidade de licitação, afirmando **não haver óbice legal** para a contratação.

6. Ressalta-se que o valor do investimento referente a participação da servidora é de **R$ 3.990,00 (três mil novecentos e noventa reais)**, conforme Doc. SEI nº 1032640.

7. Ante o exposto, encaminho os autos processuais para que se faça a análise de:

a) **declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, caso esteja de acordo com a participação da servidora no evento em tela; e

b) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor total de **R$ 3.990,00 (três mil novecentos e noventa reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEORF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Fábio Lopes Fernandes

Chefe da Seção de Educação Corporativa em exercício

Senhor Diretor-Geral,

1. Por coadunar com o teor da Informação SEDUC 1032641, com o Parecer AJU 1034813 e com os termos do despacho supra, **declaro a inexigibilidade da licitação relativa** à contratação da **AEA Cursos Ltda,** CNPJ: 10.882.019/0001-62, para ofertar o curso **"Novo Gerenciamento de Facilities", com fundamento no *"caput"* do art. 25 da Lei 8.666/93.**

2. Diante do exposto, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

i) **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório;

ii) **aprovar** a despesa no valor total de **R$ 3.990,00 (três mil novecentos e noventa reais);**

iii) **autorizar** a contratação da entidade promotora do evento com posterior encaminhamento do processo à Secretaria de Administração, para publicação do ato de inexigibilidade, e, por fim, remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão do empenho da despesa em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

João D'arc Ramos de Oliveira

Secretário de Gestão de Pessoas em Substituição

Documento assinado eletronicamente por **JOÃO D'ARC RAMOS DE OLIVEIRA**, **SECRETÁRIO(A) EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 12/02/2021, às 19:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIO LOPES FERNANDES RAMOS**, **CHEFE DE SEÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 17/02/2021, às 11:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1035044** e o código CRC **C3E3C17F**.

09243/2020 1035044v17



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1034813 e do Despacho SEDUC 1035044, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de **R$ 3.990,00 (três mil novecentos e noventa reais),** e **autorizo** a contratação da AEA Cursos Ltda, CNPJ nº 10.882.019/0001-62, com vistas à participação da servidora Michele Roberta Pedroso dos Santos Monteiro, matrícula 1634, no curso "Novo Gerenciamento de Facilities", na modalidade *on-line* ao vivo, nos dias 27 e 29 de abril, 4, 6, 11, 13, 18, 20, 25 e 27 de maio e 1, 8, 10, 15, 17, 22, 24 e 29 de junho de 2021, das 18h30 às 22h30 (Doc. SEI 1030739).

2. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e à Seção de Educação Corporativa (SEDUC), para ciência e demais providências.

3. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

4. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade da referida contratada e subsequente emissão de nota de empenho.

Johaness Eck
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 18/02/2021, às 09:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1035915** e o código CRC **05926425**.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1028457 e do Despacho SEDUC 1030038, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei n° 8.666/93, **aprovo** a realização da despesa no valor de **R$ 4.170,00 (quatro mil cento e setenta reais),** e **autorizo** a contratação do Instituto Zanelli – Saúde e Produtividade, CNPJ nº 10.755.011/0001-35, com vistas à participação dos servidores Meg Gomes Martins de Ávila, matrícula 1708, Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Psicologia; Antônio Mário Lúcio de Oliveira Junior, matrícula 1223, Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Psicologia; e Juli Alves da Silva, matrícula 2232, Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Assistente Social, no curso "Qualificação Telepresencial de Agentes de Preparação, Orientação e Educação para Aposentadoria", na modalidade *on-line.*

2. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e à Seção de Educação Corporativa (SEDUC), para ciência e demais providências.

3. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

4. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade do referido Instituto e posterior emissão de nota de empenho.

Johaness Eck

Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 04/02/2021, às 19:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1030629** e o código CRC **47A581C9**.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo administrativo, que tem por objeto a aquisição de Digital Object Identifier (DOI), para a Revista Eletrônica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por inexigibilidade de licitação.

Após aprovação dos Estudos Preliminares e Projeto Básico pela Secretaria de Administração (SAD), conforme Despacho SAD n. 1006570, os autos foram encaminhados à Seção de Compras (SECOM), para realização de pesquisa de preços e demais atos tendentes a comprovar a compatibilidade do preço da mencionada aquisição com aqueles praticados em outros contratos firmados com entes públicos e/ou privados, conforme dispõe a Orientação Normativa AGU 17/2009.

Desse modo, em atenção à referida Orientação, a SECOM, por meio do Despacho n. 1112299 e Mapa Comparativo de Preços v.1 1104993, ratificado pela unidade demandante, conforme Despacho da COIN 1105055, demonstrou que a Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC Brasil) ofertou o valor unitário semelhante para outros órgãos.

Em seguida, as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1108520) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Despacho SEPOR 1108692).

Posteriormente os autos foram encaminhados a Assessoria Jurídica (AJU) que, por meio do Parecer AJU 1118915, o qual, ressalvadas as recomendações contidas nos itens 21, 23, 24 e 26 do mencionado Parecer, transcritas abaixo, opinou pela legalidade da contratação direta da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC Brasil), por inexigibilidade de licitação, com fulcro no *caput* do art. 25, da Lei nº 8.666/1993:

> (...)
>
> **21.** Apesar de a escolha ter se fundado no respeito ao princípio da economicidade (arquivo SEI 1112299), e ter sido avalizada pela unidade demandante (arquivo SEI 1105055), é necessário que se altere o Projeto Básico, para que nele constem os reais valores aplicáveis à contratação. Não custa repisar que, após a alteração, o documento deve ser novamente aprovado pela autoridade competente.
>
> (...)
>
> **23.** Não custa salientar que, conforme preconizado no *caput* do citado art. 26, as situações de inexigibilidade deverão ser comunicadas dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.
>
> **24.** No que tange à regularidade da pessoa jurídica a ser contratada, consta dos autos documentação visando atestar a sua higidez (arquivos SEI 1114484, 1114495 e 1114505). Ainda que as certidões estejam válidas no momento da presente análise, elas irão vencer com o decorrer do tempo, recomendando-se proceder à nova consulta, previamente à formalização da contratação. É

> necessária, ainda, a juntada das certidões referentes às consultas encetadas no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados (CADIN)
>
> (...)
>
> **26.** Recomenda-se, por derradeiro, a juntada das demais certidões, contidas nos itens 5.2 e 5.3 do Projeto Básico, anteriormente à assinatura do contrato, com vias a atestar a habilitação jurídica e econômica da futura contratada.

Quanto à recomendação do item 21, os autos foram restituídos à unidade demandante, por meio do Despacho SAD n. 1119615, para atendimento do referido apontamento. Em resposta, a Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário (COIN) juntou nos autos nova versão do Projeto Básico, conforme documento 1120426, o qual foi encaminhado à Seção de Elaboração de Editais (SEEDI), para análise do documento. Então, a SEEDI reiterou a informação do Despacho n. 1071146, alegando que o documento atende aos requisitos regulamentares para sua aprovação.

Quanto à recomendação do item 24, cabe registrar que as certidões que atestam a higidez da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC Brasil), para contratar com a Administração, constam nos arquivos 1135200, 1135208 e 1135273. Finalmente, em relação ao item 26, informo que essa recomendação deverá ser atendida em momento anterior à assinatura do contrato.

Por fim, visando sanar todas as pendências apontadas no referido opinativo AJU e com base Despacho SEEDI n. 1124028, o qual afirma que a última versão do Projeto Básico (1120426) atende aos requisitos regulamentares para sua aprovação, **aprovo** o referido documento.

Prosseguindo a instrução dos autos e consoante demonstrado na Lista de Verificação 1135330, os requisitos para a declaração de inexigibilidade de licitação foram atendidos. Da mesma forma, informo que foram atendidas as recomendações realizadas pela Assessoria Jurídica, mediante Parecer AJU 1118915. Desse modo, a presente contratação pode ser realizada com fundamento no *caput* do artigo 25 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
>
> (...)

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no *caput* do art. 25 da Lei n. 8.666/93, declaro a inexigibilidade de licitação para contratar a **Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC Brasil)**, inscrita no **CNPJ** sob os n. **29.261.229/0001-61**, no valor de **R$ 701,02 (setecentos e um reais e dois centavos)**, com vistas à aquisição de Digital Object Identifier (DOI), para a Revista Eletrônica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a inexigibilidade de licitação; e

b) autorizar a contratação da empresa supramencionada.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Seção de Gestão de Contratos, para formalização contratual.

Silvia Maria Guapindaia Peixoto
Secretária de Administração Substituta

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO**, **SECRETÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 30/07/2021, às 09:45, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1135386** e o código CRC **79C63AB3**.

05647/2020 1135386v8

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Trata-se de processo administrativo, que tem por objeto a aquisição de Digital Object Identifier (DOI), para a Revista Eletrônica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por inexigibilidade de licitação.

2. Considerando o teor do Parecer AJU 1118915 e do Despacho SAD 1135386, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no "caput" do art. 25 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e art. 3º, inciso XI, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, **aprovo** a realização da despesa no valor de **R$ 701,02** (setecentos e um reais e dois centavos) e **autorizo** a contratação da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC Brasil), CNPJ nº 29.261.229/0001-61.

3. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade, nos termos do art. 26 da Lei n° 8.666/93.

4. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para verificação da regularidade da referida associação e posterior emissão de nota de empenho.

5. À Secretaria de Administração (SAD) e ao Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), para ciência e demais providências.

Johaness Eck
Diretor-Geral

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 30/07/2021, às 16:42, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1135958** e o código CRC **7FDCB9D6**.



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

Senhor Secretário de Gestão de Pessoas em Substituição,

1. Trata-se de solicitação do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI) para a contratação de **20 (vinte) licenças individuais para acesso, válidas por 1 (um) ano, relativas ao Plano Corp**, da empresa **AOVS Sistemas de Informática S.A**., CNPJ nº 05.555.382/0001-33, detentora da plataforma de aprendizagem Alura (Doc. SEI nº 1107333).

1.1. Vale ressaltar que os participantes devem cumprir o quantitativo mínimo de 60 horas de treinamento na plataforma durante a vigência de 1 (um) ano da assinatura, conforme métrica estabelecida pela área demandante no Despacho DCOR 1126643. Assim, caso não cumpra a carga horária mínima, o servidor deverá ressarcir a despesa realizada por este Conselho, conforme estipulado no Termo de compromisso 1127438.

1.2. Embora a plataforma virtual possua mais de 1.300 (mil e trezentos) treinamentos nas mais variadas áreas (Doc. SEI n. 1129925), o DTI enumerou, por meio do Despacho DCOR 1126643, os cursos que serão realizados atendendo às lacunas de competência extraídas do Sistema de Gestão de Competências - Gestcom (Doc. SEI nº 1119829).

2. A unidade solicitante justificou a participação no curso informando que "com a transformação digital em voga em nível mundial e a percepção da atual gestão da TI no CNJ, algumas necessidades precisam ser alcançadas pela equipe. O atendimento a essas necessidades tem o objetivo de fomentar maior qualidade nas entregas (tanto operacional quanto gerencialmente) e aumento de produtividade dos servidores por meio de utilização de técnicas a serem incorporadas ao cotidiano devido aos cursos".

3. Em atenção às recomendações contidas nos itens 27 e 29 do Parecer AJU (Doc. SEI 1140979), cumpre informar que:

Item 27 - Em comum acordo com a área demandante, o pagamento será realizado mensalmente, conforme sugerido nos itens 25 e 26 do referido parecer, à medida que os serviços forem sendo prestados, **após o atesto** do chefe da Divisão de Gestão de Sistemas Corporativos, Leonardo Lemes Rosa;

Item 29 - Juntada do Estatuto Social da empresa, para fins de saneamento processual (Doc. SEI nº 1145785), bem como consulta atualizada ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF (Doc. SEI nº 1163610).

4. Conforme Documento SEPOR (1137971), informa-se que há disponibilidade orçamentária para a contratação das licenças.

5. Ademais, a Assessoria Jurídica manifestou-se por meio do Parecer AJU (Doc. SEI n. 1140979) quanto aos aspectos legais relativos à contratação mediante inexigibilidade de licitação, afirmando **não haver óbice legal** para a contratação.

6. Ressalta-se que o valor total do investimento é de **R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) para as 20 (vinte) licenças individuais anuais,** conforme Doc. SEI nº 1129772.

7. Ante o exposto, encaminho os autos processuais para que se faça a análise de:

a) **declarar a inexigibilidade** do procedimento licitatório, caso esteja de acordo com a contratação das licenças; e

b) submeter à Diretoria-Geral para **ratificação** do ato de inexigibilidade, **aprovação** da despesa no valor total de **R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) e autorização** da contratação da entidade promotora, com posterior encaminhamento do processo à Seção de Compras para publicação do ato de inexigibilidade e, por fim, remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEORF, com vistas à emissão de nota de empenho em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

Juliana Almeida Costa Cronemberger

Chefe da Seção de Educação Corporativa

Senhor Diretor-Geral,

1. Por coadunar com o teor do Projeto Básico SEDUC 1129958, com o Parecer AJU 1140979 e com os termos do despacho supra, **declaro a inexigibilidade da licitação relativa** à contratação da empresa **AOVS Sistemas de Informática S.A**., CNPJ nº 05.555.382/0001-33, para ofertar **20 (vinte) licenças individuais válidas por 1 (um) ano, relativas ao Plano Corp**, **na plataforma de aprendizagem Alura, com fundamento no art. 25, II c/c art. 13, VI, da Lei n° 8.666/93.**

2. Diante do exposto, submeto o presente processo a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

i) **ratificar** a inexigibilidade do procedimento licitatório;

ii) **aprovar** a despesa no valor total de **R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais);**

iii) **autorizar** a contratação da entidade promotora do evento com posterior encaminhamento do processo à Secretaria de Administração, para publicação do ato de inexigibilidade, e, por fim, remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão do empenho da despesa em favor da referida entidade.

Respeitosamente,

João D´arc Ramos de Oliveira

Secretário de Gestão de Pessoas em Substituição

Documento assinado eletronicamente por **JOÃO D'ARC RAMOS DE OLIVEIRA**, **SECRETÁRIO(A) EM SUBSTITUIÇÃO - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 17/09/2021, às 18:12, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ALMEIDA COSTA CRONEMBERGER**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**, em 20/09/2021, às 16:28, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1163614** e o código CRC **E43C1085**.

04445/2021 1163614v7



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1140979 e do Despacho SEDUC 1163614, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no inciso II do art. 25 c/c o art. 13, VI, todos da Lei nº 8.666/93, utilizando-se da competência disposta na Portaria CNJ nº 112/2010, art. 3º, inc. XI, alínea "aj", **aprovo** a realização da despesa, no valor total de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), e **autorizo** a contratação da empresa AOVS Sistemas de Informática S.A., CNPJ nº 05.555.382/0001-33, com vistas à contratação 20 (vinte) licenças individuais para acesso, válidas por 1 (um) ano, relativas ao Plano Corp para acesso à plataforma de aprendizagem Alura.

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho em favor da mencionada empresa.

4. À Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), para as demais providências.

Johaness Eck

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 21/09/2021, às 14:53, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1168168** e o código CRC **1D68B01E**.

04445/2021 1168168v2

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

À Diretoria-Geral

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de processo de contratação, por inexigibilidade, de assinatura de bases de dados em meio digital, nas áreas de conhecimento correlatas à atuação do Conselho Nacional de Justiça.

Após aprovação dos Estudos Preliminares e Projeto Básico pela Secretaria de Administração (SAD), conforme Despachos n. 1099219 e 1187578, os autos foram encaminhados à Seção de Compras (SECOM), para realização de pesquisa de preços e demais atos tendentes a comprovar a compatibilidade do preço com aqueles praticados em outros contratos firmados com entes públicos e/ou privados, conforme dispõe a Orientação Normativa AGU 17/2009.

Cabe destacar que, preliminarmente à aprovação do Projeto Básico, a Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário (COIN), por meio do Despacho n. 1125674, encaminhou os autos à Assessoria Jurídica (AJU), com nova versão do Projeto Básico, juntamente com as propostas das empresas a serem contratadas, solicitando orientação acerca da "possibilidade de se contratar por inexigibilidade de licitação as cinco bases listadas no Termo de Referência 1111894."

Em resposta, a AJU, mediante Parecer n. 1140688, manifestou-se no sentido de ser possível a contratação das bases de dados, por inexigibilidade de licitação, com fundamento legal no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/1993, desde que observadas as recomendações apresentadas no referido opinativo. Por essa razão, em atendimento às referidas recomendações AJU, a COIN inseriu nos autos nova versão do Termo de Referência/ Projeto Básico COIN 1154714, contemplando as alterações necessárias, conforme detalhado no Despacho n. 1159085.

Então, os autos foram novamente encaminhados à Seção de Elaboração de Editais (SEEDI), para análise da nova versão do Termo de Referência/ Projeto Básico COIN 1154714. Realizada a análise à luz da Instrução Normativa CNJ n. 82/2020 e do Manual de Aquisições do CNJ, instituído pela Portaria CNJ nº 168/2020, a SEEDI informou que o Projeto Básico contempla os requisitos mínimos do referido manual. Contudo, no que se refere à justificativa acerca dos quantitativos apresentados para a contratação, verificou-se que foram baseados nas propostas apresentadas 1124895, 1124887, 1125668 e 1125672 e não na real quantificação da demanda do CNJ. Por esse motivo, o Processo foi restituído a unidade demandante, para adequação do Projeto Básico ou, se fosse o caso, apresentação das justificativas que embasassem a manutenção dos quantitativos previstos.

Em resposta, a COIN, por meio do Despacho n. 1185383, manifestou-se conforme a seguir:

> [...] 1. Em atenção ao Despacho SAD 1185046, que solicita adequação do quantitativo de acessos previsto no Projeto Básico 1171869 ou apresentação de justificativas, tendo por base o Despacho SEEDI 1176730, informa-se:
>
> 2. Esclareço que a COIN confirma a quantidade de acesso pleiteada e esclarece que a descrição dos acessos está disponível na tabela do item 1.4, e), do referido Projeto Básico. A empresa Minha Biblioteca oferece acesso individual por preço menor do que o praticado por acesso por faixa de IP. Dessa forma, foram contemplados 800 (oitocentos) acessos individuais, contabilizando o total de colaboradores do CNJ. As bases Editora Revista dos Tribunais, Biblioteca Digital Proview e Vlex Brasil

> Premium foram cotadas após verificação da COIN de contratos com outras bibliotecas, tendo por base, aproximadamente, 15% do total de servidores/colaboradores. Quantificar o acesso entre 10% e 15% do total de usuários potenciais garante boa cobertura de acessos simultâneos, no caso de faixa de IP. Apenas a base Hein Online - Latin American Core Colection, única base internacional cotada pela COIN, pratica uma forma diferente para quantificar os acessos que cada órgão necessita. A Hein Online não altera sua métrica e indicou que o CNJ contrate entre 501-1000 usuários por faixa de IP. A Hein tem uma política rígida de definição de acesso, respeitado o corpo técnico de cada instituição. A Hein definiu o acesso, com base na quantidade de colaboradores do CNJ, disponível no Portal da Transparência. Como caso concreto, o Supremo Tribunal Federal (STF) também contrata a base Hein Online, com as considerações definidas pela empresa sem prejuízo algum ao erário.
>
> 3. Quanto ao item 3.1, do Despacho SEEDI 1176730, cumpre ressaltar que o relatório CNJ em Números foi publicado na gestão anterior e houve crescimento do quadro na gestão atual, com mais juízes auxiliares. É necessário levar em consideração, também, os postos de trabalho adicionados com as contratações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) do DMF e do DPJ que trabalham diretamente com pesquisas relativas às políticas públicas desenvolvidas pelo CNJ, e que se beneficiarão diretamente com a disponibilização de materiais de informação de qualidade e atuais.
>
> 4. Dada a informação, a COIN não identifica óbice as contratações e considera que os acessos estipulados não prejudicam em hipótese alguma o CNJ. Isso posto, considera-se adequada a quantidade de acessos definida no Projeto Básico para o público do CNJ. A quantificação de acessos foi feita pelas bibliotecárias do CNJ, Pâmela Tieme Barbosa Aoyama e Renata Lima Guedes Peixoto, que são as responsáveis técnicas no assunto.
>
> 5. Dessa forma, a COIN mantém a quantidade de acesso estipulada no Projeto Básico 1171869. Encaminha-se os autos para as devidas análises. [...].

Posto isso, considerando que as informações técnicas são de responsabilidade da unidade demandante e acatando as justificativas apresentadas pela COIN, com fundamento na Portaria Diretoria-Geral n. 411, de 30 de novembro de 2018 (0578958), a SAD aprovou o Projeto Básico 1171869.

Superada essa questão, os autos foram, finalmente, encaminhados à SECOM, para realização de pesquisa de preços com vistas a verificação da compatibilidade do preço das propostas 1124895, 1124887, 1125668, e 1125672 com aqueles praticados em outros contratos firmados com entes públicos e/ou privados.

Quanto a pesquisa de preços, cabe registrar que a SAD solicitou à SECOM a retificação da primeira versão do Mapa Comparativo de Preços (1206375), sobretudo, em relação ao comparativo de preços, com a exclusão de valor médio e mínimo, devendo constar apenas o valor real das propostas apresentadas, para a fiel realização da comparação de valores. Além disso, requereu-se que, após nova versão do mapa comparativo de preços, *os autos fossem enviados à COIN, para manifestação, quanto aos seguintes pontos:* ***1)*** *em relação à opção VLEX Brasil Premium, a empresa, mediante e-mail (1206451), informou que não há assinante no Brasil com as mesmas configurações solicitadas pelo CNJ e, por essa razão, não foi possível enviar contratações similares para comparativo de preços e, nesse caso, considerando a indicação da ordem de prioridade constante dos Estudos Preliminares (item 4), e que as bases possuem características semelhantes, solicito avaliar a possibilidade de não contratar essa opção ou apresentar justificativas complementares que corroborem a contratação; e* ***2)*** *possibilidade de reavaliação da quantidade de acessos a serem contratados, já que não há histórico da real demanda do CNJ, tendo em vista que a quantidade a ser contratada está diretamente relacionada ao valor da proposta encaminhada e com valor superior aos contratos já firmados com Administração, com quem a empresa vem prestando o mesmo serviço.*

Em resposta, a COIN, por meio do Despacho n. 1227787, manifestou-se conforme a seguir:

[...] 2. Em relação ao item 1), é importante ressaltar que não há ordem de prioridade para contratação, a enumeração dos Estudos Preliminares foi utilizada somente para fins de organização. Quanto à similaridade das bases de dados, conforme o item 1.4 dos Termo de Referência/Projeto Básico COIN (1171869), ratifica-se que ainda que todas as bases sejam bibliográficas, ou seja, são compostas por livros artigos, folhetos, etc, os materiais que as compõem se diferenciam um dos outros, ou seja, mesmo que duas bases tenham conteúdo da área do Direito, serão livros, artigos, folhetos, etc. diferentes, serão autores diferentes, com abordagens diferentes. Para a formação de um acervo completo, é essencial que se tenha diversidade de materiais bibliográficos, principalmente no contexto do Conselho Nacional de Justiça em que não se terá biblioteca física.

3. Ainda em relação ao item 1) do Despacho SAD 1224679, ressalta-se que são duas coleções a serem contratadas pela empresa vLex: a vLex Brasil Premium e a Hein Online – Latin American Core Colection. Dessa forma, o que a empresa informou é que não possui contratos com as mesmas características da proposta do CNJ, ou seja, o mesmo número de usuários e com as duas coleções citadas, conforme e-mail 1206451:

> *Olá Sr. Nilson, Me perdoe se não fui clara. Temos sim notas fiscais de produtos semelhantes, mas não em conjunto. O CNJ assinará apenas a Coleção vLex Brasil Premium? Agradeço o esclarecimento e peço desculpas pelo transtorno.*

4. Dessa forma, solicitamos à empresa o envio de Notas Fiscais e Contratos relativos à coleção vLex Brasil Premium, ao que foram enviadas as Notas Fiscais (1227758) e (1227761), e o contrato (1227786). Ressalta-se que o valor da Nota Fiscal (1227761) é menor devido à quantidade menor de usuários contratados pela instituição.

5. Quanto ao item 2) do Despacho SAD 1224679, ratificamos os esclarecimentos constantes no Despacho COIN 1185383:

2. Esclareço que a COIN confirma a quantidade de acesso pleiteada e esclarece que a descrição dos acessos está disponível na tabela do item 1.4, e), do referido Projeto Básico. A empresa Minha Biblioteca oferece acesso individual por preço menor do que o praticado por acesso por faixa de IP. Dessa forma, foram contemplados 800 (oitocentos) acessos individuais, contabilizando o total de colaboradores do CNJ. As bases Editora Revista dos Tribunais, Biblioteca Digital Proview e Vlex Brasil Premium foram cotadas após verificação da COIN de contratos com outras bibliotecas, tendo por base, aproximadamente, 15% do total de servidores/colaboradores. Quantificar o acesso entre 10% e 15% do total de usuários potenciais garante boa cobertura de acessos simultâneos, no caso de faixa de IP. Apenas a base Hein Online - Latin American Core Colection, única base internacional cotada pela COIN, pratica uma forma diferente para quantificar os acessos que cada órgão necessita. A Hein Online não altera sua métrica e indicou que o CNJ contrate entre 501-1000 usuários por faixa de IP. A Hein tem uma política rígida de definição de acesso, respeitado o corpo técnico de cada instituição. A Hein definiu o acesso, com base na quantidade de colaboradores do CNJ, disponível no Portal da Transparência. Como caso concreto, o Supremo Tribunal Federal (STF) também contrata a base Hein Online, com as considerações definidas pela empresa sem prejuízo algum ao erário.

6. Nesse sentido, o valor apresentado pela coleção Minha Biblioteca, item 1 do mapa comparativo de preços (1226725), é superior ao apresentado na proposta, devido à quantidade de acessos individuais que serão contratados pelo CNJ. Nesse caso, as propostas juntadas ao processo evidenciam um número inferior de acessos, fato que diminuiu o preço dos contratos das instituições analisadas. [...]

Dessa forma, a SECOM, em atendimento ao disposto no referido Despacho COIN, ajustou novamente o mapa comparativo de preços, para inclusão do contrato e notas fiscais referentes a vLex Brasil Premium.

Após todo trâmite necessário pra a realização da pesquisa de preços, conforme Despachos SECOM n. 1217685, 1226728, 1227996, a última versão do Mapa Comparativo de Preços v.3

(1227993) e os esclarecimentos trazidos pela unidade demandante, é possível inferir que o preço proposto pelas empresas Minha Biblioteca Ltda., Editora Revista dos Tribunais Ltda. e V3 Services Informações e Consultoria Ltda. estão alinhados com o que vem sendo praticado em outros contratos, considerando a metodologia utilizada pelas empresas para disponibilização de suas bases de dados.

Registre-se que as unidades da Secretaria de Orçamento e Finanças fizeram constar nos autos a classificação da despesa (Despacho SCONT 1212717) e a disponibilidade orçamentária necessária para a cobertura da despesa (Doc. 1213012 e Despacho SEPOR 1213016). A certidão que comprova a regularidade fiscal e trabalhista das empresas Minha Biblioteca Ltda., Editora Revista dos Tribunais Ltda. e V3 Services Informações e Consultoria Ltda., para contratar com a Administração, constam nos arquivos 1228152, 1228163, 1228165, 1228170, 1228174, 1228177, 1228180, 1228180 e 1228184.

Consoante demonstrado na Lista de Verificação 1228186, os requisitos para a declaração de inexigibilidade de licitação foram atendidos durante a instrução dos autos. Desse modo, a presente despesa pode ser realizada com fundamento no *caput* do artigo 25 da Lei n. 8.666/93, que diz:

> Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
>
> (...)

Nestes termos, com fundamento no art. 3º, inciso II, alínea "aj" da Portaria n. 112/2010, de 04 de junho de 2010, e no *caput* do artigo 25 da Lei n. 8.666/93, **declaro a inexigibilidade de licitação**, para contratar as empresas **Minha Biblioteca Ltda. (CNPJ: 13.183.749/0001-63)**, no valor de R$ 75.840,00 (setenta e cinco mil oitocentos e quarenta reais), **Editora Revista dos Tribunais Ltda. (CNPJ: 60.501.293/0001-12)**, no valor de R$ 69.810,00 (sessenta e nove mil oitocentos e dez reais) e **V3 Services Informações e Consultoria Ltda. (CNPJ: 12.422.562/0001-02)**, no valor de R$ 93.551,70 (noventa e três mil quinhentos e cinquenta e um reais e setenta centavos), totalizando o valor de **R$ 239.201,70 (duzentos e trinta e nove mil duzentos e um reais e setenta centavos)**, para contratação de assinatura de bases de dados, em meio digital, nas áreas de conhecimento correlatas à atuação do Conselho Nacional de Justiça.

Dessa forma, encaminho os autos a Vossa Senhoria para, caso esteja de acordo:

a) ratificar a inexigibilidade de licitação;

b) aprovar a despesa; e

c) autorizar a contratação das empresas supramencionadas.

Em seguida, sugiro o encaminhamento dos autos à Seção de Compras para a publicação do ato no Portal da Transparência do CNJ, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da nota de empenho.

GETULIO VAZ
Secretário de Administração

Documento assinado eletronicamente por **GETÚLIO VAZ**, **SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 14/12/2021, às 17:29, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1228259** e o código CRC **021FE07B**.



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

DESPACHO

1. Considerando o teor do Parecer AJU 1140688, manifestando-se pela possibilidade de contratação das bases de dados, por inexigibilidade de licitação, e do Despacho SAD 1228259, **ratifico** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com fundamento no *caput* do art. 25 c/c *caput* do art. 26, todos da Lei nº 8.666/93, utilizando-se da competência disposta na Portaria CNJ nº 112/2010, art. 3º, inc. XI, alínea "aj", **aprovo** a realização das seguintes despesas, bem como **autorizo** a contratação das seguintes empresas, com vistas à contratação de assinatura de bases de dados, em meio digital, nas áreas de conhecimento correlatas à atuação do Conselho Nacional de Justiça:

a) Minha Biblioteca Ltda (CNPJ: 13.183.749/0001-63), no valor de R$ 75.840,00 (setenta e cinco mil oitocentos e quarenta reais);

b) Editora Revista dos Tribunais Ltda (CNPJ: 60.501.293/0001-12), no valor de R$ 69.810,00 (sessenta e nove mil oitocentos e dez reais); e

c) V3 Services Informações e Consultoria Ltda (CNPJ: 12.422.562/0001-02), no valor de R$ 93.551,70 (noventa e três mil quinhentos e cinquenta e um reais e setenta centavos).

2. À Seção de Compras (SECOM), para publicação do ato de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666/93.

3. À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), para emissão de nota de empenho em favor das mencionadas empresas.

4. À Secretaria de Administração (SAD), para as demais providências subsequentes.

Johaness Eck
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 15/12/2021, às 15:12, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1229697** e o código CRC **92B5D910**.

00272/2021 1229697v3